



Detalhe do quadro *Operários* (1933) de Tarsila do Amaral (Óleo sobre tela, 150x205cm)



O BRASIL NO
PENSAMENTO
BRASILEIRO

.....

Coleção Brasil 500 Anos

O BRASIL NO PENSAMENTO BRASILEIRO

*Introdução, seleção, organização e notas
bibliográficas de Djacir Meneses*

BRASIL 500 ANOS

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997 – composto pelo Senador Lúcio Alcântara, presidente, Joaquim Campelo Marques, vice-presidente, e Carlos Henrique Cardim, Carlyle Coutinho Madruga e Raimundo Pontes Cunha Neto como membros – buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país.

COLEÇÃO BRASIL 500 ANOS

Lançamentos programados para 1998:

De Profecia e Inquisição, do Padre Antônio Vieira

O Brasil no Pensamento Brasileiro (Volume I) – Djacir Meneses (organizador)

O Brasil no Pensamento Brasileiro (Volume II) – Walter Costa Porto e Carlos Henrique Cardim (organizadores)

Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros – Rubens Borba de Moraes e William Berrien

Catálogo de Exposição de História do Brasil – Ramiz Galvão (organizador)

Textos Políticos da História do Brasil (9 volumes) – Paulo Bonavides e Roberto Amaral (organizadores)

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto

© Senado Federal, 1998

Congresso Nacional

Praça dos Tres Poderes s/nº

CEP 70168-970

Brasília – DF

.....

Manual bibliográfico de estudos brasileiros / sob a direção de
Rubens Borba de Moraes e William Berrien. – Brasília :
Senado Federal, 1998.

2v. – (Coleção Brasil 500 Anos)

1. Bibliografia, Brasil. I. Moraes, Rubens Borba de, 1899 –.
II. Berrien, William. III. Série.

CDD 016.981

.....

.....

Nota Editorial

O

livro organizado pelo Professor Djacir Meneses – O Brasil no Pensamento Brasileiro -- ora reeditado pelo Senado Federal e pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, é uma útil antologia que se encontrava esgotada há mais de vinte anos.

Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso.

Merece registro o fato que em nosso meio acadêmico são escassos, contrariamente às práticas européias e norte-americana, os denominados livros de textos básicos em sua versão original, os denominados "readings" de tão grande valor na formação universitária. A presente obra que tem o Professor Djacir Meneses como editor encaixa-se nessa relevante categoria da bibliografia acadêmica, no âmbito dos estudos sobre o Brasil. Colabora, também, para recuperar a memória nacional de tão importantes autores de textos muitos citados, mas às vezes poucos lidos.

Está programada a edição de um segundo volume desta obra para complementá-la, tendo em vista que sua elaboração pelo Professor Djacir Meneses data de 1956.

.....

Nota Biográfica

O

Professor Djacir Meneses foi um dos mais destacados intelectuais de seu tempo. Nasceu em 1907 no Estado do Ceará, tendo estudado na então Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Foi catedrático da Faculdade de Filosofia e da Faculdade de Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e professor Titular de Filosofia do Direito da Faculdade de Direito da UFRJ, tendo ocupado o cargo de reitor dessa universidade no período de 1969-1973. Dirigiu o Centro de Estudos Brasileiros em Buenos Aires (1953-1954) e o Instituto Brasil-Bolívia (1958). Foi o responsável pela cátedra de Literatura e Problemas Brasileiros na Universidade Nacional Autónoma do México (1959). Entre suas obras, figuram os seguintes títulos: Kant e a Idéia de Direito (tese de doutorado em 1932), O Outro Nordeste, Motivos Alemães (1977) e Teses Quase Hegelianas, e Premissas do Culturalismo Dialético (1979). O Professor Djacir Meneses faleceu em 1996.

.....

SUMÁRIO

Apresentação

Pág. 9

Introdução

Pág. 13

Capítulo I

AS INSTITUIÇÕES E O MEIO SOCIAL

Aurélio de Limeira Tejo -- *Vida social da caatinga*

pág. 31

Josué Apolônio de Castro -- *A Fome*

pág. 41

Afonso Arinos de Melo Franco -- *Aspectos da civilização material*

pág. 51

Artur Ramos de Araújo Pereira -- *Notas psicológicas sobre a vida cultural brasileira*

pág. 63

Gilberto Freire -- *O sobrado e o mocambo*

pág. 73

Gilberto Amado -- *As instituições políticas e o meio social no Brasil*

pág. 87

Carlos Delgado de Carvalho -- *Evolução social do país e o Rio de Janeiro*

pág. 109

Francisco José de Oliveira Viana -- *Instituições de solidariedade social*

pág. 121

Edgard Roquete-Pinto -- *Problemas de povoamento*

pág. 135

João Capistrano de Abreu -- *O engenho, a propriedade*

da terra e a vida social

pág. 143

Vicente Licínio Cardoso -- *A gravidade do problema da emancipação*

pág. 161

Euclides da Cunha -- *Mestiçagem e sociedade rural*

pág. 177

Manuel de Oliveira Lima -- *América luso-espanhola*

pág. 189

Alberto Torres -- *Condições de vida no Brasil*

pág. 201

Silvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero -- *As zonas sociais e a situação do povo*

pág. 215

Joaquim Duarte Murtinho -- *Empréstimos, dívidas e indústrias fictícias*

pág. 225

- Raimundo Nina Rodrigues – *Canudos e a política*
pág. 235
- José Bonifácio de Andrada e Silva – *Depois da abolição do tráfico*
pág. 245
- José Isidoro Martins Júnior – *Primeira fase do colonato*
pág. 251
- Frei Vicente do Salvador – *Do nome do Brasil*
pág. 263

Capítulo II

ELEIÇÕES, REBELIÕES E PARTIDOS

- Vitor Nunes Leal – *Conceituação e conseqüências do "Coronelismo".
Sinais de crise do sistema. Perspectivas*
pág. 271
- Amaro Quintas – *A "Praieira" e sua ideologia*
pág. 283
- Caio Prado Júnior – *O Tamoio e a política dos Andradas na
Independência do Brasil*
pág. 295
- Hermes Lima – *Partidos, povo e consciência política*
pág. 303
- Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda – *Convicções e causas da democracia*
pág. 315
- Joaquim Pimenta – *História de uma greve no Recife*
pág. 325
- João Ribeiro – *O período regencial*
pág. 337
- Felisbelo Firmo de Oliveira Freire – *Estrutura econômica e partidos*
pág. 349
- Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo – *A lavoura,
a alforria e as classes*
pág. 359
- Tobias Barreto de Meneses – *Democracia, liberalismo e ordem*
pág. 373
- João Francisco Lisboa – *Os partidos*
pág. 383
- José Martiniano de Alencar – *Eleições e seleção negativa*
pág. 395
- José Bonifácio de Andrada e Silva, o Moço – *Analfabetismo e voto*
pág. 405

Capítulo III

RETRATOS DO BRASIL

- Clodomir Viana Moog – *Aculturação e tristeza*
pág. 415

- Tomás Pompeu de Sousa Brasil Sobrinho – *O brasileiro, produto eugênico*
pág. 427
- Paulo da Silva Prado -- *Vida familiar e cidadina*
pág. 443
- Alceu Amoroso Lima – *Formação do Brasil: explicações
do naturalismo sociológico*
pág. 457
- José Pereira da Graça Aranha – *O pessimismo brasileiro*
pág. 467
- Afonso Henriques de Lima Barreto – *Rezas e orações*
pág. 475

Capítulo IV

CAMINHOS NA TERRA E NA HISTÓRIA

- Pedro Calmon de Moniz de Bittencourt – *Coronéis e barões*
pág. 485
- Manuel Diegues Júnior – *A paisagem social das Alagoas*
pág. 495
- Carlos Studart Filho – *Aspectos da colonização nordestina*
pág. 505
- Afrânio Coutinho – *A tradição afortunada*
pág. 511
- José Honório Rodrigues – *Unidade nacional*
pág. 521
- Sérgio Buarque de Holanda -- *Estruturação social do Brasil*
pág. 529
- Peregrino Júnior – *Fisionomia geográfica e social da Amazônia*
pág. 537
- Arthur César Ferreira Reis -- *O processo de incorporação da Amazônia*
pág. 547
- Moisés Velinho – *A inquieta fronteira do Rio Grande*
pág. 555
- Jader Moreira de Carvalho – *O padre e a cidade mística*
pág. 565
- Leandro Góis Tocantins – *O mundo que a borracha criou*
pág. 573
- Miguel Reale -- *Basta um relancear de olhos ao mapa do Brasil*
pág. 579

Capítulo V

O ENSINO E AS ELITES

- Celso Ferreira da Cunha -- *Servilismo e nacionalismo lingüístico – O terrorismo purista*
pág. 589
- Gustavo Coração -- *Mosaico*
pág. 597

- Anísio Spíndola Teixeira – *A administração pública brasileira e a educação*
pág. 603
- Júlio de Matos Ibiapina – *Os males do ensino secundário*
pág. 619
- Francisco Campos – *Reforma do ensino*
pág. 633
- Fernando de Azevedo – *A escola e a universidade*
pág. 643
- Rui Barbosa – *Faculdades de direito*
pág. 649
- Aureliano Cândido Tavares Bastos – *Descentralização e ensino*
pág. 659

Capítulo VI

A TESE REPUBLICANA

- Tobias do Rego Monteiro – *Quinze de Novembro*
pág. 671
- Ivã Monteiro de Barros Lima – *Benjamim Constant, o Imperador e a Abolição*
pág. 683
- Raimundo Teixeira Mendes – *Benjamim e a Proclamação da República*
pág. 697
- Antônio da Silva Jardim – *A monarquia*
pág. 709
- Última fala do trono*
pág. 713
- Hélio Viana – *Titulares do Império*
pág. 719
- Manifesto Republicano de 1870*
pág. 725
- Eduardo Paulo da Silva Prado – *A república nascente*
pág. 749

Capítulo VII

A CRÍTICA INCONFORMISTA

- Raimundo de Farias Brito – *Panfleto*
pág. 761
- João de Cruz e Sousa – *Egoísmos e preconceitos*
pág. 769
- Lafaiete Rodrigues Pereira – *Sociologia, liberdade e sentimento*
pág. 783
- Francisco de Sales Torres Homem – *Volta do despotismo imperial – Malogro das esperanças da maioria – Timandro pinta com tintas tão vivas como verdadeiras as conseqüências que de aí se seguirão*
pág. 791
- Justiniano José da Rocha – *Caramurus, reação monárquica e demagogia*
pág. 803

.....

Apresentação

Ingleses, franceses, holandeses, alemães, italianos, norte-americanos, visitando, comerciando, catequisando, investigando, desde o período colonial, vencendo, naquela fase, a política vigente da porta fechada, tomaram contato direto com o Brasil e com os brasileiros, sobre eles escrevendo as suas impressões e afirmando vaticínios acerca do que nos esperava como povo que se elaborava no uso de um direito comum a todos os povos, e dentro de uma linha de comportamento especial, através da qual todos os homens podiam conviver para a realização nacional.

Esses viajantes, missionários, homens de negócio, cientistas, cada um a seu modo e a serviço de uma atividade própria, todos eles foram unânimes em que nos encontraram sempre numa disposição admirável para o futuro, que nos parecia um futuro em que teríamos a oportunidade de criar-nos na imagem de bem-estar e de progresso insofismável. Muitos desses que nos observavam e viam a terra como natureza ou como campo próprio para seus negócios e sua ação profissional, e viam os homens como participantes de uma sociedade sem timidez, antes com uma decisão de vencer a própria natureza e realizar o seu momento histórico, muitos desses escreveram reservas que, no fundo, não significavam uma negação impiedosa. Falavam com ar conselheiral, registrando

os defeitos, mas registrando também as virtudes. É certo que havia sempre nesses observadores um ar de superioridade. Não descobrimos neles a atitude racista visível, mas um estado de espírito que revelava a existência de uma consciência firme de que eles é que representavam, realmente, o mundo superior, capaz de manter em suas mãos, permanentemente, os destinos universais.

Afonso Taunay, Rodolfo Garcia, Melo Leitão e Alfredo de Carvalho, no exame que fizeram dos depoimentos desses estrangeiros, traçaram um roteiro interessantíssimo que permite acompanhar, por meio dos resumos que nos deram, a maneira por que nos viam e nos entendiam. O depoimento era de estrangeiros. Vem agora a pergunta muito natural -- e o depoimento dos brasileiros? Como, pelo que faziam, estavam compreendendo o país onde haviam nascido e a que serviam? Nas raízes de nossa formação e no decorrer dos séculos que vivemos, como se consideraram? Seus depoimentos estariam de acordo com os depoimentos dos estrangeiros? Não nos negaríamos no fervor de nossas paixões ideológicas, partidárias, regionais? Uma antologia contrária ao Brasil, na visão estreita de brasileiros, dominados pelos excessos momentâneos de suas vivências, não seria possível organizar, rica em conteúdo?

A interpretação do Brasil pelos próprios brasileiros não se nos afigura uma empresa destituída de fundamento. Diégues Junior, em O Brasil e os Brasileiros, editado em 1964, justamente numa fase em que se verificava a divisão violenta entre os brasileiros, na conformidade de suas orientações ideológicas e conseqüente solução para a problemática que todos desejavam enfrentar e solucionar, Diegues Júnior, como anteriormente Gilberto Freire, em seus estudos de penetração sociológica na vida e no meio dos brasileiros tentaram essa interpretação, libertos das paixões dominantes, mas conscientes de que eram responsáveis por suas conclusões independentes, produto da reflexão e da pesquisa cientificamente realizada. Essa tentativa, indicando defeitos e virtudes, concluía sempre pela ponderância das virtudes e a excelência de nossa ação constru-

tiva, a nos distinguir no cenário do continente e mesmo do mundo, em acelerada transformação a que não estávamos indiferentes.

No livro que se reedita agora, organizado criteriosamente por Djacir Meneses, professor, pensador, membro do Conselho Federal de Cultura e Magnífico Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, está aquela antologia a que nos referíamos. Em O Brasil no Pensamento Brasileiro, acrescido de novos textos, podemos encontrar o depoimento que pretende ser uma validíssima exteriorização de administradores, governantes, homens de letras, cientistas, parlamentares, jornalistas, panfletários, sobre os mais variados aspectos de nosso processo de existência material, espiritual, instituições, procedimentos morais, cívicos, comportamentos e atitudes a revelar personalidades e, mais que isso, emoções e decisões. Depoimento favorável, negativo, temporizador, manso, áspero? A antologia que Djacir Meneses, com aquele critério de seriedade e de alta competência que se tornou lugar-comum em sua produção intelectual, é uma antologia em que encontramos toda uma ampla maneira de ver e de concluir sobre o Brasil e sobre os brasileiros. Por isso mesmo, o Conselho Federal de Cultura, na execução de sua competência legal, decidiu promover a nova edição.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1970.

Artur César Ferreira Reis.

.....

Introdução

Quando o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais me convidou para organizar o presente livro, devo confessar que quase rejubilei: e foi com entusiasmo já executivo que me lancei a traçar o plano geral, assentando os objetivos principais do trabalho. Em pouco, comecei a descobrir dificuldades, que eram interrogações diferentes das que me propusera e originaram mudanças no plano. A paisagem intelectual, entrevista ao primeiro lanço, ia mudando à medida que preparava o material, à busca de relativa unidade, nos escritos esparsos de épocas diversas, mas que convergissem para os temas centrais.

Uma coisa é ler cuidadosamente os autores nacionais para compreender os problemas sociais e políticos -- e outra relê-los para o fim de selecionar ensinamentos sobre aqueles problemas. Advirto que não me pus à tarefa de ânimo leviano e fácil. Assiduamente e desde cedo tenho freqüentado nossos cronistas, historiadores e escritores, aos quais sempre volto nas pausas de estudos mais urgentes. Eram leituras colaterais, de onde retirava dados e experiência social para interpretação da vida associativa e seus problemas. Aliás, este objetivo constante imprimiu direção e coerência a estudos só aparentemente dispersivos. Ao assumir o compromisso de organizar o presente livro, iniciei a revisão conscienciosa, relendo, com precaução e método, quanto estivesse ao meu alcance e interessasse aos fins propostos. E cuidei de executá-lo, adotando critério didático e sociológico.

Para dissipar equívocos, declaro previamente minha responsabilidade total pelo que apresenta e representa esta compilação. A crítica sabe a quem se dirigir ao apontar o que houver de ruim no livro. E se algo de aproveitável existe, como tenho razões para suspeitar, evidentemente é porque me beneficei da preciosa cooperação de alguns amigos, da troca de idéias, durante a marcha do trabalho, com Costa Pinto, Roberto Moreira e Anísio Teixeira.

O DESPONTAR DAS INTERROGAÇÕES

Seria ingenuidade supor que se organiza uma compilação deste gênero sem suscitar reflexões de crítica aprovativas ou de contestação. Não me faltam provas disso. A simples informação do trabalho em andamento, dada a um colega, ao acaso, obtinha logo parecer e sugestões variados -- e, freqüentemente, descontraídos com o plano seguido. Parece que isso revela a dificuldade da feitura dessa espécie de antologia a contento das numerosas predileções. Andava a obra em meio, ainda sem título estabelecido, quando discuti o assunto com Roberto Moreira e Costa Pinto: e acabamos convindo que o nome mais adequado ao que nós tínhamos em mente era -- O Brasil no Pensamento Brasileiro.

Na verdade, era o que mais se ajustava: porque lembrava o crescer da consciência nacional mediante as obras publicadas pelos autores que, no passado, mais se dedicaram ao estudo das realidades ambientais e mais sensibilidade social tiveram no apanhar as tendências de nossa formação. Esse pensamento escrito não representa, no processo de nossa convivência, um transplante mecânico de concepções estranhas, mesmo quando os autores parecem repetir o que está na literatura européia. As idéias, que se importam e ensaiam aplicar no Brasil, encontram maior ou menor ressonância segundo as circunstâncias sociais e políticas nativas: e sua estranheza em relação ao meio teria, como conseqüência, a desadaptação intelectual das elites, falseando-lhes a compreensão do desenvolvimento histórico e de suas leis internas. Tal fato despertaria correções -- porque as idéias são em toda parte instrumentos de ação, mesmo que não pareçam; e nesta hipótese, inserem-se na convivência humana, onde se transformam em forças à medida que representam aspirações, projeções de interesses, vitalidade.

Ora, tais elites, mesmo importando esses instrumentos interpretativos da cultura européia, agiam em meio americano, onde se modificaria a herança espiritual em função das condições que se verificavam aqui. Se, por um lado, deparamos nos escritos citações e exemplos do enciclopedismo do século XVIII, do romantismo

político, do liberalismo ainda revolucionário, também anima as decisões legislativas e administrativas da máquina política o propósito de preservar a unidade e a independência, aliado a agudo senso da realidade. Ao lado do bacharelismo de inspiração coimbrã, com modelos jurídicos universalistas, fosforejava o nativismo jacobino, valorizador de fontes indianistas, adotando nomes tapuais e divinizando a maloca e o beijo furado como criação do gênio autóctone. O tacape, o papagaio, o bugre, o verde-amarelo das florestas, material das revoluções pueris de literatura política, que, depois de período de latência, daria seu último estalo aí pelas alturas de 1922, na arena literária.

De qualquer modo, é no pensamento escrito que se pode acompanhar o alvorecer da consciência nacional: e ele emerge à volta dos problemas que o desenvolvimento provoca e que se reflete subjetivamente nos espíritos mais alertas. Como sucedeu em toda parte, os mais alertas estão nas classes dominantes, cujos horizontes a cultura alargou. No Brasil, o elemento dirigente se recruta no "patriciado agrícola" (Oliveira Viana), que organizaria a produção rural e, durante o Império; e, na República, há crescente participação das elites urbanas, efeitos da semi-industrialização; em tais camadas se concentra o pensamento providente e providente. E possidente. Porque a propriedade da terra, como fator essencial da riqueza, habilita a representar o "povo". Eles são uma parcela, mas parcela onde se condensa a consciência do totus: essas camadas adquirem a convicção de que são elas a "nação". Assumem a liderança, cada vez mais confiantes e ativas. Delas saem as grandes figuras de nossa galeria, desde Feijó e Vasconcelos a Cotegipe e Paranhos. Nas repúblicas de fala espanhola, desembaraçadas cedinho das instituições monárquicas, o processo teve mais celeridade nas elites dirigentes: e maior foi a distância social de tais elites para a massa nativa.

Mas a justificação ética da representação política, que dá à minoria o direito de falar em nome do "povo", está na convicção de que promovem o desenvolvimento nacional -- e não o interesse de grupos. Assim, ao ouvirmos as interrogações formuladas pelos escritores políticos do Império e da primeira República, pressentimos quanto essas elites estavam na boa convicção de que debatiam medidas de caráter público. Centralização ou descentralização? Unitarismo ou federalismo? Eleição direta ou por círculos? Trabalho servil ou salariado? Militarismo ou poder civil?

Todas as perguntas são dificuldades in statu nascendi. São formas interrogativas, no plano subjetivo, de desajustamentos de forças sociais, no plano objetivo. A substância, que alimenta o pensamento político e jurídico, vem da história do crescimento nacional e de suas crises, que prolongam por sua vez a história do Ocidente. As idéias são importadas como as instituições, que as exprimem socialmente.

Não se compreendem os quadros políticos, jurídicos e religiosos senão no contexto ideológico, pois sua significação está na atmosfera espiritual, onde se evidencia a validade do pensamento como aspecto do desenvolvimento das sociedades humanas. Sob esse ângulo, o exame das criações da vida coletiva -- bancos, sindicatos, estruturas governamentais, empresas, opinião pública, etc. -- mostra que as estruturas sociais são heranças da civilização transplantada. As condições especiais do meio não afetam a natureza do processo das relações humanas de forma tão imperiosa, como disseram alguns estudiosos, reclamando autoctonismo nas soluções em nome do aborígene e da xenofobia... Pois tais frivolidades ainda se disfarçam em cabeças tidas e havidas como sólidas. Não se pode atribuir a simples receitas de doces ou temperos culinários qualquer papel representativo na produção dos fatos históricos, mas convenhamos: no fundo, o sofisma não é tão fútil como parece; porque, nessa distorção, se converte o acessório no essencial -- e isso desorienta muitos estudiosos que ainda não tomaram pé no campo sociológico. Pode o homem mudar de cozinha, comer nos trópicos diferentes do que come na mãe-pátria, incorporar no vocabulário termos indígenas, açucarar a linguagem na preguiça da pronúncia amolecida, como ocorreu no Brasil em relação a Portugal. Com esses dados não se pode definir cientificamente o regime social da colônia: e os problemas do trabalho servil e salariado, de investimentos de capitais, de apropriação da terra, de renda territorial, de juro, são evidentemente os mesmos, mesmíssimos. Doçura, bondade, rudeza, qualidades psicológicas, que têm valor nas relações individuais, quase desaparecem na perspectiva histórica, onde míngua e esvanece toda sua visibilidade sociológica. Por que andar atrás da tristeza do aborígene ou do africano, da saudade do português, como fez Paulo Prado, para explicar a fisionomia nacional? ()*

PROBLEMAS AUTÓCTONES?

Essa sociologia, que valoriza demasiado a determinação espiritual na trama do processo, contrabalança, até certo ponto, o exagerado mecanismo dos que abolem, tout court, o papel ativo da inteligência no ocorrer histórico. Mas se deixaram por vezes levar para as utopias divagativas, agradáveis às conferências mais literárias e diplomáticas, do que científicas. As cátedras das ciências sociais, requestadas pelas ortodoxias, não suportariam decerto o requisito de um novo Santo Ofício, que pretendesse estender sobre elas sua jurisdição ideológica.

(*) Lendo essa pergunta, Roberto Moreira anotou, numa pontinha de dúvida: "Concordo, mas pergunto se, embora anuladas ou entorpecidas na perspectiva histórica, as qualidades psíquicas não terão função decisiva em certos momentos de passagem, no cruzamento do Rubicão?"

Na organização destas páginas, procuramos o que havia de mais tipicamente expressivo, qualquer que fosse a tendência ou orientação do autor. Há convergências e há divergências, reinando mesmo certo tom polêmico entre os autores. É um diálogo excitante. Só não é mais ainda porque não foi possível, dentro do ciclo de temas escolhidos.

De início, havíamos planejado distribuir os excertos em três grandes partes: os que tratavam da Natureza, os que tratavam da Sociedade, os que tratavam das Idéias.

No primeiro, trechos de escritos onde se acusava a consciência do meio telúrico, as dificuldades do homem nas condições do hábitat, acompanhando o desabrochar da consciência dos problemas da Terra através da tradição escrita, o modo por que se fora acumulando o conhecimento científico na interpretação de nossas riquezas naturais. Pretendia-se responder, nesta parte, à pergunta: que idéia se elaborou sobre a nossa Natureza, no processo do desenvolvimento nacional? Sabe-se que, a cada etapa, a consciência social concebe uma idéia peculiar da Natureza, conforme seu grau de maturidade. Então, insensivelmente, transitamos para a segunda parte.

As relações entre os grupos humanos e o meio físico imergem no processo social de humanização do ambiente. Não há problema sobre coisas da Natureza que não seja também problema social, desde que as coisas não são consideradas "em si", mas para o homem e no interesse do homem. Ao lado dessa ordem de questões, há os que se referem às relações de convivência -- e nestas ressalta o conteúdo puramente humano: questões de organização da vida comum. De longa data os debates se abriram em nossa tradição escrita: mesmo antes de o Brasil ser! Que são os conflitos do Senado da Câmara, na colônia? Mas o que nos interessa aqui é o que se refere às crises de crescimento, portanto, quando já éramos nação: organização e competência dos órgãos administrativos, crescimento das cidades, partidos políticos, etc.

A inteligência é chamada a encontrar os melhores caminhos nestas formas de organização da vida comum, explorando uma experiência, que se capitaliza nas camadas dirigentes, porque dispõem de mais possibilidades e meios materiais e culturais. Em Tavares Bastos, Alberto Torres e Oliveira Viana, para citar os três mais brasileiromente preocupados com nossos problemas, deparamos as tentativas para sugerir soluções: e cada um deles avança, com o cabedal de sua época, para descobrir os elos que nos ligam ao drama da civilização contemporânea, sem negar nossas peculiaridades. Depõem contra a tendência para desligar o Brasil das perplexidades da civilização européia -- e reconhecer problemas autóctones...

APOLOGÉTICA E CRÍTICA

A terceira parte, que teríamos intitulado as idéias, já não seria interpretação sobre o meio físico ou interpretação sobre o meio social. Os mecanismos utilizados para controlar e aproveitar as forças naturais ou as forças sociais são estruturas que funcionam sob forma de controle jurídico-político. Por isso, é precisamente o bacharelismo das elites que está na primeira linha de ação, construindo as instituições coloniais e monárquicas, no esforço de sistematizar em doutrina a prática governativa.

Para isso, vão beber nas fontes ideológicas forâneas. É o direito das ordenações, onde está o direito quiritário do individualismo romano. É o direito canônico. São os elementos teológicos, que nossa filosofia escolástica transmite, dominando o pensamento universitário, através das escolas de Direito do Recife e de São Paulo. Depois, são outras componentes ideológicas, com os movimentos do liberalismo econômico e político. Montesquieu, Rousseau, Diderot, a Revolução Francesa, a Constituição norte-americana, o federalismo, a maçonaria, o positivismo, o evolucionismo, toda a rajada de idéias que sopra e tumultua os quadrantes do mundo industrial, que aparece e marcha à conquista das posições de comando social. Nas lojas maçônicas tramam-se independências e repúblicas tropicais de 1817 e 1824. D. Pedro é o nosso Guatmozín, a bandeira nacional terá para sempre o lema comtista, as minorias literárias absorvem romantismo e realismo, padrões de cultura intelectual e filosófica radicam-se, inserem-se no nosso modo de ser espiritual, no jogo vital dos nossos interesses: às vezes pensamos o pensamento alheio como realidade nossa, não apenas como fictícias idealidades de outros.

A profundidade da indagação é tal, que a terceira parte não pôde ser incluída no presente trabalho. Acabei vendo que seria uma segunda compilação. Máxime, porque a maioria dos que pensaram idéias alheias, quando não repetiram obedientemente as idéias consagradas, ficaram no esquecimento. E devia colocar, indiferentemente, materialistas ingênuos do século XIX, ao lado dos espiritualistas, alguns deles de tabuleta alta e nome a rufar nos tambores docentes. Os ordeiros e os desordeiros, os apologistas e os críticos, os ortodoxos e os heréticos, na sua faina comum de dar vitalidade ao processo mental, aspecto que envolve todos os demais processos sociais, dirigentes e dirigidos, no conjunto das forças do nosso desenvolvimento. Ora, tais objetivos avolumariam demasiado o livro, tirando-lhe as condições didáticas de texto subsidiado aos estudantes de universidades, como é intuito do Centro -- e aposentá-lo-ia em gorda enciclopédia para dormir no silêncio e no pó dos gabinetes de alguns estudiosos. Desta forma, resignadamente eliminei a terceira parte, que seria composta

deescritos refletindo a percepção da consciência dos problemas. Aí é que começaria, na verdade, a filosofia do Brasil, e não apenas no Brasil.

Entretanto, não só foi cancelada a terceira parte, como decidi adotar critério mais flexível, fixando meia dúzia de temas, em torno dos quais se agrupasse a matéria selecionada. Os próprios temas foram inspirados pelo exame dos excertos, nas tentativas de classificá-los; não parti do esquema à cata de enchimento ulterior; a marcha foi inversa. O esquema se desentranhou da compilação, a posteriori.

Isso não quer dizer que o trabalho de joeiramento não fosse guiado pela idéia de alguns problemas fundamentais à vida nacional.

Eis os temas:

- 1. As instituições e o meio social.*
- 2. Eleições, rebeliões e partidos.*
- 3. Retratos do Brasil.*
- 4. Caminhos na Terra e na História.*
- 5. O Ensino e as Elites.*
- 6. A tese republicana.*
- 7. A crítica inconformista.*

Pareceu-nos que a análise devia começar pelos fatos associativos. Melhor: pelo que escritores de ontem e alguns de hoje pensaram sobre problemas essenciais que iam emergindo do meio social onde viviam. A seguir, o problema do poder, da organização política, centro da especulação jurídica para construção do Estado, desde cedo estimulada pelas Faculdades de Direito. Eleições e partidos constituem, portanto, manifestação primária do nosso desenvolvimento. Em escala crescente de compreensão e interpretação, surgem as tentativas de compor um retrato psicológico e social do Brasil. Os retratos variam muito, os tons vacilam de subjetivismos, mas certos toques e traços têm significação histórica no delinear a fisionomia coletiva. Vai-se adquirindo noção mais clara do papel dos órgãos educativos na formação da consciência dos problemas. É quando se fala mais insistentemente na distância que medeia entre as elites e o "povo", aludindo-se a "outro" Brasil. Culparam facilmente o bacharelismo das minorias, qualificadas como jeunesse dorée de classes afortunadas. Culpado daquela distância! A tese republicana é complexa: e quantas questões sérias o livro apenas aflora ou deixa suspeitar! Mas seu papel é este mesmo: sugere, espicaça, alerta. Dá um choque elétrico no espírito estudioso, provocando-o a ir atrás de mais livros, de mais pensamentos sobre o Brasil adolescente. A ir garimpar nossos cronistas, com tino e técnica sociológicos -- e não como meros historiadores, como até agora se fez. Sentindo que o livro não lhe diz tudo, e apenas entreabre,

fugaz, nesgas de paisagem -- o estudioso precisará de mais autores, de mais esclarecimentos, que estão para além desta colheita. Onde estudar o evolucionismo, o positivismo, o romantismo, o naturalismo, não como doutrinas exóticas, mas como ingredientes do pensamento nacional? A função dos críticos é salutar. É a tese final: o pensamento inquieto e desacomodado, sintoma de juventude.

Dentro de cada um dos temas, os autores foram postos na ordem cronológica. Se não é um critério lógico, é certamente psicológico: partimos de autores presentes, que vivem dentro das perplexidades contemporâneas, sintonizados com nossa sensibilidade, e vamos recuando para os mais distantes. Quando os coevos tratam do passado, fazem-no com o equipamento de idéias, desentendimentos, de valores de nossa época. Portanto, são didaticamente mais acessíveis e inteligíveis. Problemas que eram embrulhados e difíceis no passado desabrocharam e ficaram mais ao alcance de todos, enquanto novas interrogações começam a germinar...

AS DUAS MINORIAS

As minorias, que trataram dos problemas de organização jurídica e política no Brasil, preocuparam-se com o povo através de coeficientes eleitorais e da maneira de arregimentá-lo nos quadros dos partidos. Não lhe reconheciam discernimento: o povo era a força bruta que a inteligência, privilegiada pelos cursos superiores, iluminaria e tutelaria. Até 1930, todo o processo eleitoral, permitindo as falsificações, tinha suas molas nos núcleos oligárquicos do coronelismo como realidade primária. Quem representava realmente o homem do interior? Quem o rurígena sentia como o intérprete de suas necessidades, atendendo-lhe as solicitações, apadrinhando-o nas horas difíceis? O "coronel", o proprietário influente e aliciador na escala municipal, às vezes couteiro de bandidos. Votaria em quem o coronel mandasse. Assim, através da igualdade jurídica, teoricamente proclamada, se acentuava a desigualdade social, praticamente afirmada.

A queda da primeira República anuncia forças populares invadindo o cenário político. As reformas eleitorais não podem eternizar os antigos estratagemas. Correntes comunistas, fascistas, socialistas e trabalhistas, recolhem a clientela fluante, nas cidades, exploram o terreno, prometendo a bem-aventurança, sob fiança da direita e da esquerda. Estudando a evolução dos partidos o professor Hermes Lima disse que parece haver, desde a Independência, "receio do povo". Realmente, a massa votante, recrutada pelas formas antigas, não participa na elaboração de nada: tudo vem de cima para baixo. São os novos "ismos" que começarão a desagregar a

antiga clientela dos velhos clãs, sem base firme nas classes rurais cada vez mais arre-dadas dos negócios públicos, sob pressão do industrialismo em marcha. A confusão favorece a ação crescente das facções desnacionalizadoras.

Nem sempre a direção veio de "cima", de minorias qualificadas, agindo sobre maiorias plásticas; seria simplificação. Mas distingamos: há grupos minoritários que, estando a serviço da comunidade, representam interesses gerais, -- e há grupos historicamente dissociados, ligados a interesses parciais, presos a privilégios. Estas minorias é que são nocivas, porque acabam incutindo no povo a convicção de que todos os órgãos governativos são mendazes e adversos. A ruptura da solidariedade social determina nestes grupos uma visão diferente de povo, que os intimida: governar é sinônimo de reprimir, de corrigir. Divulga-se na literatura política a idéia da disciplina pelo terror policial e não pela persuasão educativa e política: e exalta-se a coercitividade como a função essencial do Direito. A autoridade não se funda só no consensus, mas também no imperium. Louvam-se os estadistas violentos, nas épocas de crises; e eles pensam que são "fortes".

ENSINAR A PENSAR NÃO
É ADESTRAR PARA REPETIR

A história social educa e moraliza mais do que se julga vulgarmente. Para isso não se precisa imiscuir nela a intenção moralizante. Refiro-me a coisas mais altas: a educação que contribua para uma real consciência cívica das transformações sociais dissipando ilusões e firmando convicções racionais, no entendimento da História. Em nenhuma época se sente mais necessidade de estudar o passado do que nestes dias de incerteza, ante a decomposição dos estilos tradicionais do pensamento, cujos valores estão sob o fogo da crítica prestes a transmutar-se nos golpes de força. Tal estudo não se confunde com a volta ao passado pregada pelos que vão buscar no passado argumentos para escorar os ídolos convertidos em simples anteparos de interesses ameaçados. Reviver tradições para curar misérias é a mais triste confissão de impotência cívica.

O de que se trata é de explorar a vitalidade da experiência histórica no mais alto teor da palavra. A compreensão do passado feita criticamente, com a análise política das idéias, nos textos legados pelos pensadores honestos. Os que pensaram como intelectuais legítimos, iludindo-se ou não, mas buscando interpretar para agir: e agora lhes podemos levantar o pedigree, que nos permite aquilatar até onde

o pensamento, que permeava a sua ação, foi verdadeiro ou ilusório: o grau de verdade ou de falsidade de que foram capazes na percepção dos valores nacionais.

A escolha dos textos foi variada. Em torno do mesmo tema, há distância entre os autores, distância social entre coetâneos, distância no tempo entre os de mesmo status. Antes de unir pela identidade de pontos de vista, preferi reunir pela desunião opinativa. Assim o estudioso pressente, de logo, o contraste, que dá relevo didático e alcance concreto, porque situa tudo no contexto da vida nacional. O livro não tem por mira convencer ou assegurar convicções, mas ensinar o autêntico, provocar o raciocínio, desenvolver faculdades críticas. Compendiou-se conjunto de posições e opiniões, que possam ter valor educativo pela sua contribuição às questões mais vivas. Os que amam os catecismos certinhos baterão aqui em porta errada: nestas páginas domina a atitude polêmica do diálogo democrático, não a ladainha que recita o diálogo fictício e dirigido das massas adestradas.

Mania de polemizar? Instinto de iconoclasta? Já os argumentos antecedentes desautorizam a acusação. Porque um dos objetivos do livro, vale reafirmar, é ensinar a pensar -- e não fornecer textos para exercício de apologética. Pensar é função essencialmente polêmica. Não foi por simples capricho que Platão preferiu a forma dialogal para exposição de sua filosofia. Nas origens do pensar está o laço entre o Eu e os socii, está o debate que se subjetivou. Pensar é desenvolver uma posição interna, que é a dialética do processo espiritual. O apologista, defendendo o constituído, opõe-se ao constituído. O tradicionalista rechaça o renovador; mas o renovador aceita a tradição para o peneiramento crítico. Aceita-a, mas não a repete, pasmado e serviçal, porque duvida e pensa. Pensar resulta de situação em que o repertório de respostas arquivadas não basta; e a inquietação denuncia a insuficiência da conduta estereotipada. Neste instante de inquietude genésica é que se define a função de pensar: exatamente quando se rompe o tipo hereditário de solução -- e precisa-se de caminho novo. Pensar é ato de pioneirismo, no indivíduo ou na sociedade. E o síndrome, psicologicamente, é a dúvida, -- que socialmente se anuncia pela crítica.

Em face do valor consagrado, ele não é o demolidor cego: às vezes é o restaurador do verdadeiro e do autêntico, que estão soterrados. Quantos exemplos na história das idéias! E situa-se na zona do "pensamento perigoso". Expressão deliciosa, essa! O pensamento vivo de hoje está para o clichê cristalizado de amanhã como o animal da selva para o empalhado do museu.

O verdadeiro intelectual não é o que acolita e apologiza; ele amplia e desenvolve o nascido ou anuncia as coisas nascituras. O gênio e o talento do indivíduo é que captura o sentido da mudança histórica; depois, outros acodem ao trabalho. A

pulsção surda, que vem das profundidades do solo histórico, obtém acústica através deles. Nesta função é que está o "perigo" de pensar. Não é profecia porque não enxerga o que vai acontecer como maquinação de intenções misteriosas, mas como consequência de um determinismo social de forças objetivamente avaliáveis. Não sendo profecia, que será? Previsão, com todas as incertezas resultantes das margens de erro. É inútil carpir: só morre mesmo o que estiver historicamente condenado. O estilo conservador de pensamento prolonga o crespúsculo, mas a vida nova vence por efeito do curso inevitável das coisas.

O intelectual antecipa, graças ao alargamento do horizonte de experiência humana: afia o sentido da História. Daí seu drama ante a tradição interessada, e, individualmente, interesseira. O drama se projeta no domínio das idéias -- e pode ser acompanhado no pensamento escrito, em função de circunstâncias concretas. Eis porque o estudo sociológico do nosso passado tem alto poder educativo: situa o pensar no processo de crescimento nacional. Já disse certa vez: "insere o método científico no nosso desenvolvimento histórico". Essa, a maior revolução. Para isso, urge acompanhar o debater das questões entre os que pensaram, principalmente na arena política. Política é sociologia em ebulição. Não nos põe diante do factum, mas do faciendum. Tal fonte tem sido menosprezada. Era preciso aproveitá-la. Este livro tem a presunção de ser a primeira tentativa conscientemente feita nesse sentido.

A CRÍTICA E OS VALORES REAIS

Foi por estas últimas razões acima expostas que arrolei, entre autores reputados sociológicos e políticos, alguns havidos apenas como literatos e poetas. Formulei essa distinção: há autores propositadamente sociológicos e há autores casualmente sociológicos. E não se desdenhe dos "casuais". Muitas vezes, é nestes que vai florir a intuição mais genuinamente social, apurando o dado melhormente captado da experiência viva (da vivência, como se crismou coisa velha). A manifestação é apreendida pelas antenas da Arte com mais precisão e frescura humana do que sucede no conceitualismo abstrato da ciência. Já prevejo o espanto do leitor: Lima Barreto aqui? E não estão juristas como Teixeira de Freitas?

Ad objectionem, respondeo dicendum: que um Lima Barreto revela muito mais o íntimo do processo de interação social, na sua atitude protestatária, como "dado" vivo e bolindo, que muitas páginas lógicas e instrutivamente escritas. Por quê? Simplesmente porque o oprimido e rebelde Barreto apurou a sensibilidade nas arestas sociais; e, em carne viva, sofreu certas fricções, que lhe aguçaram

a percepção social para o progresso histórico, embotada em outros festejados escritores. A intuição de realidades dolorosas se apura na dor. O bem-estar entorpece a sensibilidade para certos aspectos da vida associativa. Porque os fatos sociais não são inteiramente exteriores como os fatos naturais -- e sua definição se faz em sua permeabilidade pela razão, no mundo que Hegel denominou de pensamento objetivo. A exata compreensão da interioridade espiritual é que tem dificultado a posição clara do problema. Porque o problema está também no autor, revela-se no seu próprio pensamento. Por isso, ele pode fornecer o insight dos processos sociais, como se andou perto ao cogitar de uma sociologia compreensiva. Na mesma ordem de idéias, o anúncio de um remédio ou de um escravo fugido sugere toda uma situação social, dando-lhe mesmo plus emocional.

Dizia Flaubert que la manière plus profonde de sentir quelque chose est d'en souffrir.

Eis porque, apresentando o presente trabalho, insisto em declarar que não se trata de simples livro-texto, nos moldes comuns. Tendo percebido esta intenção, Anísio Teixeira, sempre recalcitrante à rotina, me chamou a atenção para o trecho de frei Vicente do Salvador, que se incluiu. A graciosa história escrita pelo frade, com a deliciosa singeleza que maravilhou Capistrano, é um bom exemplo da sensibilidade social aos fatos coloniais, haurindo a frescura da experiência.

Mas, tive intuito de contrastar opiniões oficiosas, mais ou menos cristalizadas em hábitos mentais, com outras opiniões que ficaram soterradas e sumidas. Assim, procurei na imprensa, que é zona mais briguenta e expressiva. Os jornais populares do Império zurziram bravamente a Monarquia, como se sabe. Os panfletos cobriram, no mais duro fogo, as instituições e a "pessoa inviolável e irresponsável do Imperador", segundo a palavra de cobertura constitucional. A Monarquia, nos ensinamentos de quase todos os historiadores, é azul como as montanhas. Mas, vista de longe, sob céus serenos, em serena claridade. Assim no-la apresentam sempre, azulando-a cada vez mais, na luz dourada de ideal perdido. Diante da literatura rósea, pusemos a sinceridade de outros, verídicos e rudes, dos que não bajulavam o trono. As tintas cerúleas do aulicismo póstumo, ao lado das pinceladas da tisna combativa dos marginais e revoltados. E também verdades duras proferidas por grandes caracteres. Entre estes, ressaltará a figura luminosa de Benjamim Constant, respondendo diretamente a D. Pedro II (que lhe indagara, com delicadeza, porque não se inscrevia no próximo concurso) -- que seria uma inutilidade: fizera sete, tirara o primeiro lugar e Sua Majestade nomeara sempre os colocados abaixo dele. Então Sua Majestade fez isso: corou. Devia ter feito outra coisa, depois de corado: nomeá-lo. Não nomeou: Ben-

jamim era positivista e era republicano. Foi preciso a proclamação de novo regime -- para o ato de justiça.

O desabafo de Silva Jardim, aqui publicado, é quase desconhecido; e vasculha, a seu modo de propagandista, os interiores e exteriores da Monarquia; é documento a ser cotejado com outros documentos. Estes trechos esquecidos darão o choque elétrico na inteligência do estudioso. São provocações didáticas, fricções salutares para restaurar a lucidez histórica, vacinando-os contra o convencionalismo. O intuito é despertar-lhe a mente, dissolvendo-lhe o que for dissolúvel, porque falso ou fictício -- e apurando o que for verdadeiro, porque só a verdade sai mais luzente depois do corrosivo da crítica. Ensinar a duvidar é, pois, uma profilaxia na preparação à sociologia. Espírito veraz -- e não apenas espírito de acatamento e de vassalização da inteligência. Não se tema que o ouro da verdade cívica não se embota ou mareia. Seria receio injustificado; os caracteres de um Bernardo Vasconcelos, de um Caxias ou de um Teixeira Mendes -- para citar três épocas -- jamais revelariam fraturas no mais radiográfico dos inquéritos.

CIÊNCIA EXIGE DIGNIDADE

Argüir-se-á:

Então a obra, que se nos apresenta a título de refletir o Brasil no pensamento nacional, visa a fomentar a indisciplina e o desrespeito aos nossos maiores? A solapar créditos firmados? A semear o desprezo cívico pelo passado?

Deus me livre: este livro visa exatamente ao contrário; pretende dirigir-se à inteligência do leitor para que ame a Pátria na Verdade e na Justiça, com a verificação de seus valores autênticos, que os há reconhecidos e reconhecíveis. Que passe ao largo destas páginas a burrice, tão opaca, ou má-fé tão sinuosa, capaz de tirar conclusões de tal espessura. Valho-me do exemplo já dado: quem não começa a admirar ainda mais a personalidade de Benjamim Constant depois de conhecer aqueles fatos? Se o monarca sofreu alguma ligeira redução, é porque o cortesão emprestou-lhe certas dilatações, que sua figura generosa dispensaria, mas o fundador do regime recebeu o que lhe pertence, e sua frente ainda reluziu na mais nobre e mais digna superioridade moral. Porque há muita fumaça, atijada pelo esnobismo, perturbando o culto cívico. Rui disse, certa feita, que um voto honesto basta para salvar um tribunal acobardado. Por quê? Porque a lição moral fica. Um homem de pé redime uma selva de escravos ajoelhados. Ciência exige dignidade. O pensamento exige sacrifício. Sacrifício obscuro, diário, fatigante e silencioso. E a sociologia tem seu papel moral, que

não é exercido pelos sediosos, mas pelos cientistas. O interesse das coteries não é a verdade, mas verdade é o interesse nacional, o que é bem diferente. Se aqui e ali, algum grande homem diminui é que sua grandeza tinha equívocos: outros crescerão muito mais. E crescerão por justiça histórica, sem a cavilação da hipocrisia, distorcendo a realidade. Que mais alto e límpido exemplo para a formação moral dentro da educação científica?

Foi com tão alevantado propósito que me atrevi a organizar estas páginas. E tenho para mim que os diretores do Centro estão plenamente solidários com esta declaração.

Rio de Janeiro, Natal de 1956.

Djacir Meneses

Obs.: – Todas as notas apenas ao rodapé das páginas são dos respectivos autores antologizados. Qualquer nota do compilador será assinalada por D.M.

.....
CAPÍTULO I

As Instituições
e o
Meio Social

AURÉLIO DE LIMEIRA TEJO (1908). Nasceu em Caruaru (Pernambuco), fazendo seus estudos secundários no Recife. Os estudos sociais e econômicos aguçaram-lhe a curiosidade intelectual, como atesta sua atividade jornalística e crítica. Em 1937, publicou o primeiro livro sobre o Nordeste, examinando a situação de miséria das populações rurais, o papel do latifúndio, a civilização da cana-de-açúcar, etc. Estilo nítido, examina, corajosamente, os problemas sociais sem quaisquer compromissos ideológicos, no esforço de compreender a angustiosa perplexidade do mundo atual e seus reflexos no quadro brasileiro.

Depois de 1937 esteve demoradamente nos Estados Unidos, como membro do Departamento de Estudos Econômicos das Nações Unidas, em Lake Success, New York, de onde enviou artigos sobre a política mundial na linha de independência, que sempre adotou. Tanto sobre sua pátria como sobre a grande nação do norte, manteve a visão de analista objetivo, reiterando sempre o amor à liberdade contra todas as formas de dirigismo do pensamento, quer sob formas totalitárias soviéticas, quer sob outras formas variantes heterodoxas.

Obras: Brejos e Carrascais do Nordeste, *Edições Cultura Brasileira*, São Paulo, s/d; Retrato Sincero do Brasil, *Porto Alegre*, 1950; Por trás da Cortina do Dólar, *Rio*, 1954; Enéias, Memórias de uma Geração Ressentida..., *Editora Globo*, *Porto Alegre*, 1956.

.....

Vida social da caatinga

A sociedade sertaneja apenas vai saindo do seu primarismo pastoril. Ainda se vive nesses descampados quase que com a mesma simplicidade rústica dos primeiros povoadores, a mesma liberdade imensa, a mesma idéia social do mundo. Com a mesma noção da terra larga, sem limites. A mesma inconstância de uma vida sem raízes.

A máquina que corta a região em quase todos os sentidos é ainda um acidente no quotidianismo da existência nordestina. Não está completamente integrada no coeficiente de energia que faz viver a terra seca. Está à margem, arregimentando a produção para os grandes centros comerciais, transportando de volta desses centros as mercadorias de utilidade e principal, sem se confundir com o homem na luta de todo dia contra a natureza. O sertanejo continua absolutamente desaparelhado para enfrentar a hostilidade do meio físico. Sem nenhum ideal de trabalho, sem a menor orientação econômica, desencorajado, ele não pode, até agora, interpretar a intenção de progresso que a máquina lhe trouxe. O que vale é que o homem desses desertos é sóbrio como todo habitante do deserto, satisfazendo plenamente às suas necessidades com uma produção rudimentar. A sua fartura, nas épocas boas de inverno, é apenas uma folga no seu rosário de aperreios. Não chega a ser bem uma situação de comodidades, mas tão-só uma contentação de pequenas

exigências, dessas que estão na última escala do conforto. É que ainda se vive nesses chapadões na mesma relação colonial com as sociedades mais desenvolvidas do país. O braço escasso e o cabo de frei-jorge são ainda as grandes alavancas de toda a economia agrícola. Economia, aliás, de misérrimos trabalhadores, uma vez que a maior atividade, a quase única mesmo, é a criação. E essa só Deus sabe como subsiste por esses campos devastados, torrados por um sol inclemente sem água, sem vida, sem fecundidade.

* * *

Como os trilhos no agreste, a rodagem no sertão provocou, em grande zona, um desenvolvimento rápido das aglomerações humanas, dando lugar ao mesmo fenômeno de urbanização do fazendeiro e de grande número de agregados das suas terras. A fazenda perdeu, aqui também, o seu prestígio de célula econômica, desorganizando-se o seu sistema patriarcal, relegada a simples lugar de "passar tempo", quando os campos enverdecem com o inverno, o curral se enche de vacas de leite e o queijo e a coalhada são de fartura. Quando o milho está verde para ser assado nas fogueiras de São João e os tanques e os açudes cheios de água para os banhos de folia. Esses banhos de moças nuas que, até há bem pouco tempo, constituíam um tabu para as vistas masculinas, mas que já agora podem ser espreitadas de alguma capoeira estratégica, sem que o indiscreto sinta na consciência o peso de um grande pecado.

Tendo-se intensificado as relações comerciais, a essa circunstância se deve muito pela transformação da mentalidade do homem desses chapadões, obrigado como ficou a constantes viagens aos grandes centros, sentindo a influência de um mundo novo, de uma concepção menos brutal da vida, adquirindo hábitos e costumes mais francos. Tanto assim que, depois que a máquina começou a percorrer os caminhos difíceis do sertão, nas cidades e nas vilas as populações adquiriram costumes sociais mais comunicativos, e as mulheres já são vistas em todas as festas, com um ar desembaraçado de pracias, amáveis, dançando e se vestindo menos rudimentarmente. Vai já desaparecendo aquela famosa desconfiança que presidia as relações da caatinga, quando a parte feminina da família era conservada à distância de todos os olhares masculinos e não tinha direito de presença nas reuniões, tratada com um ciúme feroz, um zelo medieval.

O sertanejo continua, no entanto, ferozmente individualista, não compreende o que seja uma necessidade coletiva, muito embora não aja egoisticamente nas suas relações. Possui no mais alto grau o sentimento da solidariedade, mas é incapaz de se interessar pelo bem comum, de agir em função de uma aspiração geral. A luta contra o meio hostil não conseguiu, até agora, organizar a união de todas as forças humanas da caatinga, e muito embora se tenha em grande consideração, como inestimável virtude, auxiliarem-se uns aos outros, a adversidade natural cada um a enfrenta de *per si*.

Defeito de uma concepção heróica da vida, o individualismo do homem do sertão substitui a cooperação pela ajuda cavalheiresca. Tacitamente acordados em se apoiarem mutuamente, só ocasionalmente no entanto os sertanejos se ajudam. A sua habitual hospitalidade, a sua proverbial obsequiosidade, foram plasmadas pela subconsciência de um inimigo comum: o deserto. Não chegam, portanto, a ser ainda qualidades práticas. E somente no dia em que o homem dessa caatinga for levado a compreender a lógica histórica desse comportamento, terá se munido do espírito social necessário para a consolidação econômica da conquista da terra.

É na observação das relações de produção desses desertos que se vai encontrar a razão da coexistência de sentimentos antagônicos agindo aparentemente ao mesmo tempo. A fazenda sertaneja, pelo menos até há bem pouco tempo, era de propriedade privada, mas a sua exploração era comum. E isso explica perfeitamente a atitude ao mesmo tempo solidária e individualista das populações dessa zona. Os limites das propriedades, antes desses últimos dez anos de seca horrorosa, eram tão imaginários quanto uma linha de meridiano. O gado de vários donos se misturava nas terras confundidas, desmarcadas. E era assim que, quando o sol de agosto queimava as folhas verdes da última inverno, reuniam-se as cabeças dispersas pelos quatro cantos da caatinga para a grande festa da vaquejada. Nessa ocasião era que, com ruidosos torneios de vaqueiros, separavam-se pela marca do ferro os bichos que cresceram todos juntos, ao Deus dará, na terra larga.

Hoje, os arames farpados das cercas estão acabando com a comunidade do aproveitamento da terra. E isso em obediência a uma política de extensão dos campos de pastagem para fazer face à seca. O proprietário sertanejo está procurando aumentar as suas mangas porque, criando pelos processos mais rudimentares, o seu benefício é função exclusiva dos recursos brutos da terra. Assim, quanto maior for a sua fazenda, maior também será a sua capacidade de resistência ao flagelo. Porque o que constitui a seca para o sertanejo não é propriamente o fenômeno climatérico. É a sua conseqüência. Tanto que a calamidade não tem a mesma época de início para todos, embora as chuvas deixem de cair ao mesmo tempo em toda uma grande zona. Quando deixa de chover, o gado vai devorando o pasto nos "revesos", passando de um a outro, até ter percorrido todos os campos da propriedade. Nesse ponto, esgotada a pastagem de reserva, se continua a estiagem, é que o flagelo começa realmente a fazer sentir-se. Quanto menor é o proprietário, mais cedo portanto será atingido pela calamidade. Nas grandes fazendas, a seca começando quando já se vai encerrando o seu ciclo meteorológico e, às vezes, nem começando, os prejuízos ficam reduzidos. Daí a preocupação atual de aumentar os campos cercados, sem que a isso corresponda, no entanto, uma maior atividade. É que, acabando com a semicomunidade da terra, está desorganizando a vida nesses sertões, substituindo a secular solidariedade por um desejo de conquista, de açambarcamento, transformando assim um flagelo da natureza numa calamidade social.

* * *

E é sob esse aspecto social que o problema nordestino da seca se impõe menos romanticamente a uma solução definitiva. E porque foi esquecida a sua realidade, ou porque não há interesse em descobri-la, tudo quanto se tem feito para combater o flagelo tem resultado de uma grande e inútil sentimentalidade. O que se pretendeu e se pretende, ainda hoje, nesse mundo, é justamente o inverso do estabelecido por toda a sabedoria experimental. Nunca ninguém pensou no aproveitamento econômico de uma região, desprezando suas particularidades mesológicas. No entanto, essa tem sido a nossa conduta em todo os esforços realizados para incorporar a terra seca aos quadros do trabalho reprodutivo do país. Tudo o que se tem feito é uma simples tentativa

para contrariar as condições naturais do meio físico, visando adaptar a imensa zona a uma atividade que lhe está em choque, mas que é um hábito, um vício, uma tradição latifundista do trabalho rural: a criação.

Ora, não somente já muito nos distanciamos historicamente do momento em que o boi era um animal muito útil para constituir a vanguarda dos sertanistas, farejando água na terra desconhecida, como precisamos compreender que as longas estiagens constituem a *normalidade* meteorológica dos sertões nordestinos. Até hoje, no entanto, não se quis compreender isso, e como se supõe que os períodos das grandes chuvas são os mais benéficos (solução nascida aliás de uma justa apreciação quanto à sua influência sobre um falso aproveitamento econômico) vive-se a pregar o milagre dessas chuvas, todos os anos. Milagre, diz-se, que somente a açudagem será capaz de realizar.

Não resta dúvida que a humanização da vida no Nordeste se deverá em grande parte ao açude. Mas não ao açude de juntar água para gado beber. E sim ao açude de irrigação. Não porque este último venha acabar com a seca, mas porque a sua construção virá implicar a mudança de orientação quanto ao aproveitamento das possibilidades e dos recursos desse mundo maltratado. Haverá, certamente, de ser assinalada alguma alteração na fisionomia meteorológica nordestina, após uma eficiente obra de açudagem. Mas não nos iludamos quanto à profundidade dessa alteração. O fenômeno da seca se repetirá. Ou melhor, a seca continuará sendo normalidade. O que acontece com as reservas irrigadoras é que elas virão eliminar as conseqüências de uma situação que, apesar de normal, não é confortável. A normalidade – que são as grandes chuvas caídas de anos em anos – deixará de influir, então, diretamente na economia sertaneja, para atuar apenas como agente avolumador das barragens irrigadoras. A distribuição do volume de água dessas chuvas será controlada. Mas entre controlar a distribuição do volume de água das chuvas caídas no Nordeste e controlar o fenômeno, a distância é muito grande. Porque não se domina o meio subvertendo as suas leis naturais. Mas interpretando-o. Equacionando-o a uma solução econômica.

O açude de irrigação não modificará apenas a fisionomia geográfica da região (já se concorda que há um dinamismo na Geografia), mas, sobretudo, a fisionomia econômica. A terra deixará de ser

aproveitada como uma coisa que se oferece naturalmente, em bruto, para ser explorada. Haverá então um justo aproveitamento dos recursos até hoje relegados inconscientemente. A atividade pastoral será abandonada, porque não é esse gadinho crioulo e raquítico, mal se tendo sobre as pernas e que ainda assim exige largas extensões de terra para ser criado, recurso que corresponda mais às necessidades da vida nesses sertões. Atividade tão economicamente necessária, hoje, quanto o seria um batalhão de mamelucos para fazer face à ferocidade do bugre.

Desde, pois, que se parta da noção errônea em se considerar o Nordeste como zona criadora, todos os projetos de construção serão mal orientados. As longas estiagens só são uma calamidade porque são consideradas quanto à sua influência sobre a criação. Depois, é preciso que se saiba, todos os anos *chove* no sertão nordestino. O que acontece é que nem todos os anos essas chuvas são exageradas, e somente as chuvas exageradas fazem nascer o pasto para o gado. Como, no entanto, a criação é que constitui a única atividade sertaneja, considera-se seco todo ano em que as chuvas não foram suficientes para a pastagem. Mas não se sabe ainda de um ano, *um ano seco*, em que não tivesse havido safra do algodão. É certo que, constantemente, essas safras diminuem de um modo considerável. Nunca, porém, é por falta de chuvas. Algumas vezes é até pelo excesso dessas mesmas chuvas. Outras vezes, é em virtude da retirada das populações nas épocas culminantes do flagelo. Mas, quase sempre, é porque a lagarta – cuja profilaxia nunca foi providenciada sistematicamente – estraga tudo.

Não são, portanto, os fenômenos das secas mais ou menos longas, não é, pois, essa *condição natural* dos sertões nordestinos, o que deve ser considerado como causa imediata dos dolorosos espetáculos oferecidos pela desgraça das gentes sertanejas. A causa real desse espetáculo é, tão e só, a inexistência de uma compreensão econômica do meio. Compreensão que está muito longe de ser atingida com esse passo de obras cuja única finalidade é promover um socorro provisório aos flagelos, sem dúvida para não os ofender no amor-próprio com a distribuição de uma esmola mais ostensiva...

* * *

Toda a vida desses chapadões se processa através das relações mais simples de produção. Basta dizer que operário sertanejo é

coisa que não existe. Ninguém aluga sua forma de trabalho. Cada um enfrenta por conta própria a vida na caatinga. O próprio vaqueiro não percebe férias. Trabalha "por comissão". Recebe um quarto de cada bezerro que nasce no rebanho confiado à sua guarda, isto é, de cada quatro bezerros, ele tem direito a um. Com algum tempo, reproduzindo-se os seus bichos e tendo a sorte de não sofrer o prejuízo das grandes secas, está ele também transformado em criador.

O resto da população que não possui terras constitui a classe dos "moradores" das fazendas. Não paga foro nem tributos de qualquer espécie, não dá as suas colheitas "de meia" e ainda vai buscar na casa do fazendeiro um vestido velho, um sapato usado, retalhos de pano. A única obrigação é ajudar a fazenda na seca, levantando o gado caído de inanição, fazendo fogueiras de macambira, esticando o couro das "murrinhas" ou integrando o batalhão de homens que vai conduzir a retirada do gado magro e fraco para lugares onde ainda existe um restinho de vida. É quase um dia de festa, o dia em que começa a caminhada. Mais um desses dias de festa em que se realiza a partida de homens para a guerra. De todos os cantos, chegam os moradores, com os matulões às costas, os pés enfiados nas alpercatas, o chapéu de couro quebrado na frente, a faca enorme na cintura e um grande cacete na mão.

Reúnem-se todos no alpendre, aprovisionam-se de rapadura e de paçoca (carne de xarque moída com farinha) e partem no rastro dos bichos, como deveriam partir antigamente os aventureiros das entradas.

O espetáculo é quase o de um dia de juízo. O gado urra medonhamente, sem querer abandonar os pastos, onde não existe mais nem mesmo o veneno da maniçoba murcha para ser comido. Os vaqueiros abóiam e seu canto é como uma despedida dolorosa. Os bichos desgarram juntando as últimas forças para fugir ao desterro. Horas inteiras são perdidas para juntá-los na estrada. As mulheres ficam olhando a retirada, até que o comboio se suma na capoeira. Mas os homens não se voltam uma vez só que seja, para mais um adeus.

A não ser nessas ocasiões excepcionais, os sem-terra da caatinga não trabalham para ninguém. Vivem dos seus roçados de brinquedo, das suas cabras, de uma atividade manual qualquer, como seja o fabrico de painéis de barro, de chapéus de couro, de cordas de corá e de

alguns outros produtos legados pela indústria dos índios. Quem se meter, portanto, a fazer uma plantação maior de algodão, de milho, ou de feijão, arrisca-se a ficar com ela no mato. Falta-lhe braço para as limpas, não encontra ninguém que faça a colheita.

A única atividade assalariada que existe é a de tangerino. Isto é, a de tocar as boiadas através do descrito até as feiras onde serão vendidas. Levam esses homens dois e mais meses para atingirem o destino, puxando pela canela, dormindo ao relento, imundos da poeira que os bichos levantam. A sua honestidade é incrível. Ainda não se contou a história de uma rês que houvesse sido desviada nessas travessias de cem léguas, muitas vezes.

O salário que o tangerino percebe, com tamanho sacrifício, só poderia mesmo ser ganho por um homem rude do sertão. O máximo é dois mil-réis, diários. E isso, na viagem para o litoral, cuidando do gado e correndo as despesas por sua conta. Na volta para o seu mundo, não tendo mais boiada para tomar conta, ele não ganha um único tostão.

Toda a vida da caatinga sertaneja está, assim, mais ou menos contada, dentro dos seus quadros rudimentares. A própria miséria que a seca traz, o homem desse mundo suporta, da mesma maneira que o japonês suporta os seus terremotos – como um flagelo da natureza. O aspecto social da calamidade ainda não pôde ser alcançado pelas populações do carrasco. Somente o cangaço pode ser identificado como uma manifestação, assim mesmo remota, de interesses econômicos insatisfeitos, de progressos sociais sufocados.

A tranqüilidade dessa água parada não foi ainda perturbada. Ainda não vieram à tona as contradições desse mundo primário. Apenas Lampião lhe joga umas pedrinhas, de vez em quando. Mas sua conseqüência não passa de círculos concêntricos que se desenham na superfície.

(Brejos e Carrascais do Nordeste, S. Paulo, s/d., págs. 159-171).

JOSUÉ APOLÔNIO DE CASTRO (1907-1973). Nasceu no Recife (Pernambuco) diplomando-se na Faculdade de Medicina da Bahia. Diante dos aspectos sociais do problema alimentar, escreveu incisivamente sobre o tema, atraindo sobre ele a atenção nacional. Foi então indicado membro do Comitê Consultivo de Alimentação das Nações Unidas, elegendo-se presidente da FAO. Granjeou projeção internacional com a publicação de Geografia da Fome, em que denunciou o estado miserável de enormes áreas do globo, sob regime de subalimentação devido a causas sociais de má organização e de exploração econômica. Ocupou a cátedra de Geografia Humana na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, foi representante do povo na Câmara de Deputados, diretor do Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil, vice-presidente da Comissão de Bem-Estar Social, etc.

Obras: O Problema da Alimentação no Brasil, São Paulo, 1933; Alimentação e Raça, São Paulo, 1935; Documentário do Nordeste, Rio, 1937; Alimentação Brasileira à luz da Geografia Humana, Porto Alegre, 1937; Geografia Humana, Porto Alegre, 1939; Fisiologia dos Tabus, Rio, 1939; Geografia da Fome, Rio, 1946; Geopolítica da Fome, Rio, 1950; La Alimentación en los trópicos, México, 1946.

.....

A fome

A fome no Brasil é consequência, antes de tudo, de seu passado histórico, com os seus grupos humanos sempre em luta, e quase nunca em harmonia com os quadros naturais. Luta, em certos casos, provocada e por culpa, portanto, da agressividade do meio, que iniciou abertamente as hostilidades, mas, quase sempre, por inabilidade do elemento colonizador, indiferente a tudo que não significasse vantagem direta e imediata para os seus planos de aventura mercantil. Aventura desdobrada, em ciclos sucessivos de economia destrutiva ou, pelo menos, desequilibrante da saúde econômica da nação: o do pau-brasil, o da cana-de-açúcar, o da caça ao índio, o da mineração, o da "lavoura nômade" do café, o da extração da borracha e, finalmente, o da industrialização artificial baseada no ficcionismo das barreiras alfandegárias e no regime de inflação. É sempre o mesmo espírito aventureiro se insinuando, impulsionando, mas, logo a seguir, corrompendo os processos de criação de riqueza no país. E o "fique rico", tão agudamente estigmatizado por Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, a impaciência nacional do lucro turvando a consciência dos empreendedores e levando-os a matar sempre todas as suas "galinhas de ovos de ouro". Todas as possibilidades de riqueza que a terra trazia em seu bojo.

Em última análise, esta situação de desajustamento econômico e social foi consequência da inaptidão do Estado Político para servir de poder equilibrante entre os interesses privados e o interesse coletivo. Incapacidade do poder político para dirigir, em moldes sensatos, a aventura da colonização e da organização social da nacionalidade, a princípio por sua tenuidade e fraqueza potencial diante da fortaleza e independência dos senhores de terras, "manda-chuvas" em seus domínios de porteiros fechadas, indiferentes aos regulamentos e às ordens do Governo que viessem a contrariar seus interesses; e ultimamente, num contrastante exagero noutra sentida, no excesso centralizante do poder, tirando das unidades regionais quase todas as receitas e todos os direitos para depô-los nos braços, um tanto curtos, em espalhar benefícios, do poder central. Sempre, pois, atuando o Governo com uma noção inadequada do uso da força política para levar a bom termo a empresa administrativa de tão extenso território.

Consequência dessa centralização absurda e da política de fachada da República foi quase abandono do campo e o surto de urbanização que se processou entre nós a partir dos fins do século passado. Urbanização que, não encontrando no país nenhuma civilização rural bem enraizada, veio acentuar de maneira alarmante a nossa deficiência alimentar. Não é que a urbanização seja um mal em si mesma. Ela representa uma fase de transição obrigatória entre a economia agrária pura e a agroindustrial. Nos Estados Unidos, o fenômeno ocorreu e em volume mais violento de mobilidade social do que entre nós, sem, contudo, desequilibrar a alimentação daquele país. Ao contrário, foi um fator de estímulo da agricultura e da pecuária. Foi o surto de industrialização e concentração urbana do leste norte-americano que deu lugar à agricultura intensiva de cereais e à pecuária do *middle-west* e que fez da Califórnia o primeiro estado agrícola da união, com o seu cultivo de frutas e de verduras. Entre nós o desequilíbrio se deu acentuando males sempre existentes desde o dia em que os primeiros aventureiros europeus, financiados em grande parte pelo capital judaico, resolveram criar nestas terras de América a indústria do "fique rico depressa" para uns poucos, e que foi, ao mesmo tempo, a "indústria da fome" para a maioria.

Quatro séculos depois vamos encontrar um país que se diz agrícola e que apenas dispõe de cerca de 2% de suas terras trabalhadas no cultivo de utilidades, e dessa área insignificante só a terça parte se destinando à produção de gêneros alimentícios. Dessa produção insuficiente resultam naturalmente coeficientes de consumo *per capita* que só podem figurar, quando figuram, no fim das listas de consumo das tábuas internacionais, principalmente no que diz respeito aos alimentos protetores: à carne, ao leite, ao queijo, à manteiga, às frutas e às verduras. O nosso consumo de carne é de 5kg *per capita* por ano, enquanto que este consumo atinge 136kg na Argentina, 10 na Nova Zelândia, 62 nos Estados Unidos da América, 64 na Inglaterra e 57 na Dinamarca. O consumo de leite é ridiculamente insignificante: 37 litros por ano, ou seja, cerca de 100g por dia. Tal consumo atinge as cifras de 164 litros na Dinamarca, 108 nos Estados Unidos, 101 na Austrália e 95 na França. Igual insignificância encontramos no consumo das demais fontes de proteínas: queijo e ovos: 600 de queijo, quando na Dinamarca se consome 5,5kg. A manteiga é consumida entre nós na mesma quantidade que o queijo – 600g –, enquanto que os Estados Unidos, a Inglaterra e a Dinamarca consomem, respectivamente, 18, 10 e 8kg. O consumo dos restantes alimentos protetores ocupa idêntica posição nos quadros estatísticos mundiais: são dos mais baixos do mundo.

Interpretando estes dados à luz dos conhecimentos já expostos anteriormente, deduz-se que a situação global da alimentação do nosso povo é deficiente.

Através desta sondagem das condições de alimentação e nutrição do brasileiro de todas as zonas do país, dos fatores que interferem, de maneira mais direta, na sua estruturação e das conseqüências que delas decorrem, podemos formular as seguintes conclusões gerais:

I – O Brasil, como país de tipo semicolonial, com sua agricultura semifeudal, à base de processos agrícolas arcaicos e de manifesta tendência à monocultura latifundiária, apresenta um coeficiente de produção alimentar muito abaixo das necessidades biológicas de suas populações.

II – A falta de uma rede adequada de vias de comunicação, a inexistência, no país, de meios de transporte tecnicamente equipados para os alimentos perecíveis e o completo desequilíbrio regional da pro-

dução de alimentos que se concentra em mais de dois terços nos estados do Sul constituem tremendo obstáculo à circulação dos alimentos, dos seus centros de produção às áreas de consumo.

III – O desconhecimento, por parte do povo, dos fundamentos da higiene alimentar, do valor nutritivo dos gêneros alimentícios, dos processos adequados à sua conveniente produção, conservação e preparação, tornam o seu rendimento útil sempre precário.

IV – A produção insuficiente, a circulação deficitária, os maus hábitos alimentares decorrentes da rotina deformadora do sadio instinto nutritivo, os tabus e as interdições alimentares de toda ordem e, finalmente, o limitado poder aquisitivo da massa, para a qual o custo dos alimentos protetores os torna inacessíveis aos seus orçamentos domésticos – todas essas causas econômicas e sociais, agindo conjuntamente num sentido o mais desfavorável ao abastecimento alimentar da coletividade, fazem do tipo de alimentação usual no Brasil um dos mais precários do mundo.

V – A alimentação do brasileiro se mostra assim imprópria em toda a extensão do território nacional, apresentando-se em regra insuficiente, incompleta e desarmônica, arrastando o país a um regime habitual de fome – seja de fome endêmica, quantitativa e qualitativa, como na área amazônica, a do Nordeste açucareiro e a da monocultura do cacau, seja epidêmica, como na área do Sertão, exposta às secas periódicas, seja de subnutrição crônica, de carência mais discreta, como nas áreas do Centro e do Sul.

VI – A fome, tanto global como específica, expressa nas inúmeras carências que o estado de nutrição do nosso povo manifesta, constitui, sem nenhuma dúvida, o fator primacial da lenta integração econômica do país. Por conta dessa condição biológica tremendamente degradante – a desnutrição crônica – decorrem as insuficiências tanto quantitativas como qualitativas do nosso contingente demográfico. Insuficiências que são conseqüências diretas dos alarmantes índices de mortalidade infantil, de mortalidade global, de mortalidade por doenças como a tuberculose, dos altos coeficientes de morbidade e de incapacidade para o trabalho e dos baixos índices de longevidade, expressões bioestatísticas todas essas fundamentalmente condicionadas pelo estado de desnutrição da coletividade. A fome leva mais longe seus efeitos de-

strutivos, corroendo a alma da raça, a fibra dos pioneiros lutadores que conseguiram de início vencer a hostilidade do meio geográfico desconhecido, tirando-lhes toda iniciativa, levando-os à apatia e ao conformismo chinês ou à explosão desordenada de rebeldias improdutivas, verdadeiras crises de nervos de populações neurastênicas e avitaminadas.

VII – Esta situação de subnutrição crônica se vem acentuando nos últimos anos pelo crescimento normal de nossas populações, sem o incremento correlato da produção, pelos erros graves da política econômica que estabeleceu privilégios desproporcionados para a indústria nacional, deixando quase ao abandono as atividades agrícolas.

VIII – Outros fatores trabalharam conexamente para o agravamento da situação alimentar nos últimos anos, destacando-se entre eles o êxodo rural para fornecer mão-de-obra à indústria urbana melhor remunerada, a falta de combustível suficiente para os trabalhos da lavoura, e, finalmente, a inflação desordenada com a decorrente corrida desenfreada dos preços nos mercados consumidores, de graves conseqüências para a coletividade e sem benefícios de nenhuma ordem para o agricultor, explorado pela rede bem organizada dos intermediários e dos açambarcadores.

IX – Outro fator degradante da alimentação do brasileiro tem sido a proliferação de uma indústria arcaica de alimentos, sem assistência nem recursos técnicos adequados, assim como a falta de um controle científico sistemático de sua produção, resultando da funesta associação dessas duas deficiências que se encha o mercado de produtos de qualidade inferior, de valor nutritivo duvidoso, alguns mesmos indiscutivelmente nocivos à saúde. É claro que a escassez de alimentos reinante, anulando a concorrência, faz com que esses produtos tenham sempre grande aceitação nos mercados consumidores.

X – Esta alarmante situação do país em matéria de alimentação, para a qual contribuíram todas as forças vivas e todas as classes da nação, exige que as elites dirigentes – o Governo, as classes intelectuais e as produtivas – encarem o problema alimentar na sua devida importância, reconhecendo a necessidade urgente de melhorar as condições de alimentação do povo brasileiro, entrevendo a marcha da fome que cada vez mais alarga os seus passos, ampliando as suas áreas de devastação e aprofundando a sua ação maléfica nas primitivas áreas.

XI – Para alcançar esse objetivo faz-se necessária a estruturação de um plano sistematizado de política alimentar, tomando em consideração as diferentes categorias de fatores biológicos, econômicos e sociais que interferem no mecanismo de tão complexo problema.

XII – Destas medidas devemos destacar, por sua decisiva importância, algumas de caráter urgente. A primeira delas deve visar ao incremento da produção, o que, a nosso ver, só se poderá processar em cifras compensadoras, capazes de mudar o panorama alimentar do país, com o estabelecimento de uma adequada reforma de nossa economia agrária, abrangendo os seguintes aspectos:

a) combate ao latifundiarismo, principalmente nas contingências em que grandes extensões de terra permaneçam improdutivas;

b) combate à monocultura em largas extensões sem zonas de abastecimento alimentar dos grupos humanos utilizados no monocultivo;

c) aproveitamento racional de todas as terras cultiváveis circunvizinhas dos grandes centros urbanos para agricultura de sustentação, agricultura de produtos alimentares, principalmente das substâncias perecíveis, como frutas, legumes e verduras que não resistem a longos transportes sem os recursos técnicos da refrigeração, de que não dispomos;

d) intensificação do cultivo de alimentos sob a forma de poliagricultura, nas pequenas propriedades, limitando-se, tanto quanto possível, a produção especializada intensiva de um só produto para os casos de abastecimento das indústrias, procurando-se sempre localizar esses *belts* produtores de matérias-primas em áreas mais afastadas dos núcleos urbanos, a fim de não dificultar o abastecimento das populações das cidades;

e) mecanização intensiva de nossa lavoura, da qual dependem os destinos produtivos de toda a nossa economia agrícola;

f) controle e orientação da produção total, tendo como primeira etapa a satisfação das necessidades alimentares mínimas do nosso povo, como segunda etapa a satisfação de suas necessidades ótimas, e como terceira etapa a exportação de substâncias alimentares para cooperação com a política internacional de alimentação;

g) financiamento bancário adequado e suficiente da agricultura, assim como garantia da produção, pela fixação do preço mínimo compensador, procedendo-se, de outra parte, à progressiva diminuição, senão absoluta isenção de impostos da terra, destinada inteiramente ao cultivo de produtos de sustentação;

h) amparo e fomento ao cooperativismo, que poderão servir de alavanca impulsionadora à nossa incipiente agricultura de produtos alimentares, desde que sejam estabelecidos baseando-se em uma sadia participação dos interesses de produtores e consumidores. Tal qual se passou na Califórnia, onde deu lugar à extraordinária expansão da fruticultura e da horticultura norte-americanas.

XIII – Faz-se também necessária em nosso meio a intensificação dos estudos técnicos de Bromatologia e de Nutrologia no sentido de que se obtenha um conhecimento mais amplo do valor real dos recursos alimentares atualmente em uso no país, assim como de substâncias outras que possam no futuro completar vantajosamente as dietas regionais, em regra deficientes e carenciadas.

XIV – Planejamento de uma campanha de âmbito nacional para formação de bons hábitos alimentares, a qual envolva não só o conhecimento dos princípios básicos de higiene como o amor à terra, os rudimentos de economias agrícola e doméstica, os fundamentos da luta técnica contra erosão e contra os estragos de todas as categorias de recursos alimentares. Através dessa campanha poderá ser progressivamente captada a colaboração ativa da massa, no sentido de defender os recursos alimentares do país contra os assaltos degradadores de certos agentes naturais e das explorações econômicas intempestivas, de nocivos interesses econômicos, nem sempre solidários aos interesses biológicos do povo. O preparo psicológico da massa na realização de qualquer plano realmente efetivo é, nesse campo, essencial.

XV – Como última conclusão, fazemos salientar o fato de que é possível, com medidas adequadas e com continuidade de esforços, corrigir-se a situação alimentar do país, tornada alarmante muito mais pela ação continuada de fatores socioculturais desfavoráveis do que por fatores naturais, contingências do nosso meio. E com esta modificação de nossos hábitos alimentares alteram-se as características biológicas fundamentais do nosso povo, inferiorizado exclusivamente pela ação degradadora de uma or-

ganização econômico-social defeituosa, cuja organização econômica primária é causadora do absoluto abandono do homem, desamparado diante dos perigos da fome e das doenças. Fome e doenças, são os únicos companheiros constantes da solidão forçada do homem brasileiro. Do homem perdido na selva amazônica. Esquecido nos infundos canaviais do Nordeste e nos sombrios cacauais da Bahia. Atolado nas terras paludosas do Estado do Rio. Degradado nas montanhas bociosas de Minas Gerais e nos pantanais de Mato Grosso. Nas zonas desconhecidas dos limites territoriais. Do homem perdido na imensidade da terra brasileira.

(*Geografia da Fome*, Rio, 1946, págs. 292-306)

AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO (1905-1990). Nasceu em Belo Horizonte (Minas Gerais) e fez seus estudos secundários no Internato Pedro II, bacharelando-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito, em 1927. Dedicando-se ao magistério superior e ao jornalismo, escreveu valiosos trabalhos sobre nossa formação histórica. Destaca-se, por sua brilhante atuação parlamentar, como um dos legítimos valores da geração de 1930. É titular da cátedra de Direito Constitucional da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. A convite de instituições docentes estrangeiras, tem realizado conferências que lhe deram merecido renome.

Obras: A Maioridade ou a Aurora do Segundo Reinado, S. Paulo, 1940; Conceito de Civilização Brasileira, São Paulo, 1936; O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa, Rio, 1937; História e Teoria do Partido Político no Direito Constitucional Brasileiro, Rio, 1948; Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil, Rio, 1944; Um Estadista da República, Rio, 1953.

.....

Aspectos da civilização material

Em 1860, a população do Rio já era avaliada em 400.000 pessoas. Mantinha a sua liderança demográfica sobre todas as cidades da América Latina. Uma observação de Ribeyrolles nos mostra como o Rio era a capital opulenta de uma civilização exclusivamente agrícola. O francês observa que a cidade, com os seus belos palacetes no meio da folhagem das chácaras, as suas praias caprichosas também bordadas de vivendas, não tinha chaminés, não tinha fornalhas, não tinha fábricas. Parecia Cápua e não Manchester, conclui. E insiste com os brasileiros para que transformem o ambiente, para que façam do Rio uma grande cidade industrial, como se isto fosse assim tão fácil e dependesse apenas do fazer dos brasileiros. Na verdade, a transformação da economia agrícola em industrial requereria outros fatores.

Na última década, a partir de 1850, grandes coisas tinham ocorrido, direta ou indiretamente, causadas pelo café, cuja lavoura se expandia enormemente e, também, pela inflação de crédito, causada pelo recolhimento do capital empregado no tráfico negreiro, oficialmente suspenso em 1850. Foi o tempo do Código Comercial, do telégrafo elétrico, do calçamento, dos esgotos, da iluminação a gás, de um Banco do Brasil mais sólido que o do Brasil-Reino e do Primeiro Reinado. Durante o período, segundo Taunay, fundaram-se sessenta e duas empresas

industriais, quatorze bancos, três Caixas Econômicas, vinte companhias de navegação a vapor, vinte e três de seguros, quatro de colonização, oito de mineração, três de transportes, duas de gás e, finalmente, oito de estradas de ferro. A mais importante delas foi a que deu início à mecanização dos transportes. Desde 1835, se pensava em introduzir entre nós as estradas de ferro. Naquele ano, com efeito, o Regente Feijó promulgou uma lei que visava à construção de uma rede ferroviária ligando as províncias do Rio Grande, Minas e Bahia ao Rio. Não houve seguimento a este projeto, nem a outro de 1840, quando se pretendeu fazer a ligação, por estrada de ferro, do município neutro a S. Paulo. Várias outras estradas foram planejadas em diferentes pontos, mas somente em 1852 o Governo baixou a lei, em cuja vigência Mauá levaria a cabo a sua grande iniciativa. A partir daquele ano, começa ele a constituição da sua Companhia e, em 30 de abril de 1854, inaugura a primeira estrada de ferro do Brasil, que corria de Porto de Estrela à Raiz da Serra de Petrópolis, com cerca de 15 quilômetros de percurso. A estrada de Mauá se orientava, porém, em direção à serra dos Órgãos, cuja transposição não levaria os trilhos à zona mais rica em café. Para chegar a esta, era mister vencer a cadeia marítima em outro ponto, mais a oeste, como lembra ainda Afonso Taunay, na sua grande *História do Café*.

Alguns fazendeiros encareciam a necessidade do transporte ferroviário que viesse dar escoamento à produção, sempre maior de ano para ano. Iniciativas particulares tentadas revelaram-se, como é natural, insuficientes para a vastidão das despesas. O Imperador se convenceu da necessidade do empreendimento, apesar da oposição de alguns dos seus maiores políticos. O cientista Luís Agassiz nos fornece, na sua obra clássica, minuciosos dados sobre a construção da estrada, até ao tempo em que esteve no Brasil. Passemos sobre as dificuldades técnicas e administrativas que se antolhavam e consignemos de início a inauguração, em 8 de novembro de 1858, do primeiro trecho, que ia do Rio a Belém. Tratou-se depois da parte mais difícil, a conquista da serra. Cristiano Otoni, diretor da estrada, resolveu trazer engenheiros especializados americanos. Foram eles Garnett, que se demorou apenas dois anos, e Elisson, a quem mais tarde se juntou um irmão. Os primeiros chegaram ao Brasil em 1856 e, já em 1863, a ponta dos trilhos atingia a Barra do Piraí. Nesta altura estavam esgotados os capitais, e o Governo imperial, em 1865, se

vê obrigado a encampar a Companhia. Mas estava também vencida a serra, o grande obstáculo. Obra imensa para o tempo e para os recursos do Brasil. O trabalho dos túneis foi, particularmente, penoso e arriscado, pelos desabamentos ocorridos em certos locais. Somente no túnel Grande, diz Agassiz (que aliás ainda o conheceu inacabado), foram utilizados 400 operários trabalhando em dois turnos, dia e noite, exceto aos domingos, durante 7 anos.

A encampação e a conseqüente administração do Governo arrefeceram um pouco o ímpeto de penetração da estrada, o que também terá sido auxiliado pelo gradual afastamento do seu leito da zona do café.

Em todo caso, em 1880 chega a Pedro II a Barbacena e, no último ano do Império, é inaugurada solenemente a estação de Ouro Preto, capital da província.

Na direção de São Paulo, a Pedro II atinge Barra Mansa em 1871. Nos últimos anos do Império não ia ela senão até Cachoeira, de onde partia a estrada chamada Norte de São Paulo, que completava a ligação da Corte à capital. Demos extensão um pouco maior à referência feita à estrada Pedro II por ter sido ela a primeira a ligar o interior agrícola aos portos do litoral, por meio de um sistema de transporte de grande capacidade.

Vejam agora o desenvolvimento deste processo de formação de transportes. Em São Paulo, a íngreme serra de Santos, cuja dificuldade de tráfego acentuamos desde que tratamos do século XVI, foi transposta em 1866 pela São Paulo Railway, segundo planos traçados desde 1858 pelo engenheiro Brunlees e depois modificados pelo seu colega Lane, ambos ingleses. A construção iniciou-se em 1860. A essa Companhia se seguiram rapidamente outras, que ainda, no Império, integraram na província a maior rede ferroviária do Brasil, abrindo sempre caminho ao café, o que foi elemento básico para o grande avanço da civilização daquele estado, em relação aos outros da Federação.

Em Minas, também outras estradas se fizeram, além da Pedro II, sendo a mais importante a Leopoldina, constituída, a princípio, de trechos diversos. A maior parte da renda de toda essa rede era, naturalmente, assegurada pelo café.

Também o transporte rodoviário se expandiu pelas mesmas causas. Como exemplo significativo de tal expansão, podemos referir a estrada de rodagem União e Indústria, mantida graças ao gênio empreendedor de Mariano Procópio. Cobria ela um trecho relativamente pequeno, de Petrópolis a Juiz de Fora, mas teve grande utilidade e era magnífica em relação aos recursos da época. De Petrópolis à Raiz da Serra, onde se tomava a estrada de ferro, descia-se pelo velho caminho, muito melhorado pelo coronel Aureliano de Sousa, pai do Visconde de Sepetiba, o famoso valido do menino Pedro II. O coronel transformara a antiga estrada colonial na célebre Calçada da Estrela, a qual, segundo o depoimento de Castelnau, não era aliás muito cômoda, com as suas pedras escorregadias e desiguais.

As cidades da zona cafeeira progrediram muito, naturalmente. Grande extensão da província do Rio de Janeiro, bem como as regiões de São Paulo e Minas, banhadas pelo Paraíba e seus tributários, se enriqueceram e desenvolveram consideravelmente. Na província do Rio de Janeiro pode-se dizer que, em meados do século, todo o território fora conquistado pelo café. As plantações da orla litorânea, zona de velhas cidades e de cultura da cana, eram menores, ou, como diz Oliveira Viana, complementares. Já na região alta das serras, o café se tornou preponderante. Taunay lembra que grandes extensões da província, despovoadas em 1840, em 1850 estavam já providas de ricas comarcas cafeeiras, com prósperas vilas. Floresceram, assim, no interior as localidades de Resende, Barra Mansa, Pirai, Valença, Vassouras, São João Marcos, Estrela, Nova Friburgo, Paraíba do Sul, Capivari. A zona mineira chamada da Mata era também deserta em 1840. Com exceção de Juiz de Fora (que aliás, pelo que se depreende do testemunho de Castelnau, não passava, em 1843, de um miserável vilarejo), Matias Barbosa, Simão Pereira e mais algum pouso à beira do Caminho Novo, nada mais havia. O café, porém, atingiu a província, vindo pelos vales do rio Preto e do Paraíba, difundiu-se pela mata e civilizou-a. Agassiz, 20 anos depois de Castelnau, já encontra Juiz de Fora transformada, com estrada magnífica e propriedades como a chácara de Mariano Procópio, que era talvez, no tempo, uma das mais luxuosas casas do Império.

Carangola, Muriaé, Cataguases, Manhuaçu, Manhumirim, Leopoldina, Pomba, Ubá, Rio Branco, Rio Novo, Viçosa, São João Ne-

pomuceno são testemunhos da nova civilização mineira, que sucedeu à extinta era do ouro, fixando-se na parte leste da província, em toda a extensão, do Rio de Janeiro ao sul do Espírito Santo.

Em São Paulo, o velho ninho das bandeiras de Minas se reanimou com o café. Taubaté, Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Jacareí, e também pequenas populações do século XVIII e outras novas, como Bananal, Lorena, Cachoeira, São José de Barreiro, Areias, cobrem-se de grandes cafezais, vistosas fazendas apalacetadas, como as do Rio e de Minas.

A civilização do café imperial foi a réplica meridional brilhante e o encerramento da era agrícola escravocrata e latifundiária brasileira, iniciada no século XVI com as plantações de cana do litoral nordestino. O café do fim do Império e da República, baseado, na zona de sua maior expansão, no trabalho do imigrante assalariado, se apresenta sob aspectos sociológicos completamente distintos e dá, por isso, origem a uma civilização material muito diversa.

A nova era do café se afirmou verdadeiramente quando entrava em declínio a zona montanhosa do café imperial, isto é, mais ou menos em 1880. Deu-se, então, as novas bases históricas acima sumariamente indicadas, a conquista do oeste paulista, a partir de Campinas, que é uma espécie de ponto de encontro entre a civilização republicana do café. Novas estradas de ferro, novas cidades, novas raças, um verdadeiro movimento que, ainda hoje, nos reserva experiências e surpresas. Mas o apogeu deste movimento, inclusive a transformação da cidade de São Paulo em uma das grandes do mundo, escapa já ao século XIX e, portanto, ao nosso curso.

Fora da zona cafeeira, as alterações da civilização brasileira até ao advento da República são relativamente de pequena monta. Estenderam-se a rede telegráfica, a navegação fluvial a vapor, as estradas de ferro, por vários pontos do interior. Houve certas tentativas grandiosas, cujo fracasso parcial não desmerece a importância histórica. Entre elas se destaca a de Teófilo Otôni, no seu sonho de transformar a zona do rio Mucuri em vasta região civilizada. O plano previa a construção de estradas de rodagem e de ferro, a navegação fluvial a vapor, a fundação de cidades, o aparelhamento de portos. Devia-se, como dizia Teófilo Otoni, dar saída para o mar a centenas de milhares de mineiros.

Em parte foi o plano realizado, inclusive na criação da bela Filadélfia, hoje cidade de Teófilo Otôni. As dificuldades foram, porém, maiores que os recursos. O livro de Teófilo Otôni sobre a Companhia do Mucuri é um documento notável da nossa era dos pioneiros.

Ao norte do Rio, a Bahia conservava a sua fisionomia colonial característica, que tantos traços tão caros a todos nós ainda hoje mantém. A esposa de Agassiz, principal redatora do livro, tendo utilizado a cadeirinha para passar à cidade alta, diz que a Bahia, com as suas ladeiras, as suas construções bizarras, as suas velhas igrejas, parecia tão estranhamente antiga como o veículo venerável.

Mas a civilização dos engenhos no Norte ainda continuava, apesar de amplamente vencida em riqueza pela dos cafezais do Sul. Na Bahia, como em Pernambuco, o predomínio político, na segunda metade do século, estaria ainda nas mãos da aristocracia rural, quer dizer, principalmente açucareira. Recife tinha progredido e se modernizado mais que a Bahia, o que naturalmente a topografia plana da cidade facilitava. As casas-grandes dos engenhos, segundo depoimentos recolhidos por Gilberto Freire, mantinham a amplidão e a solidez de antigamente, com muitos melhoramentos técnicos dos tempos novos, em matéria de maquinaria e de transportes.

A capital do Ceará se transformava rapidamente, embora fora da zona do açúcar. A população aumentou em poucos anos; quase todas as ruas estavam calçadas e providas de passeios, melhoramento, antes, desconhecido ali.

O Maranhão tivera algum progresso na administração do poeta Franklin Dória, Barão de Loreto, iniciada em 1867. Então, se introduziu a navegação a vapor no rio Itapemirim, melhorou-se o porto, adotou-se, a exemplo de outras províncias, a iluminação a gás na capital.

Na Amazônia, o progresso se acentuava em alguns setores. Belém se desenvolvia, com as suas belas ruas plantadas de mangueiras. Mas no transporte pelo rio é que se fizera uma admirável revolução. A civilização não poderia entrar na Amazônia a não ser por via fluvial. Os portugueses, como acentua Ferreira Reis, a interceptavam, desde o século XVIII, sempre que a navegação interna podia acarretar perigo à soberania da Coroa sobre os territórios e sobre o monopólio do seu comércio extrativo. Assim, foram fechados o Madeira e o Tocantins. Aos poucos e graças às numerosas ex-

plorações geográficas ordenadas pela Coroa, tornou-se evidente que o progresso da Amazônia e o intercâmbio interno do Centro do Brasil com o Norte dependia da franquia fluvial. E antes da Independência começou-se a cuidar a sério do problema. No início da nossa vida de nação livre (sempre seguindo Ferreira Reis), cerca de 1.000 embarcações cortavam o Amazonas, da sua foz à fronteira do Peru. Martius nos conta algo desta navegação cheia de imprevistos e perigos. Uma das frágeis embarcações em que viajava naufragou, tendo o sábio escapado à morte por pouco. Mas breve viria a navegação a vapor.

Em 1826, chega a Belém o primeiro navio, a vapor, o *Amazon*, pertencente a uma empresa que se formara nos Estados Unidos graças à diligência do nosso Ministro naquele país, Silvestre Rebelo. Mas o governador da província não permitiu que fosse aberto o tráfego à companhia estrangeira. Várias outras tentativas, igualmente fracassadas por causas diferentes, se sucederam até 1850. Nesse ano o presidente do Conselho, Visconde do Monte Alegre, amigo de Mauá, pediu-lhe que tomasse a peito a solução do caso, tendo-se elevado à categoria de província, por decreto de 5 de setembro, a antiga comarca do Alto Amazonas. Não foram pequenas nem poucas as dificuldades, materiais e políticas, inclusive a obstinação com que o Império repelia a liberdade de navegação para as outras bandeiras, a qual só veio a ser assegurada em 1867, como recorda Cláudio Ganns. Em todo caso, mesmo antes disto a navegação a vapor assumira considerável desenvolvimento. Agassiz, em 1865, já fez a viagem em condições de conforto que nos são descritas por sua esposa e merecem ser lembradas. O seu apartamento a bordo se compunha de vasto quarto de dormir, com banheiro junto. No tombadilho, confortáveis cadeiras e poltronas, uma grande mesa coberta de jornais, um ambiente, enfim, com que o ilustre Martius nem poderia sonhar há menos de meio século antes.

Pouco depois, o navio *Amazon* vinha de Londres a Manaus, e, em 1875, inicia-se o tráfego regular de vapores entre a Europa e o Norte do Brasil. Mas os estabelecimentos fixos não correspondiam ao luxo do transporte desses navios estrangeiros. As pequenas vilas marginais decaíram, com exceção de Tefé, e Manaus era um pobre conglomerado de casas, das quais metade estava em ruínas. A senhora Agassiz prevê, com justeza, que a insignificante Manaus poderia ser, mais tarde,

um grande centro de comércio e navegação. Isto se daria de fato algum tempo depois, na era da borracha.

Vamos agora dar um passeio pelo Sul. Uma grande força viera emprestar nova vida ao progresso do Brasil meridional: a imigração alemã. Depois de tímidos ensaios (1824-1830), prejudicados na confusão da guerra civil (1830-1845), a colonização alemã prosperava rapidamente no Rio Grande. Note-se bem que era uma imigração de alemães democratas.

Aurélio Porto, no seu substancioso trabalho *Die deutsche Arbeit in Rio Grande do Sul*, nos oferece dados interessantes sobre este importantíssimo movimento da nossa civilização. Porto Alegre via aumentar seu comércio e sua indústria com os estabelecimentos dos industriais imigrantes. A cultura dos campos adquiriu enorme impulso, modernizou-se, aperfeiçoou-se nas regiões coloniais. Mesmo as culturas tipicamente brasileiras, como a mandioca, o milho, o feijão ou o tabaco, aumentaram extraordinariamente nas mãos daqueles trabalhadores de grande classe. São Leopoldo se tornara o ponto central dos desenvolvimentos agrícola e industrial da província. Santa Cruz, Mundo Novo, Montenegro, Taquari, Teutônia, Passo Fundo, Santa Maria da Boca do Monte, São Sebastião do Caí, Rio Pardo, Estrela, Nova Hamburgo, Jaguarão, São Lourenço, Triunfo, Cachoeira, Pelotas, rio Grande, localidades tão distantes uma das outras, sofreram todas, em maior ou menor escala, a influência fecunda do suor estrangeiro. Problema sério, aliás nunca perfeitamente resolvido, era o do porto. A barra do rio Grande, estudada e trabalhada por grandes técnicos do Império, inclusive Rebouças, nunca foi isenta de perigos. Ainda hoje, um grande porto é problema sem solução no Rio Grande. Em todo caso, Karl von Koseritz, que foi no seu tempo a mais importante figura da colonização alemã no Brasil, relembra em 1883, no livro *Bildern aus Brasilien*, a extrema transformação a que ele próprio assistira nos 32 anos em que residira no Sul do nosso país. Em Santa Catarina, também, já se fazia sentir o início do trabalho germânico, que devia, pouco depois, se afirmar em manifestações da importância de Blumenau. A capital, Desterro, foi e até fim do Império (como o é ainda hoje) uma cidade pequenina, mas agradável.

No Paraná, o grande problema de escalada da serra, menos premente do ponto de vista econômico do que na zona onde o café cla-

mava por transporte, foi, por isto mesmo, resolvido um pouco mais tarde que no Rio de Janeiro e São Paulo.

Em 1882, uma companhia francesa tentava ligar, por estrada de ferro, o porto de Paranaguá à cidade de Curitiba. Os trabalhos estavam, porém, correndo com muita morosidade por causa das dificuldades técnicas e da febre, que dizimava os operários da baixada. Mas naquele ano, tomou a chefia do serviço o engenheiro brasileiro João de Teixeira Soares, graças a cuja energia e competência foi o árduo trabalho levado em bom termo. Koseritz, que vê a linha em construção em 1883, fala dos operários que tinham embarcado em Santa Catarina para as obras da estrada e diz que não foi sem pena que os viu desembarcar em Paranaguá ao encontro das temidas febres, que faziam quase impossível a manutenção das forças dos trabalhadores. Em 1885, a muralha brasileira estava já perfurada mais uma vez, possibilitando a fecundação econômica de outra zona do interior.

Já vimos o que era São Paulo no fim do Império e lembremos apenas que o Rio de Janeiro, apesar da febre amarela, era, com as suas 500.000 almas, a mais importante cidade do continente. O citado Koseritz, que é dos melhores cronistas da época, tem freqüentes observações sobre a importância do comércio carioca, dos seus teatros, bibliotecas, hotéis, transportes urbanos, iluminação elétrica, telefone, com repetidas advertências de que muitos desses serviços ou comodidades eram "os melhores da América do Sul". Fora também vencida, recentemente, a serra de Petrópolis. E certos passageiros viajavam no trem de cremalheira mais ou menos no estado de espírito de quem entra hoje, pela primeira vez, num avião estratosférico. Esgotos nas casas particulares, já os havia desde meados do século, a princípio concedidos a John Russel (que deu nome à praia do Russel, onde morava), concessão transferida depois à companhia inglesa que ainda hoje os explora. Navegação regular a vapor, ligando a Corte aos estados e aos países estrangeiros também. Os Estados Unidos se ligaram à Europa, pela primeira vez, através da navegação a vapor, em 1838, tendo o navio *Great Western* feito em 15 dias a viagem de Bristol a Nova Iorque. No Brasil, entretanto, o mesmo passo só foi dado em janeiro de 1851, quando chegou ao Rio de Janeiro, partido de Southampton, o paquete inglês *Teriot*. Navegação a

vapor de pequeno curso, entre portos da costa brasileira, já existia, porém, em espécies de barcas grandes.

Com o fim do Império, o Brasil ensaiava os primeiros passos no caminho de passagem do capitalismo comercial ao capitalismo industrial, que hoje vai firmemente trilhando. Tendo deixado de ser o célebre "país essencialmente agrícola", foi se transformando no que hoje é o segundo empório industrial do continente, com uma produção industrial já imensamente superior à agrícola, em valor, e capaz de conquistar mercados estrangeiros.

Encerrando o curso, é grato ao ocasional professor fazê-lo com a rememoração do último episódio marcante da civilização brasileira no século XIX: a fundação de Belo Horizonte. O velho sonho dos Inconfidentes, de 1788, de transferirem a capital de Minas, de Vila Rica para um novo centro mais bem situado e mais capaz de desenvolvimento, foi, afinal, tornado realidade.

A República viria, no crepúsculo do século, encontrar solução para o problema. Depois de muitos planos, estudos e não poucas refregas, foi escolhida a Vila de Curral-del-Rei, comarca de Sabará, em região onde se poderia desenvolver uma grande cidade, com bom clima e no centro do estado.

Abílio Barreto, o douto historiador da capital mineira, reconstitui todas as etapas da fundação da cidade. Apenas consignaremos, aqui, a data de sua instalação oficial, que foi 12 de dezembro de 1897. Nesse dia, chegou a Belo Horizonte – nome que fora dado ao Curral del-Rei desde 1890, por ocasião do início dos trabalhos – o Presidente do Estado, Bias Fortes. A nova capital foi instalada, a princípio com o nome de Cidade de Minas, o que fazia a fúria e o desespero do poeta Raimundo Correia que, contra o fato, protestava em termos incompatíveis com letra de fôrma. A instalação solene se deu na praça simbolicamente chamada da Liberdade, velho culto nunca arrefecido nos corações mineiros.

(Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil, Rio, 1944, págs. 124-133).

ARTUR RAMOS DE ARAÚJO PEREIRA (1903-1949).

Nasceu em Pilar (Alagoas), fez o curso secundário em Maceió, diplomando-se pela Faculdade de Medicina da Bahia. Defendeu tese de doutoramento sobre Primitivo e Loucura, aprovada com distinção. Nomeado médico-legista do Instituto Nina Rodrigues, realiza pesquisas de Psiquiatria, Antropologia e Criminologia, ao mesmo passo que colabora ativamente em revistas científicas. De 1931 em diante, inicia sua obra de publicista, escrevendo sobre psicanálise, sobre psicologia social, sobre africanologia, sobre folclore, sobre antropologia brasileira. Professor contratado da Universidade do Distrito Federal, em 1936, iniciou cursos sobre psicologia social. Em 1939, regeu a cátedra de Antropologia e Etnografia da Faculdade Nacional de Filosofia, tornando-se catedrático em 1945. Participou de congressos internacionais e nacionais nos domínios de sua especialidade, e a morte veio a surpreendê-lo nas Nações Unidas, como Chefe do Departamento de Estudos Sociais, em plena atividade e vigor de sua grande capacidade intelectual.

Obras: Estudos de Psicanálise, Bahia, 1931; Freud, Adler, Jung, Rio, 1933; Psiquiatria e Psicanálise, Rio, 1933; O Negro Brasileiro, S. Paulo, 1934; O Folclore Negro do Brasil, S. Paulo, 1935; As Culturas Negras no Novo Mundo, S. Paulo, 1936; A Criança Problema, S. Paulo, 1939; Aculturação Negra no Brasil, S. Paulo, 1942; Guerra e Relações de Raça, Rio, 1943; Loucura e Crime, Porto Alegre, 1937; Introdução à Psicologia Social, Rio, 1936; Introdução à Antropologia Brasileira, Rio, 2 vols., 1943-44; Estudos de Folclore, Rio, s/d, póstumo.

.....

Notas psicológicas sobre a vida cultural brasileira

A análise psicossociológica da vida intelectual dos povos, das próprias condições psíquicas da sua cultura, revela uma série de dados curiosos, que seria interessante aplicar ao caso brasileiro.

Muitas universidades européias e americanas incluem nos seus cursos de Sociologia cadeiras de Sociologia do Conhecimento, onde se faz uma análise da vida intelectual em tópicos como: pressuposições e preconceitos, finalidades do conhecimento, objetividade, ideologias político-sociais, *intelligentsia*, relações entre o pensamento, a ação e a ciência, propaganda e popularização do conhecimento, *indoctrination*, etc.

No próprio domínio do pensamento puro, as condições históricas e sociais modificam a essência mesma da função de pensar. Kurt Lewin, em ensaios notáveis, mostra hoje como ao "pensamento aristotélico", orientado dentro das noções rígidas de causalidade, pensamento classificatório esquemático, se contrapõe o "pensamento galileico", móvel, dinâmico, "fora da lei".

A psicologia da cultura, com os Lévy-Bruhl, os Graebner, os Werner, os Sapir, os Dollard... vem de outro lado demonstrar a relatividade do pensamento e da lógica, as variações da noção de "valor", com os diversos grupos humanos, oscilando desde o pensamento primitivo-

catatímico até o pensamento lógico-ocidental. Mesmo neste último, permanecem os resíduos afetivo-primitivos do pensamento que se mostram nas condições várias do sonho, da arte, da neurose... É claro que não ligo aqui o conceito de "primitivo" a nenhuma condição antropológica racial. Não há nenhuma especificidade de pensamento racial, como querem os racistas alemães, propondo a separação da lógica ariana do "pensamento dissolvente-judaico".

A relatividade da lógica e do pensamento está ligada a influências socioculturais. E é isto que deseja demonstrar a Sociologia do Pensamento, quando realiza hoje uma confluência notável entre a Psicologia e a Sociologia. Parece que cada vez mais nos vamos distanciando de uma psicologia pura, que ficaria relegada ao pólo exclusivamente fisiológico, bem como de uma sociologia pura, que não desse conta do elemento psicológico humano. Mc-Dougall, numa série de conferências recentes, dizia que ou a Psicologia tomaria a sociedade como o seu campo por excelência de estudos, ou desapareceria como ciência. A verdadeira psicologia humana é hoje uma "psicologia social" que estuda o "homem" dentro de "todas" as condições que determinam ou modificam os seus processos de pensar.

A vida intelectual do Brasil merece um estudo dentro deste critério. Seria interessante fazer-se uma psicologia da cultura brasileira, na análise dos processos da sua vida mental. Esta nos surgiria ainda eivada de defeitos, próprios das culturas ainda na infância. Apenas rapidamente abordo o tema, no momento apontando algumas causas psicossociais destes defeitos, muitas delas já entrevistas, aqui e ali, por vários estudiosos e ensaístas, mas ainda não analisadas detidamente nas suas determinantes sutis. Muitas destas causas são predominantes psicológicas, outras mais especialmente sociais, várias de índole propriamente econômica, histórica, etnográfica, mas todas, em suma, de natureza psicossocial. Examinemos rapidamente alguns destes aspectos.

1 – *O culto da palavra*. É uma sobrevivência da mentalidade primitiva (no sentido cultura, bem visto). No primitivo, o pensamento está ligado intimamente aos símbolos concretos. A palavra é um grande condensador de símbolos. E por isto vem carregada de elementos emocionais e motores. O primitivo fala mais por gestos. A sua mímica é

exuberante. Já mostrei em mais de um trabalho a tendência do brasileiro a esta dispersão verbal, a este culto intensivo da palavra.

A nossa história está cheia de discursos empolados, eloqüentes, cheios de palavras sonoras, que adquirem um valor essencialmente emotivo. A idéia é sacrificada sempre à forma. "Peço a palavra!" é um símbolo da nossa vida de pensamento. O Parlamento brasileiro sempre foi um viveiro de portentosa verbiagem. As nossas figuras mais representativas sempre foram o deputado patativa, o demagogo da rua, o orador dos salões ("neste momento solene..."), o orador de subúrbio, o discursador de enterros...

Na palavra escrita, é a mesma coisa. A fórmula verbal é sagrada. Acredita-se naquilo que está no papel. A nossa burocracia é um imenso papelório. Um decreto ministerial, uma vez publicado, é confundido com o fato realizado. Há uma confluência do pensamento imaginativo e realístico, pelo poder mágico concedido às fórmulas verbais.

Os nossos maiores problemas são resolvidos por decreto. Não há quem não tenha conhecimento do fenômeno incrível dos exames por decreto, numa lei famosa que anunciou venda de cultura a retalho...

2 – *O culto do doutor e a caça ao diploma.* É um velho defeito da cultura brasileira. As nossas escolas superiores até agora só têm "fabricado" doutores. Isto é: profissionais, munidos de diploma e anel. "Sabe com quem está falando?", é outro *slogan* brasileiro. Todo o mundo é doutor, mesmo os que não o são e ocupam um lugar de proeminência no cenário nacional. O objetivo dos estudos superiores, nestas condições, não é a aquisição de uma cultura "superior", mas a caça ao diploma, seja por que meio for. Sobrevivência do amor primitivo aos enfeites, aos adornos, símbolos de poder e de dominação.

3 – *Primarismo, autodidatismo, narcisismo...* Estão ligados intimamente. Na falta de uma orientação realmente eficaz, do nosso ensino superior, o indivíduo "privilegiado" em inteligência, ou que se julga tal, tem que dispensar um esforço enorme para a aquisição de cultura. Torna-se autodidata, aos tropeços, às carreiras, lendo tudo, devorando tudo com sofreguidão, sem o menor trabalho seletor. Pode atingir, nestas condições, a posições brilhantes. E aí julga-se único, dentro do

seu domínio. O autodidatismo reforça, no Brasil, aquela percentagem de narcisismo, que é quase generalizada entre nós. Os autodidatas, os privilegiados que conseguiram um lugar ao sol, na vida intelectual brasileira julgam-se seres inatacáveis. *Allmacht der Gedanken*. Na esfera científica e literária, tornam-se aqueles "donos de assunto", a que se referia certa vez Dante Costa, ou os "latifundiários" de que falou Peregrino Júnior, em crônica brilhante. Os "donos de assunto" pululam no Brasil. E mesmo quando o indivíduo não tem vocação para senhor feudal e dono de latifúndios, as más línguas o perseguem e ele não tem como fugir ao seu destino.

Na esfera administrativa, o narcisismo é responsável por toda esta descontinuidade administrativa em que tem vivido. É verdade que não pôde haver ainda uma separação, no Brasil, entre a vida política e a vida administrativo-técnica, de maneira a assegurar a continuidade desta última. Mas, além desta causa, há a outra, dominante, do administrador narcísico, que nega a obra do seu predecessor. E daí o querer destruir tal reforma anterior e "criar" uma nova. O pensamento imaginativo e narcísico é "criador", mas um criador todo-poderoso que quer fazer surgir um mundo do nada. O administrador narcísico faz tábua rasa de tudo o que o precedeu, de tudo o que não é ele. Conseqüência: pode ser muito interessante o que ele fez do ponto de vista individual, mas sem continuação, sem ligação com as reais necessidades da comunidade. Esta é a história psicológica das nossas reformas sucessivas e das soluções de continuidade da nossa vida cultural.

4 – *Culto das coisas concretas*. Entre nós, ainda é ciência apenas aquilo que se vê, as coisas tidas como positivas ou reais. Ainda uma modalidade do pensamento primitivo que pensa em imagens visuais. "Sábios", entre nós, são doutores de Medicina ou naturalistas. Psicólogos e sociólogos... só para os cartomantes. Nunca houve, no Brasil, cursos regulares de psicologia, de sociologia, etc. Recentemente, foram mesmo eliminados de vários currículos. Quando vem ao Brasil, um especialista em vias urinárias ou sífilis é recebido com festas, recepções de desembarque, banquetes, discursos na Academia, etc. Pois bem: um Kohler passou pelo Brasil, há anos, completamente ignorado; apenas meia dúzia de iniciados lhe prestaram alguma atenção em São Paulo. Eu mesmo tenho presenciado a passagem, pelo Rio, de psicólogos, sociólogos e antropólogos notáveis e nenhuma notícia nos jornais, nenhuma

comissão de festas, nenhuma homenagem. Os exemplos podem se multiplicar.

5 – *Totens estrangeiros*. Sempre temos vivido, em nossa pobre vida cultural, das novidades "de fora". Temos o culto da "última moda" em ciência ou literatura. Já discuti, por mais de uma vez, esta questão de se debater assunto de ciência em termos de moda ou novidade. É comum, nas polêmicas brasileiras, coisas como estas: "mas Fulano (um professor estrangeiro) não diz assim": "isto não está mais em moda, já passou..." Eu já tive um aluno de psicologia social que me interrompia freqüentemente em aula, não para discutir calmamente qualquer ponto controverso, mas para exclamar: "Mas, professor, isto não está no livro de Fulano de tal" (e exibia a página de grosso volume que sempre trazia consigo).

Nos círculos médicos, quem não fez uma "viagem à Europa" não merece consideração, nem dos colegas, nem dos clientes. O cidadão vai a Paris, freqüenta os *cabarets* de Montmartre e, de retorno, anuncia convencido nos jornais, que "de volta de sua viagem de estudos, etc., etc..." Em menino, ouvia falar na minha terra de um médico muito conhecido por suas viagens à Alemanha, e pela simpatia monoidéica que votava à cultura saxônica, e que só anunciava assim: "Dr. med. Oskar de Karvalho, com estudos na Europa" (podem acreditar, que é verdade; os meus conterrâneos não se lembram disto?).

A crença na "última novidade" tem até desviado alguns espíritos aproveitáveis. É comum encontrar-se um jovem universitário que tem a mania de ser o divulgador de toda a doutrina nova que aparece. De um desses jovens eu sei que queimou todos os livros de Lévy-Bruhl, porque leu uma porção de autores, histórico-culturalistas, que "meteram o pau" nas teorias do homem... O culto da "última novidade" é ainda uma sobrevivência pré-lógica: o que vem por último é o verdadeiro (*post hoc, ergo, propter hoc*).

6 – "*Indoctrination*". Muitos setores do pensamento brasileiro estão prejudicados pelo intenso trabalho de orientação interessada no pólo político-social ou religioso. Aliás, é este o grande mal da época. Nós estamos assistindo, consternados, a uma verdadeira prostituição da ciência (e da inteligência, em geral), a serviço de determinadas ideologias político-sociais. O racismo alemão (a que agora se juntou o italiano) é

um exemplo flagrante desta utilização da ciência para fins políticos de dominação racial. Quando os sábios honestos vêm hoje provar que superioridades ou inferioridades são contingências culturais, os racistas criam o mito de uma superioridade baseada no conceito de raça e de sangue. O assunto tem sido muito debatido e não há necessidade de nos determos nesta discussão.

O que quero destacar é que, no Brasil, houve ensaios da aplicação, entre nós, destas doutrinas (vide item anterior). Assistimos assombrados como já se ia delineando, no Brasil, uma falsa política anti-semítica, com todas as conseqüências culturais desta monstruosidade científica e humana. Infelizmente, no plano puramente intelectual, perduram certos sintomas de *indoctrination*.

Em certos círculos, o ensino científico é conduzido em união estreita com o dogma religioso, prejudicando a objetividade com que devem ser orientados os métodos de pesquisa científica. E não se venha dizer que a Igreja Católica, por exemplo, ordena tal coisa. Mesmo nas universidades católicas, da Europa e da América, há uma rigorosa separação entre os métodos da pesquisa científica e o ensino religioso, dentro daquela velha fórmula do sábio católico Grasset quando dizia que o oratório e o laboratório não devem se interpenetrar.

Nas universidades norte-americanas, há mesmo cursos, divisões, departamentos de religião, em setores estanques dos demais cursos universitários. A Universidade da Califórnia do Sul mantém uma Escola de Religião que confere o grau de *Master of Theology* (M. Th.). A Yale inclui uma *Divinity School*, que confere o grau de *Bachelor of Divinity* (B. D.) Outras universidades conferem graus de *Doctor of Divinity* (D. D.) e mantêm cursos superiores de Teologia. A Universidade de Chicago inclui um Departamento do Novo Testamento e de Literatura Cristã Antiga. E assim por diante. Em nenhuma destas universidades existe, porém, a confluência do ensino religioso e do ensino científico. Em outras palavras já não se discute ali o cerebrino conflito entre religião e ciência. São domínios separados. Não há, em suma, *indoctrination*.

Não temos ainda, no Brasil, universidades dignas deste nome. Possuímos algumas excelentes escolas superiores, que diplomam profissionais em medicina, direito, engenharia, belas-artes, educação... mas não temos *espírito universitário*, justamente porque nos falta aquele

espírito de pesquisa, de objetividade, de imparcialidade de julgamento, etc., que seria tão premente introduzir no Brasil.

A nossa *soi-disant* cultura superior se ressentia daqueles defeitos, que passei ligeiramente em revista. E de muitos outros que só um exame mais detido poderia elucidar. Há, além disso, outros fatores ligados à própria vida mental brasileira, no seu sentido geral. A existência de substratos afetivos, emocionais, na nossa vida coletiva. A influência do pensamento mágico que já analisei nas páginas do *O Negro Brasileiro*. Não vamos responsabilizar por isto este ou aquele grupo étnico, que contribuíram à nossa formação. Estes defeitos são uma conseqüência de atraso cultural ou de desajustamentos socioculturais advindos do trabalho da aculturação ainda não completado.

É possível que muitos destes defeitos sejam aparentes. É possível também que muitos deles se convertam em qualidades. Acredito, mesmo, que alguns processos de pensar, de origem negro-africana e ameríndia, dêem à civilização do Novo Mundo uma modalidade característica. Elementos pré-lógicos, que incorporando-se ao pensamento aristotélico da cultura ocidental assinalam uma nova modalidade de pensar. Um pensamento móvel, dinâmico, sem relações causais rígidas, às vezes paralógico e afetivo. O mundo está passando por uma revisão violenta de valores. Não sabemos se continuaremos a pensar à européia, ou se nos encaminhamos para um processo *galileico* do pensamento. A reação já começou na arte e na vida cotidiana, popular. Manter-se-á a vida científica afastada destes processos? É uma interrogação angustiada. E esta discussão nos levaria muito longe dos propósitos deste artigo.

O que devemos assinalar é que os defeitos apontados da vida cultural brasileira não são categorias irreduzíveis. Eles definem mesmo a nossa "cultura", como entidade antropológica. São defeitos históricos, deslocáveis e mutáveis, como as variações da própria *ethos* brasileira. Alguns deles podem e devem ser corrigidos. Outros são inerentes à nossa vida mental, expressões características de uma civilização em início.

"De um artigo publicado na *Revista do Brasil*, 1938, e aqui reproduzido com ligeiras modificações. País jovem, de mudanças culturais súbitas e constantes, muitos dos defeitos e desajustamentos apontados estão à procura de remédios adequados..."

(*Aculturação Negra no Brasil*, Cia. Editora Nacional, 1ª ed., São Paulo, 1942, págs. 289-297).

GILBERTO FREIRE (1900-1987). Nasceu no Recife (Pernambuco) e fez os estudos secundários no Ginásio Pernambucano. Ainda em 1918, viajou para os Estados Unidos, bacharelando-se, em 1920, na Universidade de Baylor. Seguiu curso na Universidade de Colúmbia, ali defendendo a tese para obtenção do grau de Magister Artium, com a tese Social Life in the Middle of the 18th Century. No ano de 1923, regressa ao Brasil, após ter percorrido vários países da Europa. Vitoriosa a Revolução de 30, exilou-se para Portugal, onde ficou alguns meses. Passando à América, proferiu conferências a convite da Universidade de Stanford. Publica em 1933, a sua obra principal: Casa-Grande e Senzala, que lhe dá larga projeção nos meios literários e entre os estudiosos de ciências sociais. Sob alguns aspectos, é considerado pioneiro, dispondo de grande público graças ao estilo saboroso e colorido; o sentido do pitoresco social revela um sociólogo fronteiriço dos processos de romancear. O binômio, que serve de título à Casa-Grande e Senzala, resume o pensamento do autor, que reputa a monocultura escravocrata e o sistema patriarcal de colonização os dois pólos de estabilização daquela fase histórica. Internacionalmente festejado, participou de numerosas conferências sobre assuntos sociais, colaborando ativamente na imprensa e em revistas. Recebeu a láurea de professor honoris causa de várias instituições universitárias, no país e no estrangeiro.

Obras Principais: Casa-Grande e Senzala, Rio, 1933; Sobrados e Mocambos, S. Paulo, 1936; Nordeste, Rio, 1937; Aventura e Rotina, Rio 1953; Mocambos do Nordeste, Rio, 1937; Açúcar, 1939; O Mundo que o Português criou, Rio, 1941; Região e Tradição, Rio, 1941; Ingleses, Rio, 1942; Problemas Brasileiros de Antropologia, Rio, 1943; Interpretação do Brasil, Rio, 1947.

.....

O sobrado e o mocambo

A casa, o tipo de habitação, sabe-se que é uma das influências sociais que atuam mais poderosamente sobre o homem. Sobre o homem em geral; mas, em particular, sobre a mulher, sempre mais sedentária ou caseira. Especialmente dentro do patriarcalismo, inimigo da rua e até das estradas.

Essa influência, exerceu-a de modo decisivo sobre a família patriarcal, no Brasil, a casa-grande de engenho ou fazenda, já considerada em estudo anterior. Corrigiu-lhe certos excessos de privatismo acentuando outros, o casarão assobradado da cidade. Enquanto a casa de sítio – a chácara, como se diz na Bahia para o sul – marcou a transição do tipo rural de habitação nobre, para o urbano. Três tipos distintos de casa e um só verdadeiro: a casa-grande patriarcal brasileira, com senzala, oratório, camarinha, cozinha que nem a do convento de Alcobça, chiqueiro, cocheira, estrebaria, jardim. As casas de engenho e de sítio dando a frente para estradas quase intransitáveis; outras para os rios fundos; os sobrados, para ruas sujas, ladeiras imundas, por onde quase só passavam a pé negros de ganho, moleques empinando papagaios, mulheres públicas. Menino de sobrado que brincasse na rua corria o risco de virar moleque; iaíá que saísse sozinha de casa, rua afora, ficava suspeita de mulher pública. O lugar do menino brincar era o sítio ou o

quintal; a rua, do moleque. O lugar de iaiá, a camarinha; quando muito a janela, a varanda, o palanque.

A verdade, entretanto, é que a casa-grande, em contato com a rua, com as outras casas, com a matriz, com o mercado, foi diminuindo aos poucos de volume e de complexidade social. As senzalas tornando-se menores que nas casas de engenho.

Mas enquanto as senzalas diminuía de tamanho, engrossavam as aldeias de mocambos e de palhoças, perto dos sobrados e das chácaras. Engrossavam, espalhando-se.

A compressão do patriarcado rural por um conjunto poderoso de circunstâncias desfavoráveis fez que ele se esparramasse; que o sistema casa-grande/senzala se partisse quase pelo meio, os elementos soltos espalhando-se um pouco por toda a parte e completando-se mal nos seus antagonismos de cultura européia e de cultura africana ou indígena. Antagonismos outrora mantidos em equilíbrio à sombra dos engenhos.

Com a urbanização do país, ganharam tais antagonismos uma intensidade nova; o equilíbrio entre brancos de sobrado e pretos, caboclos e pardos livres dos mocambos não seria o mesmo entre os brancos das velhas casas-grandes e os negros das senzalas. É verdade que ao mesmo tempo que se acentuavam os antagonismos, tornavam-se maiores as oportunidades de ascensão social nas cidades para os escravos e para o filhos de escravos, que fossem indivíduos dotados de aptidão artística ou intelectual extraordinária ou de qualidades especiais de atração sexual. E a miscigenação, tão grande nas cidades como nas fazendas, amaciou, a seu modo, os antagonismos entre os extremos.

Terminado o período de patriarcalismo rural, de que os engenhos bangüês, com as suas casas-grandes isoladas, procurando bastar-se a si mesmas, foram os últimos representantes no Norte; iniciado o período industrial das grandes usinas e das fazendas exploradas por firmas comerciais mais do que pelas famílias; também na zona rural os extremos – senhor e escravo – que outrora formavam uma só estrutura econômica e social, completando-se em algumas de suas necessidades e em vários dos seus interesses, tornaram-se metades antagônicas ou, pelo menos, indiferentes. Também no interior, as senzalas foram diminuindo;

e engrossando a população dos mocambos; trabalhadores livres sem remédio, sem assistência, sem amparo quase nenhum das casas-grandes.

As relações entre os sexos sofreriam, por sua vez, uma alteração profunda, ao se distanciarem senhores e escravos, tão íntimos dentro do patriarcalismo integral, ao se aproximarem as casas nobres umas das outras, e todas das igrejas, dos teatros e da rua; ao engrossarem as aldeias de mocambos com o predomínio de estilos africanos de vida e de moral. Numa dessas aldeias é que um frade capuchinho descobriria, espantado, que os homens estavam calmamente se dando à prática de trocar de mulheres, num verdadeiro comunismo sexual. O frade no Brasil só se habituara a ser complacente com a poligamia das casas-grandes; com o abuso de mulher pelo homem poderoso, com a noção rígida da mulher-propriedade do homem.

A casa-grande no Brasil pode-se dizer que se tornou um tipo de construção doméstica especializado neste sentido quase freudiano: guardar mulheres e guardar valores. As mulheres dentro de grades, por trás de urupemas, de ralos, de postigos; quando muito no jardim, definhando entre as sempre-vivas e os jasmims; as jóias e moedas, debaixo do chão ou dentro das paredes grossas.

Caso expressivo de influência recíproca foi o desse tipo de casa vir a refletir novas tendências sociais, vindas da rua, e ao mesmo tempo, influir sobre elas e sobre a rua, um tanto a maneira das relações que se estabelecem entre veículo e estrada. O sobrado conservou quanto pôde, nas cidades, a função da casa-grande do interior, de guardar mulheres e guardar valores. Daí os cacos de garrafa espetados nos muros: não só contra os ladrões mas contra os "don-juans"; daí as chamadas urupemas, de ar tão agressivo e separando casa e rua, como se separasse dois inimigos.

Mas foi na chácara, através do palanque ou do caramanchão no canto do muro debruçado para a estrada; foi no sobrado, através da varanda, do postigo, da janela dando para a rua, que se realizou mais depressa a desorientação da vida da mulher no Brasil.

A varanda e o caramanchão, ou palanque, marcam a vitória da mulher sobre o ciúme sexual do homem. Ciúme que se exprimia em termos tão fortes na arquitetura quase de convento da casa-grande. Com a varanda e o caramanchão veio o namoro. Um namoro tímido, é ver-

dade, de sinais de lenço e de leque. Mas o bastante para romantizar o amor e torná-lo exógamo. Quando as urupemas foram arrancadas à força dos sobrados do Rio de Janeiro, já no tempo dos vice-reis e dos sobradões do Recife, a mandado do capitão-general D. Tomás José de Melo, pode-se dizer que se iniciou uma nova fase nas relações entre os sexos.

E ao mesmo tempo nas relações entre a casa e a rua. Salvador teve desde os seus primeiros dias, no século XVI, aquela "rua muito comprida, muito larga e povoada de casas de moradores" de que fala Gabriel Soares. Mas eram casas que se fechavam contra a rua, dentro dos "seus quintais povoados de palmeiras carregadas de cocos, outros de tamareiras, e de laranjeiras e outras árvores de espinhos, figueiras, romeiras e pereiras".

No Recife, sendo a cidade uma ilha, o sobrado quase sem quintal se impôs. O sobrado fechado dentro de si mesmo, às vezes com a frente para o rio. E magro, vertical. As tradições de arquitetura holandesa, que condicionaram o desenvolvimento do Recife consagraram aquele tipo de casa mais estreito e magro, como que em harmonia com um tipo mais magro de homem do que o baiano.

Para Morales de los Ríos a arquitetura holandesa no Recife, cuja influência ainda hoje se surpreende – diz o técnico – nas "empenas laterais dos prédios", pouco se inspirou no meio ambiente. Os holandeses a impuseram à cidade tropical, sem nenhuma adaptação que lhe quebrasse a estrutura européia de casa para os frios do Norte. A verdade é que, ainda hoje, os telhados conservados por tradição nos sobrados mais velhos do Recife parecem acusar reminiscência tão forte de telhados flamengos que ninguém se surpreenderia de ver escorrer por eles neve pura, neve escandinava. Alguns telhados, inclinados quase a pique.

Não é de admirar. Sem a plasticidade do português, sem aquele seu jeitão único, maravilhoso, para transigir, adaptar-se, criar condições novas e especiais de vida, o holandês viveu aqui uma vida artificialíssima, importando da Holanda tudo que era comida: manteiga, queijo, presunto, carne em conserva, bacalhau, farinha de centeio, farinha de trigo, ervilha em lata. E ainda: vinho, cerveja, azeite, vinagre, pão, toucinho. Mas não era só o alimento: a casa só faltou vir inteira da

Europa. Vinham cal, pedras cortadas, ladrilhos, arames, vigas, lonas, artigos de metal. Vinha tudo.

Convém entretanto atender às condições de topografia e de solo no Recife: não eram as mesmas que as da Bahia ou do Rio – para só falar das outras cidades talássicas. Impunham outro rumo às relações ecológicas e de espaço do homem com a área urbana; do sobrado com a rua.

Durante os seus oito anos de governo, Nassau empenhou-se pela urbanização mais inteligente do Recife – encarregando da tarefa um dos seus melhores técnicos, Peter Post.

E um dos maiores benefícios que fez à cidade foi o de a ter dotado de pontes. As primeiras pontes que houve no Brasil. Com elas parte da população passou-se da ilha do Recife para a de Antônio Vaz, onde antes só havia um convento de frades e talvez algumas palhoças de pescadores.

O problema de habitação, sem esse desafogo, teria se tornado um horror. Sobrados estreitíssimos e dentro deles um excesso de gente. Gente respirando mal, mexendo-se com dificuldade. Às vezes oito pessoas dormindo no mesmo quarto. Verdadeiros cortiços. Os primeiros cortiços do Brasil.

Mesmo assim, nos começos de 1640, não havia lugar para quem chegasse da Europa. Só se improvisando. Maurício e seus conselheiros se empenharam com o maior afã em fazer construir casas para os recém-chegados em Antônio Vaz; mas "alguns mais poderosos", sem dúvida comprando terras nas zonas a se desenvolverem em subúrbios, aproveitaram-se da situação para explorarem a falta de casa. E o aluguel de casas e quartos subiu a alturas fabulosas. Por dois quartos com uma saleta, chegou-se a pagar 120 florins por mês.

Com os burgueses mais ricos indo morar em casas quase de campo, para as bandas de Antônio Vaz, a ilha do Recife ficou o bairro do comércio e dos judeus, dos pequenos funcionários e dos empregados da Companhia das Índias Ocidentais; dos artífices, dos operários, dos soldados, dos marinheiros. Alguns destes vivendo em verdadeiros chiqueiros, entre tavernas sujas da beira do cais e no meio dos bordéis mais imundos do mundo.

Ai do jovem que aí se perdesse! Estaria destinado a irremediável ruína! Estas palavras são de um relatório holandês da época. Encontram plena confirmação nos reparos de um observador francês do mesmo período – Moreau. Muita mocidade foi engolida por essa Sodoma de judeus e de mulatas; de português e de negras; de soldados e marinheiros de todas as partes do mundo.

O Recife com seus sobrados-cortiços e seus sobrados-bordéis foi um dos pontos mais intensos de sífilização no Brasil, a sífilis ocorrendo com freqüência, diz Piso, tanto entre holandeses como entre portugueses. As "prostitutas do porto" tornaram-se umas terríveis disseminadoras de sífilis. Não eram só mulheres de cor – negras, mulatas, cabrochas – que aqui despertavam a curiosidade pelos prazeres exóticos nos homens ruivos, até mesmo nos pastores da Igreja reformada, um dos quais tornou-se célebre por sua vida imoral. O Recife se encheu também de prostitutas holandesas. Não três ou quatro: grandes carregamentos de marafonas ruivas. Para alguns dos flamengos tudo tinha de ser aqui como na mãe-pátria: a casa, a comida, a mulher. Nada de exotismos. Em 1636, porém, um conselheiro holandês mais sisudo pediu do Recife aos dignitários da Holanda que evitassem aquela vergonha. O Diretor era o primeiro a recomendar – notava o conselheiro – que se punissem severamente os delitos de ordem sexual; todavia deixava que viessem para a colônia, em grandes levas, "aquelas portadoras de desgraça".

A Nova Holanda, primeira tentativa de colonização urbana do Brasil, excedeu-se à Nova Lusitânia em delitos de ordem sexual, em irregularidades morais de toda a espécie. Pernambuco apresenta-se ao estudioso da nossa história social como o ponto ideal para a análise e o balanço de influências dos dois tipos de colonização: o urbano e o rural. O holandês e o português. A colonização que se firmou na casa-grande de engenho completada pela senzala e a que se desenvolveu principalmente em volta do sobrado urbano, às vezes transformado em cortiço. E aqui se impõem considerações que completam, em certos pontos, o pouco que rapidamente se sugeriu, em capítulo anterior, sobre o antagonismo entre a cidade e a zona rural.

Difícilmente se poderá concluir pela superioridade do colonizador holandês sobre o português, ou melhor, do tipo urbano sobre o rural, de colonização do Brasil, em termos de raça ou de cultura na-

cional. A ação colonizadora do flamengo não se exerceu com elementos de raça e de cultura exclusivamente holandeses, nem mesmo norte-europeus: aproveitou, como nenhuma na América, o elemento judeu, e procurou aproveitar o português, o negro, o índio, o alemão, o francês, o inglês, toda a salsugem cosmopolita que a aventura tropical foi atraindo às nossas praias.

A vida moral na Nova Holanda de modo nenhum foi superior à do Brasil rural e português. Ainda que fossem severos os castigos contra as mulheres adúlteras, foram freqüentes os casos de esposas infiéis, principalmente de esposas de soldados. Pelos protocolos do Conselho Eclesiástico, vê-se que muitas foram penduradas na polé, na praça do Mercado do Recife. Numerosos foram também os casos de bigamia. Eram freqüentes, como refere Moreau, os de sodomia e crimes contra a natureza, destacando-se entre os sodomistas certo capitão holandês, enviado primeiro para Fernando de Noronha, depois para os cárceres de Amsterdã. Embora proibidos os duelos, os encontros entre inimigos tomaram um caráter de luta de morte, enchendo de poças de sangue as ruas da cidade. E a sífilis, já vimos, foi onde mais se espalhou nessa primeira cidade verdadeiramente urbana que teve o Brasil. À sombra dos seus sobrados. Por dentro dos seus mocambos. Além de sífilis, a disenteria e a gripe, em conseqüência, sem dúvida, de água poluída e das condições anti-higiênicas de habitação e da vida nos sobrados burgueses e nos sobrados-cortiços do Recife.

O vício do álcool foi outro que tomou um desenvolvimento alarmante na cidade – neste ponto, pode-se talvez objetar, por maior predisposição dos nórdicos ao álcool. Porque em 1667, passando pelo Recife os missionários capuchinhos Frei Miguel Ângelo de Cattina e Frei Dionísio de Carli de Piacenza ficaram admirados de ver os habitantes avessos ao uso do vinho: todo o mundo bebia água pura. Os negros e os caboclos é que gostavam sempre de beber sua cachaça.

O Recife holandês foi um burgo de beberrões. Pessoas da melhor posição social eram encontradas bêbadas pelas ruas. Os próprios observadores holandeses da época se espantavam do contraste entre sua gente e a luso-brasileira. A luso-brasileira quase só bebia água fresca, às vezes com açúcar e suco de frutos, refresco ou garapa.

Mas não se deve supor, a esta altura, que nas zonas rurais e entre os luso-brasileiros virgens de qualquer influência nórdica, nunca se

desenvolveu o alcoolismo. Em zonas rurais – é verdade que conservando reminiscências de uma primeira colonização urbana – é que Burton encontrou, em meados do século XIX, evidências de um abuso tão grande do álcool – da cachaça, da cana, da branquinha, – que não hesitou em comparar a gente do interior do Brasil com a da Escócia: "The consumption of ardent spirits exceeds. I believe, that of Scotland". Ele próprio confessa seu assombro diante do fato – desde que lera em livros de viajantes, seus predecessores, principalmente em St. Hilaire e Gardner – que era raro encontrar gente embriagada no Brasil. Burton encontrou-a e com freqüência. E no princípio do século XIX, viajando no interior, o Príncipe Maximiliano também encontrara muito matuto encachaçado.

O mineiro, observou Burton, não podia gabar-se da superioridade moral de que outros brasileiros se gabavam sobre os ingleses: a de não ser os mesmos "baetas" que eles. Era difícil encontrar tropeiro ou barcaceiro, livre ou escravo, que não amanhecesse bebendo aguardente para "espantar o Diacho" ou "matar o bicho"; que de noite não se juntasse aos camaradas para tocar viola, esvaziar um gordo garrafão de cachaça. Quando o estrangeiro se escandalizava com a enorme quantidade de aguardente que se consumia no interior do Império, os brasileiros lhe recordavam que grande parte da cachaça era para a água do banho.

Nas cidades marítimas – contra toda a expectativa – é que se notava a temperança, tão elogiada por Gardner no brasileiro. Mas mesmo nas cidades, essa temperança era mais um traço da gente fina que da população em geral. Mais um traço dos burgueses de sobrado que do proletariado dos mocambos e dos cortiços. "O brasileiro quase só bebe água", notaram os capuchinhos, em Pernambuco, no século XVII e Tollenare, no século XIX; também Denis, no Rio de Janeiro dos primeiros tempos do Império. Mas evidentemente limitando seu reparo à burguesia dos sobrados; aos fidalgos das chácaras e das casas-grandes. Que quase todos bebericavam seu vinhozinho do Porto, seu licor de caju feito em casa, sua imaculada de manhã cedo para fechar o corpo antes do banho de rio ou para abrir o apetite antes da feijoada ou da mão-de-vaca. Mas raramente entregavam-se a excessos. Isso de excesso era só uma vez na vida.

Nos banquetes de senhores-de-engenho mais ricos ou mais espetaculosos – que desde o século XVI escandalizavam os europeus pela sua fartura de comida e bebida – é que o vinho corria mais livre. Era tanta comida, que se estragava; no fim, as saúdes cantadas. Muito vinho corria à toa, pela toalha, pelo chão, só por luxo. O avô de Cícero Dias, o velho major Santos Dias, de Jundiá, foi um dos últimos senhores-de-engenho a se celebrar pela opulência da mesa. Nela não faltava vinho e do melhor. Lorde Carnavon, o de Tutankamon, foi onde se hospedou com uma vasta comitiva de ingleses, inclusive um padre: em Jundiá. E o almirante português Ferreira do Amaral, recebido no engenho de Escada com muita comida e bebida, escreveu, depois, em relação oficial, que o velho major tinha verdadeira "mania da hospitalidade".

Nos começos do século XIX, Bento José da Costa e Maciel Monteiro – o pai do poeta – deram também almoços escandalosos de baixo das jaqueiras de seus sítios, onde os sobrados eram verdadeiramente patriarcais. Nos banquetes de Bento José, o vinho não corria tão à toa como em Jundiá; doutro modo não se explica que ele e o capitão-general de Sua Majestade, Luís do Rego Barreto, fossem depois do almoço para o muro da casa e daí se divertissem como dois meninos de internato atirando carço de fruta em quem passava.

Pela mesma época – isto é, começos do século XIX – na Capitania de Minas, o Desembargador Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt Aguiar e Sá regalava seus amigos, na sua casa-grande de sítio, perto do Tijucu, com vinho fino, guardado numa adega singularmente mineira: vasta escavação semicircular, aberta a poder de ferro e fogo, numa rocha granítica, com prateleiras formadas também na pedra. Só o portão enorme, de oito palmos de altura, era de madeira. Era uma adega, essa de sobradão de sítio, adaptada às condições brasileiras, o vinho se conservando fresco "pela umidade – diz um cronista – que transudava dos poros de granito". O fato se apresenta cheio de interesse para o estudioso não só da história social da casa e do sobrado no Brasil, como para o historiador da nossa arquitetura colonial.

Mas não vamos generalizar, confundindo essas casas-grandes mais cheias de luxo de Pernambuco, de Minas, do Rio de Janeiro, com aquelas onde o passadio era de macaxeira, de carne-seca, de farinha,

de bolacha, de bacalhau; casas onde não sobrava dinheiro para presunto nem para as latas de ervilha, os boiões de ameixa, as caixas de passa, os vinhos franceses que os jornais anunciavam estar se vendendo nas lojas do Rio de Janeiro, do Recife, de Salvador.

O vinho de mesa das casas-grandes opulentas do interior e principalmente o dos sobrados ricos das cidades, desde o século XVI que veio da Europa, recebido diretamente, não estava sujeito às adulterações em que se especializavam os importadores de bebida. O Desembargador Câmara, por exemplo, podia gabar-se da pureza dos vinhos de sua adega de pedra porosa; mas o morador de casa mais pobre que um dia, na vida, quisesse variar da aguardente de venda, tinha de se satisfazer com vinho, não só zurrapa, mas falsificado. "Muitos das classes pobres e quase todos os escravos [das cidades] são dados às bebidas alcoólicas", escrevia em 1851 Antônio José de Sousa em seu estudo sobre o regime das classes pobres e dos escravos na cidade do Rio de Janeiro. Pela mesma época observava Francisco Fernandes Padilha que os líquidos – "vinho, vinagre" – consumidos pela classe pobre do Rio de Janeiro eram todos falsificados. Em 1865 Sousa Costa escrevia da mesma classe de habitantes da capital do Império que, quando bebiam vinho, era sempre "vinho sofisticado". Vinho com mel, pau campeche e diversos sais, acrescenta o higienista. A mesma falsificação de vinho que se verificava na Bahia, cujo regime de alimentação foi estudado por Eduardo Ferreira França em ensaio sobre "A influência dos alimentos e das bebidas sobre o moral do homem". E provavelmente no Recife e nas demais cidades de população pobre, numerosa e sujeita durante o Império à livre exploração dos importadores de bebidas e de víveres. Exploração de que se resguardava a burguesia dos sobrados importando diretamente seu vinho, seu vinagre, seu azeite, matando em casa seu carneiro, seu bode, seu porco; criando no quintal ou engordando no sítio seus perus, suas galinhas, às vezes, suas cabras e suas vacas de leite.

Porque a falsificação não se limitava ao vinho, nem ao vinagre. Era geral. Falsificação, por um lado; escassez por outro. O regime de economia privada dos sobrados, em que se prolongou quanto pode a antiga economia autônoma, patriarcal, das casas-grandes, fez do problema de abastecimento de víveres e de alimentação das famílias ricas um problema de solução doméstica ou particular – o animal abatido em

casa quase sempre dispensando a carne de talho, as frutas do sítio dispensando as cultivadas para a venda regular no mercado, as cabras e as vacas criadas nos sítios das casas nobres diminuindo a importância do problema de suprimento de leite para a população em geral. Tornou-se assim desprezível o problema da alimentação da gente mais pobre das cidades. Os brancos, os pardos, os pretos livres, os moradores dos cortiços, a gente dos mocambos.

Ao contrário dos escravos domésticos dos sobrados que participavam, como nas casas-grandes dos engenhos, da alimentação patriarcal, a pobreza livre desde os tempos coloniais teve de ir se contentando, nos mocambos, nas palhoças, nos cortiços, com o bacalhau, a carne-seca e as batatas menos deterioradas que comprava nas vendas e quintandas. E com uma insignificância de carne fresca e de vaca. O corte de carne de vaca tendo atingido no Rio de Janeiro, em 1785, quando a população era de cerca de 50.000 bocas, a 21.871 cabeças por ano, ou fossem 59 quilos e 60 gramas por ano, para cada boca, e por dia, 165 gramas, para cada indivíduo, estabilizou-se no tempo do Império, com a maior densidade de população numa média ainda mais baixa. Em 1879, a população da capital do Império, já cidade grande, consumia por ano, segundo o cálculo de um higienista da época e na sua própria terminologia, 9.447.453 quilogramas de alimentos gordurosos, 184.934.553 quilogramas de cereais; e 19.162.500 de carne de açougue. Incluída, porém, em carne de açougue, toda a espécie de salmoura, tripas, língua, paios e até a carne-seca, de que principalmente se alimentava a parte mais pobre e mais numerosa da população. E nos cereais, incluídos legumes em conserva, frutas secas e passadas, farinha de trigo, féculas, pós e massas alimentícias, biscoitos, raízes alimentares, chá, açúcar, alho, cebola, canela, batata. Mesmo assim, calculando-se por dia e por habitante a relação de cada habitante de cidade com a massa de alimentação, chega-se por uma estatística da época, a 140 gramas de carne, ou menos ainda, feito o desconto da parte não nutritiva dos produtos incluídos em "carne" e da que tocava aos animais a serviço de homem – tão numerosos nos sobrados patriarcais e nos próprios cortiços e mocambos.

GILBERTO AMADO (1887-1969). Nasceu em Estância (Sergipe), formou-se em Farmácia pela Faculdade de Medicina da Bahia. Depois seguiu para o Recife, onde se bacharelou em Direito, em 1909. Participando do jornalismo, destacou-se como escritor dotado de largos recursos, como revelaria na Chave de Salomão, obra de nomeada nacional. Em 1911, foi nomeado lente substituto da Faculdade de Direito do Recife. Eleito deputado federal por sua terra natal, militou longamente na política, mas continuamente devotado à literatura e aos estudos sociais. Encaminhando-se para a diplomacia, tem ocupado altos postos de responsabilidade como representante do Brasil, confirmando sempre suas grandes qualidades intelectuais e grande cultura.

Estilo vivo a serviço de penetrante espírito de análise, suas páginas de interpretação social do país atraíram desde cedo a atenção do público, que nele reconheceu, a par de valor literário excepcional, uma mentalidade independente.

Obras: A Chave de Salomão, Rio, 1914; Grão de Areia, Rio, 1919; Dança sobre o Abismo e outros Ensaios Modernos, Rio, 1932; Inocentes e Culpados, Rio, 1941; Os Interesses da Companhia, Rio, 1942; Suave Ascensão, Rio, 1917; Aparências e Realidades, Rio, 1922; Eleição e Representação, Rio, 1931; Espírito de Nosso Tempo, Rio, 1932; História de Minha Infância, Rio, 1954; Minha Formação no Recife, Rio, 1955; Mocidade no Rio e Primeira Viagem à Europa, Rio, 1956.

.....

As instituições políticas e o meio social no Brasil

Atentai, Senhores, aí está esboçada toda a História do Brasil no século XIX: *Senhores e escravos*.

A "ordem" a que a população aspirava e a que se referia Rio Branco¹, sem o compreender, era o pacto tácito resolvido entre a Monarquia e a escravidão; entre o trabalho nacional e as instituições, entre a riqueza pública e o trono, pacto resultante da natureza das coisas, sendo, portanto, uma lei, segundo a definição de Montesquieu, lei orgânica que os próprios fatos decretavam e que ia desde então regular o país, submetê-lo à disciplina da sua eficiência e da sua sanção. Foi esse conluio natural, esse acordo recíproco que sustentou a Monarquia, tornou impossíveis as guerras civis, e deu ao Império do Brasil esse aspecto imponente de grande paz que resultava do equilíbrio das forças ponderáveis.

Graças à tranqüilidade e à ordem, o país desenvolveu-se quanto pôde. Grandes medidas legislativas, a maioria das quais destinadas à organização civil da nação, se iniciaram. O progresso era lento porque o capital estrangeiro ainda timidamente atravessava o oceano, e

(1) *Esquisse de l'Histoire du Brésil.*

porque além do trabalho escravo e do tráfico, não havia realmente outro trabalho e porque era da própria índole dos elementos dominantes a estabilidade e a rotina.

A situação conservadora prolongou-se até 1862, depois de um domínio continuado de 14 anos. Mas a verdade é que um acontecimento já lhe tinha predestinado a queda – a *repressão do tráfico*. Como é interessante a repercussão dos fenômenos entre si!

Até 1853, pois a Lei Eusébio de Queirós só depois dessa data teve execução – na pujança do tráfico – a plenitude conservadora!² Um golpe, porém, ia ser vibrado contra ela.

Mão estranha planeava-o. Como se sabe, a Inglaterra já intervieria na formação do ministério Monte Alegre por ocasião do Bill Alberdeen, que estatuíra a captura do negreiro mesmo em águas territoriais brasileiras.

Grande agitação resultou desse ato, de que lucrou o negreiro, que pode desenvolver o seu comércio, dando em resultado o crescimento espantoso do tráfico. Assim é que no ano do *bill* (1845) o número de escravos recebidos foi apenas de 19.453, subindo então a altura não atingida daí por diante:

1845.....	19.453
1846.....	50.324
1847.....	56.172
1848.....	60.000
1849.....	54.000
1850.....	23.000

(2) A chegada, tempos antes, de inúmeras levas de escravos, adquiridas então a bom preço, aumentando a influência pessoal dos senhores, e dando à irradiação do seu prestígio a evidência da superioridade econômica, tornara possível à aristocracia territorial, que já se vinha esbocando na colônia, estender pelo país o seu domínio. E enquanto Evaristo Ferreira da Veiga e Bernardo Pereira de Vasconcelos, no encaminhar-se para a Monarquia pensavam salvar a unidade nacional pelo articulá-la no sistema de que julgavam ser os fundadores, a verdade é que os *escravos* é que realizavam o papel de que eles eram os gêneros teóricos. unidade nacional pelo articulá-la no sistema de que julgavam ser os fundadores, a verdade é que os *escravos* é que realizavam o papel de que eles eram os gêneros teóricos. *Enquanto floream nas controvérsias constitucionais não viam eles descer nas costas brasileiras os verdadeiros sustentadores do trono, os elementos sobre que se ia levantar o edifício monárquico.* (Nota de G. Amado.)

Foram os anos de maior desenvolvimento. Encobertos na indignação hipócrita da nação, isto é, dos senhores, os próprios interessados, o tráfico tornou-se uma causa quase santa. Envoltos nos acontecimentos que se seguiram caiu o Ministério Monte Alegre. Com a ascensão do Partido Conservador, a Inglaterra acreditou, diz Joaquim Nabuco, terem subido ao poder os próprios protetores do tráfico. Daí ter-se feito mais intensa a sua pressão. O momento era difícil. Enfrentou-o um homem eminente: – Eusébio de Queirós. Mas a sua pena, ao assinar as medidas repressivas da Lei de 4 de setembro, escreveu, por assim dizer, o epitáfio da dominação conservadora no país. "A oposição, bem como o Foreign Office, atribuirá a atitude do gabinete à pressão do cruzado inglês; Eusébio, porém, afirma que essa pressão apenas tornou mais difícil a execução do pensamento assentado antes em conselho de ministros". Mas, acrescenta Nabuco: "A verdade é que sem o interesse tomado pela Inglaterra na questão do tráfico este teria forças para inutilizar qualquer resistência do governo."

Eis o que vemos. A Inglaterra, varrendo os mares por meio do nosso governo, ia exercer dentro do nosso próprio país uma influência enorme. A decadência da propriedade territorial, cuja prosperidade se baseava exclusivamente no comércio de escravos, únicos trabalhadores da terra, gerando uma crise econômica em que se comprometeram tantas fortunas patrimoniais, traria como consequência uma diminuição no prestígio conservador.

Acompanhemos os fatos e vejamos como isto é claro.

Vejamos antes de tudo a repercussão econômica da repressão ao tráfico. Vamos assistir a um fenômeno que se repetiria depois na República. Ficando o capital destinado ao comércio de negros sem aplicação imediata, começou a verter-se em empresas aventureiras. Um alvoroço da atividade ilusória das indústrias arrebatou o país. Tivemos o primeiro encilhamento. "De 1850 a 1860", escreve Carreira, na sua *História Financeira*, "se concederam setenta e um privilégios para diversas indústrias de invenções; concedeu-se autorização de sessenta e duas empresas industriais, para a incorporação de quatorze bancos de depósitos e descontos e alguns de emissão; criaram-se três caixas econômicas, or-

ganizaram-se vinte companhias de navegação a vapor, vinte e três companhias de seguros, quatro de colonização, oito de estradas de ferro, duas de rodagem, quatro de carris urbanos com tração animal, oito de mineração, três de transporte e duas de gás. Operou-se uma verdadeira transformação; parecia que o povo acordava de um letargo, mas faltando-lhe ainda a experiência, abundaram as especulações inconside-
radas, resultando daí a perda de capitais valiosos."

O país, que até então vivera preocupado com a sua organização política, pareceu iniciar a sua atividade administrativa.

Malgrado as simpatias que a Providência tem sempre revelado pelo Brasil, faltou-nos, nesse momento privilegiado para o iniciar de uma grande época de construção, essa vigilância aguda dos dirigentes, essa firmeza dos meios conscientes e práticos que são nos povos aptos ao progresso o caminho que os conduz à fortuna verdadeira.

Levados por Sousa Franco ao extremo da imprudência, as emissões de papel-moeda inconversível geraram os fenômenos que fatalmente acompanham a desvalorização do meio circulante – crise comercial, encarecimento da vida, decrescimento das rendas públicas, desânimo das classes trabalhadoras. No naufrágio das fortunas, que o tráfico e o trabalho escravo haviam acumulado rapidamente, subverteu-se o prestígio de muitas famílias adstritas à propriedade territorial. É interessante ver na política a repercussão de tudo isto. Não seria difícil documentar com estatísticas o que se afirma.

Mas se não nos detivermos apenas no aspecto dos fatos e quisermos descer à raiz de onde eles sobem até a nossa visão, não será difícil verificar que a "Conciliação", por exemplo, realizada por intermédio do Marquês de Paraná sob os auspícios do Imperador, representando a absorção do Partido Liberal exausto pela exuberância conservadora, era já, sem o parecer, o começo de uma depressão nas forças até então preponderantes. A "parada" da época sem fisionomia, a que se referiu Sales Torres Homem quando abjurou as apóstrofes de Timandro para preparar uma adesão que seria inútil, porque a marcha dos fatos dentro em pouco se encarregaria de levá-lo aonde ele desejava ir – não exprimira o "descanso" dos ve-

lhos partidos, mas o "cansaço" ³ definitivo dos liberais moribundos, se os acontecimentos não lhes tivessem bafejado o renascimento, cortando pela base, ainda que silenciosamente, os próprios sustentáculos do edifício conservador.

A "Conciliação" foi assim para este um verdadeiro logro. Estabelecendo a lei dos currículos para servir ao Imperador, convencido de que pelo rotativismo eleitoral os liberais permaneceriam sempre no ostracismo, o Marquês de Paraná, aliás, contra o voto do mais hábil dos seus partidários, Vanderlei, não viu, nem podia ver, que o país não estava mais todo na mão dos conservadores. Foi talvez iludido pela própria habilidade. *Não pressentiu que um inimigo estranho retirara o poder do seu partido: a Inglaterra tornando uma realidade a extensão do tráfico.* Vale a pena citar a palavra do único estadista que, sem dizer os motivos, percebeu na sua intuição agudíssima o que significava para o Partido Conservador o acordo.

"Em 1848", diz Vanderlei, "em 1848 também o partido pregou muito a 'Conciliação' mas a Conciliação tornou-se em 'logração' quando subiu ao poder. É justamente o que há de suceder a realizar-se a nova política de conciliação que chamarei também de logração."

A "Conciliação" é obra política do Imperador, e nunca o "pensamento augusto" influiu mais no sentido de apressar a marcha das idéias liberais donde haveria de sair mais tarde a preocupação republicana. Propiciando a chegada dos liberais ao poder, o Imperador empurrava o país na direção que ele queria seguir e pode dizer-se que iniciava uma política de suicídio dinástico sem compreender talvez que o trono assentava na aristocracia territorial e que o enfraquecimento desta traria como conseqüência o enfraquecimento do trono.

(3) O Barão do Rio Branco, no seu *Esquisse de l'Histoire du Brésil* quando se refere a esta revolução diz: "Ela teve como resultado aumentar enormemente em todas as províncias a força do Partido Conservador, porque as classes esclarecidas e a população em geral estavam cansadas de todas as agitações dessas guerras intestinas."

O ilustre historiador não penetrou, contudo, na substância da questão.

As "classes esclarecidas" estavam "cansadas" dessas agitações... As "classes esclarecidas" eram os senhores e a "população em geral", eram os agregados, os filhos dos escravos desses senhores e a plebe deles dependente.

(Nota de G. Amado.)

Sem aptidão para criar uma classe militar forte para substituir àquela ou porque lhe repugnasse ao caráter pacífico e burguês ou porque se temesse da sua possível infidelidade futura, tendo na memória o exemplo de 7 de abril, o certo é que Pedro II começou daí a sacrificar ao seu temperamento liberal os próprios fundamentos da sua coroa.

É 1862, contudo, a época do esplendor da Monarquia. O Brasil é então um bloco harmônico. Àquela situação de equilíbrio a que Sales Torres Homem já *conciliado* se referia com tanta precisão exprime a plenitude da maré cheia. Tinha começado, entretanto, a vazante conservadora, e ia pronunciar-se a forte enchente democrática. Um acontecimento inesperado deteve-a, porém. Foi a guerra do Paraguai. Não obstante, a eleição por círculos trouxe uma quase unanimidade liberal. E pode dizer-se que de 1862 começou o domínio liberal.

É o instante em que se podem estudar estas belas figuras que de um partido e de outro fugentearam a Monarquia. Não será exagero afirmar que umas e outras no que dizia com as realidades concretas do país realizaram uma simples ação decorativa. Ilustrados nos publicistas europeus, versando temas que não tinham relação com o meio, os mais brilhantes estadistas não eram por certo os mais úteis. O seu trabalho político consistia em bordar sobre os assuntos do dia – empréstimos externos, reformas da legislação criminal ou civil, direito orçamentário, questões partidárias e eleitorais, grandes e belos discursos que poderiam figurar pelos assuntos nos "Anais" parlamentares da França e da Inglaterra. Nos chamados menos cultos, isto é, num Paraná, num Itaboraí, num Cotegipe mais tarde, se sentia a experiência que comunica o trato dos negócios, o cuidado da observação, a matéria dos fatos, dando aos seus discursos a textura resistente das realidades.

É claro que a todos eles faltava uma educação científica necessária à compreensão de um país que mais do que nenhum outro precisava de uma política construtiva.

Tendo todos os hábitos peculiares aos legistas educados à abstrata, sem um entretenimento forte com a vida material do país levantados nos braços da escravidão para as alturas de um sistema político nascido na Inglaterra, dos próprios fatos, do próprio senso do povo, da própria experiência das liberdades públicas conquistadas ao domínio secular dos conquistadores, da própria originalidade do espírito

saxônico, era natural que esses homens se surpreendessem do mau funcionamento desse sistema sobre tribos mais ou menos selvagens, sobre negros escravos, sobre filhos de índios e de negros, sobre filhos de portugueses, sem instrução, sem idéia nenhuma também do que fosse representação popular, direitos políticos, deveres cívicos, etc.

Por falta de capacidade construtiva do povo, politicamente inexistente, os estadistas pouco advertidos diante dos problemas eram levados por educação a procurar nos exemplos estrangeiros os moldes a aplicar, as normas a seguir sem cogitar das peculiaridades do meio, das suas condições típicas.

Os homens mais úteis do Império foram justamente aqueles que, menos instruídos nessas leituras estrangeiras ou de natureza mais aptos a travar conhecimento com a realidade, tiveram da nossa gente uma percepção mais precisa e procuraram tirar dela o maior proveito possível, sem, todavia, dela esperar muito.

Não se pode contudo, deixar de receber uma impressão de respeito desses homens, graves, honestos, imponentes, movendo-se numa atmosfera elevada em torno de um príncipe que me parece como um verdadeiro milagre da espécie humana.

Devo explicar. Filho de Pedro I, cujos costumes, cuja moral nós conhecemos; senhor absoluto em um país em que o sistema constitucional era e não podia deixar de ser uma ficção; em uma sociedade sem existência moral porque era baseada na escravidão, esse homem deve ser estudado não só pelo bem que fez, mas, sobretudo, pelo mal que não fez... Imaginem se Pedro I encontraria obstáculos em 1840, em 1860 ou em 1870 para ser um príncipe corrupto, para exercer o seu temperamento exuberante ávido de prazer.

Não tenciono estudar aqui a ação do Imperador, cuja figura e cujo papel estão a demandar o talento de um grande historiador.

Como vinha dizendo, a eleição por círculos encheu a Câmara quase toda de liberais.

O Ministério do Marquês de Olinda, que sucedeu ao Gabinete meteórico de Zacarias, foi a última ilusão conservadora.

Dissolveu a Câmara por não poder enfrentá-la.

E a eleição de 63 era a vitória liberal. Estava extinta a missão histórica do Partido Conservador.

Tinha começado no referver das paixões a decomposição da Monarquia. As denominações dos partidos tornam-se palavras vazias de sentido. Já não correspondem à realidade. Os senhores não podem preponderar como dantes. Os anos têm passado sobre o "tráfico". Até então a ação do Imperador era "o pensamento augusto" que fez a "Conciliação" bem recebida por todos. Daí por diante, esse pensamento ia ser "a causa única da decadência do país" e as forças políticas em torno dele iam representar "o papel do polichinelo eleitoral dançando segundo as fantasias dos ministérios nomeados pelo Imperador", como dizia Tito Franco. Idêntica era a linguagem de Saião Lobato, José de Alencar e de Saraiva, que dizia: "O poder ditatorial da Coroa era uma verdade só desconhecida pelos néscios ou pelos subservientes aos interesses ilegítimos da Monarquia." Silveira Lobo assegurava: "O vício não está nos homens, mas sim nas instituições." Para Francisco Otaviano, o império constitucional era "a última homenagem que a hipocrisia rendia ao século". Os velhos conservadores levantavam-se do seu silêncio para afirmar coisas semelhantes. Nabuco, no seu famoso Sorites, estabelecia: "O poder moderador pode chamar a quem quiser para organizar ministérios, esta pessoa [o Imperador] faz a eleição porque há de fazê-la; esta eleição faz a maioria. Aí está o sistema representativo do país." E no pedir as grandes reformas, no propor a eliminação do Poder Moderador, Otôni, Silveira Lobo, Zacarias, Nabuco, Sousa Franco, Otaviano, Paranaguá, agora unidos, apresentavam o dilema: "Ou a Reforma ou a Revolução."

A verdade é que estava gasta a velha máquina. A fadiga da Monarquia constitucional era evidente.

Silveira da Mota, Silveira Martins, Afonso Celso, Paula Sousa, todos sem discrepância, não encontravam para as infelicidades do país outra explicação que a "decadência" do sistema constitucional devido à cada vez maior preponderância pessoal do Imperador.

Mas por que de 1854 até 1862, quando se reconhecia esta influência que não podia, na verdade, deixar de exercer-se, pois não assentavam os partidos em grandes camadas da opinião consciente subdivididas – porque, pergunto, àquele tempo essa influência chamada, em um misto de respeito e ironia benévola, o "pensamento augusto", a que todos se referiam sem acrimônia, era então, depois de 70, a

causa de todos os males, a ação criminosa do "César caricato", de Ferreira Viana?

Certo, já em 1859, Silveira da Mota se aventurava a dizer:

"As práticas constitucionais enfraquecem-se todos os dias; o regime representativo tem levado botes tremendos, a depravação do sistema é profunda. No país, o que há somente é a forma de governo representativo: a substância desapareceu. Tenteie-se esta chaga da nossa sociedade, e ver-se-á que no Brasil o regime constitucional é uma mera formalidade." E então acrescentava: "Cheguei à convicção de que o vício não está nos homens, está nas instituições."

Veja-se como esta linguagem se parece com a de hoje! Quase todos os espíritos têm agora um falar parecido com este. "A culpa não é da República; a culpa é dos homens" – dizem uns. "Querem reformar a Constituição? Mas ela não foi ainda executada..." – dizem outros. Há os que asseguram, pelo contrário, que a causa de todos os nossos males está na adoção que fizemos de um regime que não encontrava apoio nas "tradições" nacionais, acreditando com certa ingenuidade que existam tradições entre nós.

Verifica-se facilmente que este modo de raciocinar sobre os fenômenos políticos obedece a um sistema de educação. Nem Silveira da Mota, nem Ferreira Viana, nem Saraiva, nem Silveira Martins, nem José de Alencar, nem Tito Franco, nem Francisco Otaviano, nem enfim todos os estadistas que se exasperavam com mentiras do sistema constitucional entre nós, se deram ao pequeno trabalho de fazer um estudo ligeiro das condições de raça, de meio, das contingências particulares de um país sem hábitos elementares de política, sem independência econômica, com uma população primitiva perdida na amplitude geográfica do Brasil, e perguntar até que ponto, já não digo toda a população do país, mas ao menos as populações do Rio de Janeiro, da Bahia, do Recife, de São Paulo, das principais cidades em 1860, em 1870, para não falar em 1840 e 1850, poderiam intervir com a sua vigilância efetiva, com a consciência dos seus deveres políticos na direção de um país cuja Constituição assentava no exercício dessa consciência?

Parece que nenhum deles se lembrava disto. *Homens de educação abstrata, quase todos eram levados a se preocupar mais com o aspecto do que com o fundo dos problemas.*

Adaptamos as instituições políticas da Inglaterra mediante sugestões de Benjamin Constant; logo deveriam elas funcionar como na Inglaterra. Raça religiosa e política dos saxônios, seis séculos de experiência das liberdades públicas, senso prático da população, equilíbrio econômico, autonomia do comércio, tudo parecia lhes passar despercebido. E enquanto os discursos enxameavam de citações de estadistas franceses e ingleses, era difícil encontrar uma referência a qualquer dos viajantes ilustres que aqui vieram conhecer o país e em cujas obras tanta sugestão e ensinamento útil deparariam.

Como ainda hoje, os Saint-Hilaire, os Luccock, os Spix, os d'Orbigny, os Castelneau, só de nome se conheciam. E daqueles que a prática do imperialismo das nações européias obrigou a estudar os processos de colonização das raças mestiças, fora difícil encontrar traço nas obras e preocupações deles.

A ouvir as objurgatórias dos estadistas sobre o que eles apelidavam a "decadência" do sistema representativo entre nós, vemos ao espírito, com a perplexidade, uma interrogação. Seria, com efeito, possível que esses homens acreditassem na maravilha de uma provável realidade das instituições que adotaram? Por acaso nunca lhes tivera passado pela mente a idéia da população do Brasil em confronto com a daqueles países que criaram das próprias entranhas do seu gênio essas instituições?

Tome-se, por exemplo, o recenseamento de 1872, o primeiro que se fez no Brasil. Foi Paranhos, um dos raros que, com Tavares Bastos, Mauá, Capanema, tiveram a preocupação dos assuntos práticos fora ou dentro do Governo, quem o realizou. Por esse recenseamento, vê-se que a população total do Brasil era então 9.930.479 habitantes, compreendendo 8.419.672 homens livres e 1.510.860 escravos. Segundo a raça, eram 3.801.782 mulatos e mestiços de vários graus; 3.787.289 brancos; 1.959.452 de raça africana e 386.955 de raça índio-americana. Segundo os sexos, vemos que o número de pessoas do sexo masculino era de 5.123.869 livres e escravos; 4.806.609 do sexo feminino, livres e escravos. Nesse total, cumpre contar quase 300.000 estrangeiros, portugueses na maioria.

Fazendo o desconto do número de crianças naquele total de 5.123.869 habitantes livres e escravos, apurando o grau da sua capacidade econômica e da instrução do seu espírito, verificando a sua eficiên-

cia como cidadãos, tendo em vista a extensão enorme do país em que eles se disseminavam, considerando que a Província da Bahia possuía naquele ano (1872) a população de 1.271.792 habitantes livres e 167.824 escravos; que a da Província do Rio de Janeiro era de 490.087 livres e 297.637 escravos; a de São Paulo de 490.087 livres e 156.612 escravos; a de Minas de 1.669.276 livres e 370.459 escravos; a de Pernambuco de 752.511 livres e 89.028 escravos, para falar apenas dos núcleos sociais predominantes; verificando que até esse ano o número de escolas primárias não excedia de 4.000 em todo o Brasil, e o número de alunos não chegava a 160.000, pois, em 1889, em uma estatística destinada à propaganda do Brasil na Europa, o Governo calcula o primeiro número em 7.000, e o segundo em 30.000 pode-se imaginar, depois de pensar nessas coisas, qual podia ser o coeficiente de pessoas verdadeiramente capazes sobre as quais, em um país que a extensão territorial desarticula, haviam de exercer-se as instituições constitucionais, cuja "decadência" irremediável na linguagem dos estadistas do tempo era só devida ao "poder pessoal do Imperador".

Realmente, teria sido possível sobre essa população tornar efetiva a prática de um sistema originado dos próprios costumes do mais político dos povos, e não apenas "adaptado" como nós o adaptamos, sobre uma gens adventícia, sem hábitos de organização e de trabalho, pouco fixada ao solo, de todo inapta à iniciativa mais comezinha na ordem dos seus interesses privados, entregue ao muçulmanismo de uma imprevidência poética relacionada com o sobrenatural das superstições pueris dos selvagens e dos negros, com um espírito afeito ao devanear das contemplanções no deserto, uma população enfim que dos seus deveres não podia ter senão uma noção vaga e cujos direitos desconhecia de todo? Seria possível levantar essa população à altura das liberdades que a Carta de 1824 lhe outorgara? ⁴

(4) Recordemos o ambiente daquele tempo:

Com uma instrução baseada no Direito Canônico e em todos os vícios da metafísica jurídica da época, esses homens que constituíam a única realidade viva do país iam receber a Constituição que ainda hoje, adaptada à expressão das liberdades modernas algumas das suas disposições secundárias, seria um código liberal, para o aplicar sobre uma população economicamente morta e politicamente alheia a qualquer idéia, por mais remota que fosse, de direitos políticos e

É claro que a "Constituição" erguida no alto, sem contato nenhum com ela, não poderia ser senão uma ficção, um símbolo, uma figura de retórica destinada ao uso dos oradores. A ação política havia de exercer-se através da ditadura dos homens mais aptos ou que reunissem, em virtude do equilíbrio de forças ocasionais, uma soma de prestígio predominante. Ao tempo da dominação conservadora, era um Paraná que representava esse papel ditatorial, como depois da fragmentação do bloco conservador, quebrada a unanimidade que articulava as opiniões e os interesses, esse papel ia naturalmente tornar-se um "dever" do Imperador por falta de quem o exercesse sem contraste sobre a anarquia dos políticos divididos.

Levando mais longe a análise estatística, veremos que ainda em 1872, época do recenseamento a que me referi, não existia, nem podia existir aquilo que tanto enchia a boca dos políticos: "O povo brasileiro". O "povo brasileiro" não podia ser o milhão e meio de escravos, o milhão de índios inúteis que a contagem do Governo reduziu, com evidente imprecisão, a quatrocentos mil apenas; não podiam ser os cinco milhões de agregados das fazendas e dos engenhos, caipiras, matutos, caboclos, vaqueiros do sertão, capangas, capoeiras, pequenos artífices, operários rurais primitivos, pequenos lavradores dependentes; não podiam ser os dois milhões ou o milhão e meio de negociantes, empregados públicos ou particulares, criados e servidores de todas as profissões. O povo brasileiro, existente como realidade viva, não podia deixar de ser apenas as 300.000 ou 400.000 pessoas pertencentes às famílias proprietárias de escravos, os fazendeiros, os senhores-de-engenho de onde saíam os advogados, os médicos, os engenheiros, os

deveres cívicos. Destinada a regular um núcleo social que não existia como coletividade consciente e autônoma, a Constituição ficou pairando no ar, como uma cúpula, sem conexão com a terra, onde bracejava uma população de escravos trabalhando sem alegria para um grupo de senhores ignorantes, ávidos, alguns com uma meia instrução, mais perturbadora do que esclarecedora, todos também insuscetíveis de compreender o que queria dizer a Carta política que lhes ia ser outorgada.

E eram esses senhores que constituíam o Brasil. Deles, das suas famílias, é que saíam os dirigentes da sociedade. (*Nota de G. Amado.*)

altos funcionários, os diplomatas, os chefes de empresa, únicas pessoas que sabiam ler, tinham alguma noção positiva do mundo e das coisas e podiam compreender, dentro da sua educação, o que vinham a ser monarquia, república, sistema representativo, direito de voto, governo, etc.

É por demais evidente a inexistência nesse tempo, como em geral ainda hoje, dessas aglomerações coesas de população, desses núcleos vivos e conscientes de trabalhadores rurais ou urbanos, dessas massas agrícolas disciplinadas e esclarecidas, de onde pudesse sair um corpo eleitoral capaz e responsável.

Diminuída a riqueza da classe única organizada, destruída a preponderância das zonas açucareiras não equilibrada então pelo surto da prosperidade do Sul, como hoje acontece, sob a impressão angustiosa dos déficits da guerra do Paraguai, *o país se entregou então a uma inquietação natural que, dominando os espíritos, os encaminhou a uns para o pessimismo de Francisco Otaviano, de José de Alencar, de Silveira da Mota, de Silveira Martins, de Ferreira Viana, de Saraiva e a outros para o ideal, ainda nebuloso, da República.*

Mas retomemos o fio do pensamento principal. São Paulo, já a esse tempo, 1872, graças à iniciativa dos seus homens, às suas legítimas ambições práticas de fortuna, compreendendo cedo o problema do trabalho, possuindo além disso uma indústria agrícola privilegiada no mercado mundial, pouco sujeita às oscilações das crises, começara, para satisfazer às exigências dela, a receber imigrantes. E assim vemos que São Paulo, que na época do recenseamento Rio Branco possuía apenas 680.742 habitantes livres e 156.612 escravos, já em 1889 tinha a sua população aumentada de 468.918 habitantes, perfazendo um total de 1.306.272, quase toda aquela cifra de aumento composta de imigrantes brancos encaminhados para a terra a despeito do espectro da grande propriedade. Como quer que seja, São Paulo pôde conservar a sua aristocracia territorial que, com os elementos industriais prósperos que possuía, mercê da colaboração do capital estrangeiro, dirige o Estado, promove o bem-estar do povo e cresce dentro do país como uma verdadeira nação. O mesmo acontece com o Rio Grande, onde a pequena propriedade bem

distribuída pôde dar aos seus municípios uma organização agrícola e uma riqueza própria a coexistir com a grande indústria pastoril.

Entretanto, mesmo São Paulo, segundo os dados oficiais, tem uma população infantil de 70%, já em idade escolar, sem escolas onde aprender.

Hoje, na República, o estado social é o mesmo em todo o Brasil; é o mesmo que na Monarquia.

Povo propriamente não o temos. Sem contar a das cidades, que não se pode dizer seja uma população culta, a população do Brasil politicamente não tem existência. Compõem-na talvez mais de 15 milhões de habitantes desassimilados que no Norte e no Centro constituem os pescadores e seringueiros do Amazonas, os agregados das fazendas, os vaqueiros e campeadores do sertão, os pequenos negociantes nômades, os operários rurais primitivos sem fixidez, trabalhando um dia para *descansar* seis na semana, o matuto ignorante e crenteiro, vivendo numa choupana, quando não desabrigado de todo, e ainda os jagunços da Bahia, os cangaceiros de Pernambuco, os "fanáticos" do Contestado, os capangas das vilas e aldeias do interior, a multidão de pequenos artífices e trabalhadores das cidades e das roças, toda uma *gens* complexa, pouco produtiva, entregue à sua própria miséria e alheamento do mundo, emigrando do Ceará para o Amazonas, nos estados do Norte se arrastando ao abandono de um desconforto voluntário, sem saúde, sem hábitos de trabalho e tendo, na sua maioria, do Brasil, a idéia que nos deu Euclides da Cunha em *Os Sertões*.

E vem a propósito referir com falta de repercussão das idéias práticas num país que deixa sempre para o futuro a solução das questões urgentes, o pouco efeito que no tocante aos problemas que suscitou teve esse livro destinado, mais do que qualquer outro entre nós, a criar uma política de vinculação do deserto ao litoral, de assimilação dessas gentes perdidas no sertão e separadas da civilização por três séculos, da mesma maneira porque há meio século ficaram suspensas no ar, sem que ninguém as recolhesse, as sugestões de Tavares Bastos, ainda hoje, em sua maioria, à espera de realização.

Este é, aliás, um dos sinais do nosso meio, onde pela falta de uma atmosfera de idéias ativas que os homens respirassem, e a cujo influxo se conduzissem, é comum ver-se os propósitos mais fecundos,

as medidas mais benéficas, as atitudes mais úteis resultarem afinal estéreis e se perderem na amplidão do ambiente. Será por que os "homens não prestam" como se comprazem em dizer os que se contentam de fórmulas fáceis? A verdade é que não existindo no Brasil, pela identidade da formação mental, pela intensidade da cultura pessoal, um grupo de homens que pense, segundo os mesmos princípios e que tenham por eles o mesmo entusiasmo, nem, por outro lado, uma opinião pública exigente e consciente que peça o que lhe é devido, a ação dos homens tem que se guiar pelo improvisado dos acasos que regulam em sua complexidade a vida nacional brasileira. Quando as necessidades exigem um sacrifício, vemos Joaquim Murтинho sobrancear-se à altura dos obstáculos e sob a pressão da gravidade dos deveres que tomou a peito cumprir, realizar a obra que realizou. Mas os planos de Joaquim Murтинho logo se acharam interrompidos. A nossa imaginação ainda agora se detém com prazer no sonho de prefigurar o que seria o Brasil no ponto de vista da sua situação de país produtor, se Joaquim Murтинho tivesse deparado para a execução de seus planos construtivos um espaço sem interrupção de quinze anos.

Não é ensejo de estudar este assunto.

Como ia dizendo, a República encontrou o mesmo estado social.

Em 1889, o eleitorado do Brasil se compunha de 20.000 eleitores. Hoje se comporá de 600.000. Mas os elementos que constituem são os mesmos. São nas capitais os funcionários públicos da União e dos estados; nas vilas e cidades do interior os funcionários do estado e dos municípios, comerciantes, empregados particulares, pequenos artífices, agregados, amigos, compadres dos chefes locais, pequenos lavradores, enfim, homens a quem falta uma consciência cívica, de todo alheios ao conhecimento das questões do Estado, tendo da pátria uma noção vaga, imprecisa; por ela serão capazes dos maiores sacrifícios, sem saber por quê: é a terra onde nasceram e onde vivem e da qual não recebem nenhuma impressão certa senão a do orgulho de a saber grande no território, bela na paisagem, esplêndida na luz do sol, gloriosa na força das suas maravilhas naturais, tal qual como o brasileiro do Primeiro Reinado.

Claro que não é esse corpo eleitoral a base em que assenta a República. A República não pode deixar de ser, portanto, como era a Monarquia, senão os advogados que ano a ano saem, às multidões, das faculdades de direito; os médicos, os engenheiros, os doutores, enfim, os antigos senhores nas suas descendências arruinadas; os filhos dos escravos, dos mestiços, dos mulatos, distribuídos pelas funções públicas, pelas carreiras liberais.

Se estudarmos o fenômeno do funcionalismo que apresenta no Brasil o aspecto de um novo coletivismo, não sonhado pelos comunistas, pois assenta no tesouro público, veremos que ele tem, a bem dizer, a sua origem na escravidão. Foi ela que, tornando abjeto o trabalho da terra, obrigou a encaminhar-se para os empregos do Estado os filhos dos homens livres que não podiam ser senhores e que não queriam igualar-se aos escravos. Sendo o trabalho ocupação de negros, os mestiços e brancos julgar-se-iam desonrados nele. Quando não possuíam engenhos nem fazendas e, como assinala Joaquim Nabuco no *Abolicionismo*, não logravam por meio de um casamento rico vincular-se às famílias proprietárias que os levavam à política, aos cargos da administração pública, à direção do país, haviam de resignar-se às carreiras obscuras de advogado da roça nas cidades do interior, magistrado mal remunerado, funcionário público, enfim. *O bacharelismo foi o primeiro capítulo da burocracia*. Dele é que nasceu essa irresistível inclinação ao emprego público que o novo regime não pôde conjurar, antes acoroçoou, porque não tendo criado o trabalho, nem a instrução profissional, não pôde evitar que se dirigissem para os cargos públicos os moços formados nas academias, inaptos à lavoura, ao comércio, aos ofícios técnicos.

A chegada do capital estrangeiro chamado ao país por esses mesmos funcionários e políticos, dando à máquina administrativa uma ilusória atividade, tornou ainda mais fácil essa proliferação de empregos, resultante da superabundância de dinheiro no Tesouro que não sabiam como aplicar homens que não tinham obrigações de prestar contas, à opinião inexistente, dos seus atos bons ou maus.

Viram-se, então, comenta um escritor nosso, grandes somas como as destinadas à vivificação da cultura da borracha passarem todas para as mãos de moços das cidades que nenhum serviço foram chamados a prestar, e medidas úteis, como as da fundação de escolas de

aprendizes-artífices, reduzirem-se a meros pretextos para a colocação nos empregos de pessoas protegidas.

Podemos acusar a República, deixando de considerar nos erros peculiares ao meio, de não ter, principalmente, compreendido logo o seu papel educador...

Refiro-me ao papel educador, porque o dever máximo dos políticos em um país como o nosso, em que as realidades sociais estão abaixo das instituições, é exercer justamente essa tutela, essa ditadura mental que José Bonifácio quis exercer e não o pôde, infelizmente para o Brasil, senão por tão curto prazo.

Entre nós a energia dos documentos é fragmentária. Por quê? Porque não se pode exercer contra o vácuo uma ação continuada.

Ao lançar a semente sem ver crescer a planta no solo árido, o braço do semeador se fatiga.

O pulso da administração não tem um ritmo. Pode dizer-se que se regula pelo movimento dos espasmos. A uma fase de grande atividade sucede um esmorecimento longo. Grandes surtos do progresso logo se esbatem em lentas estagnações de desânimo. E nada se faz de persistente e firme.

Enquanto não se formar no Brasil pela preponderância das inteligências construtivas uma "elite" de diretores mentais que saibam menos discutir questões "jurídicas" e mais questões "políticas", que mostrem menos erudição de constitucionalistas americanos e mais conhecimento das realidades práticas do Brasil, uma "elite" conjugada ativa e energicamente em agremiações partidárias ou em torno de figuras excepcionais, de modo a suprir pelo influxo da sua ação as deficiências de um meio ainda incapaz de se dirigir a si próprio, enquanto não se conseguir organizar os elementos de direção de uma sociedade que não sabe se guiar por si mesma, a confusão, o tumulto, o malbaratamento de belas energias, o caos moral, político, administrativo, caracterizará o Brasil, será por muito tempo ainda a expressão da sua existência e a forma tumultuária da sua fisionomia de nação.

Por obra da nossa educação feita para além da realidade, mesmo nas assembléias políticas não é difícil assistir a uma discussão brilhantíssima quando se trata de questões de direito, de questões enfim sobre as quais já se hajam escrito na França, na Inglaterra ou nos Estados Unidos muitos livros onde a erudição seja fácil de encontrar. Mais difícil, porém, é deparar no meio de tantos espíritos "cultos" o

traço de uma observação própria, o cunho de uma personalidade mental, o vinco de uma autonomia de ação que seja o sulco vivo por onde se afirme um caráter sincero, apaixonado pela verdade, e procurando-a pela experiência pessoal, pelo próprio esforço, aplicação e descortino.

Digo-o, sem agravo a ninguém. Por isso é que temos, em nosso país, tantos juriconsultos e não temos um naturalista; temos homens públicos e nos minguam os verdadeiros políticos.

E não os poderíamos ter, porque as aptidões, como as flores raras, precisam ser cultivadas. Não podem surgir de um dia para outro, sem preparo prévio do solo, do terreno, onde devem florir e brilhar. E o nosso sistema de educação se realiza, como disse, fora da realidade e, sobretudo, fora e acima do Brasil. *Por isso, leis, instituições, mundo político e social estão também fora e acima do Brasil. O nosso trabalho deve ser, mantendo a República, torná-la, antes de tudo, brasileira.*

Resumindo, o Brasil de hoje mostra um aspecto semelhante ao que mostrava sob a Monarquia alguns anos antes da sua queda.

Assim como aqueles espíritos que, desesperados do parlamentarismo carunchoso, apelavam para a República, para a Federação ou simplesmente para as "Reformas", nos últimos anos do Segundo Reinado enxameiam hoje cidadãos sinceros que diante da realidade triste do Brasil, realidade que se não pode contemplar a olhos enxutos, procuram "sair disto" pelas reformas. Uns se contentam com a revisão simples da Constituição em certos artigos; outros reclamam uma reforma total que ressuscite o parlamentarismo para se conjugar, agora, em um conúbio arbitrário, com a Federação, outros arrebatados mais longe, se precipitam até para a restauração da Monarquia.

Mas, pergunto eu, diante do estado social do Brasil, é lícito acreditar que qualquer mudança nas instituições possa influir decisivamente para a felicidade do país? É de crer que qualquer modificação nos textos da Constituição tenha efeito sobre um meio nas condições em que se acha o nosso?

Não sou, nem posso conceber que haja quem o seja, fetichista da imutabilidade dos códigos políticos. As Constituições escritas hão de sofrer as alterações que o tempo lhes deva imprimir. O fetichismo é atitude de superstição não peculiar aos homens que pensam. Mas o que é evidente é que os elementos sociais da atualidade

brasileira são os mesmos que existiam no fim da Monarquia, com algumas modificações, já assinaladas, em São Paulo e nos estados do Sul.

A Constituição republicana sobre o restante do país exerce a mesma ação nominal que exercia a monárquica.

*A ação política não pode deixar de exercer-se senão através de homens bem intencionados que possam suprir pela própria energia construtiva, atividade e patriotismo – no sentido do desinteresse pessoal e da capacidade de resistência às agitações improficuas – as insuficiências de uma população ainda incapaz de exercer os seus direitos políticos e cumprir, como responsável pelos próprios destinos, os deveres cívicos que lhe incumbem*⁵.

(À margem da *História da República*, Rio, 1924, págs. 57-78).

(5) Trechos do discurso "As instituições políticas e o meio social no Brasil". (Nota de G. Amado).

CARLOS DELGADO DE CARVALHO (1884-1980).

Nasceu em Paris, em cuja Escola de Ciências Políticas se diplomou. Fez o curso de Direito na Universidade de Lausanne e estudou Sociologia na London of Economics. Regressando ao Brasil, regeu a cátedra de Sociologia no Instituto de Educação e no Colégio Pedro II, de que foi diretor. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade de Geografia e Estatística, da Academia Brasileira de Ciências, participa ainda de numerosas sociedades internacionais de cultura. Em 1950, a convite da Unesco, organizou e dirigiu o Seminário de Geografia de Montreal; lecionou História Diplomática do Brasil no Instituto Rio Branco (Itamarati) e realizou cursos como visiting-professor nos Estados Unidos. Exerceu a cátedra de História Moderna e Contemporânea na Faculdade Nacional de Filosofia, onde se aposentou, recebendo o grau de professor emérito pelos relevantes serviços prestados ao ensino e por sua preciosa produção didática.

Obras: Le Brésil Méridional, Paris, 1910; Geografia do Brasil, Rio, 1913, 2 vols.; Metodologia do Ensino Geográfico, Rio, 1925; Corografia do Distrito Federal, Rio, 1926; História da Cidade do Rio de Janeiro, Rio, 1926; Didática das Ciências Sociais, Belo Horizonte, 1949; Geografia Econômica da América, Rio, 1920; Fisiografia do Brasil, Rio, 1920; História e Formação da Língua Inglesa, Rio, 1920; Introdução à Geografia Política, Rio, 1929; Sociologia, Rio, 1931; Sociologia Aplicada, 2ª edição, São Paulo, 1933; Geografia Humana, 2ª edição, São Paulo, 1935; Sociologia Experimental, São Paulo, 1934; Sociologia Educacional, Rio, 1934; Introdução Metodológica aos Estudos Sociais, Rio, 1957.

.....

*Evolução social do país
e o Rio de Janeiro*

Não podem ser claramente compreendidos os contrastes entre o Rio antigo e o Rio moderno, se não são sumariamente explicadas as razões destes contrastes e suas origens. Ainda está por fazer a sociologia brasileira, mas alguns de seus traços já foram esboçados que podem se aplicar ao Rio de Janeiro, o caso mais característico da sociologia urbana. (Para os dados estatísticos: recenseamentos sucessivos, crescimento e tendências da população, densidade, distribuição, movimento e profissões, vide: *Corografia do Distrito Federal* – págs. 72 a 76.)

Nos tempos coloniais notamos um antagonismo entre a vida urbana e a vida rural. A população tem uma tendência centrífuga para o isolamento das fazendas e dos engenhos: a procura da mão-de-obra indígena, a expansão agrícola e pastoril, as usinas, tudo influi para afastar do litoral o homem ativo e de ambição. O mercador português vinha para as aglomerações urbanas ser negociante e ocupar *pequenos ofícios*, porque a lavoura tinha o braço escravo, mas como diz Oliveira Viana "as cidades do período colonial funcionavam como poderosos centros de seleção e concentração dos elementos brancos superiores que, deslocando-se para o campo e entrando na aristocracia rural, con-

correm também para assegurar a esta classe o alto coeficiente ariano e eugenístico, que tanto a distingue nessa época".

Não há ainda facilidades suficientes para o *duplo domicílio*, na cidade e no campo. A cidade é sacrificada, daí uma vida urbana rudimentar e uma vida rural intensa. Mesmo no Rio, nota Oliveira Viana, a camada social mais elevada leva uma vida retirada em suas "chácaras afazendadas". Em pleno Distrito Federal, podemos hoje ainda contemplar o que foi uma destas vivendas, visitando a fazenda da Taquara, perto de Jacarepaguá. Era então título de nobreza ser "senhor-de-engenho". Os *colonos* portugueses aqui chegados não tinham esta fascinação pela lavoura, por isso pode ser considerada esta feição como bem americana e característica de uma longa fase de nossa história social.

Com a vinda de D. João VI e o estabelecimento da *Corte* no Rio de Janeiro, principiou a evolução. Os fidalgos da península vieram viver no meio de uma burguesia de formação recente sobre bases comerciais, mas a nobreza rural do país continuava afastada. Diz a este propósito Oliveira Viana: "É natural que estas potestades do interior, algumas já mais ou menos afidalgadas, e todas com o exercício histórico das magistraturas locais, acorram, cheias de alvoroço deslumbrado, ao centro carioca."

A austeridade altiva dos *senhores-de-engenho* e *fazendeiros* contrastava com as maneiras, mas havia sociabilidade e cultura além de linhagem e riqueza entre estes rurais brasileiros que vieram também à capital e aí formaram partido político diante dos *burgueses lusitanos*. "Dez anos depois da transmigração – diz o citado sociólogo –, isto é, em 1818, já não são mais os lusos, e sim eles, os que maior quinhão conseguem na distribuição dos favores." O brasileiro acabou dominando no Paço e o liberalismo político prepara a emancipação porque representa a força coligada da burguesia comercial e da nobreza territorial.

Toda a história social do império gira ao redor do *predomínio das classes rurais*, representadas no Rio de Janeiro pelos grandes proprietários, fluminenses, mineiros, paulistas e baianos, com duplo domicílio. As matizes políticas: liberal e conservadora, sob o poder moderador do soberano, não representam interesses divergentes: são apenas interpretações de uma mesma orientação, a *política dos fazendeiros*. Daí a ordem, a pureza, o equilíbrio que caracterizam um regime, talvez de-

masiadamente conservador e um tanto rotineiro, porque demasiadamente rural nas suas preocupações, mas que dotou o país de largos anos de paz interior.

Tinha sido, até certo ponto, cuidada a educação das elites, mas o *povo* permanecia insuficientemente preparado, constituindo obstáculo ao progresso e "quando parecia que o advento da Lei de 13 de Maio o ia livrar do peso morto de muitos milhares de inteligências confinadas nas trevas da escuridão", diz D. Maria Reis Campos, "redundou o ato generoso em desequilíbrio econômico, pelo desmantelamento da principal fonte produtora do país – a agricultura – e estabeleceu ainda uma perigosa classe social de novos-livres, inimigos do gênero de trabalho a que tinham estado obrigados e incapazes quase de outro qualquer, pela ignorância, e por natural movimento de reação contra o passado; indivíduos que só lentamente se foram integrando na sociedade, de que sem preparo prévio tinham sido repentinamente chamados a fazer parte.

"Salvaram a nação, como freqüentemente acontece, as inteligências e os caracteres da minoria de escola que dominara os espíritos e forçara os acontecimentos."

Começam então a agir outros fatores sobre a sociedade carioca. A aristocracia rural esfacela-se, talvez menos sob o golpe da Abolição do que sob o impulso de uma necessária evolução agrícola. Passa o predomínio para a terra roxa de São Paulo; as terras fluminenses decaem. *O trabalho livre* atrai o *imigrante* e o influxo estrangeiro dilui a étnica nacional. Ao mesmo tempo, penetram os progressos nos transportes, nas comunicações, nas indústrias, e a crescente influência européia. O dinheiro, o crédito e a especulação na bolsa dão à metrópole uma vida econômica de desconhecida atividade. Descendentes de fazendeiros abastados de outrora, que perderam o contato com a lavoura paterna, filhos de comerciantes, industriais novos, imigrados, negros libertados, toda uma geração vem se formando na cidade, onde é mais fácil e atraente a vida pelos seus divertimentos, suas oportunidades, seus requintes de conforto e recursos. E uma aglomeração urbana, que tinha levado três séculos a alcançar meio milhão de almas, vê triplicar este meio milhão em trinta anos.

O Rio de Janeiro ganhou assim em intensidade de vida, movimento, progresso e luxo o que, em parte, perdeu o Brasil de sua antiga opulência rural.

A honrosa profissão de fazendeiro, à qual aspiravam as elites intelectuais e políticas de outrora, prefere o bacharel das novas gerações à vida citadina e o emprego público. Como antigamente era deixado o trabalho manual da lavoura ao braço escravo, deixa-se a terra toda ao imigrante. Na fazenda é o dono ausente substituído pelo *administrador*, que, na sua incompetência das coisas rurais, ele não poderá fiscalizar e que facilmente o lesará. É a transferência progressiva das riquezas para as mãos dos mais aptos, dos mais capazes, às vezes, dos mais esper-tos. É a seleção rural operando sobre a terra, quando a cidade sugou o que nela havia socialmente de bom.

Como se faz esta transição entre a era dos que fizeram, em três séculos, o Brasil rural e os seus descendentes, cujo absenteísmo despovoou o campo e congestionou as cidades, entrando em concorrência com os que subiram pelo comércio, pela indústria e os egressos da plebe? É a vida social durante o Império que explica esta transição.

A VIDA SOCIAL NA "CORTE"

A casa da cidade, na classe abastada, é uma *chácara*. As suas proporções lembram a fazenda senhorial, o solar rural com os seus muros largos, seus salões, sua criadagem. No pequenino Rio de Janeiro social de outrora, a chácara, além de sinal de abundância, representava importante papel, quer fosse habitação de todo o ano ou só estivesse na estação calma... diz Escragnolle Dória.

Ainda no fim do século anterior, em pleno centro atual da cidade, havia chácaras: o citado historiador alude a sua próxima à igreja do Rosário.

"Longe do centro, então, ser rico ou abastado importava logo ter chácara.

"Por terrenos desmembrados da chácara do Casado passa hoje a Rua Gomes Carneiro, perpendicular à Rua Marechal Floriano.

"Por onde sobe na Glória a Rua D. Luísa? Por terras separadas da antiga chácara da Glória pertencente a D. Luísa Clemente da Silva Porto.

"Onde morou muito tempo José Clemente Pereira? Numa chácara com frente para a Rua do Catete e fundos até o Flamengo, confinando com outras chácaras.

"Uma chácara, de quase duzentas braças, estendia-se pela Rua das Laranjeiras, desde o Largo do Machado, possuída por D. Ana Roiz, entre cujos cabedais havia terras de muitas, no vale do Corcovado.

"Toda a área das Ruas Senador Pompeu, Barão de São Félix e General Pedra é formada por terrenos de grandes chácaras. Dentre elas avultava a chácara do Mendonça, pertencente a Duque-Estrada Furtado de Mendonça e sua esposa Rita Maria da Costa Duque-Estrada.

"Quase todo o atual Rio de Janeiro principiou chácara. Assim em 1754, Antônio Leite Pereira possuía o morro e a chácara da Saúde, como no outro século o bacharel João Alves de Castro Rosa cedia à Ilustríssima Câmara Municipal o terreno necessário à abertura da rua que lhe cortasse a chácara da Rua da Guanabara, no sítio das Laranjeiras." (Escragnolle Dória.)

Eram, em geral, vivendas aprazíveis, onde o conforto era mais freqüente do que o luxo ou o bom gosto. Os jardins eram especialmente cuidados, visto ser então o braço barato, devido à escravatura.

"Numa cidade de tantas chácaras", diz também E. Dória, "freqüentes eram as questões de terras, levadas a juízo, para a vida e alegria de quantos labutavam no foro, desde o juiz que intimava até o meirinho que ia intimar, e às vezes se fazia de tão surdo e tão cego para achar os intimados."

Nesta *vida de família*, a sem-cerimônia, a indolência, o calor mantinham alguma coisa de descuidado nos trajés, como notam quase todos os viajantes estrangeiros em suas relações de viagem: mandriões, sapatos sem meias, tranças nas costas. O trabalho interior é quase todo executado pelas mucamas e as negrinhas, sempre a correr para atender aos chamados os menos justificados. Completava ainda este quadro da vida de roça, transplantada para a cidade, o hábito que tinham as senhoras de não sair à rua e de mandar vir os fornecedores a casa para efetuar suas compras.

Nas horas de *refeições*, almoço às 9 da manhã, jantar às 4h30, a fartura de comidas lembra a mesa da roça. Moleques armados de galhos de pitangueiras ou de varas com tiras de papel enxotam as moscas.

Nas horas vagas, estes mesmos moleques e as negrinhas servem de brinquedos humanos aos nhonhês voluntariosos e egoístas e às sinhazinhas pamonhas, que foram tiranetes das senzalas, e que, continuando a ter, neste pequeno mundo das chácaras, um conceito viciado do que sejam as relações sociais, preparam a geração do "não sabe com quem está falando" que vai ter a desilusão de encontrar, implantado na cidade, "tão bom como tão bom".

Como nas antigas fazendas, a *instrução* era dada em casa. Daí a instituição, que durou até a maioria, dos mestres de reza, velhos acatados e geralmente cegos que o senhor pagava para vir ensinar religião às crianças e fâmulos. Era o tempo em que desempenhava no ensino um papel saliente e altamente persuasivo a palmatória: a tabuada era cantada, tudo era decorado e os bolos eram distribuídos com generosidade.

D. Pedro II deu o grande impulso à escola pública, preferindo ver empregados à construção de prédios escolares os dinheiros recolhidos por subscrição, destinados a levantar-lhe estátuas. No Colégio Pedro II e nas escolas superiores eram freqüentes e inesperadas as suas visitas.

Relata Escragnolle Dória que as *conferências populares* no Rio de Janeiro datam da passagem de Agassiz, o sábio suíço-americano que veio ao Brasil em 1865 estudar a Amazônia. "A princípio", diz o eminente historiador, "alvitram a exclusão das senhoras, mas os preconceitos da época foram logo levados de vencida... Às conferências do sábio acudiram o Imperador e a família imperial. Naturalmente lhes haviam reservado lugares especiais, sobre estrado, fora da multidão. O Imperador, a Imperatriz e as duas jovens Princesas entraram porém no salão e ocuparam poltronas ao nível de todos."

Tempos em que as distrações eram poucas, multiplicavam-se os passeios: convescotes no Jardim Botânico; *passeios* à Tijuca onde o benemérito silvicultor de Guaratiba, Manuel Gomes Archer, estava preparando caminhos, replantando árvores; passeios à "Mãe-d'água", "feijoadas" na Ilha do Governador", etc. Na Rua Direita, à tarde, encon-

travam-se no "café" ou no "chocolate" do Carceller, os representantes da melhor sociedade de São Cristóvão ou da Rua do Lavradio. Na Rua do Ouvidor, "mais adiante", diz um folhetim de França Júnior –, ostenta-se o Hotel Ravot. É onde se hospedam todos os fazendeiros ricos da província; porque os de Minas instalam-se nas Ruas de São Bento e Municipal, pelas casas dos correspondentes. O Hotel Ravot, pois, simboliza a nossa primeira riqueza – o café".

Mas a manifestação social por excelência eram *as visitas*. Não eram curtas e discretas, instalavam-se os amigos, para "passar o dia" ou "passar a noite". Eram, de preferência, depois do jantar, isto é, depois das cinco; as conversas se prolongavam até as nove ou dez horas, à hora do chá, servido com torradas e pão-de-ló, tarecos e broinhas, roscas-de-barão, "esquecidos", "sequilos" e "divinos".

O divertimento principal, o *teatro*, era um acontecimento na vida de família. "Duas horas antes de começar o espetáculo, saía a família de casa. Na frente iam os fâmulos. Um levava a ceia e o clássico moringue de dois bicos. Outro carregava a criança. Outro as cadeiras. Todos aboletavam-se no vasto camarote, que transformava-se subitamente em uma espécie de barraca de campanha. Os meninos acomodavam-se na frente e deitavam logo os bicos das botinhas de cordavão para fora das grades... O drama, a comédia ou ópera lírica eram ouvidos por entre choros de crianças e psiu da platéia." (França Júnior – *Folhetins*.)

Eram os teatros da época o São Januário, o São Francisco, onde representava João Caetano, e o São Pedro.

"Os pais de família de 1845 que puxassem pelos cordões da bolsa!... Que importava fossem velhos e rabugentos, inclinados aos infinitos lenços de Alcobaça, ao rapé amarelinho do Gasse? Pagavam, era quanto bastava. Comprassem as coisas bonitas para as moças iguais às coisas, e viva o resto, que o câmbio da época marcava 25 1/4... Comessem à tripa forra, mas dessem liberdade às filhas e parentes para ouvir as pachouchadas do Sr. Pena." (Escragnolle Dória.)

Eram *O Noviço*, *O Juiz de Paz na Roça*, *o Judas em sábado de Aleluia*, *A Família*, *Os Irmãos das Almas*, as pachouchadas de mais sucesso da época, devidas ao talento de Martins Pena.

Na produção literária e dramática de 1840 a 1870, nota-se no Rio de Janeiro um movimento de "nativismo" crescente. O teatro na-

cional de Martins Pena, de Pinheiro Guimarães, de Macedo, de Alencar e de França Júnior, é o espelho da vida social carioca. Em peças como o *Demônio Familiar*, *Mãe e Moça Rica*, por exemplo, é o papel social da escravidão, com seus moleques intrigantes e suas mulatas malvadas que os autores apresentavam ao público carioca.

Mais tarde, em 1852, foi inaugurado o Provisório, no Campo de Santana. Era o teatro lírico, que vasto, arejado, mas pobre, abrigava as companhias estrangeiras. Aí estrearam Rosina Stolz, a Dejean, a Laborde, a Ristori, aí tocaram Thalberg, Tamberlick e Gottschalk. Já os concertos da Patti e de Sarasate foram no São Pedro de Alcântara. O "provisório" durou mais de trinta anos. Um circo com boa acústica herdou as suas prerrogativas de teatro elegante.

A volta do Provisório, pelo campo, era das menos aprazíveis. "O capim nele crescia", diz Escragnolle Dória, "a bom crescer. As lagoas, restos de chuvas, abrigavam centenas de sapos martelando sinfonias em coax, coax. Os sapatos se ressentiam de pegadas suspeitas. Lavadeiras, com desembaraço, decretavam que o sol era um astro destinado a secar as roupas, enfundadas pelo vento na corda sustida por taquaras."

As *ruas* calçadas e estreitas ofereciam, à noite, poças de água invisíveis, que o lampião de "azeite de peixe", suspenso por correntes em grande postes, mal iluminava de sua luz avermelhada e lúgubre. Os seus quatro vidros eram antes uma ameaça sobre a cabeça dos transeuntes. Menos perigoso, menos agradável, todavia, era o encontro, de madrugada, numa esquina, com um "tigre"... era um escravo, portador de um daqueles infestos "cabungos", barris de solidez duvidosa, cheios até entornar de algo mais duvidoso ainda: assim era feito então o serviço de esgotos da capital do Império.

"Quando a lua derramava seus argênteos raios", diz o famoso cronista baiano, "a empresa da iluminação pública aproveitava-se do grande refletor celeste para fazer economia de azeite de peixe... O serviço dos lâmpões estava entregue a uma tropa de negros, que dir-se-ia escolhida a dedo. Não havia ali um só que não fosse pelo menos cambaio!... Besuntados de azeite de peixe, da cabeça aos pés, caminhavam como lhes permitiam as pernas e os achaques, sopesando o complicado aparelho com que faziam surgir a luz." (França Júnior.)

Uma das características da sociedade do tempo do Império, nesta sua evolução da fase senhorial e rural para a fase urbana moderna, era a falta de uma classe intermediária de *pequena burguesia*. O empregado público, o pequeno negociante, o caixeiro, os remediados, em geral, foram pouco a pouco constituindo esta classe necessária à vida urbana e nacional. É *nos veículos públicos* que os contrastes vão pouco a pouco se atenuando entre a plebe e os abastados.

"Uma *gôndola*, ninguém o ignora", diz França Júnior, "é uma verdadeira república de Platão. O leitor aí encontrará o padre ao lado do procurador, o deputado ao lado do soldado, o alfaiate junto ao ex-ministro de Estado, e assim por diante. Uma *gôndola* é uma escada social ambulante que começa pelo recebedor e acaba no cocheiro."

O recebedor era uma influência local importante; conversava com os poderosos, na esquina da Rua do Ouvidor, ponto de partida. "Rei absoluto, apenas limitado por quatro almofadas da boléia." (França Júnior.)

Levavam as *gôndolas*, carros pesados e oscilantes, morosos e feios, doze pessoas de lotação. Do largo de São Francisco saíram para a Estrada de Ferro pelas ruas do Resende, dos Inválidos e Conde d'Eu, voltando pela Carioca. Os deputados iam à Câmara de *gôndola*. Também havia *gôndolas* para o Catete e Botafogo. Nelas viajavam todos os que não queriam tomar a barca do Gambá ou o bote do Saco de Alferes. Já aludimos às "maxambombas" que levavam mais longe.

"O *bonde* assim que nasceu (1868 – diz Olavo Bilac – matou a *gôndola* e a diligência, limitou despoticamente a esfera da ação das *cabeças* e dos *coupés*, tomou conta de toda a cidade, e só, por generosidade, ainda admite a concorrência, aliás, bem pouco forte, do *tílbur*."

O bonde, a iluminação a gás e a barca de Petrópolis marcaram assim uma fase na vida social do segundo reinado, como já tinham marcado o gamão, a camisola de chita e o minueto alfandegado dos grandes saraus, e, como também, em princípios do século XX, deviam marcar outra, a Avenida Central, o automóvel e o cinema, como hoje, enfim, estão marcando o rádio, o arranha-céu e o chá dançante.

Uma só coisa, porém, sempre foi o que sempre será, no Rio de Janeiro, desde que em 1590, de "Desvio do Mar" passou a ser rua urbana e mais tarde, em honra ao ouvidor da comarca, Francisco Berquó da Silveira, chegado de Lisboa em 1780, a *Rua do Ouvidor*, o "pulso" da cidade, que pertence ao Rio de Janeiro de todas as épocas.

(*História da Cidade do Rio de Janeiro*, Rio, 1926, págs 99-114).

FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA VIANA (1883-1953). Nasceu em Saquarema, Estado do Rio, concluindo os estudos de humanidades no Colégio Pedro II. Aspirava ingressar na Politécnica. Estando encerradas as inscrições, decidiu matricular-se na Faculdade de Direito do Estado do Rio. Foi consultor jurídico do Ministério do Trabalho e Ministro do Tribunal de Contas.

Ainda jovem voltou-se para os problemas sociais do Brasil: e o exemplo de Alberto Torres, que ensaiava a interpretação de nossas realidades na linhagem intelectual de Tavares Bastos e Sílvio Romero, guardadas as divergências de formação e temperamento, serviu-lhe de grande estímulo. Pregou uma política que se inspirasse na análise concreta da evolução nacional, abeberando-se nas fontes históricas, cuja documentação variada carinhosamente aproveitou.

Evolução do Povo Brasileiro e Populações Meridionais do Brasil foram dois marcos nos estudos sociológicos no Brasil, publicados, respectivamente, nos anos de 1922 e 1923. Ante o teorismo, todo voltado para abstração, renovou Viana a atitude de Tavares Bastos, dispondo do método e processos de investigação atuais. Sua interpretação, contudo, faz gravitar a evolução social e política em torno do "patriciado rural", representado nas "fazendas de criação", "de café" e nos "engenhos".

Obras: *Evolução do Povo Brasileiro*, Rio, 1922; *Populações Meridionais do Brasil*, 4ª ed., 1º vol. 1938; 2º vol. 1952; *O Idealismo na evolução política do Império e da República*, São Paulo, 1922; *O Ocaso do Império*, S. Paulo, 1926; *O Idealismo da Constituição*, Rio, 1927; *Problemas de Política Objetiva*, S. Paulo, 1930; *O Crédito sobre o Café*, Rio, 1927; *Raça e Assimilação*, S. Paulo, 1934; *Problemas de Direito Corporativo*, Rio, 1938; *Problemas de Direito Sindical*, Rio, 1943; *Instituições Políticas Brasileiras*, Rio, 1949; *Direito de Trabalho e Democracia Social*, Rio, 1951; *Problemas de Organização e Problemas de Direção*, Rio, 1952; e ainda a ser publicadas: *História Social da Economia Capitalista no Brasil* (2 vols.); *Antropossociologia das elites* (2 vols.); *Os Problemas da Raça*; *Introdução à História Social da Economia Pré-capitalista no Brasil*; *Ensaio* (os quatro últimos inéditos).

.....

Instituições de solidariedade social

Une foule de patriarchies aristocratiques, divisées entre elles par des intrigues des puérides vanités, des intérêts mesquines, étaient disséminées sur la surface du Brésil; mais, dans ce pays, la société n'existe point, et, à peine, y pourrait-on découvrir, quelques éléments de sociabilité.

Saint-Hilaire

SUMÁRIO: I. – Carência de instituições de solidariedade social em nosso povo. – II. – Causas de insolidariedade social. – III. – Gênese do sentimento da solidariedade. Formas objetivas da solidariedade. O nosso povo e a solidariedade social. – IV. – Instituições de cooperação social. Porque não se formaram em nosso povo. – V. – Rudimentarismo do nosso senso de cooperação e solidariedade. – VI. – Leis de formação e organização social do nosso povo.

I

São escassíssimas as instituições de solidariedade social em nosso povo. Em regra, aqui, o homem vive isolado dentro dos latifúndios ou do seu círculo familiar. O âmbito da solidariedade social é restritíssimo.

Essa carência de institutos de solidariedade e cooperação, principalmente de solidariedade e cooperação vicinal, tão comuns e numerosos entre os velhos povos ocidentais, é tanto mais surpreendente, quanto o luso, cuja civilização absorve o contingente social trazido pelo índio e pelo negro, possuía, e possui ainda, formas várias, e não poucas, de solidariedade vicinal.¹ Os antigos "conselhos" medievais, com as suas

(1) Sobre a organização dos misteres e ofícios nos primeiros tempos coloniais, v. Taunay – *São Paulo nos Primeiros Anos*, cap. XIX e *Revista Trimensal*, v. 86, p.

cartas de forais, a sua bela organização defensiva, de caráter popular e civil, desaparecem completamente, depois de transplantados para aqui com os primeiros colonizadores. Nem mesmo a concessão dos privilégios foraleiros a certas vilas e cidades do período colonial consegue vitalizar os germes do belo instituto peninsular.

Outras instituições de cooperação social, vicejantes ainda nas tradições do povo luso, igualmente não se aclimataram aqui. É o caso das belas festividades aldeãs, das ceias, das desfolhadas, das mondas, das vindimas, que na Península se fazem com o concurso dos vizinhos, entre bailados típicos, folguedos, tradições, usanças rústicas, que recordam as ceifas, as mondas e as vindimas do tempo de Teócrito e de Virgílio. Nem a colheita do algodão ao norte e a apanha do café ao sul, nem o corte do arroz, nem a quebra do milho por toda a parte, criam iguais costumes de cooperação vicinal. Todos esses trabalhos são aqui penosos e tristes e fazem-se com as forças da própria família nas pequenas datas dos sitiantes e, nas grandes herdades, com o corpo dos trabalhadores escravos; mas, tudo sem esse tom festivo de alegria e sociabilidade, que colore e anima esses labores no seio da rusticidade lusitana.

Só nas regiões dos campos, onde domina o pastoreio – nos pampas do Sul e nas caatingas do Norte, assinalam-se alguns rudimentos de solidariedade e cooperação. No Sul, os trabalhos dos "rodeios" e, no Norte, as "vaquejadas" estrepitosas nos dão exemplos de solidariedade vicinal organizada; umas e outras ampliam efetivamente o campo da solidariedade social para um pouco além do núcleo familiar. Há ali uma verdadeira cooperação² de vizinhos, com um caráter tradicional, que denuncia um costume.

Nas zonas agrícolas, onde se difunde o tipo do grande domínio independente, mesmo esses rudimentos de solidariedade minquam e desaparecem; a insolidariedade é completa. Não se descobre ali

(2) Sobre uma outra forma curiosa de solidariedade, sertaneja, v. Ildelfonso Albano – *A Pecuária no Ceará*, p. 22. E também *Revista Nacional*, São Paulo, março de 1922, p. 12. Alceu Lélis – *O Nordeste* (in *Geogr. do Brasil*, I, p. 16). Carlos Duarte – *Trabalhador agrícola no Brasil*, Rio, 1925, págs. 45-55. No Paraná – o "pichiri" (Altamirano Pereira – *Salários Mínimos*, p. 57).

nenhum traço de associação entre vizinhos para fins de utilidade comum. Tudo nos dá uma impressão desolante de desarticulamento e desorganização. O próprio costume dos "ajutórios" só é corrente entre a gente misenda; não tem um caráter geral; os lavradores médios e a alta classe rural não o praticam.

Outro costume de solidariedade entre vizinhos é o costume de assistência aos enfermos, o piedoso costume de "fazer quarto" aos mortos, costume que, nas populações rurais, reveste-se da santidade dos deveres sagrados. Mas, essas expressões da solidariedade vicinal, desconhecidas nos grandes centros urbanos, vem-nos apenas dos impulsos da efetividade e delicadeza moral, de que é tão rica e pródiga a nossa raça; não são verdadeiramente formas de cooperação social, de ação em conjunto para obtenção de uma utilidade comum.³

Nos povoados, vilas e cidades do interior, há também um outro exemplo de associação dessa espécie: as "filarmônicas" locais. Estas corporações têm, entretanto, um caráter transitório e, realmente, só perduram quando, abrindo-se entre elas uma rivalidade, em torno delas se organizam facções ou "partidos", única forma de associação, que o "espírito de rebanho", íncito à medula moral do baixo povo⁴, permite que se forme entre nós, fora dos clãs fazendeiros.

Estes é que são na verdade a nossa forma única de solidariedade, a forma única e típica, que o nosso povo consegue formar e organizar seriamente durante os seus quatro séculos de história.

II

Tamanha carência de instituição de solidariedade social resulta do fato de que, dentre esses múltiplos agentes de síntese social, cuja função integralizadora é tão decisiva na formação das sociedades européias, nem um só sequer, durante toda a nossa evolução histórica, atua sobre os nossos clãs rurais, de forma a obrigá-los a um movimento geral de concentração e solidariedade. Esses clãs se conservam, ao con-

(3) Nos sertões do Norte, também o espírito religioso forma poderosas associações de fanáticos; v. Euclides da Cunha – *Os Sertões*.

(4) V. cap. VIII: "Gênese dos clãs e do espírito de clã", § IX.

trário, desde o primeiro século, no seu insulamento inicial oriundo do regime dos grandes domínios independentes, e chegam até os nossos dias sem ter conseguido elevar a sua organização social acima do pequeno grupo humano que os forma.

Durante esse longo espaço de quatro séculos, os inimigos externos, com efeito, não os inquietam seriamente. Dos inimigos internos, os aborígenes e os quilombolas, nada lhes vem também de sério e temível, como veremos.⁵

Um outro agente de solidariedade, tão eficiente na organização dos povos ocidentais, a hostilidade das classes, aqui também não atua. Essa força de integralização falta à nossa nobreza fazendeira. Nenhuma classe podia voltar-se contra os senhores de terra, porque todas elas, pela ação simplificadora do grande domínio, são atraídas para a aristocracia rural e se deixam absorver por ela.⁶ É, entretanto, a luta das classes não só uma das maiores forças de solidariedade nos povos ocidentais, como a melhor escola da sua educação cívica e da sua cultura política. Toda a evolução grega, toda a evolução romana, toda a evolução medieval, toda a evolução moderna fazem-se sob a influência fecunda das lutas de classe. Em nossa história, tais conflitos são raríssimos. Quando surgem, apresentam invariavelmente um caráter efêmero, ocasional, descontínuo. É a luta dos fazendeiros paulistas contra os jesuítas, na questão dos índios. É a luta dos oligarcas maranhenses contra os comerciantes monopolistas, na revolução de Beckman. É a luta dos nobres da terra contra os "mascates", em Pernambuco. É a formidável coligação paulista contra os reinóis de Nunes Viana, na "guerra dos emboabas". São as pequenas e ardentes lutas locais, no Rio, entre os proprietários de terra, ciosos dos seus privilégios políticos, e a personagem enriquecida, mas refugada do poder e da administração.

Tudo isso, porém, não tem, nem remotamente, uma duração comparável às lutas seculares, senão milenárias, das classes sociais no Ocidente. Cotejadas umas e outras as nossas lutas se obscurecem pela sua insignificância no tempo e no espaço. Duram tempo brevíssimo. Desdobram-se em áreas restritíssimas. São, nos seus efeitos,

(5) V. cap. XVI: "Formação da idéia do Estado", §§ IV e V.

(6) V. cap. VII: "Função simplificadora do grande domínio rural", § III.

inteiramente negativas em relação à evolução política e social da nacionalidade.

Demais, essa nobreza rural não sofre nunca a pressão tirânica do poder, à maneira das suas congêneres européias. Vexada, extorquida, peada mesmo nos seus movimentos pelo poder, esse vexame, essa extorsão, esse embaraço suscita apenas a má vontade dos magnatas rurais contra os funcionários da Coroa⁷, mas, não chega a obrigá-los a uma concentração permanente de feitiço defensivo, como a dos barões saxônios do tempo da Magna Carta. O caso de Amador Bueno é meteórico. Todas as confederações de potentados nortistas, do sertão e da costa, durante o IV século, como a dos caudilhos paulistas de 42, nada valem e são apenas transitórios conchavos de interesses meramente partidários instáveis e móveis como dunas.

De maneira que nem as lutas com o inimigo externo – o maior fator, desde as primeiras hordas trogloditas, de aglutinação social; nem a luta na unificação dos pequenos domínios saxônios da margem atlântica da América Setentrional; nem a reação contra os salteadores negros, acoutados na ourela das florestas; nem a defesa contra uma dinastia poderosa, que tanto enfibra o caráter das aristocracias batalhadoras do velho mundo – nada disto concorre para fixar nas tradições sociais da nobreza rural os hábitos e os costumes da solidariedade e da cooperação. Nenhuma pressão poderosa – vinda do alto: do poder; vinda de baixo: da classe inferior; vinda de fora: do inimigo interno e externo – obriga os nossos mansos e honestos matutos, desde o primeiro século até hoje, a mutualizarem os seus esforços na alma de defesa comum. Em suma: *fora da pequena solidariedade do clã rural, a solidariedade dos moradores, especialmente a solidariedade dos grandes chefes do mundo rural -- os fazendeiros -- jamais se faz necessário.*

III

No reino animal, as espécies que têm um grande número de inimigos, são as mais solidárias. Os tigres e os leões, que, pela sua força, são os reis da criação, vivem solitários e não conhecem o gregarismo das

(7) V. cap. XVI: "Formação da idéia do Estado", §§ VII e VIII.

manadas. É o medo do inimigo comum, é a ameaça do perigo comum, é a necessidade da defesa comum que dá nascimento ao fenômeno da solidariedade e aos fatos da organização social⁸. Normalmente, sem a pressão dessa necessidade, todos os animais são insociáveis e solitários. O fato da solidariedade é consequência de um complexo excepcional de circunstâncias, que, por se terem prolongado por um tempo incalculável, fixaram no instinto de certas espécies a tendência gregária, o espírito da sociabilidade. É o caso das abelhas, dos castores, das formigas, dos búfalos, das ovelhas, dos papagaios.

O homem foi levado a associar-se, não só porque não tinha a força e agressividade do leão e do tigre, como porque, sendo carnívoro, não podia como o leão e o tigre, atacar sozinho animais mais fortes do que ele. Simplesmente, como foi o último a surgir e a inteligência lhe deu a supremacia sobre os outros animais, não teve tempo de cristalizar e fixar o seu instinto gregário. Tendo inventado cedo o abrigo seguro, a arma de sílex, os ardis da caça, pôde rapidamente dominar a animalidade inimiga, o leão das cavernas, o rangifer, o urso primitivo somente com a sua força e a sua inteligência, sem necessidade de criar a solidariedade do rebanho ou da horda. Provavelmente, somente quando o desenvolvimento da família troglodítica pôs uns contra os outros os grupos errantes e caçadores é que estes sentiram necessidade de organizar-se para a defesa, consolidando a sua solidariedade interna, ampliando-a com a agregação de novos elementos e estendendo com isto, de fato, para além do simples clã familiar, a área da solidariedade humana.

Do conceito da solidariedade social está excluída a solidariedade do macho à fêmea e a sua progênie. Esta é elementar à espécie, que não poderia subsistir sem ela. Solidariedade social só se dá quando as famílias de uma mesma região, trogloditas do período quaternário ou pastores das estepes asiáticas, sob a iminência ou a atualidade de um perigo comum, congregam-se para a defesa. É então que surge propriamente a organização social e, com ela, os fenômenos da vida pública e política.

(8) Cfr. Ammon – *L'ordre sociale*, caps. VI a X.

O sentimento de simpatia pelos nossos semelhantes, condição elementar da sociabilidade, é, entretanto, ainda hoje, um produto precário de sedimentação, uma formação aluvionária, que mal recobre o núcleo primitivo do nosso individualismo troglodítico⁹. Como observa Rousseau, o homem é de todos os animais o menos apto para viver em rebanhos. No fundo da sua alma habita a insociabilidade. Este é que é o instinto fundamental do homem. Para que o homem abandonasse essa tendência inata à insociabilidade foi preciso que sentisse em torno de si a ameaça permanente dos grandes perigos. Essa necessidade de defesa comum, agindo prolongadamente sobre o seu egoísmo inicial, levou-o a criar, objetivamente, os vários tipos de sociedade humana: "hordas", "tribos", "clãs", "comuns", "estadas", "nações"; e, subjetivamente, os sentimentos sociais correspondentes: o "sentimento tribal", o "sentimento comunal", o "sentimento patriótico", o "sentimento da comunidade", religiosa, étnica, ou nacional.

Em síntese, pode-se dizer que a solidariedade humana é, historicamente, um produto do medo, resulta da necessidade de defesa contra os inimigos, comuns, feras ou homens. Daí vem que, em qualquer sociedade humana, desde que a pressão de um grande perigo social deixa progressivamente de se fazer sentir, as formas objetivas da solidariedade se reduzem, pouco a pouco, e cada vez mais, a expressões rudimentares, tendendo para a simplificação dos agregados parentais elementares. Paralelamente, as suas formas subjetivas decaem e se vão tornando em simples sentimentos de grupo vicinal, cada vez mais restritos, tendendo a circunscrever-se ao pequeno âmbito dos sentimentos intrafamiliares.

É este o caso do povo brasileiro em geral. Como assinala genialmente Saint-Hilaire, aqui não há *sociedade*; quando muito, existem certos rudimentos de *sociabilidade*. Este grande agente de gregarismo – a luta contra o inimigo comum – não se exerce nem sobre os vários grupos regionais¹⁰, nem sobre a totalidade da massa nacional. Daí a solidariedade subjetiva se reduzir aqui ao simples clã rural. Daí a soli-

(9) V. Paulhan – *La morale de l'ironie*, p. 19.

(10) De um certo modo, excetua-se o grupo dos pastores gaúchos. Neste as guerras platinas exercem uma ação sincretista muito notável. É o que se demonstrará no estudo especial deste grupo.

driedade subjetiva reduzir-se aqui, de fato, à quase pura solidariedade familiar:

Em boa verdade, o matuto brasileiro, o homem do sertão, o nosso *homo rusticus*, tal como o medalha uma evolução de quatro séculos, não se pôde elevar sequer, politicamente, à consciência da *solidariedade da aldeia*, como o pária hindu, ou da *solidariedade da tribo*, como o pastor das estepes do Pamir – e isto porque nunca sentiu realmente necessidade efetiva da "aldeia" ou da "tribo".

Certo, os regimes políticos, que o têm regido e que ele procura praticar pressupõem na sua mentalidade os elementos afetivos e intelectuais dessa "consciência local" e, mesmo, mais do que isto: os elementos de uma "consciência provincial" e de uma "consciência nacional". Dentro, porém, das suas possibilidades físicas, o criador dos sertões, o agricultor das matas ou, mesmo, o urbanista dos grandes centros não chegam a *sentir* sequer a sua pequena comunidade local – como o sentiam o cidadão da "cidade" helênica, o burguês da "comuna" medieval ou o morador do antigo "conselho" peninsular.

IV

Estes são os casos de solidariedade forçada, de solidariedade defensiva, de solidariedade imposta pelo instinto de conservação alarmado. Há também a solidariedade pacífica, a solidariedade voluntária, a solidariedade para a conquista de um interesse comum.

Essa forma de solidariedade, cuja importância cresce com o avançar da humanidade, cria também várias instituições sociais, observáveis nos povos do Oriente e do Ocidente, e de que a colaboração vicinal nas mondas e vindimas das aldeias lusitanas é um exemplo singular e ilustrativo¹¹.

Salvo o costume das "vaquejadas" e dos "rodeios", essas instituições de solidariedade voluntária não se constituem entre nós. Dada a organização do grande domínio independente, é fácil compreender que a cooperação voluntária não é absolutamente necessária à alta classe ru-

(11) V. Demonlins – *Les grandes routes de peuples*, II, p. 20.

ral. O grande domínio dispensa a cooperação. É capaz de, por si só, procurar os seus interesses, como o é de organizar a sua defesa.

Realmente, o grande domínio impede a solidariedade, do fazendeiro com a classe foreira¹². Essa interdependência, que notamos nas sociedades europeias, entre os senhores rurais e o proletariado rural, e que gera as corvéias no mundo medieval e as relações de patronagem no mundo moderno, aqui não se forma. Cada núcleo fazendeiro é um microcosmo social, um pequeno organismo coletivo, com aptidões cabais para uma vida isolada e autônoma. Daí essa diferença entre a nossa e as sociedades europeias. Nestas a divisão do trabalho, especializando nas atividades, forma classes sociais interdependentes – e as une numa solidariedade estável.

Em relação à segurança dos transportes, vemos formarem-se, sob a pressão de alguns agentes de integração social, notáveis solidariedades no seio dos povos do Oriente e do Ocidente. Os árabes do deserto, por exemplo, que fazem o comércio entre a Ásia e a orla africana do Mediterrâneo, através do Saara, reúnem-se em caravanas consideráveis, fortemente organizadas, no intuito de se assegurarem contra o perigo dos salteadores, agregados ali em hordas temibilíssimas. Para levarem, sem o perigo dos piratas, os seus produtos às paragens remotas do mar do Norte e do Báltico, os grandes comerciantes germânicos da Idade Média se organizam em corporações poderosas, de que é exemplo a famosa "Hansa". Nem o comerciante árabe, nem o armador germânico podem, escoteiros e sós, afrontar os riscos do deserto ou o grande perigo dos mares; a solidariedade das caravanas ou das frotas é-lhes uma necessidade, a que não podem fugir, sem se condenarem ao aniquilamento¹³.

Os nossos grandes senhores rurais jamais sentiram a urgência dessa situação. Já não falando dos grandes criadores, cujas manadas se transportam a si mesmas, todos os outros proprietários têm, nos seus próprios domínios, meios de conduzir, incólumes, os seus produtos até os centros comerciais da costa. Organizam as suas tropas numerosas, e

(12) V. Cap. IV: "Função simplificadora do grande domínio", §§ IV e V.

(13) V. "Exemplo da solidariedade nos bandeirantes do século XVIII"; *Revista Trimestral* 2ª, v. 130 II, 143-4.

as expedem para os litorais com as rústicas bolsas de couro repletas de cereais, de café, ou de açúcar – e nada receiam; porque o banditismo dos quilombolas é cedo combatido e extinto pela ação policial dos próprios caudilhos territoriais¹⁴.

Desde o princípio do povoamento, o sistema dos meios de transporte das riquezas, dos centros de produção para os centros de consumo da costa, não sofre, destarte, nenhuma perturbação séria, generalizada e duradoura, capaz de gerar e fixar nos costumes das nossas populações rurais, tradições assinaláveis de cooperação e solidariedade.

Demais, nas sociedades diferenciadas, antigas e modernas, o sistema de meios de transporte é função de uma classe específica, cabendo a outras classes a função exclusiva de produzir a riqueza – do que resulta uma complexidade maior na trama das relações sociais. Em nossa sociedade, é o próprio domínio fazendeiro que, pela sua independência, incumbe-se desta função – o que dá uma simplicidade ainda maior ao plexo econômico e social do povo.

Os possantes senhores de engenho dos tempos coloniais costumam, mesmo, estabelecer nas cidades da costa seus grandes armazéns de açúcar, chefiados por caixeiros, e onde fazem, diretamente, a venda e a exportação do gênero transportado das suas fazendas no dorso das suas próprias cavalgadas. Nem para esse fim comercial sentem necessidade de se associar, como hoje fazem os pequenos colonos germânicos do Paraná e de Santa Catarina, com as suas cooperativas de laticínios e cereais.

V

Nada então ocorre em nossa história, geral ou local, que force os senhores de engenho e cafezais, isto é, os grandes chefes de clãs rurais, à prática prolongada e habitual da cooperação e da solidariedade. Tudo, ao contrário, concorre para desuni-los, para separá-los, para desintegrá-los, para isolá-los. Debalde procurareis entre eles essas asso-

(14) V. Cap. X: "Função política da plebe rural", § I, e Cap. XVIII: "Formação da idéia do Estado".

ciações privadas de fins morais ou sociais, tão numerosas nos povos da raça germânica, especialmente entre os anglo-saxões dos três mundos.

Na Inglaterra ou na América, todos os interesses sociais, que saem da esfera, aliás muito restrita, da ação do Estado, são promovidos pela iniciativa privada, pondo a seu serviço a força estupenda da cooperação social. Há ali uma população prodigiosa de "sindicatos", de "cooperativas", de "ligas", de "clubes", de "associações", de "sociedades", de caráter econômico, ou moral, ou artístico, ou científico, ou político, ou puramente recreativo, procurando realizar fins de utilidade comum.

Nas páginas vivas e pinturescas das suas *Notas sobre a Inglaterra*, Taine nos dá exemplos curiosíssimos da prodigiosa capacidade dos saxões insulares para a solidariedade¹⁵. Estudando igual capacidade entre os saxões americanos, Henry van Dyke recorda, entre outros exemplos, a facilidade com que, diante de qualquer bilheteria, uma multidão ianque sabe pôr-se, como que automaticamente, em linha e em ordem no sentido de regularizar a venda dos bilhetes; ou a cooperação que instintivamente se estabelece, no caso dum acidente da rua, onde se vê um transeunte que socorre e ampara o ferido, outro que chama logo a ambulância, outro que procura o médico, de forma que, dentro de pouco tempo, o ferido está no hospital, sem que, entretanto, os socorredores houvessem trocado entre si uma palavra sequer de inteligência¹⁶.

Essas formas de solidariedade voluntária, de cooperação espontânea e livre, só aparecem entre nós sob a ação empolgante dos grandes entusiasmos coletivos: a frio, com a automaticidade instintiva dos anglo-saxões, não as criamos, nem as sustentamos nunca. Partidos políticos ou ligas humanitárias, sociedades de fins morais ou clubes recreativos, todas essas várias formas da solidariedade têm entre nós uma vida artificial e uma duração efêmera. Organizadas, dissolvem-se logo, ou pela desarmonia interior, ou pelo esquecimento rápido dos fins visados. Outras vezes, ficam apenas em simples tentativas abortícias, que, logo lançadas, logo se dispersam e somem, de manso e em silêncio – o que prova a sua falta de base na psicologia normal do povo. Normal-

(15) Taine – *Notes sur l' Angleterre*, p. 225.

(16) Henry van Dyke – *The spirit of America*, p. 164.

mente, o círculo da nossa simpatia ativa não vai, com efeito, além da solidariedade de clã. É a única forma de solidariedade social que realmente sentimos, é a única que realmente praticamos.

VI

Em síntese, tomando como base da nossa nacionalidade a sociedade rural, são essas as leis da sua formação e organização:

I – Pela ação simplificadora dos grandes domínios, as classes rurais se desarticulam e dissolvem, e os seus elementos vão agregar-se à classe fazendeira.

II – Essas agregações se faz sob a forma de "clãs patriarcas". Esses clãs revelam um sensível "espírito de corpo".

III – Tendo embora conseguido, com esse "espírito de corpo", realizar uma poderosa solidariedade interna e uma consciência social correspondente, esses clãs chegam, entretanto – dada a carência de agente de integração política –, a realizar uma igual solidariedade externa. Isto é, não conseguem formar e fixar a consciência de uma solidariedade mais vasta.

IV – No ponto de vista da sua psicologia social, ficam, por isso, em plena fase patriarcal – a fase da solidariedade parental e gentilica. Toda a sua atuação em nossa história social e política se faz tendo por base essa mentalidade elementar.¹⁷

(Populações Meridionais do Brasil, São Paulo, 1938, págs. 205-220.

(17) V. cap. XI: "Os caudilhos territoriais e a anarquia colonial"; cap. XII: "Organização da ordem legal"; cap. XIV: "Função política da Coroa"; cap. XV: "Instituições municipais"; cap. XVI: "Formação da idéia do Estado".

EDGARD ROQUETE-PINTO (1884-1950). Nasceu no Rio de Janeiro, onde fez seus estudos secundários, diplomando-se pela Faculdade de Medicina, da qual, posteriormente, foi professor.

Atraído, desde cedo, para os estudos antropológicos e etnológicos, assumiu o cargo de Diretor do Museu Nacional e participou da excursão pelos altos sertões de Mato Grosso, em 1907, sob direção do General Rondon. Realizou então pesquisas científicas e reuniu farta documentação etnográfica sobre as culturas indígenas daquelas regiões, documentos que ofereceu na obra Rondônia. Foi membro da Academia Brasileira de Letras, da Academia de Medicina, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e fundador da Rádio Roquette-Pinto.

Obras: O exercício da medicina entre os indígenas, Rio, 1906; Rondônia, Rio, 1916; Seixos Rolados, Rio, 1927; Guia de Antropologia, Rio, 1915; Elementos de Mineralogia, Rio, 1918; Ensaios de Antropologia Brasileira, S. Paulo, 1933.

.....

Problemas de povoamento

Há dois argumentos freqüentes na frase dos que versam o problema do povoamento deste país:

a) Tem o Brasil mais de oito milhões e meio de km². Se é certo que aqui existem uns 35 milhões de indivíduos, a densidade da população é de 4 habitantes por quilômetro. Para elevá-la rapidamente como convém, só apelando para os alienígenas.

b) O Brasil precisa de braços para tirar partido de suas riquezas.

* * *

O assunto é de importância excepcional.

Primeiro – porque toca de perto os nossos interesses espirituais: língua, crenças, hábitos.

Segundo – porque interessa grandemente a um certo número de regiões cuja riqueza está latente.

Terceiro – porque há um grande número de respeitáveis capitalistas, agricultores e industriais, cuja fortuna, de grande importância para a economia geral do país, não se desenvolve em passo acentuadamente acelerado *porque falta o homem*.

Reconhecendo, deste modo, toda a sua grandeza, examinemos de perto os dois argumentos.

Os nossos 8,5 milhões de quilômetros jamais poderão receber, integralmente, os habitantes que se lhes quer dar.

É indispensável cortar, naqueles quilômetros, a imensa superfície que cabe às planícies *arenosas*. Lembremo-nos do *mar de areia* de Antônio Pires de Campos, do grande chapadão que se estende de Mato Grosso ao interior dos estados no Nordeste. E não será demais juntar algumas *regiões das secas*...

O caso então muda de figura. Já não temos os tais 8,5 milhões a povoar.

Calculando muito por baixo cada parcela acima apontada, restam, de fato, para o Brasil *ecumênico*, no sentido de Ratzell, uns cinco milhões. A *densidade* real deve ser, pois, atualmente, de 7 habitantes por km^2 . Estamos, em verdade, muito longe da densidade da Espanha (40) ou da Itália (140) ou de Portugal (65). Mas estes números não são o ideal. Já indicam pletora de gente. São esses os países da Europa em que maior emigração se verifica.

Levadas em conta as nossas condições de vida fácil (ausência de invernos rigorosos, necessidades alimentares mais reduzidas...) admita-se que a *densidade espanhola* é ótima para o Brasil. Admita-se, apenas para raciocinar. Mesmo porque a *densidade de população* não é, como pensam os pregoeiros do povoamento à *outrance*, condição de progresso. Basta lembrar que os Estados Unidos da América têm a exígua densidade de 15 habitantes por km^2 ... Conceda-se, porém, que são precisos os 40 habitantes por km^2 para que o progresso se desencadeie, aqui, ainda mais velozmente.

Ora, o Brasil tinha cerca de 4 milhões de habitantes no começo do século passado.

Em cem anos passou a ter trinta. Desses trinta foram trazidos uns dez milhões (negros e europeus). A observação estatística demonstra que o *crescimento global* é de tal ordem que a população, aqui, duplica em cerca de 30 anos.

Quer dizer que, ao chegar o fim deste século, a população do Brasil contará uns 150 milhões aproximadamente.

As coisas, de fato, não se passam inteiramente assim. Porque a *curva de crescimento da população* é como a do crescimento de um indivíduo. Não sobe regular e contínua. Há fases de estacionamento. Portanto, em 1980 não seremos, realmente, tão numerosos. Mas seremos, seguramente, cerca de 100 milhões. Haverá, então, por km² de *Brasil ecumênico*, cerca de 20 habitantes.

Isto é, porém, um dado que precisa ser corrigido. Porque, de fato, estamos raciocinando como se os nossos portos permanecessem absolutamente fechados aos estranhos, coisa absurda. A imigração espontânea tende a aumentar, por diversas causas:

Primeiro – porque os que vivem bem aqui, naturalmente, influem para que outros venham...

Segundo – porque as condições de conforto e as facilidades de trabalho, a prosperidade econômica do Brasil, fatalmente hão de ir melhorando.

Terceiro – porque a verdade sobre a vida do imigrante no Brasil será cada vez mais bem conhecida: as nossas publicações, as viagens, o cinema, o rádio, levarão notícias menos exageradas (boas e más) a nosso respeito.

Examinemos, agora, o segundo argumento.

Desejar *braços* para as fazendas e as fábricas, sem nenhuma outra consideração, é um ponto de vista indefensável.

Então o problema não seria mais absolutamente antropológico, como não o é o ajuste de um eletricitista...

Mas, ainda no interesse da demonstração, suponhamos que assim seja: faltam braços?

Faltariam braços – se todas as existências já estivessem com a sua capacidade normal esgotada, se todos os braços já estivessem utilizados com rendimento aceitável. Estamos longe disso.

A produção individual, no Brasil, é tão pequena que surpreende os que conhecem de perto o trabalhador nacional. Li, uma vez, no Instituto Histórico, a cópia de uma carta de Martius, dirigida ao Cônsul Sturz (1852). O grande naturalista dizia, naquele documento, que nenhum país podia ser comparado ao Brasil com mais verdade do que a ilha de Cuba. Por todas as razões. Pois bem: são precisos seis brasileiros para obter a produção de um cubano.¹

Dizer que o Brasil precisa de braços – é afirmar a irremediável insuficiência da sua gente. Chega-se ao seguinte irrisório absurdo: é preciso que o Brasil tenha muitos milhões de habitantes para realizar o que outro qualquer país consegue com poucos milhões.

Falhas da terra? Da gente?

A terra, de fato, não é aquele *lugar vizinho do Paraíso*, de que falou Américo Vespúcio. Mas é "generosa e boa" como queria Rio Branco.

Cuba: Sup. 1.114.525 km² Pop. – 3.569.000 hab. Densidade por km² = 31 hab. Exportação – 2.613.600:000\$000. *Per capita* = 62\$000. – (Knauss = Welt – Atlas – 1928).

E a gente?

A gente vai resolvendo os seus casos práticos, vencendo, galhardamente, a conquista das suas riquezas territoriais, com uma valentia e com uma tenacidade únicas nos fatos universais. Repito sempre os mesmos exemplos: o movimento bandeirante, a ocupação da Amazônia e a conquista de Rondônia. Repito porque desejaria que todos os brasileiros pudessem recordar esses episódios quando, em hora de desânimo, perguntassem: que tem feito a minha gente de realmente grandioso, para que volte a ter confiança nela?

Os três formidáveis episódios são coisas objetivas, certas, indiscutíveis. Não são afirmações sentimentais, nem retóricas...

(1) Brasil: Sup. – 8.511.190 km² = 4,3 hab. Exportação – 3.970.273.455\$000. *Per capita* = 10\$700.

Mas, além disso, a gente vai também resolvendo o seu próprio problema, eliminando suavemente certos tipos e plasmando-se em outros de que este trabalho dará notícia.

De onde, então, provém a insuficiência?

Única e exclusivamente de um elemento decisivo: *falta de organização nacional* (Alberto Torres). *O Brasil*, pregava o homem de gênio, *tem de ser obra de arte política*. É uma nação que será o que as classes cultas fizerem dela.

Organização nacional, no Brasil, quer dizer, principalmente, *educação do povo, nacionalização da economia e circulação das idéias e da riqueza*.

Quando o imigrante é colocado ao lado do nosso homem rústico (S. Bernardo – S. Paulo) – nacionaliza-se depressa. Mas passa a ter a mesma diminuta *eficiência paradoxal* apontada. Quando isolado, em boas condições de meio, começa a *produzir progresso* (colônias de S. Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul), mas não se nacionaliza *tão depressa* quanto seria desejável, por culpa daquelas causas.

O *ambiente não é favorável*. Logo, não é *da raça a deficiência*, uma vez que já se apontou o que ela vale. *Falta de braços significa mau aproveitamento dos braços existentes*.

A política do povoamento do Brasil, desde o início, foi sempre baseada em maus *expedientes*:

a) Trucidou o índio.

b) Importou negros escravos – o que foi uma necessidade –, *mas os deixou absolutamente embrutecidos*. Não deu um passo para elevá-los e prepará-los para a liberdade.

c) Mandou buscar, a peso de ouro, gente branca, sem *escolha*, nem *fiscalização*, entregando-lhe, desde logo, um capital apreciável, terra, casa, ferramentas, assistência...

d) Abandonou à triste sorte da sua indigência os melhores elementos nacionais.

(*Ensaio de Antropologia Brasileira*, 1ª, São Paulo, 1933, tomo 8, págs. 177-125).

JOÃO CAPISTRANO DE ABREU (1853-1927). Nasceu em Columinjuba, Município de Maranguape (Ceará), primogênito de casal que teve 14 filhos. Estudou no Ateneu Cearense e no Seminário Episcopal, onde se distinguiu pela pouca aplicação aos estudos e por leituras imoderadas e assíduas. Em toda a sua vida foi um leitor infatigável. Dotado de prodigiosa memória e lúcida percepção sociológica, pôde mobilizar o imenso cabedal acumulado, com aguda intuição das realidades históricas, sem perder-se no pormenor e na formação analítica. Em 1871, voltou ao Ceará, aliou-se a intelectuais de seu tempo na ironicamente denominada "Academia Francesa". De 1874 datam seus primeiros trabalhos, depois de abandonar o curso de Direito, no Recife.

Transferindo-se ao Rio, publicou no Jornal do Comércio o necrológio, de Varnhagen, onde se acentuaram suas qualidades de historiador. Estimulado por Ramiz Galvão, prestou concurso para a Biblioteca Nacional, sendo nomeado como primeiro colocado. Fez crítica literária e histórica na imprensa. Em 1883, obteve, em memorável concurso, no Imperial Colégio, Pedro II, a cátedra de História do Brasil. Contribuiu para a elucidação de importantes pontos obscuros da história nacional, reeditou livros raros e documentos desconhecidos, promovendo a renovação dos estudos sobre nosso passado. Entre as reedições contam-se: História do Brasil, de frei Vicente do Salvador (1627); Geografia Física do Brasil, de Waepens (1884); Os mamíferos no Brasil, Aves no Brasil, de Goeldi (1903); O clima no Pará, de Goeldi.

Obras: Capítulos de história colonial, 1907; O Descobrimto do Brasil, 1929; Caminhos antigos e povoamento do Brasil, Rio, 1930; Ensaio e Estudos, 1ª série, 1931; 2ª série, 1932; 3ª série, 1938; Primeira visita do Santo Ofício às partes do Brasil: Confissões da Bahia, Rio, 1935 (Introdução e notas); Denúncias de Pernambuco, S. Paulo, 1929 (Introdução e notas); e Denúncias da Bahia, São Paulo, 1925 (Introdução e notas), na série Eduardo Prado.

.....

*O engenho, a propriedade da terra
e a vida social*

Procuraremos agora enfeixar os dados dispersos através dos Diálogos das Grandezas.

Em 1618 os estabelecimentos fundados por portugueses começavam no Pará sob o Equador, terminavam adiante de S. Vicente, além do trópico.

Entre uma e outra capitania havia grandes espaços devolutos de dezenas de léguas. Para as bandas do sertão na faixa da floresta, apontava quase o mar a natureza intemerata. A população total cabia folgadoamente em cinco algarismos.

Assegura Brandônio que as três capitanias do Norte poderiam pôr em campo mais de 10.000 homens armados, isto é, deviam contar pelos menos 40.000 almas. Palpável exagero: em todas as capitanias juntas mal passaria desta soma a gente de procedência portuguesa.

A camada ínfima da população era formada por escravos, filhos da terra e africanos. Aqueles aparecem em menor número, em consequência da população indígena ser um pouco densa; os jesuítas e depois as outras Ordens, mais ou menos a exemplo destes, pregaram pela liberdade dos índios, tornando precária sua posse; finalmente, a ex-

perícia tem demonstrado a superioridade dos africanos para o trabalho.

"Neste Brasil", diz Brandônio, "se há criado uma nova Guiné com a grande multidão de escravos vindos de lá que nele se acham, em tanto que em algumas capitanias há mais deles que dos naturais da terra, e todos os homens que nele vivem têm metida quase toda a sua fortuna em semelhante mercadoria. Todos fazem sua granjearia com escravos de Guiné, que para esse efeito compram por subido preço... o de que vivem é somente do que o granjeiam com tais escravos..." (Págs. 8, 33).

Acima deste rebanho, sem terra e sem liberdade, seguiam-se os portugueses de nascimento ou de origem, sem terras, porém livres, vaqueiros, feitores, mestres de açúcar, oficiais mecânicos, vivendo de seus salários ou do feitiço de obras encomendadas.

Vinham depois, já donos de terrenos, os criadores de gado *vacum*. Seu número era exíguo, exigia a importância de sua classe. O território colonizado limitava-se quase à zona da mata, onde o gado não prospera facilmente e cumpria defender os canaviais e outras plantações de seus ataques. Medidas defensivas tomaram-se mais tarde, ou já começavam a ser tomadas; mas o desenvolvimento deste ramo, destinado a assumir tão vastas proporções ainda no decurso daquele século, deve-se sobretudo ao afastamento do gado para longe da ourela litorânea, evitando a mata, procurando os campos e, mais tarde, certas caatingas ínvias, separando a lavoura do que com a alguma lisonja se poderia chamar indústria criadora.

Os lavradores de menor cabedal ou terras menos férteis cultivavam mantimentos: milho, arroz, mandioca. Dos dois primeiros não faziam grande consumo as capitanias – São Paulo era exceção quanto ao milho. No preparo da mandioca, usavam de grande roda movida à mão para reduzi-la a massa, de prensa para enxugá-la e extrair a tapioca; a farinha cozia-se em alguidares ou tachos – talvez no Rio de Janeiro, onde muito tempo preponderou esta produção e este comércio, empregassem logo grandes fornos. Com tachos só se podia cozer pouca farinha de cada vez; por isso é natural que a safra não se colhesse toda numa estação como agora, porém durasse o ano inteiro. No tempo de Pero de Magalhães de Gandavo, parece que se fazia farinha diariamente, à maneira de pão hoje em dia nas cidades mais povoadas. O alqueire,

duas vezes e meia maior que o de Portugal, custava trezentos, duzentos e cinquenta réis, às vezes menos, no princípio do século XVII.

É provável que fossem lavradores destes os que plantavam algodão, vendido a 2\$ a arroba, depois de descaroçado no maquinismo rudimentar da máquina, encontrado ainda agora no interior e descrito pelos viajantes europeus vindos depois da transmigração da família real; os que mandavam pau-brasil e depois de desbastado vendiam-no aos contratadores ao preço de 700 a 800 réis o quintal; os que do sertão traziam madeira e depois de transformada em caixões vendiam-nos aos fabricantes de açúcar à razão de 450 a 500 réis cada um, ou serrada em pranchões exportavam-na para o Reino. Um lavrador de mantimentos que reunisse todos esses achegos poderia lucrar tanto como um senhor de engenho de primeira ordem.

Engenhos havia movidos por água e por bois; servidos por carros ou barcos; situados à beira-mar ou mais afastados, não muito, porque as dificuldades de comunicação só permitiriam arcos de limitados raios; havia-os suficientes para produzir mais de dez mil arrobas de açúcar e incapazes de dar um terço desta soma. Imaginemos um engenho esquemático para termo de comparação: do esquema os engenhos existentes divergiam mais ou menos, como é natural.

Devia possuir grandes canaviais, lenha abundante e próxima, escravaria numerosa, boiada capaz, aparelhos diversos, moendas, cobres, fôrmas, casas de purgar, alambiques; devia ter pessoal adestrado, pois a matéria-prima passava por diversos processos antes de ser entregue ao consumo; daí certa divisão muito imperfeita de trabalho, sobretudo certa divisão de produção. O produto era diretamente remetido para além-mar; de além-mar vinha o pagamento em dinheiro ou em objetos dados em troca e não eram muitos: fazendas finas, bebidas, farinha de trigo, em suma, antes objetos de luxos. Por luxo podiam comprar os mantimentos aos lavradores menos abastados, e isto era usual em Pernambuco, tanto que entre os agravos dos pernambucanos contra os holandeses se capitulava o de por estes terem sido obrigados a plantar certo número de covas de mandioca.

Tirando isto, o engenho representava uma economia autônoma; para os escravos tecia-se o pano ali mesmo; a roupa da família era feita no meio dela; a alimentação constava de peixe pescado

em jangadas ou, por outro modo, de ostras e mariscos apanhados nas praias e nos mangais, de caça pegada no mato, de aves, cabras, porcos para as bandas do sul; para as bandas do norte ovelhas principalmente criadas em casa; daí a facilidade de agasalhar convivas inesperados, e daí a hospitalidade colonial, tão característica ainda hoje de lugares pouco freqüentados. De vacas leiteiras havia currais, poucos, porque não fabricavam queijos nem manteiga; pouco se consumia carne de vaca, pela dificuldade de criar reses em lugares impróprios à sua propagação, pelos inconvenientes para a lavoura resultantes de sua propagação, que reduziu este gado ao estritamente necessário ao serviço agrícola. Um trecho de Frei Vicente do Salvador esclarecia melhor a situação geral:

"Não notei eu isto tanto", escreve o historiador baiano, "quanto o vi notar a um bispo de Tucumã, da ordem de S. Domingos, que por algumas destas terras passou para a Corte. Era grande canonista, homem de bom entendimento, e prudência, e assim ia muito rico; notava as coisas e via que mandava comprar um frangão, quatro ovos e um peixe para comer e nada lhe traziam, porque não se achava na praça nem no açougue, e se mandava pedir as ditas coisas e outras mais às casas particulares lhe mandavam. Então disse o bispo: "Veramente que nesta terra andam as coisas trocadas, porque toda ela não é república, sendo-a cada casa." E assim é que estando as casas dos ricos (ainda que seja à custa alheia, pois muitos devem quanto têm) providas de todo o necessário, porque têm escravos pescadores e caçadores que lhes trazem a carne e o peixe, pipas de vinho e azeite que compram por junto, nas vilas muitas vezes se não acha isto de venda." (*História do Brasil*, págs. 16-17, ed. 1918.)

Alguns dos senhores de engenho tinham lojas, ou alguns dos mercadores tinham engenhos – para o caso presente é a mesma coisa; o característico na mercancia eram o comércio de consignação, que continuou ainda depois da Independência, o tráfico de mascates que iam pelos lugares afastados, como ainda hoje, levar miudezas; e mais que tudo, as vendas a crédito, ou permutação de gêneros. A vida econômica tinha duas faces: nas transações internacionais, ou antes interoceânicas, era a moeda o tipo a que tudo se referia; nas transações internas dominavam o naturalismo econômico, a permuta de gênero contra gênero, ou empréstimos de gêneros, e encontravam-se aqui todos os característicos ou quase todos os que Hildebrand apurou para esta fase da humanidade.

"Quando os diversos haveres são permutados imediatamente à medida da superabundância e da necessidade, existe a circulação natural, e todo povo começa sua carreira econômica pela economia naturalista. Dela são particularidades características:

1^ª circulação de haveres, lenta, geralmente localizada, extremamente irregular, por isso muito pouca divisão de trabalho;

2^ª falta de capitais, porque falecem meios para poupar e assim falta o impulso para a formação de capitais;

3^ª completa dependência da natureza, apatia quanto ao futuro, oscilação constante entre a superabundância e a penúria;

4^ª falta a classe de capitalistas; mesmo depois de definidas as diferenças de classe, só ficam em frente uns dos outros, como fatores únicos da produção, os possuidores do solo e os trabalhadores;

5^ª só a propriedade de terras dá poder e consideração; o trabalhador, que nada possui dela, depende inteiramente do trabalho e fica adscrito à gleba, pela qual tem de prestar serviços forçados e pagar impostos naturalísticos; o estado remunera o serviço pela concessão de terrenos; forma-se o estado feudal;

6^ª A coliação do trabalhador – a improbabilidade de melhorar de condição – dificulta todo progresso considerável; por isso vigora a maior estabilidade."¹

A falta de capitais restringia muito as manifestações da vida coletiva: não havia fontes, nem pontes, nem estradas. As igrejas, as casas do conselho, as cadeias, eram feitas pelo Governo, ou com dinheiro vindo de além-mar, ou com impostos cobrados desapiedadamente. Para as casas e consertos de diversas obras não se podiam dispensar os subsídios do erário. Só as Casas de Misericórdia deviam-se exclusivamente ou quase à iniciativa particular, incitada talvez por motivos egoístas mais ainda que por altruísmo. As sedes de capitánias, mesmo as mais prósperas, eram lugarejos insignificantes; a gente abastada possuía ali prédios, mas só os ocupava no tempo das festas; lojistas, oficiais, tinham de acumular ofícios para viver com certa folga.

(1) J. Conrad, *National Ökonomie*, Jena, 1898.

Ajunte-se a isto a desafeição pela terra, fácil de compreender se nos transportarmos às condições dos primeiros colonos, abafados pela mata virgem, picados por insetos, envenenados por ofídios, expostos às feras, ameaçados pelos índios, indefesos contra os piratas, que começaram a acudir apenas souberam de alguma roupa a roubar. Mesmo se sobejassem meios, não havia disposição para meter mãos a obras destinadas aos vindouros; esfolava-se cruamente a terra; tratava-se de ganhar fortuna o mais depressa possível para ir desfrutá-la além-mar, onde se encontravam comodidades, abundavam atrativos, a crosta de civilização não gritava a cada instante, e a onda de barbaria não se empinava incontrastável e perene. Assegura Pero de Magalhães que os velhos acostumados ao país, daqui não queriam sair mais, é possível; dos moços, a quem não intimidavam a demora e os perigos das largas travessias, de organismos rijos para os caprichos e carrancas da zona temperada, testemunhas contestes afirmam o contrário. Como hoje o português que viveu nesta ao voltar para a sua terra ganha o nome de brasileiro, talvez então o mazombo ido para a metrópole torna com os foros de lídimio português, ou reinol, como então se lhe chamava, e isto era mais um incitamento à viagem.

Desafeição igual à sentida pela terra nutriam entre si os diversos componentes da população.

Examinando superficialmente o povo, discriminavam-se logo três raças irredutíveis, oriunda cada qual de continente diverso, entre os quais nada favorecia a medra de sentimentos de benevolência. Tão pouco apropriados a esta floração delicada, antolhavam-se seus descendentes mestiços, mesclados em proporção instável quanto à receita da pele e à dosagem do sangue, medidas naquele tempo, quando o fenômeno estranho e novo, em toda a energia do estado nascente, tendia à observação ao requinte e atiçava os sentidos até exacerbá-los, medidas e pesadas com uma precisão de que nem podemos formar idéia remota, botos como ficamos ante o fato consumado desde o berço, indiferentes às peles de qualquer aviação e às dinamizações do seu sangue, em qualquer ordinal.

Ao lado destes fatores dispersivos de natureza etnográfica formavam outros mais de ordem psicológica. Tem sido notado que nas colônias geralmente se distinguem muito as pessoas de raça dominante

nascidas na metrópole e as nascidas na dependência. Entre os nossos vizinhos da América Latina aos filhos de espanhóis chamavam crioulos, nomes dado entre nós aos negros aqui nascidos; em Goa aos filhos de portugueses chamavam castiços; de nossa terra os nomes dos portugueses em diferentes pontos dariam matéria a um glossário; naquele tempo eram chamados reinóis, como os filhos de portugueses aqui nascidos, mazombos. A simples existência do nome dá a entender uma espécie de *capitis diminutio* (pelo menos a princípio. Mais tarde, o Padre Antônio Vieira, nascido aliás, no além-mar, em uma carta diz-se mazombo). De ter isto realmente sucedido pode-se apresentar como prova o fato do inglês Knivet, que passou do século XVI ao XVII amargando no cativeiro de Salvador Correia de Sá, por chamar ao filho deste, Martim de Sá, mulato: foi o termo de sua língua que mais próprio lhe pareceu para exprimir a força de mazombo.

Parece que no Brasil a diferença entre o indígena e o alienígena da mesma raça ainda passou adiante: moleque foi talvez o nome dado pelos africanos a seus parceiros nascidos no aquém-mar; caboclos eram primitivamente chamados os índios catequisados em aldeias pelos jesuítas e seus rivais de catequese.

Este estado centrífugo começou a ceder desde a terceira e quarta décadas do século VII. Reinóis, mazombos, moleques, caboclos, mulatos, mamelucos, curibocas, todas as denominações se sentiam com todas as diferenças que os apartavam irredutivelmente, mais próximos uns dos outros que dos holandeses, e daí a guerra que de 1624 a 1654 não se interrompeu enquanto o invasor calcou o solo da pátria. O mesmo sentimento de solidariedade foi-se avigorando a ponto de que, no primeiro e segundo decênios do século XVIII, o português passou à categoria de inimigo, e rebentaram as guerras dos mascates entre pernambucanos, e dos emboabas entre os paulistas.

Antes disto já se efetuara a fundição de Brandônio quando a respeito da terra assim dizia a Alviano:

"Condensou minha pouca memória em vos dizer que isto se remediará quando a gente que houver no Brasil for por mais daquela que de presente se há mister para o granjeamento dos engenhos de fazer açúcares, lavoura e mercearia, porque estão os que ficarem sem ocupação de força há de buscar alguma de novo de que lançar mão, e por esta

maneira se farão, uns pescadores, outros pastores, outros hortelões, e exercitarão os demais ofícios, dos que hoje não há nesta terra na quantidade que era necessário houvesse. E com isto assim suceder, logo não haveria falta de nada, e a terra abundaria de tudo o que lhe era necessário, enxergando-se ao vivo a sua grande fertilidade e abundância, com não ter necessidade de coisa nem uma das que se trazem de Portugal; e quando o houvesse fora de poucas." (*Ensaio e Estudos*, 1ª série, Rio, 1931, págs. 324-334.)

OS COMPONENTES RACIAIS

"O Dr. Sílvia Romero contesta que os tupinambás tenham exercido uma influência considerável na constituição do povo brasileiro.

Se bem o entendi, seus principais argumentos são os seguintes:

1º os selvagens estavam no grau de atraso do homem geológico, o homem da idade de pedra, e não podiam ser muito numerosos (pág. 24);

2º o pouco de recordações que deixaram os aborígenes prova a sua selvageria, como os seus pequenos vestígios na população demonstram o erro quanto ao número (págs. 25 e 26);

3º a língua nossa não atesta muitas impressões apreciáveis devidas ao caboclo (pág. 26);

Algumas páginas adiante vem ainda um argumento suplementar:

4º Embalde se procurará um sério e fecundo princípio social e civil deixado pelo índio (pág. 42).

Depois destas proposições, o Dr. Sílvia Romero escreve o seguinte à pág. 27:

"O que quer que notardes de diverso entre o brasileiro e o seu ascendente europeu atribuí-o em sua máxima parte ao preto; sob o império, até hoje, da legislação civil portuguesa, o caráter nacional não pôde contar outro agente que mais se estampasse em sua moldura."

Antes de examinar os argumentos empregados contra os tupinambás, cuja força admito como maior do silogismo, seja-me permitido aplicá-los, em parte, ao preto.

Qual o princípio, civil e social ao mesmo tempo, sério e fecundo, deixado pelos pretos? Quais as expressões apreciáveis que introduziram em nossa língua? Quais as tradições, deles originadas, que

provem mais do que a sua selvageria e ignorância? Confesso humildemente que ignoro.

Diz o autor, porém: os africanos "existem em massa numa porção de descendentes seus, existem entrelaçados com os europeus e índios, no tipo variadíssimo do mestiço, e existem natos no seu ardente país" (pág. 27). Não o contesto. Perguntarei somente se o mesmo se não aplica em parte aos tupis. Não há descendentes seus? Não há mestiços deles com os europeus? É certo que não existem isolados da população, e que é bem difícil encontrar o caboclo de cabelo que espeta caju, para empregar a expressão cearense; mas não menos certo é, igualmente, que a segregação dos índios existiu até fins do século passado, quando a supressão dos jesuítas trouxe a abolição do regime das aldeias.

Se, entretanto, parecem poucos os vestígios deixados na população, isto não custa a explicar. A aparência física do índio não difere tanto do europeu, quanto a deste difere do africano, de sorte que o mestiço dos primeiros não se distingue tão facilmente quanto o dos segundos.

Acresce que a maior proximidade de cor deve ter concorrido para enfraquecer a repugnância de raça, se não for demasiado atribuir esse sentimento a colonos sem escrúpulos, e o cruzamento começado mais cedo deve estar mais adiantado e, por conseguinte, mais disfarçado.

Enfim, a única base que S. S^a tem para afirmar a proposição é a vista; e S. S^a sabe quanto o testemunho dos sentidos é pouco significativo em debates científicos – em questões em que há outros meios e instrumentos de prova.

O Dr. Sílvio Romero pode acusar-me de ladear a questão, por isso, vou agora ocupar-se de seus argumentos.

A afirmação de que no período geológico um povo não pode ser muito numeroso, parece-me dar o resultado que dela o autor quer deduzir.

O homem não pode conviver em grande número na época da pedra por dois motivos principais: o primeiro, é a dificuldade da subsistência, que não existia aqui, no meio de uma fertilidade que tem resistido a quatro séculos de destruição contínua e sistemática. O segundo, é que pela falta de indústria, de conhecimentos, de laços morais e re-

ligiosos, de aparelhos sociológicos, para tudo dizer de uma vez, o organismo social não pode ter uma estrutura complexa, e, segundo a lei de Herbert Spencer, as grandes massas exigem uma estrutura considerável.

E aqui incluirei algumas linhas do Dr. Silvio Romero, em que está repetida a mesma afirmação, e que podem ser respondidas ao mesmo tempo. "É um fato estranho na História o de um grande povo, senhor de uma vasta região, que em nome de quatro séculos desaparece sem deixar vestígios profundos de sua estada, e mais estranho ainda é este desaparecimento, esta morte, não nos campos de batalha, mas no desconhecido de uma retirada fantástica!"

Sim, com efeito, seria estranho o desaparecimento de um grande povo: mas embora a amheenga fosse a língua falada, ao menos no litoral, do Amazonas ao Prata, ninguém disse que todos os que a falavam constituíam um só povo.

Ajunte-se que, segundo a lei há pouco citada, não havendo a estrutura complexa, não podia ser grande a comunidade.

Substitua-se, porém, às palavras grande povo as palavras pequenas tribos muito numerosas, que eram mutuamente hostis, inconciliáveis, sem núcleo de resistência comum, e toda a dificuldade desaparece, salva-se a lei de Spencer, respeita-se a lei da antropologia, e obedece-se à verdade histórica.

A verdade histórica, a que emana do estudo dos cronistas e do confronto das fontes originais, é esta: os tupinambás eram numerosos. Por maior que seja a ignorância dos cronistas, não há razão para afirmar que eles chegaram ao cúmulo de nem saberem aritmética. À pergunta sobre a influência dos tupinambás quanto à língua, responderei ao Dr. Silvio Romero, pedindo-lhe que olhe para a Europa e me diga quais os vestígios deixados pelos bárbaros nas línguas românicas.

A influência limita-se à introdução de palavras novas que não são muitas, e no italiano se acham reduzidas a um mínimo; à precipitação da tendência analítica, aliás, já existente, e que, segundo opiniões muito autorizadas, teria sem eles dado o mesmo resultado, embora em prazo mais largo; ao uso de alguns idiotismos. Nem uma flexão nova; nem um verbo forte; nem uma alteração sintáctica; nem uma ferida profunda na contextura íntima da língua.

Tanto fizeram os brasis, se tomarmos em consideração dois fatos: o primeiro, que eles eram mais atrasados que os bárbaros; o segundo, que a civilização posterior à Renascença e contemporânea da Reforma era incontestavelmente superior à civilização romana, e, por conseguinte, oferecia maior resistência à ação externa.

Mas esse ponto será um dia discutido por quem tem aptidões e estudos especiais para fazê-lo: o mestre e amigo Dr. Batista Caetano no *Dicionário dos Brasilismos* que pretende publicar.

Consideremos ainda outra proposição do ilustrado crítico: os cablocos não deixaram princípio civil e social sério e fecundo. Poderia dizer que ainda nada sabemos; que os elementos ainda fervilham na fermentação plasmadora: que nós, os brasileiros, somos os mesmos aptos para julgar da questão, quando a vista de outros espetáculos nos não incitou as tendências e faculdades comparativas.

Prefiro concordar com ele. Direi unicamente que do estudo da história da Europa e da América parece brotar uma conclusão: – Só as raças dominadoras deixam princípios políticos e sociais. Assim, os iberos, lusitanos, gauleses, nem um princípio inocularam na vida romana – eram os vencidos; os bárbaros, ao contrário, deixaram germes tão viáveis que, segundo uma autoridade tão competente e tão considerável como a de William Stubbs, na Espanha, França, Alemanha e Inglaterra – *the constitutive elements of new life are barbarian or Germanic* –, eram os vencedores.

À consideração de serem os vencidos junte-se o seu atraso e ter-se-á a explicação da sua pouca influência, dos poucos vestígios deixados, da falta de tradições, em suma, provindas de tal origem.

Muito mais significantes seriam os vestígios se não houvesse um fato que muito concorreu para diminuir o número de indígenas. Refiro-me não à retirada que, se não considero fantástica como o Dr. Sílvio Romero, acho pelo menos muito exagerada. Refiro-me ao uso de roupa, uso que, introduzido bruscamente, equivaleu à mudança de clima e de regime.

Equivaleu à mudança de clima porque, dificultando ou diminuindo a irradiação calorífica, elevava, *ipso facto*, a temperatura. Equivaleu à mudança de regime porque, segundo as palavras tão ver-

dadeiras de Liebig "a vestimenta é em relação à temperatura do corpo simplesmente o equivalente de certa soma de alimentos".

Felizmente os primeiros colonos nem eram, nem podiam ser, muito exigentes. Mesmo os jesuítas não faziam questão disto. Pelo menos um deles, Fernão Cardim, que visitou o Brasil de 1584 a 1590, já tinha uma chapa para indicar que os índios aldeados pelos padres da Companhia se achavam em estado de nudez, que era: *andam como costumam*.

Empreguei a palavra *felizmente* porque, mesmo restrita como foi, a mudança deve ter tido profundas conseqüências; e quem conhece os cronistas sabe que muitas vezes os índios morreram em massa, flagelados por doenças para que a revolução deve ter concorrido.

Para terminar esta parte, recorrerei a um exemplo de química, o qual exprime a meu ver a influência do elemento índio sobre o português e do português sobre o índio.

Combinado com os metais e com os metalóides, o cloro produz cloruretos. E esses, quando de origem metálica, se forem postos em contato com a água, podem ser solvidos ou sofrer outras alterações físicas, mas nunca são decompostos. Quando de origem metalóidica, decompõem-se pela água, e resolvem-se em novas substâncias.

Os tupinambás representam aqui os cloruretos de procedência metalóidica – foram decompostos radicalmente pelos portugueses.

Os portugueses representam os cloruretos metálicos: passaram por mudanças muito menos graves, em presença dos tupinambás.

O elemento aborígine é, se permitem a expressão, o veículo em que se dissolveu o elemento português.

E o africano também.

Dos dois símeis químicos empregados no último artigo, é preferível, a meu ver, o primeiro. Por isso direi que os brasis foram decompostos pela ação dos portugueses.

A decomposição dos brasis seria muito mais pronta e completa se as tendências de que eram representantes não tivessem encontrado um auxiliar indireto nos africanos. Com efeito, os africanos deviam ser também decompostos pela ação dos europeus, e isso trazendo

uma difusão de força no agente português diminuía o trabalho que ele poderia produzir.

A esta difusão acresce que os portugueses não representavam muito, nem pela qualidade, nem pela quantidade. Não representavam muito pela qualidade porque, embora fosse impossível compará-los com os africanos e tupinambás, é certo que, aferidos pela craveira da ocidentalidade coeva, a sua cultura não destacava grandemente. O Dr. Sílvio Romero reconhece-o quando, à pág. 21, diz que "a História fala na degradação dos primeiros germens do povo brasileiro".

Mas não farei questão disso; e, para não avultar o número dos desacordos que nos separam, concederei de boa vontade que nos séculos XVI e XVII os portugueses eram o primeiro povo do globo. Direi então: a civilização portuguesa, adiantada como era, tinha de sofrer um retrocesso fatal sendo transferida para o Brasil, porque toda civilização é função de aparelhos e órgãos muito complexos. Desde que de envolta com as funções não viessem os órgãos correlativos, as funções baixariam de atividade, o que implica a atrofia, mais ou menos completa, dos órgãos correspondentes.

Vieram esses órgãos? É nossa opinião que não vieram. Podiam vir? Continuo a negá-lo. Eis porque, segundo a lei de Spencer, já citada relativamente aos brasis, as grandes massas exigem uma estrutura complicada; segundo a mesma lei, não menos verdade é que as estruturas complicadas exigem grandes massas. Ora, havia grande massa de procedência portuguesa, que pudesse fundar estabelecimentos industriais, centros de instrução, focos de movimento artístico? Ninguém o afirmará. Sem tais estabelecimentos, centros e focos, os portugueses poderiam conservar-se no mesmo degrau elevado da escala social? Julgo que ninguém o afirmará *a priori*; o *a posteriori* da história também o não afirma.

Disse que ninguém afirmará que a massa de procedência portuguesa era muito numerosa; mas, para evitar a veleidade da afirmação, é preciso mostrar que os portugueses não representavam muito pela quantidade.

O motivo é simples: a massa de procedência portuguesa não foi muito numerosa antes da descoberta das minas, porque não havia incentivos bastante fortes para induzirem a mudança. Não foi

posteriormente, porque a metrópole, sempre ciosa e receosa, estorvou o mais possível a onda migratória.

"A legislação portuguesa – diz João Francisco Lisboa – sempre procurou contrariar e dificultar a emigração e embaraçar o livre trânsito dos súditos. Citaremos entre outras as Cartas Régias de 3 de setembro de 1667, 28 de abril de 1674, 14 de fevereiro e 21 de março de 1694, Decretos de 26 de novembro de 1709 e 19 de fevereiro de 1711 e Provisões de 28 de março e 12 de agosto de 1709, 24 de março de 1713 e 24 de fevereiro de 1744.

"Mas a Lei de 20 de março de 1720 por ser mais ampla e explícita, merece ser aqui substanciada. Não tendo bastado, dizia ela, as providências dos Decretos de 26 de novembro de 1709 e 19 de fevereiro de 1711, 'para que o Reino passe ao Brasil muita gente que dele se ausenta' resolveu o seguinte:

"Nenhuma pessoa de qualquer qualidade poderá passar às capitanias do Brasil, se não as que forem despachadas com governos, postos, cargos ou ofícios, os quais não levarão mais criados do que a cada um competir conforme a sua qualidade e emprego, e sendo os criados em todo o caso portugueses.

"Das pessoas eclesiásticas somente gozarão dessa faculdade as que forem como bispos, missionários, prelados e religiosos das religiões do mesmo estado professo nas províncias dele, como também os capelões dos navios que para ali navegaem.

"E das seculares, além das já referidas, só poderão ir as que além de mostrarem que são portuguesas, justificarem com documento que vão fazer negócio considerável com fazendas suas ou alheias para voltarem, ou as que outrossim justificarem que têm negócios tão urgentes e preciosos que se lhes seguirá muito prejuízo se não forem acudir a eles.

"Só nesses termos e depois de rigorosa averiguação judicial se lhes poderá dar passaportes na Secretaria de Estado, etc."

Além de serem assaz numerosos, de encontrarem um auxiliar no preto, de não terem nos portugueses adversários em quantidade considerável e de qualidade extraordinária, os tupinambás se achavam em condições que tão favoráveis eram para os indígenas quanto desfavoráveis para os alienígenas.

Eram um povo selvagem, isto é, não tendo elemento para travar contra as forças naturais essa luta que, segundo Buckle, constitui a civilização; em vez de terem vencido a natureza, por ela tinham sido subjugados, e a contextura do seu corpo como a conformação do seu espírito arquivavam as influências contínuas e sutis filtradas no correr de largos séculos.

Assim representavam o termo da evolução a que os portugueses e africanos tendiam, e cada progresso que fazia a aclimação das raças vindiças era um passo que os aproximava dos caboclos.

É certo que precisava dar-se tempo ao tempo para que o resultado fosse obtido; mas houve duas circunstâncias que concorreram para tornar mais rápida a ação mesológica e mais eficaz o contingente caboclo: 1^o O isolamento das capitanias entre si, o segregamento quase completo do reino; 2^o Os empecilhos que a metrópole opôs ao desenvolvimento espontâneo.

"As comunicações com as minas – diz João Lisboa – e de umas com as outras capitanias eram em certos casos proibidas, e as viagens para o Reino sujeitas a mil embarços e delongas. Só da Corte é que se expediam passaportes para esse fim, de modo que um oficial de ofício e um simples caixeiro, que haviam passado ao Brasil na esperança de fazer fortuna... e eram forçados a voltar à Pátria, ou uma viúva a quem o desamparo impunha a mesma necessidade, todos haviam de dirigir sua petição ao Rei, pedindo-lhe licença para isso. Sua Majestade ou lha despachava logo, concedendo ou negando a licença, ou autorizava o governador respectivo para despachar como fosse justo, ou... mandava-lha a informar primeiro sobre a justiça da pretensão."

"Parece", continua o mesmo autor, "que se vedando ou dificultando reciprocamente as idas e vindas, a mente do legislador era conservar eternamente bloqueado ou prisioneiro o mísero vassalo no canto do mundo onde nascera, ou onde acaso fora ter, escapando à sua vigilância, ou servindo aos seus interesses."

Não me estenderei sobre os meios com que a Metrópole tentou esforçar a germinação sociológica espontânea e o crescimento de órgãos que poderiam elevar a estrutura social. Citarei apenas um fato, que servirá ao mesmo tempo para mostrar quão pouca razão teve o Dr. Silvio Romero para enxergar nos fins do século passado o influxo de um

regime mais sábio (pág. 28). Refiro-me ao Alvará de 5 de janeiro de 1785, que mandou fechar as fábricas de tecido que no Rio de Janeiro e em Minas já tinham atingido um desenvolvimento assaz considerável.

Passemos agora ao africano.

A circunstância de serem uma feitura do meio não se aplicava aos africanos: assim ao passo que eles tendiam para os tupinambás, os tupinambás não tendiam para eles. Pela quantidade seriam superiores aos indígenas? Pode duvidar-se, mas dê-se que o fossem. Só o foram mais tarde quando o organismo social estava constituído, e não era tão sensível às influências supervenientes.

Os africanos seriam superiores aos tupinambás pela qualidade? Não creio que alguém já o tenha afirmado.

Como por conseguinte podiam influir na civilização luso-brasileira? Só precipitando a decomposição e concorrendo para a diferenciação que as circunstâncias novas exigiam.

Isto fizeram? Penso que não. Mesmo isto é devido em grande parte à aliança que as circunstâncias estabeleciam entre eles e os tupinambás.

Parece que o povo sempre teve consciência deste fato. Nos contos populares, de que depois tratarei ligeiramente, o brasileiro é figurado no caboclo, nunca no negro ou no mulato.

Na literatura tivemos o indianismo, não o negrismo ou mulatismo.

Nos tempos da Independência os nomes de família, jornais e partidos eram tupis e não negros.

(Ensaio e Estudos, 3ª série, Rio, 1938, págs. 160-172).

VICENTE LICÍNIO CARDOSO (1889-1931). Nasceu no Rio de Janeiro, onde fez seus estudos de Humanidades; cursou a Escola Politécnica. Em 1916, apresentou relatório à Congregação, relativo ao prêmio de viagem da turma de engenheiros civis, na qual se destacara. Cinco anos depois, candidatou-se, com a tese "Prefácio à Filosofia da Arte", à Cátedra da Escola de Belas-Artes. O concurso foi anulado por causa de irregularidades ocorridas.

Inteligência superiormente dotada, produziu artigos, conferências e ensaios, versando variados problemas nacionais e revelando seguro preparo nas Ciências Sociais.

Cunho vivamente educativo lhe marcam as obras publicadas, escritas em estilo claro e vigoroso.

Obras: Prefácio à Filosofia da Arte, Rio, 1917; Filosofia da Arte, Rio, 1918; Pensamentos Brasileiros, Rio, 1924; Vultos e Idéias, Rio, 1924; Figuras e Conceitos, Rio, 1925; Afirmações e Comentários, Rio, 1925; À margem da História do Brasil, São Paulo, 1938; Caracás, São Paulo, 1934; Pensamentos Americanos, Rio, 1937.

.....

A gravidade do problema da emancipação

O

Os nossos historiógrafos não se interessaram, de fato, pelo evoluir da colonização durante o século XIX, e isso pelas mesmas razões que orientaram os seus cuidados pelo problema de emancipação de negros, neles vendo, antes de tudo, o lado filantrópico e humanitário: é que *não compreenderam a gravidade e importância desses dois fenômenos econômicos básicos de nossa organização agrícola.*

O caráter dado até agora ao relato dos acontecimentos da Abolição – nas mais recentes exposições – constitui prova robusta do afirmado, ilustrando um caso franco e contumaz de desrespeito aos fenômenos econômicos.

Nem vem fora de propósito recordar a ingenuidade com que Joaquim Nabuco – antes de 1888 – e Rui Barbosa – depois de 89 – falaram ambos em "ligação secreta" entre o trono e a escravidão. Pois não haveria de haver, se o escravo sempre foi a garantia máxima da submissão do senhor nobre, especulador da escravaria ao próprio monarca.

O que admira não é a "ligação", é, ao contrário – como reconheceu depois o próprio Nabuco – o interesse individual de Pedro II sobre o assunto, pioneiro que foi ele, entre os seus políticos, em várias fases do movimento abolicionista.

Em nossos dias, Rocha Pombo disse ainda, ao fazer o balanço do Segundo Reinado, que a ordem e o progresso eram gerais, estabilizada a riqueza, não perturbada a economia agrícola pela solução com que a colonização substituíra o braço escravo; asserções todas sem fundamento mas repetidas no entanto por Gallanti e outros historiógrafos de menos vulto.

E o próprio Euclides da Cunha nas páginas admiráveis do *Da Independência à República* não percebeu a gravidade do problema econômico, que agitava ocultamente as engrenagens gastas da máquina monárquica. Ele viu, antes de tudo, o renascimento do espírito democrático republicano que não pudera medrar suficientemente robusto no início do século; sentiu a força lógica, inadiável, invencível dos acontecimentos republicanos há muito condensados no ambiente político da nação: mas não insistiu na desorganização da riqueza agrícola do país. E, temeroso em atribuí-las às causas políticas, acabou o seu próprio julgamento. No entanto, bem examinado o seu balanço histórico, verifica-se que vai até 1875 tão-somente; não descreve as duas décadas do despenhadeiro republicano, desculpa-se, então, com uma frase feliz, eminentemente curta e sagaz; ao invés de historiar a evolução das forças republicanas, lembrou que em 1889 "a revolução já estava feita".

Admira-me, por isso mesmo, que ele não tivesse também resumido: "porque a 13 de maio de 1888 a emancipação já estava proximamente realizada". E estava. Acredito pelo menos que o tenha provado, pelo fato de haver prestado mais atenção aos números das estatísticas do que aos discursos e panfletos dos abolicionistas do tempo. (V. L. Cardoso, *in Afirmações e Comentários*).

DESAPARELHAMENTO ECONÔMICO

Eça de Queirós observou uma vez que, enquanto as flanelas iam numa semana de Londres a Lisboa, a importação de algumas idéias da Inglaterra não se fizera senão depois de um século de trabalho e de esperas... No Brasil, as relações desse comércio com a pátria inglesa foram de igual sorte esdrúxulas. Importavam-se a atitude, o gesto, a cartola e a sobrecasaca, o nome do orador e o seu próprio discurso. Mas ninguém via o que estava por detrás da legislação bancária de Roberto

Peel, com as reformas de 1833 a 1844, fazendo a grandeza financeira da nação *líder do século*. Ninguém via a máquina de Watt melhorada, amplificada e aplicada com os recursos fáceis do carvão a todas as indústrias inglesas. Ninguém via a máquina de fiar de Hargreaves, o tear mecânico de Ark Wright, a locomotiva de Stephenson e o barco de Fulton importado de Norte-América. Ninguém compreendia, em suma, que a prosperidade da Inglaterra assentava num aparelhamento econômico extraordinariamente inédito, formidável, colossal.

Daí, como disse, o ridículo e a ingenuidade.

Ridículo em pensar que o nome de Peel repetido aqui poderia trazer alguma melhoria ao nosso atraso. Ingenuidade em supor que eram os discursos dos parlamentares ingleses que vigorizavam a Inglaterra, pilotando-lhes os barcos, incentivando-lhe a indústria, o comércio e os bancos.

E, por isso, como já foi lembrado, os nossos políticos mais úteis do Império não foram os mais cultos: foram os que citavam menos, os que viam mais as nossas insuficiências orgânicas, os que reagem um pouco ao ambiente de pomposidades ocas e fofas do parlamentarismo retórico nacional. Tudo foi copiado da Inglaterra: a atitude, o discurso, o gesto, a própria palavra. *Faltava apenas o que os navios não transportavam: a ação.*

O século XIX foi um século, de fato, novo: o século do carvão, do aço, da máquina. Ele marca a *transição econômica* mais violenta até hoje operada entre os povos: o destronamento do binário *ouro e escravo* pelo binário mais enérgico *máquina e carvão*.

Só esse século contestou a Aristóteles, quando o filósofo grego via nas sociedades, com seu gênio fértil em focalizar realidades, a necessidade dos escravos. Só aquele binário explica, de certo, a novidade histórica da emancipação dos escravos: a Inglaterra, que importara dois milhões deles no fim do século XVIII, será no século seguinte a pioneira da abolição no mundo inteiro...

Olhado sob esse aspecto de organização e aparelhamento econômico, o reinado de Pedro II foi de uma pobreza inominável e alarmante. João VI ao menos reagira, tentara o impossível mas realizara o útil, o oportuno, o viável para o seu tempo: fracassando as fábricas oficiais de ferro de Ipanema (Varnhagen) e Serro Frio (Câmara), Eschwege

conseguira fixar, *abrasileirar*, em suma, um forno prático, rendoso e eminentemente útil, cujo trabalho em vários pontos de adaptação nos dera o instrumental – grosseiro mas nacional – dos primeiros anos do Império.

A anarquia das duas décadas da Independência e da Regência explica o adiamento de soluções para o futuro. Mas nenhuma desculpa pode merecer o desinteresse de Pedro II pelo assunto, com todos os seus ministros, viscondes, conselheiros, barões e senadores vitalícios: sem expressão que ficou o *pensamento econômico brasileiro*, sem ter havido nenhuma compreensão oficial suficientemente enérgica de nossas realidades mais prementes.

Um homem, apenas, olhou o avesso do quadro e reagiu: Mauá. Estava só, desamparadamente só. Na Inglaterra, viu o que era em 1840 a indústria do ferro: a "base imprescindível" de qualquer empreendimento industrial de um povo. Com dificuldades graves, organizou o que premeditara: fundiu, forjou, armou, construiu: enxadas, engenhos, tubos, caldeiras e navios. Sem o amparo merecido, vítima da concorrência desabalada de produtores estrangeiros, fraqueou por não ter do governo o apoio que lhe devera ser concedido. Ainda assim, aparelhou fazendas de maquinismos, construiu uma frota mercante que fez a grandeza da Amazônia e salvou os brios nacionais com os vasos de guerra que levaram depois a vitória de nossas armas junto às barrancas do Paraguai.

O isolamento de Mauá, o valor de sua obra – de todo esquecida pela História e só agora exumada pela perícia inteligente de Alberto de Faria – bem demonstra o acanhado do pensamento nacional daquele tempo, bisonho em sentir as realidades da vida, simplista em apalpar as necessidades concretas da sociedade.

Todavia, como se uma só lição não bastasse, houve outra ainda sem resultado aproveitável. Mauá procurara ensinar, durante a paz, que o ferro constitui, de fato, o esqueleto econômico dos organismos sociais modernos. Em 1864, veio a guerra, e, apesar do período largo de sacrifícios inumeráveis, nenhum homem do Império aprendeu a lição amarga que aquela resistência heróica dos vencidos ilustrara com tamanha pompa, evocando para os mestiços bronzeados da América resistências talvez desconhecidas pelos dolococéfalos louros da Europa inteira... Porque a grande lição a colher, o grande exemplo a aprender seria

compreensão de que se foi López o continuador de Francia no forjar a fibra de resistência do homem paraguaio submetido a um regime teocrático, originalíssimo, mas atrasado, foram os ingleses os fundidores das peças materiais em que se apoiara aquela resistência heróica.

Porque o que espanta não são só os cinco anos de resistência física e psíquica. O que me interessa na campanha, não é o cômputo de soldados e suas armas que tanto prendem a atenção de Schneider e seus comentadores e tradutores: é a resistência econômica, a renovação, preparo e remonte das armas, a fundição dos canhões, o aproveitamento integral de todo o "ferro velho" em contínuos revides de vigor novo.

Essa, a grande lição do Paraguai. Ninguém, porém, a compreendeu em seus devidos termos, como nenhum político compreendeu antes a lição admirável de Mauá, desenvolvida nos estabelecimentos ousados de Ponta da Areia. Mauá foi, aliás, dos raros homens do tempo que não aprovaram a aventura daquela guerra. Datará, talvez daí, o segredo de seu desamparo oficial posterior?...

O caso é que, se a mentalidade de Pedro II tivesse o vigor construtivo da cerebração de Mauá, teríamos construído na história dos povos um caso de evolução interessantíssima. Se ao invés de professores de sânscrito e de árabe, se ao invés de lições sobre línguas indígenas, o Imperador mantivesse um contato utilitário com ingleses, franceses e alemães, que nos pudessem ensinar as novidades técnicas de seu tempo, então teríamos tido um surto vigoroso de aparelhamento material, base lógica fundamental para outros surtos de progresso mais elevado (e estáveis) que haveriam de surgir por estas terras.

O HOMEM E O MEIO

As relações de condicionamento recíproco entre o *homem* e o *meio* adquirem no Brasil intensidade ou desfalecimento, desconhecíveis na Europa ocidental, terra em que primeiro os autores falaram dessas mesmas relações interessantíssimas compendiadas pela sociologia. Só a Rússia, entre os povos civilizados, lembra o caso brasileiro. Todavia, o exemplo japonês seria mais útil, mais oportuno, mais especialmente desejado se pudesse ser repetível no Brasil.

Ambos impérios – o caso russo interessa-me por ver o pouco que pode obter num ambiente em coesão, baldo de recursos, um formador de nacionalidades da fibra robusta de um Pedro, o Grande. Ambos impérios – o caso japonês – só recentemente tornado público – interessa-me de modo vivaz pelo acelerado com que pode um diretor de homens transformar (num meio propício por ser coeso, contínuo, unido) as forças amorfas de uma sociedade num organismo de energia bem aparelhadas e dirigidas.

O caso brasileiro exige esses dois tipos diversos de paralelo. Interessei-me eu mesmo uma vez pelo caso russo e vi então a soma grande de ensinamentos nele contida (V. L. Cardoso – *Vultos e Idéias*. O confronto com a Inglaterra, com a França ou com a Alemanha é muitas vezes inoportuno e retórico. Ao contrário, o caso japonês, pela vitória de realizações esplêndidas de um povo de mestiços em tempo diminuto, e o caso russo, pela obra embora falhada em vários pontos de civilização de um conglomerado de raças, podem ser imensamente fartos de lições, máxime corrigido o paralelo com o exemplo opulentíssimo da democracia norte-americana.

O Japão mostra o valor de um *ambiente social* na continuidade de uma ação política bem dirigida: em meio século, realizou um milagre formidável. A Rússia ilustra a dificuldade com que mesmo um político de gênio vê amortecida a sua ação social, quando em contato com um ambiente ingrato, sáfaro, rude pela imensidade. Os Estados Unidos, por não terem rei, corrigiram as ilusões de um e de outro caso, por isso que melhor refletem o valor da *opinião nacional*, o mérito da vontade social anônima, a energia das massas devidamente orientadas.

Ora, no Brasil, tivemos todas as dificuldades próprias a cada um daqueles três exemplos invocados, sem que tivéssemos logrado possuir as vantagens vigorosas que aceleraram os respectivos progressos daqueles povos. Não tivemos, de fato, políticos geniais como Pedro, o Grande, e Catarina, da Rússia; as facilidades do ambiente coeso do Japão; as energias esplêndidas dos colonizadores ingleses desde cedo bem orientados, sem o prazer do luxo e da riqueza, no conquistar pelo trabalho as energias da terra boa e larga. Faltaram-nos, por assim dizer, "cabeça e corpo". Faltou a continuidade do gênio político que brilhou em José Bonifácio e relampejou em Feijó, que estava em Washington,

em Lincoln, em San Martín, em Bolívar, em Sarmiento. Faltou o que pedia Euclides em 91 para a República, bisonho em sua estréia na imprensa sob a impressão dolorosa de dias tristes; faltou o que Bryce, no limiar do século XX, dizia ser necessário ao Brasil: o *gênio político*. Ou, mais doloroso ainda, faltou-nos "corpo": organização social suficientemente evoluída, que permitisse a eclosão dos dois maiores pensadores políticos da raça – Tavares Bastos, no Império, e Alberto Torres, na República – alimentando-os com o carimbo de seu estímulo em vez de soterrá-los pelo silêncio reticente dos organismos sem vida.

Faltou um corpo, em verdade, a *opinião pública*, que Jefferson dizia preferir por ser mais útil ao próprio governo. Questões graves, os problemas mais sérios, desafiando as melhores inteligências do país, foram postos de lado num desinteresse criminosamente doloroso.

Examinando sociologicamente o Brasil, sem ditirambos, sem arroubos de eloquência, sem figuras de retórica, mas pelo confronto honesto com outros povos em evolução durante o mesmo tempo, força é convir que o nosso caso pesa, infelizmente, pouco na balança das coisas realizadas. A política, olhada por esse prisma, perde o seu caráter literário, para tornar-se experimentalmente observada. A sociologia exige balanços, confrontos, comparações, aferições que permitam depois o julgamento seguro do caso examinado.

Pedro II, com todas as suas qualidades e valores, falhou como *realizador político* em nosso meio. Céptico, por não poder ser pessimista, visceralmente bom, honesto, sem nenhum esforço ou alarde, liberal por ser tolerante, tolerante por ser culto, Pedro II teria sido admirável, governando a Inglaterra: teria sido, talvez, o melhor e o maior monarca de todos os tempos, de todas as raças. Ao contrário da Rainha Vitória, com vícios imperdoáveis, e de Eduardo VII que personificava a vacuidade aprimorada do espírito depois de uma geração de soberanos de maneiras ultrapolidas, Pedro II teria feito lá de sua corte um cenáculo admirável de sábios do mundo inteiro, congregando-os com a bondade de seu espírito e a inteligência do seu coração, e teria, talvez, sido aquilo que Vitor Hugo lhe chamara, sem bem atender no ambiente em que vivera, o neto bastardo de Marco Aurélio.

Conforta saber que o Brasil teria sido capaz de exportar o melhor rei do mundo para o maior império de todos os tempos. Con-

forta, de fato, confrontar os méritos pessoais de Pedro II com as testas coroadas de seu século, para melhor, então, sentir e compreender o verdadeiro milagre desta terra boa e imensa, procriando aquela majestade de ânimo e sentimento, depois de receber semente tão pouco esperançosa.

No Brasil, porém, falhou.

E não vejo, no caso, nenhuma atitude paradoxal. Para ser rei aqui, onde havia um Império por construir, falecia-lhe capacidade organizadora. E mais. Minguava-lhe a qualidade única que salvara a mediocridade de João VI, conforme observou e descobriu Oliveira Lima, focalizando o valor de seus ministros: minguava-lhe o tato de descobrir homens hábeis. Descobrir e criar. Essa é, ao justo, a maior qualidade dos homens de gênio. Geralmente, de descendência estéril ou definhada, eles procriam corpo a corpo. Napoleão, como Bolívar, criou um esquadrão de generais notáveis; Diderot procriou filósofos; Miguel Ângelo, como Rafael, como Rubens, como Leonardo, gerou artistas vários.

Pedro II não procriou ninguém. Mais ainda: não descobriu os melhores talentos de seu tempo; o *crítico* e o *construtor*, o "homem do norte" e o "homem do sul". Tavares Bastos, o pensador político, Mauá, o realizador e solucionador magnífico de casos econômicos e problemas financeiros. Foram os maiores auscultadores de nossas realidades e não lograram, no entanto, a cooperação que seria de almejar na máquina administrativa do país. Claro que nada pediram. Eram grandes demais para isso, mas por isso mesmo deveriam ter sido chamados. Tavares Bastos morreu desiludido na flor da idade das realizações, depois de uma obra notabilíssima para o ambiente em que viveu: os seus volumes tão cheios de realidades, tão seguros e pejados de bom-senso, tão oportunos, tão organicamente críticos por serem construtores, valem mais do que volumes inumeráveis em que fosse enfeixada a oratória parlamentar de uma parte grande do reinado. Mauá também ficou à margem. Todavia, foi deputado, como Tavares Bastos também o fora. E, talvez por isso mesmo, esse contato desagradável com a oratória pomposa dos políticos do tempo isolou a ambos das realidades do governo.

No entanto, Pedro II salvou do naufrágio natural em que soçobriariam os seus talentos, dois mestiços de gênio, permitindo, pelo

apoio e conforto pecuniário que lhes foi dispensado, que expandissem as suas capacidades de escol: Carlos Gomes e Pedro Américo, o maior compositor e o maior pintor (apesar do valor do concorrente venezuelano) das Américas. Protegeu várias inteligências nacionais e outras estrangeiras, cujos agradecimentos foram mais de uma vez tornados públicos na própria dedicatória de seus livros. E tentou ainda, com argúcia notável, chamar ao Brasil o gênio magnífico de Wagner, antes da tutela de Ludwig II da Baviera.

Mas não fez o que poderia, o que devia, o que seria de esperar, se possuísse olhos para ver e sentir as misérias orgânicas que amarguraram o espírito de Tavares Bastos, ou se reunisse em seu cérebro as capacidades de ação que tornaram Mauá um empreendedor infatigável vestido de uma honestidade peregrina. Se, ao invés do sânscrito, conhecesse o valor da máquina na economia dos povos modernos, se, em lugar de se cartear com os egiptólogos, ele cuidasse de ouvir a opinião dos técnicos que poderiam orientar o problema básico dos combustíveis no Brasil, se, ao contrário dos professores de energia, homens que lhe explicassem a decadência dos povos ibéricos, a evolução dos anglo-saxônicos, o ressurgimento germânico e a obra admirável de assimilação e organização norte-americana, então – assim o creio – bem outra haveria de ter tido a utilidade de seu reinado longo no tempo, mas efêmero nas verdadeiras realizações que influem ou que decidem do animato dos povos.

O elogio de Pedro II não pode ser feito ingenuamente, sem o confronto das comparações que trazem equilíbrio aos julgamentos. Lembrei Pedro, o Grande, como lembrei o Imperador japonês Mutsuhito pela analogia dos impérios, pela longura dos reinados, muito embora a diversidade das condições constitucionais desses exemplos. Não invoco o gênio político prático de Washington ou de Lincoln, delineando, dentro da paz ou em dias de guerra, diretrizes seguras de governo, tão pouco o de Franklin, o primeiro gênio argamassado com o barro americano. Mas lembro a tutela genial de José Bonifácio, cujas diretrizes políticas, no interferir a gravidade de nossos problemas fundamentais, denotavam uma visão de estadistas como não haveria de fornecer mais tarde nenhum dos partidos do Segundo Reinado. E lembro, de igual sorte, Sarmiento, o pró-homem argentino, organizador da nacionali-

dade da sua pátria depois que a guerra do Paraguai amainou, sob Mitre, as rivalidades entre federais e unitários, criando-lhes a consciência vigorosa do ideal de uma pátria acima dos partidos.

O Brasil carecia da cultura de José Bonifácio, da energia de Diogo Feijó e da crença de Pedro II, para com eles fundir a figura complexa do *modelador* de sua nacionalidade. A cultura do Patriarca, porque ela era de fato grande, sólida e sadia, embebida que estava nas ciências naturais compendiadas em seu tempo; a energia de Feijó, por ter sido eloqüentemente vigorosa num momento por demais crítico de nossa história, a crença de Pedro II no Brasil, porque ela foi tão serena e confortadora, que constituiu a sua própria religião, a finalidade, em suma, de sua vida. Espanta, em verdade, a fidelidade do crente. Contrariamente a José Bonifácio, que conspirou quando, velho, cuidava como tutor do espírito do rei criança, e a Diogo Feijó que, doente, endossou a revolta ingrata de 1842 – Pedro II não tentou conspirar depois de deposto. E fez mais. Foi o único monarquista que respeitou a República nos dias ingratos dos primeiros anos. Não perdeu a compostura cívica de seus ideais, nem a linha elegante de suas crenças. Não blasfemou, não descompôs, não agrediu, não mentiu; aceitou os fatos; respeitou-os.

DEMOCRATIZAÇÃO PELA TERRA

A influência sociológica do meio físico é deveras interessante. Só recentemente estudada, ela começa a trazer explicações sobre modo sensatas à fenomenalidade histórica dos povos, iluminando meandros obscuros ou ventilando sítios escusos, não desoxidados pela verdade. Não me refiro, é bem de ver, aos estudos tornados clássicos de geografia social. Reporto-me às observações de modificabilidade social de um mesmo povo ao contato com terras novas. Malthus, espantado com as proporções exageradas por ele mesmo criadas, atemorizou-se com o efeito das terras velhas que se superpopulizam. O século XIX haveria de descobrir o "fenômeno inverso": a melhoria das raças velhas em terras novas, o rejuvenescimento da estirpe, o revigoroamento da vitalidade dos povos sob o estimulante de condições cósmicas propícias. Os Estados Unidos oferecem um exemplo notavelmente claro.

Foram terras novas do Centro reconquistado que acabaram de *democratizar* as massas do Este, que haviam feito a república de Washington, Jefferson e Franklin; a grande democratização do período jacksoniano – demonstrou-o recentemente Schlesinger – era força direta da terra nova e de seu modo de colonização. Não foi o Presidente Jackson quem revigorou o espírito democrático: foi a terra que assim o exigiu de seu governo, corrigindo o fundo aristocrático da Constituição republicana, onde a palavra "Man" excluiu nada menos do que um terço da população adulta masculina. Não são menos interessantes os casos brasileiros, apesar de não haverem sido ainda suficientemente observados.

No Brasil, terra sem eleitores, foi o café o *eleitor máximo*, primeiro, da Monarquia, depois, da República.

Expliquemo-lo. No começo do século XIX a economia brasileira estava abaladíssima; desorganizadas e decadentes que se encontravam as fontes de riqueza de outrora: o ouro, os diamantes, o açúcar. João VI excitara as tetas todas sem sucesso; estavam, de fato, definhadas. Daí as tentativas novas realizadas, desde o chá, que ficaria como uma experiência de luxo, até ao café, que se tornaria, depois, a peça máxima da resistência econômica nacional. Zonas florescentes no século XVIII estavam exaustas.

Flagrancia-mo as revoluções sem ideais perfeitamente seguros, revoluções platônicas, impossíveis de vingarem, ousadíssimas, refletindo situações difíceis de desequilíbrio orgânico inconsciente: forças econômicas em torvelinho, desencadeando fermentos sentimentais mascarados de aspirações políticas. A conspiração mineira, atestando o que João VI viria conhecer de perto: a decadência da mineração; as revoluções de 1817 e 1824, flagranciando a economia instavelmente garantida pelo açúcar que, desde a expulsão dos holandeses, perdera no Nordeste a supremacia produtora, lograda em confronto com outras zonas do Planeta.

O café normalizara, depois, uma nova base econômica brasileira, formando a riqueza da Bahia e do Rio de Janeiro: são, de fato, para as lavouras de café as levas de negros de contínuo importadas até 1853, constituidoras dos melhores elementos da estabilidade do trono.

Secada a fonte do braço escravo, o café "emigra": deixa o Norte à medida que se desorganizam as últimas lavouras e procura o Sul, alargando e intensificando a sua área conquistada na província de São Paulo. Apenas aqui o braço, sendo livre, outro seria o voto do café: torna-se *republicana* a rubiácea. E, decerto, a partir de 1870, na agitação democrática, que nos levara à República de 89, torna-se insofismável a preponderância do paulista, a ascendência sobre a aristocracia rural fluminense, mineira ou nortista da democracia de São Paulo, logo apoiada pelo estímulo enérgico dos criadores rio-grandenses, apesar do hiato dos campos ainda vazios do Paraná e Santa Catarina.

O Senador Vergueiro, lançando as bases da colonização com o braço europeu importado, organizando a fazenda de café modelo com os primeiros locomóveis ingleses, estava, logo, depois da Maioridade, forjando, sem o saber, as melhores armas da República; *republicanizava o café*, o maior esteio do trono, o esteio que subsistira durante a Regência, apesar da precariedade das situações, quando a unidade do Império repousava sobre as esperanças de uma criança coroada. Facilitando a alforria de escravos, como fizeram José Bonifácio e Feijó, não lhes permitiu o ambiente que ficassem, um e outro, de pé por largo espaço no cenário político de seu tempo. A civilização – que era a monarquia na frase admirável de Bernardo de Vasconcelos – exigia, de fato, negros da costa da África... E sem eles teríamos proximamente feito o que todos os povos hispano-americanos realizaram; a república prematura e com ela a desorganização da economia agrícola rudimentar de então com a abolição abrupta dos escravos: dois trabalhos em suma, duas épocas que não se poderiam interferir sem choques violentos: uma *destruição orgânica* rápida sob o influxo de ideais platônicos e, depois, uma *criação orgânica* lenta, baseada no desenvolvimento do trabalho livre estabelecido com o braço branco importado.

Ser republicano não é, como se pensa geralmente, uma *atitude mental*; ao contrário, exige como fundamento uma *realidade* social perfeitamente orgânica. Isso explica a lentidão do processo evolutivo no Brasil; lenta e lógica quando confrontada com os casos americanos. Não poderiam ser republicanos os filhos de senhores de escravos, nem os filhos de escravos; uns e outros estavam por demais habituados ao vergar da espinha dorsal no cumprimento ou no castigo... Repub-

licanos haveriam de ser netos de monarquistas ou, quando muito, os filhos de áulicos já desiludidos.

Certamente, o espírito republicano existiu larvado por largo tempo no Brasil. Mas, sem ambiente próprio, não lograria vingar. Historiou uma vez esse evoluir interessante (1914), explicando as razões que lhe eram próprias, Levi Carneiro, compendiando num trabalho de fôlego as tentativas, os surtos e as primeiras realizações do federalismo republicano. E, recentemente (1924), Celso Vieira retomou com brilho a mesma tese ao evocar os antecedentes históricos da República no Brasil.

Todavia, a verdadeira razão da falência das tentativas ousadas e prematuras exige a intervenção explicativa da *democratização pela terra* no evoluir daquele fenômeno social. Nada melhor esclarece o aborto das revoluções republicanas regionais de 1817 e 1824 do que um dado estatístico, inédito ainda, agora descoberto por Alcides Bezerra. Pernambuco recebeu de 1800 a 1823 cento e trinta mil escravos. Com essa "injeção" enérgica de monarquismo no ambiente social daquela província, seria em verdade impossível o amplo germinar das idéias republicanas. O clero nacional era simpático à República, mas especialmente por não serem os padres possuidores de escravos...

O Brasil constitui, de fato, um *caso médio* na fenomenalidade americana. Sem emancipação econômica própria realizada, como os Estados Unidos (agrícola e industrial), teve o Brasil, porém, no negro, o elemento estabilizador (à falta de trabalho livre organizado como seria de desejar) de seu condicionamento econômico agrícola, solução que faltou às colônias espanholas, cuja exploração colonial fora visceralmente mineira, sem oportunidade de estabelecimento de uma organização agrícola estável. Isso explica – bem mais do que a diversidade de formas iniciais de governo – a turbulência perigosa das repúblicas hispano-americanas durante o século XIX, em face da ordem relativa – se bem que muitas vezes fictícia nas pompas parlamentares – apresentada pelo Império brasileiro.

(À margem da *História do Brasil* (livro póstumo), 2ª ed., São Paulo, 1938, págs. 160-182).

EUCLIDES DA CUNHA (1866-1909). Nasceu em Santa Rita do Rio Negro (Estado do Rio), frequentou a Escola Militar da Praia Vermelha, e, posteriormente, fez o curso da Escola Superior de Guerra, sendo, em 1892, promovido a 1º-Tenente da arma de Infantaria. Por ato de insubordinação em delicado instante político, em presença do Ministro Tomás Coelho, desligou-se da Escola Militar, em 1888, e ingressou após na Politécnica. Então, escreveu artigo na Gazeta de Notícias e na Província de S. Paulo. Com a Proclamação da República, reintegrou-se no Exército, concluiu o curso de Artilharia, completando os estudos na Escola de Guerra, saindo 1º-Tenente. Em 93, dirigiu as obras de fortificação da Saúde contra os revoltosos. Três anos depois, deixou o Exército. O primeiro artigo sobre Canudos intitulou-se A nossa vendeta. Enviado para o teatro dos acontecimentos, fez a reportagem para o Estado de S. Paulo, e acumulou o material para o seu livro máximo, redigido quando dirigia os trabalhos da ponte de São José do Rio Pardo, inaugurada em 1901.

Esteve nos sertões amazônicos, no Alto Purus, realizando trabalho que exigia coragem e valor intelectual. Fez o levantamento geográfico da região e apresentou relatório completo sobre o contorno da fronteira com o Peru. Foi recebido, em 1906, na Academia Brasileira de Letras e morreu, três anos depois, tentando defender sua honra conjugal, num encontro à bala com Dilermando de Assis.

Obras: Os Sertões, Campanha de Canudos, Rio, 1902; Peru versus Bolívia, Rio, 1907; Castro Alves e seu Tempo, Rio, 1908; À margem da História, Rio, 1909; Canudos, 1939, póstumo.

.....

Mestiçagem e sociedade rural

C

om efeito, ali, totalmente diversos na origem, os atuais povoados sertanejos se formaram de velhas aldeias de índios, arrebatadas, em 1758, do poder dos padres pela política severa de Pombal. Resumindo-nos aos que ainda hoje existem, próximos e em torno do lugar onde existia há cinco anos a Tróia de taipa dos jagunços, vemos, mesmo em tão estreita área, aos melhores exemplos.

De fato, em toda esta superfície de terras, que abusivas concessões de sesmarias subordinam à posse de uma só família, a de Garcia d'Ávila (Casa da Torre), acham-se povoados antiquíssimos. De "Itapicuru-de-cima" a Geremoabo e daí acompanhando o São Francisco até os sertões de Rodelas e Cabrobó, avançaram logo no século XVII as missões num lento caminhar que continuaria até o nosso tempo.

Não tiveram um historiador.

A extraordinária empresa apenas se retrata, hoje, em raros documentos, escassos demais para traçarem a sua continuidade. Os que existem, porém, são eloqüentes para o caso especial que consideramos. Dizem, de modo iniludível, que enquanto o negro se agitava na azáfama do litoral, o indígena se fixava em aldeamentos que se tornariam cidades. A solicitude calculada do jesuíta e a rara abnegação dos capuchinhos e franciscanos incorporavam as tribos à nossa vida nacional; e quando no

alvorecer do século XVIII os paulistas irromperam em Pambu e na Jacobina, deram de vistas, surpresos, nas paróquias que, ali, já centralizavam cabildas. O primeiro daqueles lugares, vinte e duas léguas a montante de Paulo Afonso, desde 1682 se incorporaria à administração da metrópole. Um capuchinho dominava-o, desfazendo as dissensões tribais e imperando, humílimo, sobre os morubixabas mansos. No segundo preponderava, igualmente exclusivo, o elemento indígena da velhíssima missão do Sal.

Geremoabo aparece, já em 1698, como julgado, o que permite admitir-se-lhe origem muito remota. Ali o elemento indígena se mesclava ligeiramente com o africano, o *canhembora ao quilombola*.¹ Incomparavelmente mais animado do que hoje, o humilde lugarejo desviava para si, não raro, a atenção de João de Lencastro, governador-geral do Brasil, principalmente quando se exacerbavam as rivalidades dos chefes indígenas munidos com as patentes, perfeitamente legais, de capitães. Em 1702 a primeira missão dos franciscanos disciplinou aqueles lugares, tornando-se mais eficaz que as ameaças do governo. Harmonizavam-se as cabildas; e o afluxo de silvícolas captados pela Igreja foi tal que em um só dia o vigário de Itapicuru batizou 3.700 catecúmenos.²

Perto se erigia, também vetusta, a missão de Maçacará, onde em 1687, tinha o opulento Garcia d'Avila uma companhia de seu regimento.³ Mais para o sul avultavam outras: Natuba, também bastante antiga aldeia, erigida pelos jesuítas; Inhambupe, que no elevar-se a paróquia originou larga controvérsia entre os padres e o rico sesmeiro pré-citado; Itapicuru (1639) fundada pelos franciscanos.

Mais para o norte, ao começar o século XVIII, o povoamento, com os mesmos elementos, continuou mais intenso, diretamente favorecido pelos franciscanos.

Na segunda metade do século XVII surgira no sertão de Rodelas a vanguarda das bandeiras do Sul. Domingos Sertão centralizou

1 Quilombola, negro foragido nos quilombos. Canhembora (Cãnybora), índio fugido. É singular a identidade da forma, significação e som destas palavras que surgindo, a primeira na África e a segunda no Brasil, destinam-se a caracterizar a mesma desdita de duas raças de origens não afastadas!

2 *Os Orizes Conquistados*, de José Freire de Monteiro Mascarenhas.

3 Livro 3^a pat. gov. fl. 272.

na sua fazenda no Sobrado o círculo animado da vida sertaneja. A ação desse rude sertanista, naquela região, não tem tido o relevo que merece. Quase na confluência das capitâneas setentrionais, próximo ao mesmo tempo do Piauí, do Ceará, de Pernambuco e da Bahia, o rústico *landlord* colonial aplicou no trato de suas cinquenta fazendas de criação a índole aventureira e irrequieta dos curibocas. Ostentando, como os outros dominadores do solo, um feudalismo achamboado – que o levava a transmutar, em vassallos, os foreiros humildes e em servos os tapuias mansos – o bandeirante atingindo aquelas paragens, e havendo conseguido o seu ideal de riqueza e poderio, aliava-se na mesma função integradora ao seu tenaz e humilde adversário, o padre. É que a metrópole, no Norte, secundava, sem vacilar, os esforços deste último. Firmara-se desde muito o princípio de combater o índio com o próprio índio, de sorte que cada aldeamento de catecúmenos era um reduto ante as incursões dos silvícolas soltos e indomáveis.

Ao terminar o século XVII, Lancastro fundou com o indígena catequizado o arraial da Barra, para atenuar as depredações dos acaroades e mocoases. E daquele ponto à feição da corrente do São Francisco, sucederam-se os aldeamentos e as missões, em N.Sr^a. do Pilar, Sorobaté, Pambu, Aracapá, Pontal, Pajeú, etc. É evidente, pois que, precisamente no trecho dos sertões baianos mais ligados aos dos demais estados do Norte – em toda a orla do sertão de Canudos –, se estabeleceu desde o alvorecer da nossa História um farto povoamento, em que sobressaía o aborígine amalgamando-se ao branco e ao negro, sem que estes se avolumassem ao ponto de diminuir a sua influência inegável.

As fundações ulteriores à expulsão dos jesuítas calcaram-se no mesmo método. Do final do século XVIII ao nosso, em Pombal, no Cumbe, em Bom Conselho e Monte-Santo etc., perseverantes missionários, de que é modelo bellissimo Apolônio de Todi, continuaram até aos nossos dias ao apostolado penoso.

Ora, toda essa população perdida num recanto dos sertões, lá permaneceu até agora, reproduzindo-se livre de elementos estranhos, como que insulada, e realizando, por isso mesmo, a máxima intensidade de cruzamento uniforme capaz de justificar o aparecimento de um tipo mestiço bem definido, completo.

Enquanto mil causas perturbadoras complicavam a mestiçagem no litoral revolvido pelas imigrações e pela guerra; e noutros pontos centrais outros empedros irrompiam no rastro das bandeiras – ali, a população indígena, aliada aos raros mocambeiros foragidos, brancos escapos à justiça ou aventureiros audazes, persistiu dominante.

Não sofismemos a História. Causas muito enérgicas determinaram o insulamento e conservação da autóctone. Destaque-mo-las.

Foram, primeiro, as grandes concessões de sesmarias, definidoras da feição mais durável do nosso feudalismo tacanho.

Os possuidores do solo, de que são modelos clássicos os herdeiros de Antônio Guedes de Brito, eram ciosos dos dilatados latifúndios, sem raias, avassalando a terra. A custo toleravam a intervenção da própria metrópole. A ereção de capelas, ou paróquias, em suas terras fazia-se sempre mediante controvérsias com os padres; e embora estes afinal ganhassem a partida caíam de algum modo sob o domínio dos grandes potentados. Estes dificultavam a entrada de novos povoadores ou concorrentes e tornavam as fazendas de criação, dispersas em torno das freguesias recém-formadas, poderosos centros de atração à raça mestiça que delas promanava.

Assim, esta se desenvolveu fora do influxo de outros elementos. E entregues à vida pastoril, a que por índole se afeiçoavam os curibocas ou cafusos trigueiros, antecedentes diretos dos vaqueiros atuais, divorciados inteiramente das gentes do Sul e da colonização intensa do litoral, evolveram, adquirindo uma fisionomia original. Como que se criaram num país diverso.

A Carta Régia de 7 de fevereiro de 1701, foi, depois, uma medida supletiva desse isolamento. Proibira, cominando severas penas aos infratores, quaisquer comunicações daquela parte dos sertões com o Sul, com as minas de São Paulo. Nem mesmo as relações comerciais foram toleradas: interditas as mais simples trocas de produtos.

Ora, além destes motivos sobreleva-se, considerando a gênese do sertanejo no extremo norte, um outro: o meio físico dos sertões em todo o vasto território que se alonga do leito do Vasa-Barris ao do Parnaíba, no ocidente.

Vimos-lhe a fisionomia original: a flora agressiva, o clima impiedoso, as secas periódicas, o solo estéril crespo de serranias desnudas, insulado entre os esplendores do majestoso *araxá*⁴ do centro dos planaltos e as grandes matas, que acompanham e orlam a curvatura das costas. Esta região ingrata para a qual o próprio tupi tinha um termo sugestivo *pora-pora-eima*⁵, remanescente ainda numa das serranias que a fecham pelo levante (Borborema), foi o asilo do tapuia. Batidos pelo português, pelo negro e pelo tupi coligados, refluindo ante o número, os indômitos *cariris* encontraram proteção singular naquele colo duro da terra, escalavrado pelas tormentas, endurecido pela ossamenta rígida das pedras, ressequido pelas soalheiras, esvurmando espinheirais e caatingas. Ali se amorteciam, caindo no vácuo das chapadas, onde ao demais nenhuns indícios se mostravam dos minérios apetecidos, os arremessos das *bandeiras*. *Atupui-retama*⁶ misteriosa ataviara-se para o estoicismo do missionário. As suas veredas multívias e longas, retratavam a marcha lenta, torturante e dolorosa dos apóstolos. As bandeiras que a alcançavam, decampavam logo, seguindo, rápidas, fugindo, buscando outras paragens.

Assombrava-as a terra, que se modelara para as grandes batalhas silenciosas da Fé. Deixavam-na, sem que nada lhes determinasse a volta; e deixavam em paz o gentio.

Daí a circunstância, revelada por uma observação feliz, de predominarem ainda hoje, nas denominações geográficas daqueles lugares, termos de origem tapuia resistentes às absorções do português e do tupi, que se exercitara noutros pontos. Sem nos delongarmos demais, resumamos às terras circunjacentes a Canudos a exemplificação deste fato de linguagem, que tão bem traduz uma vicissitude histórica.

"Transpondo o São Francisco em direção ao Sul, penetra-se de novo numa região ingrata pela inclemência do céu, e vai-se atravessando a bacia elevada do Vaza-Barris, antes de ganhar os trechos esparsos e mais deprimidos das chapadas baianas que, depois do salto de Paulo Afonso, depois de Canudos e de Monte-Santo, levam a Itiúba ao

4 Segundo Couto de Magalhães, decompõe-se este belo vocábulo em *ara*, dia, e *echá*, ver, avistar. *Araxá* – lugar onde se avista primeiro o sol; por extensão, terras altas dos chapadões do interior.

5 Lugar despovoado, estéril.

6 *Tapui-retama*, região do tapuia.

Tombador e ao Açuruá. Aí, nesse trecho do pátrio território, aliás dos mais ingratos, onde outrora se refugiaram os perseguidos destroços dos orises, procás e cariris, de novo aparecem, designando os lugares, os nomes bárbaros de procedência tapuia, que nem o português nem o tupi logrou suplantar.

"Lêem-se então no mapa da região com a mesma freqüência dos acidentes topográficos os nomes como Pambu, Patamoté, Uauá, Bendegó, Cumbe, Maçacará, Cocorobó, Geremoabo, Tragagó, Canché, Chorrochó, Quincuncá, Conchó, Centocé, Açuruá, Xique-Xique, Jequié, Sincurá, Cacolé ou Catolé, Orobó, Mocugé, e outros igualmente bárbaros e estranhos."⁷

É natural que grandes populações sertanejas de par com as que se constituíam no médio São Francisco se formassem ali com a dosagem preponderante do sangue tapuia. E lá ficassem ablegadas, evoluindo em círculo apertado durante três séculos, até a nossa idade, num abandono completo de todo alheio aos nossos destinos, guardando, intactas, as tradições do passado. De sorte que, hoje, quem atravessa aqueles lugares observa uma uniformidade notável entre os que se provam: feições e estaturas variando ligeiramente em torno de um modelo único, dando a impressão de um tipo antropológico invariável, logo ao primeiro lance de vistas distinto do mestiço proteiforme do litoral. Porque enquanto este patenteia todos os cambiantes da cor e se erige ainda indefinido, segundo o predomínio variável dos seus agentes formadores, o homem do sertão parece feito por um molde único revelando quase os mesmos caracteres físicos, a mesma tez, variando brevemente do mameluco bronzeado ao cafuso trigueiro; cabelo corredio e duro ou levemente ondeado; a mesma envergadura atlética e os mesmos caracteres morais traduzindo-se nas mesmas superstições, nos mesmos vícios e nas mesmas virtudes.

A uniformidade, sob estes vários aspectos, é impressionadora. O sertanejo do Norte é, inegavelmente, o tipo de uma subcategoria étnica já constituída.

Abramos um parêntese...

7 Teodoro Sampaio – *Da Expansão da Língua Tupi e do seu Predomínio na Língua Nacional*.

A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. Ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto o influxo de uma raça superior despontam vivíssimos estigmas da inferior. A mestiçagem extremada é um retrocesso. O indo-europeu, o negro e o brasílio-guarani ou o tapuia, exprimem estágios evolutivos que se fronteiam, e o cruzamento sobre obliterar as qualidades preeminentes do primeiro é um estimulante à revivescência dos atributos primitivos dos últimos. De sorte que o mestiço – traço-de-união entre as raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares – é, quase sempre, um desequilibrado. Foville compara-os, de modo geral, aos histéricos. Mas o desequilíbrio nervoso, em tal caso, é incurável: não há terapêutica para este embater de tendências antagonistas, de raças repentinamente aproximadas, fundidas num organismo isolado. Não se compreende que após divergirem extremamente, através de largos períodos entre os quais a história é um momento, possam dois ou três povos convergir, de súbito, combinando constituições mentais diversas, anulando em pouco tempo distinções resultantes de um lento trabalho seletivo. Como nas somas algébricas, as qualidades dos elementos que se justapõem não se acrescentam, subtraem-se ou destroem-se segundo os caracteres positivos e negativos em presença. E o mestiço – mulato, mameluco ou cafuso – menos que um intermediário, é um decaído, sem a energia física dos ascendentes selvagens, sem a altitude intelectual dos ancestrais superiores. Contrastando com a fecundidade que acaso possua, ele revela casos de hibridrez moral extraordinários: espíritos figurantes, às vezes, mas frágeis, inquietos, inconstantes, deslumbrando um momento e extinguindo-se prestes, feridos pela fatalidade das leis biológicas, chumbados ao plano inferior da raça menos favorecida. Impotente para formar qualquer solidariedade entre as gerações opostas, de que resulta, reflete-lhes os vários aspectos predominantes num jogo permanente de antíteses. E quando avulta – não são raros os casos – capaz das grandes generalizações ou de associar as mais complexas relações abstratas todo esse vigor mental repousa (salvante os casos excepcionais cujo destaque justifica o conceito) sobre uma moralidade rudimentar, em que se pressente o automatismo impulsivo das raças inferiores.

É que nessa concorrência admirável dos povos, evoluindo todos em luta sem tréguas, na qual a seleção capitaliza atributos que a hereditariedade conserva, o mestiço é um intruso. Não lutou; não é uma

integração de esforços; é alguma coisa de dispersivo e dissolvente; surge de repente, sem caracteres próprios, oscilando entre influxos opostos de legados discordes. A tendência à regressão às raças matrizes caracteriza a sua instabilidade. É a tendência instintiva a uma situação de equilíbrio. As leis naturais pelo próprio jogo parecem extinguir, a pouco e pouco, o produto anômalo que as viola, afogando-o nas próprias fontes geradoras. O mulato despreza então, irresistivelmente, o negro e procura com uma tenacidade ansiosíssima cruzamentos que apaguem na sua prole o estigma da fronte escurecida; o mameluco faz-se o bandeirante inexorável, precipitando-se, ferozmente, sobre as cabildas aterradas.

Esta tendência é expressiva. Reata, de algum modo, a série contínua da evolução, que a mestiçagem partira. A raça superior torna-se o objetivo remoto para onde tendem os mestiços deprimidos e estes, procurando-a, obedecem ao próprio instinto da conservação e da defesa. É que são invioláveis as leis do desenvolvimento das espécies; e se toda a sutileza dos missionários tem sido impotente para afeiçoar o espírito do selvagem às mais simples concepções de um estado mental superior; se não há esforços que consigam do africano, entregue à solicitude dos melhores mestres, o aproximar-se sequer do nível intelectual médio do indo-europeu – porque todo o homem é antes de tudo uma integração de esforços da raça a que pertence e o seu cérebro uma herança – como compreender-se a normalidade do tipo antropológico que aparece, de improviso, enfeixando tendências tão opostas?

Entretanto a observação cuidadosa do sertanejo do Norte mostra atenuado esse antagonismo de tendências e uma quase fixidez nos caracteres fisiológicos do tipo emergente.

Este fato, que contrabate, ao parecer, as linhas anteriores, é a sua contraprova frisante.

Com efeito, é invejável que para a feição anormal dos mestiços de raças mui diversas contribui bastante o fato de acarretar o elemento étnico mais elevado, mais elevadas condições de vida, de onde decore a acomodação penosa e difícil para aqueles. E desde que desça sobre eles a sobrecarga intelectual e moral de uma civilização, o desequilíbrio é inevitável.

A índole incoerente, desigual e revolta do mestiço, como que denota um íntimo e intenso esforço de eliminação dos atributos que

lhes impedem a vida num meio mais adiantado e complexo. Reflete – em círculo diminuto – esse combate surdo e formidável, que é a própria luta pela vida das raças, luta comovedora e eterna caracterizada pelo belo axioma de Gumpłowicz como a força motriz da História. O grande professor de Gratz não a considerou sob este aspecto. A verdade, porém, é que se todo o elemento étnico forte "tende subordinar ao seu destino o elemento mais fraco ante o qual se acha", encontra na mestiçagem um caso perturbador. A expansão irresistível do seu círculo singenético, porém, por tal forma iludida, retarda-se apenas. Não se extingue. A luta transmuda-se, tornando-se mais grave. Volve do caso vulgar, ao extermínio franco da raça inferior pela guerra, à sua eliminação lenta, à sua absorção vagarosa, à sua diluição no cruzamento. E durante o curso deste processo redutor, os mestiços emergentes, variáveis, com todas as nuances da cor, da forma e do caráter, sem feição definida, sem vigor, e as mais das vezes inviáveis, nada mais são, em última análise, do que os mutilados inevitáveis do conflito que perdura, imperceptível, pelo correr das idades.

É que neste caso a raça forte não destrói a fraca pelas armas, esmaga-a pela civilização.

Ora, os nossos rudes patrícios dos sertões do Norte forraram-se a esta última. O abandono em que jazeram teve função benéfica. Libertou-os da adaptação penosíssima a um estágio social superior, e, simultaneamente, evitou que descambassem para as aberrações e vícios dos meios adiantados.

A fusão entre eles operou-se em circunstâncias mais compatíveis com os elementos inferiores. O fato étnico preeminente transmitindo-lhes as tendências civilizadoras não lhes impôs a civilização.

Este fato destaca fundamentalmente a mestiçagem dos sertões da do litoral. São formações distintas, senão pelos elementos, pelas condições do meio. O contraste entre ambas ressalta ao paralelo mais simples. O sertanejo tomando em larga escala, do selvagem, a intimidade com o meio físico, que ao invés de deprimir enrija o seu organismo potente, reflete, na índole e nos costumes das outras raças formadoras apenas aqueles atributos mais ajustáveis à sua fase social incipiente.

É um retrógrado; não é um degenerado. Por isto mesmo que as vicissitudes históricas o libertaram, na fase delicadíssima da sua formação, das exigências desproporcionadas de uma cultura de empréstimo, preparam-no para a conquistar um dia.

A sua evolução psíquica, por mais demorada que esteja destinada a ser, tem, agora, a garantia de um tipo fisicamente constituído e forte. Aquela raça cruzada surge autônoma e, de algum modo, original, transfigurando, pela própria combinação, todos os atributos herdados; de sorte que, despeada afinal da existência selvagem, pode alcançar a vida civilizada por isto mesmo que não a atingiu de repente.

Aparece logicamente.

Ao invés da inversão extravagante que se observa nas cidades do litoral, onde funções altamente complexas se impõem a órgãos mal constituídos, comprimindo-os e atrofiando-os antes do pleno desenvolvimento – nos sertões a integridade orgânica do mestiço desponta inteiriça e robusta, imune de estranhas mesclas, capaz de evolver, diferenciando-se, acomodando-se a novos e mais altos destinos, por que é a sólida base física do desenvolvimento moral ulterior.

* * *

Deixemos, porém, esse divagar pouco atraente.

Prossigamos considerando diretamente a figura original dos nossos patricios retardatários. Isto sem método, despreziosamente, evitando os garbosos neologismos etnológicos.

Faltaram-nos, do mesmo passo, tempo e competência para nos enredarmos em fantasias psíquico-geométricas, que hoje se exageram num quase materialismo filosófico, medindo o ângulo facial, ou traçando a *norma verticalis* dos jagunços.

Se nos embaraçássemos nas imaginosas linhas dessa espécie de topografia psíquica, de que tanto se tem abusado, talvez não os compreendêssemos melhor. Sejam simples copistas.

Reproduzamos, intactas, todas as impressões, verdadeiras, ou ilusórias, que tivemos quando, de repente, acompanhando a celeridade de uma marcha militar, demos de frente, numa volta do sertão, com aqueles desconhecidos singulares que ali estão abandonados – há três séculos.

(*Os Sertões*, 5ª ed., Rio, 1914, págs. 101-113).

MANUEL DE OLIVEIRA LIMA (1867-1927). Nasceu no Recife, educou-se em Portugal, onde fez o curso superior de Letras, na Escola Acadêmica.

Narrou em suas memórias que teve como professores Rebelo da Silva, Vale e Soromenho. Conheceu e recebeu lições de Teófilo Braga que, ao lado de Eça, Taine e Renan, foram "os primeiros ídolos de sua geração". Diplomata e historiador, veio a falecer em Washington, legando àquela cidade sua rica biblioteca.

Obras: Pernambuco, seu desenvolvimento histórico, Paris, 1892; Aspectos da Literatura Colonial, Leipzig, 1896; Memórias sobre o Descobrimento do Brasil, Rio, 1900; História do reconhecimento do Império, Rio, 1901; Elogio de F. A. Varnhagen, Rio, 1903; Pan-americanismo, Rio, 1907; Padre Manuel de Moraes, S. Paulo, 1907; D. João VI no Brasil, Rio, 1909; América Latina e América Inglesa, Rio, s/d; O Movimento da Independência, Rio, 1922; História da Civilização, S. Paulo, 1940; La Formation Historique de la Nationalité Bresilienne, Paris, s/d; Dom Pedro e Dom Miguel, S. Paulo, 1925.

.....

América luso-espanhola

J

á tive ocasião de falar-vos nessa falta de correspondência com o meio: foi ela a primeira das dificuldades com que tiveram a lutar os reformadores latino-americanos ao saírem de vez desse século de calma mental e moral, como foi classificado o terceiro da época colonial, após um primeiro século de lutas e de indisciplina, e de um segundo especialmente caracterizado pela atividade colonizadora.

Francisco García Calderón denominou com felicidade todo este período a Idade Média americana, e com efeito ele nos recorda essa sombria crosta histórica sob a qual se operava uma profunda fermentação. Era como se por baixo da superfície limosa daquele mediterrâneo circulassem correntes invisíveis e imperceptíveis para o observador vulgar, possuindo, entretanto, intensidade bastante para transformarem a bonança aparente em um mar revoltado. Viu-se então erguerem-se as vagas alterosas do Humanismo e da Reforma e, apesar da reação católica e absolutista, a agitação não amainou, antes culminou na borrasca de 1789, cujos efeitos se fizeram sentir na América Latina como ressaca de um distante e violento temporal.

Além do oceano, como na Península Ibérica, a defesa do catolicismo e mesmo do absolutismo fora entregue à instituição particular chamada Inquisição, a qual não existiu propriamente na América por-

tuguesa, sendo os réus de judaísmo e heresia transportados para o Reino e aí supliciados. Sobre o ensino pairava a escolástica, ao passo que a erudição se encarregava de satisfazer a curiosidade mental entreteendo-se assim os espíritos com uma dialética fútil e com comentários retóricos.

Duns Scott e São Tomás de Aquino foram, portanto, os principais autores transportados das universidades espanholas para as hispano-americanas, se bem que Descartes e Locke, a saber, o racionalismo e o sensualismo não deixassem de ser conhecidos no Novo Mundo, pois que suas idéias aparecem discutidas pelo padre Gamarra no México do século XVIII. Nem ficara por certo sem se refletir na Espanha e em Portugal a evolução do pensamento do norte europeu, mas nas colônias sua imagem devia figurar menos clara, mesmo porque já era as mais das vezes o reflexo daquele outro reflexo.

Em todo caso – refere o Sr. Francisco García Calderón num excelente ensaio sobre as correntes intelectuais na América Latina, apresentado como memória ao Congresso de Filosofia de Heidelberg e inserto no seu volume sobre os "Professores de idealismo" –, a escola de direito natural de Vitória deu origem a novas idéias sobre os índios, que não podiam deixar de inspirar novos sentimentos a seu respeito, e a dúvida cartesiana bem como as descobertas científicas de Newton acham-se expostas e tratadas em publicações coloniais dos fins do século XVIII.

A elaboração social deste século particularmente fecundo em transformações políticas encontrou, pois, um terreno já preparado para nele germinarem as idéias de emancipação do pensamento e de liberdade democrática dos filósofos franceses. Suas teorias extremas tinham pela própria violência o condão de mais facilmente se imporem a espíritos sôfregos por ideais revolucionários do que as concepções ponderadas de Washinton, de Adams, de Hamilton e mesmo de Jefferson, o qual passara as demasias européias pelo crivo do seu sadio equilíbrio e do seu sólido senso conservador, não sendo impunemente um compatriota e um contemporâneo de Franklin.

Foi gente assim educada nos princípios da maior das revoluções, princípios, porém, já mais sazoados pelo restabelecimento napoleônico da ordem, aquela que as colônias mandaram como intérpretes da sua cultura e das suas aspirações às Cortes constitucionais de

Cádiz e de Lisboa, e que em ambas estas assembléias, revolucionárias na origem, mas construtoras nos designios, desempenhou conspícuo papel.

Entre os deputados brasileiros que em 1821 tomaram assento na Assembléia Constituinte portuguesa veio a recrutar-se a melhor porção do pessoal parlamentar do Império. Não puderam eles assistir aos debates até o fim e defender pela palavra e pela circunspecção do seu proceder até à última os direitos da sua nacionalidade, porque se tornaram insuportáveis os destemperos dos colegas e os insultos da população. A separação dos dois países ia-se desenhando claramente além-mar; a fenda ia abrindo caminho e fechando o círculo do rompimento à medida que se esforçava a antiga metrópole por colocar de novo o reino do Brasil na antiga dependência colonial. Os liberais portugueses assim entendiam praticar a liberdade.

Na Espanha, a situação era um tanto diferente. Por um lado tinham as colônias dado provas de sentimento unionista no pior da crise, resistindo às seduções dos agentes franceses – como esse Marquês de Sassenay, destacado por Napoleão junto ao Vice-Rei Liniers, de Buenos Aires – e mandando 90 milhões para ajudar os gastos da guerra peninsular. Por outro lado, apesar de na prática ser falseado o princípio admitido e reconhecido de perfeita igualdade política e civil entre espanhóis e americanos, e de terem os comerciantes de Cádiz alcançado a revogação do decreto da liberdade de comércio das possessões com os países estrangeiros, havia em Espanha certa opinião que simpatizava pelo menos com parte das aspirações coloniais e cuja expressão se nos depara até em documentos oficiais.

Ao passo que em Portugal lavrava fundo o ciúme pelo fato de ter-se uma colônia como o Brasil tornado sede da monarquia e de tão bem se sentir o rei por lá, na Espanha um mal comum, que era a privação do soberano legítimo e a sujeição, efetiva num caso, virtual no outro, ao domínio estrangeiro, aproximara de certo modo metrópole e colônias. Na verdade, em 1810 a velha independência espanhola estava geralmente considerada perdida para sempre, não faltando mesmo na Península quem assim o pensasse, mas o pretexto da hostilidade à Regência de Cádiz nas possessões americanas foi de que se não contara para sua organização com o voto ou parecer destas. A Declaração de Caracas rezava sem rebuços que os espanhóis de além-mar não eram

colonos, mas parte integrante da Coroa de Espanha, como tal chamada ao exercício da soberania interina, no impedimento do monarca.

A representação hispano-americana nas Cortes de Cádiz pode, pelos motivos indicados, ser de começo mais afortunada do que a brasileira nas Cortes de Lisboa; àquela coube mesmo fazer vezes de pêndulo, oscilando entre opiniões antagônicas, arbitrando votações e assumindo um papel análogo ao do partido irlandês na moderna Câmara dos Comuns. Aliás, tratava-se de uma idêntica questão de *home-rule*.

Votavam, naturalmente, os deputados ultramarinos com os liberais no tocante às grandes reformas cujo anelo lhes era comum, mas em matéria de legislação prática ou corrente acontecia acompanharem o outro partido. Escreve um historiador espanhol que punham eles a preço sua adesão, pois exigiam sempre antes em pagamento alguma concessão, à qual muitas vezes não era possível aceder, dando a entender que ao traficarem assim com seus votos, esperavam conseguir por meio do Parlamento quase o mesmo para sua pátria – podia até dizer-se para suas pátrias – que os insurgentes já em campo. O fato é que se as reformas nesse momento intentadas se tivessem efetuado antes, a separação haveria, pelo menos, sofrido grande demora diante de um regime como o que presentemente liga o Canadá e a Austrália à metrópole britânica.

A História registra, porém, o que foi e não o que devia ter sido. Num dos formosos *Episódios Nacionais* de Pérez Galdós, romantização da realidade histórica que com menos dose de ficção o vosso escritor Edwin Markham aplicou com felicidade aos Estados Unidos, figura um personagem cuja ambição é escrever uma *História da Espanha* daquele gênero ideal, como ela deveria ter sido. Não se pode levar mais longe o quixotismo.

Nessa História imaginativa se vê Fernando VII processado e mandado fuzilar pelas Cortes, marchando para o suplício ao rufar dos tambores e apelando para o juízo da posteridade: isto em vez de como realmente ocorreu, estrangular o rei desleal esse ensaio de regime representativo – o verdadeiro, porquanto as antigas Cortes espanholas, bem assim as portuguesas, nunca foram a representação legítima da pátria inteira, senão daquelas cidades, vilas, corporações ou indivíduos que, por méritos ou por favores, tinham adquirido semelhante direito de mandato.

Ao passo, entretanto, que classes havia então, nos velhos tempos, que continuavam a ser servas das que podiam ir a Cortes reclamar imunidades e privilégios, destarte se estabelecendo um grande desequilíbrio popular, na assembléia de Cádiz – e outro tanto aconteceu na de Lisboa – se afirmou o princípio novo para estas sociedades peninsulares da soberania nacional. Com efeito, o primeiro movimento das Cortes espanholas foi o de avocarem tal soberania, declarando nula a cessão da Coroa em favor de Napoleão, "não somente pela violência que havia intervindo nos atos injustos e ilegais de Baiona, como principalmente por lhes haver faltado o consentimento da Nação". O povo tinha-se de resto sublevado "para restaurar a dignidade, a honra e as liberdades pátrias, ao mesmo tempo que restaurava a monarquia nacional".

Se Fernando VII, na Espanha, agiu com relação ao movimento parlamentar como sempre agia em qualquer emergência, a saber, com hipocrisia e com maldade, em Portugal, Dom João VI, que era infinitamente mais inteligente e que era bondoso, não possuía, todavia energia, fosse para remediar as inconveniências demagógicas, fosse para obstar à reação absoluta. Sua natural fraqueza de caráter aí atingiu o período agudo. O resultado foi que quer pelo proceder dos seus soberanos, quer pelas suas instituições recém-aclimadas e que exigiam fiança de patriotismo intransigente, as metrópoles espanhola e portuguesa mostraram-se surdas à voz da justiça política, apesar de ser esta igualmente a das suas próprias vantagens.

A separação sobreveio na América espanhola em condições de rara violência; deixando um ranço de animosidade na portuguesa. No estado de espírito subsequente e determinado por esse acontecimento capital, que criou em ambas as sociedades uma situação idêntica no fundo, diferente apenas na intensidade, se vai filiar o aspecto intelectual peculiar à América Latina durante o século decorrido. Tratando-se dessa prolongação ultramarina da civilização latina, semelhante fator surge de resto inevitavelmente visto que, mercê de tradições, velhas para um Mundo Novo, e também de disposições naturais, a expressão literária se nos apresenta sob uma forma notável.

Entre os descendentes de espanhóis, mais belicosos por índole, e cuja luta pela emancipação teve que ser porfiada, era natural que

prevalecesse a nota heróica. As estrofes de Olmedo celebrando as vitórias de Junín Aycucho simbolizam a escola poética derivada desse sentimento patriótico em vibração guerreira, o qual teve como última repercussão na prosa a *Venezuela Heróica* de Don Eduardo Blanco, escritor glorioso que sua pátria acabava de coroar quando faleceu. Bolívar é sempre a figura épica a inspirar a evocação de um não longínquo passado: o espanhol era naquela fase literária o alvo de todas as maldições. "Guerra ao usurpador", exclama no poema de Olmedo o Inca Huaina Capac, ao aparecer aos vencedores na noite de Junín. "Devemos-lhe por acaso um bem? Luzes, costumes ou leis, religião? Não, nada! Ele era ignorante, cheio de vícios, feroz, supersticioso! Sua fé, blasfêmia atroz, não é a fé de Cristo. Sangue, chumbo, ferros, eis seus mais santos, seus mais caros sacramentos..."

Entre os descendentes de portugueses, mais sentimentais e cuja emancipação foi quase incruenta, predominou o indianismo, isto é, a idealização do selvagem como tipo heróico, que não foi aliás desconhecida na América espanhola, inspirando mesmo alguns dos seus melhores poetas, como o equatoriano Juan León Mera, o autor da *Virgem do Sol*. Apenas a tendência se não generalizou tanto como no Brasil, onde foi representada pelos melhores escritores – em verso, na lírica de Gonçalves Dias, em prosa, nas novelas de José de Alencar –, chegando a ser a característica da literatura nacional pelo menos no seu mais florescente período, o do Romantismo.

O sentimento indianista foi no poeta, pela sua qualidade de mestiço de português e índia, mais natural e espontâneo, mais convencional e artificial, se bem que não menos primorosamente expresso, no prosador, que era de pura raça européia. A tendência aliás era uma só, e o mais competente dos críticos brasileiros, o Sr. José Veríssimo, a define nas seguintes linhas de um dos seus volumes de *Estudos de Literatura Brasileira*:

"Pela primeira vez a nossa poesia traz um sopro em que se misturam na realidade o acre das essências e o suave dos perfumes da nossa mata virgem, o hálito dos nossos campos, o sentimentalismo dengoso e sensual da nossa paixão amorosa, da nossa dor..., alguma coisa enfim que era bem nativo, como que a nossa poesia popular, a nossa modinha, sublimada até à grande poesia e impreg-

nando-a do seu sentimento e da sua melancolia. Pela primeira vez a idealização do selvagem despertava em nossas almas a nossa sensibilidade por esses miseráveis, a que a reação romântica, exagerando, ia emprestar aspectoscavalheirescosegloriosos."

Em ambos os escritores brasileiros, os maiores da escola romântica em seu país, foi a manifestação escrita igualmente e caprichosamente literária, crescendo que um e outro eram grandes puristas, perfeitos conhecedores da língua portuguesa. Neste traço de zelo castiço vieram mesmo a se parecer as duas literaturas ibéricas do Novo Mundo, num dado momento pelo menos, pois que, pela continuação, se foi entibiando toda tradição da metrópole na nação neoportuguesa, ao passo que se ia afervorando o carinho das nações neo-espanholas pela mãe pátria comum.

Trata-se evidentemente de uma ligação puramente moral, não política. A vossa guerra com a Espanha, considerada, como foi, por aqueles países hispano-americanos como uma agressão do mais forte contra o mais fraco, contribuiu ultimamente para marcar mais fundo tal característica, acrisolando um sentimento filial que é incontestavelmente honroso. Aliás, mesmo quando eram mais vivas as recordações da luta sangrenta entre metrópole e colônias revoltadas e perduravam veementes as desconfianças e animosidades, o amor da língua mãe foi como que o aspecto de um culto latente.

Os letrados de ontem faziam guarda, como os de hoje, ao idioma chegado a uma bela maturidade e ameaçado de adular-se num meio exótico; tanto assim que as Academias da língua fundadas além-mar se definiram todas como correspondentes, assim se estabelecendo uma íntima associação espiritual. O brilhante poeta peruano Santos Chocano, ao oferecer o seu volume de versos *Alma América* ao Rei de Espanha, diz com ênfase na dedicatória que mais dono desse Éden fecundo podia tornar o monarca a língua de Cervantes do que o braço de Colombo, e ajunta com espírito que os filhos das Índias Ocidentais tinham, há trezentos anos, o autor do *Dom Quixote* como o melhor dos vice-reis.

No Brasil, a tradição purista está longe de ser igualmente acatada hoje em dia: foi antes desbotando aos poucos, mesmo entre os intelectuais, aos quais naturalmente aqui aludo. A Academia de Letras do

Rio de Janeiro, modelada pela Academia Francesa, criou-se mais para consagrar a futura língua brasileira do que a passada língua portuguesa, e se ainda contamos um escritor como é o Sr. Rui Barbosa, conhecedor de todos os segredos, artifícios, peculiaridades, modalidades e modismos da língua dos nossos antepassados europeus, tal como foi no século XVII o grande jesuíta Antônio Vieira, ambos rivalizando em invenção verbal, o fato é antes devido a um capricho individual do que a um geral sentimento de raça.

Entretanto, o primeiro lexicógrafo português, cuja autoridade não cessou e que tornou acessível a obra de erudição prolixa do abade Bluteau, foi um brasileiro dos tempos coloniais, Moraes e Silva, e, depois da Independência, os gramáticos do Maranhão gozaram da mais justa fama. Ao mesmo tempo, porém, se ia propagando a doutrina de que a uma nova nacionalidade devia corresponder não só uma literatura própria como uma língua diferenciada. As letras assim ajudaram também a forjar armas contra a ex-metrópole no arsenal político do tempo, armas com que combater o que pudesse haver ficado da sua preponderância moral.

Esta feição de hostilidade foi infinitamente menos pronunciada entre as nações de descendência espanhola, que no passado literário comum buscaram mesmo um dos títulos mais genuínos da sua respectiva personalidade, sob o ponto de vista internacional, nele igualmente descobrindo o germe de uma futura união ibero-americana. Dir-se-ia até que a harmonia espiritual sempre ali forcejou para remediar a desagregação política.

Melhor representante não existiu desse pendor do que, não obstante seu coração vibrante de patriotismo, o ilustre filólogo colombiano há pouco falecido e cujo nome já mencionei, Rufino José Cuervo. Profundo conhecedor das letras castelhanas antigas e modernas, ele admiravelmente estudou no famoso *Diccionario de Construcción y Regimen* a língua espanhola com suas riquezas, suas regras e suas estranhezas, a um tempo abrigoando os inevitáveis provincialismos americanos e defendendo o caráter tradicional do idioma.

Sem haver sido realizada nesta intenção, tal obra constitui um protesto vivo contra a convicção, uma vez formulada, do autor de que o espanhol se fragmentaria na América e transformaria, da mesma forma que o latim se fracionou e se converteu nas línguas românticas, acabando os provincialismos por dissolver a velha unidade idiomática.

Nem me parece feliz, a semelhante propósito, a menção feita por Cuervo do que ocorre, com relação ao inglês, nos Estados Unidos e no Império Britânico, porque justamente enxergo da parte do seu elemento culto – não sei se a visão me induz neste ponto em erro – tendência para uma aproximação filológica. Se a referida tendência se encarnou numa minoria intelectual, não é razão para que não vença, antes é condição contrária, tendo o triunfo sempre cabido às minorias audazes.

(América Latina e América Inglesa, 1ª ed., Rio, s/d., págs. 139-150).

ALBERTO TORRES (1865-1917). Nasceu em Porto das Caixas (Província do Rio de Janeiro). Estudou em colégios cariocas; Ramiz Galvão ouviu Meneses Vieira prognosticar que seu aluno seria "uma das glórias de sua missão de educador".

Não pôde matricular-se em Medicina por causa da idade, como desejava seu pai. Em 1882, em S. Paulo, inscreveu-se na Faculdade de Direito.

Participou, muito jovem, das campanhas de José do Patrocínio e Silva Jardim, pelos ideais abolicionistas e republicanos. Mas seu espírito de estudioso e pesquisador não se contentou com interpretações literárias; e é como pensador, forrado de cultura sociológica, que se apresenta, na obra *Organização Nacional*. Os postos que ocupou, na alta administração e na política, não turvaram sua capacidade de interpretação objetiva: viu as raízes de nossos males, tanto quanto o permitiam os conhecimentos e métodos da sociologia de seu tempo. Foi presidente do Estado do Rio, Ministro do Supremo Tribunal, militou na imprensa como "doutrinador para as classes dirigentes e de elite", como assinalaria Oliveira Viana, que lhe resume assim o pensamento: "Para Torres, o problema brasileiro é, em síntese, o problema econômico em toda sua complexidade -- o problema da formação, da conservação e da organização da nossa riqueza".

Sua obra foi objeto de investigação, criando-se, depois da Revolução de 30, alguns núcleos de ação política, que ambicionavam difundir suas idéias. Tal influência declinou e é praticamente extinta, perdurando, entretanto, sua ação intelectual no espírito dos estudiosos. Sua melhor biografia foi escrita em 1968 por Barbosa Lima Sobrinho – Presença de Alberto Torres.

Obras: *Vers la Paix*, Rio, 1909; *Le Problème Mondial*, Rio, 1913; *O Problema Nacional Brasileiro*, Rio, 1914; *A Organização Nacional*, Rio, 1914; *As Fontes da Vida no Brasil*, Rio, 1915.

.....

Condições de vida no Brasil

Eaqui voltamos, por fim, ao caso do trabalhador: o mais doloroso, o mais cruel, o mais grave exemplo da nossa incúria, do nosso imoralíssimo alienismo.

O Brasil não tem trabalhadores tradicionais porque, a não ser pela escravidão, nunca houve, no país, regime social de trabalho. O habitante livre do país só foi levado ao trabalho quando, estabelecido no seu latifúndio, o alto preço dos produtos inspirou-lhe a sedução da vida ostentosa do *hobereau* americano – fazendo disso o ideal e o contentamento da existência, como as pequenas vaidades do vestuário, da literatura estrangeira e da retórica eram o ideal dos nossos bacharéis de vários tipos, e o teatro lírico, os alfaiates e as costureiras francesas, o charuto, o carro e a chácara em Botafogo, o ideal dos submilionários destas paragens e das suas famílias. Foram estes os modelos que nos deu a Corte; e, na psicologia da formação social, a mais positiva e certa das leis é a da modelação dos espíritos pelos estalões em evidência.

O impulso que nasceu com o bandeirante, com o desbravador de florestas, com o donatário e seus sucessores, e, depois, com o fazendeiro, perpetuou-se pela história adiante, firmando as normas da aventura e do saque à natureza, como estímulo à ação do homem sobre a Terra. A exuberância da floresta e a fartura da plantação em solo vir-

gem e a parte dos lucros comerciais que o exportador estrangeiro e o comerciante intermediário, nacional ou estrangeiro preposto daquele, condescendiam em ceder ao produtor, davam para as larguezas do fausto doméstico, para as banalidades do semifeudalismo senhorial, para o sustento de fâmulos, de escravos, de apaniguados: todo um séquito de parentes e de agregados, sem emprego e sem aptidão profissional.

Assim como os costumes europeus educaram e disciplinaram os "exércitos" dos seus "soldados do trabalho", os costumes da roça brasileira dissolveram, distraíram e amolentaram os bandos dos nossos sertanejos e dos nossos agregados de fazendas. É um fato social comum a todas as raças, e observável, em todos os tempos, na vida dos povos civilizados de hoje: não é preciso alardear abismos de ciência psicológica, nem resolver severos termos da ciência, para explicar esse trivial aspecto de uma formação social que, nem a natureza, nem a direção política, conduziram para a organização.

Hoje, essa multidão de "forçados" da vagabundagem – discípulos fidelíssimos da única escola e da única prática que lhes indicou e se lhes expôs – está gravemente inveterada na indolência, profundamente abatida, na reatividade do caráter e do espírito; não seu *facies* enfermiço, a sua estatura dobrada, o seu corpo franzino e recurvado – vale ainda tanto quanto valem, para as duras viagens do interior e para os pesados serviços de tração pelos nossos esburacados caminhos e pelos trilhos das nossas montanhas, o cavalinho "esquipador" do Norte –, mais robusto e resistente, com a sua carcaça escaveirada, do que os mais musculosos normandos e *percherons* –, o marchador do centro, o boi crioulo e o boi caracu, dos sertões. Estes são os animais adestrados para a rudeza das nossas jornadas, sobre várzeas cavadas de atoleiros e por picadas de caçadores, como são aqueles, e mais os selvagens em reserva nas florestas, os tipos, fortes e másculos, em cujo espírito e em cujo braço o Brasil poderá confiar, para restaurar a atividade na sua vida: os reprodutores das nossas *etnos*. Hão de sair daí "japoneses", para este meio. Os outros vindos do alto da escala, ou nos trarão educação de disciplina militar, quase passiva, cobiças sobreexcitadas, aprimoradas aptidões de jardinicultura e de trabalhos de estufa, logo perdidas em nossas terras, músculos e nervos sistematizados para funções inadaptáveis, ou, como é muitas vezes o caso, nas camadas superiores, uma energia de

epiderme, feita de habilidade e de alguma instrução, dando alma e essa robustez muscular, obra de *sports*, que é a forma do vigor entre os ociosos que cultivam a força sem a concomitante educação dos nervos para as labutas úteis, e uma moralidade convencional que concilia a preocupação exclusiva do bem próprio com os cânones dos códigos sociais.

O colono estrangeiro será, quase absolutamente, sempre, por índole, por força do espírito, dominante na vida mundial e intensíssimo entre nós, de avidez de ganho, um instrumento de exploração da nossa terra e da nossa gente, indiferente ou hostil a tudo quanto nos interessa.

Por estes motivos, e porque o estado da população nacional atinge a angústia de extrema crise, é coisa para repelir-se sem vacilação – como verdadeira monstruosidade, moral, social e política – prosseguir-se na prática da imigração – expediente sugerido pelo descuido intelectual dos políticos, não para solver o problema da organização do trabalho, mas para acudir a sua crise permanente, sempre renovada e dia a dia mais grave, por efeito da própria panacéia adotada; e será sempre um atentado contra a nação e contra a humanidade, atrair ou tolerar para o nosso país migrações em massa, que alterem os processos da formação natural das populações em equilíbrio com os meios físicos e com as condições sociais.

Em nossa época, o grande problema em litígio, de que os campos de batalha europeus mostram um dos mais dolorosos e deprimentes incidentes – é o conflito do imperialismo com que o se pode chamar, como expressão da tendência humana para a vida de ordem e de liberdade, a *evolução pacífica e racional das nações e do mundo*. Restringir ao "militarismo", e particularmente, ao militarismo continental da Alemanha e do Kaiser, a caracterização desta crise da nossa fase histórica, vale por truncar os fatos, as causas e os móveis, da conflagração européia. O que o mundo ostenta hoje a nossos olhos é a luta do imperialismo contra a democracia – ligada a esta palavra a expressão, mais alta e mais consentânea com a civilização, de "regime da organização livre das sociedades"; é uma luta entre imperialismos: imperialismos velhos que não querem transigir e não toleram a concorrência e a emulação, e imperialismos novos – violentos e arbitrários, na consciência da sua força – que querem dominar. A posição eventual das potências, nos

poucos anos que precederam a guerra, como no quadro em que as combinações diplomáticas, mais do que os interesses e as tendências, dispôs os beligerantes, nada tem de particularmente expressivo, nem de determinante: são atitudes de acaso, atitudes fortuitas, atitudes ilógicas.

Ora, o imperialismo contemporâneo continua a combater com as suas grandes armas tradicionais: o militarismo, o capital, as migrações e a sugestão. Luta por agressão ou por astúcia, arregimentada ou intersticial, mas sempre luta, que a simpleza e a ingenuidade da moral individual, pregada, porém não muitas vezes praticada, pelos seus apóstolos e conselheiros, não mitiga, porque a piedade que inspira a alguns poucos espíritos anula-se sob os ciclóticos processos da ação coletiva, esse combate só admite uma resistência possível, para os países novos e fracos, onde o indivíduo, sem consciência e sem conhecimento da realidade, não acha as condições práticas de amparo, que a sociedade não supre: a ação política, a ação governamental, a ação legislativa, por todas as suas múltiplas formas. É o que fazem, apesar de todo o teorismo individualista da sua tradicional educação, os anglo-saxões, na Austrália e na Nova Zelândia, no Canadá e nos Estados Unidos, contra os hindus, contra os japoneses, contra os chineses; é o que fazem, em toda a parte, todos os governos, contra os imigrantes tidos por nocivos, para a saúde e para a ordem. É o que já fizemos, com a navegação de cabotagem.

Entre nós – onde, nas próprias camadas dos que dirigem, não se sabe o que é nação, e onde palavras e teses em francês têm a força sobrenatural de *tabus* – pratica-se, ao contrário, a curiosa política de que resulta formar-se uma nação de gerações que se substituem umas às outras, e cuja economia, civilização e progresso se resumem no espetáculo de um povo, dizimado, nas camadas baixas, pela miséria orgânica, e, composto, nas altas de uma sociedade distinta, que o estrangeiro emprega, contentando-lhe as vaidades frívolas, enquanto arranca-nos a seiva e a fertilidade à terra, emascula-nos e cretiniza-nos a gente.

As migrações são, enquanto fatos espontâneos e regulares, fenômenos sociais a aceitar; não são, porém, solução a nenhum problema, social, político ou econômico. Estimulá-las, desta ou daquela forma, artificialmente, por ação do estado, ou de qualquer dos pequenos

ou grandes estados, não oficiais, investidos, para a vida temporal, dos poderes que negam ao estado da sociedade geral e da sociedade permanente – o estado do século – e que todos os imperialismos se recusam a fundar no mundo, vale com a política do capitalismo, a da sugestão e da conquista militar – epílogo ordinário das outras – por defraudar, em todo o Planeta, as responsabilidades e os compromissos da nossa era, e, por desvirtuar e corromper, na América, a índole das instituições e da civilização deste continente, no único objeto de que ele pode fazer título a um caráter e a um ideal civilizador e progressivo; a organização social da liberdade e da ordem, pelo reconhecimento dos direitos e pela sua eficácia concreta, graças à distribuição eqüitativa das possibilidades sociais, na concorrência normal e no trabalho pacífico; e, em nosso país, cometer o atentado, inqualificável para a nossa geração, de sacrificá-lo à depredação imperialista, como campo de prolongamento dos processos bárbaros da civilização, em lugar de fazer dele – como a sua natureza e a sua posição o determinam, neste turno da História – a estação de início da civilização livre, pela cultura do indivíduo, com a integração física, mental e social, da personalidade – e não simplesmente confiada a falazes garantias legais – e com a organização da sociedade, na ordem e para o progresso, fundindo-se, equilibrando-se e harmonizando-se os grupos, os interesses e as tendências.

A batalha real dos imperialismos – cumpre-nos tê-lo bem em mente – não se está travando nos campos europeus: trava-se em torno das terras novas e dos povos novos do mundo; e o Brasil é o país colocado, pelo curso da História e por suas condições geográficas, na primeira linha – a linha decisiva –, em que se decidirá o dilema do prosseguir da evolução, para a liberdade e opressão medieval, não menos crus porque menos diretos, não menos mortíferos porque coletivos, não menos retrógrados porque se propõem a afogar as consciências e a razão num oceano fosforescente de preconceitos brilhantes.

A nossa era é uma era de grandes problemas, que as condições práticas da vida e do mundo apresentam: problemas concretos, nascidos dos fatos, e não problemas de abstração, os mais vastos problemas sociais e humanos – os problemas oceânicos da vida: a generalização, por todo o mundo, dos conflitos e dos interesses que agitaram, revolveram e convulsionaram parcialmente a nossa espécie, arreme-

tendo, hoje, com toda a intensidade e toda a anarquia da massa das causas que os conturbam e das correntes que envolvem, sobre cada indivíduo, sobre cada grupo social, sobre cada nação. Todo exame analítico deste momento crítico, toda posição singular, lateral, especial, toda abstração é erro que só contribuirá para fazer retrogradar a sorte humana, por séculos inteiros, aos mais horrorosos abalos materiais, às mais negras trevas do espírito. Os messias das curas e das salvações individuais, as doces fórmulas da terapêutica espiritual, a medicina celular do organismo social – formas ingênuas das primeiras aspirações humanitárias, confinadas no âmbito estreito do misticismo e no filosofar sentimental dos fundadores de religiões – seriam irrisórios, para a grandeza e para a gravidade das crises de hoje.

Estes problemas fluem para duas soluções finais sintéticas: fundar o estado, como órgão da vida social das nações, e fundar o órgão mundial de equilíbrio entre as nações, para, encerrando-se de vez o ciclo da evolução humana, que veio, até ao presente, dirigido pelos impulsos da emotividade, encetar-se a evolução das sociedades, dirigida pelo sentimento e pela razão.

Em nosso país, o problema que se apresenta sob as duas faces da colonização e da imigração é um dos aspectos da formidável massa de ondas divergentes que o interesse irrefletido e desnortado agita sobre as sociedades.

Possuímos uma enorme população ociosa e miserável, sabem-no todos. Esta população, ou vagueia pelos desertos, sem polícia, do país, ou apodrece, nas regiões centrais, dia a dia mais alheada do trabalho. Que fazer por esta gente?

Nada? Mas por quê?

De todos os tempos, a idéia da assistência, do socorro, do remédio à calamidade, à miséria, à fome, dominou instituições e regimes sociais, sem que nenhuma teoria as repelisse; a organização secular das sociedades não é outra coisa mais que o lento processo formador desse conjunto de hábitos e de instituições que entretêm a associação espontânea dos compatriotas, para a distribuição dos bens da vida – a partir do mínimo da habitação e do alimento. Hoje, os órgãos e aparelhos desta organização espontânea estão mostrando, em toda a parte, a sua insuficiência: a política acode às necessidades com a legislação social.

Nós, povo imigrado para um continente virgem, que julgávamos imensamente e indefinidamente rico; para o qual entramos, como exploradores, extraindo frutos e avançando pelos sertões; nunca formamos a nossa sociedade. A nacionalidade é no Brasil um simples fato de afetividade individual e de vizinhança. Faltam-nos, de todo, os vínculos gerais da relação, a liga plástica dos interesses, o veículo moral dos fins comuns. Mas se até as instituições de assistência direta pela caridade já se mostram, entre nós, insuficientes, nos próprios grandes centros civilizados, a agregação da solidariedade dinâmica, para o trabalho, para a luta e para o futuro – fonte e segurança primordial da vida e da saúde, nossa e da nossa prole – é-nos de todo nula.

Condenar a nação?

Mas por quê?

Porque é inferior?

A nossa inferioridade é um simples postulado de umas muitas ciências transitórias com que o espírito humano se compraz a eliminar dificuldades, contentando a ambição catedrática e judicial, senão, muitas vezes, de domínio, que está no fundo de toda a ação política – entendido este termo em seu verdadeiro sentido de ação que se destina a influenciar sobre a sorte de indivíduos e de sociedades – com sentenças prejudiciais, a que só a força e a autoridade emprestam títulos.

A inferioridade de indivíduos e de sociedades só tem por critério de seleção um agente: os fatos, e por juiz, uma autoridade: o futuro; e o fato, nas coisas da vida, depende, em grande parte, da consciência, da razão e da vontade.

Há raças superiores e raças inferiores?

Admitamo-lo; mas, neste caso, a superioridade há de prevalecer, a inferioridade há de ser vencida.

Porque prejudicar o litígio, fazendo, do lado dos poderosos, intervir a força, o artifício, a sugestão, os privilégios ocasionais; ou pregando, pelo nosso lado, o abandono, a renúncia, o sacrifício, e impedindo a ação organizadora, a política de solidariedade e de assistência social pelo órgão do estado, como fazem os prosélitos do nosso teratológico patriotismo céptico.

O nosso país é um país excessivamente devastado pela expansão econômica e pela exploração aventureira; as suas regiões já aber-

tas pela fúria destruidora da cobiça apresentam gravíssimas crises climáticas, que estão comprometendo a vida e a saúde dos habitantes e a produtividade do solo. Há, nestas regiões, uma classe produtora a braços com as tremendas dificuldades, morais, sociais e econômicas, de um esforço improficuo, e uma imensa população de párias, para a qual rareiam os vinténs necessários à vida do corpo e à vida do espírito.

Cada invasão disso a que se chama, entre nós, "civilização material", se tem traduzido por uma operação de esmagamento e de eliminação de indivíduos, de famílias e de grupos nacionais.

As grandes civilizações, que estão fundando, sobre os alicerces do poder econômico, as novas formas de suserania e de feudalismo; que exibem, no primeiro plano da sua vida, o espetáculo da alacridade impassível do luxo, do amor-próprio, da incontidência, do vício, sobre um fundo de misérias ou de penosa luta pela vida, que exploram, nas suas cidades, a vaidade inconsciente e a licenciosidade, puerilmente ingênua e ostensiva, dos nababos e dos pródigos dos países novos; que estão multiplicando e acumulando, com instituições e costumes inçados de artificios e de convenções, formas sociais onde o dinheiro, hierarquias de tradição e de acaso, cabalas e calculadas preferências, constituem monopólios sem conta, instalam privilégios invencíveis, criam e mantêm forças voluntárias de direção e de orientação, escravizando o pensamento e a educação popular ao capital das livrarias e das empresas jornalísticas, e o trabalho do espírito e do braço à dominação, silenciosamente prepotente e surdamente seletiva de colônias e grêmios parasitários de toda a espécie – tais civilizações não nos exportam, quase sempre, senão agentes dessa obra espúria, com que estão moldando em formas novas os velhos orgulhos e as velhas cobiças da alma humana magistraturas espontâneas, que bipartem a justiça em sentenças crimes que condenam e sentenças cíveis que esbulham, e mestres abalizados nessa daninha, perniciosa, esterilizante e cruel forma de moralidade que agride, ataca, fere e revolve, os defeitos alheios, os defeitos do povo, os defeitos da raça, os defeitos da nação –, mestres que imitamos com passividade, envolvendo cada um de nós toda a sua gente em calúnias tão sumárias quanto levianas, sem reparar que a jurisdição penal que nos arrogamos desmoraliza a autoridade do juiz e anula a sua sentença, pois que envolve a própria pessoa na condenação de todos.

Nos centros onde impera com a política religiosa, a moral dogmática, irmã dessa outra moral de isolamento do indivíduo, que arma a dominação espiritual, ensina-se, é certo – depois que se lhes vai mostrando o mal –, aos discípulos que formam, nas escolas onde se educam os futuros pioneiros das explorações modernas, a respeitar os direitos dos outros, a não matar à fome os bárbaros que encontrarem nas relações da vida colonial e exploradora. Mas este conselho abstrato, cuja eficácia prática se pode medir pela eficácia alcançada sobre as consciências pelos dez mandamentos durante séculos de saturação pedagógica e de pressão psíquica, e, muitas vezes, material é uma simples ironia à sorte dos povos submetidos à concorrência com os talentos e as vantagens dos adiantados. O exemplo do progresso material obtido pelo português imigrado – e o português é ainda um tipo imperfeito, nessa civilização de audácias e de mercantilismo –, em confronto com o abatimento e ruína da sociedade nacional, basta para mostrar o que vale o poder eliminativo do esforço individual preparado, nas lições contemporâneas da luta social. Os Neros de hoje são Neros coletivos, cujas consciências dormem no repouso da distância e do anonimato dos sofrimentos e das mortes; o grande Cristo, o verdadeiro mártir de toda a sorte de despotismos e de opressões, da força e do espírito, pelo correr da História, é o homem, é a humanidade: a massa enorme e esquecida, para quem a moral e a justiça não tiveram senão palavras e conselhos, lições e sentenças, e cujos problemas não podem dizer insolúveis nem uma ciência que há mais de quatro milênios explora os arcanos do céu para desvendar o movimento dos astros e ainda não concedeu um decênio e um centro regular de estudos para o exame dos problemas do homem e da sociedade, nem uma civilização que organiza poderes e dirige serviços como o telégrafo, a navegação, as estradas de ferro internacionais, as grandes indústrias e os fabulosos negócios de trusts e de milionários, mais complexos e mais avultados do que a administração necessária para fazer o bem-estar de muitos povos.

Neste período da civilização, as idéias de "expansão" e de "atividade internacional econômica", de *mise en valeur*, de colonização – critérios predominantes entre os advogados das classes e dos interesses que governam – são lemas de guerra, pontes de passagem, dimorfismos superficiais do espírito militar e do espírito de domínio. Uma das maiores catástrofes do impulso emotivo que tem, na realidade, conduz-

ido os passos do homem, consistiu sempre em atacar as formas, os órgãos, os representantes das velhas tendências, móveis e sentimentos, ao passo que veste com outras palavras e traduz por outros conceitos o mesmo espírito, os mesmos impulsos, as mesmas ilusões.

Neste caso nem isto se dá. As pessoas substituem-se, as classes alteram-se, mas subsistem, com a mesma inspiração e a mesma essência moral, as mesmas instituições e os mesmos processos, que mudam apenas de nome. Sob ruidosos títulos: "civilizadores" e "progressivos", encobre-se a mesma alma cúpida, indiferente e fria, do descobridor e do explorador antigos. Não matam, porque os povos que vêm civilizar abrem-lhes os braços, mas eliminam-nos em poucas dezenas de anos. Ora, se a política já não vale por simples título de dominação, não é conceder-lhe capacidade muito transcendente o esperar que ela saiba compreender e prevenir tão grosseiras mudanças de aspecto.

O problema da conveniência ou da inconveniência da colonização, reduz-se, para nós, a dados bastante concretos e bastante simples, para poupar esforços cerebrais. A nossa terra está excessivamente desbravada; novos desbravamentos importariam prejuízos incalculáveis para o futuro e agravação imediata à crise do clima; a vida da grande maioria da nossa população é em extremo precária, por causas climatéricas, por causas econômicas e por causas sociais; os estrangeiros introduzidos no Brasil, justamente porque são mais ativos e preparados, agravariam esta nossa crise cósmica e esta nossa crise socioeconômica; os que viessem com fim de estabelecimento e ânimo de se associarem conosco, deparariam com as mesmas dificuldades. Só especuladores e aventureiros ganhariam com essa política de inconsciência e de destruição. E não é outro, em geral, o efeito da política do capitalismo e da colonização.

"Porém, não é difícil prever, a lavoura carece de braços", replicará, incontinenti, um fazendeiro ou um dos seus advogados oficiosos, cedendo ao hábito de atribuir a causas singulares os fatos complexos, com que se ilude, em regra, a dificuldade dos problemas.

Se a lavoura carece de trabalhadores, não é por falta de gente estabelecida no país. Gente preparada para os grosseiros elementares serviços da roça abunda por aí; não há recanto inculto e árido,

fechado no alto de serras descalvadas, ou em longíquas planícies, onde se não encontre sempre um enxame de indivíduos, em número muito superior às necessidades das culturas que se avistam pelos arredores. Toda essa gente conhece, ou pode rapidamente conhecer, os trabalhos usuais em nossa lavoura, e fazê-los com regular perícia. A colonização jamais correspondeu, entre nós, a necessidades do *trabalho*; correspondeu sempre, sim, à necessidade da *produção*, ou, mais realmente à necessidade das colheitas, isto é, às necessidade de dinheiro pronto e de dinheiro fácil, que é o que sustenta as culturas, nas regiões onde se encontram colonos. Não correspondeu à necessidade do *trabalho*, para a agricultura, porque nunca se fixou e nunca se organizou; menos ainda às necessidades do trabalho, quanto ao operário, porque este, nacional ou estrangeiro, ou o evita onde ele não dá os lucros sedutores da "indústria colonial do trabalho", ou procura ocupação urbana e no comércio rural, ou abandona-se também – em grande escala, em segunda geração, e, freqüentemente, em primeira –, à calçaria. No dia em que, por meio de um concerto de medidas próprias a reanimar os bons estímulos e a bater as más seduções, a generalizar as condições de *interesse* pelo trabalho e principalmente as da *eficácia* do trabalho, combatidos energicamente, com medidas de polícia, de segurança, de higiene e de conservação, já incorporadas à legislação de todos os povos, e susceptíveis de desenvolvimentos lógicos e necessários, os maus incentivos e as causas de decadência –, os poderes públicos, desde a União até aos municípios, de acordo com os lavradores, abrirem guerra à ociosidade e oferecerem garantias de estabilidade e de prosperidade à gente do campo, afluirá, sem dúvida nenhuma, para o trabalho remunerado uma grande parte dessas populações, hoje mantidas à custa do único esforço preciso completam, *matando a fome* e matando o indivíduo.

Atualmente, não pode haver crise de produção, entre nós, que imponha a necessidade de colonos. As crises deste momento – resultantes da guerra européia e da conseqüente perturbação comercial – são de outra ordem.

Como o problema meteórico, o problema do trabalho não é solúvel por medidas diretas. Há, certamente, umas tantas providências que o interessam imediatamente: a criação de núcleos de colonização nacional, vizinhos de todas as regiões onde se careça de trabalho periódico;

a regulação das relações entre lavradores e trabalhadores, para garantia recíproca; o combate sem tréguas ao álcool, levado até às mais rigorosas medidas de repressão comercial, etc. Todas essas dependem, porém, na organização e na execução, de uma infinidade de condições.

Não há nenhum problema social, solúvel isoladamente. Não existe, em nosso país, nenhuma organização capaz de solver os nossos problemas sociais e econômicos. Todos estes convergem, em suma, para uma síntese geral: o problema político, que se divide por último, em dois outros: o problema das instituições e o problema das pessoas.

Neste momento, a organização política demanda duas ordens de regimes: um regime definitivo e um regime transitório. O regime transitório deve, por sua vez, compreender, também, duas ordens de providências: providências de solução às crises presentes e providências de adaptação do novo sistema político. É o que nos cumpre levar a efeito.

Tal é o estado do nosso país; tal é o dever que se nos impõe. Devemos enfrentá-lo, devemos lutar por ele, confiando na justiça dos nossos contemporâneos, e – se a não tivéssemos – confiando na justiça dos pósteros. Morrer na passividade, ou na subserviência, é o que não pode fazer, nem um indivíduo, e ainda menos uma nação!

Eis, por fim, a obra sagrada da nossa geração: restaurar as fontes da vida, no corpo do país, e as fontes da vida, no corpo e no espírito de seus habitantes; aquelas, pelo clima, e, sobretudo, pela água; e esta pelo trabalho.

(As Fontes da Vida no Brasil, Rio, 1915, págs. 33/48).

SÍLVIO VASCONCELOS DA SILVEIRA RAMOS ROMERO (1851-1914). Natural de Lagarto (Sergipe), Sílvio Vasconcelos do Silveira Ramos Romero bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Recife, em 1873. Exerceu o cargo de promotor, em Estância, durante pouco tempo. Não concluiu o ato de defesa de tese, ao pretender a láurea de doutor, em 1875, em virtude de violenta querela com Coelho Rodrigues, a propósito da metafísica. Foi magistrado no Estado do Rio, mas acabou fixando-se no magistério; como professor do Colégio Pedro II, regeu a cadeira de Filosofia e Lógica, conquistada por concurso, e da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Crítico, polemista, agressivo, escritor fecundo, defendeu as teorias spencerianas, combateu o positivismo, a escolástica, os métodos da filosofia tradicional. Amigo de Tobias Barreto, defendeu-o arduamente.

Obras: Cantos do Fim do Século, Rio, 1868; A Filosofia no Brasil, Rio, 1878; O Naturalismo em Literatura, Rio, 1882; Cantos Populares do Brasil, Rio, 1883; Cantos Populares do Brasil, Rio, 1885; Estudos de Literatura Contemporânea, Rio, 1888; Doutrina contra Doutrina – O Evolucionismo e o Positivismo no Brasil, Rio, 1894; Ensaio de Filosofia do Direito, Rio, 1895; Ensaio de Sociologia e Literatura, Rio, 1901; O Alemanismo no Sul do Brasil, Rio, 1906; Compêndio de História da Literatura brasileira, Rio, 1906; O Brasil Social, Rio, 1908; Zeverissinações ineptas da Crítica, Rio, 1909; Provocações e Debates, Porto, 1910; Minhas Contradições, Rio, 1914; História da Literatura Brasileira, 2ª ed., 2 vols., 1902. O terceiro foi publicado postumamente. Nelson Romero reeditou em 4 vols., Livraria José Olímpio.

.....

As zonas sociais e a situação do povo

(Trecho duma carta a M. Ed. Demonlins)

P

ode-se dizer que o Brasil contém as seguintes zonas geográficas, perfeitamente caracterizadas, que são sedes de outras tantas *zonas sociais*, atendendo-se à *natureza do trabalho* a que dão origem:

1ª O planalto da Guiana no alto nobre dos Estados do Amazonas e do Pará, especialmente na região em que corre o rio Branco. É zona de *criação de gados*, indústria, porém, incipiente, quase toda por conta do governo federal, tudo desorganizado e mal dirigido.

2ª As terras mais baixas, que imediatamente se seguem e vão a entestar com a margem norte do rio Amazonas. É região de matas e da *cueillette* de produtos espontâneos da natureza: *borracha, castanha, salsaparilha, copaíba, cravo, piaçava, urucu, etc.* A família aí nas classes populares é assaz desorganizada, havendo quase inteira promiscuidade em mais de um sítio.

Existe uma pequena lavoura rudimentar, em alguns pontos, de *cacau, mandioca, cana-de-açúcar e tabaco*. Os dois primeiros daqueles produtos são quase de simples *cueillette*.

3ª As terras marginais do norte e sul do grande rio, compreendendo também a parte inferior do curso de seus afluentes.

É o vale do Amazonas no seu sentido mais estrito. É região de *pesca fluvial*. Os que se ocupam nela estão no grau mais inferior das gentes que vivem dessa espécie de indústria.

4ª A zona das matas da região ocidental onde se acham os cursos dos rios Madeira, Purus, Acre, Juruá, constituindo o núcleo principal do território do Acre, que com toda razão aspira organizar-se em estado.

É também região da *borracha* e indústrias extrativas congêneres.

5ª O planalto central-norte, compreendido entre o Madeira, o Tocantins e o divisor das águas do sistema fluvial sul-americano. É zona ainda quase completamente inaproveitada.

Contém bons campos para a criação de gados.

6ª O planalto do interior desde o divisor das águas até à região serrana do Rio Grande do Sul.

Contém diversas variedades de terras e de culturas, como sejam: campos de criar, terras de mineração, terras de lavoura de café, tabaco, etc.

Deve esta imensa região ser dividida pelo menos em quatro zonas diferentes: a dos *campos de criar* do norte de Minas, Goiás e terras altas de Mato Grosso; a de *mineração*, um pouco espalhada por esses três Estados; a do *café*, principalmente no sul de Minas, São Paulo, terras altas do Rio de Janeiro; a de *criação de gados*, em Paraná e Santa Catarina.

Por toda essa imensa região o tipo da família é instável, por causa da transmissão parcelada das heranças, o que equivale dizer por causa de imposições retrógradas da legislação.

7ª A região dos vales dos rios Paraguai e Guaporé, compreendendo as terras baixas e médias de Mato Grosso. Predominam aí a *cueillette* da erva-mate, alguma mineração e criação de gados em campos intercalados nas terras médias.

8ª Região entre os rios Gurupi e o Parnaíba, compreendendo o Estado do Maranhão e terras próximas. *Arroz* nos terrenos mais baixos, *cana-de-açúcar* na região das matas e alguma *criação de gado*, nos sertões de oeste.

9ª Os sertões do Norte, denominados os *cariris* na sua região central, limitados pelo citado Parnaíba ao norte, e o Itapicuru, ou mel-

hor, o Paraguaçu, no Estado da Bahia. É uma faixa de terreno que fica ao leste do Brasil, entre os dois rios citados que lhes formam os limites de norte e sul, a região das matas que se prolonga através da costa marítima pelo lado oriental, e o alto planalto do interior pelo lado ocidental. É a clássica zona das secas que a flagelam periodicamente.

Criação de gados, sujeita porém a grandes perdas nos períodos de secas, cereais nas regiões mais frescas à beira de serras, etc., são as indústrias e o regime do trabalho.

10ª As terras da costa marítima, compreendendo a citada faixa de matas, desde o Maranhão até o Espírito Santo. É a famosa região dos *engenhos de açúcar*.

As melhores famílias constituíram a patronagem natural das populações; mas a sua riqueza, que repousava no braço escravo, está quase de todo aniquilada, por causa da *extinção da escravidão* e da *concorrência da beterraba* nos mercados mundiais.

Aí nesta zona em sítios adequados se cultivava também a *mandioca*, o *tabaco* e *cereais*.

11ª A região da costa do Espírito Santo ao Rio Grande do Sul. É faixa estreita, por causa da aproximação da Serra do Mar.

Arroz, *mandioca*, *cereais* em pontos vários.

12ª As terras que formam a descida do planalto para o lado do rio Paraná, onde se acha o célebre território das *Missões*.

É zona de mata inaproveitada em grande parte, mas se faz ali alguma extração da *erva-mate* em vários sítios.

13ª Os campos, pampas e coxilhas do Rio Grande do Sul; é a zona extrema do Brasil.

A criação de gados por um sistema que lembra em parte a das *steppes* pobres da Ásia e África, produz ali um tipo social, que tem afinidades com os daquelas zonas.

Recapitulando, posso dizer que existem as seguintes zonas *sociais* mais notáveis ao Brasil: região do *algodão* no alto norte; região da *borracha* no vale do Amazonas; região da *pesca fluvial* nesse grande rio e seus afluentes; região do *gado* nos campos e tabuleiros de Minas, Goiás e Mato Grosso; região do *açúcar* na chamada zona da mata, desde o Maranhão até o norte do Estado do Rio de Janeiro; (faixas intermédias desta região existem próprias para o *algodão*, o *fumo* e a *banana*); região da

mineração em Minas, Goiás e Mato Grosso; região do *mate* nas matas do Paraná e Santa Catarina e parte de Mato Grosso; região do *gado* no planalto destes dois últimos estados; região dos *cereais* na zona serrana de Santa Catarina e Rio Grande do Sul; região do *gado* nos campos deste último estado.

Pela simples inspeção deste quadro, bem vedes, caro mestre, que no Brasil o trabalho, como base social, é cheio de grandes lacunas. Predominam os produtos de mera *cueillette*, já de plantas puramente extrativas, já de frutos arborescentes, etc. A própria cultura do café é algum tanto análoga à da castanha e das nozes na Europa; pois que, uma vez plantada, a árvore vive de força da parte do homem.

A cultura mais difícil da cana-de-açúcar repousou durante mui perto de quatro séculos no braço escravo. Os engenhos eram grosseiras explorações de caráter comercial, como as fazendas que ainda hoje os portugueses mantêm na África. Logo que cessou o braço escravo, a produção do açúcar se alterou consideravelmente com as despesas acrescidas, etc.

Quando o açúcar da beterraba começou a inundar os mercados do mundo, a cultura da cana no Brasil entrou em crise franca.

Os trabalhos da mineração prosperaram algum tanto no regime colonial com o braço escravo e quando os minérios estavam à flor da terra.

Logo que foram precisas obras de arte, dificultosas e caras, a mineração cessou quase por completo, existindo apenas hoje algumas companhias inglesas, com capitais desta origem.

É esta a base econômica que justifica as conclusões a que cheguei a respeito do estado atual do povo brasileiro, conclusões que passo a deduzir.

O povo brasileiro, considerado em seu conjunto, oferece o espetáculo *dune société à formation communautaire ébranlée*. A velha família portuguesa, que de *patriarcale-absolutiste* já se tinha transformado em verdadeira família *patriarcale désorganisée*, em consequência da quase geral *transmissão parcelada das heranças e domínios*, ainda mais se tem desorganizado no Brasil, chegando ao ponto de verdadeira *família instável*, sob o influxo, cada vez mais rigoroso, do aludido sistema de transmissão hereditária parcelada e da organização crescente do trabalho com a ex-

tinção da escravidão e inexistência de colonização geral sistematizada, nacional e estrangeira.

O trabalho, desde os começos do povoamento no século XVI, teve, como sabeis, a base falsa da escravidão, pretendendo o português forçar dois povos que desconheciam por completo a cultura (*índios* e *negros*) a serem agricultores, quando ele, português, não o era também em rigor, por não ter passado verdadeiramente da *cueillette* de frutos arborescentes, hortaliças, alguns cereais e da leve cultura da *vinha*. A verdade é que nem o colono português nem os seus escravos, índios e negros, estavam preparados para os duros trabalhos da cultura americana. A emancipação rápida perturbou ainda mais tudo isto.

Com semelhante base de família e de trabalho, o regime *comunário abalado* ou de estado domina de alto a baixo em toda a nação, de norte a sul, de leste a oeste. A família aqui se poderia chamar *patriarcal desorganizada* em os tempos coloniais.

Hoje tem os caracteres da família completamente *instável*.

Perdeu todas as vantagens do regime *patriarcal*, ao contato do negro e do índio, que não tinha família, e mais com o sistema da escravidão como base do trabalho, e mais com o modo parcelado da transmissão hereditária, e mais, finalmente, com a queda súbita da falsa base do aludido trabalho escravo.

Perdeu todas as vantagens do regime *patriarcal*, repito, sem ter até agora obtido as do regime de *formação particularista*, a que não chegará senão por uma assimilação hábil de elementos provindos das raças particularistas, ou por um sistema de educação severíssima de alto a baixo, como esse que preconizais em *La Nouvelle Éducation*. Nós, os brasileiros, sofremos em larga escala de todos os achaques dos povos comunários de estado que vós tendes descrito tão acuradamente em vossas obras.

Nós, os brasileiros do extremo norte ao extremo sul, desde as fronteiras das Guianas e de Venezuela e Colômbia até os limites com o Estado Oriental do Uruguai, formamos, em rigor, uma coleção de verdadeiros *clãs* de espécies várias, nos quais o indivíduo não possui a mais leve sombra de iniciativa e espírito organicamente empreendedor.

As tendências comunárias dos povos que nos formaram, agravaram-se consideravelmente na estrutura na nova sociedade.

Pode-se até dizer que algumas boas qualidades de que eram portadores os colonos europeus se dissolveram ao contato de índios e negros e do novo meio tropical, que obraram como uma espécie de reagente químico de índole destruidora.

As gentes brasileiras por toda a vastidão do interior do país, e até nas próprias cidades nas camadas populares, vivem de ordinário todas em torno dum *chefe*, dum *patrão*, dum *protetor*, dum *guia*; todos têm o seu *homem*.

Os *fazendeiros*, quer nas fazendas de café quer nas de criação de gados, os *senhores de engenho*, os *chefes* de partido, as *influências* locais, os *negociantes* abastados das vilas e cidades, em vários pontos os *vigários* das freguesias, os *juizes* de direito, os *advogados* de renome, os *médicos* esper-tos, todos, todos esses e muitos mais são como chefes de grupos, de *clãs*, em torno dos quais vivem as populações por este Brasil em fora.

A política nos estados gira em torno dum chefe, um *oligarca*; na União em torno dum *mandão* geral, o guia, o senhor do *bloco*... Neste fato se prendem muitos fenômenos sociais, como o de *famílias* inteiras que nos centros se bateram sempre até ao extermínio, e o aparecimento repetido de *bandidos*, chefes de grupos nômades, que devastam o interior do país.

Os trabalhos da cultura agrícola, da criação, da mineração, das indústrias, da navegação são muito pouco desenvolvidos.

A maior parte da população brasileira moureja desequilibrada e consumida por um acentuado pauperismo.

Um terço, senão menos, trabalha mal para alimentar os outros dois terços.

O recurso geral é a política, sob todos os aspectos grosseiros de que se costuma revestir, a verdadeira *politique alimentaire*, tão cruamente descrita pela escola social de Le Play e seus eminentes discípulos. Os partidos, as associações ou agrupamentos quaisquer nas freguesias, nos municípios, nas comarcas, nas províncias, hoje estados, na União, todas as instituições, todos os cargos públicos, em número incalculável, não têm outro destino, não têm outra função: seu fim é fornecer *meios de vida* a uma clientela infinita. O estado não tem por fim próprio a manutenção da ordem, a garantia da justiça, ou, se quiserem, a ajuda de certos empreendimentos elevados; seu papel preponderante, e

quase exclusivo, é alimentar a maior parte da população à custa dos poucos que trabalham e isso por todos os meios, como sejam as malhas dum funcionalismo inumerável.

Quando não são os empregos diretos nas repartições públicas, muitos deles inúteis, são as comissões para os influentes, as pensões, as gratificações sob títulos vários, as obras públicas de toda a casta e milhares de outras propinas.

Nestas condições, não é de estranhar que a política preocupe muito os brasileiros, mas é a política que consiste em fazer eleições para ver quem vai acima e ficará em condições de fazer favores.

O grau de corrupção e abastardamento a que chegaram os costumes eleitorais não é susceptível de descrição por pena de homem.

O geral do povo detesta a vida do campo, e, mesmo no interior, acumula-se nas povoações: – cidades, vilas, aldeias, arraiais, etc. É à cata do chefe para o arrimo, à cata do emprego público, do arranjo político sob qualquer forma.

A propensão que têm os moços para se graduarem, para receberem títulos académicos é notória. É para seguirem a vida das cidades nas profissões liberais, no jornalismo, na literatura, nos empregos da administração.

Nas classes inferiores, os que não conseguem arranjo nos empregos compatíveis com sua falta de cultura, ou nas obras públicas, têm um derivativo nas fileiras do Exército que se recruta pelo voluntariado, ou nos corpos policiais e milícias urbanas que são numerosos na capital e nos estados.

É esse o retrato social dos brasileiros de hoje em traços rápidos.

A comprovação completa resultará do estudo miúdo de todas as regiões do país.

(Provocações e Debates, Porto, 1910, págs. 195-204.)

JOAQUIM DUARTE MURTINHO (1848-1911). Nasceu em Cuiabá (Mato Grosso), graduando-se, em 1870, em Ciências Físicas e Matemáticas. Três anos depois, formava-se também em Medicina, dedicando-se, humanitariamente, à homeopatia. Eleito senador começa a revelar grande intuição em assuntos econômicos e políticos. Mas é como ministro da Fazenda, no Governo Campos Sales, que Murtinho mostra seu valor na esfera da política monetária e dois famosos Relatórios documentam a compreensão que tinha do fenômeno. Viu que a criação de indústrias artificiosas exprimiam lucros enganosos, que, na verdade, eram impostos sobre outras atividades econômicas desprotegidas do estado. Saneou o meio circulante e elevou a taxa de câmbio a 14 -- o que favorecia o capitalismo credor. Sob este aspecto, há quem discuta ainda as medidas do grande estadista.

Obras: Relatório do Ministério dos Negócios da Fazenda, ano de 1902; Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, ano de 1899.

.....

Empréstimos, dívidas e indústrias fictícias

Estudado o mecanismo pelo qual as emissões desvalorizaram a nossa circulação, não é difícil compreender-se como por um mecanismo semelhante desvalorizaram a nossa produção.

A pseudo-abundância de capitais por elas produzidas promoveu a criação de um sem-número de indústrias e desenvolveu de modo extraordinário a atividade agrícola.

Como todo o desenvolvimento precipitado, ele se fez sem ordem, sem calma necessária ao estudo, sem estudo indispensável à previsão.

Daí o estabelecimento de indústrias artificiais e a organização agrícola para produção exagerada do café, os dois fatores da desvalorização da nossa produção.

O emprego de capitais e operários em indústrias artificiais representa um verdadeiro esbanjamento da fortuna nacional.

Renda dos produtos dessas indústrias só se faz afastando-se artificialmente do mercado produtos similares estrangeiros.

O custo de produção nessas indústrias, sendo muito alto em relação ao dos que nos vêm do exterior, eleva por meio de taxas ultraprotecionistas nas tarifas da alfândega o preço dos produtos es-

trangeiros, criando assim um mercado falso, em que os produtos internos vencem na concorrência os produtos do exterior.

Todo consumidor é, pois, lesado, e a diferença entre o que ele paga pelos objetos nesse regime e o que pagaria em um regime livre representa um imposto que lhe é arrancado para manutenção daquelas indústrias.

E, como o plantador de café e o produtor de borracha, de mate, de algodão, ipecacuanha e outros gêneros, que constituem nossa riqueza de exportação, são também consumidores, não é difícil ver-se que no custo de produção de todos esses gêneros entra como elemento de depreciação esse imposto em favor das indústrias artificiais.

Os nossos produtos exportados levam, pois, consigo, a taxa parasitária que faz diminuir de modo notável a riqueza nacional.

Nem se alegue que algumas dessas indústrias estão nacionalizadas, por ser toda a matéria-prima por elas empregada extraída do país, pois que uma tendência nacional pode não ser natural.

O que caracteriza uma indústria natural não é o fato de ter sua matéria-prima importada ou não, mas o de ter capacidade de produzir o máximo resultado possível em relação ao capital empregado com o mais baixo preço em um regime de livre concorrência.

Uma indústria em que a mão-de-obra representa o papel principal no custo de produção deve ser considerada atualmente artificial no Brasil, mesmo quando toda a matéria-prima exista entre nós. A indústria de artefatos de borracha estaria evidentemente neste caso.

Nem se diga ainda, Sr. Presidente, que essas indústrias, contribuindo para a diminuição da nossa importação, nos trazem o benefício do equilíbrio da balança comercial.

O ideal econômico de um país não deve ser importar pouco, mas importar e exportar muito.

Os capitais empregados nas indústrias artificiais que contribuem para redução da nossa importação, se fossem empregados em indústrias naturais, deveriam produzir na exportação renda suficiente para cobrir essa diferença na importação e ir ainda além, colocando a balança comercial em melhores condições.

Assim, Sr. Presidente, a produção das indústrias artificiais não representa um resultado econômico; os seus lucros exprimem ap-

enas impostos sobre as outras produções; os capitais nelas empregados não são fatores, mas antes agentes parasitários da riqueza pública.

Eis como as emissões, criando indústrias artificiais, contribuíram para a diminuição da riqueza nacional.

Por um mecanismo de alguma forma semelhante elas produziram o mesmo resultado com a excitação desordenada na cultura do café.

Uma indústria natural em um país pode, desenvolvendo-se além de certo ponto, tornar-se em parte artificial, quando a produção excessiva em relação ao consumo determinar redução exagerada nos preços da mercadoria.

É o que se dá atualmente com a indústria agrícola do café no Brasil.

Em nenhum outro país se pode produzir esse gênero em condições tão econômicas como entre nós; entretanto, o resultado dessa indústria, quer considerado debaixo do ponto de vista particular, quer encarado sob o ponto de vista nacional, chegou a diminuir de forma tal que quase deixa de remunerar o trabalho de sua produção.

A lavoura do café deve ser considerada em relação ao consumo atual como composta de duas partes, uma constituída pela cultura em terrenos e climas superiores, por agricultores inteligentes e em boas condições econômicas, outra representada pela cultura em terrenos e climas inferiores, por agricultores rotineiros e em más condições econômicas.

A produção da segunda parte contribui para a desvalorização da primeira, aumentando a produção geral; ela atua, pois, em relação àquela como agente parasitário, debaixo do ponto de vista nacional.

Os capitais e atividades empregados nesta segunda parte não são somente estéreis, são fatores prejudiciais à riqueza pública no momento atual, são agentes de destruição e não de produção de valores. A situação, pois, criada na agricultura pelas grandes emissões de papel-moeda foi um movimento brusco e desordenado, dando em resultado uma produção de café excessiva em relação ao consumo atual.

Como vedes, Sr. Presidente, os efeitos das emissões exageradas sobre a circulação monetária e sobre a produção nacional são

muito semelhantes em suas manifestações: discordância entre o valor real da circulação e a sua extensão; discordância entre a produção do café e o seu consumo, acarretando como conseqüência fatal baixa do preço da nossa moeda, baixa do preço do café.

A superabundância de um gênero no mercado cria um elemento novo, que pode, tomando grande desenvolvimento, exercer uma influência notável e pernicioso sobre a situação econômica como está acontecendo atualmente entre nós.

Quando a produção de um gênero corresponde ao seu consumo, dá-se a absorção desse gênero, a circulação do produto faz-se com regularidade e o preço em que se estabelece é o preço normal.

Quando a produção excede de pouco o consumo, a absorção do gênero não pode ser logo completa; forma-se uma pequena estagnação, um pequeno êxtase na circulação, produzindo-se um *stock*; mas o excesso de oferta determina baixa no preço do objeto, e esta baixa provoca aumento de consumo, regularizando-se desta forma a circulação.

Neste caso o preço, apesar de um pouco mais baixo, é ainda um preço normal, visto que ele resulta da oferta e procura, exercendo-se naturalmente.

Quando, porém, a produção é excessivamente grande em relação ao consumo, dá-se então um grande êxtase na circulação, formando um grande *stock*.

O aumento de consumo produzido pelo abaixamento do preço já não é suficiente para regularizar a circulação.

O *stock* tende, pois, a crescer constantemente, perturbando cada vez mais a circulação e organizando um aparelho por meio do qual o especulador forma mercado artificial, fixando arbitrariamente o preço da mercadoria.

O grande *stock* de café é bem conhecido; o grande *stock* de papel-moeda é representado pelos depósitos bancários, que não se destinam a operações comerciais e industriais.

O preço do objeto, sendo o resultado da luta entre o comprador e o vendedor, tanto mais forte o primeiro, tanto mais baixo o preço.

O grande *stock* é a arma poderosa do comprador contra o vendedor.

Por meio dela o comprador suprime a procura, não tendo necessidade de comprar por algum tempo e impõe o preço que lhe convém; e, se de outro lado, o vendedor tem necessidade urgente de vender, a luta é impossível e ele terá de aceitar o preço imposto pelo comprador.

O preço então do gênero não é o resultado normal da oferta e procura, mas a conseqüência da imposição do especulador.

O abaixamento do preço não é mais nessas condições proporcional à diferença entre a produção e o consumo, e não tem outro limite senão a ruína do vendedor, limite nunca atingido, porque ele traria a supressão do negócio, e, por conseguinte, das vantagens para o comprador.

É esta a situação do mercado de café e do mercado de câmbio ou de papel-moeda, entre nós.

Armado do grande *stock* de café, o exportador não precisa comprar por algum tempo e impõe o preço ao produtor, que aceita a imposição, não tendo elementos de resistência, pela necessidade em que está de vender, sem demora, o seu produto.

Armado do *stock* de papel-moeda, o negociante de câmbio não precisa comprar papel para pagamento da produção nacional, durante algum tempo, e pode por isso impor o preço ao vendedor do papel, isto é, ao importador, que aceita a imposição por não ter elementos de resistência, visto que precisa vender o seu papel a troco de outro, para pagamento urgente nos mercados estrangeiros.

O preço do café e do papel-moeda desceu, pois, entre nós, atualmente, abaixo do que se deveria esperar dos efeitos da superintendência do café e do papel.

Esses preços representam, pois, além dos efeitos naturais da superabundância dos gêneros, a ação, às vezes intensa e sempre funesta, da especulação.

É por esta forma que as emissões exageradas, criando a superabundância do papel-moeda e do café, lançaram as bases para o desenvolvimento da especulação, fator importante na agravação dos nossos males.

Nas considerações que vos acabo de apresentar fiz abstração de outras causas produtoras das nossas dificuldades econômicas e financeiras, isolando, para assim dizer, a ação do papel-moeda, para que seus efeitos pudessem ser estudados, de modo mais perfeito e mais completo.

Não devemos, porém, esquecer que outras causas têm atuado, conjuntamente com as emissões, na produção dos tristes resultados que oprimem a República.

Os *deficits* orçamentários, que vêm desde o tempo da Monarquia, tomaram incremento notável no regime atual.

A execução de serviços criados em leis especiais e sem crédito no orçamento, a prática abusiva, em quase todas as nossas repartições, de excederem as verbas autorizadas por lei, os cálculos otimistas no orçamento da receita, os abusos que se introduziram nas repartições arrecadoras, foram outras tantas causas produtoras dos *deficits* orçamentários. Esses *deficits* saldaram-se ou por emissões de papel-moeda, produzindo todos os males que há pouco estudamos, ou por empréstimos internos e externos.

No primeiro destes dois últimos casos, retiraram da circulação capitais que deviam contribuir para o nosso desenvolvimento econômico, fecundando a agricultura, a indústria e o comércio, para imobilizá-los sob a forma de apólices da dívida pública, cujos juros sobrecarregam com maiores ônus o orçamento da República.

No segundo caso, aumentando a dívida externa, ampliou-se nosso serviço em ouro, que se tornou ultimamente onerosíssimo com a depressão da taxa cambial.

As concessões feitas pelo governo têm sido outra fonte de esbanjamento dos dinheiros públicos e de ruína para o país.

Um grande número de estradas de ferro com garantia de juros são outros tantos parasitas que nos sugam e nos hão de sugar a seiva durante muitos anos ainda.

Nem se pense que elas contribuirão para o desenvolvimento comercial e industrial do país, pois a falta de renda bruta nessas estradas é a conseqüência da falta de mercadorias e passageiros a transportar, o que por sua vez é a demonstração de que elas pouco têm contribuído para o progresso econômico do país.

Outras concessões, que não chegaram a ser realizadas, arrasaram-se por algum tempo, até que o governo, por atos precipitados lhes deu vida, pela declaração extemporânea de caducidade.

As indenizações que daí se originaram e que foram determinadas pelo Poder Judiciário pesam sobre o Tesouro de modo a arruinar em um dia economias acumuladas em muitos meses.

Os capitais, quase todos obtidos por empréstimos externos, empregados na construção de estradas de ferro do estado, se contribuíram de alguma forma para algum desenvolvimento material das zonas que atravessam, ficaram até agora sem remuneração direta pela má administração por parte do governo.

O arrendamento dessas estradas conseguiu não só suprimir os *deficits*, mas até dar uma certa retribuição aos capitais nelas empregados; essa retribuição, porém, nunca será proporcional ao capital empregado, pois que em quase todas elas houve grandes esbanjamentos nas construções.

Juntem-se a isto as despesas militares com as guerras civis, o abuso das aposentadorias, o sistema de montepios e caixas econômicas, em que as quotas e os depósitos são consumidos como rendas da União, aumentando dia a dia os nossos compromissos, e ter-se-ão as causas principais da situação que nos fez descer até a triste necessidade do acordo financeiro de 15 de junho do ano passado.

Muitas dessas causas vêm atuando desde o tempo da Monarquia; não é, pois, de admirar que o elemento constituinte desse acordo tenha aparecido desde aquele tempo.

Com efeito, o que constitui a essência do acordo é o pagamento de uma dívida com os recursos de outra dívida contraída para esse fim.

Não é mistério para ninguém que antes de 1889 uma parte mais ou menos importante de diversos empréstimos externos foi destinada ao serviço dos juros vencidos de dívidas já existentes.

Este fato foi se acentuando cada vez mais, de sorte que os últimos empréstimos externos no regime republicano foram quase completamente absorvidos no pagamento de juros de dívida no exterior.

A única diferença entre este fato e o que se dá no acordo de 15 de junho é que neste o empréstimo, para pagamento dos juros da

dívida externa e garantia de estradas de ferro durante três anos, foi feito pelos mesmos credores a quem era devido o pagamento desses juros, ao passo que em outras épocas os novos empréstimos foram tomados por pessoas diversas.

O fato financeiro essencial nesta questão é o pagamento de uma dívida com os recursos obtidos por um novo empréstimo. Esse fato essencial existe entre nós, há muitos anos; o fato acidental é ser o empréstimo feito pelos mesmos credores dos juros vencidos: isso é o que se deu de especial no acordo de 15 de junho.

É por isso, Sr. Presidente, que ninguém poderá negar que o embrião desse acordo vem dos tempos do antigo regime e que a República, longe de destruí-lo em seus elementos essenciais, o alimentou e desenvolveu, determinando a explosão da catástrofe financeira de que aquele acordo é a expressão.

(Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, Joaquim Murinho, ano de 1899, Rio, 1899, págs. XII-XIX).

RAIMUNDO NINA RODRIGUES (1862-1906). Nasceu na cidade de Vargem Grande (Maranhão), em cuja capital fez seus estudos primários e secundários. Partiu para a Bahia em 1882, onde se matriculou na Faculdade de Medicina. No 4º ano, transferiu-se para o Rio de Janeiro. Tornou à Bahia no 5º ano por motivo de saúde. Concluiu, entretanto, o curso, no Rio, doutorando-se em Medicina, no ano de 1888. Nomeado, em 1890, após concurso, professor adjunto da cadeira de Patologia Geral, passa, no ano seguinte, a lente substituto de Medicina Legal e Toxicologia, de que se tornou catedrático.

"O professor estava feito, o sábio começava a se fazer", diz seu biógrafo, Prof. Lins e Silva, que o conheceu e privara de sua amizade. Nina Rodrigues faleceu em Paris, para onde seguira, com a saúde minada por insidiosa enfermidade.

A realidade nacional era o objetivo imediato dos seus estudos: os mestiços brasileiros, a epidemia de abasia coreiforme do norte baiano, a sedição religiosa de Canudos, o alienado do direito nacional, as ilusões da catequese católica, o sincretismo afro-brasileiro, a propagação da lepra, etc. Foi nosso primeiro grande pesquisador experimental forrado de cultura científica.

Obras principais: As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil, Bahia, 1894: "Epidemie de Folie Religieuse au Brésil", in Annales médico-psichologiques, Paris, 1889; L'animisme Fetichiste des Nègres de Bahia, Bahia, 1900 (publicado, em ensaio, na Revista Brasileira, em 1896). O Alienado no Direito Civil Brasileiro, Bahia, 1901; "La paranoia chez les nègres, atavisme psychique et paranoia", in Archives d'Antropologie criminelle, Lyon, 1902; Os Africanos no Brasil (póstumo), S. Paulo, 1939.

.....

Canudos e a política

Seria desconhecer o nosso próprio país acreditar que nessas vastas regiões seja mais do que nominal a existência da civilização européia. O que ali impera é um compromisso entre as tendências para uma organização feudal por parte da burguesia abastada e a luta das represálias de tribos bárbaras ou selvagens por parte da massa popular.

Todas as grandes instituições que na civilização deste fim de século garantem a liberdade individual e dão o cunho da igualdade dos cidadãos perante a lei, sejam políticos como o direito do voto, o governo municipal autônomo, etc., sejam judiciários como o funcionamento regular dos tribunais, tudo isso é mal compreendido, sofismado e anulado nessas longínquas paragens. O que predomina soberana é a vontade, são os sentimentos ou os interesses pessoais dos chefes, régulos ou mandões, diante dos quais as maiores garantias da liberdade individual, todas as formas regulares de processo, ou se transformam em recurso de perseguição contra inocentes, se desafetos, ou se anulam em benefício de criminosos quando amigos. E a mais das vezes a execução dessa vontade soberana é sumaríssima, em nada diferem os processos escolhidos do que éramos adotados pelo selvagem que antes do europeu possuiu este país.

Antigamente eram estes senhores feudais os grandes estanceiros, os criadores abastados, os proprietários de engenho; atualmente são principalmente os chefes políticos locais, os amigos do governo, os fabricantes de eleitores fantásticos.

A luta entre os que estão de posse do poder e os que disputam essa posse, admiravelmente favorecida nos tempos monárquicos pelo revesamento no governo dos dois partidos constitucionais, mas então como ainda hoje melhor favorecida ainda pelas intrigas e arranjos das camarilhas que cercam os governos centrais, sempre trouxe dividida a população sertaneja em dois grupos opostos e rivais, em dois campos inimigos e irreconciliáveis, capitaneados por verdadeiros régulos de que os jagunços representavam apenas o exército, a força material.

Esta situação que o jagunço não chega mesmo a compreender, mas de que acaba sempre sendo o responsável legal, oferece-lhes todavia o melhor ensejo para a satisfação dos seus instintos guerreiros.

Foi sempre nessas lutas, políticas ou pessoais, que se revelaram todas as qualidades atávicas do mestiço. Dedicado até à morte, matando ou deixando-se matar sem mesmo saber porque, foi sempre inexcedível o valor com que se batiam, consumada a tática, a habilidade de guerrilheiros que punham em prática, lembrando as lutas heróicas do aborígene contra o invasor europeu.

Essas qualidades que tão grande realce dão hoje às guerras que se pelem em Canudos, não são, pois, peculiares às tropas de Antônio Conselheiro; são características do jagunço.

Como Vila-Nova, como João Abade, era jagunço Gumerindo Saraiva, o terrível cabo de guerra que dos pampas do Rio Grande, à frente das suas hostes, veio bater às portas de São Paulo; é jagunço Montalvão, o destemido general das guerrilhas de Andaraí e o foram os Araújo e Maciéis, do Ceará, os Ledos e Leões, do Grajaú, no Maranhão, e um pouco por toda parte, todos os guerrilheiros dos sertões do Brasil inteiro.

Belicamente, Canudos é, pois, um caso apenas, e mais nada, dos ataques de Xique-Xique, Andaraí, Coxó, Brejo Grande, Lençóis, Belmonte, Canavieiras, etc., neste estado; de Carolina, Grajaú, no Maranhão, de mil outras localidades de Goiás, Pernambuco, Minas Gerais, etc.

Mas para que bem se possa compreender a importância que neste elemento belicoso devia tornar o caso de Canudos, é preciso atender a que era Canudos a primeira luta pelejada no Brasil em nome das convicções monárquicas que são as convicções do sertanejo.

Para acreditar que pudesse ser outro o sentimento político do sertanejo, era preciso negar a evolução política e admitir que os povos mais atrasados e incultos podem, sem maior preparo, compreender, aceitar e praticar as formas de governo mais liberais e complicadas.

A população sertaneja é e será monarquista por muito tempo, porque no estágio inferior da evolução social em que se acha, falece-lhe a precisa capacidade mental para compreender e aceitar a substituição do representante concreto do poder pela abstração que ele encarna, pela lei. Ela carece instintivamente de um rei, de um chefe, de um homem que a dirija, que a conduza e por muito tempo ainda o presidente da República, os presidentes dos Estados, os chefes políticos locais serão o seu rei, como, na sua inferioridade religiosa, o sacerdote e as imagens continuam a ser os seus deuses. Serão monarquistas como são fetichistas, menos por ignorância do que por um desenvolvimento intelectual, ético e religioso, insuficiente ou incompleto.

O que é pueril é exigir que essas populações compreendam que a federação republicana é a condição, a garantia da futura unidade política de um vasto país em que forçosamente hão de concorrer povos, muito diferentes de índole, de costumes e de necessidade, o que requer uma elasticidade de ação que não poderia oferecer a centralização governamental da Monarquia.

O que não se pode exigir delas é que reconheçam que as dificuldades do momento são a consequência lógica e natural dos ensaios, tentativas e experiências de adaptação do povo que procura a orientação toda pessoal que mais lhe há de convir na nova organização política. Para essa população, o raciocínio não pode ir além da comparação da situação material do país antes e depois da República. A Monarquia era os viveres baratos, a vida fácil; a República é a vida difícil, a carestia dos gêneros alimentícios, o câmbio a zero.

Por seu turno; não é peculiar a Canudos a tendência a se constituir em uma epidemia vesânica de caráter religioso.

Se os estudos que tenho publicado sobre a religiosidade fetichista da população baiana¹ não ministrassem já documentos suficientes para se julgar da crise em que se encontra o seu sentimento religioso no conflito entre a imposição pela educação que recebe a população, de um ensinamento religioso superior à sua capacidade mental, e a tendência para as concepções religiosas inferiores que requer a sua real capacidade efetiva, nós poderíamos corroborá-las com a prova do que neste momento se passa nesta cidade com relação à eterna epidemia de variola que desapiadamente a flagela. Por menos observador que seja o espírito, por mais que o disfarce o lixo que cobre as ruas da cidade, não é possível percorrê-la sem notar a singularidade de haver em cada canto de rua milho estalado ao fogo, de mistura com azeite-de-dendê. Em um só dia que as exigências da clínica me fizeram percorrer grande parte da zona mais vitimada pela variola, tive ensejo de contar vinte e tantos desses estranhos depósitos feitos da noite precedente.

Prende-se este fato a uma crença fetichista africana profundamente enraizada na nossa população. A erupção variólica representa para ele apenas uma manifestação da possessão pelo orixá Saponã, Homonolu ou Abaluaê.

Decorrem desta concepção crenças populares que se transformam em obstáculos insuperáveis à aplicação regular das medidas sanitárias profiláticas. A população negra despreza a vacina porque está convicta de que o melhor meio de abrandar a cólera do *orixá* é fazer-lhe sacrifícios que consistem em lançar nos cantos das ruas em que ele habita a sua iguaria favorita – milho estalado em azeite-de-dendê.

Muitos acreditam que trazendo milho assim preparado nos bolsos ou debaixo do leito estão suficientemente preservados. E pior do que tudo isso é a convicção imposta pelo rito iorubano, de que o santo ou *orixá* exige que, longe de fugir, todos se aproximam dele.

Não é mais complicada a terapêutica que deriva destas crenças. Basta dar ao doente o que é preciso para alimentar o santo:

(1) Veja "O animismo fetichista dos negros baianos" na *Revista* de 15 de abril, 1^o de maio, 15 de junho, 1^o a 15 de julho, 1^o de agosto e 4 de setembro de 1896. (Reeditado na Biblioteca de Divulgação Científica, de 1896. (Reeditado na Biblioteca de Divulgação Científica, vol. II. A.R.).

farinha de milho e azeite-de-dendê. Dizem que as negras chegam a untar o corpo dos seus doentes com azeite divino. Referiram-me como prova da eficácia da terapêutica animista, que na convalescença de uma varíola confluyente grave, a filhinha de um médico mestiço descia do leito e ingeria impunemente a farofa de milho e azeite-de-dendê deposta debaixo da cama em oferta a Saponã.

Ora, se na população da capital têm curso práticas e doutrinas desta natureza, pode-se prever o que há de ser a religião dos sertanejos. Para esta população as abstrações religiosas são fortes demais. A necessidade de uma divindade tangível e material se impõe com força suficiente para destruir todo o prestígio de uma crença cuja história ela aprendeu de cor, mas que, transcendente demais, não lhe pode criar a emoção do sentimento religioso.

"A chaum des degrés de leur evolution", escreveu Spencer² "les hommes doivent penser avec les idées qu'ils possèdent. Tous les changements qui attirent leur attention et dont ils peuvent observer les origines ont des hommes et des animaux pour antécédents; par suite, ils sont incapables de se figurer les antécédents en général sous d'autres formes, et ils donnent ces formes aux puissances créatrices. Si l'on veut alors leur enlever ces conceptions concrètes, pour leur donner à la place des conceptions comparativement abstraites, leur esprit n'aura plus de conceptions du tout, puisque ces conceptions nouvelles ne pourront être représentées dans l'entendement. Il aura été de même a chaque époque de l'histoire des croyances religieuses, depuis la première jusqu'à la dernière."

Alimento a suposição de ter demonstrado com fatos que a população brasileira é puramente fetichista ainda mesmo na afirmação das suas crenças católicas.

A divinização de Antônio Conselheiro devia, pois, plena satisfação à necessidades do seu sentimento religioso. Era a satisfação do seu fetichismo instintivo dentro da educação religiosa cristã que essa população recebe desde o berço, embora sem poder assimilá-la suficientemente.

Explica-se assim a facilidade com que Antônio Conselheiro suplantou o prestígio do clero católico. Mas antes de Antônio Conselheiro já este prestígio tinha sido invariavelmente suplantado todas as

(2) Spencer: *Les premiers principes*, Paris, 1888, pág. 87.

vezes que o clero teve de combater uma *tournaire* fetichista mais escandalosa dada pela população a práticas do culto católico.

Já demonstramos uma vez³ a ineficácia das condenações do clero com recursos contra uma verdadeira romaria fetichista a Santo Antônio da Barra, aqui nesta capital.

Igualmente ineficazes foram as medidas repressivas empregadas para obstar que a população continuasse a afluir aos atos divinos realizados na igreja interdita de Nossa Senhora das Candeias e por um sacerdote suspenso de ordens. De todos esses exemplos, porém, o mais grave é o do padre Cícero, em Juazeiro, no Ceará. Eis como o descreve em um artigo sob o título expressivo de – *Contumácia, a Cidade do Salvador*, conceituado órgão católico desta cidade.

"O povo diz que vem sagrada hóstia desfazer-se em sangue na boca da beata, e jura que Deus faz sentir o seu poder e a sua misericórdia naquelas paragens. Bandos e bandos de peregrinos de todas as circunvizinhas abandonaram os seus lares e correram a presenciar o milagre. Intervém a autoridade eclesiástica, examina maduramente a questão, aprecia-a sob todas as suas faces, estuda com atenção, e depois de apurado exame, resolve que o fato que tanto ruído fizera, não passa de uma farsa, de um ardil, que é preciso desmascarar. Grandes são os trabalhos, enormes os esforços do Diocesano para fazer calar no âmbito daquele povo crédulo e exaltado a falsa persuasão do milagre. Segue a Roma a questão, é confirmado o *veredictum* do Bispo da Diocese. Recolhe-se a uma casa religiosa a beata, suspende-se o padre que se torna contumaz no seu erro proíbe-se a crença do fato milagroso. Mas, o povo continua a crer no milagre; o padre suspenso continua na mesma localidade e em seus arredores; é considerado uma vítima da insidiosa intolerância: e tudo isto serve de fermento para novos inconvenientes. E aqui está um sacerdote, obrigado a acatar e respeitar a voz da Igreja, a zelar e defender a inteireza de sua doutrina, a obedecer e submeter-se as determinações de seus superiores hierárquicos, a ser a pedra de escândalo de uma paróquia, quicá do Brasil inteiro, o cabeça de uma revolta funesta e fatal, o provocador de um cisma latente e perigoso que, se não for

(3) "Ilusões da catequese no Brasil", nesta *Revista* de 15 de março de 1987. (Publicado como o último capítulo de *O Animismo Fetichista dos Negros Baianos*. A. R.).

sopitado e abafado, virá a trazer dias de amarguras para a Santa Igreja e para a Pátria brasileira".

Nesta população de espírito infantil e inculto, assim atormentada por uma aspiração religiosa não satisfeita, forçosamente havia de fazer profunda sensação a figura impressionante de profeta ou enviado divino desempenhada por um delirante crônico na fase megalomânica da psicose. "Tous ces malades sont fiers, dignes et majestueux dans leur attitude", escreve Régis, "et ils ne departente pas un seul instant de leus serieux et de leus solemnite. On dirait les acteurs de tragédie chagés de quelque role royal qui continueraient em public et dans le costume de leur emploi a jouer leurs personages."

Tal é a origem e a explicação da força sugestiva do Conselheiro no papel de elemento ativo da epidemia de loucura de Cannudos.

Mas foi o instinto belicoso, herdado por essa população do indígena americano que, para dar satisfação pelas armas as suas aspirações monarquistas se apoderou do conteúdo do delírio de perseguição de Conselheiro que, nas suas concepções vesânicas, tinha acabado identificando a República com a Maço-naria.

E foi este o segredo da bravura e da dedicação fanatizada dos jagunços que, de fato, se batiam pelo seu rei e pela sua fé.

(*As Coletividades Anormais*, S. Paulo, 1939, págs. 66-77).

JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA (1763-1838). Nasceu em Santos (São Paulo) e seus primeiros estudos foram orientados pelo bispo D. Manuel da Ressurreição. A predileção pelas ciências manifestou-se muito cedo -- e seus pais decidiram enviá-lo a Coimbra, onde recebeu a láurea de bacharel em Leis e Filosofia Natural. Graças à amizade do Duque de Lafões, foi admitido como sócio da Academia de Ciências de Lisboa, ascendendo ao cargo de secretário por seus méritos de estudioso. Viajou pela Europa, aperfeiçoando os conhecimentos de Química e Mineralogia, ganhando reputação entre os sábios do tempo -- Jussieu, Lavoisier, Koehler, Freisleben, etc. Percorreu França, Alemanha, Hungria, Itália, Turquia, Dinamarca, Suécia e Noruega, descobrindo e classificando novos minerais. Voltando, já famoso, ao Brasil, assume o papel histórico de inspirador da emancipação política. Nomeado por Pedro I ministro dos Negócios do Reino e Estrangeiro, trabalhou ativamente pela Independência e contribuiu para sua solidez. Exilado, voltou à pátria em 1829. O Imperador recebeu-o carinhosamente e ao abdicar, em 1831, instituiu-o tutor do filho menor, D. Pedro de Alcântara. Destituído em 1833, esteve preso na ilha de Paquetá, processado e julgado como conspirador. Morreu, quase esquecido, em Niterói, em 1838. Quarenta e seis anos depois, levantava-se a primeira estátua ao grande estadista.

Obras: "Memória sobre a pesca da baleia", in Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa, t. II. 1790, p. 388 a 402; "Memória sobre os diamantes do Brasil", Anais de Química, de Fourcroy, 1790; Carta ao Engenheiro Beyer, inspetor das minas de Scheeberg apresentando os caracteres distintos de 12 novos minerais que descobriu na Suécia e Noruega; "Memória sobre as preciosas minas de Salha", em alemão, no Jornal de Minas, de Freiberg; "Viagem mineralógica pela província da Estremadura até Coimbra", idem 1800; "Viagem geognóstica, nos montes Eugêneos no território de Pádua", Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa; "Memória sobre o fluido elétrico", Anais de Química de Fourcroy, 1812; "Memória sobre a necessidade e utilidade do plantio dos bosques em Portugal", Academia Real de Ciência de Lisboa, 1815; Elogio acadêmico de D. Maria I, Rio, 1839; Representação à Assembléia-Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre Escravatura, Paris, 1825; Poesias de Américo Elísio, Bordéus, 1825; Protesto à Nação Brasileira e ao Mundo Inteiro pelo Cidadão José Bonifácio de Andrada e Silva, Rio, 1831.

.....
Depois da abolição do tráfico

Este comércio de carne humana é um cancro que rói as entranhas do Brasil, comércio, porém, que hoje em dia já não é preciso para aumento da sua agricultura e povoação, uma vez que, por sábios regulamentos, não se consinta a vadiação dos brancos, e outros cidadãos mesclados e a dos forros; uma vez que os muitos escravos, que já temos, possam, às abas de um governo justo, propagar livre e naturalmente com as outras classes, uma vez que possam bem criar e sustentar seus filhos, tratando-se esta desgraçada raça africana com maior cristandade, até por interesse próprio, uma vez que se cuide enfim na emancipação gradual da escravatura, e se convertam brutos imorais em cidadãos úteis, ativos e morigerados.

Acabe-se pois de uma vez o infame tráfico da escravatura africana, mas com isto não está tudo feito: é também preciso cuidar seriamente em melhorar a sorte dos escravos existentes, e tais cuidados são já um passo dado para a sua futura emancipação.

As leis devem prescrever estes meios, se é que elas reconhecem que os escravos são homens feitos à imagem de Deus. E se as leis os consideram como objetos de legislação penal, por que o não serão também da proteção civil?

Torno a dizer porém que eu não desejo ver abolida de repente a escravidão; tal acontecimento traria consigo grandes males. Para emancipar escravos sem prejuízo da sociedade, cumpre fazê-los primeiramente dignos da liberdade: cumpre que sejamos forçados pela razão e pela lei a convertê-los gradualmente de vis escravos em homens livres e ativos. Então os moradores deste Império, de cruéis que são em grande parte neste ponto, se tornarão cristãos e justos, e ganharão muito pelo andar do tempo, pondo em livre circulação cabedais mortos, que absorve o uso da escravatura: livrando as suas famílias de exemplos domésticos de corrupção e tirania; de inimigos seus e do estado; que hoje não têm pátria, e que podem vir a ser nossos irmãos e nossos compatriotas.

O mal está feito, senhores, mas não o aumentemos cada vez mais; ainda é tempo de emendar a mão. Acabado o infame comércio da escravatura, já que somos forçados pela razão política a tolerar a existência dos atuais escravos, cumpre em primeiro lugar favorecer a sua gradual emancipação, e antes que consigamos ver o nosso país livre de todo deste cancro, o que levará tempo, desde já abrangendo o sofrimento dos escravos, favoreçamos e aumentemos todos os seus gozos domésticos e civis; instruamo-los no fundo da verdadeira religião de Jesus Cristo, e não em momices e superstições: por todos estes meios nós lhes daremos toda a civilização de que são capazes no seu desgraçado estado, despojando-os o menos que pudermos da dignidade de homens e cidadãos. Este é não só o nosso dever, mas o nosso maior interesse, porque só então conservando eles a esperança de virem a ser um dia nossos iguais em direitos, e começando a gozar desde já da liberdade e nobreza de alma, que só o vício é capaz de roubar-nos, eles nos servirão com fidelidade e amor; de inimigos se tornarão nossos amigos e clientes. Sejam pois justos e benéficos, Senhores, e sentiremos dentro da alma que não há situação mais deliciosa que a de um senhor carinhoso e humano, que vive sem medo e contente no meio de seus escravos, como no meio da sua própria família, que admira e goza do fervor com que esses desgraçados adivinham seus desejos, e obedecem a seus mandos, observa com júbilo celestial como maridos e mulheres, filhos e netos, são e robustos, satisfeitos e risonhos, não só cultivam as suas terras para enriquecê-lo, mas vêm voluntariamente oferecer-lhe até as primícias dos frutos de suas ter-

rinhas, de caça e pesca como a um Deus tutelar. É tempo, pois, que esses senhores bárbaros, que por desgraça nossa ainda pululam no Brasil, ouçam os brados da consciência e da humanidade, ou pelo menos o seu próprio interesse, senão, mais cedo do que pensam, serão punidos das suas injustiças e da sua incorrigível barbaridade.

(José Bonifácio, O Velho e o Moço, Lisboa, 1920, págs. 150-153).

JOSÉ ISIDORO MARTINS JÚNIOR (1860-1904). Nasceu no Recife, matriculando-se na Faculdade de Direito em 1879. Bacharelou-se em 1883. Recusou-se a prestar juramento, declarando da tribuna: "Meus pais são pobres, mas honrados; não pouparam sacrifícios para elevar-me até aqui; mas não aceitarão um sacrifício de minha parte, eles que, sendo católicos, nunca puseram peias à livre manifestação no mundo das idéias."

Só no terceiro concurso que fez para a cátedra conseguiu ser indicado e nomeado, porque era abolicionista e republicano e na propaganda de tais idéias granjeara adversários pertinazes. No segundo concurso, tirara o primeiro lugar. No terceiro, já vitorioso o movimento republicano, tornou-se lente. Estampa, em 1896, a sua grande obra sobre a História do Direito Nacional, que é o estudo da evolução das diversas fases de nossa organização jurídica feito sob critério histórico e com os métodos que Ihering preconizara e aplicara nos seus estudos sobre direito romano. "Os seus trabalhos de jurisprudência -- disse Clóvis Bevilacqua referindo-se a Martins Júnior -- continuaram a ser, pela forma cuidada que os distinguiu, verdadeiros trabalhos literários; o escritor jurídico tinha as elegâncias que a Academia de Letras devia esperar de seu associado."

Obras: Visões de Hoje, Recife, 1881; Retalhos, Recife, 1884; Estilhaços, Recife, 1885; Tela Policroma, Rio, 1892; Fragmentos Jurídicos Filosóficos, Recife, 1891; História do Direito Nacional, Rio, 1895; Compendio de História Geral do Direito, Recife, 1898; Poesia Científica, Recife, 1883; A Soberania e o Acre, Rio, 1903; Resposta à Mensagem do Sr. Barbosa Lima, Recife, 1892.

.....

Primeira fase do colonato

U

m dos mais alevantados e nobres espíritos que, em nós brandem as finas armas das letras, escreveu bela e justamente, uma vez:

"Se a época dos aborígenes, o tempo antecabralino, é no Brasil o que se pode chamar a nossa obscura *antiguidade*, o primeiro século, o século feudal da colonização é a nossa indecisa idade média."¹

Perfeitamente, menos quanto à limitação do medievismo brasileiro aos cem primeiros anos do colonato. A nosso ver ele estende-se pelos três acidentados séculos que vão desde as feitorias primitivas até os atos do Visconde de Cairu e do Congresso de Viena, quer dizer: até a abertura dos portos nacionais ao comércio estrangeiro e a subsequente ereção do Brasil em reino.

É durante esse vasto período que chocam-se, amalgamam-se, fundem-se, os elementos básicos da nacionalidade brasileira: é por toda extensão dele que se produzem, aqui, como na idade média européia, as transfusões recíprocas, de sangue, entre as raças vencedoras e vencidas, as ações e reações políticas entre os representantes da autoridade e os aspirantes à liberdade, as lutas entre nacionais e estrangeiros e entre colonizadores e colonos; enfim todos os fenômenos de elaboração

(1) Silvio Romero: *A História do Brasil Ensinada pela Biografia dos seus Heróis*, pág. 19.

tormentosa e de fermentação fecunda que encham de convulsões salutaras as grandes épocas de gestação da História.

Além disso, a própria característica feudal, invocada pelo autor, a quem nos referimos, força a considerar de um tamanho quase trissecular a nossa *indecisa idade média*. Basta, para evidenciá-lo, recordar a circunstância de que só nos fins do século XVIII, sob os reinados de D. José e D. Maria, foi terminado o resgate das capitanias doadas desde 1534.²

Retificada assim a comparação citada, acho-la realmente feliz e, sobretudo, sugestiva. De fato, ela faz-nos enfrentar desde logo com o problema precípua deste nosso capítulo, que é a determinação da característica jurídica do sistema de colonização do Brasil, posto em prática por D. João III.

Antes, porém, digamos alguma coisa sobre fatos anteriores a esse regime adotado pelo rei que Oliveira Martins tanto eleva, e que, apesar de cognominado o *Piedoso*, "não só armava emboscadas à vida dos prelados de quem se não dava por bem servido, senão que propunha agentes que pelo assassinato o descartassem em segredo de qualquer piloto apenas suspeito de poder indicar aos estrangeiros o caminho das conquistas, e cobrava depois o recibo do preço e galardão do sangue tão aleivosamente derramado."³

Portugal, no deslumbramento da descoberta de Cabral, perdera por muito tempo a faculdade de agir consciente e convenientemente no sentido de garantir e aproveitar a sua nova possessão. Demais, as Índias Orientais tinham sido o primogênito de suas expedições transoceânicas e os primogênitos são em geral mais amados e protegidos.

(2) As capitanias restantes nesse tempo, cujos donatários cederam-nas ao governo mediante títulos e pensões ou padrões de juros, eram as seguintes: Cameté Ilha de Joanes, Caité, Cumá, Itamaracá, Recôncavo da Bahia, Itaparica, Ilhéus, Porto Seguro, Campos de Goitacases e São Vicente. (Varnhagen, *Hist. Ger.* 2ª ed., tom. 2º, p. 965).

As duas últimas resgatadas ou incorporadas ao Estado, foram a de Joanes ou Marajó em 1764 e a de São Vicente em 1791. (Oliveira Martins, *O Brasil e as Colônias Portuguesas*, 3.ª ed. p. 10).

(3) J. F. Lisboa: *Obras*, vol. 8º, p. 73. 14 – Série III – Vol. 1º

Nestas condições o Brasil tinha que esperar dezenas de anos pelas medidas econômicas, políticas e militares, destinadas a fazê-lo produtivo, estruturado e forte em face das nações que ambicionavam sugar-lhe a seiva, por adivinharem a sua pujança de recursos naturais. E esperou.

É verdade que em 1501 a 1503 Américo Vespúcio, então a serviço de Portugal, havia sido mandado ao Brasil: da primeira vez, sob o comando nominal de D. Nuno Manuel e com o intuito de fazer o reconhecimento completo das novas terras; da segunda, sob a direção efetiva de Gonçalo Coelho, com o fim de alcançar as Índias Orientais, passando pela extrema meridional das mesmas terras. É ainda verdade que dessas expedições resultou a fundação de duas ou três pequenas feitorias portuguesas em pontos diversos da costa brasileira. É certo também que por Alvarás de 1516, ordenara D. Manuel ao feitor e oficiais da Casa da Índia que dessem "machados e enxadas e toda ferramenta às pessoas que fossem povoar o Brasil", e que "procurassem e elegessem um homem prático e capaz de ir ao Brasil dar princípio a um engenho de açúcar, e que se lhe desse sua ajuda de custo, e também todo o cobre, o ferro e mais coisas necessárias" para isso. Varnhagem afiança até, fundado num Alvará de 1526, que nesta data já estavam criadas no Brasil "algumas pequenas capitânicas" de uma das quais era capitão um certo Pero Capico, "que chegou a juntar algum cabedal".

Mas o que há de verificado e de inconcusso neste assunto é que só as expedições de 1526 e 1531, ordenadas por D. João III e dirigidas por Cristóvão Jacques e Martim Afonso de Sousa, deram um certo impulso à colonização que fora até aí tão descurada. O primeiro dos referidos expedicionários fundou feitorias ou arraiais na parte do continente fronteira à ilha de Itamaracá e no porto de Pernambuco, e o segundo, por sua vez, além de visitar e reforçar as povoações nascentes de Pernambuco e Porto Seguro, lançou as bases de um pequeno estabelecimento na baía do Rio de Janeiro, pouco mais ou menos na enseada em que desemboca o rio Comprido, seguindo depois para o sul onde estabeleceu e organizou habilmente as colônias de São Vicente e Piratininga.

Ao tempo destas tentativas cheias de perigos e dificuldades começava-se, entretanto, em Portugal, a pensar num outro meio de po-

voar e colonizar o Brasil, cujas riquezas naturais cada vez mais provocavam cobiça das nações e dos especuladores de toda ordem. Cristóvão Jacques, de volta ao reino, havia formulado perante a Coroa o seu desejo de ser contemplado com o título e direitos de donatário de uma certa porção da terra descoberta, comprometendo-se a levar para ela mil colonos, pelo menos. E tal proposta encontrara prestigioso e hábil advogado no Dr. Diogo de Gouveia, português ilustre que gozava de larga influência na corte.

A partir daí, apesar das indecisões prolongadas do rei, a idéia de repartir o Brasil em um determinado número de capitanias e doá-las a magnatas do reino, que tomassem a si os encargos da colonização, foi progressivamente ganhando terreno, até que veio definitivamente a prevalecer em 1532, embora só em 1534 fossem expedidos os primeiros títulos de doação. Dá-nos testemunhos disso uma carta de D. João III a Martim Afonso de Sousa, escrita em setembro de 1532, e na qual se lêem estas palavras, entre outras: "Depois de vossa partida se praticou se seria meu serviço povoar-se toda essa costa do Brasil, e *algumas pessoas me requereram capitanias em terra dela*. Eu quisera, antes de nisso fazer coisa alguma, esperar por vossa vinda, para com a vossa informação fazer o que bem parecer, e que na repartição que disso se houver de fazer, escolhais a melhor parte. E porém porque depois fui informado que de algumas partes faziam fundamento de povoar a terra do dito Brasil, considerando eu com quanto trabalho se lançaria fora a gente que a povoasse, depois de estar assentada na terra, e ter nela feitas algumas forças (como já em Pernambuco começava a fazer segundo o Conde de Castanheira vos escreverá), *determinei* de mandar demarcar de Pernambuco até o rio da Prata cinqüenta léguas de costa a cada capitania..., etc".

Resolvendo desse modo a questão colonial brasileira, o sucessor de D. Manuel nada mais fazia do que aplicar à sua possessão da América o sistema adotado anteriormente para as ilhas do Atlântico africano. Os arquipélagos da Madeira, dos Açores, do Cabo Verde, tinham sido sujeitos desde o século XV ao regime da doação de capitanias hereditárias, e foi talvez o exemplo dessas ilhas que sugeriu a Cristóvão Jacques o pensamento de fazer-se donatário em terras do Brasil – pensamento que foi realizado quanto à instituição mas não quanto à sua

peessoa, pois que o ilustre navegador não foi contemplado na distribuição dos quinhões territoriais.

Estes quinhões foram, a princípio, em número de quinze, sendo entretanto doze os donatários, que, como é sabido, foram os seguintes:

João de Barros, Aires da Cunha, Fernando Álvares de Andrade, Cardoso de Barros, Pero Lopes de Sousa, Duarte Coelho Pereira, Francisco Pereira Coutinho, Jorge de Figueiredo Correia, Pedro Tourinho, Vasco Fernandes Coutinho, Pero de Góis da Silveira e Martim Afonso de Sousa. A diferença entre o número dos quinhões e dos donatários resulta, segundo explica Varnhagen, da circunstância de terem tido "os dois irmãos Sousa cento e oitenta léguas, distribuídas em cinco porções separadas, e não em duas inteiriças".

As capitánias demarcadas e doadas de 1534 a 1535 vieram a denominar-se: *Maranhão, Ceará, Itamaracá, Pernambuco, Bahia, Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo, Santo Amaro e São Vicente*, etc. As outras, que se lhes juntaram de 1557 em diante, e que não chegaram a constituir núcleos de povoação e de vida política apreciáveis, foram as denominadas *Marajó, Cabo do Norte, Cametá, Cumã, e Paraguaçu*⁴.

Conhecidos os nomes, o número e a extensão costeiras das capitánias criadas no Brasil, sabidos também quais os seus primitivos donatários, vejamos em que moldes calçou a coroa portuguesa o seu instituto das doações, o seu aparelho de administração colonizante.

As *cartas de doação* e os *forais* eram os eixos do maquinismo inventado pela Metrópole para o povoamento e enriquecimento da possessão brasileira. As cartas de foral constituíam uma consequência e um complemento das de doação; mas estas estabeleciam "apenas a legitimidade da posse e os direitos e privilégios dos donatários" ao passo que aquelas eram "um contrato enfiteútico, em virtude do qual se consti-

(4) Para os nomes dos donatários das últimas, vide Olivera Martins, *O Brasil e as Colônias Portuguesas*, obra em que se encontra um quadro das primitivas capitánias, com as denominações respectivas. Não nos parece perfeito esse quadro. Neste assunto é difícil ser completo e exato. O padre José de Moraes, por exemplo, substitui os nomes de João de Barros e seus sócios pelo de Luís de Melo da Silva, que dá como donatário do Amazonas.

tuíam perpétuos tributários da coroa, e dos donatários capitães-mores, os solarengos que recebessem terras de sesmarias".

Daqui se vê que o regime das capitánias doadas hereditariamente instituía uma hierarquia de senhores territoriais, que tinha o rei no cimo, tendo nos degraus inferiores o donatário e o sesmeiro ou colono. Direitos e deveres recíprocos deviam, pois, derivar para todos do ato que dava existência legal aos novos departamentos coloniais.

Quanto ao monarca, o que lhe reservavam as cartas de doação e os forais era uma espécie de protetorado sobre as capitánias criadas, as quais emanavam da sua dupla autoridade de rei e de grão-mestre da ordem de Cristo. Cedendo aos donatários a maior parte das suas regalias majestáticas, ele apenas reservava para si os direitos das alfândegas, o monopólio das drogas e especiarias, o quinto dos metais e pedras preciosas e o dízimo de todos os produtos, destinado aos encargos do culto divino. Os deveres respectivos emanavam das isenções e privilégios garantidos aos colonos e donatários.

Estes receberam com as capitánias (que eram vinculadas em suas famílias e, salvo o caso de traição à coroa, deviam passar indizivelmente ao herdeiro mesmo feminino) os títulos de capitão e governador e os herdeiros de fundar vilas, concedendo-lhes foros especiais e nomeando-lhes governadores, ouvidores, meirinhos, etc.; delegar a indivíduos de sua escolha a alcaidaria das ditas vilas, tomando-lhes o juramento de fidelidade; prover, mediante pensão de quinhentos réis por ano, os ofícios de tabeliães; julgar, sem apelação nem agravo, os feitos cíveis de valor não excedente a cem mil-réis, e as causas-crimes até as penas de morte natural para os peões, escravos e gentios, e de degredo e multa de cem cruzados para as pessoas de condição superior; conhecer das apelações e agravos de qualquer juízo da capitania; apurar as listas dos homens bons, incumbidos de eleger os juízes e mais oficiais dos conselhos das vilas; dar sesmarias aos cristãos que as pedissem com o encargo único do tributo do dízimo; cativar índios para serviço seu e preenchimento do seu pessoal de marinheiros, podendo mandar vendê-los em Lisboa, até um certo número por ano; finalmente, cobrar o dízimo do quinto dos metais e pedras preciosas, a meia dízima ou vintena de todo o pescado e do produto do pau-brasil exportado para o reino, a redízima dos produtos da terra ou o dízimo de todos os dízimos, etc.

Os colonos, por seu turno, obtiveram, em virtude dos competentes forais, as seguintes regalias: pagar unicamente pelas suas sesmarias o tributo do dízimo, sendo considerados isentos de quaisquer sizas ou impostos não constantes da doação e foral; exportar para Portugal, livres de direitos – menos a siza ordinária quando vendidas –, todas as suas mercadorias ou produtos; importar sem imposições de taxas quaisquer artigos portugueses uma vez que fossem trazidos por navios também portugueses; comerciar livremente de uma capitania a outra e privilegiadamente com a população indígena, quando não fossem associados com estrangeiros, etc.

Acrescente-se a isto declaração de couto e homizio para cada capitania e a classificação dos povoadores em *fidalgos*, *peões* e *gentios*, ter-se-á o quadro mais ou menos completo do sistema de colonização primitivamente implantado no Brasil ⁵. Em síntese eis a que se reduzia tal sistema: divisão do território em porções nem sempre iguais, submetidas elas ao senhorio perpétuo e ao governo de outros tantos fidalgos, que, salvo o direito de cunhar moeda, gozavam dos demais atributos da soberania com a condição única do pagamento do dízimo ao supremo soberano da metrópole. Por "matéria-prima de colonização" tinham as capitanias os colonos levados pelos donatários, os degredados e criminosos homiziados, os indígenas escravizados e os africanos cativos, importados em escala cada vez maior. A exploração industrial, impulsionada e efetuada por esses fatores foi com especialidade a agrícola ⁶, caracterizando-se quase exclusivamente pela cultura da cana e fabrico do açúcar, naquelas capitanias que chegaram a fundar-se e a prosperar, capitanias que, aliás, foram poucas, reduzindo-se quase às de Duarte Coelho e Martim Afonso de Sousa ⁷.

(5) No Apenso que acompanha este volume damos um apanhado da legislação orgânica do regime das capitanias hereditárias. Tomamo-lo emprestado a J. F. Lisboa (*Obras*, vol. 3º, pág. 297) e recomendamos aos leitores esse magnífico extrato, feito conforme diz o autor, à vista das cartas de doação de Duarte Coelho, F. Pereira Coutinho e Pero Lopes de Sousa, e das de foral, couto e homizio, passadas a favor, de João de Barros, Fernando Álvares e Aires da Cunha. Em face do trabalho a que aludimos tem-se uma idéia exata do primeiro mecanismo colonizante que D. João III montou na sua possessão brasileira.

(6) Vid. Oliveira Martins, *ob. cit.*, p. 15.

Fornecidas estas notícias de caráter meramente histórico, passemos a encarar o assunto pelo lado que nos interessa capitalmente, isto é, o lado jurídico.

Ao tempo em que D. João III distribuiu as terras do Brasil por doze donatários com poderes soberanos, regiam as relações de direito em Portugal as *Ordenações Manuelinas*, acompanhadas de alguns regimentos especiais como o da Fazenda e da Mesa da Consciência e Ordens. As referidas ordenações dispunham, no seu livro 2º título 17, sobre o *modo de sucessão das terras e bens da Coroa do Reino* e o conjunto das suas determinações a respeito era conhecido pela denominação de *Lei Mental*, em virtude de circunstâncias de haver D. João I pensado e executado tais determinações sem prévia promulgação e publicação – coisas que só no reinado de D. Duarte tiveram lugar.

O espírito e o dispositivo da *Lei Mental* eram positivamente infensos a certos privilégios de natureza feudal, anterior e comumente concedidos aos nobres, e destinavam-se sobretudo a "fazer voltar à coroa os bens pela mesma doados, com pouca prudência e em épocas de crise". Eis aqui como um escritor português faz a motivação dessa lei, naturalmente devida ao talento jurídico e idéias políticas do Dr. João das Regras: "Vendo o Sr. D. João I que muitas doações eram inoficiosas pela absoluta e irreversível alienação, e pela independência em que os donatários a este respeito ficaram da coroa, e querendo por uma parte remediar estes males; mas por outra, conhecendo que as circunstâncias do tempo o não permitiam fazê-lo abertamente, como podemos conjecturar; formou na sua mente (*in petto*) uma certa norma, segundo a qual regulava intelectual e intencionalmente os direitos dos donatários sobre os bens doados, sobre a forma e modo das sucessões, etc."

É que já por ocasião do advento da dinastia de Avis se fazia sentir em Portugal o antagonismo entre o poder real ou monárquico e as

(7) Além das de Pernambuco e São Vicente, somente três ou quatro capitânias chegaram a um certo grau de povoamento e colonização por esforços dos respectivos donatários, vindo, porém, a decair rapidamente. Tais foram, por exemplo, as de Vasco Fernandes, Pedro de Campos Tourinho e Francisco Pereira Coutinho. Houve algumas em que, como a de Cardoso de Barros, nem se chegou a tentar a colonização. As que ficavam de Pernambuco para o norte também não chegaram a organizar-se.

pretensões da nobreza, imbuída de pensamentos e preconceitos feudais. Tinha-se travado a luta entre os interesses da realeza e os da aristocracia e esta sofria os embates da potência rival no ponto mesmo que era a fonte de sua força e de seu prestígio: a prosperidade territorial.

Nestas condições parece que D. João III não podia nem devia fazer quaisquer doações de terras do reino, ferindo o direito pátrio e realentando ao mesmo tempo as aspirações e pretensões da nobreza. Mas a Coroa pensou e procedeu de modo contrário. Pondo de parte a Ordenação do liv. 2º, título 17, embora sem a revogar expressamente, o rei *piadoso* criou para o Brasil um regime francamente feudal em que a lei, ideada por D. João I e publicada por D. Duarte foi sacrificada do modo o mais completo. Transplantava-se assim para a virgem e livre América portuguesa a moribunda instituição européia que emergia das ondas empoladas da invasão bárbara para flutuar na Idade Média como a *federis* arca dos elementos esparsos, dos *disjecta membra* das grandes raças chocadas.

Note-se que acabamos de falar em transplantação de uma instituição européia e não de uma instituição portuguesa. Fizemo-lo propositadamente, porque sabemos que há muitos escritores de nota que contestam a existência do feudalismo na Península Ibérica e por conseguinte em Portugal. Conhecemos, por exemplo, os profundos trabalhos de Alexandre Herculano a esse respeito e não está em nossas forças nem em nosso plano refutá-los. Bem ao contrário as tendências do nosso espírito são todas para apoiar o eminente historiador contra as opiniões do acadêmico espanhol D. Francisco de Cárdenas que "sustenta como verdade histórica ter sido a Espanha ocidental, semelhante nisto aos Estados do centro da Europa, um país feudal". Inclina-mo-nos, portanto, com A. Herculano, às idéias de Martínez Marina, um outro erudito espanhol, que mereceu honrosas referências do douto professor alemão Schefer, autor da *Geschichte von Spanien*.⁸

(*História do Direito Nacional*, Rio, 1895, págs. 157-168).

(8) Vid. artigos intitulados: "Da Existência e Não Existência do Feudalismo em Portugal," por A. Herculano. (*Opúsculos*; tom. 5º; págs. 193 a 293)

FREI VICENTE DO SALVADOR, Vicente Rodrigues Palha (1564-1636 ou 1639). Natural de Salvador (Bahia), deve ter estudado com os padres da Companhia de Jesus. Doutorado com vinte e poucos anos, volta à Bahia, toma ordens sacras, enceta atividade missionária, dirige a construção do convento de S. Antônio no Rio, viaja por Paraíba e Pernambuco. Colhe numerosas informações, testemunha ocular de fatos relatados na sua Crônica da Custódia do Brasil, que seria parte de sua História, que terminou de escrever em 1627, depois de curta captura pelos holandeses, senhores de Salvador.

.....

Do nome do Brasil

O

dia que o capitão-mor Pedro Álvares Cabral levantou a cruz, que no capítulo atrás dissemos, era em 3 de maio, quando se celebra a invenção de santa cruz em que Cristo Nosso Redentor morreu por nós, e por esta causa pôs nome à terra que havia descoberta de Santa Cruz e por este nome foi conhecida muitos anos. Porém, como o demônio com o sinal-da-cruz perdeu todo o domínio que tinha sobre os homens, receando perder também o muito que tinha em os desta terra, trabalhou que se esquecesse o primeiro nome e lhe ficasse o de Brasil, por causa de um pau assim chamado de cor abrasada e vermelha com que tingem panos, que o daquele divino pau, que deu tinta e virtude a todos os sacramentos da Igreja, e sobre que ela foi edificada e ficou tão firme e bem-fundada como sabemos. E porventura por isto, ainda que ao nome de Brasil ajuntaram o de estado e lhe chamam Estado do Brasil, ficou ele tão pouco estável que, com não haver hoje cem anos, quando isto escrevo, que se começou a povoar, já se hão despovoados alguns lugares e, sendo a terra tão grande e fértil como a diante veremos, nem por isso vai em aumento, antes em diminuição.

Disto dão alguns a culpa aos reis de Portugal, outros aos povoadores: aos reis pelo pouco caso que hão feito deste tão grande

estado, que nem o título quiseram dele, pois, intitulado-se senhores de Guiné, por uma caravelinha que lá vai e vem, como disse o rei do Congo, do Brasil não se quiseram intitular; nem depois da morte de el-rei D. João III, que o mandou povoar e soube estimá-lo, houve outro que dele curasse, senão para colher as suas rendas e direitos. E deste mesmo modo se hão os povoadores, os quais, por mais arraigados que na terra estejam e mais ricos que sejam, tudo pretendem levar a Portugal e, se as fazendas e bens que possuem souberam falar, também lhes houveram de ensinar a dizer como os papagaios, aos quais a primeira coisa que ensinam é: papagaio real para Portugal, porque tudo querem para lá. E isto não têm só os que de lá vieram, mais ainda os que cá nasceram, que uns e outros usam da terra, não como senhores, mas como usufrutuários, só para a desfrutarem e a deixarem destruída.

Donde nasce também que nem um homem nesta terra é repúblico, nem zela ou trata do bem comum, senão cada um do bem particular. Não notei eu isto tanto quanto o vi notar a um bispo de Tucumã da Ordem de São Domingos, que por algumas destas terras passou para a corte. Era grande canonista, homem de bom entendimento e prudência, e assim ia muito rico. Notava as coisas e via que mandava comprar um frangão, quatro ovos e um peixe para comer e nada lhe traziam, porque não se achava na praça nem no açougue e, se mandava pedir as ditas coisas e outras mais às casas particulares, lhas mandavam. Então disse o bispo: verdadeiramente que nesta terra andam as coisas trocadas, porque toda ela não é república, sendo-o cada casa.

E assim, é que, estando as casas dos ricos (ainda que seja à custa alheia, pois muitos devem quanto têm) providas de todo o necessário, porque têm escravos, pescadores e caçadores que lhes trazem a carne e o peixe, pipas de vinho e de azeite que compram por junto, nas vilas muitas vezes se não acha isto de venda. Pois o que é fontes, pontes, caminhos e outras coisas públicas é uma piedade, porque, atendo-se uns aos outros, nenhum as faz, ainda que bebam água suja e se molhem ao passar os rios ou se orvalhem pelos caminhos, e tudo isto vem de não tratarem do que há cá de ficar, senão do que hão de levar para o reino.

Estas são as razões por que alguns com muito dizem que não permanece o Brasil nem vai em crescimento; e a estas se pode ajuntar a que atrás tocamos de lhe haverem chamado Estado do Brasil, ti-

rando-lhe o de Santa Cruz, com que pudera ser estado e ter estabilidade e firmeza.

(História do Brasil, 3ª ed. revista por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, São Paulo, 1931, págs. 15-17).

.....
CAPÍTULO II

Eleições, Rebeliões e Partidos

VITOR NUNES LEAL (1914-1985). Nasceu em Carangola (Minas Gerais), bacharelando-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil em 1935. Durante o período acadêmico, exerceu atividades jornalísticas, ingressando, posteriormente, na advocacia e no magistério superior. É catedrático de Política, da Faculdade Nacional de Filosofia, membro do Instituto de Direito Público. Exerceu o cargo de Procurador-Geral da Prefeitura Federal e de Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

Obras: *Coronelismo, Enxada e Voto*, Rio, 1950; *Lei e Regulamento (separata)*; "A divisão de poderes no quadro político da burguesia", in *Cinco Estudos*, Rio, 1955; "Alguns problemas municipais em face da Constituição", in *Estudos sobre a Constituição brasileira*, Rio, 1954.

.....

*Conceituação e conseqüências do "coronelismo".
Sinais de crise do sistema. Perspectivas*

Com base nas observações que precederam, já podemos resumir, de modo mais seguro, os traços principais do "coronelismo", cuja aparente singeleza mal encobre uma grande complexidade.

Conquanto suas conseqüências se projetem sobre toda a vida política do país, o "coronelismo" atua no reduzido cenário do governo local. Seu *habitat* são os municípios do interior, o que equivale a dizer os municípios rurais, ou predominantemente rurais; sua vitalidade é inversamente proporcional ao desenvolvimento das atividades urbanas, assim como o comércio e a indústria. Conseqüentemente, o isolamento é fator importante na formação e manutenção do fenômeno.

Significando o isolamento, ausência ou rarefação do Poder Público, apresenta-se o "coronelismo", desde logo, como certa forma de incursão do poder privado no domínio político. Daí a tentação de o considerarmos puro legado ou sobrevivência do período colonial, quando eram freqüentes as manifestações de hipertrofia do poder privado, a disputar atribuições próprias do poder instituído. Seria, porém, errôneo identificar o patriarcalismo colonial com o "coronelismo" que alcançou sua expressão mais aguda na Primeira República. Também não

teria propósito dar este nome à poderosa influência que, modernamente, os grandes grupos econômicos exercem sobre o estado.

Não se pode, pois, reduzir o "coronelismo" à simples afirmação anormal do poder privado. É também isso, mas não é somente isso. Nem corresponde ele à fase áurea do privatismo: o sistema peculiar a esse estágio, já superado no Brasil, é o patriarcalismo, com a concentração do poder econômico, social e político no grupo parental. O "coronelismo" pressupõe, ao contrário, a decadência do poder privado e funciona como processo e conservação do seu conteúdo residual.

Chegamos, assim, ao ponto que nos parece nuclear para conceituação do "coronelismo": este sistema político é dominado por uma relação de compromisso entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido.

O simples fato do compromisso presume certo grau de fraqueza de ambos os lados, também, portanto, do poder público. Mas, na Primeira República – quando o termo "coronelismo" se incorporou ao vocabulário corrente para designar as particularidades da nossa política do interior – o aparelhamento do estado já se achava suficientemente desenvolvido, salvo em casos esporádicos, para conter qualquer rebeldia do poder privado. É preciso, pois, descobrir a espécie de debilidade que forçou o poder público a estabelecer o compromisso "coronelistista".

Um breve paralelo ajudará a compreender a situação.

No período colonial, deixando de parte a eleição de representantes às Cortes portuguesas, o regime representativo estava limitado à composição das câmaras municipais. O problema eleitoral não era, pois, de interesse básico para a Coroa, tanto mais que o regime então vigente lhe permitia controlar toda a administração pública, através de autoridades de sua livre escolha. Por isso mesmo, a freqüente submissão da metrópole à arrogância do senhoriato rural e, depois, os diversos expedientes de que lançou mão para se compor com ele explicam-se, muito naturalmente, pela insuficiência do poder público, incapaz de exercer a plenitude das suas funções.

Mais tarde, a eleição da Assembléia Constituinte de 1823 e, depois, a composição representativa da Assembléia-Geral, órgão permanente do governo do país, deram enorme relevo à questão eleitoral.

Apesar disso, o direito de sufrágio baseava-se no censo econômico e as atividades agrícolas continuavam a cargo dos escravos, que não tinham direito de voto. Era, portanto, muito restrito o corpo de eleitores: a fraude, a violência e as honrarias representavam, assim, papel decisivo na manifestação das urnas. Além do mais, os presidentes de província, personagens tão destacados na direção das campanhas políticas, eram de livre nomeação e demissão do governo central. Tudo isso contribuía para simplificar o mecanismo da política do interior durante o Império, embora fossem usuais relações de compromisso semelhante às que anteriormente iriam compor o quadro típico do "coronelismo".

Finalmente, a abolição do regime servil e, depois, com a República, a extensão do direito de sufrágio deram importância fundamental ao voto dos trabalhadores rurais. Cresceu, portanto, a influência política dos donos de terras, devido à dependência dessa parcela do eleitorado, conseqüência direta da nossa estrutura agrária, que mantém os trabalhadores da roça em lamentável situação de incultura e abandono. Somos, neste particular, legítimos herdeiros do sistema colonial da grande exploração agrícola, cultivada pelo braço escravo e produtora de matérias-primas e gêneros alimentícios, destinados à exportação. A libertação jurídica do trabalho não chegou a modificar profundamente esse arcabouço, dominado, ainda hoje, *grosso modo*, pela grande propriedade e caracterizado, quanto à composição de classe, pela sujeição de uma gigantesca massa de assalariados, parceiros, posseiros e ínfimos proprietários à pequena minoria de fazendeiros, poderosa em relação aos seus dependentes, embora de posição cada vez mais precária no conjunto da economia nacional.

A superposição do regime representativo, em base ampla, a essa inadequada estrutura econômica e social, havendo incorporado à cidadania ativa um volumoso contingente de eleitores incapacitados para o consciente desempenho de sua missão política, vinculou os detentores do poder público, em larga medida, aos condutores daquele rebanho eleitoral. Eis aí a debilidade particular do poder constituído, que o levou a se compor com o remanescente poder privado dos donos de terras no peculiar compromisso do "coronelismo". Despejando seus votos nos candidatos governistas nas eleições estaduais e federais, os dirigentes políticos do interior fazem-se credores de especial recompensa, que con-

siste em ficarem com as mãos livres para consolidarem sua dominação no município. Essa função eleitoral do "coronelismo" é tão importante que sem ela dificilmente se poderia compreender o do *ut des* que anima todo o sistema. O regime federativo também contribui, relevantemente, para a produção do fenômeno: ao tornar inteiramente eletivo o governo dos estados permitiu a montagem, nas antigas províncias, de sólidas máquinas eleitorais; essas máquinas eleitorais estáveis, que determinaram a instituição da "política dos governadores", repousavam justamente no compromisso "coronelistas".

Por tudo isso, o fenômeno estudado é característico do regime republicano, embora diversos dos elementos que ajudam a compor o quadro do "coronelismo" fossem de observação freqüente durante o Império e alguns deles no próprio período colonial. Já se notou, aliás, mais de uma vez, que uma excursão pelo interior do Brasil equivale, de certo modo, a uma incursão no passado nacional.

A dependência do eleitorado rural, em princípio, tanto pode beneficiar o governo como a oposição, e em toda parte encontramos, efetivamente, "coronéis" opositoristas. Entretanto, o "coronelismo", como sistema político, tem feição marcadamente governista. Para alcançar esse resultado, o governo estadual teve de garantir sua posição de *parte forte* naquele compromisso político.

Esta ascendência dos dirigentes do estado resulta, naturalmente do fortalecimento do poder público, mas tem sido consolidada pelo refletido emprego desse poder para fins de política partidária. A precariedade das garantias da magistratura e do ministério público (ou sua ausência) e a livre disponibilidade do aparelho policial sempre desempenharam, a este respeito, saliente papel, de manifesta influência no falseamento do voto, e esta prática – atenuada, é certo – ainda subsiste. A utilização do dinheiro, dos serviços e dos cargos públicos, como processo usual de ação partidária, também se tem revelado de grande eficácia na realização dos mesmos objetivos. Finalmente, a submissão do município foi expediente muito útil para garantir a preponderância da situação estadual em seus entendimentos com os chefes locais. Sem receita suficiente, atadas as mãos por processos variados de tutela, cercadas por vezes na composição do seu próprio governo, as comunas só

podiam realizar qualquer coisa de proveitoso, quando tivessem o amparo do alto.

Não é, pois, de estranhar que o "coronelismo" seja um sistema político essencialmente governista. Com a polícia no rastro, mal garantidos pela justiça precária, sem dinheiro e sem poderes para realizar os melhoramentos locais mais urgentes, destituídos de recursos para as despesas eleitorais e não dispendo de cargos públicos nem de empreitadas oficiais para premiar os correligionários, quase nunca têm tido os chefes municipais da oposição outra alternativa senão apoiar o Governo. Como, todavia, não é possível apagar completamente as rivalidades locais, há sempre "coronéis" oposicionistas, a quem tudo se nega e sobre cujas cabeças desaba o poder público, manejado pelos adversários. Daí a crônica truculência da facção local governista, acompanhada muitas vezes de represálias; daí também o favoritismo em relação aos amigos do governo, tão pernicioso para a regularidade da administração municipal.

Dentro desse quadro, a falta de autonomia legal do município nunca chegou a ser sentida como problema crucial, porque sempre foi compensada com uma extensa autonomia extralegal, concedida pelo governo do estado ao partido local de sua preferência. Esta contraprestação estadual no compromisso "coronelista" explica, em grande parte, o apoio que os legisladores estaduais – homens em sua maioria do interior – sempre deram aos projetos de leis atrofiadoras do município. Com tais medidas, só os adversários ficavam realmente prejudicados: de uma parte, a corrente local governista sempre obteria do estado o que reputasse indispensável e, de outra, quanto maior a dependência da comuna, tanto maiores as probabilidades de vitória da facção situacionista nas próprias eleições municipais.

O fortalecimento do Poder Público não tem sido, pois, acompanhado de correspondente enfraquecimento do "coronelismo"; tem, ao contrário, contribuído para consolidar o sistema, garantindo aos condutores da máquina oficial do estado quinhão mais substancial na barganha que o configura. Os próprios instrumentos do poder constituído é que são utilizados, paradoxalmente, para rejuvenescer, segundo linhas partidárias, o poder privado residual dos "coronéis", que assenta basicamente numa estrutura agrária em fase de notória decadência.

Essa decadência é imprescindível para a compreensão do "coronelismo", porque na medida em que se fragmenta e dilui a influência "natural" dos donos de terras, mais necessário se torna o apoio do oficialismo para garantir o predomínio estável de uma corrente política local.

Nesta tentativa de conceituação do "coronelismo" procuramos acentuar seus traços mais gerais e duradouros, deixando necessariamente de parte as peculiaridades ocasionais ou regionais. Dentro da mesma orientação, não é possível negar as perturbações que ultimamente vêm minando o sistema "coronelistas", as quais se tornaram mais visíveis a partir da execução do Código Eleitoral de 1932. O mais evidente sintoma dessa modificação é o declínio da influência governista nas eleições, *inclusive* com a derrota de algumas situações estaduais, fato inconcebível na Primeira República. Nem por isso, entretanto, se pode dizer que já temos representação política perfeita: as correntes de opinião se exprimem com maior fidelidade, mas ainda hoje é incontestável o peso do governo nos municípios do interior, através da aliança "coronelistas".

O aperfeiçoamento do processo eleitoral está contribuindo, certamente, para abalar o "coronelismo", conquanto a ampliação do alistamento opere em sentido inverso, pelo aumento das despesas eleitorais. Entretanto, se somente em 1932 tivemos um Código Eleitoral mais apropriado ao bom funcionamento do regime representativo, a conclusão a tirar-se é que as condições do país já se haviam alterado a ponto de exigir a sua promulgação, que por sinal sucedeu a uma revolução vitoriosa.

Realmente, em 1930, a economia brasileira já se não podia considerar essencialmente rural, porque a produção industrial rivalizava com a produção agrícola e a crise do café havia reduzido o poder econômico dos fazendeiros, em confronto com o dos banqueiros, comerciantes e industriais. Concomitantemente, haviam crescido a população e o eleitorado urbanos, e a expansão dos meios de comunicação e transporte aumentara os contatos da população rural, com inevitáveis reflexos sobre sua conduta política. Todos esses fatores vêm de longa data corroendo a estrutura econômica e social em que se arrima o "coronelismo", mas foi preciso uma revolução para transpor para o plano político as modificações de base que surdamente se vinham proc-

essando. O quadro político da República Velha refreou, quanto pôde, esse ajustamento e, finalmente, rompeu-se por falta de flexibilidade. Mas o ajustamento aludido foi incompleto e superficial, porque não atingiu a base de sustentação do "coronelismo", que é a estrutura agrária. Essa estrutura continua em decadência pela ação corrosiva de fatores diversos, mas nenhuma providência política de maior envergadura procurou modificá-la profundamente, como se vê, de modo sintomático, na legislação trabalhista, que se detêm, com cautela, na porteira das fazendas. O resultado é a subsistência do "coronelismo", que se adapta, aqui e ali, para sobreviver, abandonando os anéis para conservar os dedos.

O "coronelismo" – já o observamos anteriormente – presuppõe a decadência da nossa estrutura rural; é preciso notar, porém, que nesse processo de decadência há um ponto ótimo para o pleno funcionamento do sistema, o qual, por sua vez, procura estabilizar aquela situação favorável e consolidar, por meios políticos, o poder privado residual que a caracteriza. Contudo, forças mais poderosas têm impulsionado a desagregação da nossa estrutura agrária para além daquele ponto ideal, com reflexos no plano político, ocasionando, assim, a crise do próprio "coronelismo".

Parece, pois, muito provável que os novos princípios eleitorais, adotados a partir de 1932 e que tão diretamente atingem o "coronelismo", resultaram dos mesmos fatores econômicos e sociais que já vinham minando a base de sustentação do sistema "coronelistas". As conseqüências políticas desses fatores vinham sendo abafadas, desfiguradas ou simplesmente acobertadas pelas relações de poder que as instituições da República Velha procuravam perpetuar. A vitalização do município, que constituía preocupação em grande parte frustrada da segunda Constituinte republicana e que produziu melhores frutos na Assembleia de 1946, é parte desse mesmo processo e, também, deverá contribuir para solapar o "coronelismo", se não forem postos em prática novos meios de submeter os chefes locais aos governos estaduais. Poderemos imaginar até uma situação imprevista, a saber, o estabelecimento de contatos diretos entre os municípios e a União; neste caso, um novo tipo de compromisso poderá formar-se, não mais em favor das situações estaduais, senão precisamente contra elas. A ampliação das garantias da magistratura e do ministério público também corresponde à mesma linha de desenvolvimento, mas o aparelho policial tem

resistido mais tenazmente às mudanças que comprometam a sua participação no mecanismo "coronelista".

Parece evidente que a decomposição do "coronelismo" só será completa, quando se tiver operado uma alteração fundamental em nossa estrutura agrária. A ininterrupta desagregação dessa estrutura – ocasionada por diversos fatores, entre os quais o esgotamento dos solos, as variações do mercado internacional, o crescimento das cidades, a expansão da indústria, as garantias legais dos trabalhadores urbanos, a mobilidade da mão-de-obra, o desenvolvimento dos transportes e das comunicações – é um processo lento e descompassado, por vezes contraditório, que não oferece solução satisfatória para o impasse.

Assim como a estrutura agrária ainda vigente contribui para a subsistência do "coronelismo", também o "coronelismo" concorre para a conservação dessa mesma estrutura. Os governos brasileiros têm saído, até hoje, das classes dominantes e com o imprescindível concurso do mecanismo "coronelista". Esta é uma das razões da sua perplexidade no encarar os problemas do país, cuja economia se caracteriza por um industrialismo ainda precário e por um agrarismo já retrógrado. Essa perplexidade teria de conduzir, inevitavelmente, a medidas contraditórias. Para proteger a indústria, não se procura ampliar o mercado interno com providências eficazes e conseqüentes, porque semelhante política prejudicaria os interesses da classe rural dominante. Apela-se então, exclusiva ou principalmente, para o protecionismo alfandegário, a fim de contentar gregos e troianos; os preços dos produtos industriais mantêm-se altos e a estrutura agrária permanece intocada.

As conseqüências aí estão: o mercado interno não se amplia, porque a vida encarece e a população rural continua incapaz de consumir; não dispendo de mercado, a indústria não prospera nem eleva seus padrões técnicos e tem de apelar, continuamente, para a proteção oficial; finalmente, a agricultura, incapaz de se estabilizar em alto nível dentro do seu velho arcabouço, prossegue irremediavelmente no caminho da degradação. Fecha-se, assim, o círculo vicioso: o plano econômico, agricultura rotineira e decadente, indústria atrasada e onerosa, uma e outra empobrecendo sistematicamente o país; no plano político, sobrevivência do "coronelismo", que falseia a representação política e de-

sacredita o regime democrático, permitindo e estimulando o emprego habitual da força pelo governo ou contra o governo.

Não podemos negar que o "coronelismo" corresponde a uma quadra da evolução política do nosso povo, que deixa muito a desejar. Tivéssemos maior dose de espírito público e as coisas certamente se passariam de outra forma. Por isso, todas as medidas de moralização da vida pública nacional são indiscutivelmente úteis e merecem o aplauso de quantos anseiam pela elevação do nível político do Brasil. Mas não tenhamos demasiadas ilusões. A pobreza do povo, especialmente da população rural, e, em consequência, o seu atraso cívico e intelectual constituirão sério obstáculo às intenções mais nobres.

Com esta singela contribuição ao estudo do "coronelismo", não tivemos o propósito de apresentar soluções; apenas nos esforçamos por compreender uma pequena parte dos nossos males. Outros, mais capacitados, que empreendam a tarefa de indicar o remédio.

(Coronelismo, Enxada e Voto. O Município e o Regime Representativo no Brasil – Rio, 1948, págs. 181-190).

AMARO QUINTAS (1911). *Nasceu no Recife, onde fez os estudos secundários e superiores, bacharelando-se em Direito. Atualmente, é diretor do Ginásio Pernambuco, onde exerce, após concurso, a cátedra de História do Brasil, e de Política na Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife, dedicando-se ainda ao jornalismo. Tem realizado valiosas pesquisas sobre movimentos sociais do Nordeste, principalmente sobre a Revolução Praieira.*

Contratado para o Departamento de Pesquisa do Instituto Joaquim Nabuco, da Universidade Federal do Recife.

Obras: A Gênese do Espírito Republicano em Pernambuco e a Revolução de 1817, Recife, 1939; Reflexões sobre o Destino do Mundo, Recife, 1944; O Sentido Social da Revolução Praieira, Recife, 1946; Capitalismo e Democracia, Recife, 1946; Um Intérprete da Revolução Praieira, Recife, 1947; Atualidade da Inconfidência, Recife, 1953; Considerações sobre a Revolução Praieira, Recife, 1949; Anúncios e Notícias de Velhos Jornais, Recife, 1954.

.....

A "Praieira" e sua ideologia

Evidencia-se da parte da Praia o intuito de incitar o espírito popular. De excitar a massa contra os adversários que a exploravam. E não se venha dizer que essa orientação se fez sentir depois de deflagrada a revolta. Muito antes, como se observa nas citações feitas nos jornais tanto baronistas como praieiros, já transparece a tendência da Praia no sentido de uma política popular – hoje, talvez, ela fosse chamada de "populista" – como também há bem patente uma ativa preparação revolucionária do povo. O governo de Chirro marcou a fase áurea desse período histórico. Os "fecha-fecha" de 1844 e 1845 e, principalmente, os "mata-mata, marinheiros" de dezembro de 1847 e junho de 1848 não são, como certos críticos apressados julgam, simples manifestações anárquicas; são, antes, um estado de espírito resultante de uma pertinaz ação junto ao povo. Os chamados "cinco mil" que formavam a ala mais radical e mais popular da Praia foram um fator importante na formação dessa etapa pré-revolucionária. Lendo-se as páginas amareladas e gastas do *Guararapes*, jornal guabiru e habilmente dirigido por Nabuco de Araújo, vê-se como certos líderes praieiros tiveram atuação destacada nas agitações de 1844, começadas nos Afogados e terminadas no pátio de Santa Cruz, avultando dentre eles Nunes Machado,

chamado pelos baronistas de *Pedroso 2º*. É desnecessário acentuar o profundo prestígio desfrutado pelo grande mártir praieiro no meio do povo. A representação dos artistas pernambucanos em 1844 dirigida à Assembléia-Geral apresentando reivindicações bem avançadas tinha sido patrocinada pelos chefes da ala radical da Praia. Há até em *O Eleitor Pernambucano*, nº 2, de 1847, uma alusão à propaganda desenvolvida por Nunes Machado nas oficinas de sapateiros do Recife, citando-se mesmo uma espécie de *meeting* que o político goianense provocara numa delas na Rua Estreita do Rosário ou, como era chamada na época, Rua do Rosário estreita. Outro líder popular que muito contribuiu para açular o sentimento revolucionário do povo foi o frade João Capistrano de Mendonça. Desenvolvendo no jornaleco *Um dos Cinco Mil* desabalada campanha subversiva de constantes apelos à massa, *Frei Cometa*, como era alcunhado o irrequieto chefe praieiro, salientou-se em 1847 pelos seus comícios noturnos de Fora de Portas, Afogados, Pátio do Terço e Teatro Público, onde, explorando a miséria das classes pobres, incitava-as francamente a agir contra os portugueses e os "fidalgos Cavalcantis", esses Cavalcantis que, juntamente com os Rego Barros, formavam o gótico castelo de que nos fala outro frade impetuoso e politiqueiro que foi Frei Miguel do Sacramento Lopes Gama. *O Lidador*, nº 55, de 1º-10-1845, diz-nos: "Todos temem, até mesmo os estrangeiros, pelas suas vidas, honras e fortunas, vendo o desenfreamento da plebe, a exacerbação de paixões funestas: a anarquia, enfim, erguendo o seu medonho colo põe em completo e universal alarma toda a cidade". E no 236 de 14 de dezembro de 1847 afirma o mesmo normal: "Quem tirou à autoridade todo o prestígio, *rebaixando-a a cortejar, a adular, a conviver com esses esfarrapados cinco mil* [os grifos são meus], que hoje atacam a nossa segurança e *ameaçam a nossa propriedade?* Leiam-se esses jornais que ela (a Praia) publicou ainda recentemente, e neles se verá, que só se ocupavam em excitar todas as baixas paixões do vulgacho contra os que, procurando os nossos lares, aqui se entregavam à indústria, e obtinham alguma fortuna: leia-se essa representação dos chamados artistas desta capital e aí se verá pedir-se em termos claríssimos a expulsão dos artistas estrangeiros... recordemo-nos enfim desses *meetings* noturnos, feitos por ocasião da

eleição de senadores nos quais primava um Fr. Capistrano, que prometia conduzir esses artistas à abundância, se votassem em eleitores que dessem ao Sr. Chichorro um assento no senado brasileiro." Os adversários de Fr. Capistrano gostam de acentuar as suas tendências avançadas. Em um poema de crítica ao ardoroso frade intitulado *A Capistranada* (epístola ligeira) afirma-se que ele procurava excitar o furor da

"Multidão desvairada, onda sem norte, que o viva e morra entoa ao mesmo tempo" fazendo, também parte do seu programa:

"Guerra, guerra de morte, a quem repugna o domínio dos pobres sobre os ricos

.....
Arrancando dos ricos o supérfluo".

Estão aí focalizados o temperamento de líder popular e as tendências radicais de "Fr. Cometa".

É impossível diminuir-se a importância da influência dessa preparação revolucionária do povo e do perigo de sua expansão depois de deflagrada a revolta. Uma massa incitada constantemente por uma pregação que destacava a sua situação de classe explorada e sugada pelos Cavalcantis e pelos guabirus iria depois levar, talvez, o movimento para um caminho não ambicionado por muitos praieiros moderados e abastados. É o que nos declara o Dr. José Joaquim de Moraes Sarmiento, Doutor em Medicina pela Faculdade de Paris, no seu livro *Notícia Biográfica do Conselheiro Francisco Xavier Pais Barreto*, publicado na Tipografia do *Jornal do Recife* em 1865. Ouçamos o ilustre médico: "Os homens pacíficos e desapaixonados da lavoura e do comércio, os desinteressados nas lides pessoais da política, viram as fontes da produção ameaçada, temeram que as paixões adrede sobreexcitadas chegassem a pôr em risco a propriedade [os grifos são meus], presenciaram o afugentamento dos braços e dos capitais e o subsequente definhamento das indústrias, caíram em si, viram o caminho errado, por onde estranhas ambições os guiavam, resignaram-se à prepotência administrativa, como antídoto do veneno que girava na atmosfera revolucionária (pág. 25). Está aí bem acentuado o espírito do movimento impelido pelos elementos populares e o consequente arrependimento e recuo dos que tinham entrado na revolta forçados pelo fato consumado da rebelião, já em marcha e com a pre-

ocupação única de mudar a situação política da província. Temiam esses *bien pensants* que, muito embora abafada a sedição, "as paixões, ardeiramente excitadas nas classes menos ilustradas da sociedade e absolutamente adversas ao aumento da população e da riqueza, continuassem e renovassem a luta ensangüentada" segundo nos informa o Dr. Moraes Sarmento nas páginas 10 e 11 do seu importante livro.

A Praia cortejava o povo. Aproximava-se do povo procurando atrá-lo contra os Cavalcantis. É provável não ter havido sinceridade da parte de muitos dos dirigentes do partido e somente interesse pessoal em conquistar posições, servindo o povo, como sempre, de simples instrumento. Mas não é fácil extinguir incêndios ou dirigir o rumo das labaredas, depois delas ateadas. Torna-se difícil negar a existência de causas ocultas e de motivos mais profundos que simples mutações políticas na Revolução Praieira. Olha-se em geral superficialmente para o espetáculo dos entrecosques políticos e não se investigam os motivos recônditos que arrastaram o povo ao conflito. O líder revolucionário Borges da Fonseca em seu jornal *A Revolução de Novembro* que é, antes de tudo, uma tentativa de explicação do movimento de 48, chega a designá-lo pelo nome de "revolução social de 1848" (n^o 5 de 1852). Rebelou-se o impetuoso político paraibano quanto à denominação de praieira que dão à revolta, como se vê neste trecho do mesmo jornal: "Revolução pernambucana, e não praieira, como se quer, à força de repetir, inculcar." O *Repúblico* procura mostrar com isso o aspecto amplo e generalizado da rebelião, não a circunscrevendo somente à ação da Praia. É ainda Borges da Fonseca quem, comentando no citado periódico o livro de Maximiano Machado, *Quadro da Revolta Praieira na Província da Paraíba*, declara: "Na apreciação das causas, que motivaram a revolução de 1848 não vou de acordo, porque lhe assinalo outras gerais. Foi uma necessidade social, necessidade de organização, que levou os povos à revolução, embora concomitantemente ocorressem essas circunstâncias especiais a que se refere o Sr. Machado". Aliás, um outro jornal aparecido dois anos antes com o mesmo nome de *Revolução de Novembro*, somente com a grafia diferente – Borges da Fonseca, como se pode ver pelas transcrições já feitas, usava uma extravagante ortografia – e dirigido por Afonso de Albuquerque Melo, assegurava: "Essa luta [a revolta de 48] não é, pois, de partido contra partido; é do povo contra o poder... O movimento de 48 não é portanto uma tentativa malograda, posta em ação pela influência de idéias, posto que grandes, mas ainda

não maduras senão no espírito de algumas individualidades a quem o arrojamento do entusiasmo tenha levado a obras; é sim um verdadeiro movimento revolucionário, abraçado por todos os espíritos, é uma verdadeira revolução" (nº 11 de 1850). Essa frase final "é uma verdadeira revolução" deve ser olhada dentro do sentido sociológico que possui. Em *O Liberal* de 5 de maio de 1872, vemos também a compreensão da gênese da revolta. Lá se diz que ela resultou do fato de ter sido "o povo espezinado por uma oligarquia de família, pela compreensão de leis vexatórias, e pelo brutal ascendente de um feudalismo repugnante". *O Liberal Pernambucano* de 28 de julho de 1853, comentando o célebre discurso de Nabuco de Araújo intitulado *Ponte de Ouro*, afirma categoricamente: "Reconhecer o Sr. Nabuco que em Pernambuco de envolta com as questões políticas, se agitam também questões sociais de muito alcance. É isto uma pura verdade. O Sr. Nabuco não se esclareceu a respeito dessas questões sociais, mas está mui longe de nós censurarmolhes essa reserva... foi [Nabuco] ao ponto de reconhecer que as aspirações deste partido não se limitavam a Pernambuco, pondo-se o governo à testa das reformas reclamadas pelo progresso e necessidades do país... O Sr. Nabuco fez justiça ao Partido Liberal de Pernambuco, quando reconheceu que as aspirações deste partido não se limitavam a guerrear uma família, e que este partido não queria aceitar o poder senão com a condição de levantar a bandeira das reformas... A denúncia feita pelo Sr. Nabuco de que a questão de Pernambuco não era somente política, mas também social, é a confissão mais terminante de que uma família aqui procura esmagar a população pernambucana estabelecendo uma oligarquia feudal, e que a população pernambucana reage contra essa situação ignominiosa: donde resulta essa popularidade, essa universalidade do partido liberal que o Sr. Nabuco reconhece, o que tanto teme."

É incontestável, da parte dos líderes intelectuais daquela época, a percepção do desequilíbrio social existente e da necessidade de uma transformação completa na estrutura da sociedade. Há como que um anseio de renovação. O General Abreu e Lima no seu jornal *A Barca de S. Pedro*, um dos periódicos mais sérios e doutrinários do seu tempo, declara em 11 de julho, de 1848, antes de iniciada a revolta: "Desejamos uma revolução, ou melhor dito, aceitaremos uma revolução, porque ela é hoje inevitável, mas não queremos uma revolta, nem um tumulto, nem uma sedição militar, venha ela donde vier. Desejamos uma completa re-

organização do país debaixo dos princípios, que temos estabelecido neste periódico." Palavras essas que se aproximam daquele trecho da *Revolução de Novembro* já citado onde se classifica o movimento de 48 como uma verdadeira revolução. Por outro lado, focaliza *A Mentira* de 24 de julho de 1848: "este estado social não pode mais reger o Brasil, preparemo-nos para grandes acontecimentos". Já em 1842 apresentava o *Diário Novo* de 22 de novembro como parte de seu programa "o bem das massas, o exame das verdadeiras condições do progresso do país, a solução das questões graves e difíceis, que nosso estado social particular nos ordena que resolvamos". E em 1852 declara o mesmo jornal: "Essa multidão que a aristocracia territorial exclui assim da cultura do solo poderia ser nela empregada por meio do salário: mas aí é espoliada pela preferência dos braços escravos – é sempre a guerra e a vitória do capital contra o trabalho e o salário, vitória contra a qual reagem hoje na Europa civilizada todas as diferentes frações do socialismo" (*Diário Novo* de 11 de fevereiro de 1852). O tópico final é bem expressivo do pensamento das nossas elites intelectuais. No mesmo número acrescenta o velho órgão praieiro ser "a agricultura privilégio de uma fração da sociedade. E deste fenômeno social tem resultado um fato político não menos temível, que é a poderosa e quase invencível influência dos portugueses nos nossos negócios políticos, pela qual a nossa nacionalidade mal existe". Aliás, o jornal da Rua da Praia chega a antecipar-se ao movimento abolicionista e às medidas de reformas agrárias quando, em pleno ano de 1852, informa: "*O Diário Novo* quer a substituição da escravatura por braços livres, em nossa indústria: a reforma do nosso sistema de propriedade territorial: o melhoramento e desenvolvimento de nossas vias de comunicação" (nº de 2 de fevereiro de 1852). O problema da grande propriedade não era desprezado pela Praia. Preocupava os seus chefes como tinha preocupado o grande investigador dos nossos assuntos sociais que foi Antônio Pedro de Figueiredo. Há uma informação bem significativa quanto à expansão das idéias socialistas em Pernambuco nos meados do século passado. Trata-se do artigo sob o título "Publicação Literária", divulgado pelo *Diário de Pernambuco* de 28 de maio de 1851, um jornal profundamente conservador e anti-revolucionário. Eis o que informa o *Diário Velho*: "Discutem-se hoje com tanto calor as doutrinas socialistas em ambos os hemisférios, que qualquer que seja a posição do homem na sociedade já lhe não é lícito ignorá-las: os princípios fecundos do socialismo, tal como o conceberam os homens

notáveis que o proclamaram no fim do século passado, e os que hoje tão habilmente desenvolvem esses mesmos princípios, hão de por fim triunfar dos obstáculos que lhes opõem a ignorância, o egoísmo, as paixões exacerbadas, e as extravagantes loucuras do *comunismo*. As idéias puras da escola socialista têm de abraçar o mundo todo dentro em pouco, e hão de governá-lo, porque não são elas outra coisa senão a resolução completa dos mais importantes problemas de economia política, de que depende a vida futura dos estados." Isso dito assim, numa linguagem que lembra a de um socialista dos nossos dias e por um jornal do feitio e do espírito dirigido por Manuel Figueiroa de Faria é de admirar. Parece estar se ouvindo Foi pouco mais ou menos isso o que o terrível *Repúblico* afirmou na sua carta escrita em Paris no dia 1º de outubro de 1858: "As novidades dão sempre muito abalo, mas afinal daquelas que têm por si a verdade permanecem. As doutrinas socialistas que estão consignadas na Escritura Sagrada desde o princípio, e nas obras dos filósofos de todos os povos, especialmente Platão e Aristóteles; que foram tirados do esquecimento pelo gênio de Rousseau: e que a Revolução Francesa de 1789 apresentou em toda a sua luz a esforços do generoso mais infeliz Babeuf, e que a um quarto de século vieram vivamente à discussão por esforço do gênio de Fourier; as doutrinas socialistas que em sua expansão aterraram ao *locupletos*, que imediatamente evocaram o espectro do comunismo, e que em resultado não são mais do que o acordo entre a inteligência, o trabalho, e o capital, a fim de que um não defraude o outro, estão tendo aplicação" (*in Jornal do Comércio* de 12-11-1858).

Parece-me que se estudando minuciosa e documentadamente o movimento de 48 não poderá restar dúvida quanto ao que Moreira de Azevedo pressentiu no seu ensaio sobre a Praieira quando disse que "intenções mais latas, cometimentos mais ousados, dormiam ocultos e afagados pelos corifeus da luta civil" (*Rev. do Inst. Arq. Pernambucano*, nº 127, vol. 27, pág. 66). Há de fato qualquer coisa que transparece nas idéias de seus chefes radicais. Que dizer das reivindicações dos artistas em 1844?! Que dizer da ação de Chichorro contra os senhores-de-engenho tão intensa e duramente hostilizados pela Praia durante o seu governo?! É Joaquim Nabuco quem declara: "Data dessa invasão tumultuária da polícia praieira nos engenhos em 1846 a modificação que se foi gradualmente operando no caráter feudal da grande propriedade açucareira" (*Um Estadista do Império*, tomo I, pág. 65). Acrescenta ainda o

autor de *Minha Formação* que Chichorro "destruiu à mão armada o regime agrícola" dominante na época. O velho Nabuco de Araújo no seu opúsculo: *As Eleições para Senadores*, pág. IX, adverte que a polícia praieira levantou os moradores dos engenhos contra os seus senhores e conclui: "A polícia destruiu assim a justa relação que existia entre os proprietários dos engenhos e os seus moradores, alterou os costumes, e só produziu males, porque tais homens não podem mais ficar nos engenhos." Em outro folheto *Justa Apreciação do Predomínio do Partido Praieiro* brada ainda Nabuco de Araújo: "Esses varejos de engenhos, essas visitas domiciliárias são todos os dias praticados pela polícia, que só anela, provocando aos ricos proprietários desses engenhos, um pretexto de resistência para trucidá-los, e lançá-los ao furor da gentalha, que acompanha a essas diligências repetidas a praia abriu uma cruzada contra a propriedade, sublevou os moradores dos engenhos contra os seus proprietários, fez renascer o ódio entre os brasileiros e portugueses, e suscitou ao fim a rivalidade de cores" (págs. 42 e 50).

Se havia elementos da Praia integrados na ordem monárquica, existia, também, um grupo propenso a atacar as bases do sistema sociopolítico existente e esse grupo, contando com o elemento popular excitado pela sua pregação, chegou, com Chichorro da Gama, a tomar a ofensiva contra o poderio dos senhores-de-engenho, intentando abater o domínio do latifúndio. Bem razão coube a Joaquim Nabuco quando asseverou: "Daí a guerra que ela [a Praia] movia à grande propriedade, superior à justiça pública. Nesse ponto a invasão Praieira era uma imposição necessária; depois viria, ou não, a reconstrução democrática" (*ob. cit.*, I, pág. 63).

Tendências reformistas obscuras, reivindicações sociais confusas manifestavam-se latentes em certos corifeus do movimento. Alfredo de Carvalho nos fala na existência, entre alguns praieiros, de "incompreendidas doutrinas socialistas" (*Anais da Imprensa Periódica Pernambucana*, pág. 175). Não resta dúvida que havia qualquer coisa no sentido de levar a revolução para amplas transformações. Até Rocha Pombo comenta: "transparece em outros documentos alguma coisa que os revoltosos não queriam dizer claro. O programa, que afinal tiveram de adotar, consignava idéias de um radicalismo que não se sabe como se acomodaria nos moldes do sistema instituído: e tanto isto é certo que se exigia como medida urgente a convocação de uma constituinte para vo-

tar as reformas reclamadas" (*História do Brasil*, vol. VIII, págs. 703 e 704). Não se poderia esperar outra atitude da revolução vitoriosa tendo-se em vista a influência exercida nos espíritos pelo sucesso do movimento de 48 na França e pela expansão das idéias socialistas entre os nossos intelectuais. A *União*, jornal dirigido por vultos como Nabuco de Araújo, Monsenhor Pinto de Campos, Paula Batista e José Bento da Cunha Figueiredo, criticando as idéias da revolta consubstanciadas no "Manifesto ao Mundo", resume-as do seguinte modo:

"I – Instituição duma república pelo modelo do ditador Rosas.

"II – Comunhão absoluta de bens entre todos os honrados membros da nova Lacedemônia" (nº 68 de 25 de janeiro de 1849).

Maciel Monteiro, discursando na Assembléa provincial na sessão de 26 de abril de 1849, exclama: "infiltraram-se nas massas incultas preconceitos funestos contra muitos homens distintos, excitaram-se as paixões da plebe, caluniou-se... Foi-se ainda além: pregou-se o comunismo, a lei agrária: fez-se acreditar que os bens de certa classe de proprietários deviam ser repartidos pelo povo" (*in Diário de Pernambuco* de 1º de maio de 1849). É de admirar que os três deputados praieiros com assento na Assembléa não tenham protestado veementemente contra esta grave acusação. Joaquim Vilela, *praia-nova*, antigo chefe praieiro agora aliado aos guabirus, brada, também, na sessão de 8 de maio de 1849 na Assembléa Provincial: "os esforços de todos os brasileiros deviam convergir para defender a monarquia que se queria substituir pelo predomínio dos *blusas* – pela república vermelha de França (*Apoiados*) (*in Diário de Pernambuco* de 14 de maio de 1849). Convém acrescentar que as afirmativas desses dois deputados receberam aplausos entusiásticos da Assembléa.

Descontando-se o inevitável exagero da parte de políticos apaixonados, é, todavia, impossível uma negação *in totum* dessas asseverações.

Percebe-se que qualquer coisa existia no ânimo da Praia diante do panorama de desajustamento social em que vivia a província. E foi principalmente essa qualquer coisa que levantou "a indócil massa popular que alicerçava o partido" de que nos fala Alfredo de Carvalho e, mesmo contra a vontade de seus chefes mais moderados e mais medrosos das conseqüências do movimento, como aqueles referidos por Morais Sarmiento, impeliu-a à magnífica arrancada de 7 de novembro.

("Considerações sobre a Praieira", *Rev. do Arquivo Público*, 1º e 2º semestre, ano III, nº V, Recife, 1949, págs. 117-130).

CAIO PRADO JÚNIOR (1907-1990). Nasceu em São Paulo, bacharelando-se pela Faculdade de Direito. Procurando dar interpretação marxista ao processo de desenvolvimento nacional, publicou várias obras que atestam sua capacidade de estudioso da história social do Brasil.

Obras: Evolução Política do Brasil, 2ª ed. São Paulo, 1947; História Econômica do Brasil, 3ª ed., 1953; Formação do Brasil Contemporâneo, São Paulo, 1942; Evolução Política do Brasil e outros Estudos, São Paulo, 1953; Dialética do Conhecimento, 2 vols., São Paulo, 1952.

.....

*O Tamoio e a política dos Andradas na independência do Brasil*¹

O

primeiro número do *Tamoio* apareceu no Rio de Janeiro em 12 de agosto de 1823. O jornal saía a princípio uma vez por semana, passando logo para duas e depois para três vezes (o que prova a boa aceitação que de fato teve), formando a coleção completa 35 números. O último deles, acrescido de um suplemento aparecido no mesmo dia, é de 11 de novembro, data da dissolução da Assembléia Constituinte. Imprimiram-se os primeiros quatro na Oficina de Silva Porto e Cia. Os demais na Imprensa Nacional, que depois da Independência substituíra a Imprensa Régia, fundada por D. João VI em 1808, e que, como sua predecessora, fazia, além das publicações oficiais, também serviços particulares. É de notar esta circunstância interessante de um jornal de oposição, como o *Tamoio*, ser impresso num estabelecimento público, o que era aliás usual na época. A Imprensa Nacional não tinha cor política, e não se diferenciava a este respeito de nenhuma outra empresa particular.

(1) Introdução à edição fac-similar do *Tamoio*, Zélio Valverde. Rio de Janeiro, 1944.

As circunstâncias imediatas que determinaram o aparecimento do *Tamoio* são sabidas. O Ministério dos Andradas (assim chamado pelo predomínio que nele exercia José Bonifácio, que ocupava a Pasta do Império, figurando seu irmão Martim Francisco na da Fazenda), deixou o Governo a 16 de julho, vítima de forte oposição. Menos de um mês depois surge o *Tamoio* para tomar-lhe a defesa póstuma e sustentar a política do ex-ministro. Dois grandes amigos de José Bonifácio são seus organizadores: Vasconcelos Drummond e o Desembargador França Miranda; e a orientação do periódico é nítida e expressamente naquele sentido: basta para constatá-lo acompanhar-lhe as páginas. Isto levou muitos contemporâneos, repetidos depois por historiadores, a atribuir o *Tamoio* à responsabilidade direta de José Bonifácio. Isto contudo não parece exato. O que é certo é que o ex-ministro, sem intervir diretamente no periódico, tinha-o sob sua inspiração; e é provável mesmo que colaborasse nele ocasionalmente. A discussão não tem aliás maior importância, porque, seja como for, não se pode contestar que o *Tamoio* tivesse sido um legítimo representante da política e do pensamento dos Andradas.

Para situá-lo, pois, nos acontecimentos da época, é preciso definir bem esta política e este pensamento. Notemos em primeiro lugar que por Andradas se entende, sobretudo (podemos mesmo dizer unicamente), o principal e mais velho deles: José Bonifácio; Martim Francisco é uma figura secundária que aparecerá sempre em função exclusiva de seu irmão. A última personagem da famosa trindade, Antônio Carlos, é sem dúvida dotado de maior personalidade. Muito antes mesmo que José Bonifácio, figurava com relevo nos acontecimentos políticos do Brasil, datando sua estréia de 1817, por ocasião da Revolução Pernambucana daquele ano. Antônio Carlos ainda terá depois disto, quando é libertado do cárcere da Bahia onde permaneceu até 1821, uma posição própria e definida. Isto já na Bahia, e logo depois nas Cortes de Lisboa. Em seguida, contudo, parece que se deixa absorver pelo irmão, e é na sua órbita exclusiva que passará a girar. É só muito mais tarde, e depois da morte de José Bonifácio, que retoma sua atividade independente, figurando com destaque, como se sabe, nos acontecimentos da Maioridade.

Nestas condições, no momento que nos ocupa, a figura dos Andradas que interessa realmente é a de José Bonifácio. Figura marcante

e de grande personalidade; mas que não se compreende contudo sem uma análise atenta dos acontecimentos da época, de que ela é, em grande parte, um puro reflexo.

A versão oficial e clássica da Independência tem sido infelizmente por demais simplista e esquemática. Resolve-se sumariamente em torno de dois termos de uma oposição: Brasil colônia e Portugal metrópole. No contraste destes dois pólos divergentes se costuma situar todo o movimento da nossa emancipação política, sem levar em conta o sem-número de ações e reações que se processam no seio e interior de cada qual. Noutras palavras, esquecendo o que houve de luta social dentro de ambos. No entanto, no que se refere ao Brasil, assunto que nos interessa aqui, a Independência se apresenta efetivamente como resultante de um conflito intenso e prolongado de classes e grupos sociais; e já muito antes de se propor claramente a questão da emancipação, outras divergências opunham aqueles partidos. A Independência não será mais que um dos aspectos que tomarão aquelas divergências; ou antes, preferivelmente, representará um terreno comum em que momentaneamente elas se acordam, para romperem de novo, logo depois, com redobrada violência.

A revolução constitucionalista do Porto, repercutindo no Brasil, polarizará aqui as forças políticas: de um lado, o elemento revolucionário, democrático e liberal, representado sobretudo pelas classes média e baixa da população (excetuando os escravos, cuja atitude será passiva). A análise dos acontecimentos mostra-nos claramente que são aquelas classes que mais ativamente sustentarão o movimento constitucionalista no Brasil. Doutro lado, e contra ele, agrupa-se a reação. Esta aliás subdividida em tendências diversas, mas unidas no propósito de lutar contra a revolução. Encontramos nela os elementos extremos, que defendem intransigentemente as prerrogativas reais: será destes o então Ministro Tomás Antônio Vilanova Portugal. Há também os mais complacentes, que querem aliás jogar com a revolução em proveito próprio. Aceitam reformas da estrutura absolutista da Monarquia; mas que sejam para aparar o poder real em seu benefício. A nobreza, antiga e já tradicional adversária do poder absoluto, que conspirara com Napoleão e se submetera ao invasor francês, tomará esta posição. Representá-la-á nesta conjuntura, no Rio de Janeiro, isto é, junto ao trono e ao governo, o Conde de Palmela. O conde se apressara em viajar para o Brasil logo que

a crise se aproximara, vinha aliás como secretário do Estado, posto para o qual fora nomeado anos antes, mas que desprezara em favor da embaixada em Londres que então ocupava. De passagem por Lisboa, aconselhará a convocação de Cortes. "Mas que Cortes?", perguntará o astuto redator do *Correio Brasiliense*, que se incumbem de logo responder: "As antigas em que os nobres, com o Conde de Palmela à frente, fizessem tudo". (*Correio Brasiliense*, dez. 1820.)

Um terceiro e último partido tomará no Brasil posição ao lado da reação: é um grupo menos definido e mais hesitante em suas atitudes. Forma-se daqueles que a permanência da Corte no Rio de Janeiro favorecera mais direta e largamente, e que se agrupam sob o signo dos interesses criados com aquela permanência. Interesses de toda ordem: mercantis, construídos sobre a franquia dos portos brasileiros e a liberdade do comércio colonial; financeiros, alimentados pelos negócios com o Erário Régio e outras atividades que a transferência da Corte e do centro e sede da Monarquia introduzira no país; sociais, pela elevação de sua categoria de antigos e modestos colonos a metropolitanos e cortesãos; burocráticos, representados pelos cargos administrativos de uma complexa e imensa engrenagem governamental que a Corte erigira entre nós. Já contemporaneamente, este grupo que reúne, particularmente no Rio de Janeiro, o que havia na colônia de social e economicamente mais representativo, era designado por *partido brasileiro*. É a expressão empregada por Silvestre Pinheiro em suas famosas cartas escritas ao correr dos acontecimentos, e que, por isso, mais que qualquer outro depoimento, no-os representam ao vivo². O nome indica aliás mais os interesses em jogo que nacionalidades; pois embora predominem neste partido os naturais do Brasil, os portugueses são numerosos; e, em muitas instâncias mesmo, os mais representativos. Notem que na época designavam-se por brasileiros todos aqueles que habitavam o Brasil e tinham seus interesses ligados à colônia. *Português* era designação genérica, e aplicava-se a todos os súditos da Coroa portuguesa, fossem naturais do Reino europeu ou das colônias.

(2) As cartas de Silvestre Pinheiro acham-se publicadas na *Revista do Instituto Histórico Brasileiro*, t. 51, parte I.

O partido brasileiro não verá em geral com bons olhos a revolução constitucionalista. Nada ou quase nada mais tinha a reivindicar além daquilo que o soberano português já lhe outorgara. Faltar-lhe-ia apenas a consolidação da posição alcançada, e que até aquele momento não se apoiava efetivamente senão na ocasião e por isso precária permanência da Corte no Rio de Janeiro. A estrutura política da monarquia não se alterara de direito, apesar da nominal elevação do Brasil a reino; e continuávamos como dantes uma simples colônia. A precariedade de uma tal situação, a incerteza e insegurança quanto ao futuro, fariam o partido brasileiro olhar com simpatia até então, e sobretudo que as consolidassem. Não era isto contudo que oferecia a revolução portuguesa; e, pelo contrário, havia tudo que temer de seus avançados projetos democráticos. Estes últimos atemorizavam particularmente num país como o Brasil de tão profundas contradições sociais, de grandes massas escravas; tudo complicado por consideráveis diferenças raciais.

Por estes motivos, o partido brasileiro fará frente comum com a reação e a luta contra a revolta. Seria muito longo acompanhar aqui as peripécias do conflito que se desenrola, e os incidentes que se sucedem tão rapidamente desde que chega ao Brasil a notícia da Revolução Constitucionalista (outubro e novembro de 1820), impossível de compreender e interpretar no seu conjunto se não guardamos em mente o critério assinalado da disposição política dos diferentes grupos e classes sociais da colônia em face dos objetivos revolucionários.

Depois que o rei deixa o Rio de Janeiro (abril de 1821), o partido brasileiro ficara só e isolado no campo da reação. Os outros grupos, mais ligados a Portugal, vão agir agora no reino europeu, continuando lá a disputa da partida iniciada aqui. E então que livre de aliados que o mantinham ligado e subordinado à política interna da metrópole, e abandonado pelo rei que se entregava as Cortes e à revolução dominante em Portugal, é então que o partido brasileiro se inclina para a Independência. Era esta no momento, a única solução normal do seu problema político, o único meio de impedir o contágio revolucionário e o progresso da democracia no Brasil.

Procurará jogar com o Príncipe Regente, isolando-o da influência européia. Apresentá-lo-á como representante legítimo da autoridade real, que seu pai, prisioneiro das Cortes e coagido por elas, não

estava mais em condições de exercer. Será a princípio posto em respeito pela tropa estacionada no Rio de Janeiro e que, fiel à metrópole, fazia causa comum com a revolução. O Conde dos Arcos, um momento seu representante no governo, será apeado pelo motim de 5 de junho. Estava-se ainda, contudo, num momento de transição e expectativa: nada se fará de concreto e definitivo nem num nem noutro sentido. De um lado, aguarda-se a Constituição que estava sendo elaborada pelas Cortes. Doutro, procura-se desmoralizá-la e subtrair o Príncipe a sua autoridade. Ambos os partidos se organizam; os democratas ressuscitam a Maçonaria (julho de 1821); e lutam pela Imprensa, onde seu órgão principal será o *Revérbero Constitucional Fluminense*, dirigido por dois de seus principais chefes: Joaquim Gonçalves Ledo e o Pe. Januário da Cunha Barbosa. Os outros serão liderados pelo Clube da Assistência.³

A atitude inábil das Cortes, onde começam a predominar os elementos inclinados a retirar do Brasil as franquias adquiridas durante a permanência do soberano, faz a balança pender em favor da reação. Esta tem agora uma arma poderosa a manejar: os interesses nacionais brasileiros, ameaçados pelos constituintes portugueses. A idéia da separação ganha terreno entre os próprios democratas, que são afinal arrastados em bloco por ocasião dos acontecimentos do Fico. Realiza-se, então, a unificação das forças políticas brasileiras na base de um programa de emancipação do país.

(*Evolução Política do Brasil e outros Estudos*,
São Paulo, 1953, pág. 195-200.)

(3) Notemos que entre os primitivos membros deste clube figuram os dois futuros redatores do *Tamoio* – Vasconcelos Drummond e França Miranda. Este último editava então o *Despertador Brasileiro*.

HERMES LIMA (1902-1978). Nasceu em Lindóia (Bahia), fez os estudos de Humanidades no Colégio Antônio Vieira, em Salvador. Cursou a Faculdade de Direito, no Rio, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Bahia. Dotado de grande penetração para os estudos sociais, desde cedo, na tribuna acadêmica e na imprensa, primou por sua independência de atitudes e de idéias. Eleito deputado à Assembléia Constituinte de 1946, pelo Partido Socialista Brasileiro, colocou-se à frente das correntes avançadas, no esforço de implantar na Magna Carta as garantias e liberdades individuais em toda sua plenitude, a laicidade do ensino, as conquistas da legislação social, a progressiva socialização das instituições republicanas pelos métodos democráticos.

Representou o Brasil na Assembléia-Geral das Nações Unidas, em 1952.

Obras: Notas à Vida Brasileira, S. Paulo, 1945; Problemas de Nosso Tempo, S. Paulo, 1935; Atividade Administrativa do Estado, São Paulo, 1927; Introdução à Ciência do Direito, 6ª ed., Rio, 1955; Lições da Crise, Rio, 1954.

.....

Partido, povo e consciência política

U

ma das afirmações mais corretas sobre a vida pública brasileira é que somos um país sem povo, no sentido político da palavra. Aqueles que têm acentuado o aspecto artificial das nossas instituições – a Monarquia parlamentar do Segundo Reinado e o presidencialismo da Primeira República – não se cansam de observar a falta de correspondência entre o país legal e o país real. A política processava-se, dizem esses críticos, como se não houvesse uma opinião que, por meio de órgãos adequados e representativos, exercesse sobre o Governo, sobre os homens públicos aquela pressão vinda de fora, característica das nações de cultura cívica amadurecida.

Assim, no Império, conservadores e liberais revezavam-se no poder mais por força de imperativos decorrentes de influências pessoais, entre as quais se costuma apontar como mais eminente a de Pedro II, e dos choques de interesses entre as classes dominantes do que por força das manifestações da vontade popular. Também, na República, as máquinas eleitorais manipulavam a seu arbítrio os candidatos e distribuíam entre os mesmos postos e cargos, ficando o povo reduzido a mero símbolo constitucional.

Do panorama político do Império escreveu Gilberto Amado: "É por demais evidente a inexistência nesse tempo, como em

geral ainda hoje, dessas aglomerações coesas de população, desses núcleos vivos e coesos de trabalhadores rurais e urbanos, dessas massas agrícolas disciplinadas e esclarecidas, de onde pudesse sair um corpo eleitoral capaz e responsável." Desse modo, o povo brasileiro reduzia-se verdadeiramente a "300 ou 400.000 pessoas pertencentes às famílias proprietárias de escravos, os fazendeiros, os senhores de engenho de onde saíam os advogados, os médicos, os engenheiros, os altos funcionários, os diplomatas, os chefes de empresa, únicas pessoas que sabiam ler, tinham alguma noção positiva do mundo e das coisas e podiam compreender, dentro de sua educação, o que vinham a ser Monarquia, República, sistema representativo, direito de voto, gênero, etc". Dos partidos monárquicos, disse Oliveira Viana, que eram apenas "clãs organizados para a exploração em comum das vantagens do poder". Dos partidos republicanos também se dirá, em termos mais ou menos idênticos, a mesma coisa.

A meu ver, essa interpretação contém um aspecto de verdade, porém não toda a verdade. E a prova está em que será possível escrever a história nacional sem falar do povo e das revoluções de que, ao longo dela, o povo participou. Não apenas o povo restrito à minoria socialmente qualificada de que falou Gilberto Amado, mas o povo representado pela massa mesma dos habitantes do país.

Realmente, nossa História contém muito testemunho de agitações políticas de massa. Todo o Primeiro Reinado e o período da Regência e ainda o início do Segundo Reinado são fases da nossa evolução marcadas por movimentos profundos e até convulsos da opinião. Não são apenas os elementos dominantes que se agitam. As classes pobres participam largamente das agitações que então se verificam. Apenas porque faltavam condições objetivas que favorecessem, como assinala Caio Prado Júnior, uma estrutura democrática e popular, e ainda porque os orientadores das correntes de tendências populares radicais "não tinham compreensão nítida do processo social que sob suas vistas se desenrolava", o tom político dessas reivindicações era vago e utópico, determinando de fato que o povo acabasse sempre se colocando a reboque das classes abastadas.

São exatamente as condições objetivas favoráveis à manutenção da escravidão e conseqüente predomínio dos senhores rurais que levam as classes, que se apropriam da Independência para

manter no país a mesma estrutura social herdada da colônia, a organizarem politicamente o nascente Estado Nacional, de modo que o povo não participasse ativamente, e em massa, da formação dos seus poderes. Nesse sentido, as restrições ao exercício do direito de voto na Constituição imperial são bem expressivas. Não podiam votar nas assembleias paroquiais quem não tivesse de renda líquida anual 100\$ por bem de raiz, indústria, comércio ou empregos. Aos que não podiam votar nas assembleias primárias de paróquia não era facultado, conseqüentemente, votar na nomeação de qualquer autoridade eletiva nacional ou local. Os que não tivessem 200\$ por bens de raiz, indústria, comércio ou emprego não podiam ser eleitores nem votar na eleição de deputado, senadores, e membros dos conselhos de província. Quem podia ser eleitor, era hábil para ser eleito deputado, mas com uma condição: que tivesse pelo menos 400\$ de renda líquida.

A lei constitucional do estado limitava deliberadamente o povo politicamente capacitado. Além disso havia os escravos, que nem eram pessoas. Decorria dessas restrições legais e econômicas que grande parte da população brasileira vivia legalmente impedida de se interessar pela coisa pública. Estava condenada a permanente minoridade política, e só por meios extralegais lhe seria dado manifestar-se.

A verdade é que, tanto no regime monárquico como no republicano, os movimentos de opinião abrangeram sempre camadas sociais mais extensas do que aquelas que formavam o povo político. Nem a política monárquica nem a republicana jamais teve, entre nós, o sentido de uma atuação pública verdadeiramente baseada no apoio direto da massa.

Não possuímos, jamais, nem sob a Monarquia nem sob a República, nenhum partido que fosse, de fato instrumento político do povo, vivendo do contato e do apoio direto do povo. É que nossos partidos, desde a Independência, se formaram sempre no seio das classes dominantes. É o reconhecimento tácito dessa verdade que se contém na afirmação de Nabuco de Araújo, feita certa vez no Senado, de que não via possibilidade de se formarem verdadeiros partidos no Brasil, transmissíveis de geração a geração, porque a sociedade brasileira era em geral homogênea e não havia nela, portanto, nada que a pudesse dividir profundamente. Essas denominações de conservadores e liberais, dizia, não

consoem no presente, significam questões de outrora, que ou estão solvidas ou prejudicadas e abandonadas e, por conseguinte, pertencem à História".

Embora muitas vezes os guiasse um pensamento liberal e progressista e até incluíssem em seus programas medidas de alcance popular, não significava isto que deixassem de ser órgãos representativos de interesses da classe dominante. Entre nós, os interesses do povo – saúde, educação, trabalho – sempre foram avaliados, tratados, defendidos por partidos organizados não dentro da massa, como órgãos diretos dela, mas por partidos representativos da classe dominante.

Nunca houve nos anais de nossa vida pública qualquer esforço sistemático para dar ao povo, à massa, consciência política. O privilégio de possuir consciência política, ativa e militante, foi sempre zelosamente defendido pelas "classes cultas". Com a República, universalizou-se o sufrágio, abolidas que foram as restrições da Constituição imperial. Mas, foi tudo. A política continuou reservada aos doutores, aos formados, em suma, aos elementos das "classes cultas". A consciência política continuou a ser olhada como privilégio e resultado dessa cultura. Em consequência, sempre que, no Brasil, se conclama o povo a participar diretamente e em massa da vida política, ele só o pode fazer revolucionariamente, ou através de estados coletivos de exaltação cívica, como na Campanha Civilista e na Revolução de 1930, para citar dois casos típicos modernos; mas, de qualquer modo, por meio de irrupções intermitentes de entusiasmo ou força coletiva.

O exame de nossa história política demonstra que os partidos políticos nacionais têm sido antes produtos de agitações e divergências no seio das camadas dirigentes do que produtos do modo de sentir e pensar de largos setores da população, procurando de fora influir sobre o caráter e a política do Governo. Nossos partidos têm resultado normalmente das diferenças de opiniões e pontos de vista que reúnem, sob rótulos diversos, elementos da mesma camada social dominante. São sempre partidos formados pelos próprios dirigentes que se acham no poder, ou formados por aqueles que possuem títulos idênticos aos títulos dos que já se encontram, em dado momento. Nossos partidos não tinham, por isso mesmo, vida interna de base democrática. Essa base era oligárquica. A ligação da máquina partidária com o eleitorado e

com os próprios correligionários era toda episódica. Só por ocasião dos pleitos. Os partidos não possuíam práticas internas democráticas. No fundo, o partido reduzia-se aos "homens" da classe dominante que o manipulavam. Assim aconteceu na Monarquia, assim continua na República. Nunca partido nacional algum se constituiu fora da camada dirigente, de maneira a trazer para o campo político o elemento permanente de uma influência direta e positiva sobre a orientação governamental. Aliás, é preciso reconhecer que só partidos desse tipo correspondem à evolução política contemporânea. São partidos em que se disciplina politicamente a presença da massa na organização constitucional dos estados, e este fenômeno caracteriza exatamente a grande novidade política do mundo moderno.

É evidente que o povo não representará jamais elemento político de influência permanente, senão através de órgãos adequados à expressão dos seus interesses e reivindicações, como os partidos de massa. Partidos dessa natureza são para o povo ao mesmo tempo escola e instrumento, consciência e verbo. Eis, pois, a grande tarefa que se impõe aos nossos futuros partidos de base de massa: organizar politicamente o povo brasileiro, dar consciência política ao povo brasileiro.

* * *

A maior participação do povo na vida política nacional já no meado do século passado constituiu problema, que se procurou resolver por meio da eleição direta. Profundas mudanças então se operaram, e, de modo especial, a partir da extinção do tráfico. Condições materiais diferentes, que deram lugar a novas tendências progressistas, deixaram bem claro a conveniência de ajustar o aparelho político constitucional à vaga democrática que surgia, mudando a fisionomia da nossa vida pública.

Tavares Bastos observava: "É essencial que haja nas câmaras representantes não somente dos grandes proprietários de escravos, como atualmente. Atualmente, as câmaras impedirão qualquer reforma. A eleição direta daria possibilidade aos abolicionistas de obterem maioria nas grandes cidades e nos colégios, onde os pequenos-brancos (*little white*), os cidadãos pobres estiveram em maioria. A eleição direta emancipa os brancos pobres do jugo dos grandes proprietários; é uma luta de classe em proveito dos escravos e do trabalho livre."

A reforma eleitoral, consagradora do voto direto, apareceu, entretanto, eivada de um defeito grave, pois que manteve o critério econômico no alistamento. Além disso, sua prática acabou comprometida pela reação dos interesses agrários em pânico com as perspectivas da Abolição. A sinceridade dos dirigentes no cumprimento da lei terminou por ceder à solicitação dos interesses criados à sombra do trabalho servil. Se o primeiro pleito processado pela nova lei correu lisamente, conseguindo a oposição 50 deputados, se os resultados do segundo não foram desanimadores, pois ainda aí a oposição envia ao Parlamento 40 representantes, já na terceira experiência a fraude e a pressão campearam, e a Câmara que surgiu foi quase totalmente conservadora.

A circunstância de haver saído do primeiro pleito, sob a reforma, uma câmara "cujo espírito de moderação excedia todas as previsões" não tranqüilizou aqueles que, em matéria de abolição, queriam parar praticamente na Lei do Ventre Livre. Pode-se dizer que os elementos conservadores de todas as filiações partidárias mobilizaram quanta força e influência dispunham para travar o carro abolicionista desde a primeira experiência da eleição direta. É, finalmente, o esforço para voltar à antiga manipulação fraudulenta das eleições que termina, na terceira de suas experiências, por comprometer seriamente a reforma que dera ao país o voto direto. Mais uma vez, a defesa dos interesses criados prejudicava o espírito público dos dirigentes, de cujo idealismo tanto dependia a aplicação leal da reforma saudada por tamanhas esperanças.

Ao longo da história política oficial do nosso país, julgo existir, mais ou menos disfarçado, o receio de uma participação ativa do povo na vida pública. Ora se alega não achar-se ainda o povo educado para cumprir seus deveres cívicos; ora se insiste na necessidade moral do controle das manifestações do povo, a fim de impedir que as mesmas se desgarem para o campo da demagogia, ou, como eles gostam mais de dizer, da anarquia.

Toda nossa política, assim monárquica como republicana, mostrou-se geralmente ou duvidosa da capacidade do povo, ou suspeitosa do caráter de suas manifestações, de tal maneira que, entre nós, o povo foi sempre mais um símbolo constitucional do que fonte de autori-

dade cujo contato dirigentes, representantes e *leaders* partidários fossem retemperar o ânimo e o desejo de servir.

A política brasileira tem a perturbá-la, intimamente, secretamente, desde os dias longínquos da Independência, o sentimento de que o povo é uma espécie de vulcão adormecido. Todo perigo está em despertá-lo. Nossa política nunca aprendeu a pensar normalmente no povo, a aceitar a expressão da vontade popular como base de vida representativa.

A educação política dos dirigentes foi toda ela orientada no sentido de desconfiar do povo, de estimá-lo como fonte potencial de excessos. No período colonial, nem instituições nem ambiente favoreciam qualquer progresso político baseado no exercício da vida representativa. Capistrano de Abreu mostra, a esta luz, a escassa importância das câmaras municipais.

Com a Independência, o país acaba adotando uma organização constitucional, cujo sentido político é todo inspirado pelo objetivo de manter-se o *status* social herdado da colônia cuja viga mestra era a escravidão. A presença do trabalho servil compromete fundamentalmente o constitucionalismo monárquico, impedindo-o, de basear-se num sistema eleitoral popular verdadeiro.

De onde um dos aspectos do seu artificialismo, justamente aquele que decorre da não-existência de uma opinião pública e autônoma.

A rigor, não havia ninguém interessado em erar essa opinião. Não havia organizada nenhuma corrente política que precisasse dela para viver. Nenhum partido monárquico tinha motivos para esperar receber do povo a consagração do poder. Todos eles eram simples ramificações do mesmo tronco – a estrutura econômica dominante. Por que organizar o povo como força política autônoma se o poder tinha de ser disputado como prêmio pessoal entre políticos da mesma origem e formação que entre si podiam diferenciar-se por um tom progressista maior ou menor em suas opiniões e idéias, porém, no fundo, não defendiam os interesses do povo senão através do prisma dos interesses da classe a que pertenciam?

Por todos esses motivos, no constitucionalismo monárquico, o povo exprime antes de uma idéia um postulado, um princípio,

do que propriamente uma força organizada. O valor do povo pelas lições da experiência política. Todavia, mesmo assim, esse constitucionalismo possui virtudes, que não podem ser negadas. Embora se apoiasse mais em razões intelectuais do que na existência de uma opinião pública ativa e politicamente organizada, é positivo que a ele devemos o ambiente propício à prática da liberdade de pensamento, que caracterizou grande parte do período monárquico de nossa história.

Sob a República, as práticas da vida pública também não favorecem a organização política do povo. A política regionaliza-se de maneira intensa e formal, e essa regionalização dir-se-ia haver facilitado, na esfera de cada estado, a montagem das famosas "máquinas" graças às quais situações dominantes se perpetuavam no poder. A luta que então se trava decorre por completo entre elementos dissidentes da mesma classe – uma disputa puramente pessoal do poder, visto que o comum sentido ideológico que os animava nem sempre, aliás, claramente percebido ou formulado, não visava outra coisa senão a consagração do sistema competitivo do *laisser-faire*, através dos quais as forças da economia nacional se expandiam.

Essas forças desenvolveram-se desigualmente dentro do país, e no plano político federal, a unidade passou a ser o estado,

Em cada estado existia uma situação dominante, que se assegurava a posse do poder através de sua "máquina". Mais do que nunca o povo permanecia como mero símbolo constitucional. Na realidade, a vida representativa não podia ser mais grosseira.

Nenhuma dessas situações estaduais mostrou-se interessada em organizar politicamente o povo, embora, para salvar as aparências constitucionais, procedessem formalmente como se na vontade popular, regularmente expressa, estivessem apoiadas.

Foi exatamente isto que transmitiu à vida política da Primeira República o caráter de artifício, de manipulação secreta, que a levou à condenação final.

À medida que a sociedade nacional se foi diferenciando, que a sua densidade econômica foi crescendo e que trabalho e capital foram alargando e extremando seus campos, tornou-se claro não ser mais possível identificar nos mesmos grupos políticos a representação de todos os interesses da comunidade brasileira. A política nacional está sendo, pois, convidada a aproximar-se do povo. O futuro pertence aos

partidos que ajudarem o povo a superar as condições adversas que até aqui não permitiram criar a opinião pública militante, autônoma, politicamente organizada, cuja ausência importa o lado negativo por excelência de nossa vida constitucional.

(*Notas à Vida Brasileira*, São Paulo, 1945, págs. 14-28.)

FRANCISCO CAVALCANTI PONTES DE MIRANDA (1894-1979). Nasceu em Alagoas, bacharelando-se em 1911, pela Faculdade de Direito do Recife. Exercendo a magistratura desde cedo, publicou valiosas obras jurídicas, que se emparelham com o que há de mais alto na literatura mundial. Sua produção, que revela assimilação poderosa e fecunda em variados domínios do saber, abrange a literatura, a sociologia, o direito, a política, a filosofia. Com ele, se definiu o propósito de afirmar, conscientemente, a inserção do pensamento científico no processo de desenvolvimento nacional. É ponto de vista defendido pertinazmente em todas as suas obras: transformar os indicativos da Ciência nos imperativos da Ação política. Antecipando esse pensamento, escreveu a obra-prima, que é o Sistema de Ciência Positiva do Direito. Discutindo os temas centrais dessa obra, Djacir Menezes escreveu a tese: *A Teoria Científica do Direito de Pontes de Miranda* (1934), depois traduzida para o Fondo de Cultura Económica, 1946, México.

Embora inacessível ao grande público, pelo caráter técnico e difícil com que foi elaborado, despertou vivo interesse nas elites capacitadas, por meio das quais sua influência tende a crescer. Pensamento impregnado pelo mais alto idealismo científico, mantém-se imune aos sectarismos religiosos e às tendências místicas da filosofia contemporânea fiel aos princípios de objetividade e finalidade da ciência como único caminho para o melhoramento das sociedades humanas.

Obras: À margem do Direito, Rio, 1912; Direito de Família, Rio, 1917; Sistema de Ciência Positiva do Direito, Rio, 1922; Introdução à Política Científica, Rio, 1924; Introdução à Sociologia Geral, Rio, 1926; Os Fundamentos Atuais do Direito Constitucional, Rio, 1936; Fontes e Evolução do Direito Civil Brasileiro, Rio, 1928; Begriff des Werts und Soziale Ampassung, Berlim, 1926; Rechtsgefuehl und Begriff des Rechts, Berlim, 1926; O Problema Fundamental do Conhecimento, Porto Alegre, 1940; Sabedoria dos Institutos, Rio, 1924; Sabedoria da Inteligência, Rio, 1923; Tratado de Direito Privado, Rio, 1955; 60 vols.; Comentários à Constituição Brasileira de 1946, Rio, 1947, 6v.; Garra, Mão e Dedo, Rio, 1954; Democracia, Liberdade, Igualdade, Rio, 1945.

.....

Convicções e causas da democracia

Mais do que vulgarmente se admite, o que alguém pensa sobre certos problemas fundamentais do mundo determina a sua aceitação das estruturas políticas. São exemplos recentes os adeptos do biologismo, principalmente no que se refere às leis de hereditariedade e de seleção natural, elevadas a fundamento de convicção político-social, por parte dos espíritos reacionários (o francês Conde de Gobineau, o inglês Cecil Rhodes, o anglo-alemão Houston Steward Chamberlain, os americanos Madison Grant, Lothrop Stoddard e tantos outros), a concepção materialística da História e a filosofia de Ernst Mach, respectivamente ligadas, as duas últimas, à revolução leninista e à social-democracia.

Assim, há certa correlação entre as crenças ou filosofias, que as pessoas têm, e as escolhas que fazem quanto ao processo ou método de escolha dos chefes ou de quem faz a lei. Tal correspondência vem de longe, na escola humana. Não poderia ser democrática a indicação do chefe em tribos sujeitas a outras.

Não se exagere, porém, a determinação filosófico-política, nem sequer o paralelismo. Às vezes, a contradição está na pessoa mesma, no povo, devido a causas psicobiológicas ou históricas. A filosofia ou crença, de um lado; a ação do outro. Não se pode falar do

povo alemão ou do povo francês, como unidade, conhecendo-se-lhes as origens, a formação dos "senhores" pela guerra ou pela invasão, o luxo e o poder milenar de certas camadas, e o trabalho, a vida honesta e simples de outras. Os males e os erros das nações não estão nas raças e as sub-raças, nos "povos", e sim nas estruturas, no que o presente recebeu do passado e no que o presente fez ou deixou de fazer. Se os ingleses tivessem sido invadidos por volta do século XVIII, ou, mesmo depois, por Napoleão, a Grã-Bretanha não seria um povo que tem um Exército – o Exército inglês possuiria a Grã-Bretanha. A liberdade que permitiu certos traços psicológicos dos ingleses teria sofrido golpes fundos e o inglês mesmo teria mudado. O que importa é a cultura, não a raça. Mesmo ainda, a casta.

1. Filosofia e democracia

Compreende-se que Heráclito e Platão tenham sido pela autocracia; pela política democrática, os sofistas. Aqueles são metafísicos, absolutistas. Esses, prezam a experiência, e são, em filosofia, relativistas. Relativismo filosófico e autocracia dificilmente andam juntos. Os homens que canhonearam os bairros de trabalhadores em Viena não poderiam ser professores de matemática ou de lógica simbólica, menos ainda "nominalistas".

O mundo político da Idade Média reflete bem as suas crenças, a sua metafísica, os seus ideais e as suas limitações.

Quem pensa em monarquia universal ou em governo espiritual da Terra, ou em submissão de outros povos, pensa, necessariamente, em termos de missão vinda de cima ou em termos de força. Leibniz tinha de ser pela autocracia; de outro modo estaria contra o postulado da "harmonia preestabelecida" por Deus, em que ele cria. Spinoza já é pela democracia, mais consentânea com o seu panteísmo.

Platão odiava a democracia a ponto de dizer que tal forma influía em tudo, inclusive nos cães e nos cavalos dos povos democráticos ou dos tempos democráticos.

Aristóteles nem era democrata nem republicano. Pendia para a Constituição com certos princípios vaguíssimos de igualdade e de liberdade, porém que fosse monárquica. Na verdade ninguém sabe ao

certo o que ele queria, salvo o domínio explorativo sobre os outros homens.

Tomás de Aquino preferia o governo de um só; optou, depois, pela aristocracia. Caiu, portanto, como os seus precursores, em julgamento de valor tautológico. A democracia vinha no fim. O pensamento homérico, o complexo heróico, atravessa todos esses espíritos.

O que a História nos mostra é que as formas políticas e os problemas de técnica legislativa constitucional, antes de serem resolvidos pelos juristas e legisladores, foram apresentados como problemas filosóficos e doutrinários. Entre os dois momentos, há período de persuasão, de propaganda, de frutificação na consciência popular. Vem então a pesquisa de fórmula que torne jurídica a nova solução, ou ela mesma se revela aos que mais facilmente percebem as transformações político-sociais.

Nos nossos dias, principalmente depois da Primeira Guerra Mundial, as antenas intelectuais que passaram a captar as regras novas, deixaram de ser as dos filósofos, para ser as dos pesquisadores e a dos técnicos. É interessante comparar-se o grupo que escreveu as constituições francesas do fim do século XVIII e do começo do século XIX com os autores das constituições européias depois da guerra de 1914.

No momento que vivemos, já o povo não precisa de fundamentos da democracia. Ele a conhece; ele a quer. O que lhe importa é a ausência do poder que não derive dele, nem lhe escape à responsabilização. A expressão técnica "O poder estatal está no povo", ou qualquer das suas variantes, "O poder estatal pertence ao povo", "O poder estatal deriva do povo", "Todo o poder público emana do povo", que aparece nas constituições e nos livros de Direito Público, traduz bem, em linguagem esvaziada de metafísica, o que é "soberania popular", "vontade geral" e outras expressões de origem filosófica que pretenderam exprimir, ultrapassando, não sem danos, os próprios propósitos.

O resultado de tal *contemporaneidade* entre pensarem-se os problemas e sentir-se a necessidade de resolvê-los imprime cunho especial ao nosso tempo. Não esperamos mais um século ou alguns séculos, para que o pensamento do passado se realize no presente. A ação é imediata e por bem dizer rente ao pensamento. Como os pensamentos são muitos, a luta é mais acesa, não só a luta dos pensadores entre si, ou dos

homens de ação uns com os outros, mas também entre pensadores e homens de ação, misturadamente.

Para se ter noção da intensidade nunca vista, da subtaneidade, digamos assim, com que se propagou em poucos anos, na Europa e na América do Sul, a forma da figura 7, inserta às páginas 85, e como se mudou, em pouco mais de dez anos, a configuração político-social dos Estados Unidos da América, basta compararmos os dois últimos decênios deste século com quaisquer séculos passados.

Cumpram porém que se não exagere a falta de antecedentes. A Primeira Guerra Mundial foi a exibição espetacular da crise que vinha de longe. Já de algum tempo pululavam filosofias institucionistas, ansiosas de "tocar" o absoluto, de "saborear" o princípio das coisas, "beber o devir puro", desdenhosas dos números e da quantidade, preocupadas com a "qualidade". Tal atenção ao qualitativo, tal ressentimento da quantidade, é sinal clínico de temerem a maioria e sustentarem ser *diferentes*.

Todas menosprezavam a inteligência, as categorias, a lógica, a discussão de proposições. Algumas eram obsessas do sentir, do "incabado", do "total". Outras reeditaram o emanatismo alexandrino. Falaram de êxtase, de continuísmo deslizando, de consciência hostil ao distinto, ao claro. Aludiram ao incognoscível e aspiraram a mergulhar nele, em vez de reputá-lo horizonte recuável. Ridicularizaram o pensamento por meio de conceitos, o rigor científico, as exigências de verificação, o princípio do terceiro excluído.

De nossa parte, vivemos toda a vida a lutar contra essas tendências. Sabíamos aonde levariam; e levaram. Quando, no começo do século, Bergson, no *Essai sur les données immédiates de la conscience*, pág. 128, teve a audácia de escrever que "a mais autorizada educação nada tiraria da nossa liberdade se só nos comunicasse idéias e sentimentos capazes de impregnar a alma toda", compreendemos a que ponto se queria chegar, e se chegou.

Enquanto os cientistas trabalhavam com os seus teoremas ou as suas retortas, os técnicos das indústrias, atentos aos números, às medidas, à produção e à economia do esforço humano, com eles colaboravam na construção de um século que teria, logicamente, de servir ao mundo. Mas os elementos hostis procuravam destruir, em todos os

setores da vida intelectual, a obra da ciência e do pensar livre. Era de vê-los a baterem e a rebaterem as teclas da inexprimibilidade, sustentarem a totalidade indecomponível, àquela educação total, bergsoniana, que tornaria supérflua a liberdade. Falavam de realidade resistente às categorias do entendimento, da intuição e da inspiração superiores à inteligência. No afirmarem os valores inintelectuais, a missão da violência edificadora, facilmente se percebia o terror à inteligência. Chegou-se mesmo à tese de ser inadequada à ordem do estado.

Daí apelar-se para os "destinos" dos povos foi só um passo. A própria ciência passou a ser exposta em termos de receitas úteis, de modo que se não habituasse o cérebro a descobrir e a inventar. Por trás da propaganda de tal método está o resultado de minudentes esforços de psicólogos e pedagogos reacionários, reunidos, bem pagos, em quatro ou cinco focos principais. As cobaias eram, e são, classes e povos. O saber teria de ser ensinado, no que fosse útil a propósitos práticos, porém mutilado em tudo que pudesse assegurar a sua propagação e o seu contágio. Em livros, em revistas, em jornais, em conferências e pelo rádio, insinuaram-se críticas sutis ao pensamento preocupado com os enunciados verdadeiros que se encadeiam com as deduções corretas, com as experiências que se completam e que se entrosam e levam por aí fora a confiança no pensamento humano.

Tal o quadro das autocracias contemporâneas.

2. Psicologia e formas políticas

As autocracias semeiam pessimismo, suspeitas, tristeza. As formas democráticas, servidas de liberdade, são confiantes, otimistas. Essas crêem no homem, na bondade e na inteligência. Aquelas não crêem que os homens sejam bons, nem inteligentes. Vêm nos indivíduos, no povo, multidão de pecadores, necessitados de correção e de força, à semelhança do velho trato que se dava às crianças más.

Tal prática de governo correspondente a formas primitivas do pátrio poder, está em sentido exatamente oposto a tudo que mostra a psicologia contemporânea. Essa ciência se preocupa com o diagnóstico e a extração do mal do que com a imposição e o castigo. Se, no passado, a violência das velhas autocracias correspondia a convicções do valor

educacional dos absolutos e das férulas, já hoje está em flagrante contradição com tudo que se sabe sobre a alma das crianças e dos adultos. De posse de informes, de dados, que provam o que *valem* as formas de governo, algumas democracias passaram a querer somente para si a forma democrática. Tanto mais quanto, por experiência velha, já se conheciam as facilidades de se submeterem aos estrangeiros as autocracias dos povos fracos.

O desejo de absoluto é responsável por algumas das críticas que se lançam contra a democracia. Uma delas é a de ser estado de transição, permanentemente. Será outra coisa a vida mesma? Será a História algo de horizontal, de parado, que exija para os espíritos e as vontades moldes definitivos? Não; e a função do processo democrático é exatamente permitir que se vão descobrindo os preceitos necessários à prosperidade e à paz entre os homens, que se preparem as inteligências e os sentimentos para a recepção rápida de tais conquistas e que se alcancem regras de fundo que liguem os indivíduos.

O que caracterizava a era democrática é, precisamente, a obra de ligar *entre si*, livremente, os homens. Já não é o *religar* por dentro (religião), ou por vagas convicções comuns (direito natural, opiniões de doutores), é o ligar por fora, sem prender os espíritos, rumando-os por movimentos interiores, espontâneos, deles. Isso exige "permanente transição", porém transição que constitui amontoamento de ciência, de técnica, de economia de esforços, de multiplicação da produtividade, de tudo que a inteligência faz dominando as forças.

Quem diz força que se propõe a criar na ordem "social" diz messianismo. Todo messianismo, ainda suave, traz ou suscita ameaça de compressão. Toda compressão, que se pode exercer, vence. Mas, vence sempre por pouco tempo, ou, se dura muito, muda o próprio destino do povo, fazendo-o baixar degraus e degraus na escala dos povos.

Quando tais descidas derivam do Príncipe ou de punhado de homens, sem que as populações mesmas participem da responsabilidade da resistência, é sempre difícil retomar-se o lugar perdido. E é interessante observar-se, em toda a História, que os autocratas ou os que os servem, tudo atribuem à fraqueza ou defeito do próprio povo. Quando eles ganham, enchem-se de glórias; quando perdem, foi que os povos não os acompanharam.

No entanto, os efeitos psicológicos das autocracias é que deveriam ser estudados.

As formas autocráticas como que se espargem por todo o povo: o ressentimento, fato psíquico em que sentimentos de ódio e outras emoções hostis fazem "pano de fundo" na psique, sem objeto claro, preciso, desse ódio ou dessa hostilidade; e o ódio, a vontade de reagir, de revidar, de represália. A vida passa a ser o borbulhar de julgamentos de valor, mais ou menos desencontrados, talvez contraditórios, contra a realidade social, que é, *em verdade*, má, e *por justaposição* contra toda a realidade.

Vulgarmente, quando se fala das rebeliões que seguem às pressões autocráticas, só se tem em mente o fato físico, o motim, a barricada, a gesticulação. Não se vê que essa materialidade cênica, excessiva, é a erupção de mais fundas destruições psíquicas, anteriores. A censura literária e científica, a perseguição política, o terror dos requisitórios policiais, tudo isso faz a auto-intoxicação das massas.

Tarde ou cedo, a descarga vem. Inveja, maldade, malvadez, perfídia, maledicência, são afetos e emoções que tendem a crescer nas autocracias e diminuir nas democracias. Durante os governos violentos que surgiram depois da Guerra Mundial, os psicólogos e psiquiatras tiveram farto material para estudo. Vimo-nos melhor.

Conhecendo-nos melhor, podemos conduzir-nos com menos erros. É o que importa.

O rude cangaceirismo do Nordeste brasileiro, por exemplo, mais interessa à psicologia que à História. O sofrimento do povo russo, sob os czares, a uma e a outra.

Toda pressão injusta, todo ato que invade a personalidade de outrem, ou suscita o revide imediato, como o do cão agredido, ou a reação lenta que deixa maiores conseqüências. Nas autocracias, todo impulso reativo não é fácil: o ofendido deixa de revidar, porque lhe custaria mais (morte, prisão, exílio). Daí retardá-lo. Durante o tempo de retardamento, há intermitente lembrar o ressofrer, que fazem o estado emocional do ressentimento.

Chama-se vingança a execução do impulso reativo retardado. Mas nem sempre o adiantamento conserva essa meta fixa – fixa quanto a tempo e a espaço, e fixa quanto à vítima. Não se tendo conser-

vado o alvo vindicativo, o estado de ressentimento mantém claro-escuro, indistinção de alvo; ou cria algo de simbólico que dê destinação aos impulsos reativos. Vingança supõe fixação do alvo; cóleras, são explosões sem alvo. As compressões à liberdade e à participação dos homens na ordem estatal semeiam tudo isso nas almas das populações. Quem quer que conheça a literatura francesa sobre as revoluções da França, ou a literatura russa sobre o tempo dos czares, tem farta noção que os livros dos psicólogos, ainda recentes, dificilmente supririam.

A psicologia contemporânea mostrou que há contágio psíquico do estado a que podemos chamar de "reação à liberdade deficiente", devido à facilidade de transmissão do ressentimento (Max Scheler). Ainda mais: que o ressentimento, socializando-se, se transforma em dever (J. M. Guyau). Quando não há mais reação, é que o reflexo de servilidade (Pavlov) já fez o ofendido sentir-se *inferior*, como aconteceu na escravatura.

O sentimento de um povo já sem revide, sem protesto, sujeito à autocracia, é o de um povo de escravos, ou de um povo de criados, ou o de um povo de crianças. A História e o presente do mundo estão cheios de exemplos. Daí a tragédia dos líderes.

A prática da democracia, ligada ao respeito à liberdade, livra o povo da modorra do ressentimento, das soluções políticas extremas, da inveja e do ódio. Não se lhe insinua a servilidade.

As próprias guerras são, em parte, desvios provocados pelos opressores internos, para que se não prossiga na democratização de seus países. O mal está na estrutura política e não no povo.

Não se diga que os povos democratizados chegaram a tal estado político-social porque eram ricos e poderosos. A estruturação democrática e as liberdades auxiliaram tais povos à obtenção da riqueza e do poder. Povos há que precisam curar-se das marcas do despotismo, como outros se curaram.

(*Democracia, Liberdade, Igualdade. Os três caminhos.*
Rio, 1945, págs. 201-208).

JOAQUIM PIMENTA (1886-1963). Nasceu em Tauá (Ceará), onde aprendeu as primeiras letras, Português e Latim. -- Em Fortaleza, continuou os estudos no Liceu, entrando depois para a Faculdade de Direito. Espírito ávido de conhecimentos, assimila rapidamente os melhores autores que corriam ao alcance da mocidade acadêmica. A leitura atenta e refletida de Taine, de Renan, de Spencer, que Soriano de Albuquerque disseminava entre os estudiosos, abriu-lhe horizontes inesperados, onde as suas convicções religiosas se dissiparam. Redigiu violentos jornais estudantis, incompatibilizando-se com a oligarquia que dominava a Província. Em 1910, embarcava, com seu companheiro Adonias Lima, para o Recife, onde continuaria o curso jurídico, doutorar-se-ia e, após desassombroso concurso que recordaria os tempos de Tobias, tornar-se-ia catedrático da tradicional faculdade.

Temperamento combativo, Pimenta participou e liderou os mais sérios movimentos operários do Nordeste, segundo conta, documentadamente, citando numerosas testemunhas, várias delas ainda vivas, no seu admirável livro de memórias. Foi um dos primeiros intelectuais a escrever, com grande conhecimento dos clássicos socialistas, sobre o problema social, mantendo renhidas polêmicas na imprensa recifense. Transferindo-se para o Rio, e abandonando qualquer atividade política, dedicou-se, exclusivamente, aos encargos do magistério superior, ocupando a cátedra de Legislação Social e Direito do Trabalho, na Faculdade Nacional de Direito (1930).

Obras: A Questão Social e o Catolicismo, Recife, 1920; Sociologia e Direito, Recife, 1928; Golpes de Vista, Recife, 1930; Ensaio de Sociologia, Recife, 1915; Sociologia Jurídica do Trabalho, Rio, 1940; Cultura de Fichário, Rio, 1940; Enciclopédia de Cultura (Sociologia e Ciências correlatas), Rio, 1955; Retalhos do Passado, Rio, 1949.

.....

História de uma greve no Recife

... **O** meu primeiro contato com a massa proletária de Pernambuco foi em uma conferência que realizei em 1919, no Teatro Municipal da cidade de Jaboatão, para um auditório, na sua maioria, de trabalhadores das oficinas da Great Western.

Já sindicalizados, formavam eles o núcleo central de arregimentação e controle de todo o operariado da empresa, não só em Pernambuco, como em Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Entre os dirigentes do sindicato, também operários das oficinas, destacavam-se Sebastião Eusébio, Antônio de Lima, Manuel Conceição e Euclides Vieira Sampaio, os quais orientavam e superintendiam os elementos de ligação entre todas as oficinas e estações ferroviárias dos quatro estados, de tal modo articulados, que bastava que se lhes enviasse um emissário ou ordem telegráfica, para que imediatamente parasse todo o serviço de tráfego. Executando uma conferência erudita sobre a guerra, com o título – *As Sugestões da Força* – que em 1917 li na Associação Cristã dos Moços, posso dizer que foi aquela a primeira vez em que me aventurei a falar em público, de improviso, pois, embora com cinco anos de curso jurídico, nove de formatura e dois concursos para o professorado, era tal o pânico que me causava a tribuna, que pro-

curava sempre esconder-me ou escapulir-me das reuniões onde pudesse ser aclamado para discursar.

O segundo contato foi o que decidi a minha participação em uma série de acontecimentos que tanta repercussão tiveram em todo o país, foi em uma assembléia, que presidi, de fundação da União Cosmopolita, nome dado ao sindicato dos trabalhadores da Pernambuco Tramways.

Não obstante o entusiasmo que dominava o ambiente, observei que havia certa apreensão, se não receio da atitude que viesse a tomar a companhia contra os empregados ali reunidos, muito particularmente contra os que mais se tinham salientado como promotores da organização. Não era sem motivo que temessem qualquer ato de hostilidade porque sabiam, por experiência própria, quanto aquela empresa era autoritária e inacessível em atendê-los fosse no que fosse, tanto mais em permitir que se associassem para a defesa de direitos que ela jamais suportaria que pudessem ter a veledade de os reivindicar.

Foi com essa impressão que me retirei da assembléia, embarcando no mesmo dia com minha mulher para a capital da Paraíba, incumbido, pelo Presidente João Tomé, de representar o Governo e o povo do Ceará nas homenagens que ali iam ser tributadas ao Dr. Epitácio Pessoa.

Regressava ele ao Brasil em um vaso de guerra americano, o *Idaho*, depois de cumprida a sua missão de embaixador na Conferência Internacional da Paz, em Versalhes, e de uma visita oficial aos Estados Unidos da América do Norte, tendo resolvido rever a terra natal antes de assumir a Presidência da República.

É fácil de avaliar, dispensando detalhes, o que foi a sua recepção: toda a cidade em reboição, com as ruas, por onde o seu carro passava, apinhadas de povo em ovações ao conterrâneo insigne. No Palácio do Governo, repleto de convivas, um vasto banquete em que o protocolo, muito precavidamente, apenas incluíra dois discursos, o do Governador, Dr. Camilo de Holanda, e o do homenageado.

Eu é que não podia partilhar ou saturar-me à vontade daquele ambiente de festas, com uns calos que os sapatos novos me faziam doer terrivelmente, obrigando-me a procurar uma sala vazia, onde tive de os descalçar para aliviar os pés.

Nessa ocasião, passava o Desembargador Pedro Bandeira com um cavalheiro de ar respeitável, o qual, assim que me foi vendo como se estivesse eu na minha casa, sorriu e murmurou qualquer coisa que fez o outro voltar-se, logo se aproximando os dois e apresentando-me o desembargador um colega do tribunal de cujo nome não me recordo.

Soube, depois, que ele havia dito:

– Olhe como aquele matuto está acuado com as botinas. Só pode ser falta de costume...

O Presidente Eptácio Pessoa poucas horas demorou na Paraíba, embarcando, acompanhado de sua senhora, D. Mary, de uma filha e de dois ou três secretários, no mesmo vapor em que devíamos voltar ao Recife, da Companhia Comércio e Navegação de propriedade do Conde Ernesto Pereira Carneiro, que também se encontrava a bordo.

Tivemos de viajar a noite inteira para alcançar o *Idaho* que, por não ter podido, de tão grande calado, atracar no Cabedelo, esperava os seus passageiros em alto mar, bordejando já em águas de Pernambuco.

Embora nada tivesse ocorrido de anormal, quase ninguém dormiu com os solavancos do barco, muito pequeno, pulando sobre os vagalhões, com um céu nublado e escuro como breu. Quem mais sofria era D. Mary, muito nervosa, muito inquieta, em sobressalto a cada arfagem mais brusca do navio, como se este, colhido e enrolado pela fúria das ondas, fosse desmantelar-se ou, por desvio de rota, despedaçar-se de encontro aos arrefices. Para aquele estado de exaltação de nervos muito contribuiu o abalo por que passara, ao descer do *Idaho* para a lancha que a conduziu à terra, não tendo, por um triz, caído no mar, escapando, com as roupas ensopadas, graças à agilidade com que a segurou um marinheiro americano, de ser arrebatada pelas vagas.

Era de ver a solicitude, o carinho com que o Dr. Eptácio Pessoa procurava tranquilizá-la, interrompendo, de momento a momento, uma longa narrativa, com evocações pitorescas, que me fazia da sua vida de estudante em Pernambuco; o seu curso de humanidades no Ginásio Pernambucano, o de direito na faculdade; depois, já bacharel, promotor público da comarca de Belo Jardim, no interior do estado, transferido para a do Cabo, muito mais perto da capital, de onde saiu, com a proclamação da República, para secretariar o governo da Paraíba.

Nas suas recordações do Recife, da cidade, dos seus arrabaldes, do seu povo de antigos colegas, de mestres, de amigos, de famílias, com as quais privara; de acontecimentos de vulto ou de simples episódios que se esquecem, de comuns, de triviais; nesse remexer de um passado já distante, discorria com tal vivacidade, com tal precisão de detalhes, não poucas vezes, emotivo e saudoso, que, a mim, mais me parecia que, em lugar de ter desembarcado no Cabedelo para rever o solo natal, deveria descer no Lamarão, rumando de lancha, até a Lingüeta, para o Recife.

Da sua cátedra de professor da Faculdade de Direito quase não fez referências, porque, também, a sua passagem por ali foi transitória. Contou-me, porém, o início da sua carreira política, ou, antes, como ingressara na Constituinte, ainda muito jovem, tornando-se logo famoso na tribuna parlamentar pelo desassombro com que combateu o golpe de estado do Marechal Floriano Peixoto.

Sua única ambição, depois de formado em direito, era seguir a carreira de advogado, quando foi surpreendido por um convite do Dr. Venâncio Neiva, governador da Paraíba, para exercer o cargo de secretário do Governo. Aceitou-o, sem abandonar o propósito de, assim que pudesse, tentar a vida forense.

Mas um dia recebeu do Dr. Venâncio Neiva a incumbência de redigir um manifesto sobre a eleição de candidatos à primeira Assembléia Constituinte da República, tendo verificado que, dos nomes a serem sufragados, faltava um para completar a chapa.

Chamando para o caso a atenção do Governador, disse-lhe este, sorrindo:

– Era uma surpresa que eu tinha reservado para você...

– A este homem, concluiu o Presidente Epiácio Pessoa, devo tudo que tenho sido até hoje. Mais do que um amigo, foi um pai para mim.

Antes, com o mesmo sentimento de gratidão se referira ao seu tio Barão de Lucena, que o acolhera e amparara, órfão e pobre, internando-o no Ginásio Pernambuco.

Ao amanhecer divisamos ao longe a silhueta do *Idaho*. Um monstro de aço, parecendo imóvel, indiferente ao próprio mar, ainda

encapelado, com as vagas roçando-lhe brandamente, acariciando-lhe o casco.

O desembarque tinha que ser feito, de cada pessoa, em uma cesta, presa a um guindaste, com descida para um lote encostado ao navio, pouco distante do cruzador americano.

Quando chegou a vez de D. Mary, houve que acalmá-la e convencê-la de que tudo correria bem, recomendando insistentemente o Conde Pereira Carneiro aos seus marujos todo cuidado na manobra do guindaste. Mas, infelizmente, e, talvez, por muito preocupados e apreensivos com tanta responsabilidade a pesar-lhes sobre os ombros, antes de arriá-la a tempo, deixaram a cesta cair e bater de chofre sobre a água, ouvindo-se de dentro um grito de pavor.

O Dr. Epitácio Pessoa, aflito, atordoado, fora de si, não se conteve e desandou numa tremenda repreensão àqueles homens, já atônitos, confusos, aparvalhados com o que acabava de acontecer, enquanto o Conde, muito pálido, desapontado, mal articulava algumas palavras, lamentando o incidente, aliás, sem outras conseqüências, além dos sustos que causara.

Naquela explosão de cólera, não vi nem o Presidente da República nem o embaixador da Paz nem o antigo ministro do Supremo nem o professor nem o jurista; vi o homem ancestral, de sangue indígena, que todo nordestino traz dentro de si, apenas adormecido e encoberto por um verniz de convenções sociais, que ele não custa em romper, ao primeiro choque de uma contrariedade mais forte.

O Dr. Epitácio Pessoa era exatamente assim: impulsivo, impetuoso, irrefreável e capaz, quando irritado, de ir ao extremo da violência. Por isso, os seus adversários políticos lhe atribuíam uma *alma de can-gaceiro*. Não era nada disso; era o resíduo psíquico, hereditário, de uma raça, aparentemente recalçado, comprimido, porém não extinto; ou pulsando, latente, para, de súbito, explodir, restituindo-o à taba dos seus longínquos avós...

* * *

Mal desembarcava no Recife, era informado de que a Pernambuco Tramways tinha demitido todos os empregados eleitos para a

diretoria da União Cosmopolita, ameaçados outros de igual sorte causando este ato de arbitrariedade grande agitação no seio da classe.

Urgia, pois, uma reação imediata e só podia ser a greve. Não havia outra atitude a tomar senão a de luta franca com uma empresa bastante poderosa pelo prestígio que desfrutava junto ao Governo, importando ainda na suspensão de um serviço de interesse público, luta que iria depender de uma série de fatores, três dos quais se me afiguravam decisivos para o seu bom êxito ou para o seu fracasso.

O primeiro, era a solidariedade integral dos trabalhadores do tráfego, da usina elétrica e das oficinas de reparação, sobre o qual não restava mais dúvida com a paralisação rápida e completa daqueles três setores, deliberada, à noite, em assembléia-geral do sindicato, e executada logo ao amanhecer do dia seguinte.

O segundo, que reputei não menos importante, era o modo como a população do Recife receberia uma greve que inopinadamente iria privá-la do principal meio de transporte. Porque do seu apoio moral, ou faltando este, bem poderia resultar que se contivesse o Governo em uma posição de neutralidade, senão de mera expectativa diante dos fatos, ou se desmandasse em medidas de repressão, que fizessem abortar o movimento.

Era preciso, pois, conquistar, quanto antes, a opinião pública, ou pelo menos, não a ter em hostilidade à nossa causa.

Em vez de lhe dirigirmos um apelo sentimental, suplicando amparo para uma classe explorada, oprimida, indefesa, valemo-nos da única arma que, tínhamos certeza, iria penetrar bem fundo na sensibilidade do povo pernambucano: o seu velho e belicoso nativismo-sentinela que, desde o alvorecer da nossa formação histórica, jamais adormeceu sobre a cadeia dos arrecifes, alerta e vigilante contra quem quer que tentasse entrar a barra, para cravar no solo ancestral a lança sacrílega de um poder estranho...

Em boletins distribuídos por todos os recantos da cidade e pelas estações da Great Western, para o interior do estado, justificávamos a atitude dos empregados da Pernambuco Tramways como um gesto natural e legítimo de defesa de um direito que a Constituição de 1891 plenamente lhes garantia: o de se reunirem e se associarem, sem

outras restrições além das que a lei prescrevia para assegurar e manter a ordem pública.

Entretanto, não satisfeita de explorar o trabalho pessimamente remunerado do operário brasileiro, ainda o tratava como um pária, como se o Brasil fosse uma colônia de nações estrangeiras, para as quais a sua soberania nada valesse e, como esta, as leis que dela emanavam.

Batendo sempre nessa tecla, o efeito não se fez esperar: a causa dos trabalhadores da empresa passou a ser, em vez de uma simples questão de classe, uma questão de dignidade nacional.

Era o que se depreendia dos comentários de rua, nos cafés, nas casas de negócio, onde quer que se juntassem duas ou mais pessoas, todas unânimes em dar razão aos grevistas, em os estimular a que não cedessem e se deixassem abater e dominar como escravos de uma "companhia de estrangeiros". Nem a veia humorística faltou aos que, sem transportes, agüentavam a pé, gracejando, as distâncias entre a capital e os subúrbios, ou atravessavam as pontes para irem do bairro da Boa Vista até o bairro do Recife.

O terceiro, era a solidariedade de outras organizações sindicais, já sob controle do seu órgão supremo – a Federação Regional do Trabalho. Procuramos um entendimento com o seu comitê executivo, do qual resultou uma convocação, sem perda de tempo, dos representantes dos sindicatos federados, votando-se, por unanimidade, irrestrito apoio, moral e material, à União Cosmopolita. Embora ainda não estivesse filiada à Federação, esse apoio não fora de causar surpresa, porque o que estava em jogo não era apenas o direito de liberdade sindical de um determinado grupo de trabalhadores, mas de todo o operariado pernambucano. Aqui, não era mais o sentimento nativista da maioria ou de toda a massa obreira, que se erguia e impunha aquela adesão unânime: era a voz de uma consciência de classe que se ensaiava em distinguir a linha fronteira e os pontos estratégicos que o marxismo havia marcado à luta entre o proletariado e a burguesia...

Para esse trabalho de estratégia ideológica já dispunha a Federação de um pequeno núcleo de orientadores de massas, para os quais Moscou se tornara em uma nova Jerusalém, e Lênine como que uma reencarnação do gênio apostólico de São Paulo.

A União Cosmopolita reclamava, com a reintegração dos empregados demitidos, o seu reconhecimento, pela empresa, como órgão representativo da classe, além de outras concessões referentes ao horário de trabalho, à melhoria de salários, inclusive a supressão da "nota secreta", que nada mais era do que uma simples denúncia, pela qual os condutores e motorneiros de bondes eram sumariamente suspensos ou dispensados do serviço, muitas vezes ou quase sempre, sem darem pelo motivo e sem qualquer direito de defesa.

A obstinada recusa da superintendência da Pernambuco Tramways em atender a tais reivindicações acabou precipitando a adesão de todo o operariado, ampliando-se o movimento grevista com a paralisação total do tráfego da Great Western, dos serviços de estiva, de carvoarias e dos armazéns do bairro do Recife, ou, antes de toda a zona portuária, inclusive dos navios ancorados no porto; suspensos ainda os transportes em automóveis de praça, caminhões e carroças, fechadas todas as fábricas e padarias da capital e dos subúrbios.

Uma greve geral em proporções, como até hoje jamais se verificou em todo o Brasil, isolando o Recife do interior do estado, por um controle da rede ferroviária, de tal modo rigoroso, que, sobre os trens ainda em trânsito, teve o Governo de entender-se conosco para que prosseguissem até a última estação. Desse controle dá ainda uma idéia, além de outros fatos, o seguinte fato, ocorrido com o Dr. José Gobat, hoje advogado nos auditórios do Rio: necessitava ele de ir com urgência à cidade de Pesqueira, distante mais de duzentos quilômetros do Recife, em cujo foro teria de assistir a um processo de julgamento inadiável. Aflito por impossibilitado de obter condução, apelou para nós, conseguindo transporte em um carro de linha da própria estrada, arvorando este uma bandeira vermelha, como senha de livre curso.

Uma estrondosa passeata pela cidade proclamou a nossa vitória, sem que se tivesse registrado um só ato de sabotagem contra a empresa, nem o menor atrito com os piquetes de força policial, destacados para manterem a ordem nas ruas e guardarem os escritórios e oficinas não só da Pernambuco Tramways, mas, ainda, dos locais de trabalho das outras empresas atingidas pela greve.

Aliás, a minha preocupação maior, como líder do movimento, era triunfar pelo poder de solidariedade e de disciplina da

massa proletária, procurando, a todo custo, conter exaltações que degenerassem em distúrbios, conseqüentemente, em choques inevitáveis com a polícia, de sobreaviso e pronta para agir com violência ao primeiro indício de agitação e tumulto, que se manifestasse.

(*Retalhos do Passado*. Rio, 1949, pag. 196-202.)

JOÃO RIBEIRO (1860-1934). Nasceu em Laranjeiras, transferindo-se para o Rio aos 21 anos. Toda sua atividade se desenvolveu na imprensa e no magistério, sendo reconhecido como um dos mais autênticos valores intelectuais de sua geração. Poeta, cronista, historiador, filólogo, crítico literário, deixou incomparável produção em jornais e livros. Escrevendo em estilo vivo e claro, com rara elegância e fluência, era profundo conhecedor dos clássicos. Foi membro da Academia Brasileira e da Academia de Ciências de Lisboa e catedrático de história do Colégio Pedro II e de Português da Escola Dramática do Distrito Federal.

Obras: Versos, Rio 1879-1889; Crepúsculo dos Deuses, tradução do alemão, Lisboa, 1905; Floresta de Exemplos, Rio, 1931; Exame de Admissão, em colaboração com Raja Gabaglia, Rio, 1916; História do Brasil, cursos primário, médio e superior, Rio, 1900; Seleta de Autores Contemporâneos, 2ª ed., Rio, 1896; Gramática Portuguesa, cursos primário, médio e superior, Rio, 1886-1887; Seleta Clássica, 3ª ed., Rio, 1914; Frases-Feitas, Rio, 1ª série, 1908; 2ª série 1909; Fabordão, Rio, 1910; Folclore, Rio, 1919; Cartas devolvidas, Porto, 1926; Goethe, Rio, 1932; A Língua Nacional, S. Paulo, 1933.

.....

*O período regencial*¹

Com a abdicação do Imperador, coagido pela indisciplina militar, desencadeou-se a anarquia por quase todos os pontos do país. Até que o Exército voltasse à tranqüilidade das suas verdadeiras e legítimas funções, não foi possível contar com a ordem. Os partidos exaltados, que o freio da autoridade a custo continha ameaçavam subverter a nova nacionalidade, quando, no dia imediato ao do triunfo revolucionário, por feliz inspiração, senadores e deputados se reunirão e escolheram uma Regência interina (Marquês de Caravelas, Brigadeiro Francisco de Lima e Silva e Campos Vergueiro) que tomou a peito a manutenção da ordem.

Exageradamente dizia o novo Governo no – Manifesto à Nação – que os inimigos dele eram "tão poucos e tão fracos, que não

(1) Achamos útil estabelecer a sinonímia de nomes e títulos que tanto embaraçaram os estudiosos da história nacional neste período: Joaquim Carneiro de Campos é o Marquês de Caravelas; José da Costa Carvalho foi depois Marquês de Monte Alegre; Cândido José de Araújo Viana, Visconde de Sapucaí; General Soares de Andréia, Barão de Caçapava; Pedro de Araújo Lima, Marquês de Olinda. No período anterior, General Lecor, Barão de Laguna; Coronel José Lima e Silva, Visconde de Magé; José Clemente Pereira não teve título, a sua viúva teve-o de Condessa da Piedade, no Segundo Reinado.

mereciam consideração; mas que velava sobre eles como se fossem muitos fortes".

Com grande trabalho iniciou o Governo a pacificação na Bahia, onde, sob pretexto de antigas desforras, os nativistas maltratavam ou assassinavam os portugueses; igualmente agiu em Pernambuco e em Minas.

Quando eleita regularmente, logo depois, a 17 de julho pelas duas câmaras, a Regência Permanente Trina (Brigadeiro F. Lima e Silva, Costa Carvalho e Bráulio Muniz), continuaram com maior intensidade no Rio os tumultos militares, que o Ministro da Justiça, Diogo Antônio Feijó, revelando grande capacidade política e energia inquebrantável, conseguiu reprimir prendendo alguns oficiais rebeldes, dissolvendo os corpos de linha amotinados, criando a Guarda Nacional e com esta submetendo um corpo de artilharia da Marinha que se insurgia na ilha das Cobras.

O grande incitador de revoltas, quando não o apoio delas, era o Exército, então corroído desde a revolução de 7 de abril pelo cancro da indisciplina; será ele igualmente a vítima principal da revolução. A discórdia divide as fileiras e cria entre elas abismos irreduzíveis: soldados expelem oficiais e uns e outros depõem os seus comandantes. E é no seio dessas míseras intrigas e à custa delas que, ao menos na Capital, se formulam e se definem os partidos extremos.

Nas províncias a situação ainda era mais sombria, e longas e duradouras revoltas as enlutavam; todas sentiam os vexames naturais dos governos e aproveitavam agora o momento para vingar ultrajes e agravos que o tempo não havia ainda dissipado; no Pará, as tropas amotinadas depunham os generais, aprisionavam ou assassinavam os governadores, com o auxílio faccioso de todos os desordeiros, e só ao cabo de quatro anos pôde Brigadeiro Soares de Andréia, com 1000 homens, apoiado em forças navais, restabelecer a ordem e o prestígio da autoridade e assim terminou a chamada revolta da Cabanada, cujos chefes eram o Tenente-coronel Félix Malcher (morto na ação), Pedro Vinagre, Angelim e outros; em Pernambuco, com a notícia da abdicação a chamada Setembrizada da tropa saqueou a cidade; a discórdia durou outros tantos anos; soldados ébrios e alucinados puseram a cidade em saque, como em guerra de extermínio, e o povo, saindo fora de muros,

teve que pegar em armas para abater a desenfreada soldadesca; no Maranhão, os anarquistas tentaram eliminar o escol da sociedade, expulsando os magistrados, o Presidente (Araújo Viana, Marquês de Sapucaí) e o comandante das armas; no Ceará, um restaurador, Pinto Madeira, que considerava nulo o ato da abdicação, com 3000 aderentes perturbava a província com os seus asseclas, que se renderam afinal a labutut; até no remoto Mato Grosso a anarquia cobrava o tributo de sangue.

O altivo exemplo do povo em Pernambuco, combatendo a soldadesca em vários encontros em que pereceram trezentos dos indisciplinados e foram aprisionados oitocentos, não conseguiu contudo estabelecer duradoura paz. Alguns meses depois repetiram-se os mesmos horrores, quicá mais sanguinolentos. Em Panelas de Miranda rebentou a revolta dos cabanos com as atrocidades próprias das guerras sertanejas, com toda arte da insídia e da emboscada. Quatro anos durou a luta dentro das matas, e só a palavra piedosa do bispo pôde alcançar contra a cólera do rebeldes o que não pôde o aparato ou a ação de seis mil homens de guerra.

No Pará, a sedição militar de 7 de agosto de 1831 depôs o novo governador, Visconde de Goiana, apenas chegado, e aprisionou outros cidadãos, entre os quais um famoso Cônego Batista, que, evadindo-se da prisão, saiu a revolucionar o interior, pregando morte contra os portugueses. Muito custou restabelecer a ordem abalada, e essa disciplina sucessivamente sacrificou as autoridades do Governo, o Presidente Malcher (em 1835), baramente fuzilado por um grosseiro comandante das armas, o célebre Vinagre. Sò em 1836 o Brigadeiro Andréia consegue com energia, vigor e espírito de justiça pôr um têrmo à anarquia.

Nunca o Brasil atravessou período tão difícil e calamitoso, e, se o coração do país, S. Paulo, Minas e Rio, menos turbulento que o resto, não lhe desse o nutriente alimento da ordem, como na Guerra da Independência, é certo que naufragaria.

Os políticos do momento refletiam nas correntes dos seus partidos a mesma instabilidade social. Havia os *Exaltados*, que mais próximos estavam dos sediciosos; os *Moderados*, que sustentavam a Regência e conseguiram manter a ordem (ambos estes partidos originaram-se dos revolucionários da Abdicação); e os *Restauradores* (também

chamados *Caramurus*), que ansiavam cegamente reconstituir o passado, e que era decerto o partido dos homens mais eminentes da época (José Bonifácio, Cairu, Paranaguá), cujo prestígio entretanto a revolução havia demolido em proveito dos homens novos.

Os processos da revolução, em geral, com seus lances de arbitrio e de força, não comportando a prudência dos homens experimentados, espontâneamente caem nas mãos dos homens novos, sem ligação com o passado. E a um regime novo tanto mal fazem os reacionários como os exaltados.

Na própria Côrte, o Governo teve que bater uma revolta de exaltados e outra dos restauradores.

Não conseguindo contudo tirar a José Bonifácio, alma de um dos partidos rebeldes, o cargo de tutor do jovem imperante, a Regência apresentou a sua exoneração (30 de julho de 1832), que não foi aceita pelas Câmaras; mas a política geral tomou um novo rumo desde que se acentuou a supremacia do partido moderado².

Os representantes da nação tiveram após tão duras experiências, uma inspiração feliz. Compreenderam que a inflexibilidade das opiniões denegeram em insurportável tirania. A expressão mais cabal dessa política encontra-se no Ato Adicional, que reformou a rigidez da Constituição (12 de agosto, 1834), satisfez ao espírito local pela criação das assembléias provinciais, aboliu o Conselho de Estado e reforçou a autoridade do governo central, reduzindo os regentes a um único; com grande prudência pôde-se obstar a fragmentação do território, que o seria a adoção de presidentes eletivos das províncias e assim outras propostas radicais que não acharam aprovação.

No fundo, o que abrasava essa época era a questão de toda a América entre federalistas e unitários. A Regência resolveu esse grandioso *desideratum* por uma sábia transação com as doutrinas extremas.

O Partido Restaurador, depois de destruídos os seus órgãos, a Sociedade Militar e a imprensa, preso José Bonifácio, desapareceu da cena política com a morte de D. Pedro I (1834).

(2) José Bonifácio foi suspenso de tutor e exilado para a Ilha de Paquetá, sendo substituído pelo Marquês de Itanhaém.

Em 2 de dezembro de 1833, exaltados e antimonárquicos fizeram uma manifestação contra o partido Restaurador, em circunstâncias que assumiram alguma gravidade. Grupos em desordem, tendo à frente alguns juizes de paz, assaltaram a Sociedade Militar, inutilizaram móveis, papéis e ainda saíram a quebrar tipografias dos jornais monárquicos.

Não contentes com essa eliminação, lembraram-se de ir à Quinta da Boa Vista, prenderam o velho José Bonifácio, que enviaram em custódia para a ilha de Paquetá, e trouxeram o Imperador menino para o Paço da cidade, fatos já referidos.

A experiência logo demonstrou, apesar do trabalho insano realizado, que não se havia vencido o federalismo extremo das Províncias, e a indisciplina das tropas e a rebeldia dos turbulentos.

A eleição de 1835 entregou a segundo regência ao homem de maior energia do tempo, o Senador Diogo Antônio Feijó.

Foi essa a primeira experiência da República, com o chefe eletivo do Governo³.

A guerra civil e a luta parlamentar absorveram o estadista, cuja popularidade não deixou de sofrer com tamanho golpe.

A Revolução Federalista do Rio Grande do Sul rebentou a 10 de setembro de 1835. O caudilho dos revolucionários, Bento Gonçalves, com seus asseclas expele do território as autoridades legais e domina a província. A Regência envia um novo Governo, José de Araújo Ribeiro, que foi bem recebido em Porto Alegre, conseguiu reunir alguns elementos favoráveis à ordem legal e ganhar um dos caudilhos, o indeciso Bento Manuel Ribeiro, e dispôs-se então a combater a revolta. No combate do *Fantá* (outubro de 1836), os sediciosos são derrotados, e o chefe Bento Gonçalves batido, preso e enviado para o Rio de Janeiro. Os seus camaradas, então, proclamam, em Piratinim, a república e aclamam presidente o prisioneiro do governo central; o principal chefe dos legalistas rio-grandenses, Bento Manuel Ribeiro, a cujo prestígio e força o Governo deveria a vitória, passou-se de novo para os republicanos, tomou Caçapava com toda a guarnição e deu grande importância à rebelião.

(3) O Padre Feijó foi eleito por 2.826 votos; os eleitores do Norte deram votação significativa a Holanda Cavalcanti, homem imparcial e alheio aos partidos.

O presidente prisioneiro, Bento Gonçalves, transferido do Rio para o Forte do Mar, na Bahia, evadiu-se e voltou para o Rio Grande. Por esse tempo as mutações rápidas da política, dando grande versatilidade ao prestígio dos homens, enfraquecia a autoridade dos que governavam e que no dia seguinte podiam ser afastados pelo ostracismo. As evasões de prisioneiros políticos eram, então, coisa fácil, porque a experiência hartamente ensinava que os decaídos da véspera haviam de ser os senhores de amanhã.

O poderio dos separatistas tomou proporções tais que nem esse, nem o Governo subsequente conseguiram anular ou sequer restringir, e só no tempo do governo pessoal de Dom Pedro II, pode o grande pacificador Barão de Caxias, em 1844, submeter os revolucionários, que depuseram as armas e aceitaram a anistia imperial.

A guerra do Rio Grande teve muitas fases depois da fuga de Bento Gonçalves. Os imperiais foram derrotados em Rio Pardo; os revoltosos, necessitados de um porto tomaram Laguna (1839), sem resistência, e armaram naus de corso que infestaram aquelas paragens. O enérgico Marechal Andréia foi nomeado para governar a província rebelada. Os legalistas lutaram com os rebeldes no passo de Taquari, mas sem obter vantagem (maio de 1840), apesar do que assoalharam o feito como grande vitória.

Como quer que seja, foram enfraquecendo pouco a pouco os republicanos. A Regência (era o Ministro Antônio Carlos) e o Marechal Andréia procuraram empregar todos os meios suasórios, prometendo anistia, favores e perdão aos revoltosos; mas não se entenderam, porque era excessiva a arrogância dos republicanos.

Pelos fins de 1842 o Império confia a missão pacificadora ao prudente e experimentado Caxias. Desde logo o pacificador, que já o havia sido de S. Paulo e Minas, faz aprisionar o antigo revoltoso Rafael Tobias (de São Paulo e que partia para fazer junção com os insurgentes), em Passo Fundo, e aproveita os serviços de Bento Manuel, que obteve vantagens em Camaquã e em Ponche Verde; outros legalistas ganharam as vitórias de Pau-Ferro e Piratinim. As linhas imperiais desde o Jaguarão até São Borja logo auguraram a derrota final dos republicanos (1844).

Já estavam dispostos a negociar a paz, quando os sediciosos foram surpreendidos por Chico Pedro em Porangos, e sofreram grande desastre, perdendo Canabarro o seu arquivo.

Afinal, a paz foi pactuada, concedendo-se anistia geral e as honras dos postos que tinham na guerra os chefes da insurreição (1845).

* * *

Na luta parlamentar e política o fato de maior amplitude foi a criação do partido Conservador, formado pela aliança dos restauradores reacionários com os liberais moderados, o que foi obra de Bernardo de Vasconcelos⁴ e Araújo Lima (Marquês de Olinda). O novo partido triunfou nas eleições de 1836, e Feijó, demitindo-se, chamou ao governo o chefe da oposição, Araújo Lima. A renúncia do grande estadista originara-se das agruras da luta parlamentar. A guerra civil do Rio Grande, as leis de limitação da liberdade da imprensa e a oposição do Parlamento haviam abalado profundamente a sua popularidade. A nação caminhava para o parlamentarismo e Feijó opunha-se ao que lhe parecia excessiva usurpação do Parlamento. Não querendo formar ministério tirado da Câmara, nem podendo formá-lo fora dela sem se impopularizar, preferiu quebrar a ceder, e ir-se embora antes que transigir. Já nesse momento falecera Evaristo da Veiga, o espírito conciliador, e a fuga de Bento Gonçalves, do Forte do Mar, excitava as paixões dos monarquistas. Todavia, o ato da renúncia explodiu no meio das lutas políticas com espantosa surpresa, conhecida como era a energia indomável de Feijó, afinal abatida⁵.

(4) Quando ministro, fundou o Colégio de Pedro II (1837).

(5) No tempo da regência de Araújo Lima duas rebeliões menores afligiram a paz: a Sabinada na Bahia (1837) e a Balaiada no Maranhão (1838), são ainda os remanescentes da indisciplina geral.

Na primeira, o cabeça, Dr. Sabino da Rocha Vieira, queria a república baiana provisória até à maioria, depôs o pusilânime Presidente Sousa Paraíso, mas o Vice-Presidente Honorato em Cachoeira resistiu a essa violência té que a Regência enviando o Marechal Calado deu combate aos revoltosos, tomou a cidade que estava em poder deles que foram derrotados com 800 mortos, mais de mil prisioneiros, sendo maior o número dos fugitivos.

A Balaiada rompeu no Maranhão que estava dividido entre cabanos (conservadores) e liberais (bem-te-vis). Um dos cabeças do motim, Manuel Francisco

Sob o novo regente, Bernardo Pereira de Vasconcelos, seu ministro, criou o Colégio Pedro II; iniciou-se nesse tempo o Instituto Histórico.

Desde então regularizaram-se as duas correntes políticas, *conservadora* e *liberal* que, após incertezas, vieram dar ao governo parlamentar do Segundo Reinado a beleza, talvez aparente, da opinião livre, como ela existe nos países mais cultos. A Câmara torna-se então preponderante, segundo as praxes inglesas, que ficam sendo o modelo de nossa vida constitucional.

Em 1840, o Partido Liberal pediu a declaração da Maioridade do Imperador. O Governo da Regência ainda era bastante forte para resistir a essa violação constitucional, ainda que a guerra civil do Sul e as agitações próprias dos governos eletivos o impopularizassem. D. Pedro tinha apenas quinze anos de idade, mas demonstrava madureza de ânimo e qualidades excepcionais, e queria de fato assumir as rédeas do Governo. Aproveitando essas disposições, os liberais conseguiram fazer passar nas duas Câmaras reunidas a declaração da *maioridade* (23 de julho de 1840).

Estava já esse golpe preparado por manifestações populares que se faziam sentir em arruaças e em tumultos nos dias mais tempestuosos da Câmara. Uma comissão de políticos dirigiu-se aos paços imperiais e, admitida à presença do Imperador, obteve o famoso – *quero já* – do jovem imperante, ansioso pela sua aclamação.

Começava destarte a mutilar-se a Constituição logo em começo do reinado, que a fadiga das revoluções fazia prever tranqüilo e auspicioso.

A *maioridade* foi declarada, pelo presidente do Senado, Marquês de Paranaguá (Francisco Vilela Barbosa). D. Pedro II logo prestou juramento e o seu primeiro Ministério formado pelos políticos desse movimento, nomeadamente os dois Andradas, Martim Francisco e Antônio Carlos.

dos Anjos Ferreira, tinha a alcunha de *Balaio*. Bandos sanguinários esgotavam-se nas suas intransigências partidárias, e eram mais desordeiros do que políticos; talavam os campos, saqueavam as povoações. Afinal foram reduzidos pelas forças pacificadoras de Luís Alves de Lima e Silva (Barão de Caxias).

A Regência, com seu governo eletivo e democrático, com a frágil simpatia de um partido sem têmpera despótica e infenso às asperezas da luta, sem apoio e com a animadversão declarada do Exército, sitiada entre os restauradores e os exaltados, sem mendigar o favor dessas extremas parcialidades, e antes combatendo-as, foi decerto a era da maior virilidade na história política da Monarquia.

É grandioso o espetáculo de tantas vocações que surgem, o escrúpulo moral, a grandeza heróica e o desinteresse de todos os seus vultos que só o amor da pátria inspira e inflama. As primeiras e belas palavras da Regência: "Devemos temer de nós mesmos, do entusiasmo sagrado do nosso patriotismo, do amor da liberdade e pela honra nacional que nos pôs as armas na mão", exprimem os compromissos que de fato ela realizou. Defendeu a honra da nação e conteve o patriotismo dos exaltados que previdentemente temia, e a si mesma se corrigiu, fazendo concessões prudentes em vez de encarregar no declive da reação.

Através de todas as temperaturas conservou a mesma solidez e inteireza do seu programa de justo meio entre os que contavam demasiadamente com o passado ou com o futuro.

Vinda da revolução de 7 de abril, não quis a Regência ampliá-la, formando a República, nem tampouco diminuí-la proclamando a Restauração.

A sua grande obra, pois, foi a Reforma Constitucional, que salvou o Império e a unidade da grande pátria, em cuja produção dolorosa perdeu a popularidade do momento para ganhar a admiração das gerações.

Achamos útil estabelecer a sinonímia de nomes e títulos que tanto embaraçaram os estudiosos da história nacional neste período: Joaquim Carneiro de Campos é o Marquês de Caravelas; José da Costa Carvalho foi depois Marquês de Monte Alegre; Cândido José de Araújo Viana, Visconde de Sapucaí; General Soares de Andréia, Barão de Caçapava; Pedro de Araújo Lima, Marquês de Olinda.

No período anterior, General Lecor, Barão de Laguna; Coronel José Lima e Silva, Visconde Magé; José Clemente Pereira não teve título, a sua viúva teve-o de Condessa da Piedade, no Segundo Reinado.

(*História do Brasil*, 12ª ed., Rio, págs. 474-486. Curso Superior.)

FELISBELO FIRMO DE OLIVEIRA FREIRE (1858-1916). Nasceu em Aracaju (Sergipe), doutorou-se em Medicina pela Faculdade da Bahia e foi o primeiro governador do seu estado natal. Fundou ali o Partido Republicano. Na Câmara dos Deputados foi o relator, após o movimento de 23 de novembro de 1891, das Comissões de Reorganização dos Estados, da constitucionalidade do estado de sítio de 10 de abril de 1892 e do Projeto de Anistia. Escreveu em 1884 um ensaio demográfico sobre aquela Unidade da Federação. Atraído pelos estudos históricos, publicou trabalhos sobre o povoamento de Sergipe, realizando pesquisas que o mostram minudente analista dos fatos. Entretanto, dedicando-se à história da nossa evolução constitucional, deixou-nos bom repositório historiográfico. Nos últimos livros, procurou interpretar, à luz das causas econômicas, num esquematismo superficial, inspirado em Achille Loria, os acontecimentos da evolução político-brasileira, como se verifica do trecho aqui transcrito.

Obras: A População de Sergipe, suas leis e desenvolvimento, 1884; O Padre Antônio Vieira e Dias Ferreira, publicado no Laranjeirense, 1885; Evolução da Matéria, 1887; Colonização de Sergipe, de 1590 a 1600, in Revista do Instituto Histórico, 1888; História de Sergipe, Rio, 1891; O "habeas corpus", in Jornal do Brasil, 1892; História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil, 3 vols, Rio, 1894-1895.

.....

Estrutura econômica e partidos

É fácil compreender a influência que essa revolução econômica exerceu sobre a organização política.

Se no regime da escravidão o proprietário dominava econômica e politicamente e gozava de uma soberania pessoal e de classe, tendo um direito absoluto sobre o trabalhador, no regime de salário que se iniciou entre nós com a revolução de maio de 1888, essa soberania restringiu-se, a produção perdeu o caráter automático para reclamar sua atividade, sua inteligência no desenvolvimento do seu mecanismo, porquanto o trabalho tendia a ser afeto pela livre concorrência. Além desse fato que mudou todas as relações entre o proprietário e o trabalhador, outro de não menos importância veio afetar a natureza da renda. Queremo-nos referir ao regime capitalista que tendeu a constituir-se como fator de riqueza, por meio da indústria.

A estrutura econômica, influenciada agora pela duplicidade do regime, havia de produzir um choque de interesse entre os seus representantes agrícolas e capitalistas, procurando cada um deles dominar economicamente e tornarem-se os detentores do poder. Uma luta havia de abrir-se com a cisão que se operou na renda e a dupla natureza da estrutura econômica. Ela por ora está em começo. Em todo o caso

podemos desde já apontar alguns sintomas da influência que o regime capitalista procura exercer na vida pública.

Já vimos o estado preocupar-se com os *auxílios às indústrias*, indo a questão ferir a atenção do Parlamento. Na sessão da Legislatura de 1892, ela foi aventada, tornando-se um dos mais brilhantes defensores da intervenção oficial neste ramo de atividade material o deputado Sr. Alcindo Guanabara, que pronunciou então um dos mais notáveis discursos que tem ouvido o Parlamento republicano. A idéia do auxílio foi abandonada pela impugnação que sofreu o princípio da intervenção do estado em um campo de atividade, que só à iniciativa particular deve ser entregue. Entretanto, o Governo, no mesmo ano que o Parlamento rejeitava os auxílios às indústrias, pedidos pelos mesmos princípios que tinham ditado os auxílios à lavoura, decretava-os com a reforma bancária, por meio da emissão de um título de crédito – *o bônus* – com o fim especial de auxiliar as indústrias. E a mesma Câmara que rejeitou o princípio de auxílio, aprovou-o pouco tempo depois, transformando em lei o decreto do Governo.

Foi esta a primeira vitória do regime capitalista e o primeiro sintoma da sua influência sobre a política. O outro fato, não menos importante, foi a nova lei das companhias anônimas, que oferecia mais facilidade e garantia à organização industrial.

São estes os primeiros sinais da influência política do regime industrial e da luta que ele tem de abrir com o regime agrícola, para apossar-se não só da supremacia econômica como da supremacia política. Acompanharemos a marcha deste conflito, depois que estabelecermos idéias e princípios gerais, indispensáveis para ficarem bem compreendidas as relações entre a organização econômica e a organização política.

Com a revolução econômica operada no país, revolução que veio atacar tão diretamente os interesses do regime agrícola, era impossível manter-se a mesma forma de governo. Ela havia de sofrer uma transformação idêntica. E foi o que se deu. Veio a República e com ela incrementaram-se ainda mais os fenômenos da bipartição da renda, dando lugar à dualidade da estrutura econômica agrícola e capitalista e à luta política entre a propriedade territorial e a propriedade móvel, cujos primeiros sintomas acabamos de mencionar.

"Quando a renda se cinde em duas subespécies", diz Loria, "das quais cada uma tem um desenvolvimento suficiente para disputar da outra a supremacia política, a luta é uma condição íntima e permanente da vida social e a forma de governo será aquela que permitir a luta empenhar-se livremente; será necessariamente democrática. Quando, ao contrário, existe uma só espécie de renda, seu predomínio no sistema econômico e político, a supremacia pertence aos proprietários dessa renda, e a forma de governo será necessariamente aristocrática. Mas, quando a classe, cuja renda predomina, é muito numerosa e, por isso mesmo, impossível de exercer diretamente o poder com a energia necessária, a classe dominante vê-se obrigada a delegar a um só homem o exercício da soberania e a forma de governo será monarquia. Assim, a bipartição da renda determina o Governo democrático."

Eis nestas palavras a bela teoria do ilustrado escritor italiano, que faz depender a forma de governo do modo de repartição da renda, qualquer que seja a sua natureza e não da estrutura da propriedade em si mesma.

Quando a estrutura econômica não tem absoluta importância, como quer o escritor, para determinar por si só a forma de governo não há dúvida, uma capital influência sobre o modo de organização política. E a História, principalmente neste século, demonstra exuberantemente a verdade da doutrina. Não podemos acompanhar o escritor na explanação que dela faz e extrair as provas históricas em que procura ele baseá-la. Nosso fim neste capítulo é mostrar em síntese a influência que tem exercido na organização política do país a sua organização econômica.

Não há dúvida que a revolução que instituiu a República como forma de governo, foi precedida de uma revolução não menos importante de caráter econômico, que substituiu o regime escravo pelo regime do salário. Ao mesmo tempo que se operou este fato, o regime capitalista começou a existir como indústria e como a expressão de um fenômeno operado na renda.

Na vida do governo republicano vai abrir-se a luta entre as duas facções da renda, procurando cada um dos seus possuidores exercer maior predomínio econômico e político. Já apresentamos alguns dos seus sintomas e a influência que o regime capitalista já exerce na organi-

zação política. Ai está, como prova ainda dessa influência, o Parlamento votando isenção de impostos para máquinas e outros objetos de indústria; o Governo criando o regime das garantias de juro, para ativar as explorações industriais; a constituição política estabelecendo o princípio da nacionalização da navegação de cabotagem e proibindo que os estados tributem gêneros exportados de outros estados e o Governo criando a emissão de bônus para auxílio às indústrias.

Ai está o golpe de estado de 3 de novembro, conhecido na história por golpe de bolsa, que não passou de uma defesa excessiva e legítima do Governo para com os interesses capitalistas. De fato, agitava-se no Congresso Nacional a questão financeira e as comissões da Câmara e do Senado, repelindo os desejos do Governo, expostos em uma mensagem, de aumentar a emissão do Banco da República a 600 mil contos, além de outros favores, limitaram essa emissão ao que existia então, retirando todos os mais favores oficiais. O projeto da Câmara, nas votações parlamentares, angariou grande maioria, até mesmo no Senado. Os interesses que se ocultavam nessa questão eram tão grandes e chocavam-se tanto que o Deputado Barbosa Lima dizia:

"O voto que a Câmara vai proferir constitui, ao meu ver, a mais grave de quantas deliberações tenha já firmado. Cumpre, pois, que a responsabilidade de cada um fique definida com a máxima precisão, não se acobertando com o anonimato cômodo da coletividade. Resolvamos o pleito que se desenvolve ante nós, entre a criminosa cobiça de alguns maus cidadãos, e a paciência evangélica, o patriotismo incontestável com que a quase totalidade dos brasileiros espera que justiça seja feita por quem de direito, contra os autores das calamidades que nos afligem; severos, incorruptíveis, lavremos a condenação de todos aqueles que têm falsificado a República, mercadejado com ela, instituindo e cobrando um ágio sacrílego sobre o suor do proletário, sacando desordenadamente contra o futuro dos nossos filhos, fomentando assim a bancarrota, a miséria e a fome. Espero que a Câmara não quererá acarretar com a responsabilidade tremenda de alimentar e açular a voracíssima alcatéia de jogadores insaciáveis que corvejam sobre a fortuna pública."

Entretanto, o projeto da comissão passava com uma grande maioria no Senado, projeto que era profundamente contrário às vistas do Governo, e em vésperas da última votação, foi o Congresso Nacional dissolvido no dia 3 de novembro de 1891.

É este um fato eloqüente e comprobatório da influência que entre nós já exerce o regime capitalista sobre a política. Aí está finalmente a organização do partido operário, nesta Capital, como um protesto de resistência a este regime. Muitos e muitos outros fatos poderíamos apresentar.

Ainda que claramente entre nós não se desenhe, na organização dos partidos no regime do Governo Republicano a influência econômica, principalmente porque eles ainda não existem definitivamente organizados, todavia vislumbra-se já o seu vestígio.

O fato que mais acentuou as linhas divisórias na vida partidária da República, dividindo-a em dois grupos políticos, foi incontestável o golpe de 3 de novembro. Foi vibrado em nome de um programa político em derredor do qual se alistaram membros do Congresso Nacional, chefes políticos dos estados, seus governadores e ministros do Presidente da República. Contra ele reagiram aqueles que moral e materialmente fizeram a revolução legalista de 23 de novembro de 1891, pela qual se restaurou o regime constitucional, tão prepotentemente anulado pelo golpe de estado. Nestas duas revoluções, iniciou-se uma política incandescente, cheia de ambições e de ódios, e que mudou a situação de todos os estados. De um lado, os sustentadores do golpe de estado, e do outro lado, os sustentadores do regime constitucional.

E atrás de tudo isto, a pressão dos interesses capitalistas, inspirando nos altos poderes da República o ato de 3 de novembro.

Eis por que dizemos que a influência econômica já se faz sentir na organização partidária da República.

A influência econômica na organização dos partidos é uma observação de notáveis historiadores políticos. Coleridge e Turgot já notavam que a propriedade territorial era origem do Partido Conservador na Inglaterra e a propriedade móvel do Partido Liberal. E hoje os historiadores afirmam que os partidos políticos na Europa têm todos uma base essencialmente econômica. Assim, dizia Loria, a cisão fundamental da renda forma a base dos conflitos entre conservadores e progressistas na Itália; entre oportunistas e radicais, na França; entre *whigs* e *tories* na Inglaterra; entre *provinciani* e *porteños*, na República Argentina, e entre republicanos e democratas, nos Estados Unidos. Neste último país essa influência ainda é mais acentuada. "Ninguém ignora", diz o mesmo

autor, "que na união americana o Partido Republicano que defende a centralização e o protecionismo industrial é composto de comerciantes e manufatureiros, ao passo que o Partido Democrata, livre cambista e descentralizador, tira seus membros das classes de proprietários territoriais. A luta, pois, entre os dois partidos, é essencialmente econômica, porque corresponde à bipartição da renda em suas mais importantes formas."

Estas observações sobre os partidos americanos são confirmadas por Bryce em sua importante obra.

Entre nós no tempo do Império, os partidos não deixaram de sofrer, de uma certa data em diante, a ação da influência econômica.

Ainda que fosse perturbada em certas fases políticas, todavia é ela evidente.

O Partido Conservador sempre se compôs entre nós mais do pessoal tirado da classe territorial do que de qualquer outra. Proclamou sempre a centralização como ponto essencial de seu programa, procurando cada vez mais arrojá-la. Sempre foi contrário à emancipação dos escravos e foi ele quem maior resistência ofereceu à abolição do tráfico escravo. Foi ele quem inutilizou a reforma do Ato Adicional de 1834, que oferecia vida autônoma às províncias. Até o último momento da propaganda abolicionista, os seus mais proeminentes chefes diziam aos seus correligionários que o regime escravo iria ao século XX. E se pelo lado do regime agrícola ou industrial não se pode ver suas predileções por um ou por outro, é pela razão muito simples de que o regime capitalista é de formação recente.

O que porém é incontestável é que o Partido Conservador teve origens territoriais entre nós.

E eis a razão por que ele foi sempre o mais disciplinado. O Partido Liberal tirou suas origens da propriedade móvel e das classes liberais e improdutivas economicamente.

Reclamou pela abolição escrava, desde o começo do regime constitucional do Império. Protestou contra a permanência do tráfico africano.

Fez a reforma do Ato Adicional. Pediu a federação no regime monárquico, em 1836, e, finalmente, levou ao recinto do Parlamento a questão da abolição do trabalho, pelo órgão do Sr. Conselheiro

Dantas. As leis sobre companhias anônimas lhe pertencem, assim como a isenção de impostos de maquinismos industriais.

Seus ministérios procuraram sempre dar vida às organizações bancárias que em geral as mais importantes deles saíram...

(História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil, vol. II, Rio, 1894, págs. 344-350).

JOAQUIM AURÉLIO BARRETO NABUCO DE ARAÚJO (1849-1919). Nasceu no Recife, onde fez seus estudos de Humanidades, já envolvido no ambiente de liberalismo, que influenciaria seu temperamento. Ainda jovem, privou com Tavares Bastos, Teófilo Otoni e Saldanha Marinho, que o impressionaram vivamente. Iniciou seus estudos jurídicos na Faculdade de São Paulo, redigiu um jornal de acadêmicos, absorvendo Lamennais, Lamartine, Quinet, Victor Hugo. Pouco depois, transferido para Recife, leu Bagehot, que constituiu a sua fonte de idealismo político, no paradigma das instituições parlamentares britânicas. Renan tornou-se a sua grande admiração; foi livre pensador e cético. Depois, voltou ao catolicismo, deixando páginas de sentimentalismo religioso.

É, porém, na campanha abolicionista que se destacou como vigoroso polemista, na tribuna parlamentar. Prestou altos serviços na carreira diplomática, vindo a falecer em Washington.

Obras: Camões e os Lusíadas, Rio, 1872; Um Estadista do Império, Rio, 1897-1899, 3 v.; Minha Formação, Rio, 1900; Escritos e Discursos Literários, Rio, 1901; Pensées détachés et souvenir, Paris, 1906; O Abolicionismo, Londres, 1883; Balmaceda, Rio, 1883; A Intervenção Estrangeira Durante a Revolta de 1893, Rio, 1896.

.....

A lavoura, a alforria e as classes

U

ma classe importante, cujo desenvolvimento se acha impedido pela escravidão, é a dos lavradores que não são proprietários e, em geral, dos moradores do campo ou do sertão. Já vimos a que se acha, infelizmente, reduzida essa classe, que forma a quase totalidade da nossa população. Sem independência de ordem alguma, vivendo ao azar do capricho alheio, as palavras da oração dominical: *O pão nosso de cada dia, nos dai hoje*, tem para ela uma significação concreta e real. Não se trata de operários, que, expulsos de uma fábrica, achem lugar em outra; nem de famílias que possam emigrar; nem de jornaleiros que vão ao mercado de trabalho oferecer os seus serviços; trata-se de uma população sem meios, nem recurso algum, ensinada a considerar o trabalho como uma ocupação servil, sem ter onde vender os seus produtos, longe da região do salário – se existe esse *El Dorado*, em nosso país – e que por isso tem que resignar-se a viver e criar os filhos, nas condições de dependência e miséria em que se lhe consente vegetar.

Esta é a pintura que, com verdadeiro sentimento humano, fez de uma porção, e a mais feliz, dessa classe, um senhor de engenho, no Congresso Agrícola do Recife em 1878.

O plantador não fabricante leva a vida precária; seu trabalho não é remunerado, seus brios não são respeitados; seus interesses ficam à mercê dos caprichos do fabricante em cujas terras habita. Não há ao menos um contrato escrito, que obrigue as partes interessadas; tudo tem base na vontade absoluta do fabricante. Em troca de habitação, muitas vezes péssima, e de algum terreno que lhe é dado para plantações de mandioca, que devem ser limitadas, e feitas em terreno sempre o menos produtivo; em troca disto, parte o parceiro todo o açúcar de suas canas em quantidades iguais; sendo propriedade do fabricante todo o mel de tal açúcar, toda a cachaça delas resultante, todo o bagaço, que é excelente combustível para o fabrico do açúcar, todos os olhos das canas, suculento alimento para o seu gado. É uma partilha leonina, tanto mais injusta quanto todas as despesas da plantação, trato da lavoura, corte, arranjo das canas e seu transporte à fábrica, são feitas exclusivamente pelo plantador meeiro.

À parte os sentimentos dos que são eqüitativos e generosos, o pobre plantador de canas da classe a que me refiro, nem habitação segura tem: de momento para outro pode ser caprichosamente despejado, sujeito a ver estranhos até a porta da cozinha de sua triste habitação, ou a precipitar a sua saída, levando à família o último infortúnio¹.

Essa é ainda uma classe favorecida, a dos lavradores meeiros, abaixo da qual há outras que nada têm de seu, moradores que nada têm para vender ao proprietário, e que levam uma existência nômade e segregada de todas as obrigações sociais, como fora de toda a proteção do estado.

Tomem-se outras classes, cujo desenvolvimento se acha retardado pela escravidão, as classes operárias e industriais e, em geral, o comércio.

A escravidão não consente, em parte alguma, classes operárias propriamente ditas, nem é compatível com o regime do salário e a dignidade pessoal do artífice. Este mesmo, para não ficar debaixo do estigma social que ela imprime nos seus trabalhadores, procura assinalar o intervalo que o separa do escravo, e imbui-se assim de um sentimento de superioridade, que é apenas baixeza de alma, em quem saiu da condição servil, ou esteve nela por seus pais. Além disso, não há classes operárias fortes, respeitadas, e inteligentes, onde os que empregam trabalho

(1) *Congresso Agrícola do Recife*, págs. 323-324, observações do Senhor A. Vitor de Sá Barreto.

estão habituados a mandar escravos. Também, os operários não exercem entre nós a mínima influência política².

Escravidão e indústria são termos que se excluíram sempre, como escravidão e colonização. O espírito da primeira, espalhando-se por um país, mata cada uma das faculdades humanas, de que provém a indústria; a iniciativa, a invenção, a energia individual; e cada um dos elementos de que ela precisa: a associação de capitais, a abundância de trabalho, a educação técnica dos operários, a confiança no futuro. No Brasil, a indústria agrícola é a única que tem florescido em mãos de nacionais. O comércio só tem prosperado nas de estrangeiros. Mesmo assim, veja-se qual é o estado da lavoura, como adiante o descrevo. Está, pois, singularmente retardado em nosso país o período industrial, no qual vamos apenas agora entrando.

O grande comércio nacional não dispõe de capitais comparáveis aos do comércio estrangeiro, tanto de exportação como de importação, ao passo que o comércio a retalho, em toda a sua porção florescente, com vida própria, por assim dizer consolidada, é praticamente monopólio de estrangeiros. Esse fato provocou, por diversas vezes, em nossa história, manifestações populares, com a bandeira da nacionalização do comércio a retalho. Mas, tal grito caracteriza o espírito de exclusivismo e ódio à concorrência, por mais legítima que seja, em que a escravidão educou o nosso povo e, em mais de um lugar, foi acompanhado de sublevações do mesmo espírito atuando em outra direção, isto é, do fanatismo religioso. Não sabiam os que sustentavam aquele programa do fechamento dos portos do Brasil, e da anulação de todo o progresso que temos feito desde 1808 que, se tirassem o comércio a retalho aos estrangeiros, não o passariam para os nacionais, mas simplesmente o reduziriam a uma carestia de gêneros permanente – porque é a

(2) A seguinte distribuição dos eleitores do Município Neutro em 1881 mostra bem qual é a representação de operários que temos. Dos 5.928 eleitores que representavam a Capital do país, havia 2.211 empregados públicos, civis ou militares; 1.076 negociantes ou empregados do comércio; 516 proprietários, 398 médicos, 211 advogados, 207 engenheiros, 179 professores, 145 farmacêuticos, 236 artistas, dividindo-se o resto por diversas profissões, como clérigos (76), guarda-livros (58), despachantes (56), solicitadores (27), etc. Esses algarismos dispensam qualquer comentário.

escravidão, e não a nacionalidade, que impede o comércio a retalho de ser em grande parte brasileiro.

Em relação ao comércio, a escravidão procede desta forma: fecha-lhe, por desconfiança e rotina, o interior, isto é, tudo o que não é a capital da província; exceto em Santos e Campinas, em São Paulo; Petrópolis e Campos, no Rio de Janeiro; Pelotas, no Rio Grande do Sul; e alguma outra cidade mais, não há casas de negócio senão nas capitais, onde se encontre mais do que um pequeno fornecimento de artigos necessários à vida, esses mesmos ou grosseiros ou falsificados. Assim como nada se vê que revele o progresso intelectual dos habitantes – nem livrarias, nem jornais – não se encontra o comércio, senão na antiga forma rudimentar, indivisa, ainda da venda-bazar. Por isso, o que não vai diretamente da Corte, como encomenda, só chega ao consumidor pelo mascate, cuja história é a da civilização do nosso interior todo, e que, de fato, é o *pioneer* do comércio, e representa os limites em que a escravidão é compatível com a permuta local. O comércio, entretanto, é o manancial da escravidão, e o seu banqueiro. Na geração passada, em toda a parte, ele a alimentou de africanos *boçais* ou *ladinos*; muitas das propriedades agrícolas caíram em mãos de fornecedores de escravos; as fortunas realizadas pelo Tráfico (para o qual a moeda falsa teve por vezes grande afinidade) foram, na parte não exportada, nem convertida em pedra e cal, empregadas em auxiliar a lavoura pela usura. Na atual geração, o vínculo entre o comércio e a escravidão não é assim desonroso para aquele; mas a dependência mútua continua a ser a mesma. Os principais fregueses do comércio são proprietários de escravos, exatamente como os *leaders* da classe; o café é sempre rei nas praças do Rio e de Santos, e o comércio, faltando a indústria e o trabalho livre, não pode servir senão para agente da escravidão, comparando-lhe tudo o que ela oferece e vendendo-lhe tudo de que ela precisa. Por isso, também, no Brasil ele não se desenvolve, não abre horizonte ao país; mas é uma força inativa, sem estímulos, e consciência de que é, apenas, um prolongamento da escravidão, ou antes o mecanismo pelo qual a carne humana é convertida em ouro e circula, dentro e fora do país, sob a forma de letras de câmbio. Ele sabe que, se a escravidão o receia, como receia todos os condutores do progresso, seja este a loja do negociante, a estação da estrada de ferro, ou a escola primária, também precisa dele, como por

certo não precisa, nem quer saber, desta última, e trata de viver com ela nos melhores termos possíveis. Mas, com a escravidão, o comércio será sempre o servo de uma classe, sem a independência de um agente nacional; ele nunca há de florescer num regime que não lhe consente entrar em relações diretas com os consumidores, e não eleva a população do interior a essa categoria.

Das classes que esse sistema fez crescer artificialmente a mais numerosa é a dos empregados públicos. A estreita relação entre a escravidão e a epidemia do funcionalismo não pode ser mais contestada que a relação entre ela e a superstição do estado-providência. Assim como, nesse regime, tudo se espera do estado, que, sendo a única associação ativa, aspira e absorve pelo imposto e pelo empréstimo todo o capital disponível e distribui-o, entre os seus clientes, pelo emprego público, sugando as economias do pobre pelo curso forçado, e tornando precária a fortuna do rico; assim também, como consequência, o funcionalismo é a profissão nobre e a vocação de todos. Tomem-se, ao acaso, vinte ou trinta brasileiros em qualquer lugar onde se reúna a nossa sociedade mais culta: todos eles ou foram ou são, ou hão de ser, empregados públicos; se não eles, seus filhos.

O funcionalismo é, como já vimos, o asilo dos descendentes das antigas famílias ricas e fidalgas, que desbarataram as fortunas realizadas pela escravidão, fortunas a respeito das quais pode dizer-se em regra, como se diz das fortunas feitas no jogo, que não medram, nem dão felicidade. É além disso o viveiro político, porque abriga todos os pobres inteligentes, todos os que têm ambição e capacidade, mas não têm meios, e que são a grande maioria dos nossos homens de merecimento. Faça-se uma lista dos nossos estadistas pobres, de primeira e segunda ordem, que resolveram o seu problema individual pelo casamento rico, isto é, na maior parte dos casos tornando-se humildes clientes da escravidão; e outra dos que o resolveram pela acumulação de cargos públicos, e ter-se-ão, nessas duas listas, os nomes de quase todos eles. Isso significa que o país está fechado em todas as direções; que muitas avenidas que poderiam oferecer um meio de vida a homens de talento, mas sem qualidades mercantis, como a literatura, a ciência, a imprensa, o magistério, não passam ainda de vielas, e outras, em que homens práticos, de tendências industriais, poderiam prosperar, são por falta de

crédito, ou pela estreiteza do comércio, ou pela estrutura rudimentar da nossa vida econômica, outras tantas portas muradas.

Nessas condições oferecem-se ao brasileiro que começa diversos caminhos, os quais conduzem todos ao emprego público. As profissões chamadas independentes, mas que dependem em grande escala do favor da escravidão, como a advocacia, a medicina, a engenharia, têm pontos de contato importantes com o funcionalismo, como sejam os cargos políticos, as academias, as obras públicas. Além desses, que recolhem por assim dizer as migalhas do orçamento, há outros, negociantes, capitalistas, indivíduos inclassificáveis, que querem contratos, subvenções do estado, garantias de juro, empreitadas de obras, fornecimentos públicos.

A classe dos que assim vivem com os olhos voltados para a munificência do governo é extremamente numerosa, e diretamente filha da escravidão, porque ela não consente outra carreira aos brasileiros, havendo abarcado a terra, degradado o trabalho, corrompido o sentimento de altivez pessoal em desprezo por quem trabalha em posição inferior a outro, ou não faz trabalhar. Como a necessidade é irresistível, essa fome de emprego público determina uma progressão constante do nosso orçamento, que a nação, podendo pagar com a sua renda, paga com o próprio capital necessário à sua subsistência, e que, mesmo assim, só é afinal equilibrado por novas dívidas.

Além de ser artificial e prematuro, o atual desenvolvimento da classe dos remunerados pelo Tesouro, sendo, como é a cifra da despesa nacional, superior às nossas forças, a escravidão, fechando todas as outras avenidas, como vimos, da indústria, do comércio, da ciência, das letras, criou em torno desse exército ativo uma reserva de pretendentes, cujo número realmente não se pode contar, e que, com exceção dos que estão consumindo, ociosamente, as fortunas que herdaram e dos que estão explorando a escravidão com a alma do proprietário de homens, pode calcular-se, quase exatamente, pelo recenseamento dos que sabem ler e escrever. Num tempo em que o servilismo e a adulação são a escada pela qual se sobe, e a independência e o caráter a escada pela qual se desce; em que a inveja é uma paixão dominante; em que não há outras regras de promoção, nem provas de suficiência, senão o empenho e o patronato; quando ninguém, que não se faça lembrar, é chamado para

coisa alguma, e a injustiça é ressentida apenas pelo próprio ofendido: os empregados públicos são os servos da gleba do governo; vivem com suas famílias em terras do estado, sujeitos a uma evicção sem aviso, que equivale à fome, numa dependência da qual só para os fortes não resulta a quebra do caráter. Em cada um dos sintomas característicos da séria hipertrofia do funcionalismo, como ela se apresenta no Brasil, quem tenha estudado a escravidão reconhece logo um dos seus efeitos. Podemos nós, porém, ter a consolação de que abatendo as diversas profissões, reduzindo a nação ao proletariado, a escravidão todavia conseguiu fazer dos senhores, da *lavoura*, uma classe superior, pelo menos rica, e, mais do que isso, educada, patriótica, digna de representar o País intelectual e moralmente?

Quanto à riqueza, já vimos que a escravidão arruinou uma geração de agricultores, que ela mesma substituiu pelos que lhes forneciam os escravos. De 1853 a 1857, quando se deviam estar liquidando as obrigações do Tráfico, a dívida hipotecária da Corte e Província do Rio de Janeiro subia a sessenta e sete mil contos.

A atual geração não tem sido mais feliz. Grande parte dos seus lucros foram convertidos em carne humana, a alto preço, e, se hoje uma epidemia devastasse os cafezeiros, o capital que a lavoura toda do Império poderia apurar para novas culturas havia de espantar os que a reputam florescente. Além disso, há quinze anos que não se fala senão em *auxílios à lavoura*. Tem a data de 1868 um opúsculo do Sr. Quintino Bocaiúva, *A Crise da Lavoura*, em que esse notável jornalista escrevia: "A lavoura não se pode restaurar senão pelo efeito simultâneo de dois socorros que não podem ser mais demorados – o da instituição do crédito agrícola e o da aquisição de braços produtores". O primeiro socorro era "uma vasta emissão" sobre a propriedade predial do Império, que assim seria convertida em moeda corrente; o segundo era a colonização chinesa.

Há quinze anos que se nos descreve de todos os lados a lavoura como estando em crise, necessitando de *auxílios*, agonizante, em bancarrota próxima. O estado é, todos os dias, denunciado por não fazer empréstimos e aumentar os impostos para habilitar os fazendeiros a comprar ainda mais escravos. Em 1875 uma lei, a de 6 de novembro, autorizou o Governo a dar a garantia nacional ao banco estrangeiro –

nenhum outro poderia imitar na Europa – que emprestasse dinheiro à lavoura mais barato do que o mercado monetário interno. Para terem fábricas centrais de açúcar, e melhorarem o seu produto, os senhores do engenho precisaram de que a nação as levantasse sob a sua responsabilidade. O mesmo tem-se pedido para o café. Assim como dinheiro a juro barato e engenhos centrais, a chamada *grande propriedade*, exige fretes de estrada de ferro à sua conveniência, exposições oficiais de café, dispensa de todo e qualquer imposto direto, imigração asiática, e uma lei de locação de serviços que faça do colono, alemão, ou inglês, ou italiano, um escravo branco. Mesmo a população nacional tem que ser sujeita a um novo recrutamento agrícola³, para satisfazer diversos clubes, e, mais que tudo, o câmbio, por uma falência econômica, tem que ser conservado tão baixo quanto possível, para o café, que é pago em ouro, valer mais papel.

Também, a horrível usura, de que é vítima a lavoura em diversas províncias, sobretudo no Norte, é a melhor prova do mau sistema que a escravidão fundou, e do qual dois característicos principais – a extravagância e o *provisório* – são incompatíveis com o crédito agrícola que ela reclama. "A taxa dos juros dos empréstimos à lavoura pelos seus correspondentes" é o extrato oficial das informações prestadas pelas presidências de província em 1874, "regula em algumas províncias de 7 a 17%; em outras sobe de 18 a 24%", e "há exemplo de se cobrar a de 48 e 72 anualmente!" Como não se pretende que a lavoura

(3) O Clube da Lavoura e Comércio de Taubaté, por exemplo, incumbiu uma comissão de estudar a lei de locação de serviços, e o resultado desse estudo foi um projeto cujo primeiro artigo obrigava a contratos de serviço todo o nacional de *doze* anos para cima que fosse encontrado sem ocupação honesta. Esse nacional teria a escolha de ser *recrutado* para o Exército, ou de contratar seus serviços em algum lavrador de *sua aceitação*. O art. 6º dispunha: "O locador que bem cumprir seu contrato durante os cinco anos terá direito, afinal, a um prêmio pecuniário que não excederá de 50\$000. § 1º. Este prêmio será pago pelo Governo em dinheiro ou em apólice da dívida pública." A escravidão tem engendrado tanta extravagância que não sei dizer se essa é a maior de todas. Mas assim como Valença se obstina em ser a Esparta, a Corte a Delos, a Bahia a Corinto, dir-se-á, à vista desse prêmio de 500\$, que se quer fazer de Taubaté, que J.M. de Machado nos descreve como "antiga, histórica e orgulhosa do seu passado", – a Beócia, da escravidão.

renda mais de 10%, e toda ela precisa de capitais a juro, essa taxa quer simplesmente dizer – a bancarrota. Não é, por certo, essa a classe que se pode descrever em estado próspero e florescente, e que se pode chamar rica.

Quanto às suas funções sociais, uma aristocracia territorial pode servir ao país de diversos modos: melhorando e desenvolvendo o bem-estar da população que a cerca e o aspecto do país em que estão encravados os seus estabelecimentos; tomando a direção do progresso nacional; cultivando, ou protegendo, as letras e as artes; servindo no Exército e na Armada, ou distinguindo-se nas diversas carreiras; encarnando o que há de bom no caráter nacional, ou as qualidades superiores do país, o que mereça ser conservado como tradição. Já vimos o que a nossa lavoura conseguiu em cada um desses sentidos, quando notamos o que a escravidão administrada por ela há feito do território e do povo, dos senhores e dos escravos. Desde que a classe única, em proveito da qual ela foi criada e existe, não é a aristocracia do dinheiro, nem a do nascimento, nem a da inteligência, nem a do patriotismo, nem a da raça, que papel permanente desempenha no estado uma aristocracia heterogênea e que nem mesmo mantém a sua identidade por duas gerações?

Se, das diversas classes, passarmos às forças sociais, vemos que a escravidão ou as apropriou aos seus interesses, quando transigentes, ou fez em torno delas o vácuo, quando inimigos, ou lhes impediu a formação, quando incompatíveis.

Entre as que se identificaram, desde o princípio, com ela, tornando-se um dos instrumentos das suas pretensões, está, por exemplo, a Igreja. No regime da escravidão doméstica o cristianismo cruzou-se com o fetichismo, como se cruzaram as duas raças. Pela influência da ama-de-leite dos escravos de casa sobre a educação da criança, os terrores materialistas do fetichista convertido, isto é, que mudou de inferno, exercem, sobre a fortificação do cérebro e a coragem da alma daquelas a maior depressão. O que resulta como fé, e sistema religioso, dessa combinação das tradições africanas com o ideal anti-social do missionário fanático, é um composto de contradições, que só a inconsciência pode conciliar. Como a religião, a Igreja.

Nem os bispos, nem os vigários, nem os confessores, estranham o mercado de entes humanos; as bulas que o condenam são hoje obsoletas. Dois dos nossos prelados foram sentenciados à prisão com trabalho, pela guerra que moveram à maçonaria; nenhum deles, porém, aceitou ainda a responsabilidade de discontentar a escravidão. Compreende-se que os exemplos dos profetas, penetrando no palácio dos reis de Judá para expor-lhes os seus crimes, e os sofrimentos dos antigos mártires pela verdade moral, pareçam aos que representam a religião entre nós originalidades tão absurdas como a de São Simeão Estelita vivendo no tope de uma coluna para estar mais perto de Deus. Mas, se o regime da cônica e dos emolumentos, mais do que isso, das honras oficiais e do bem-estar, não consente esses rasgos de heroísmo religioso, hoje próprios, tão-somente, de um faquir do Himalaia, apesar desse resfriamento glacial de uma parte da alma de outrora incandescente, a escravidão e o Evangelho deviam mesmo hoje ter vergonha de se encontrarem na casa de Jesus e de terem o mesmo sacerdócio.

Nem quanto aos casamentos dos escravos, nem por sua educação moral, tem a Igreja feito coisa alguma. Os monges de São Bento forraram os seus escravos e isso produziu entre os panegiristas dos conventos uma explosão de entusiasmo. Quando mosteiros possuem rebanhos humanos, quem conhece a história das fundações monásticas, os votos dos noviços, o desinteresse das suas aspirações, a sua abnegação pelo mundo, só pode admirar-se de que esperam reconhecimento e gratidão por terem deixado de tratar homens como animais, e de explorar mulheres como máquinas de produção.

Se em relação às pessoas livres mesmo, oficiou em 1864 ao governo a cura da freguesia do Sacramento da Corte, "se observa o abandono, a indiferença atinge ao escândalo em relação aos escravos. Poucos senhores cuidam em proporcionar aos seus escravos em vida os socorros espirituais; raros são aqueles que cumprem com o caridoso dever de lhes dar os derradeiros sufrágios da Igreja"⁴. Grande número de padres possuem escravos, sem que o celibato clerical o proíba. Esse contato, ou antes contágio, da escravidão deu à religião, entre nós, o caráter

(4) Consultas do Conselho de Estado sobre Negócios Eclesiásticos. Consulta de 18 de junho, 1864.

materialista que ela tem, destruiu-lhe a face ideal, e tirou-lhe toda a possibilidade de desempenhar na vida social do país o papel de uma força consciente.

Tome-se outro elemento de conservação que também foi apropriado dessa forma, o patriotismo. O trabalho todo dos escravagistas constituiu sempre em identificar o Brasil com a escravidão. Quem a ataca é logo suspeito de conivência com o estrangeiro, de inimigo das instituições do seu próprio país. Antônio Carlos foi acusado nesse interesse de não ser brasileiro. Atacar a Monarquia, sendo o país monárquico, a religião sendo o país católico, é lícito a todos; atacar, porém, a escravidão, é tradição nacional e felonía. Nos Estados Unidos, a instituição particular por tal forma criou em sua defesa essa confusão, entre si e o país, que pôde levantar uma bandeira sua contra a de Washington, e produzir uma loucura transitória, um patriotismo separatista desde que se sentiu ameaçado de cair deixando a pátria de pé. Mas, como com todos os elementos morais que avassalou, a escravidão ao conquistar o patriotismo brasileiro fê-lo degenerar. A guerra do Paraguai é a melhor prova do que ela fez do patriotismo das classes que a praticavam, e do patriotismo dos senhores. Muito poucos desses deixaram os seus escravos para atender ao seu país; muitos alforriaram alguns negros para serem eles feitos titulares do Império. Foi nas camadas mais necessitadas da população, descendentes de escravos na maior parte nessas mesmas que a escravidão condena à dependência e à miséria, entre os proletários analfabetos cuja emancipação política ela adiou indefinidamente, que se sentiu bater o coração de uma nova pátria. Foram eles que produziram os soldados dos batalhões de Voluntários. Com a escravidão, disse José Bonifácio, em 1825, "nunca o Brasil formará, como imperiosamente o deve, um Exército brioso e uma Marinha florescente", e isso porque, com a escravidão, não há patriotismo nacional, mas somente patriotismo de casta, ou de raça; isto é um sentimento que serve para unir todos os membros da sociedade, é explorado para o fim de dividi-los. Para que o patriotismo se purifique, é preciso que a imensa massa da população livre, mantida em estado de subserviência pela escravidão, atravesse, pelo sentimento da independência pessoal, pela convicção da sua força e do seu poder, o longo estádio que separa o simples nacional – que hipoteca tacitamente, por amor a sua vida à defesa voluntária da

integridade material e da soberania externa da pátria – do cidadão que quer ser uma unidade ativa e pensante na comunhão a que pertence.

Entre as forças em torno de cujo centro de ação o escravagismo fez o vácuo, por lhe serem contrárias, forças de progresso e transformação, está notavelmente a imprensa, não só o jornal, mas também o livro, tudo que diz respeito à educação. Por honra do nosso jornalismo, a imprensa tem sido a grande arma de combate contra a escravidão e o instrumento da propagação das idéias novas; os esforços tentados para a criação de um *órgão negro* naufragaram sempre. Ou se insinue timidamente, ou se afirme com energia, o pensamento dominante no jornalismo todo, do Norte ao Sul, é a emancipação. Mas, para fazer o vácuo em torno do jornal e do livro, e de tudo o que pudesse amadurecer antes de tempo a consciência abolicionista, a escravidão por instinto procedeu repelindo a escola, a instrução pública, e mantendo o país na ignorância e escuridão, que é o meio em que ela pode prosperar. A senzala e a escola são pólos que se repelem.

(*O Abolicionismo*, 5ª ed., Londres, 1883, págs. 177-194).

TOBIAS BARRETO DE MENESES (1839-1889). Nasceu em Campos (Sergipe), de família modesta, estudando português e latim em Estância.

Ensinou latim em Itabaiana, começando a vida. Em 1861, na cidade do Salvador, desiste de ingressar no seminário. Então, leu Hugo e escreveu as primeiras poesias românticas. Em Recife, matriculou-se na Faculdade de Direito, bacharelou-se, veio a ser catedrático depois do mais famoso concurso nos anais do estabelecimento. A vitória do mestiço pobre, irreverente, sem status social, numa sociedade escravocrata e agrária, confere-lhe merecimento excepcional. Levantou a bandeira da renovação intelectual, discutindo Darwin, Spencer, Comte, Noiré, alvo-roçando as inteligências moças que dormiam à sombra do Corpus Iuris Civilis e da Escolástica, como descreve seu biógrafo Hermes Lima. Espírito crítico, participante das lutas ideológicas de seu tempo, polarizou o entusiasmo de várias gerações. Contudo, sua obra foi fragmentária. A edição completa foi feita em 1926, pelo Estado de Sergipe, segundo plano traçado por Sílvio Romero, amigo desvelado e entusiasta.

Obras: Dias e Noites, Estudos Alemães, Estudos de Direito (2 vols.); Menores e Loucos, Discursos, Filosofia e Crítica, Polêmicas, Vários Escritos, Questões Vigentes, edição do Estado de Sergipe, 1926.

.....

Democracia, liberalismo e ordem

O

princípio democrático, em sua idéia, não é decerto que todo o cidadão, como tal, exerça funções de governo diretas e imediatas, mas que todos por sua ação, menos periódica e mais tenaz, possam, como lhes aprouver, mudar e melhorar as peças governativas; é que o espírito popular não esteja de um lado, e os poderes constituídos de outro; é que a representação nacional seja uma coisa séria, expressiva e real, que o menor interesse público tenha sempre um voto que signifique; é em suma a liberdade, operando como força, e a igualdade operando, como tendência, em todos os átomos do corpo social, para a sua completa harmonia e felicidade.

Disse a *igualdade operando como tendência*, e não quero deixar passar a frase desacompanhada de explicação. Pode correr o risco de não ser entendida. Disse-o pois e repito. É neste ponto que separo-me das utopias comuns. A igualdade só pode obrar como tendência, não pode obrar como direito. Se é absurdo que o criado, por exemplo, queira ser igual ao amo, que o operário queira ser igual ao capitalista, não é absurdo, antes natural, que um e outro, como termos de relação, tendam a nivelar-se com o termo correspondente.

Ao passo pois que a liberdade é uma força individual, força ativa e consciente, a igualdade é apenas, como vimos, um pendor social;

e ao passo que as leis da liberdade são subjetivas, as que regulam a igualdade são objetivas e estranhas à vontade do indivíduo.

A democracia sensata que proclama a liberdade como o seu magno princípio não pode prometer a igualdade senão como resultante de todas as forças contrabalançadas no seio da sociedade; não quer bater o cordel na cabeça do povo, não quer passar a regra na superfície dos mares.

Onde está o perigo de semelhante governo?... Onde a inconveniência da realização de sua idéia?...

É mister acabar com estes falsos pressentimentos, com estes manhosos receios da escola do cesarismo. A verdade não tem seu tempo, ela é de todos os tempos. Não se repita com o Sr. Conselheiro Alencar, no seu superficial ensaio sobre o *sistema representativo*, que a distância entre o político e o filósofo é imensa... que há reforma que o espírito prevê em um futuro remoto, ao passo que no presente combate como altamente prejudiciais.

Tudo isto é inexato e de uma inexatidão banal.

Primeiramente não se admite em pensadores do tamanho de S. Ex^a esse alto dom de prever futuros remotos, pelas induções de sua ciência política.

Além disto é fácil de compreender o engano dos apóstolos da procrastinação indefinida; eles julgam prever o que realmente estão vendo e sentindo, isto é, a necessidade das reformas capitais, do estabelecimento do verdadeiro governo, da verdadeira ordem social.

Não nos iludamos com eles; não apelemos para o futuro que só Deus precisamente sabe a quem pertence. Aproveitemos o presente que é nosso.

* * *

Pressinto e confesso que nos dois artigos antecedentes, se por um lado pude despertar a leviana curiosidade dos espíritos frívolos, por outro lado não cheguei talvez a merecer o assentimento dos homens *severos* que dão pouco apreço a idéias gerais, como se diz, incapazes de levar ao fim a solução dos enigmas com que lutamos. Nem aqueles me contentam, nem estes me incomodam.

Tendo em vista menos convencer os outros do que preparar a terra em que se estenda a raiz de minhas convicções, o que me interessa não é o apoio alheio, mas o de minha própria consciência, assegurando-me a posse da verdade.

Repetindo que não são puras modalidades acidentais as diferenças que separam liberais e conservadores, quero por este ponto, que é para mim capital, avivar a linha divisória, já hoje completamente apagada pelos manejos da chicana política.

Sem pretender impugnar os que possam sentir de um modo contrário, eu não tenho as noções de ordem e progresso, sobre que se há quase criado numa tal ou qual doutrina, como bastante claras e inteligíveis, para servirem de bandeira e atraírem espontaneamente as adesões populares.

A concepção destes dois fatos ou destas duas idéias, como uma tese e uma antítese conciliáveis em uma tese superior, é demasiado filosófica e abstrata, incapaz de cativar a atenção geral.

E os esforços empregados por aqueles que tentam produzir tal conciliação, ou explicá-la a seu modo, perante o povo descuidoso e pouco refletido, dão apenas testemunho da fatuidade com que certos homens julgam poder empolgar em suas mãozinhas de pequenos estadistas e pensadores pigmeus o globo de fogo das sociedades políticas.

A ordem e o progresso não são simples instituições que baste enunciar para se compreenderem. Há nelas uma complexidade, uma combinação de outras idéias que é difícil discernir.

A psicologia e a História são acordes em atestar que essas noções não se oferecem ao espírito humano, como princípios diretores de sua inteligência ou de sua atividade; nem posso crer que a personalidade coletiva em sua vida tenha outros móveis de ação que não os mesmos do indivíduo.

Quer em geral, quer em particular, nem o progresso nem a ordem são coisas que se façam ou se deixem de fazer, a sabor de nossas veleidades.

Com efeito, o progresso das sociedades, sempre maior que a resistência de um governo, também é sempre maior que a proteção de um partido. Quase que tanto valera ser partidário do movimento assom-

broso que arrasta o nosso mundo solar a mergulhar-se nos abismos siderais, em busca de destinos desconhecidos!...

Por outro lado, quando se fala de ordem, de ordem social propriamente dita, não é possível deixar de entender por tal expressão não só um complexo de leis respectivas, como também a resultante de sua inteira aplicação, que é a harmonia de todas as forças que elas regularizam na direção de um término, talvez inatingível, mas certamente concebível.

É fácil de deduzir que, assim compreendida, a ordem social não oferece, não pode oferecer as condições de um princípio conservador. Em vez de consistir na permanência de um estado de coisas, ela é pelo contrário uma espécie de ponto ideal das aspirações e tendências sociais.

Imaginai de feito uma nação em que todas as leis do mundo moral, éticas, estáticas, industriais e econômicas, sejam exatamente cumpridas, e vós tereis o tipo, a verdadeira idéia do que seja a ordem social.

Não há, pois, mais ridícula pretensão do que a desses homens, obcecados pela poeira de velhos prejuízos, que em nome da ordem, isto é, da coesão, da unidade, da harmonia total, comprimem, reprimem, sufocam o espírito popular em seus vôos impetuosos para uma melhor esfera, de que têm o pressentimento vivo e inextinguível.

Por uma estranha inversão de idéias, a ordem não é para eles o centro em torno do qual gravitam e para o qual se encaminham todos os esforços individuais, ainda hoje perdidos, dispersos, desagregados na atmosfera da História pelo calor das lutas estéreis, das dissidências inúteis.

A ordem, como eles entendem, é o silêncio e o deserto, é a paz das trevas e a tranqüilidade dos túmulos, é a doçura do sono dormindo sob as asas de uma providência fictícia que se diz velar pela sociedade!

Não sei como há ainda quem se iluda com estas aparências de reflexão e sensatez que sói arrogar-se o conservantismo de todos os tempos, com estas grosseiras contrafações da ordem pública, expressa nas leis, nas opiniões e até nos costumes em que chegue a preponderar o espírito conservador.

Porém não nos contentemos com este punhado de observações; indaguemos com mais afinco e atenção.

Quando se lança a vista sobre o mundo político, o primeiro fenômeno que se oferece ao observador é a existência dos partidos que se disputam a posse do poder, com mais ou menos vantagem, com mais ou menos ardor na luta contínua.

Se isto é geralmente observável como fato permanente, como fenômeno idêntico e múltiplo, não assiste ao pensamento especulativo o direito de induzir que é esta uma lei necessária à própria vida e desenvolvimento das sociedades?

Hesito em pronunciar-me. O que porém me parece fácil de verificar é que as divergências, donde saem os partidos, são de duas naturezas, umas que versam sobre a escolha dos princípios; outras que se referem à escolha dos homens; e, ao invés do que parece, não são estas, são aquelas que derramam no seio das nações o fermento das pugnas intermináveis.

A dissidência no princípio é complexa e divisível, dando lugar a grupos diversos de sectários, cuja diferença de nomes marca uma diferença de doutrina.

Ao contrário, a divergência dos homens pelos homens é simples, mais simples do que se supõe. Ali são questões de ciência; aqui são questões de opinião.

Se a convergência intelectual para a unidade de idéias políticas é uma coisa necessária ao estabelecimento da ordem, como devemos concebê-la, e uma coisa possível pelos esforços da meditação, outro tanto não se diz da convergência e completo acordo de opiniões puramente pessoais, cuja necessidade é contestável, cuja possibilidade é quimérica.

Acontece que muitas vezes indivíduos superiores por suas qualidades identificam-se com os princípios e fazem do seu nome e da sua pessoa a magna questão de longo tempo, como o ídolo de uns e a execração de outros.

É que o povo não se acomoda com as verdades abstratas; o que lhe agrada, o que lhe toca de mais perto, é o concreto, e nada de mais concreto do que os nomes próprios. Mas nisto mesmo reside o maior perigo para ele que pode facilmente deixar-se iludir por aparência

de grandeza e dar ao nome próprio de um chefe a significação que não tem.

Permanece, porém, como certo que ainda neste caso o que faz perdurar a luta é o desacordo das idéias bem ou mal representadas.

Logo que, por conseguinte, nos assuntos políticos o absurdo das afirmações e negações extremas, o alarido das contradições caprichosas desaparecem diante do rigor científico aplicado ao problema da vida social, sob a verificação da experiência, não há dúvida que os homens, sem a máscara da obscuridade, em que ainda se envolvem as polêmicas partidárias, deixar-se-ão melhor apreciar, e melhor as coisas deixar-se-ão prever.

Ora bem; o que precisamente nos acabrunha, é que os partidos entre nós são dissidências de princípios, mal representados e fracamente defendidos; dissidências em que uns se limitam muitas vezes a negar simplesmente o que outros afirmam, sem oferecer um dogma próprio, novo e salutar.

Eis o terreno em que pisam as nossas seitas políticas. Não é só a grossura de uma palavra diversa, que as separa; é a espessura de uma idéia. É esta idéia que se faz preciso desvestir dos cálculos pessoais, das pretensões egoísticas, e mostrá-la em toda sua nudez, em toda sua claridade.

Esta idéia não é nada menos que a democracia santa e pura de todas as féculas aristocráticas que ainda permanecem no próprio fundo do liberalismo; nada menos que a união, a sinergia completa dos homens seriamente liberais, *verbo et opere*, se é lícito dizê-lo desde a mesa em que comem, até a mesa em que votam.

Esta idéia, cujos três grandes *momentos*, como se diz em alemão, são expressos pela célebre trilogia revolucionária, é o espírito nacional organizado, vivendo e funcionando em sua plenitude, por seu próprio e colossal impulso.

Não pareça estranha a seguinte proposição. O Brasil, encarado pela face de seu governo, é um corpo que se move entre dois abismos, sempre mais inclinado para o lado do absolutismo. Encarado como povo, como nação, como sociedade, o Brasil é um país *amorfo*, se assim me posso exprimir, pela mistura variável de elementos radicalmente antagonicos, tolerados e aquecidos no seio da opinião pública.

A idéia liberal, como eu a compreendo, estreme de qualquer mácula de interesse particular, deve ser o trabalho de assimilação de todos estes elementos a um princípio único – a democracia; fazendo-os obedecer à lei do desenvolvimento universal, arredando os preconceitos, as distinções mal fundadas, as infatuações estólicas, esse cúmulo de imundices que obstruem a corrente.

A idéia liberal, infelizmente, como é fácil de atestar, tem sido até aqui – permitam-me a analogia – uma espécie de judaísmo político, esperando e prometendo ardentemente o reinado messiânico da liberdade, só nos críticos momentos de perseguição e de penúria: mas desde que o céu se azula e a tempestade serena, adeus, Messias, adeus esperanças!

Isto é feio; acabemos com isto.

Deixem-me abrir breve parênteses. Não estou sozinho neste modo de pensar, por mais esquisito que ele possa parecer. Há poucos dias, a leitura da carta dirigida pelo Sr. Saldanha Marinho ao diretório liberal desta província convenceu-me de que os homens conscientes e leais começam com razão a impacientar-se de tantas incertezas, de tantas dubiedades, lançadas como obstáculo à marcha e vitória do partido.

Convém, pois, que se varram por uma vez de sobre o plano, em que se quer assentar o edifício da liberdade, os velhos embaraços de considerações e cautelas tomadas só em benefício de poucos.

Se é hoje entre nós difícil que o liberalismo tenha os seus mártires, é porque ele já vai tendo os seus feiticeiros.

Ora, pois, fiquemos certos que a indignação popular, este fogo do Céu que sabe acudir à voz dos verdadeiros profetas, para despedaçar os ídolos da Terra, não acode ao apelo dos profetas da mentira.

Fevereiro de 1870¹.

(1) Foi este o artigo com que Tobias Barreto, em princípios de 1870, ele que se havia bacharelado nos últimos meses do ano antecedente, fez sua profissão de fé política, alistando-se no seio do Partido Liberal. O artigo, como se vê, é um belo pedaço de filosofia política. Pobre Tobias! Não era disso que os Labienos Perieras liberais precisavam: era de subserviência e safadeza de caráter!...

JOÃO FRANCISCO LISBOA (1812-1863). Nasceu em Itapicuru-Mirim (Maranhão), estudou humanidades freqüentando aulas públicas. Aprendeu latim e os clássicos com Sotero dos Reis, com quem rivalizaria no jornalismo. Bateu-se pelas idéias liberais durante o período da Regência. Tornou-se famoso redigindo o Jornal de Timon, onde tracejava quadros da sociedade e da política de seu tempo, revelando qualidades raras de observador e de escritor. Foi deputado provincial, secretário da presidência do Maranhão e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Faleceu em Lisboa, onde se encontrava comissionado pelo Governo para coligir documentos sobre a história nacional.

Obras: Jornal de Timon; Apontamentos para a história do Maranhão; Vida do padre Antônio Vieira; Biografia de Manuel Odorico Mendes, etc. Todos estes escritos são publicados nos dois volumes editados por Antônio Henriques Leal (1852--54), que antepôs a biografia de Lisboa ao primeiro volume, e um estudo de Teófilo Braga, ao segundo.

.....

Os partidos

Temos até este ponto considerado os diversos instrumentos dos partidos, consideremo-los agora a eles mesmos.

Os nossos partidos provinciais quase não são dignos deste nome, na larga e verdadeira acepção política do termo; porque quais serão os princípios, as idéias e os interesses gerais que os distingam e dividam seriamente uns dos outros? Não quer isto dizer que eles não tomam as denominações, e não arvoram as bandeiras dos partidos que militam na Corte, e em outros centros da população brasileira; mas além de que a estes mesmos é em grande parte aplicável o que dizemos dos nossos, torna-se manifesto que essa cópia servil de denominações e evoluções não prende em conformidade alguma os princípios, nem na generalidade e comunidade de interesses legítimos. É pelo contrário um simples e cediço manejo com que procuram assegurar no presente, ou captar para o futuro a proteção do mais forte. Baldos de fé política, como de motivos importantes de luta que os possam elevar e enobrecer, todos os seus atos trazem o cunho do egoísmo e do personalismo; os meios que empregam são mesquinhos e nulos como o fim a que atiram, e se bem que por via de regra ostentem uma linguagem violenta, e pratiquem ações que quadrem perfeitamente com as palavras, toda essa cólera factícia é impotente para encobrir a incerteza e flutuação da sua

marcha, e para tirar à sua existência quanto ela tem de efêmero e precário.

A tal respeito nem nos deve iludir a diuturnidade de certas denominações, adotadas como pretendidos talismãs, pois enquanto o nome perdura, o pessoal, a linguagem, os atos experimentam horríveis metamorfoses; nem o manejo oposto de batizar a cada passo os partidos, sem regenerá-los quanto ao fundo das coisas, porque os vícios permanecem sempre os mesmos.

Eis por que os nossos partidos, renovando a trama de Penélope com o fim moral, de menos, fazendo e desfazendo, andando e desandando, num contínuo e monótono vaivém, se transformam, corrompem, gastam e dissipam inutilmente, nos esforços incessantes e estéreis da ação e reação, ou do fluxo e refluxo que os leva, traz, arrasta, confunde, baralha e submerge.

* * *

Sempre inúteis, estéreis e impotentes, quando não são positivamente nocivos ou perigosos, todos igualmente desonrados e aviltados por faltas comuns, e excessos imitados uns dos outros, os nossos partidos se tornam incapazes de menor bem, e perdem toda a autoridade e força moral. Mal ergue um deles a voz para exprobrar ao outro tal erro, tal falta e tal crime, para logo a exprobração contrária quase idêntica vem feri-lo no coração, e fá-lo-ia emudecer completamente e por uma vez, se a falta de pudor não fosse uma qualidade dominante de todos eles. Que lhes importa com efeito o pudor, a moral, o respeito e decoro próprio, contanto que triunfem e levem a cabo os seus mesquinhos designios?

* * *

Quando alguma dessas efêmeras combinações, a que entre nós se dá o nome de partido, interessa por qualquer motivo na destruição ou modificação das combinações anteriores, e entra a vozear as palavras sonoras de união, fusão, conciliação e extinção de ódios, as combinações ameaçadas clamam logo, e sem falência, que os partidos são úteis, necessários, indispensáveis, essenciais à nossa forma de governo para que se esclareçam, dirijam e contenham uns aos outros.

Timon, sem estar pelas generosas intenções de uns, ousa duvidar da infalibilidade das asserções de outros. Os partidos serão fatais e inevitáveis, atenta a variedade e discrepâncias das opiniões, e os impulsos encontrados dos interesses e paixões; úteis e necessários, não. Os mais dos publicistas os consideram um mal. Ora, o mal pode ser irremediável; útil e proveitoso, nunca. E semelhante absurdo é impossível; se o mal proveitoso existe em alguma parte, certamente que não é aqui.

* * *

Os nossos partidos são intolerantes e insaciáveis; qualquer vitória lhes não basta e, ainda, a completa aniquilação dos partidos contrários os deixaria talvez pouco satisfeitos e malseguros de si. Daí vêm essas intermináveis precauções que estão sempre a tomar, essas três e quatro camadas de suplentes, essas leis pessoais, essas infundas opressões e injustiças, a administração pública, enfim, desviada dos seus fins naturais e legítimos, e convertida em máquina de guerra com que uma parte da sociedade combate incessantemente a outra. Mas tudo isso o que denota, senão a extrema fraqueza, e o extremo terror? Se os nossos partidos fossem mais fortes, mais cheios de fé, menos divididos e multiplicados, não teriam tamanho medo uns aos outros, poderiam andar ombro a ombro, e em muito amigável companhia, procurando cada um alargar a sua influência, melhorar a sua posição, e fazer valer os seus direitos, sem negar os alheios. Nisto é que consiste a vida política; tudo o mais é, antes, a ausência dela, ou, para melhor dizer, a morte. E, se não, vede como esses partidos, por mais que multipliquem as precauções e as injustiças, por mais que triunfem e dominem absolutamente, se acham exaustos e moribundos ao cabo de três ou quatro vitórias sucessivas, e se esvaem ao menor sopro, como essas múmias do Egito, que numa aparente integridade têm triunfado dos séculos, e se desfazem em vil poeira ao simples toque do viajante curioso que ousa devassar a solidão das pirâmides.

* * *

A fraqueza é o seu grande mal, e nesta parte as presentes considerações alcançam porventura além dos limites da província. Nenhum deles tem sólido apoio da opinião pública, nem prende as suas raízes nas grandes massas da população. E, como poderia isso ser, se a

população, já de fatigada e desenganada, se tornou indiferente; e nem sequer existe isso a que se chama opinião pública? Daí vem que quando a sabedoria imperial apraz mudar de política, e a sabedoria ministerial busca operar a mudança, ao seu aceno, e no meio de vãs e impotentes algazarras, se esvai o fantasma de partido anteriormente dominante; procurando, conforme as suas tendências, confuso e envergonhado, rebuçar sua extrema fraqueza, ou nos mentidos protestos de uma resignação e amor à ordem que não é senão a impotência, ou nas convulsões ainda mais impotentes, porém mais fatais, da desordem e da anarquia.

* * *

Tenho observado que em regra geral, entre nós, não é a mudança da opinião pública quem determina a mudança de política, antes é esta quem determina a mudança aparente da sombra de opinião que na realidade ou não existe, ou é muito fraca para que entre em linha de conta no exercício das faculdades e veleidades, que dão em resultado as mutações de cenas.

* * *

Há coisa de trinta anos, e estava quase em dizer, há pouco mais de um quarto de século, no gozo das esperanças que dava a inauguração do novo regime, e nas ilusões ingênuas da inexperiência e virgindade política, escrevia-se o seguinte: "A primeira vantagem desta forma de governo (a constitucional) é a tendência que se dá aos estudos, às inclinações e à educação das ordens superiores; ninguém deseja ser espectador silente nas assembléias públicas, e por isso todos se ressentem da necessidade de cultivar o talento e adquirir sabedoria, como único meio de adquirir também a estima dos seus concidadãos. Isto forma as maneiras e o caráter de uma nação.

Nos governos populares a estima pública não se ganha senão por uma moral mais pura, e por um caráter intelectual mais elevado. Aquelas faculdades que qualificam os homens para as discussões públicas, e que são o fruto de sábias reflexões, e de muito estudo, serão suscitadas e melhoradas por aquela espécie de galardão, que mais que os de outra qualquer espécie, prontamente enamora a política.

Depois disso, as eleições populares, ainda quando não abranjam o todo de uma população, procuram e granjeiam as classes in-

feriores, a cortesia e a consideração das superiores. Todos desejam não desmerecer a estima do maior número. Àquela altiva insolência dos cavalheiros e dos fidalgos mitiga-se muito, quando o povo se habilita a dar alguma coisa, e eles a receber. A assiduidade com que então se sollicitam estes favores produz hábitos de condescendência, de respeito e de urbanidade, e como a vida humana se torna amarga pelas injúrias, e pelas afrontas dos nossos vizinhos, tudo quanto contribui para procurar a doçura e a suavidade das maneiras corrige no orgulho dos nobres e dos ricos o mal necessário da desigualdade, origem deste orgulho.

De mais a mais a satisfação que o povo tem nos governos livres, de ser todos os dias informado de toda a casta de exemplo político por meio da liberdade de imprensa, como *verbis gratia* do teor das discussões políticas de um senado ou de uma assembléia popular – das disputas sobre o caráter ou sobre a administração dos ministros, das intrigas e das contestações dos partidos – tudo isto excita um interesse, que dá moderado emprego às idéias do homem de bom senso, sem lhe deixar no espírito uma penosa ansiedade. Estes tópicos excitam uma universal curiosidade, e, habilitando todo o mundo a produzir a sua opinião, formam um grande cabedal de conversação pública, e substituem os hábitos do jogo, da mesa e dos entretenimentos obscenos e escandalosos".¹

Eternos deuses! Por que modo se hão realizados estas provisões e esperanças no longo curso do nosso aprendizado constitucional? Este povo que ia iniciar-se nos mistérios da nova vida e ciência política, e dar honesto e moderado emprego às suas idéias, abandona em massa as eleições, os vereadores, as suas câmaras, os eleitores, os seus colégios, os jurados, os seus tribunais! As assembléias provinciais, é certo, não interrompem de todo, e de um modo permanente, os seus trabalhos; a isso obsta eficazmente o mesquinho subsídio, que atrai incessantemente os suplentes de um e dois votos; mas contemplai as suas galerias desertadas pelos espectadores; o silêncio – quase segredo – com que preenchem obscuramente o curso de suas abandonadas e menosprezadas sessões; atentai para a desenvoltura com que os partidos, cuidando ferir as pessoas dos adversários que as compõem, vulneram pro-

(1) AMERICUS. *Cartas Políticas* impressas em Londres, em 1825.

fundamente a própria instituição, expondo-a a desprezo e irrisão pública; e disse-me quantos anos não serão ainda necessários para habilitar a massa da nossa população aos meneios da nova vida política?

Pelo que toca à recíproca deferência e consideração das diversas classes umas para com as outras, e sobretudo das classes superiores para com as inferiores, a corrupção, a pedintaria, os bródios e as comezainas, os cacetes, os espancamentos eleitorais, o recrutamento e modo acerbo e exclusivo por que se ele faz falam com mais eloquência que as mais ardentes declamações. A urbanidade, cortesia e aticismo que deveram resultar do trato freqüente dos cidadãos educados à sombra larga e benéfica da árvore da liberdade, o leitor já viu como brilham nos artigos dos grandes e pequenos jornais, que de Timon lhes deu uma sofrível amostra. E as estupendas escolhas que assinalam e salpicam as páginas da nossa história eleitoral, não consentem duvidar que *nos governos populares a estima pública só se ganha por uma moral mais pura, e por um caráter intelectual mais elevado!*

* * *

A par da indiferença, apatia e abstenção das grandes massas da população para os misteres da vida pública, civil e política, mostra-se o mal contrário na camada superior da mesma população, que preterindo todas as mais profissões, não procura meios de vida senão na carreira dos empregos, não tem outro entretenimento que a luta e agitação dos partidos, outro estudo que o da ciência política, sendo tudo bem depressa arrastado pelo impulso cego das paixões para os últimos limites da exageração e do abuso. E porque as classes superiores são as que dirigem a sociedade, e a classe dos políticos supere entre nós todas as outras, suprimindo o número, pelo ruído que faz, e posição elevada que ocupa, é ela quem dá o tom de verniz exterior à nossa sociedade, e lhe faz tomar as aparências de um povo exclusivamente dado à política, e aos meneios, fraudes e torpezas eleitorais, quando a verdade é que o grosso da população, se nisso tem crime, é pela indiferença, antes convívência, com que contempla os abusos e escândalos da imperceptível, mas inquieta e turbulenta minoria. Em resumo: exuberância de vida política, tumulto, agitação, ardor febril, e paixões amotinadas numa pequena parte da população – silêncio, abandono, indiferença, ausência quase absoluta de vida, na outra parte que constitui a grande maioria.

* * *

Na ausência de motivos sérios de divisão, e de um verdadeiro antagonismo de idéias e princípios, os nossos partidos os inventam copiando e arremedando os estranhos, com toda a exageração própria de atores boçais e mal ensinados. Daí toda essa fantasmagoria e palavrório de poder, oposição, coalização, revolução, clubes, jornais, credos, propagandas, sistema parlamentar, a que a pobre da província se há de moldar como a vítima no leito de Procusto, contraindo, distendendo e deslocando os membros macerados, embora a sua índole, atraso, ignorância política, e pouca população, a inabilitem para tão ambiciosas experiências. Apesar porém de todas essas mentidas aparências, nem por isso é menos profunda e geral a ignorância da genuína ciência política, e a falta do verdadeiro tato e inteligência dos negócios. Em uma das nossas câmaras, a dos deputados ou dos senadores, pouco importa qual fosse, armou-se grave contenda sobre finanças, versando especialmente a disputa sobre o déficit ou remanescente da receita em certo e determinado ano. O ministro da Fazenda dizia que o déficit andava no referido ano por perto de três mil contos; o chefe da oposição porém, isto é, o ministro passado e futuro, sustentava que se as sobras não haviam chegado então a três mil contos, não tinham certamente sido inferiores a dois mil novecentos e noventa e nove. Quando um chamava que tal matéria não tinha que ver com argumentos mais ou menos especiosos, que nas cifras e algarismos é que estava tudo, acudia outro que nos algarismos é que se ele fundava, que era também para os documentos do Tesouro que apelava. E deste jeito tanto afirmaram e negaram, mostraram tanto ignorar e tanto saber, tal e tão estranha barafunda fizeram de contas e argumentos, que a nação que os ouvia, ou antes, que os não ouvia nem entendia, ficou como dantes a respeito dessa inextricável questão do déficit ou sobra. *Et adhuc sub judice lis est.* Henrique IV, ouvindo dois advogados sustentarem com igual vantagem e facúndia o pró e o contra, não se pôde ter que não exclamasse: *Parbleu messieurs vous avez tous deux raison!* A consolação que nos resta é achar também razão em todos os nossos partidos. Mas se a dois dos nossos mais eloqüentes oradores e abalizados financeiros tal acontecia, que diríamos dessa turba de improvisados políticos que dissertam sem fim de tudo e de todos, em todo tempo e a todo propósito?

* * *

Repetimo-lo, ainda a carreira política e dos empregos é quase a única a que se lançam as nossas classes superiores.

Indivíduos há que abrem mão de suas profissões, deixam ao desamparo as suas fazendas, desleixam o seu comércio e se plantam na capital anos inteiros à espera de um emprego, consumindo improdutivamente o tempo, e o pouco cabedal que possuíam, e que não obstante bem aproveitados por um homem ativo e empreendedor, dariam muito mais que todos os empregos imagináveis. Mas nem porque alcancem a primeira pretensão, se dão por pagos e satisfeitos, antes aspiram logo a outra posição melhor; e sempre inquietos e atidos à novidade, persuadidos que só as intrigas políticas e não o mérito é que dão acesso na carreira, a única coisa de que não curam é de cumprir as suas obrigações, e de aperfeiçoar-se nos estudos e na prática necessária ao mister ou especialidade que adotaram. Raros são os que para subirem mais e mais não vejam com gosto o sacrificio dos colegas e companheiros, com cuja sorte aliás os conselhos mais óbvios da prudência os deviam levar a se identificarem; mas a desgraça alheia com que folgam é bem depressa a desgraça própria, porque o egoísmo e a cobiça são vícios universais, que se ofendem, neutralizam e embaraçam reciprocamente. A mania dos empregos é tal, o mal tão grave e profundo, que já não são somente os pobres e necessitados que andam após eles; os grandes, os fidalgos e os ricos fazem outro tanto, e, sem pejo nem remorso, ajuntam aos contos e contos dos seus bens patrimoniais, os magros emolumentos de ínfimos lugares, roubados porventura ao mérito modesto e desvalido. Que poderá entretanto haver no mundo de mais miserável que esta perpétua oscilação, que estas eternas vicissitudes, que esta vida precária, enfim, do pretendente e do empregado?

* * *

A História refere que Agesilau, rei da Lacônia, tão extremado guerreiro como profundo político, fora um dia surpreendido a brincar com os filhos em um cavalinho de pau, e pedira envergonhado ao indiscreto amigo que dera com ele naquela atitude lhe guardasse segredo até que também tivesse filhos. Deste rasgo tiro uma observação diferente da do comum dos historiadores, e vem a ser que já naquelas remotas eras as crianças brincavam em cavalinhos de pau. Sem remon-

tar porém a tão venerável antiguidade, entre os nossos próprios contemporâneos acharemos muitos, e não dos mais idosos, que têm notícia que as crianças e meninos do seu tempo montavam cavalinhos como os filhos do guerreiro esparciata, jogavam o pião, empinavam papagaios, ou faziam de soldados, capitães e generais; pois nada levava tanto após si os olhos dos meninos como as idéias e imagens belicosas.

Hoje em dia, porém, as coisas estão bem mudadas; qualquer marmanjo criado ao bafo de uma taberna meneia-se à feição de um presidente, sendo que a própria mulher do quitandeiro vê nele o futuro administrador da sua província, e não se faz rogar para lho dizer; os meninos de escola e de colégio escrevem, e imprimem jornais, e sonham presidências, deputações e ministérios, como os seus antepassados da mesma idade sonhavam com bonecos, corruptos, doces e confeitos. Diria aqui também que escrevem e representam dramas sanguinolentos, freqüentam os teatros e bailes, e fazem a diversos outros propósitos, de pequenos homens feitos, se me não tivesse circunscrito a só pintar costumes políticos.

Os pais de família, aproveitando e cultivando estas felizes disposições, sem consultarem nem as suas posses, nem a capacidade dos filhos, lá os vão mandando para as academias jurídicas de Olinda e São Paulo, e para as de medicina da Bahia e da Corte. Vós credes que ali se formam médicos e juriconsultos; não o contesto até certo ponto; mas a verdade é que sobretudo e principalmente formam-se, graduam-se, e doutoram-se homens políticos, quero dizer, deputados, presidentes, ministros e senadores, continuando na juventude, na idade madura e na velhice, os sonhos e fantasias da primeira infância e puerícia.

* * *

Sonhos em verdade e fantasias para muitos, e nada mais. A educação literária e superior da raça dos pretendentes e candidatos os eleva no próprio conceito, abasta-lhes o peito das mais largas tenções e abre à sua ambição estimulada os mais vastos horizontes; quando, porém, das alturas e devaneios da imaginação caem nas realidades da vida prática, as decepções amargas e cruéis se sucedem umas as outras. Seja que aspirem aos cargos de magistratura tão-somente, ou aos políticos, eletivos e administrativos, seja que aspirem a uns e a outros ao mesmo tempo; aqueles como a um meio seguro da existência, a estes

como a um meio de passatempo e dissipação nas capitais e na Corte, ou como satisfação ao poder e ambição política, é certo que os lugares não bastam à superabundância dos pretendentes. Daí vem que um grande número deles vegeta longo tempo no seio das privações, agravadas pelo sentimento das esperanças fraudadas; em tanto que outros fatigados de uma virtude inútil buscam, como o Doutor Afrânio, no vício, na corrupção e nas transações, a satisfação de desejos tanto mais irritados e frenéticos, quanto mais tempo estiveram sem matéria em que cevar-se. Daí resulta ainda uma imensa perturbação moral na sociedade, mais funesta porventura em seus efeitos permanentes, que as perturbações materiais, de sua natureza rápidas e efêmeras. E em derradeira análise o patronato político, a cabala, a intriga, e ainda os cegos caprichos do poder e do acaso, elevam, por fim, de preferência, os mais ineptos, estúpidos ou corrompidos.

(Obras de João Francisco Lisboa, Lisboa, 1901, vol. I, págs. 176-182.)

JOSÉ MARTINIANO DE ALENCAR (1829-1877). Nasceu na vila de Mecejana (Ceará), educou-se no Rio de Janeiro. Foi romancista, jornalista, jurista, dramaturgo, professor de Direito Mercantil no Instituto Comercial. Eleger-se deputado em várias legislaturas, fez parte do Gabinete de 1868 como Ministro da Justiça. Estilista primoroso, defendeu a idéia da autonomia da língua brasileira, sendo atacado por José Feliciano de Castilho e seu grupo (que era bafejado pelo Imperador), nos folhetos intitulados Questões do Dia (1871-1872), sob diversos pseudônimos.

Aveso às coteries, o escritor manteve-se intransigente nos seus pontos de vista literários e artísticos. O cônego Pinheiro Fernandes não o incluiu no seu curso de Literatura, Wolff mencionou-o apenas em algumas linhas. Mas o público já havia consagrado o autor de Guarani, num reboante sucesso.

O trecho trasladado é o capítulo IV de O sistema representativo (1868). É expressão de "um desejo imenso, uma vontade forte de entrar nos negócios do país, de exercer sua vontade sobre algum acontecimento, de tornar-se por fim uma força indispensável ao mecanismo governamental", segundo escreve seu biógrafo e crítico Araripe Júnior.

Obras: Cartas sobre a Confederação dos Tamoios, por Ig. Rio, 1856; O Guarani, edição avulsa, Rio, 1857; O Demônio familiar, Rio, 1857; As Minas de Prata, Rio, 1862; Diva, Rio, 1864; Iracema, Rio, 1865; Ao Povo, cartas políticas de Erasmo, Rio, 1865; A pata da gazela, Rio, 1870; Ubirajara, lenda tupi, Rio, 1875; O Sertanejo, Rio, 1876, 2 vols.; Guerra dos Mascates, Rio, 1877, 2 vols.; Como e porque sou romancista, publicação póstuma feita por Mário de Alencar, Rio, 1893; O Sistema Representativo, Rio, 1868.

.....

Eleições e seleção negativa

O

sistema, cujos principais lineamentos foram neste livro esboçados, não somente realiza em sua plenitude a verdadeira representação democrática. A essa grande virtude, acrescem os efeitos salutaros que dele resultam em prol da razão e da justiça.

Não basta ao poder que seja legítimo e emane da soberania popular; é indispensável também que se inspire nos preceitos e normas da lei racional, e tenha a ilustração necessária ao manejo dos negócios públicos e altas questões de estado. O governo de todos por todos fora para a sociedade uma conquista mesquinha e inglória se ele a submetesse à direção dos espíritos medíocres ou incultos. A lógica social não consente em uma tal anomalia; o direito carece, para desenvolver-se e atingir seu esplendor, da inteligência que o fecunda.

O novo sistema eleitoral satisfaz cabalmente e melhor que nenhum outro essa necessidade da democracia: ele realiza o governo de todos, pelos homens superiores escolhidos por todos; em outros termos extrai da soberania bruta a essência pura, e afirma a influência legítima da virtude e talento.

O que atualmente concorre em alto grau para sufocar as aspirações nobres e justas, rechaçando da política tantos espíritos superiores, é a tirania brutal do número. Reduzida a soberania a um al-

garismo, todas as questões sociais se resolvem por uma simples operação aritmética. Os secretários de uma opinião não carecem de aprofundar em sua consciência os motivos da convicção, de pesar refletidamente em sua razão os argumentos contrários; de abrir enfim seu espírito à discussão ampla e luminosa do assunto. Nada; basta que se contem e apurem as somas. "Constituímos a maioria; logo, somos a Lei, a Justiça, a Verdade. Vós sois minoria; se grande, corrompa-se para a reduzir; se pequena, oprima-se para não crescer."

Que interesse têm no regime vigente os partidos de elevar às mais altas posições homens de inteligência vasta e caráter íntegro? Nenhum, absolutamente; pelo contrário, essa escolha os prejudicará. Os partidos representam atualmente, nos países constitucionais, associações destinadas à conquista do poder, ou pelo menos um interesse de classe. Todos lutam para se apoderar da arma decisiva, a opinião. Ora, a opinião no domínio exclusivo da maioria não é o que deve ser, realmente, a expressão comum do pensamento nacional; significa simplesmente o reclamo da parte mais considerável, a exigência do forte.

Ela compõe-se e decompõe-se pela flutuação de certa massa de gente sem crenças, nem princípios, movida, já do espírito volúvel, já do sórdido ganho, já da fraqueza intelectual, mas aderente pelo comum destino. Cada partido que disputa a opinião, causa da vitória, carece de falar a todos esses baixos sentimentos, de pôr-se ao nível do que a sociedade tem de mais repugnante.

As organizações privilegiadas não servem para este vil mister; e por isso os partidos tendem a arredá-las com receio dos graves embaraços que sua razão direita e superior pode criar à próxima ascensão ao poder. Algumas dessas individualidades por seus esforços pessoais conseguem elevar-se depois de uma luta árdua e renhida; mas são forçadas afinal a transigir com as conveniências partidistas; a revestirem um caráter político, que não é o seu caráter próprio: anula-se muitas vezes para serem toleradas; contraem as vigorosas expansões de sua personalidade para não ferirem certas conveniências.

São as mediocridades ou as inteligências pervertidas que na atualidade melhor servem aos partidos; e por isso as que mais segura e rapidamente se elevam às posições eminentes. Estas sabem amoldar-se a todos os manejos; insinuam-se no espírito das massas flutuantes; atraem

as ambições a quem animam com o exemplo de sua fácil ascensão; descem ao nível dos preconceitos e rotinas; pactuam com toda a resistência; encolhem-se a qualquer aspereza; realizam, enfim, esse fenômeno admirável da elasticidade política, que tem feito e há de fazer tantos estadistas.

Eis o aspecto dos governos parlamentares, tais quais existem; ele muda completamente, e como por milagre sob a influência da reforma.

Aqui no sistema da representação integral, o número deixa de ser déspota, e torna-se apenas presunção falível; não se oprime à sua sombra uma porção do país; o direito de cada um, direito grande ou pequeno, é respeitado. A opinião dominante não será mais aquela que apóia as massas flutuantes, isto é, a gente sem opinião. O voto preponderante resultará da adesão de convicções sinceras, criadas pelo estudo, robustecidas pela discussão, provadas pelo certame público de todas as idéias.

Os partidos ambiciosos de governo continuarão a existir; mas a par deles se formarão os partidos de idéia, hoje impossíveis; as propagandas em prol de um melhoramento social; as seitas reformistas que preparam os elementos das revoluções humanitárias. Esses partidos não disporão de certo, como os outros, do mando, dos títulos e dos cofres públicos para favorecer a vaidade, ou cupidez dos que os sirvam; terão porém mais pura e valiosa recompensa para tributo aos seus chefes; os testemunhos do reconhecimento público, a celebridade e a glória. Quem não preferiria a mais elevada honra oficial, uma estátua erigida pelo voto espontâneo de alguns milhares de seus concidadãos?

As grandes almas, hoje condenadas em política à ambição do poder, como único meio de realizarem suas idéias e exercerem na sociedade uma legítima influência, acharão nesses partidos de propagandas destinados unicamente a fazer triunfar a verdade, um nobre emprego às suas altas faculdades, e campo às expansões de sua vitalidade. De seu lado os partidos nascentes, sentindo a necessidade imprescindível de aumentar suas forças pela inteligência para resistir às opiniões mais fortes, serão forçados a se confiarem nos seus chefes naturais e legítimos: seu programa será subjugar o número à razão, o fato ao direito.

A esse esforço dos pequenos partidos, corresponderá esforço idêntico dos grandes, e especialmente da maioria. Observando o efeito imediato, que a presença de cidadãos notáveis dos outros partidos produza no Parlamento, por sua vez há de a maioria reconhecer a fragilidade do número, e a superioridade de uma palavra que comove o país e conquista milhares de adesões, enquanto o governo pensa esmagá-la. Os manequins serão imediatamente substituídos por homens de verdadeiro merecimento, que possam afrontar-se com os antagonistas nas lides parlamentares; se o partido já não tiver homens dessa qualidade, porque os especuladores e mediócras os hajam escorraçado, abrir-se-á espaço para eles.

Os saltimbancos políticos são de grande préstimo para a escamotagem das opiniões e dos votos; ninguém melhor de que eles vence uma eleição e empalma nas câmaras uma medida de confiança. Garantida porém a representação a todas as opiniões, o resultado lógico e infalível é sua completa separação; cada uma, até agora confundida ou desvanecida pela superioridade, assume sua autonomia; adquire uma existência própria e ativa. A prestidigitação política, pois, decai bastante. A maioria será obrigada a tornar-se honesta e ilustrada; do contrário a aliança natural de todas as minorias a afastará do poder.

Convençam-se aqueles que dirigem os povos; o meio mais breve e fácil de estabelecer o governo das notabilidades não é esse despotismo absurdo decorado com o nome de censo; mas sim a democracia representativa levada a efeito pelo voto universal e pela escolha proporcional. Esse governo bem pode se chamar da razão e justiça; esse domínio legítimo, baseado na livre escolha, satisfaz a generosa ambição dos espíritos superiores. O outro, ao contrário, humilha as grandes inteligências, pois impondo-as de certo modo pela força, denuncia que nunca pela razão elas conseguiriam exercer a missão que lhes assinou o Criador.

No instante em que o Parlamento seja o foco da sabedoria, como da vontade nacional, não tardará a civilização completa do povo; porque ele não receberá de seus legisladores somente a disposição tosca e bruta da lei, mas também o raio que a ilumina, o espírito que a vivifica. A lei não será ato de força e império; mas uma lição profícua, um exemplo fecundo, que desenvolva os bons instintos da população.

Outros efeitos salutareos decorrem do novo sistema.

A eleição é presentemente um motivo de corrupção para o povo e ensejo de revoltantes escândalos. Observador da facilidade com que homens de bem se deixavam arrastar pela vertigem, a ponto de se associarem a alguns homens indignos, servirem-se de ignóbeis instrumentos, e praticarem torpezas de toda a casta; muitas vezes interroguei minha razão sobre a causa dessa incompreensível aberração; ela a revelou por fim, mostrando-me o falseamento da atual constituição política.

De feito, extorquida a soberania à universalidade dos cidadãos para atribuí-la exclusivamente a um pequeno número; dependente a escolha destes donatários felizes de circunstâncias acidentais e mesmo falíveis, que a tornam favor precário; o direito político, tão sagrado e respeitável em sua esfera como o direito privado, se reduz a um simples dom da fortuna, adquirido pela habilidade ou sorte de cada um. Este vota, porque herdou, ou porque soube arranjar uma especulação; aquele não vota, porque é mais parco, vive de seu trabalho, ou nasceu pobre. Sucede o mesmo que ao pescador; este colheu bom lanço porque acertou de cair no cardume; aquele falhou o seu.

Deste modo a vida política longe de ser regida pela justiça, o é pela agilidade de cada um. A lei que prescreve as obrigações torna-se uma simples formalidade; um como prospecto de espetáculo, no qual se operam as variações necessárias. Os avisos do Executivo, as escandalosas depurações da Câmara, as instruções dos presidentes, as prepotências das mesas, e até as *baiorrettes* do sargento que manda o destacamento; interpretam e executam a lei à feição do momento. A mentira, o perjúrio, a escamotagem, o roubo, o assassinato, todos os vícios e todos os crimes, se praticam nesse pleito vil e ignóbil.

E com que justiça a lei exigiria ordem e respeito ao direito deste ou daquele cidadão? Não conculcou ela o direito da pluralidade da nação? Não fez da soberania nacional o prêmio de um jogo de azar?

É lógico e concludente que os jogadores admitidos à tavelagem disputem ardentemente a partida e empreguem todos os recursos da astúcia para levantar o páreo. Assim opera-se a monstruosa dualidade que se observa com espanto na sociedade atual dois homens no mesmo homem; o homem político, sem brio, depravado, burlão e homicida; o

homem privado, suscetível, honesto, virtuoso. A honra, a dignidade, o direito, essas coisas sagradas para ele na vida civil, se transformam na vida pública em obstáculos à ambição, estorvos que é forçoso remover por todos os meios.

Restitua-se a soberania ao seu verdadeiro caráter; respeite-se o direito em cada cidadão, acate-se a existência e representação de cada opinião; a vida política imediatamente entrará, como a vida social, no domínio absoluto da justiça. As consciências não se embotarão mais para o remorso das torpezas eleitorais; furtar um voto será tão vergonhoso como furtar a bolsa; falsificar uma ata equivalerá a falsificar uma letra; em ambos os casos há um ataque ao Direito, e não o frustramento de uma ambição.

Também deve extinguir-se o ódio e desprezo com que lutam os partidos atualmente nas urnas. A eleição é para eles uma grande batalha campal, que decide da vitória; o que triunfa deita na concha da balança política do governo, isto é, a força, o dinheiro, a sedução; e prefere o *voe victis*. Nada mais natural do que os partidos, receando o ostracismo, empreguem todos os esforços possíveis a fim de vencer, não obstante os meios. Já não acontecerá isso, quando a opressão ou aniquilamento de um partido seja impossível; porque seu lugar no seio da representação nacional lhe esteja garantido. A confiança em suas convicções, o desabafo às queixas, a esperança na capacidade de seus chefes, os brios da luta, são bastantes para consolar os vencidos da derrota. A campanha vai dar-se no Parlamento e eles lá estarão dignamente representados.

Releva notar também que a concorrência de mais de dois partidos ao pleito eleitoral garante a pureza e legalidade do processo. Se presentemente a opinião sensata ouvindo duas parcialidades se acusarem mutuamente de terem violentado e viciado a eleição, vacila em pronunciar-se porque não tem critério para aquilatar da verdade; outro tanto espero não aconteça, desde que pleitearem a eleição cada uma por sua conta três ou quatro parcialidades. Aquela que recorrer à fraude terá contra si necessariamente as outras, igualmente interessadas na eleição.

É comum tratar um partido de atrapalhar uma eleição, porque a conta perdida tem tudo a ganhar com sua nulidade, diminuindo os votos contrários. Com o novo sistema não há freguesia perdida para um

partido senão aquela onde ele conte tão insignificante número de aderentes, para não ter direito a um eleitor sequer: nesse caso alguns votantes nada valem e nada podem contra número muito superior.

A duplicata, praga terrível que se propagou de um modo espantoso, depois da Reforma de 1856, é exterminada pelo novo sistema. Desaparece o estímulo dessa fraude destinada a fabricar um eleitorado com qualquer pequena fração de votantes, ou mesmo sem número algum, somente com pena e papel. Não permitindo a lei que um eleitor seja constituído por menos de 25 votos; e não tendo o cidadão direito a mais de um voto; não lucram absolutamente os dissidentes em se apartarem da eleição regular, para fazer uma eleição clandestina e nula. Acresce que a prestação do sufrágio pelo cidadão é autenticada, já com o carimbo no seu título de qualificação, já com a assinatura na ata de seu candidato: torna-se portanto impossível a simulação da presença e voto do mesmo cidadão em outro processo eleitoral.

As minorias são tão garantidas em sua liberdade de sufrágio pelo novo regulamento de eleição; cada cidadão dispõe de tais meios de defender seu direito esbulhado; que não há caso algum justificativo de uma duplicata.

Suponha-se que a mesa de uma ou mais paróquias calca a lei, e com um cinismo revoltante atropela todo o processo eleitoral. Ainda mais, admita-se que voltando a épocas passadas, um comandante de destacamento ou empregado policial prende os cidadãos pelas estradas e os leva à ponta de baioneta à mesa para prestarem um voto arrancado à força. De duas coisas uma deve suceder; ou a Câmara dos Deputados pervertida, por um ignóbil espírito de partido não pune estes fatos severamente; e nesse caso também não aprovaria a duplicata; ou a Câmara profliga semelhantes escândalos e declara a nulidade dos eleitores feitos nessa bacanal; então os cidadãos são chamados a novos comícios; e nomeados os legítimos eleitores. Como os votos dos outros nulos e falsos foram nominais, a Câmara imediatamente os desconta àqueles que o receberam; cassando-lhes os diplomas, se os votos tomados aos novos eleitores alteraram o resultado anterior.

Eis portanto os cidadãos esbulhados de seu direito, chegando pelos meios legais a plena reparação, sem necessidade de recorrer a um expediente, o qual, além de ilícito em sua origem, desperta

logo pelos escândalos a que serviu de capa uma forte prevenção de falsidades.

Concluo aqui. O assunto reclamava mais amplo estudo, para ser desenvolvido em todas suas faces; mas para uma simples exposição do plano político bastam as considerações que apresento. A controvérsia, de que são dignas questões de ordem tão elevada, porá o remate à idéia.

(O Sistema Representativo, Rio, 1868, págs. 175-184).

JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA, o Moço (1827-1886). Nasceu em Bordéus, durante o exílio de Martim Francisco Ribeiro de Andrada, regressou ao Brasil, com a família, aos dois anos de idade. Coursou a Escola Militar. Motivos de saúde forçaram-no a abandonar a carreira das armas e bacharelar-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. Em 1854 foi nomeado Lente substituto da Faculdade de Direito do Recife, transferindo-se após para a de São Paulo, onde se tornou catedrático e lecionou até a jubilação. Dotado de grande memória, fascinou a mocidade pelo seu talento de exposição e conhecimentos clássicos e jurídicos. No Parlamento, granjeou fama de orador de largos recursos. Foi senador, conselheiro da Coroa; e faleceu subitamente, quase aos 60 anos, em São Paulo.

Obras: Rosas e goivos, S. Paulo, sem data; Memória histórica da Faculdade de Direito de S. Paulo, São Paulo, 1859; Discursos Parlamentares, Rio, 1880; Anais da Câmara de Deputados de 1861 a 1879, Rio; Anais do Senado de 1879 a 1886, Rio; Poesias de José Bonifácio, Rio, sem data, mas posterior a 1886.

.....

Analfabetismo e voto

É um direito político, e por isso exige o voto generalizado, votem todos que podem votar, como parte da associação política.

Repito-vos – é preciso escolher: ou aceitar o censo, medida de capacidade, graduando-a; ou aceitar o censo, medida da independência pessoal, generalizando o voto. O mais é negar e afirmar ao mesmo tempo.

Excluindo os analfabetos, as razões expostas para sustentar o projeto ligam-se a três origens: à opinião dos escritores, ao direito dos países estranhos e à especialidade de nossas circunstâncias. Dominando-as, deve o espírito humano procurar um princípio superior para explicá-las.

Qual é este princípio superior? Se para votar não basta querer e discernir; se é preciso condição especial de capacidade, então a lógica tenazmente exige mais alguma coisa. Excluí os analfabetos porque não sabem ler e escrever, porque não sabem calcular; excluí os que não sabem calcular porque não são doutores; excluí os que são doutores, porque há quem saiba mais do que eles [*Risos*]... É a lógica do projeto; ou a condição do acerto está no exercício cumulativo do voto pela associação, e neste caso pouco importa que o analfabeto vote, ou está no voto individual, e neste caso os capazes excluem os menos capazes.

E quem sabia ler e escrever na Antiguidade? Na antiga Roma os fidalgos tinham copistas, os escravos copiavam. O que sabe ler e escrever pode até não servir-se do meio à sua disposição para alargar os seus conhecimentos.

A sociedade sabe mais do que todos; é a reunião de todas as forças intelectuais e materiais dos homens que a compõem; acima dela não há ciência nem interesses, tudo se perde em vasto seio.

Quando, portanto, os escritores em que se inspiram os nobres deputados nos perguntam se é possível confundir Pascal e um camponês, o espirituoso Voltaire e qualquer habitante de uma cidade, Newton e um operário, imaginam uma associação fora de si mesma, e sem lógica não querem chegar à doutrina prometedora dos predestinados.

Compreendendo o receio das últimas conclusões, a teoria da eliminação política não tem limites; as capacidades graduam-se, pela sua própria natureza, são relativas, e por isso as incapacidades não têm fim. Determinai a vossa medida, para que ela não seja o arbítrio em vez da justiça. Quem deve ter o direito do voto?

"Sabe ler e escrever" é a questão pela questão. Como se define essa quantidade certa? Em que a leitura e a escrita por si sós afirmam os conhecimentos necessários para votar? Não podem uns saber mais do que outros? Stuart Mill, tão citado nesta matéria, contenta-se apenas com essa afamada condição, ou pelo contrário pede mais alguma coisa, as primeiras regras de aritmética? Seus desejos não se alargam mesmo ainda mais, quando vê em outros conhecimentos garantia de acerto? Por que parais a meio caminho?

... A opinião dos escritores, citados nesta Casa para sustentar a famosa exclusão, não tem o valor que se lhe empresta; porque parte do ensino obrigatório é gratuito, e assenta todo o seu raciocínio na generalidade ou facilidade da instrução primária. No Brasil não raciocinariam do mesmo modo. Uma das províncias do Império em que a instrução está mais generalizada é a do Rio de Janeiro. Pois bem leia-se o relatório do Sr. Visconde de Prados, e ver-se-á qual a distribuição das escolas e quais as facilidades que lá mesmo se encontram para aprender a ler e escrever. Há perímetros de tal extensão, em que os moradores das extremidades precisariam do dia inteiro para ir às escolas e voltar das apetecidas lições.

Pode-se dizer que a Europa civilizada desconhece esta incapacidade: se há exemplos em contrário são raríssimos. É que lá se compreende que não há direito de excluir por tal motivo, porque há dever de instruir. Acha-se sem dúvida mais fácil e nobre essa tarefa, e no entanto essa exclusão não teria as proporções monstruosas do projeto, ou se considere o alcance da medida, ou se considere a injustiça da privação dos direitos.

A especialidade das circunstâncias do Império não explica a odiosa limitação do projeto. Pelo contrário, argumentar com a grande massa dos que não sabem ler, acusando o perigo da eleição pela inconsciência do voto, é fulminar os governos pela sua desídia e negligência, e seguir um caminho tortuoso para chegar ao mesmo fim.

O caminho reto seria – os que não sabem ler nem escrever, ou proporcionar-lhes tempo e meios para saber.

O projeto inverte os dados do problema, e quando a massa dos excluídos devia afastá-los da exclusão, pelo tristíssimo e odioso alcance da medida, argumenta com ela, reduzindo a delegação nacional ao mandato da insignificante minoria, criação eloqüente do mesmo poder!

... Confesso que não posso compreender, mesmo em face das leis do meu país, esta incapacidade, forjada pelo projeto que discutimos. Não é a lei obrigatória para todos depois de promulgada, até mesmo para os analfabetos? Não presumimos nós a ciência porque em uma sociedade organizada a conversação diária, as reuniões, a imprensa, os julgamentos dos tribunais, a publicidade das sentenças e tantos outros meios forneceram ao homem o conhecimento da lei? Não o punis, se a viola, ainda que não pudesse conhecer pela leitura do texto da lei? Por que então o excluí de concorrer para sua formação, pelo seu voto?

Essa lei dispõe de sua liberdade, de sua família, de sua honra, de todos os seus interesses e, reconhecendo a integridade de seu juízo, de sua vontade, o projeto os coloca como testemunhas mudas diante de tudo que lhes pode ser caro. Os analfabetos não votam porque não sabem ler, e como conseqüência não podem comunicar os seus pensamentos pela imprensa, salvo em causa própria, porque não estão no gozo de seus direitos políticos.

Sede lógicos; excluí os cegos, porque não podem ler, ou criar uma escola de cegos para ensinar aos que o sabem a ler e escrever como

eles; excluí os surdos porque não ouvem e não podem reclamar nos atos eleitorais; excluí os mudos, porque não falam, e por isso estão impedidos de defender os seus direitos nos dias de eleição; excluí os epiléticos, conhecidos ou não conhecidos; excluí os pródigos, que nem ao mesmo sabem administrar sua fortuna; excluí os velhos desmemoriados, que já nem ao menos conservam inteiras as lembranças da própria vida. O vosso projeto é uma obra incompleta; parece aterrorizar-se ante as tremendas conseqüências de seu próprio princípio.

... Forçar a instrução, se é necessário, ou disseminá-la para que a todos chegue, sem perigo de exclusões posteriores, compreende-se, mas esquecê-la, e excluir em nome da democracia a massa do povo, é de um liberalismo, que, em honra dos nossos maiores, não conheceu a Constituição do Império.

Não sustento o sufrágio universal, porque antes de tudo o voto é um ato de vontade, e a sua base é a independência da pessoa, assim como a fiança do seu regular exercício à soberania da nação. Poderia sustentá-lo com o exemplo da França republicana, da Suíça, da Grécia, e até da Prússia para a nomeação do Reichstag do Império alemão; porém, a minha doutrina é outra, é o voto generalizado, nos termos da Constituição, para defesa de todos os interesses legítimos, por maiores que sejam e como garantia permanente da paz e da ordem.

O despotismo das minorias, pela onipotência do governo, do projeto, constitui uma verdadeira aristocracia, criando um privilégio, em proveito dos seus *eleitores de jure proprio*. Apelar para o tempo não é contestá-lo; todas as aristocracias argumentaram assim, e esta nem ao menos tem raízes; é uma criação artificial, levantada para simplificar a já conhecida intervenção do poder público nas urnas do Império.

Muda-se a forma, o fato fica o mesmo ou piora as condições.

... É por isso mesmo que protesto contra a aristocracia eleitoral do projeto.

Esta aristocracia decompõe-se à primeira vista. Figura com seu elemento mais poderoso em primeiro lugar o funcionalismo, e seguem-se depois os construtores de obras e seus dependentes, os privilegiados do orçamento e suas aderências, a advocacia administrativa com os seus contratos, as associações com suas garantias, e no fim, cerrando

a cauda da grande liberdade eleitoral, o cortesanismo em procura de honras e títulos.

... É uma verdadeira ilusão o que se pretende – purificar as urnas, excluindo a nação de votar. É velha e conhecida a verdade: as águas quanto mais profundas menos corruptíveis.

... Não é com o projeto do Governo, restritivo e inconseqüente, que há de voltar a pureza da eleição. Os orçamentos do Império dão prova irrefragável da natureza dos elementos, que todos os dias o avolumam.

Os *deficits*, que se tornam dívidas flutuantes, e afinal se consolidam, sobrecarregando funestamente o futuro, apontam com a imparcialidade das cifras, não para os que necessitam de censo para votar, porém sim, para aqueles que o podem dispensar ganhando muito mais do que perdem, na estéril peleja da política brasileira.

Esta é a verdade.

Os dependentes continuam na formidável aposta das urnas, e o quinhão a distribuir pelo governo é maior e mais produtivo para cada lutador.

A representação amesquinha-se, e há alguma coisa de odioso neste grito, lançado às massas por uma câmara liberal: não podeis votar, mas vinde pagar impostos e concorrer para a renda do estado. Pois nem ao menos era possível, em vez da exclusão imediata, consagrar no projeto que por lei ordinária se pudesse excluir os analfabetos e levantar o censo. Em que prejudicava este adiamento desde que o Governo apela para as pretendidas facilidades de ensino?! Se é fácil, instruí primeiro, é a voz da consciência. (Discurso de 28 de maio de 1879, na Câmara dos Deputados).

(José Bonifácio, *o Velho e o Moço*, Lisboa, 1920, págs. 259-272).

.....
CAPÍTULO III

Retratos do Brasil

CLODOMIR VIANA MOOG (1906-1988). Nasceu em São Leopoldo (Rio Grande do Sul), realizando os estudos secundários no Ginásio Júlio de Castilho, de Porto Alegre, em cuja Faculdade de Direito se bacharelou.

Seu renome literário firmou-se com a publicação de ensaio sobre a época e personalidade de Eça de Queirós, onde demonstra visão crítica e viva compreensão social da obra do grande escritor português. Exerceu missões diplomáticas do Itamarati, na esfera cultural. Sua última obra é dedicada ao exame do paralelo das culturas norte-americanas e brasileiras, feito com critério seguro e límpido estilo, como se assinala no trecho transcrito.

Obras: Eça de Queirós e sua época, Porto Alegre, 1937; Um Rio imita o Reno, Porto Alegre, 1938; Uma Interpretação da Literatura brasileira, Porto Alegre, 1943; Bandeirantes e Pioneiros, Porto Alegre, 1956.

.....

Aculturação e tristeza

A comunidade! Eis, ao lado do fator religioso, do político e do econômico, um dos motivos de diferença entre o comportamento de anglo-saxões e portugueses em face de índias, negras e mestiças, o qual não pode deixar de ser levado em linha de conta.

Tivessem os portugueses se deslocado desde o princípio com suas famílias, dentro de uma comunidade organizada, e é lícito supor que, apesar dos seus antepassados de ocupação mourisca e a relativa ausência de preconceitos de superioridade racial com relação ao pigmento mais escuro, deixariam índias e negras em paz, como sucedeu, aliás, aos açorianos que imigram em casais para o Rio Grande do Sul e aos portugueses emigrados para Lourenço Marques nas mesmas condições. Nestes, o comportamento vis-à-vis dos africanos é, sob certos aspectos, discriminatório quanto o do anglo-saxão nas colônias britânicas da África.

Porque, em verdade, não era todo português que, à falta de família ou da comunidade, não discriminava contra o índio ou contra o negro. O português do Norte – um Jerônimo de Albuquerque, por exemplo –, por isso mesmo que no norte de Portugal foi menos sentida a ocupação mourisca, resiste ao casamento com índias e negras. Ou então, casando com índia, em todo caso não casará jamais com negra.

Casamento de branco com negra, casamento legal, de igreja e altar, nunca se verificou nos começos da civilização luso-brasileira.

No Brasil só a índia era idealizada como prolongamento da moura, e a prova disso é a literatura indianista dos séculos XVIII e XIX. Aliás, reminiscência dessa atitude cultural de nossos antepassados encontra-se no fato de até hoje os descendentes de branco com negro preferirem a classificação de caboclos, cruza de branco com índio, à de mulatos, que é a que cientificamente lhes corresponde.

Compreende-se: a idealização da mulata é fenômeno muito posterior, como também o é o movimento cultural de revalorização e reabilização de nossa formação afro-brasileira.

Sintetizando: nos primeiros séculos o português oferece resistência tribal a qualquer cruzamento; com a ocupação mourisca haveria, por um lado, a idealização da mulher moura, e, por outro lado, pelo efeito da saturação moral inconsciente, tolerância com relação à poligamia sarracena e visualização da escrava como instrumento de prazer.

Estava, portanto, escrito: quando já não se encontrassem mais índias para preñar, ou mesmo para tanto já não houvesse tempo, dada a relativa estabilidade social dos povoados, e desde que a imigração para as terras de Santa Cruz continuasse a ser, como foi, quase exclusivamente masculina, chegaria a vez das escravas africanas, das ligações transitórias, das mancebias, da luxúria, da lascívia e da impudência, com todas as devastadoras repercussões que tiveram na emotividade e no caráter nacional.

Pelo visto, não é só à luz da religião que se compreende a indiscriminação racial no Brasil; uma imigração exclusivamente masculina e o viver afastado da comunidade de origem também a explica. Explica-a não só no Brasil e com portugueses, mas ainda no caso dos franceses do Canadá e dos anglo-saxões mais afastados de sua grei.

Enquanto em Quebec, no seio da comunidade, os canadenses franceses resistem tanto ao cruzamento com indígenas como com ingleses e ninguém se defende mais de contatos externos do que eles, longe de Quebec, ao longo do Mississipi, a maneira como se ligam com as indígenas causa surpresa aos americanos. Ainda em 1839, quando Abraão Lincoln se movimenta, em companhia dos pais, para o

Estado de Illinois, a fraternização dos franceses com os índios era motivo de estupefação para os americanos.

Estas relações amistosas e os freqüentes casamentos de franceses com índias pareciam quase monstruosos ao feroz exclusivismo dos anglo-saxões. E é natural que tal sucedesse, pois a comunidade aglo-saxônica veria no índio antes de tudo o *condenado*, contra o qual era preciso proteger-se com zelo religioso, protegendo e preservando ao mesmo tempo a própria comunidade e a própria cultura. Era um tempo em que até ao céptico Benjamin Franklin parecia manifesto que "o desígnio da Divina Providência" era "extirpar esses selvagens a fim de abrir espaço aos cultivadores da terra"¹.

Entretanto, tivessem os anglo-saxões imigrado isoladamente e não em comunidade, e é lícito supor que, a despeito da religião, se comportariam de modo idêntico ao dos portugueses. Não estivesse sua conduta individual fortemente condicionada pelo receio também das sanções tribais, e não se compreenderia que o americano de hoje, e de preferência o sulista, que nos Estados Unidos não é capaz de pousar intencionalmente os olhos sobre uma negra ou mestiça, apenas se pilhe longe de sua grei, passe a ser visto no Brasil, nas Caraíbas, por toda parte onde estiveram acampadas as forças americanas durante a última guerra, em desenvolta promiscuidade com mestiças e nativas. Longe de notar-se neles qualquer repulsa sexual a umas e outras, observava-se antes forte atração. Quer dizer: a desaprovação nos Estados Unidos ao cruzamento racial não é biológica; quando muito será religiosa e social.

Em conclusão, na definição histórica do problema racial do Brasil e dos Estados Unidos vamos sempre e invariavelmente encontrar, ao lado do fator *religião*, o fator *comunidade*. Isto, naturalmente, sem prejuízo de outros fatores – sobretudo o *econômico* – e da maior compatibilidade entre protestantismo e racismo do que entre nacionalismo racial e catolicismo.

Já por aí se vê que a História tem sempre muito mais que nos dizer a respeito dos fatos sociais do que as explicações unilaterais do determinismo geográfico, étnico, biológico ou econômico.

(1) Benjamin Franklin. *Autobiography*, p. 137.

Uma coisa, portanto, é examinar e interpretar os fatos sociais em termos de causa e efeito, de quantidade e estatística ou de resultado, e outra, bem diversa, é interpretá-los em termos de vida e de história.

Em termos de causa e efeito, na linguagem unilinear dos deterministas, o anglo-saxão terá repulsa biológica a negras ou mestiças. Em termos de história, de vir a ser, não há nada disso senão medo às sanções religiosas e tribais. Desde que para casar ou unir-se com índia ou negra tenha a afrontar as tradições de seu clã, que vê no índio antes de tudo o inimigo para eliminar, procurará naturalmente abster-se. Sucumbindo à tentação, cruzando-se fisiologicamente com a índia e, mais tarde, com a negra, nunca o fará, em todo caso, com o mesmo desembaraço e desenvoltura e na mesma medida do português.

Em termos de causa e efeito, na linguagem unilateral dos deterministas, o progresso dos Estados Unidos em progressão geométrica e do Brasil em progressão aritmética será apenas o resultado de fatores geográficos e econômicos. Em termos de história, não será somente consequência desses fatores, mas consequência também de fatores étnicos e religiosos.

Em termos apenas de causa e efeito, e não de *passado, presente e futuro*, o anglo-saxão, como o judeu, será racialmente um comerciante nato, um manipulador de dinheiro por vocação e predestinação atávica. Em termos de História, não há nada disso. Historicamente, ao passo que o judeu manipula o dinheiro, em grande parte por necessidade e por efeito das sucessivas expulsões que nele criaram a ubiqüidade econômica, o anglo-saxão o faz, em grande parte, por efeito do protestantismo. Se se tratasse de qualidade inata e racial, não se compreenderia que no seio dos povos teutônicos e anglo-saxões – ingleses, alemães, holandeses – onde a população se ache igualmente dividida entre católicos e protestantes, seja sempre entre os protestantes que se encontra mais acúmulo de riquezas.

Em termos de causa e efeito, na velha linguagem da etnografia anterior a Sigmund Freud, o brasileiro será um indolente, um triste congênito, produto de três raças tristes que o destino reuniu no solo da América. Em termos de história, de psicologia, não será nada disso, mas simplesmente uma grande vítima – uma vítima não de todo

isenta de culpa e responsabilidade, evidentemente – das ambiências que plasmaram a sua formação. Porque prova da tristeza congênita do índio, do negro e do português, bem como prova de sua indolência, é coisa que simplesmente não existe.

Onde, com efeito, a prova da tristeza congênita do índio, do negro ou do português?

Triste o índio? Não é o que se deduz dos cronistas do século XVI. Pelo contrário, antes de entrar em contato mais demorado com o branco, ninguém mais alegre e sadio, moralmente sadio, do que o índio. Não têm conta os cronistas que depõem neste sentido.

Agora, querer que o índio continuasse tão alegre pelos séculos XVII e XVIII adentro quanto o era no XVI, quando pareciam ainda verdadeiros contemporâneos do primeiro dia da Criação, é querer um pouco demais. Passada a fase idílica dos primeiros encontros com o branco, do branco só lhe viriam calamidades: escravidão, doenças, o extermínio das tribos, a mortandade, a violência à sua natureza acostumada ao ar livre e ao nomadismo. Preado nas selvas pelos aventureiros gananciosos e inconscientes, e destinado a trabalhos rudes, para os quais nunca fizera qualquer aprendizado ou iniciação psicológica, não tardaria a sofrer as conseqüências da transplantação e da violência a que era submetido. Neste ponto, os mesmos jesuítas, apesar de todo o bem que lhes quiseram levar e todo o mal a que os quiseram poupar – com incidir em erros inevitáveis na organização de suas reduções, com cobrir corpos nus habituados ao sol, causaram-lhes – sempre a fatalidade da linguagem de causa e efeito! – grande dano. Apesar de não os expor violentamente aos trabalhos – como o faziam os colonos, que os queriam somente como escravos – não conseguiram os jesuítas protegê-los contra os resfriados, o sarampo, a varíola e a tuberculose, que quase deram cabo da raça.

E onde há prova antropológica ou etnológica da tristeza congênita do negro? Esta prova também simplesmente não existe.

Ao revés, o que parece existir é precisamente a prova do contrário, pois, das três raças que povoaram o Novo Mundo, nenhuma conservou tanto quanto o negro o segredo do riso e da alegria interior. Sob este aspecto, o que é de admirar não é que o negro conheça profundas crises de tristeza; o espanto é que, tendo todas as razões deste

mundo e do outro para viver na mais espessa melancolia, haja podido preservar por tanto tempo a sua capacidade de rir. Se não existisse para o fato a explicação bastante razoável de que negro não tinha a consciência aguda das injustiças que sofria, considerando-as normais, pelo fato de a escravatura ser na África instituição milenar, dir-se-ia tratar de verdadeiro milagre². De sorte que o asserto tem tanta validade quanto as afirmações que, dando o negro como pertencente a um ramo à parte da humanidade, com uma ancestralidade biológica mais ou menos perdida entre o homem branco e o antropóide, rematariam considerando-o destituído de alma e absolutamente incapaz de progresso e de todo inassimilável à civilização.

Resta agora saber até que ponto será congenitamente triste o português, ou, se não o é, quando foi que nele se instalou aquela "apagada e vil tristeza" de que nos fala Camões já em fins do século XVI.

Congenitamente triste o português? Tanto se pode dizer isto como repetir a célebre canção de Offenbach muito cantada em Paris ainda em nosso tempo e segundo a qual *Le portugais est toujours gai*. Deixando, todavia, de lado o argumento da opereta, que é que se sabe sobre a exata natureza do povo português anterior à ocupação mourisca ou apenas às descobertas e à criação do seu vasto império colonial? Não seria tal tristeza consequência da ocupação mourisca e das modificações psicológicas mais recentes que as Índias e Novo Mundo lhe imprimiram? Não terão as riquezas, a opulência, o luxo asiático, as desordens sexuais, o abandono das formas orgânicas de trabalho construtivo, contribuído para modificar o caráter do português? Será o português de volta das Índias ou do Brasil o mesmo português da Escola de Sagres? Não será o português imediatamente anterior a Camões um português já carregado de pecados e de remorsos e de complexos de culpa?

Atentemos um momento na aventura atlântica do português.

Ei-lo primeiramente em Lisboa, de partida para o Brasil. Lá está ele a bordo, na amurada do navio, a abanar as mãos para a praia. Entre orgulhoso e alegre, contempla a gente que veio assistir à saída da caravela que o conduzirá ao Novo Mundo, último modelo e última

(2) Ver Nina Rodrigues, *Os Africanos no Brasil*.

palavra em matéria de arte náutica. Continua a acenar para os parentes e amigos, entre os quais vê a mulher, os filhos, o velho pai, todos calando ou dizendo de suas apreensões e receios por vê-lo partir.

Com em *Os Lusíadas*, nunca faltará no largo do Restelo um velho, cujo saber é "todo de experiência feito", para apostrofar e amaldiçoar a aventura, com o inevitável abandono, ainda que prometidamente provisório, dos entes caros:

"Oh maldito o primeiro que no mundo
 Nas ondas vela pôs em seco lenho
 Dono da eterna pena do profundo
 Se é justa a justa lei que sigo e tenho!

Nunca juízo algum alto e profundo
 Nem cítara sonora ou vivo engenho,
 Te dê por isso fama, nem memória,
 Mas contigo se acerbe o nome e glória!"³

Se não partir da mulher, do pai, do sogro, do tio, da irmã, será da própria consciência a impreciação a que Camões deu forma definitiva.

Entretanto, o nosso imigrante tranquilizará a consciência, alegando a si mesmo que os motivos que o levam ao Novo Mundo são tão nobres quanto o eram os dos seus antepassados. Nada mais quer do que consolidar o Império e a Fé e, naturalmente, fazer o seu pecúlio para trazê-lo de volta a Portugal e acrescentá-lo à riqueza do Reino. E a si mesmo promete que, em chegando ao Brasil, jamais contemporizará com a promiscuidade e a devassidão de que se tem notícia em Portugal... E muito menos com a geral falta de escrúpulo no mundo dos negócios. A isto se oporá a sua vigilante consciência católica.

Ei-lo agora no Brasil depois de algum tempo. Ainda vai à missa, ainda se confessa, ainda é bom católico.

Em torno, porém, lavra a imoralidade. Os próprios padres seculares vivem amancebados com mulatas e caboclas, cercados de curumins mestiços, a que dão o nome de afilhados, os célebres afilhados de

(3) Luís de Camões, *Os Lusíadas*, Canto Quarto, 102.

padre do Brasil bandeirante e patriarcal. Na luta entre jesuítas e padres seculares, no princípio dá razão e prestígio os jesuítas. Mas a pressão contra os jesuítas é grande. E se a razão estivesse com os padres amancebados e com os que afirmavam que sob os trópicos, abaixo da linha do Equador, não havia pecado – *Ultra Equinoxialem non peccavi?* Em parte alguma, por mais favoráveis que sejam as circunstâncias, é fácil ser bom católico. No Brasil colonial era quase impossível. Depois, o espírito é forte, mas a carne é fraca. Que fazer? Resistir?

O nosso imigrante sucumbe à tentação. A vida agora lhe corre plena de delícias, mestiças o procuram, tudo são facilidades. E assim, de capitulação em capitulação, dentro em pouco estará vivendo como um autêntico pagão, em plena euforia dos últimos lampejos da Renascença.

E a consciência? A consciência, essa é relegada a segundo plano. Retomá-la-á na volta, quando tornar rico a Portugal. Por enquanto, o que há para fazer é furto no peso, adicionar areia ao açúcar a exportar para a Europa, contrabandear, enriquecer e gozar. Para estas práticas não há como o católico que se transvia.

Ah, mas a euforia dos sentidos como a da Renascença não dura sempre. Ademais, não é com racionalizações mais ou menos engenhosas que se relega a consciência a segundo plano. Muito não tardará que esta – tudo depende, naturalmente, de sua maior ou menor elasticidade – em plena vigília ou em pleno sonho, venha bater à porta, com a sua legião de gnomos, duendes, gárgulas, monstros e perseguidores que entram juntamente com os bichos, na composição dos pesadelos⁴.

Passou a Renascença: chegou o barroco, que é o o remorso da Renascença.

Com os pesadelos e os remorsos, o desejo de retorno, a saudade – a mais bela, mas também por vezes a mais mórbida das

(4) "Nesta terra" – assegurava o Padre Manuel da Nóbrega, já em 1550 – "todos ou a maior parte dos homens têm a consciência pesada por causa dos escravos, que possuem contra a razão." (*Cartas Jesuíticas – Cartas do Brasil, 1549-1560*, – publicações da Academia Brasileira, Rio de Janeiro – 1931.)

palavras da língua portuguesa –, a vontade impotente de reconciliação com a consciência.

Na melhor das hipóteses, ele volta, de acordo com os planos estabelecidos. A consciência pacificada? Não, porque no Brasil deixou filhos mestiços e a concubina que lhe havia consagrado o melhor de sua existência, senão todo o produto do seu trabalho. Novos pesadelos, novas saudades, novas culpas, novas irritações, novos remorsos, novas exasperações, mais duendes e mais barroco.

Ei-lo agora no Restelo, olhando o mar, a cantarolar lundus brasileiros, a fazer força por ser infeliz, masoquisticamente infeliz por meio do fado, que outra coisa não é, como já foi notado, senão a elaboração musical, portuguesa e lisboeta, do brasileiríssimo lundu.

Tudo somado: ao forte e exuberante português da Idade Média e das Descobertas sucedeu o outro, mulhereiro, cobiçoso, guloso, onzenário, inventor de receitas de doces, barroco, presa de angústias e daquela tristeza apagada e vil em que já o surpreendia Camões no fim do século XVI.

Do seu cruzamento com as duas outras raças – não por qualquer motivo biológico, já se vê, mas por motivos psicológicos, a consequência só podia ser uma: aquela magistralmente traçada por Paulo Prado no *Retrato do Brasil*: "Na luta entre esses apetites – sem outro ideal, nem religioso, nem estético, sem nenhuma preocupação política, intelectual ou artística –, criava-se pelo decurso dos séculos uma raça triste. A melancolia dos abusos venéreos e a melancolia dos que vivem na idéia fixa do enriquecimento – no aborto sem finalidade dessas paixões insaciáveis – são vícios fundos da nossa psiquê racial."⁵

Substitua-se a psiquê racial por psiquê cultural, ou suprima-se o adjetivo, e a definição ficará perfeita.

(*Bandeirantes e Pioneiros*, 3ª ed., Porto Alegre, 1956, págs. 103-112).

(5) Paulo Prado, *Retrato do Brasil*, pág. 106.

TOMÁS POMPEU DE SOUSA BRASIL SOBRINHO (1880-1964). Nasceu em Fortaleza (Ceará), onde fez os estudos de humanidades. Formou-se em engenharia, aplicando-se, desde cedo, ao exame dos problemas históricos, antropológicos e geográficos da região nordestina. Mentalidade cientificamente educada, Pompeu Sobrinho sabe discernir, no estudo das questões objetivas e historicamente concretas, as linhas gerais e teóricas, com seguro tino doutrinário. Membro do Instituto do Ceará, do qual é hoje o presidente por morte do Barão de Studart, tem publicado valiosas obras, que lhe asseguram posição de relevo entre os líderes das investigações etnográficas e históricas.

Obras: Esboço fisiográfico do Ceará, Fortaleza, 1922; Fatores geográficos da autonomia nacional, Fortaleza, 1927; Retrato do Brasil, pequenos retoques, separata da Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 1930; Parêntese geográfico, idem, separata, 1932; Proto-história cearense, Fortaleza, 1946; Pré-história cearense, Fortaleza, 1955.

.....

O brasileiro, produto eugênico

As noções que sumariamente recordamos, permitem-nos mais fácil e acertadamente julgar as condições da alegria e da tristeza das gentes do Brasil colonial. Tendo-as em consideração, achamos na fisionomia do *Retrato do Brasil* mais rugas do que na figura que com elas e os fatos históricos esboçamos apressadamente.

Traziam os colonos ibéricos para o Brasil o peso formidável de grandes influências atávicas; isto lhes dificultava a perfeita e fácil adaptação ao novo meio físico e social que se vinha constituindo. A aclimação exigia dispêndio de energia vital; eram, pois, seres que sofriam e a sua dor devia traduzir-se numa certa melancolia.

Por outro lado, porém, encontravam as múltiplas condições propiciativas de vida melhor: higiene e liberdade, riqueza, conforto relativo como jamais haviam gozado – motivos de prazer.

Da combinação dessas tendências surgia uma resultante que ora pendia mais para uma parte, ora para a outra, conforme a localização do colono e certos atributos inerentes à sua organização interna. Em geral, passados os primeiros momentos de insegurança, conseqüentes das novas condições de vida, o organismo como que imunizado, treinado, se tornava apto para evolver e desdobrar-se, transmitindo fragmentos úteis da sua personalidade ancestral à prole numerosa.

Claro está que, nestes casos, a resultante acima indicada pedia favoravelmente para o lado onde o equilíbrio se fazia mais estável. Esses colonos eram naturalmente, então, gente menos melancólica do que triste.

Os negros africanos chegavam e aqui viviam em péssimas condições de conforto. Suas exigências sociais minguavam, mas a dor e as doenças, efeitos das duríssimas vicissitudes por que passaram antes de aqui aportarem, eram elementos que facilitavam a adaptação ao nosso meio, quando este não se antolha demasiadamente hostil. Sabe-se que a condição dos escravos no Brasil foi sempre melhor do que em qualquer outra região da América.

Falam os cronistas do natural alegre dessa gente que procurava mitigar as agruras do cativo com festas, danças e folgares variados. Isto significa que se aclimava facilmente, se adaptava. De ordinário, os negros deviam ser muito menos tristes do que se supõe.

O índio estava já conformado à ambiência física. O contato com os brancos invasores modificou o meio moral, impondo-lhe a necessidade de novos processos adaptativos e esta alteração, que a refletia em quase todas as suas instituições, provocava profundo abalo nervoso. Por isto, era mais propenso só à tristeza do que à alegria.

Os mestiços de todas as nuances, porém, se adaptavam facilmente. Por um lado, eram filhos da terra, por outro, no mínimo, vinham de pai que já se aclimara. Estavam sensivelmente desembaraçados da carga de influências atávicas, fato de grande relevância, pois os tornava especialmente plásticos, moldáveis às ações mesológicas, facilmente conformáveis a qualquer situação.

Eram, por conseguinte, gente alegre, divertida, dinâmica. A observação o confirma.

Verdadeiras e compreensíveis são as palavras de Antonil, quando, em 1711, resumindo a condição social dos elementos étnicos, diz que "O Brasil é inferno dos negros, purgatório dos brancos, paraíso dos mulatos (mestiços)".

A prova da boa adaptabilidade dos mestiços tira-se do vigor físico e da estrutura intelectual e moral que revelam desde os albores do II século do descobrimento. Devemos-lhe em grande parte o êxito das bandeiras conquistadoras do nosso vasto *hinterland*, decisiva contribuição

na expulsão dos franceses e dos flamengos, a continuidade do processo étnico brasileiro, valiosíssimo auxílio à formação econômica, pois que sem eles não teria sido possível a fundação e prosperidade dos currais (fazendas de criar), dos engenhos (exploração agrícola) e das catas (exploração mineira).

No seio da mestiçagem nacional, em todos os tempos, têm florescido poderosas individualidades, propulsoras incontestáveis da civilização brasileira. Levados por um racionalismo esconso, alguns publicistas patricios deduzem que os mestiços "na sua maioria ficam abaixo do tipo superior de que provém". Realmente, assim seria se não tivéssemos que considerar a ação modeladora do meio, a capacidade sempre maior do mestiço a se adaptar e a seleção natural. Faltam aos elementos puros essas importantíssimas qualidades que, num meio dado, diverso do de origem, lhes tiram parte considerável da sua situação de superioridade.

A atividade econômica, política e social do Brasil e em geral da América tem sido, em grande parte, condicionada pela massa enorme e pelas *élites* ilustres de mestiços.¹

Foi em torno desses elementos mestiços que se gerou o embrião do partido liberal do Império. (Esta e as notas seguintes são do autor transcrito.)

A extrema diversidade de estrutura mental, as tendências desencontradas, a debilidade da vontade e da resistência orgânica, a deficiência do espírito de organização, muitas vezes invocadas para mostrar a pretendida incapacidade deles, não passam de pura ficção, nunca transpuseram as páginas de alguns livros tendenciosos ou de desavisada erudição. Os que expendem doutrinas tais são talvez grandes pensadores, mas pequenos observadores e péssimos experimentadores. Esquecem o poder homogeneizador do meio, atuando em massa singularmente plástica.²

-
- (1) Quando amaduravam os frutos do nacionalismo, notava-se já a influência característica do mestiço nos negócios públicos, tomando vulto progressivamente, impondo-se. Depois da Independência, passou a preponderar nos destinos do país. Os seus mais autênticos representantes, a cada passo, sobrepujavam os elementos contrários, ainda presos às tradições portuguesas.
- (2) Dentre os fatores biológicos da evolução social, nenhum tem despertado mais

interesse do que a raça, particularmente no que diz respeito aos produtos etnográficos do cruzamento, quer sob o aspecto puramente orgânico, quer psicossocial.

Darwin, entretanto, já havia lançado as bases da solução do problema, concluindo, depois de sólida, longa e criteriosa argumentação e provas robustas que há uma lei segundo a qual o germen não pode ficar perpetuamente encerrando em si mesmo, mas ao contrário, tem necessidade de, uma vez por outra, misturar-se a outros elementos. Esta é a face biológica que contradiz a consangüinidade, selecionadora de taras e vícios. No Brasil, não há gente mais forte, mais ativa, trabalhadora e inteligente de que o nordestino, mestiço por excelência sobretudo do branco e do indígena. Sua fecundidade excede a toda expectativa, mas isto provém em parte, pelo menos, das suas precárias condições econômicas, pois a diminuição da proliferação é fenômeno conexo ao aumento da riqueza e ao desenvolvimento da civilização. O próprio autor do *Retrato*, referindo-se aos mestiços nordestinos, diz que "eram mais belos do que os mulatos, sobretudo as mulheres. Na independência do caráter, na repugnância pela adulação ao branco, mostravam a nobreza da ascendência livre dos dois lados".

Os grandes fatos da História, geralmente, têm como propulsores gentes cruzadas, de tipo ainda não completamente fixado.

A Renascença é a conseqüência da mistura de povos diferentes. A civilização decrépita dos latinos pela infiltração do sangue germânico foi a garantia da preponderância da raça branca, no mundo. O valor do inglês do século passado é em parte devido à diferenciação étnica das ilhas Britânicas – misturas de sangue latino, gaulês e alemão. O brilho incomparável da civilização norte-americana constitui outro exemplo típico. Os iberos dos descobrimentos famosos eram mestiços ário-semitas. Os romanos que dominaram o mundo antigo eram produto do cruzamento de raças diferentes.

Não somos dos que crêem que fator racial baste, por melhor que se apresente, para determinar grandes surtos civilizadores. Só por si nada vale sem o concurso de uma ambiência física propícia e de outras condições de caráter social.

Julgamos que, ao contrário do célebre conceito do conde de Gobineau e do etnológico-socialista Lapouge, a mistura de raças representa, geralmente, forte estímulo de progresso e psíquico. Pensamos mesmo que vale mais, neste sentido, cruzar do que selecionar em excesso, dentro do mesmo grupo. Jacobi parece ter demonstrado serem a decadência e a degenerescência os mais salientes resultados de uma seleção rigorosa, no seio das famílias e mesmo dos povos. Conhecido sociólogo afirma que há necessidade de vivificar um povo pela mistura com outros povos, embora mais jovens e menos civilizados, pois que a raça que se basta não somente se esgota: física como psiquicamente.

Poder-se-ia colecionar inúmeros fatos comprobatórios das qualidades orgânicas e

morais dos mestiços e verificar que, de ordinário, eles são superiores, no mínimo, a um dos tipos geradores. Sempre, um pelo menos destes está perfeitamente aclimado, quando não é autóctone; o mestiço correspondente oferece as melhores probabilidades de superioridade orgânica quanto aos seus genitores e, intelectuais, na pior hipótese, sobre um deles. Aliás, nada mais intuitivo.

Quanto à fecundidade, não há objeção possível diante das provas recolhidas em todas as partes do mundo.

A. de Quatrefages cita exemplo extraordinariamente expressivo: "Em 1789, depois de uma revolta, marinheiros ingleses em número de 9 se estabeleceram na ilha Pitcairn, no Pacífico, com 6 taitianos e 15 taitianas. A tirania dos brancos gerou um estado de lutas, de modo que, em 1793, só restavam 4 brancos e 10 mulheres indígenas. Em 1825, o capitão Reechey achou em Pitcairn 66 indivíduos; em 1830 havia 87 e em 1856 já a população atingia a 193 pessoas. Portanto, malgrado as deploráveis condições iniciais, os mestiços tinham quase duplicado em 25 anos e quase triplicado em 33 anos." (Atendendo às circunstâncias que levaram a redução dos 30 primitivos indivíduos para metade, verificada depois, em 1793, temos que, desse ano para o de 1825, a população se elevou de 15 para 66 almas; portanto, quadruplicou em 32 anos. Em 63 anos, de 1793 a 1856, a população da ilha passou de 15 a 193 indivíduos; portanto, tornou-se 12 vezes maior.)

"Ora, na Inglaterra, observa aquela conspicua autoridade, país da Europa o mais favorecido sob este aspecto, a população só dobra em 49 anos.

"Por conseqüência, os mestiços de polinésios e ingleses pulularam em Pitcairn cerca de duas vezes mais do que, os anglo-saxões puros, no seu meio nativo." Não esqueçamos de que nesse cruzamento, a disparidade étnica é das mais aberrantes de que há exemplo.

Este fato eloqüentíssimo não é isolado, não constitui exceção. É observado em toda a costa da América do Sul, segundo o valioso testemunho de Martin de Mussy, bem como na África e na Ásia.

Quanto ao *facies* moral, pondera Dixon que o máximo estímulo cultural provém do encontro e mistura dos povos nórdicos da Europa com os povos alpinos. Classen julga que os promovedores da cultura e portadores da história universal não se encontram nas raças puras. Eugene Pittard, conhecido professor de antropologia, tem que a mistura das raças se mostra o fator de desenvolvimento e de enriquecimento, de sorte que os grupos insulados, como as famílias segregadas na sua grandeza se empobrecem e degeneram.

A biologia mostra que o progresso orgânico é condicionado pela reprodução sexuada, isto é, pelo cruzamento de elementos diversos. Em zootécnica, chegou-se à conclusão de que a seleção continuada, dentro do mesmo sangue, leva à degradação orgânica e tende para a esterilidade.

No Brasil colonial, a partir do II Centenário recrudescem o cruzamento do branco com o índio e o negro e destes dois elementos entre si, pelo desenvolvimento e multiplicação dos centros agrícolas e fazendas de criar.³

A extrema pureza de uma raça é o vértice da curva que assinala o termo da sua existência. No reino animal como no vegetal o fato está sobejamente verificado. Agora mesmo, o Sr. Parachimonas vem de confirmá-lo mais uma vez, a propósito dos estudos feitos sobre o algodão Sakellarides, no Egito.

Não é a condição de mestiço que determina o progresso social, mas a resultante de todas as ações adaptativas de um povo mestiçado a um meio dado, estimulante pelas suas características físicas.

- (3) O cruzamento do branco com o índio revelou-se muito eugenésico, principalmente no Nordeste do Brasil, onde a população colonial, apesar das secas calamitosas, cresceu numa admirável proporção. Sabe-se como eram freqüentes naqueles tempos os casais que tinham de dez a mais filhos. Isto, entretanto, não era apanágio dos casamentos dos nossos velhos avós. A mestiçagem em todos os tempos e ainda, atualmente, continua fecundíssima, pois que abundam os casais com mais de uma dúzia de filhos e até os de mais de duas dezenas se apontam sem dificuldade. Pessoalmente conhecemos alguns.

No período que vai de 1872 a 1920, ou em 48 anos, malgrado as numerosas causas que convergiram para obstar a rápida ascensão do índice demográfico, a população cearense cresceu de 45,3%. Porém, o que nos interessa particularmente é que esse aumento se deve exclusivamente à proliferação dos mestiços, que toda a população do Ceará o é, porquanto o recenseamento de 1920 somente registrou no Estado 901 estrangeiros. O recenseamento anterior, de 1890, consignou a existência de cifra ainda menor.

Os dados deste censo revelam existirem naquele tempo 29,72% de mestiços, número evidentemente muito inferior ao real porque entre os 44,51% de brancos, 8,65% de pretos, 17,12% de caboclos, mais de metade do total, certamente, eram mestiços disfarçados. Qualquer mulato, então, de cor mais clara se dizia branco e os funcionários do censo classificavam de negro a todos os mestiços de cutis escura carregada, como é a maioria do produto do índio com o mulato ou o negro. Não é crível também que tivéssemos tão elevada proporção de índios (caboclos); o número consignado só se explica pelo *facies* americanóide dos mestiços com predominância de sangue indígena. Conhecemos bem a população cearense para crermos que a percentagem atual de mestiços ascende a cerca de 80% do total de habitantes.

No período, acima referido, de 48 anos, ocorreram 5 tremendas secas: as de 1877-78, de 1888, de 1900, de 1915 e finalmente a de 1919.

Nunca em tão pequeno espaço de tempo tivemos maior número de calamidades climáticas. A primeira dessas secas veio acompanhada da mais mortífera epidemia de varíola de que há notícia no país. Dias houve em que, somente na capital, que tinha menos de 100.000 habitantes, pereciam mais de mil pessoas. A população foi reduzida em todo o Nordeste do Brasil de cerca de 300.000 almas, entre mortos e emigrados. A seca de 1900 custou, somente ao Ceará, aproximadamente 40.000 pessoas; a de 1915, quase 100.000 e, finalmente, a de 1919 perto de 15.000, contando mortos e emigrados.

O crescimento médio, anual, da população dos estados do Nordeste e a sua densidade demográfica, por ocasião do último censo (1920) eram de:

Ceará	0,0227 e 10,7
Rio Grande do Norte	0,0348 e 13,6
Paraíba	0,0348 e 22,9
Média	0,0307 e 15,7

Comparando esses resultados com os análogos dos três estados do extremo Sul, onde não há secas devastadoras de gente e a imigração estrangeira de há muitos anos vem concorrendo para o povoamento, chegamos a conclusões curiosas:

Paraná	0,0384 e 4,7
Rio Grande do Sul	0,0332 e 10,0
Média	0,0365 e 8,1

Importa não esquecer que nesses estados há importantes núcleos de população de raça considerada pura. Também cumpre notar que naqueles estados batidos pelo flagelo das secas e despovoados pela constante emigração dos seus filhos para os estados do extremo Norte, para Mato Grosso, Goiás e São Paulo, a população aumenta pelo simples efeito do cruzamento de euro-arianos, aí chegados nos tempos coloniais, com os indígenas, sobretudo. Parece não ser destituído de interesse comparar ainda o crescimento das nossas populações mestiças com o dos povos tidos como das mais puras raças européias. Hickmann, no quadro do movimento das populações européias, consigna os seguintes coeficientes: nascimento por mil habitantes:

Nos Países Baixos (1921) .	27,5
Na Noruega (1920)	26,8
Na Dinamarca (1920)	25,7
Na Alemanha (1921)	26,1
Na Suécia (1920)	23,6
Na Grã-Bretanha (1921) ...	22,4
No Ceará (1920)	25,4

Conquanto em 1919 tivéssemos atravessado uma das mais intensas secas, em 1920, conforme mostra o quadro acima, competimos com a culta Dinamarca, sobrepujamos a Suécia e a Inglaterra e muito de perto seguimos a Noruega, a Ale-

Nessas organizações rurais, o contato dos três elementos se faz mais intimamente do que em qualquer outra parte, mais sossegado e duradouro; tem grande eficiência.

A condição servil do africano resulta num elevado teor da mortalidade que o vigor de procriar não compensa. A importação de negros, porém, conserva esse tipo numa proporção digna de nota.

O índio era o indispensável elemento de guerra e a sua contribuição étnica varia com as localizações dos centros rurais.

Os portugueses, cujo afluxo se fazia constante, são os padreadores por excelência; enxertam profusamente negros, índias e mulatas.

Durante o período colonial, a massa de mestiços de todos os aspectos crescia sempre, com manifesta tendência para apurar o elemento branco, considerado mais nobre.

Agindo sobre a constituição maleável ou lábil dos mestiços, os fatores modeladores do meio lhes imprimiam cedo orientação definida, conformando desde logo o tipo étnico nacional, nos traços gerais, quer somáticos quer morais. Mais tarde, os ádvenas eram absorvidos pela grande massa, e progressivamente seu valor racial foi decaindo e sua influência moral desaparecendo.

A maioria da população brasileira, ao tempo em que se formava a nacionalidade, era de gente bem adaptada ao ambiente físico e às condições morais e intelectuais da colônia; portanto, não é lícito dizer que essa era uma população melancólica.⁴

manha e a Holanda, nações que se orgulham da pureza de raça.

Documento oficial (mensagem presidencial do Ceará, 1929) consigna 44 nascimentos por mil habitantes, sem, entretanto, registrar o ano correspondente. Ficariamos neste caso, acima da Romênia (42 por mil) e da Bulgária (40 por mil).

Em harmonia com os fatos que detalhamos, concluímos contrariamente ao que se consigna no *Retrato do Brasil* (página 191).

- (4) A rapidez com que cresce a população de mestiços brasileiros, cuja fecundidade vimos rivaliza com as maiores dos povos civilizados, cultos, higienizados e eugenésicos, constitui índice excelente para mostrar a boa adaptação orgânica ao meio.

Entretanto, durante a colonização, o elemento ariano, na Ibéria, atingia uma fase crítica de esterilidade. A oligantropia peninsular era a conseqüência da atividade de vários fatores que convergiam desastrosamente sobre as populações que se

A tristeza brasileira nunca foi, nem é um fato generalizado. Sua localização tem variado no tempo e sua extensão se tem modificado.

Nos primeiros séculos devia concentrar-se nas cidades mais ou menos cosmopolitas da costa (como podiam ser as de então, numa colônia fechada ao comércio mundial), mas onde abundavam elementos mal aclimados, não adaptados ou imperfeitamente adaptados, de origens diversas, desde o português e o espanhol recém-chegados da Península, de África ou da Índia, nostálgicos e mal nutridos, os marítimos, os negros transbordados das terras nativas, como mercadoria ínfima, aos indígenas pessimamente ajeitados a usos e costumes completamente estranhos, aos padres e frades recolhidos aos conventos e aos mestiços escravos ou doentes pelas condições precaríssimas da higiene urbana de então.

As festas religiosas ou profanas e certa ostentação de riqueza não disfarçavam o aspecto sorumbático dos habitantes.

Mas, a população dessas cidades era insignificante em face da que laborava a gleba e campeava nos sertões, constituída de elementos fixos ou semifixos, porém realmente adaptados; gente sadia, trabalhadora, dinâmica, que levava vida mais ou menos confortável, segundo as exigências que podiam ter, que gozava de relativa liberdade e podia agir com desenvoltura, mover-se, divertir-se e procriar em excelentes condições. Esse povo não podia ser triste. O viajante Koster, perspicaz observador, o confirma.

O desdobrar-se rápido da população, o aproveitamento mais intensivo das boas terras agricultáveis, a vida nos brejos, nas margens das lagoas, dos rios paludosos, e desoladora falta de instrução e sobretudo de educação adequadas à atividade do brasileiro, produtor direto da riqueza, eis a razão precípua da tristeza acabrunhadora de certas regiões do Brasil. A falta de higiene gera horríveis entidades mórbidas e a ignorância inutiliza as armas de resistência contra elas.

Não pode ser alegre o infeliz agricultor corroído de vermes nem o seringueiro que as maleitas consomem; os míseros boubáticos,

tinham empenhado doidamente em empresas que excediam as suas forças físicas e a sua capacidade moral.

tracomatosos e morféticos que arrastam, cada dia mais numerosos, pelos campos ubérrimos, o desgraçado corpo em via de decomposição, nem o sífilítico que a morte espreita em todos os cantos deste colossal país.⁵

Toda uma flora e uma fauna hostis ao homem desprevenido, ignorante e indefeso minam a saúde e matam prematuramente o brasileiro, depois de o terem inutilizado por longo tempo. Esta é a causa insofismável que reduz em proporções assombrosas a eficiência do trabalho nacional.

Não raro se atribuem a essa situação deplorável, que nas últimas décadas tem feito do Brasil um vastíssimo hospital, a fraqueza física, a constituição orgânica defeituosa, incapacidade de defesa contra as moléstias, etc., as conseqüências da nossa mestiçagem.⁶ Isto não pode ser verdadeiro, porquanto os estrangeiros puros são vítimas indefesas dessas mesmas moléstias. A ilusão provém de que em algumas colônias de estrangeiros, de alemães sobretudo, há higiene preservativa da saúde dos seus habitantes. O estrangeiro de ordinário recebe melhor educação e mais instrução; ao emigrar, dão-lhe informações completas da terra para onde se destina e dos meios práticos de combater as moléstias comuns a tais lugares; aqui chegando fica sob a vigilância dos representantes diplomáticos dos seus países; quando engajado no trabalho rural ou das indústrias, tem médico pronto para atalhar de começo qualquer doença, para prevenir qualquer contaminação possível.⁷

Ora, o trabalhador rural brasileiro não tem nada disto. Nos raríssimos casos em que goza de assistência médica, pouco proveito lo-

(5) "Num meio às vezes rico vegeta o sertanejo na miséria, idiotado pela moléstia de Chagas ou caquetizado pela malária ou pela ancilostomíase, inteiramente abandonado à sua trágica sorte." (Belisário Pena)

Em o começo do século passado, o consciencioso Sr. Barão Eschwege, em Minas Gerais, achou que a mortalidade dos brancos era de 2,83% e a dos mulatos livres 2,75%; portanto, os mestiços eram mais resistentes do que os brancos, presumidamente puros.

- (6) Distinto campeão da eugenia no Brasil, escreveu: "O cruzamento do brasileiro com o alemão dá belos tipos na primeira geração e, se cuidados especiais não são tomados, a descendência enfraquece gradativamente... – o autor desta opinião tinha feito observação em uma colônia onde os tais "descendentes degenerados" eram apenas descendentes doentes, infetados de ancilostomíase. (Roquete Pinto).
- (7) "O teutão, localizado no Brasil, prospera ou declina em função do meio físico ou da vida social nas mesmas condições que o branco de origem européia meridional, o preto e o índio."

gra, porque lhe faltam saber e educação elementar para do benefício tirar resultado compensador.

A preguiça desoladora, a falta de iniciativa, a displicência, o desinteresse pela coisa pública e pelos próprios negócios, pela saúde e pela educação da prole e muita vez uma completa abulia são conseqüências fatais deste terrível estado de morbidez que atualmente abate o país até os subúrbios das suas grandes cidades.⁸

(8) A tristeza do Brasil não é fato generalizado, recrudescer ou declinar, anula-se, dentro de certas zonas, em função do meio e da vida social. Há regiões de habitantes mais melancólicos do que outros, como há lugares de gente alegre, mesmo fora do âmbito ruidoso das cidades saneadas.

Apesar de ser corrente que o nordestino é macambúzio, temo-lo antes como alegre e assim nos autoriza julgá-lo o contato que com ele temos tido de cerca de 30 anos ininterruptamente.

É certo que os filhos da terra das secas oferecem duras fisionomias em concordância com o estado freqüente de perturbações clínicas característico desta parte do Brasil.

Durante as calamidades, máxime quando estas tomam proporções assustadoras e a fome abate o ânimo forte das populações campestres, o povo mostra um fácies geral de melancolia, perceptível à primeira vista. Fora disto, noutra qualquer situação, mesmo das mais difíceis e revoltas, é o nordestino gente alegre, brincalhona, curiosa, atilada e dinâmica.

Sendo proverbial a salubridade dos sertões, poucos são os enfermos.

Durante a estação pluviosa, na lida das boiadas náticas ou no amanhã rudo das plantações, os bandos alegres cantam ou conversam animada e continuamente, dando expansão ao espírito, agora livre de preocupações sérias.

Quando vem a colheita, começam os sambas animados, as danças e as festas. Mas, mesmo nos anos normais, quando tudo corre bem, percebem-se duas fases distintas: uma de intensa e ruidosa alegria, comunicativa e boa; outra que poderíamos dizer de melancolia, embora o termo não exprima fielmente o estado de alma que se define quando, no fim do verão, os depósitos de víveres escasseiam, a temperatura do ar se eleva acima de 30^o centígrados, a secura do ambiente torna-se excessiva e angustiosa e cai abaixo de 52 a umidade relativa e ainda não há certeza das circunstâncias clínicas da próxima estação.

Mas, essa depressão moral, como por encanto, desaparece às primeiras manifestações pluviais do período úmido que já se anunciara com o fuzilar longínquo dos relâmpagos no Piauí. Então uma alegria incontida se propaga rapidamente pelos vales e pelas serras, dominando a população em peso que parece tomada de verdadeira euforia. Esse estado, que se pode dizer agudo, passa com a nova

lida diuturna que começa rija e animada mal as primeiras chavas molham o solo ressequido. Porém, do semblante do sertanejo, como de todas as suas manifestações, irradia um ar de alegria e de satisfação que observamos com prazer.

No interior do Brasil Central, percebe-se que os habitantes das serras frias, das montanhas sombrias, dos sítios segregados e menos comunicativos, menos expansivos e menos alegres do que os que vivem nas planícies, nas várzeas dos rios, nos planaltos lavados abundantemente pela luz solar.

Poder-se-ia supor que a dificuldade de comunicação, o hábito inveterado de abrigar-se dos ventos frios e incômodos, a penumbra da mata possam influir depressivamente na alma dos montanhesees, contrariando numa certa medida a natural tendência à socialidade, motivo eficiente de prazer.

Os que vivem no descampado e das baixas eminências dominam largos horizontes, recebendo luz abundante e duradoura, os habitantes das campinas ou das amplas clareiras, várzeas e coroas que margeiam os rios são estimulados a uma socialidade maior que, além do mais, o meio torna cômoda, facilitando as comunicações, o intercâmbio de mercadorias e de idéias, as reuniões e as festas, ordinariamente mais freqüentes. Talvez por isso tenham os campestinos fisionomia mais aberta e modos mais desembaraçados; evidentemente são mais alegres do que aqueles.

Estas observações se fazem facilmente em Minas Gerais, porém mesmo no Nordeste podem ser verificadas, embora o contraste aqui se desbaste numa proporção que deve ser a mesma entre o meio serrano e o meio sertanejo. A atenuação desse contraste explica decerto porque, nesta região, as relações entre os habitantes das serras e os dos sertões são muito mais freqüentes e as interpenetrações se fazem em maior escala, tornando o estudo comparativo mais delicado.

Quanto vimos dizendo sobre a melancolia e a alegria dos habitantes das alturas sombrias e a dos planaltos e descampados só se aplica nos casos de regiões salubres, isentas das endemias que flagelam certas zonas. Nesse caso não há que distinguir; uma real profunda tristeza nivela serranos e sertanejos doentes desoladoramente. Nas circunstâncias normais, aquela melancolia dos filhos das alturas é toda relativa e nada tem de mórbida. Em se apresentando oportunidades fáceis, vemo-los alegres, divertirem-se animadamente, donde termos como não constitucional esse estado de alma, mas como efeito apenas de ocasional circunstância de meio.

Concluindo, julgamos que no Brasil só há tristeza sob o império despótico da fome e das moléstias.

Nos lugares naturalmente sadios, nas cidades higienizadas não se conhece nenhum abatimento coletivo do espírito; a alegria torna-se geral e irradia de todas as manifestações sociais.

Para mostrar que tão degradante quadro fisionômico do Brasil provém da falta de higiene rural, basta observar que nos tempos coloniais a tristeza era apanágio das cidades costeiras. As descrições do Rio, da Bahia, do Recife, que o *Retrato do Brasil* estampa, segundo o testemunho dos viajantes que as visitaram no começo do século passado, têm bastante eloquência e dão suficiente idéia do que era a higiene urbana naquele tempo.

O estado sanitário pode-se aferir pelo da Capital Federal antes da extinção da febre amarela, fato recentíssimo.

Hoje, as cidades gozam de relativa higiene, e tanto bastou para que tomassem logo aspecto diferente, festivo e alegre, movimentado e de conforto. Uma atividade nunca vista anima a população ávida de trabalho e movimento, sequiosa de luz e divertimentos. Os viajantes estrangeiros que, agora, as visitam lhes tecem rasgados elogios.

Contraste desolante com o esplendor das cidades litorâneas formam os campos e os sertões descuidados, os estabelecimentos rurais, as fazendas de criar em geral abandonadas à lei da natureza, em razões infestadas; as suas populações anêmicas, mal nutridas, desalentadas, mal-trapilhas, mal-abrigadas, viciadas, não parecem formadas do mesmo estalão das que vivem nos grandes centros urbanos.

Aqui, com a luz e a saúde retornou a alegria que desertou da gleba. Lá, com as moléstias chegou a melancolia que não encontra abrigo seguro onde há higiene.

O brasileiro é um genuíno produto do cruzamento das raças distanciadas e fortes, mas cuja missão resultou eugenésica. Tanto nos basta para termos uma grande fé no futuro da nacionalidade, cuja atividade política e econômica se desenvolve nas terras ferazes do Brasil.

(*Retrato do Brasil, Pequenos Retoques*, Fortaleza, Ceará, 1930, págs. 89-104).

Parece-nos ainda conveniente uma última observação. Na análise destas organizações da afetividade coletiva; importa estar prevenido sobre o aspecto multi-forme delas. Nas sociedades, como entre os indivíduos, as manifestações de alegria ou de melancolia são diferentes, poliformes; variam com certas circunstâncias ainda não bem determinadas, ligadas provavelmente às condições étnicas e de ambiência físico-social.

PAULO DA SILVA PRADO (1869-1943). Nasceu em São Paulo, onde estudou, vindo a publicar, em 1925, Paulística, obra que lhe confirmou o mérito de ensaísta e investigador da nossa história social. Defendeu, na primeira linha, o movimento modernista. Sobre o pessimismo sociológico que se insinua em seus trabalhos, Tristão de Ataíde, Agripino Grieco e Humberto de Campos teceram apreciações discordantes.

Obras: Paulística, Monteiro Lobato, S. Paulo, 1925; 2ª edição, aumentada, Rio, 1934; Retrato do Brasil, S. Paulo, 1928; 5ª edição, São Paulo, 1944.

.....

Vida familiar e citadina

Desde os tempos primeiros, observa Capistrano, a família brasileira teve como sustentáculo uma tripeça imutável: pai soturno, mulher submissa, filhos aterrados. Nesse ambiente se desenvolvia a tristeza do mameluco, do mazombo, do reinol, abafado na atmosfera pesada da colônia. O português transplantado só pensava na pátria de além-mar: o Brasil era um degredo ou um purgatório. Frei Vicente do Salvador, nos primeiros anos seiscentistas, queixava-se de que os povoadores "não só os que de lá vieram, mas ainda os que cá nasceram usam da terra não como senhores mas como usufrutuários, só para a desfrutarem e a deixarem destruída". Com essa mentalidade, o povoamento se fazia de ádvenas de passagem, que se consideravam vítimas da sorte ou do exílio, irritados ou estupificados, vivendo uma vida vazia e monótona. O mestiço, já acostumado à contingência do sertão, do perigo, do clima, limitava o esforço à ganância de enriquecimento fácil, ou à poligamia desenfreada, sem nenhuma outra simpatia humana mais elevada. Nada tão seco e árido como um documento dessas épocas. Em nenhum se encontra o informe, ou o desabafo, que abre uma clareira para a visão do ente de carne e osso que nascia, lutava e morria no solo indiferente. Dois grandes fenômenos, apenas, em séculos pare-

cem indicar o alvorecer de algum sentimento nacional: a luta contra o invasor holandês e a expansão geográfica do movimento de gado e das bandeiras. No primeiro, considerações materiais sobrepujavam os vislumbres de revolta nativista, desde a intervenção dos judeus e cristãos-novos na origem da luta até os planos encobertos de João Fernandes Vieira. No fenômeno do bandeirismo tudo nos demonstra que a preocupação única do sertanista era a aquisição de riqueza, o desenvolvimento de seu negócio em escravos enquanto não aflorava o metal, e quando este surgiu, com ele feneceram as bandeiras. Não se lhe encontra o mínimo apego à pobre piratiningana donde partia. Uns voltavam pela atração instintiva do ninho, mais tarde outros se afazendavam em terras longínquas, nos latifúndios pastoris do sertão, ou junto às minas que os tinham atraído e fixado. Do amor ao torrão natal, nem uma única palavra, nem um só gesto. No século da independência norte-americana, e antes da sua proclamação, ainda não havia o americano, mas havia os virginianos, os *rhode islanders*, os carolinianos, pertencentes às respectivas províncias. Washington quando se referia à Virgínia dizia sempre: "a minha pátria". Nunca se soube que Fernão Dias Pais dissesse da Capitania de São Vicente: "a minha terra". Era um simples súdito do rei de Portugal, sem nome que o classificasse geograficamente. Nem mesmo o brasileiro existia nesse período inicial. Vinha-lhe o nome da labuta do pau-brasil, como é carvoeiro o lenhador que produz carvão de madeira.

Ao findar o século XVIII e nos primeiros anos do século seguinte, já tínhamos chegado a um dos pontos culminantes do nosso desenvolvimento histórico. O país ia separar-se da mãe-pátria. Ainda não se formara a nação; apenas a sociedade, como simples aglomeração de moléculas humanas. Começava, no entanto, a se afirmar a consciência geográfica, que fixava e delimitava o território. Examinemos as condições em que se ia constituir o laço social determinando o crescimento, os movimentos e o agrupamento das populações.

Por essa época, nos centros marítimos, de Pernambuco para o norte, diversos tipos étnicos contribuía para a formação contínua do brasileiro que iria surgir, já em 1817, nas lutas da emancipação política. Havia os europeus, os brancos já nascidos no Brasil, os mulatos de todas as nuances, os mamelucos cruzados do branco e do índio em todas as

suas variedades, os índios domesticados que eram os caboclos do Norte, os índios ainda selvagens que eram os tapuias, crioulos da colônia, os africanos forros ou escravos, e finalmente, os mestiços, classe inumerável dos que mediavam entre os índios e os negros. No amálgama de todas essas cores e caracteres se instituía na evolução da raça o reino da mestiçagem.

Os brancos nascidos no Brasil vinham das velhas famílias da aristocracia rural; diziam-se alguns descendentes dos primitivos donatários, tinham grande orgulho nessas ascendências e pregavam com algum ridículo a própria importância. Eram os proprietários dos grandes engenhos onde a vida lhes corria quieta e indolente. Fato comum era a bastardia que a escravidão desenvolvia; para corrigi-lo, funcionava freqüentemente a roda dos enjeitados que inspiravam à população um carinho quase supersticioso.

O mulato desprezava o mameluco; pretendia pertencer à classe dos brancos e vangloriava-se em não ter parentes índios. Sentia a sua inferioridade em relação ao branco, desde que este lhe era superior em riqueza; chegava a se humilhar diante de outros mulatos mais ricos ou de melhor condição social. Podia entrar para as ordens sacras e ser magistrado: bastava-lhe um atestado de sangue limpo, mesmo que a aparência desmentisse o certificado. Koster – de quem extraímos estes dados – narra o caso de um preto a quem perguntou se certo capitão-mor era mulato.¹ "Era, porém já não é", foi a resposta, acrescentando a filosofia do negro velho: "Pois um capitão-mor pode ser mulato?" Os regimentos de milicianos chamados regimentos de mulatos tinham oficiais e praças de todos os matizes, recusando-se porém o alimento aos brancos. O coronel de um desses regimentos do Recife foi a Lisboa e de lá voltou com a ordem de Cristo. Não eram raros os casamentos entre brancos e mulatos, sobretudo entre europeus e mulheres de cor que possuísem algum dote. Brasileiros, ricos ou de alto nascimento, repeliam em regra essas alianças, desde que o sangue mestiço fosse muito visível, acrescenta Koster, com malícia. Mamelucos, havia mais no sertão pernambucano. Eram mais belos do que os mulatos, sobretudo as mul-

(1) Henry Koster. *Travels in Brasil*, 1816.

heres. Na independência do caráter, na repugnância pela adulação ao branco, mostravam a nobreza da ascendência livre dos dois lados. O índio domesticado era, em geral, com as suas virtudes conhecidas, o sertanejo, corajoso, sincero, generoso, hospitaleiro – o tipo clássico da caatinga do Nordeste. O índio selvagem aparecia longe do litoral, nas proximidades do Maranhão. O resto, era o negro africano ou crioulo. Proliferando em todas as variedades do cruzamento, só o negro puro, forro, tinha o orgulho humilde da sua raça: "negro, sim, porém direito", diziam. Os crioulos possuíam os seus regimentos exclusivos em que oficiais e soldados eram todos pretos. Eram os Henriques, conservando no nome a tradição de Henrique Dias, dos tempos da invasão flamenga. O negro cativo era a base de nosso sistema econômico, agrícola e industrial e como que em represália aos horrores da escravidão, perturbou e envenenou a formação da nacionalidade, não tanto pela mescla de seu sangue como pelo relaxamento dos costumes e pela dissolução do caráter social, de conseqüências ainda incalculáveis.

De todos centros marítimos da colônia foi, porém, Recife o menos influenciado pelo mestiço. Além das tradições do seu núcleo aristocrático, uma numerosa colônia européia, em que sobressaíam os ingleses, conservava-lhe o aspecto metropolitano, lembrando outras épocas de riqueza e civilização. Ao se aproximar o viajante das terras baixas e dos coqueiros do Recife e das colinas de Olinda, a paisagem produzia-lhe uma agradável impressão, com a casaria branca das chácaras em meio dos laranjais verde-escuro. Só ao desembarcar, no calor do meio-dia, tinha a surpresa das ruas cheias de negros, dando à cidade uma aparência sombria e tristonha. Frequentemente, animava-as a chegada dos navios negreiros da costa de África, exibindo em plena rua o espetáculo asqueroso da venda de escravos. Homens e mulheres, em completa promiscuidade, seminus, se estendiam pelas calçadas ou se acoravam no chão, indiferentes, mastigando pedaços de cana.² De longe se sentia o cheiro acre dessa multidão africana, em geral coberta de pústulas repugnantes. Só ao cair da tarde apareciam nas ruas, a passeio, as famílias. Santo Antônio do Recife, a cidade central, tinha ruas largas e

(2) L. F. Tollenare. "Notas Dominicais".

casas grandes, com lojas no rés-do-chão. Pelas janelas das casas baixas surpreendia-se a intimidade da vida caseira, com mulheres quase nuas, deitadas pelas esteiras das salas e alcovas.

Koster impressionou-se pela opulência e importância da cidade. Pernambuco exportava sobretudo algodão para a Inglaterra e açúcar para Portugal. Atribuiu o seu progresso e bem-estar ao governo do Capitão-General Caetano Pinto de Miranda Montenegro, que julgava administrador prudente e firme. Numa festa elegante a que assistiu o viajante inglês, no arrabalde do Poço da Panela, em meio das danças e alegria das moças apareceu o capitão-mor, amável, prazenteiro. A sua presença, porém, fez calar as risadas, e o baile continuou solene, num murmúrio de respeito. A Koster escaparam, no entanto, os sintomas de efervescência naturista, que vieram explodir mais tarde na revolução de 1817. O governo de Caetano Pinto terminou aí vergonhosamente pela fuga do capitão-general.

Ao sul, outros centros sociais eram, pela assistência das altas autoridades administrativas, a Bahia e o Rio. Mais do que no Norte, nelas dominava o mal da escravidão.

Na primeira, numa população de 80.000 almas, só uma terça parte era de brancos e índios; o resto compunha-se de negros e mulatos. A cidade, sob o sol radioso dos trópicos, era um horrível monturo que devia empestar até o mar alto, como a Lisboa de Byron. Pela escarpa abrupta coleavam 38 ladeiras, ruas e vielas, estreitíssimas, por onde dificilmente passava uma sege. Casas agaioladas de quatro e cinco andares, em geral do século XVII, forradas de urupema, ensobravam e abafavam as ruas com os longos beirais e as saliências das rótulas, uma delas se chamava Rua Direita da Preguiça, como um epigrama. Nos três mercados da cidade, as negras vendiam peixe, carne moqueada, baleia no tempo da pesca, e uma infindável coleção de carurus, vatapás, mingaus, pamonhas, acaçás, acarajés, abacás, arroz-de-coco, feijão-de-coco e as infinitas qualidades de quitutes baianos, alguns dos quais, dizia o cronista, "ótimos pelo asseio para tomar para vomitórios". Junto aos mercados, em casinhas pequeníssimas e sombrias, moravam as quitadeiras. Nas noites de calor úmido, dos pantanais que de um lado cercavam a cidade, subia um formidável coaxar de enormes batráquios erguendo um alarido de cães de fila. Nas fontes de água impura havia diariamente brigas de

negros que aí liquidavam à ponta de faca rusgas por causa da apanha do líquido ou questões de interesse e amor com a polícia e com os galés que concorriam aos chafarizes.

A vida dissoluta do africano e do mestiço invadia a melhor sociedade. Tudo se fazia nesse abandono desleixado e corrompido que é a praga da escravidão. O traje ordinário das mulheres, no interior das casas, era uma simples saia por cima de uma camisa, em geral da mais transparente musselina, muito ornamentada e bordada. Muito larga no pescoço, ao menor movimento caía de um dos ombros, ou mesmo dos dois, descobrindo sem pudor os seios.³

Nas grandes famílias patricias um dos luxos consistia no séquito de pretas e mulatas que cercavam as senhoras brancas quando saíam para as procissões. Quinze ou vinte escravas acompanhavam as sinhás-moças, vestidas de ricas saias de cetim, camisas de cambraia ou cassa finíssima, cobertas de jóias de ouro, cordões, pulseiras, colares, braceletes e balangandãs. O bando percorria, então, o labirinto de becos, travessas e ruelas, requebrado e guizalhante como um cordão carnavalesco.

O mal, porém, roía mais fundo. Os escravos eram terríveis elementos de corrupção no seio das famílias. As negras e mulatas viviam na prática de todos os vícios. Desde criança⁴ – diz Vilhena – começavam a corromper os senhores moços e meninas dando-lhes as primeiras lições de libertinagem. Os mulatinhos e crias eram perniciosísimos. Transformavam as casas, segundo a expressão consagrada e justa, em verdadeiros antros de depravação. Muitos senhores, por mero desleixo, conservavam nas moradias da cidade dezenas e dezenas de mulatos e negros, em completa ociosidade, pelo simples fato de aí terem nascido. Da promiscuidade surgia toda a sorte de abusos e crimes. Senhores amasiavam-se com escravas, desprezando as esposas legítimas, e em proveito da descendência bastarda; outros não casavam, agarrados ao vício de alguma harpia que os seqüestrava, ciumenta e degradante, por uma vida toda; eclesiásticos constituíam famílias com negras e mu-

(3) Thomas Lindley. *Voyage ou Brésil*, trad. francesa, Paris, 1806.

(4) Luís dos Santos Vilhena. *Cartas de Vilhena: Notícias Metropolitanas e Brasileiras*, 1802.

latas, com inúmeros filhos a quem deixavam em herança as mais belas propriedades da terra. Os escravos velhos e doentes porém, jogavam-nos à rua, para mendigarem o sustento. A escravidão, enfim, com todos os seus horrores.

O Rio por essa época pouco se diferenciava da Bahia. Um testemunho inteligente (de 1808) nos dá o quadro vivo da cidade e do ambiente social, à chegada do Príncipe Regente⁵. A presença da Corte, antiquada, pobre, desmazelada, imprimia aos diferentes aspectos da vida fluminense o tom caricatural, que por tão longos anos caracterizou o cerimonial monárquico no Brasil.

A primeira impressão que teve Luccock foi de que o Rio era, "uma das mais imundas associações de homens debaixo dos céus". Rango, viajante alemão que aqui esteve em 1819, notou logo ao desembarcar o cheiro penetrante, adocicado, que exalavam as ruas cheias de negros carregando fardos, no calor intenso.

A cidade limitava-se à área baixa e pantanosa que encenavam os morros do Castelo, Santo Antônio e São Bento, seguindo-se pela rua dos Barbonos, Guarda Velha, São Joaquim e Valongo. Além, e imediatamente, começava a mata. Da Glória a Botafogo ia-se por um trilho de animais, e a alta vegetação encobria no trajeto a vista do mar. No campo de São Cristovão caçava-se e era fácil perder-se o caminho. Na parte habitada, em cerca de 4.000 casas, residia uma população de cerca de 60.000 almas, ou de 43.000 refere outro viajante⁶, e deles 40.000 eram negros. Ruas estreitas e em geral em linha reta, calçada de granito, correndo pelo meio a sarjeta das águas, à noite, mal as alumiam as lamparinas dos oratórios e nichos. Nas lojas predominavam os boticários e os droguistas. Pelas ruas circulava uma pitoresca mescla de transeuntes, sobressaindo os meirinhos, curvando-se e tirando os sujeitos chapéus de bico, sebosos, de tope preto. Ao lado de um carro de bois, chiando, passava uma cadeirinha de senhora rodeada de uma multidão de mendigos andrajosos, entre os quais não era raro ver-se algum oficial de milícias, também de mão estendida. Às vezes passavam estranhas figuras de escravos de máscara de ferro, com que os puniam do vício

(5) John Luccock. *Notes on Rio de Janeiro, etc.*; 1820.

(6) Andrew Grant. *History of Brazil*, 1859.

da embriaguez. De toda essa mistura de cores, de línguas, de trajes, subia no ar vibrante de sol uma alta vozeria acompanhando as contínuas salvas dos fortes da baía ou o foguetório das festas de igreja, quase diárias. Subitamente, um reboliço: ajoelhavam-se todos. Era a carruagem real, balançando-se nas correias, puxada por duas mulas de arreios remendados, guiados por um lacaio de libré gasta e desbotada. Dentro, o sorriso boquiaberto, de adenoidiano, do Príncipe Regente. Nas horas quentes, esvaziava-se a rua: só negros passavam. Luccock tinha a impressão de estar numa cidade da África. A proporção dos brancos para a gente de cor era de 1 para 9, avaliava Rango⁷.

O aspecto da gente era desagradável. O clima quente, a falta de asseio, a carne de porco, produziam terríveis doenças de pele; nas mulheres, a reclusão nas alcovas, sem ar, empalidecia rapidamente o rosto mais encantador do mundo: aos dezoito anos atingiam a uma maturidade completa, precursora de uma excessiva corpulência com que aos trinta se transformavam em velhas enrugadas.

Na vida social notavam alguns traços peculiares que o viajante atribui à dissolução dos costumes. Poucos se preocupavam com os mais comezinhos princípios da verdade, da propriedade particular ou das virtudes domésticas. A vida de um homem pouco valia: por um patacão, um capanga se incumbia do desaparecimento de qualquer desafeto. Nem mesmo – observa o inglês – se recorria a essa sombra da virtude que é a hipocrisia. É essa, acrescenta, a impressão geral que se tem; as exceções existiam, respeitáveis, como em toda parte, mas, em geral era grande a proporção de caracteres duvidosos, com visível predisposição para o mal. Escolas públicas não haviam, nem qualquer outro estabelecimento para a instrução das crianças. Estas aprendiam a ler nas lojas dos pais, com os caixeiros que a invasão francesa fizera emigrar de Portugal. Nos colégios eclesiásticos pouco mais se ensinava aos que se dedicavam à carreira clerical. Como alimento espiritual, para toda a população, apenas dois ou três vendedores de alfarrabios possuíam algumas obras obsoletas de teologia ou medicina. Dois detalhes bem ingleses terminavam esse quadro. Não havia em toda a cidade uma só escova de

(7) L. von Rango. *Tagebuch mainer Reisen*, 1819-1820.

dentem: limpavam-nos com os dedos. E tomava-se rapé em abundância, para não sentir o cheiro da cidade.

Isolada no seu altiplano, defendida do contágio europeu pelo Caminho do Mar, a cidade de São Paulo, ainda por essa época, vegetava na indigência de lugarejo provinciano e serrano. A mineração bandeirante tira-lhe o melhor do sangue com a emigração dos elementos sadios da capitania; a estúpida administração portuguesa do século XVIII viera em seguida abafar e suprimir o que restava nas populações da antiga fortaleza e independência. Foi quando os paulistas se barbarizaram de uma vez, informava um governador. Dispersos, escondidos pelas roças, procurando a solidão no seu amuo característico, viviam de canjica, pinhão e içá torrado. "Se alguém – dizia um relatório oficial – fazendo viagem encontrava por acaso um deles, ou lhe foge ou fica tão assustado e preocupado que nem o chapéu lhe tira e se lhe diz a mínima palavra desconfia e "mata logo".

A vida acanhada, porém, não escapava à dissolução geral dos costumes, que se generalizara, por toda a colônia. Um ofício do bispo do Rio de Janeiro, de 20 de fevereiro de 1761, dirigido ao Conde de Oeiras, já levanta um pouco do véu que encobria os escândalos da Paulicéia. No colégio de São Paulo havia "mestres dissolutíssimos em concubinação com discípulos" e cita o bispo o padre Manuel dos Santos que vivia com o estudante Antônio José, depois clérigo também, e o padre Inácio Ribeiro com o músico Inacinho, e Pedro de Vasconcelos com Joaquim Veloso, etc. Por ciúmes brigaram publicamente o padre Manuel dos Santos com o franciscano Frei Manuel de São Boaventura, e o padre Pedro Barreiros com o corista Vito de Madureira. Nessas cenas disputavam-se os favores da célebre mulata Maria Putiu, amante do Padre Martins. Em Santos, em Paranaguá, fatos idênticos se repetiam. Se por essas bandas aparecesse um visitador do Santo Ofício, as "confissões de São Paulo" seriam de certo tão curiosas como as da Bahia e Pernambuco.

Três séculos tinham trazido o país a essa situação lamentável. A colônia, ao iniciar-se o século de sua Independência, era um corpo amorfo, de mera vida vegetativa, mantendo-se apenas pelos laços tênues da língua e do culto.

População sem nome, exausta pela verminose, pelo impaludismo e pela sífilis, tocando dois ou três quilômetros quadrados a cada indivíduo, sem nenhum ou pouco apego ao solo nutridor; país pobre sem o auxílio humano, ou arruinado pela exploração apressada, tumultuária e incompetente de suas riquezas minerais: cultura agrícola e pastoril limitada e atrasada, não suspeitando das formidáveis possibilidades das suas águas, das suas matas, dos seus campos e praias; povoadores mestiçados, sumindo-se o índio diante do europeu e do negro, para a tirania nos centros litorâneos do mulato e da mulata; clima amolecedor de energias, próprio para a "vida de balanço"; hipertrofia do patriotismo indolente que se contentava em admirar as belezas naturais, "as mais extraordinárias do mundo", como se fossem obras do homem; ao lado de um entusiasmo fácil, denegrimiento desanimado e estéril:

*"São desgraças do Brasil:
Um patriotismo fofo,
Leis com parolas, preguiça,
Ferrugem, formiga e mofo;"*

indigência intelectual e artística completa, em atraso secular, reflexo apagado da decadência da mãe-pátria; facilidade de decorar e loquacidade derramada, simulando cultura; vida social nula porque não havia sociedade, com as mulheres reclusas como mouras ou turcas; vida monótona e submissa, sem os encantos que a poetizam, no pavor constante dos recrutamentos forçados: esforço individual logo exausto pela ausência ou pela morte e, como observa Capistrano, manifestações coletivas sempre passageiras, certamente pela falta de cooperação tão própria do antepassado indígena; disseminadas pelos sertões, de norte a sul, virtudes ancestrais; simplicidade lenta na coragem, resignação na humildade, homens sóbrios e desinteressados, doçura das mulheres.

Martius, em 1818, registra numa página das suas viagens, a impressão que lhe produziram na Bahia as festas do Nosso Senhor do Bonfim e as procissões da capital. Era, numa mescla fantástica, a exibição de todos os estados sociais e de todas as raças. Confrarias das mais variadas cores – beneditinos, franciscanos, augustinhos, carmelitas descalços e calçados, frades mendicantes de Jerusalém, capuchinhos, freiras – rivalizando na magnificência dos vestuários, bandeiras e insígnias, tropas de linha portuguesas, de aspecto marcial, e pacatas milícias

locais; a gravidade e unção dos padres europeus, como que estáticos no esplendor da velha Igreja Romana, em meio da algazarra de negros meio pagãos e de trêfegos mulatos. Espetáculo único – exclama o grande cientista, – resumindo séculos e irrealizável mesmo em Londres ou Paris, e em que se viam, num desfile de mágica, representantes de todas as épocas, de todas as partes do mundo, de todos os sentimentos, a história inteira da evolução humana, nas suas mais altas ambições, nas suas mais acirradas, nos pontos culminantes de suas paixões e de suas resistências.

Ebulição formidável do cadinho no qual se preparava a formação de um homem novo surgindo para os triunfos de seu destino, ou para uma desilusão e um desastre na realização de sua finalidade histórica e geográfica.

(Retrato do Brasil. São Paulo: 1928. págs. 128-151.)

TOMÁS POMPEU DE SOUSA BRASIL SOBRINHO (1880-1964). Nasceu em Fortaleza (Ceará), onde fez os estudos de humanidades. Formou-se em engenharia, aplicando-se, desde cedo, ao exame dos problemas históricos, antropológicos e geográficos da região nordestina. Mentalidade cientificamente educada, Pompeu Sobrinho sabe discernir, no estudo das questões objetivas e historicamente concretas, as linhas gerais e teóricas, com seguro tino doutrinário. Membro do Instituto do Ceará, do qual é hoje o presidente por morte do Barão de Studart, tem publicado valiosas obras, que lhe asseguram posição de relevo entre os líderes das investigações etnográficas e históricas.

Obras: Esboço fisiográfico do Ceará, Fortaleza, 1922; Fatores geográficos da autonomia nacional, Fortaleza, 1927; Retrato do Brasil, pequenos retoques, separata da Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 1930; Parêntese geográfico, idem, separata, 1932; Proto-história cearense, Fortaleza, 1946; Pré-história cearense, Fortaleza, 1955.

.....

O brasileiro, produto eugênico

As noções que sumariamente recordamos, permitem-nos mais fácil e acertadamente julgar as condições da alegria e da tristeza das gentes do Brasil colonial. Tendo-as em consideração, achamos na fisionomia do *Retrato do Brasil* mais rugas do que na figura que com elas e os fatos históricos esboçamos apressadamente.

Traziam os colonos ibéricos para o Brasil o peso formidável de grandes influências atávicas; isto lhes dificultava a perfeita e fácil adaptação ao novo meio físico e social que se vinha constituindo. A aclimação exigia dispêndio de energia vital; eram, pois, seres que sofriam e a sua dor devia traduzir-se numa certa melancolia.

Por outro lado, porém, encontravam as múltiplas condições propiciativas de vida melhor: higiene e liberdade, riqueza, conforto relativo como jamais haviam gozado – motivos de prazer.

Da combinação dessas tendências surgia uma resultante que ora pendia mais para uma parte, ora para a outra, conforme a localização do colono e certos atributos inerentes à sua organização interna. Em geral, passados os primeiros momentos de insegurança, conseqüentes das novas condições de vida, o organismo como que imunizado, treinado, se tornava apto para evolver e desdobrar-se, transmitindo fragmentos úteis da sua personalidade ancestral à prole numerosa.

Claro está que, nestes casos, a resultante acima indicada penderia favoravelmente para o lado onde o equilíbrio se fazia mais estável. Esses colonos eram naturalmente, então, gente menos melancólica do que triste.

Os negros africanos chegavam e aqui viviam em péssimas condições de conforto. Suas exigências sociais minguavam, mas a dor e as doenças, efeitos das duríssimas vicissitudes por que passaram antes de aqui aportarem, eram elementos que facilitavam a adaptação ao nosso meio, quando este não se antolha demasiadamente hostil. Sabe-se que a condição dos escravos no Brasil foi sempre melhor do que em qualquer outra região da América.

Falam os cronistas do natural alegre dessa gente que procurava mitigar as agruras do cativo com festas, danças e folgares variados. Isto significa que se aclimava facilmente, se adaptava. De ordinário, os negros deviam ser muito menos tristes do que se supõe.

O índio estava já conformado à ambiência física. O contato com os brancos invasores modificou o meio moral, impondo-lhe a necessidade de novos processos adaptativos e esta alteração, que a refletia em quase todas as suas instituições, provocava profundo abalo nervoso. Por isto, era mais propenso só à tristeza do que à alegria.

Os mestiços de todas as nuances, porém, se adaptavam facilmente. Por um lado, eram filhos da terra, por outro, no mínimo, vinham de pai que já se aclimara. Estavam sensivelmente desembaraçados da carga de influências atávicas, fato de grande relevância, pois os tornava especialmente plásticos, moldáveis às ações mesológicas, facilmente conformáveis a qualquer situação.

Eram, por conseguinte, gente alegre, divertida, dinâmica. A observação o confirma.

Verdadeiras e compreensíveis são as palavras de Antonil, quando, em 1711, resumindo a condição social dos elementos étnicos, diz que "O Brasil é inferno dos negros, purgatório dos brancos, paraíso dos mulatos (mestiços)".

A prova da boa adaptabilidade dos mestiços tira-se do vigor físico e da estrutura intelectual e moral que revelam desde os albores do II século do descobrimento. Devemos-lhe em grande parte o êxito das bandeiras conquistadoras do nosso vasto *hinterland*, decisiva contribuição

na expulsão dos franceses e dos flamengos, a continuidade do processo étnico brasileiro, valiosíssimo auxílio à formação econômica, pois que sem eles não teria sido possível a fundação e prosperidade dos currais (fazendas de criar), dos engenhos (exploração agrícola) e das catas (exploração mineira).

No seio da mestiçagem nacional, em todos os tempos, têm florescido poderosas individualidades, propulsoras incontestáveis da civilização brasileira. Levados por um racionalismo esconso, alguns publicistas patricios deduzem que os mestiços "na sua maioria ficam abaixo do tipo superior de que provém". Realmente, assim seria se não tivéssemos que considerar a ação modeladora do meio, a capacidade sempre maior do mestiço a se adaptar e a seleção natural. Faltam aos elementos puros essas importantíssimas qualidades que, num meio dado, diverso do de origem, lhes tiram parte considerável da sua situação de superioridade.

A atividade econômica, política e social do Brasil e em geral da América tem sido, em grande parte, condicionada pela massa enorme e pelas *élites* ilustres de mestiços.¹

Foi em torno desses elementos mestiços que se gerou o embrião do partido liberal do Império. (Esta e as notas seguintes são do autor transcrito.)

A extrema diversidade de estrutura mental, as tendências desencontradas, a debilidade da vontade e da resistência orgânica, a deficiência do espírito de organização, muitas vezes invocadas para mostrar a pretendida incapacidade deles, não passam de pura ficção, nunca transpuseram as páginas de alguns livros tendenciosos ou de desavisada erudição. Os que expendem doutrinas tais são talvez grandes pensadores, mas pequenos observadores e péssimos experimentadores. Esquecem o poder homogeneizador do meio, atuando em massa singularmente plástica².

-
- (1) Quando amaduravam os frutos do nacionalismo, notava-se já a influência característica do mestiço nos negócios públicos, tomando vulto progressivamente, impondo-se. Depois da Independência, passou a preponderar nos destinos do país. Os seus mais autênticos representantes, a cada passo, sobrepujavam os elementos contrários, ainda presos às tradições portuguesas.
 - (2) Dentre os fatores biológicos da evolução social, nenhum tem despertado mais

interesse do que a raça, particularmente no que diz respeito aos produtos etnográficos do cruzamento, quer sob o aspecto puramente orgânico, quer psicossocial.

Darwin, entretanto, já havia lançado as bases da solução do problema, concluindo, depois de sólida, longa e criteriosa argumentação e provas robustas que há uma lei segundo a qual o germen não pode ficar perpetuamente encerrando em si mesmo, mas ao contrário, tem necessidade de, uma vez por outra, misturar-se a outros elementos. Esta é a face biológica que contradiz a consangüinidade, selecionadora de taras e vícios. No Brasil, não há gente mais forte, mais ativa, trabalhadora e inteligente de que o nordestino, mestiço por excelência sobretudo do branco e do indígena. Sua fecundidade excede a toda expectativa, mas isto provém em parte, pelo menos, das suas precárias condições econômicas, pois a diminuição da proliferação é fenômeno conexo ao aumento da riqueza e ao desenvolvimento da civilização. O próprio autor do *Retrato*, referindo-se aos mestiços nordestinos, diz que "eram mais belos do que os mulatos, sobretudo as mulheres. Na independência do caráter, na repugnância pela adulação ao branco, mostravam a nobreza da ascendência livre dos dois lados".

Os grandes fatos da História, geralmente, têm como propulsores gentes cruzadas, de tipo ainda não completamente fixado.

A Renascença é a conseqüência da mistura de povos diferentes. A civilização decrépita dos latinos pela infiltração do sangue germânico foi a garantia da preponderância da raça branca, no mundo. O valor do inglês do século passado é em parte devido à diferenciação étnica das ilhas Britânicas – misturas de sangue latino, gaulês e alemão. O brilho incomparável da civilização norte-americana constitui outro exemplo típico. Os iberos dos descobrimentos famosos eram mestiços ário-semitas. Os romanos que dominaram o mundo antigo eram produto do cruzamento de raças diferentes.

Não somos dos que crêem que fator racial baste, por melhor que se apresente, para determinar grandes surtos civilizadores. Só por si nada vale sem o concurso de uma ambiência física propícia e de outras condições de caráter social.

Julgamos que, ao contrário do célebre conceito do conde de Gobineau e do etnológico-socialista Lapouge, a mistura de raças representa, geralmente, forte estímulo de progresso e psíquico. Pensamos mesmo que vale mais, neste sentido, cruzar do que selecionar em excesso, dentro do mesmo grupo. Jacobi parece ter demonstrado serem a decadência e a degenerescência os mais salientes resultados de uma seleção rigorosa, no seio das famílias e mesmo dos povos. Conhecido sociólogo afirma que há necessidade de vivificar um povo pela mistura com outros povos, embora mais jovens e menos civilizados, pois que a raça que se basta não somente se esgota: física como psiquicamente.

Poder-se-ia colecionar inúmeros fatos comprobatórios das qualidades orgânicas e

morais dos mestiços e verificar que, de ordinário, eles são superiores, no mínimo, a um dos tipos geradores. Sempre, um pelo menos destes está perfeitamente aclimado, quando não é autóctone; o mestiço correspondente oferece as melhores probabilidades de superioridade orgânica quanto aos seus genitores e, intelectuais, na pior hipótese, sobre um deles. Aliás, nada mais intuitivo.

Quanto à fecundidade, não há objeção possível diante das provas recolhidas em todas as partes do mundo.

A. de Quatrefages cita exemplo extraordinariamente expressivo: "Em 1789, depois de uma revolta, marinheiros ingleses em número de 9 se estabeleceram na ilha Pitcairn, no Pacífico, com 6 taitianos e 15 taitianas. A tirania dos brancos gerou um estado de lutas, de modo que, em 1793, só restavam 4 brancos e 10 mulheres indígenas. Em 1825, o capitão Reecey achou em Pitcairn 66 indivíduos; em 1830 havia 87 e em 1856 já a população atingia a 193 pessoas. Portanto, malgrado as deploráveis condições iniciais, os mestiços tinham quase duplicado em 25 anos e quase triplicado em 33 anos." (Atendendo às circunstâncias que levaram a redução dos 30 primitivos indivíduos para metade, verificada depois, em 1793, temos que, desse ano para o de 1825, a população se elevou de 15 para 66 almas; portanto, quadruplicou em 32 anos. Em 63 anos, de 1793 a 1856, a população da ilha passou de 15 a 193 indivíduos; portanto, tornou-se 12 vezes maior.)

"Ora, na Inglaterra, observa aquela conspicua autoridade, país da Europa o mais favorecido sob este aspecto, a população só dobra em 49 anos.

"Por conseqüência, os mestiços de polinésios e ingleses pulularam em Pitcairn cerca de duas vezes mais do que, os anglo-saxões puros, no seu meio nativo." Não esqueçamos de que nesse cruzamento, a disparidade étnica é das mais aberrantes de que há exemplo.

Este fato eloqüentíssimo não é isolado, não constitui exceção. É observado em toda a costa da América do Sul, segundo o valioso testemunho de Martin de Mussy, bem como na África e na Ásia.

Quanto ao *facies* moral, pondera Dixon que o máximo estímulo cultural provém do encontro e mistura dos povos nórdicos da Europa com os povos alpinos. Classen julga que os promovedores da cultura e portadores da história universal não se encontram nas raças puras. Eugene Pittard, conhecido professor de antropologia, tem que a mistura das raças se mostra o fator de desenvolvimento e de enriquecimento, de sorte que os grupos insulados, como as famílias segregadas na sua grandeza se empobrecem e degeneram.

A biologia mostra que o progresso orgânico é condicionado pela reprodução sexuada, isto é, pelo cruzamento de elementos diversos. Em zootécnica, chegou-se à conclusão de que a seleção continuada, dentro do mesmo sangue, leva à degradação orgânica e tende para a esterilidade.

No Brasil colonial, a partir do II Centenário recrudescem o cruzamento do branco com o índio e o negro e destes dois elementos entre si, pelo desenvolvimento e multiplicação dos centros agrícolas e fazendas de criar.³

A extrema pureza de uma raça é o vértice da curva que assinala o termo da sua existência. No reino animal como no vegetal o fato está sobejamente verificado. Agora mesmo, o Sr. Parachimonas vem de confirmá-lo mais uma vez, a propósito dos estudos feitos sobre o algodão Sakellarides, no Egito.

Não é a condição de mestiço que determina o progresso social, mas a resultante de todas as ações adaptativas de um povo mestiçado a um meio dado, estimulante pelas suas características físicas.

- (3) O cruzamento do branco com o índio revelou-se muito eugenésico, principalmente no Nordeste do Brasil, onde a população colonial, apesar das secas calamitosas, cresceu numa admirável proporção. Sabe-se como eram freqüentes naqueles tempos os casais que tinham de dez a mais filhos. Isto, entretanto, não era apanágio dos casamentos dos nossos velhos avós. A mestiçagem em todos os tempos e ainda, atualmente, continua fecundíssima, pois que abundam os casais com mais de uma dúzia de filhos e até os de mais de duas dezenas se apontam sem dificuldade. Pessoalmente conhecemos alguns.

No período que vai de 1872 a 1920, ou em 48 anos, malgrado as numerosas causas que convergiram para obstar a rápida ascensão do índice demográfico, a população cearense cresceu de 45,3%. Porém, o que nos interessa particularmente é que esse aumento se deve exclusivamente à proliferação dos mestiços, que toda a população do Ceará o é, porquanto o recenseamento de 1920 somente registrou no Estado 901 estrangeiros. O recenseamento anterior, de 1890, consignou a existência de cifra ainda menor.

Os dados deste censo revelam existirem naquele tempo 29,72% de mestiços, número evidentemente muito inferior ao real porque entre os 44,51% de brancos, 8,65% de pretos, 17,12% de caboclos, mais de metade do total, certamente, eram mestiços disfarçados. Qualquer mulato, então, de cor mais clara se dizia branco e os funcionários do censo classificavam de negro a todos os mestiços de cútis escura carregada, como é a maioria do produto do índio com o mulato ou o negro. Não é crível também que tivéssemos tão elevada proporção de índios (caboclos); o número consignado só se explica pelo *facies* americanóide dos mestiços com predominância de sangue indígena. Conhecemos bem a população cearense para crermos que a percentagem atual de mestiços ascende a cerca de 80% do total de habitantes.

No período, acima referido, de 48 anos, ocorreram 5 tremendas secas: as de 1877-78, de 1888, de 1900, de 1915 e finalmente a de 1919.

Nunca em tão pequeno espaço de tempo tivemos maior número de calamidades climáticas. A primeira dessas secas veio acompanhada da mais mortífera epidemia de varíola de que há notícia no país. Dias houve em que, somente na capital, que tinha menos de 100.000 habitantes, pereciam mais de mil pessoas. A população foi reduzida em todo o Nordeste do Brasil de cerca de 300.000 almas, entre mortos e emigrados. A seca de 1900 custou, somente ao Ceará, aproximadamente 40.000 pessoas; a de 1915, quase 100.000 e, finalmente, a de 1919 perto de 15.000, contando mortos e emigrados.

O crescimento médio, anual, da população dos estados do Nordeste e a sua densidade demográfica, por ocasião do último censo (1920) eram de:

Ceará	0,0227 e 10,7
Rio Grande do Norte	0,0348 e 13,6
Paraíba	0,0348 e 22,9
Média	0,0307 e 15,7

Comparando esses resultados com os análogos dos três estados do extremo Sul, onde não há secas devastadoras de gente e a imigração estrangeira de há muitos anos vem concorrendo para o povoamento, chegamos a conclusões curiosas:

Paraná	0,0384 e 4,7
Rio Grande do Sul	0,0332 e 10,0
Média	0,0365 e 8,1

Importa não esquecer que nesses estados há importantes núcleos de população de raça considerada pura. Também cumpre notar que naqueles estados batidos pelo flagelo das secas e despovoados pela constante emigração dos seus filhos para os estados do extremo Norte, para Mato Grosso, Goiás e São Paulo, a população aumenta pelo simples efeito do cruzamento de euro-arianos, aí chegados nos tempos coloniais, com os indígenas, sobretudo. Parece não ser destituído de interesse comparar ainda o crescimento das nossas populações mestiças com o dos povos tidos como das mais puras raças européias. Hickmann, no quadro do movimento das populações européias, consigna os seguintes coeficientes: nascimento por mil habitantes:

Nos Países Baixos (1921) .	27,5
Na Noruega (1920)	26,8
Na Dinamarca (1920)	25,7
Na Alemanha (1921)	26,1
Na Suécia (1920)	23,6
Na Grã-Bretanha (1921) ...	22,4
No Ceará (1920)	25,4

Conquanto em 1919 tivéssemos atravessado uma das mais intensas secas, em 1920, conforme mostra o quadro acima, competimos com a culta Dinamarca, sobrepujamos a Suécia e a Inglaterra e muito de perto seguimos a Noruega, a Ale-

Nessas organizações rurais, o contato dos três elementos se faz mais intimamente do que em qualquer outra parte, mais sossegado e duradouro; tem grande eficiência.

A condição servil do africano resulta num elevado teor da mortalidade que o vigor de procriar não compensa. A importação de negros, porém, conserva esse tipo numa proporção digna de nota.

O índio era o indispensável elemento de guerra e a sua contribuição étnica varia com as localizações dos centros rurais.

Os portugueses, cujo afluxo se fazia constante, são os padreadores por excelência; enxertam profusamente negros, índias e mulatas.

Durante o período colonial, a massa de mestiços de todos os aspectos crescia sempre, com manifesta tendência para apurar o elemento branco, considerado mais nobre.

Agindo sobre a constituição maleável ou lábil dos mestiços, os fatores modeladores do meio lhes imprimiam cedo orientação definida, conformando desde logo o tipo étnico nacional, nos traços gerais, quer somáticos quer morais. Mais tarde, os ádvenas eram absorvidos pela grande massa, e progressivamente seu valor racial foi decaindo e sua influência moral desaparecendo.

A maioria da população brasileira, ao tempo em que se formava a nacionalidade, era de gente bem adaptada ao ambiente físico e às condições morais e intelectuais da colônia; portanto, não é lícito dizer que essa era uma população melancólica.⁴

manha e a Holanda, nações que se orgulham da pureza de raça.

Documento oficial (mensagem presidencial do Ceará, 1929) consigna 44 nascimentos por mil habitantes, sem, entretanto, registrar o ano correspondente. Ficariamos neste caso, acima da Romênia (42 por mil) e da Bulgária (40 por mil).

Em harmonia com os fatos que detalhamos, concluímos contrariamente ao que se consigna no *Retrato do Brasil* (página 191).

- (4) A rapidez com que cresce a população de mestiços brasileiros, cuja fecundidade vimos rivalizar com as maiores dos povos civilizados, cultos, higienizados e eugenésicos, constitui índice excelente para mostrar a boa adaptação orgânica ao meio.

Entretanto, durante a colonização, o elemento ariano, na Ibéria, atingia uma fase crítica de esterilidade. A oligantropia peninsular era a conseqüência da atividade de vários fatores que convergiam desastrosamente sobre as populações que se

A tristeza brasileira nunca foi, nem é um fato generalizado. Sua localização tem variado no tempo e sua extensão se tem modificado.

Nos primeiros séculos devia concentrar-se nas cidades mais ou menos cosmopolitas da costa (como podiam ser as de então, numa colônia fechada ao comércio mundial), mas onde abundavam elementos mal aclimados, não adaptados ou imperfeitamente adaptados, de origens diversas, desde o português e o espanhol recém-chegados da Península, de África ou da Índia, nostálgicos e mal nutridos, os marítimos, os negros transbordados das terras nativas, como mercadoria ínfima, aos indígenas pessimamente ajeitados a usos e costumes completamente estranhos, aos padres e frades recolhidos aos conventos e aos mestiços escravos ou doentes pelas condições precaríssimas da higiene urbana de então.

As festas religiosas ou profanas e certa ostentação de riqueza não disfarçavam o aspecto sorumbático dos habitantes.

Mas, a população dessas cidades era insignificante em face da que laborava a gleba e campeava nos sertões, constituída de elementos fixos ou semifixos, porém realmente adaptados; gente sadia, trabalhadora, dinâmica, que levava vida mais ou menos confortável, segundo as exigências que podiam ter, que gozava de relativa liberdade e podia agir com desenvoltura, mover-se, divertir-se e procriar em excelentes condições. Esse povo não podia ser triste. O viajante Koster, perspicaz observador, o confirma.

O desdobrar-se rápido da população, o aproveitamento mais intensivo das boas terras agricultáveis, a vida nos brejos, nas margens das lagoas, dos rios paludosos, e desoladora falta de instrução e sobretudo de educação adequadas à atividade do brasileiro, produtor direto da riqueza, eis a razão precípua da tristeza acabrunhadora de certas regiões do Brasil. A falta de higiene gera horríveis entidades mórbidas e a ignorância inutiliza as armas de resistência contra elas.

Não pode ser alegre o infeliz agricultor corroído de vermes nem o seringueiro que as maleitas consomem; os míseros boubáticos,

tinham empenhado doidamente em empresas que excediam as suas forças físicas e a sua capacidade moral.

tracomatosos e morféticos que arrastam, cada dia mais numerosos, pelos campos ubérrimos, o desgraçado corpo em via de decomposição, nem o sífilítico que a morte espreita em todos os cantos deste colossal país.⁵

Toda uma flora e uma fauna hostis ao homem desprevenido, ignorante e indefeso minam a saúde e matam prematuramente o brasileiro, depois de o terem inutilizado por longo tempo. Esta é a causa insofismável que reduz em proporções assombrosas a eficiência do trabalho nacional.

Não raro se atribuem a essa situação deplorável, que nas últimas décadas tem feito do Brasil um vastíssimo hospital, a fraqueza física, a constituição orgânica defeituosa, incapacidade de defesa contra as moléstias, etc., as conseqüências da nossa mestiçagem.⁶ Isto não pode ser verdadeiro, porquanto os estrangeiros puros são vítimas indefesas dessas mesmas moléstias. A ilusão provém de que em algumas colônias de estrangeiros, de alemães sobretudo, há higiene preservativa da saúde dos seus habitantes. O estrangeiro de ordinário recebe melhor educação e mais instrução; ao emigrar, dão-lhe informações completas da terra para onde se destina e dos meios práticos de combater as moléstias comuns a tais lugares; aqui chegando fica sob a vigilância dos representantes diplomáticos dos seus países; quando engajado no trabalho rural ou das indústrias, tem médico pronto para atalhar de começo qualquer doença, para prevenir qualquer contaminação possível.⁷

Ora, o trabalhador rural brasileiro não tem nada disto. Nos raríssimos casos em que goza de assistência médica, pouco proveito lo-

(5) "Num meio às vezes rico vegeta o sertanejo na miséria, idiotado pela moléstia de Chagas ou caquetizado pela malária ou pela ancilostomíase, inteiramente abandonado à sua trágica sorte." (Belisário Pena)

Em o começo do século passado, o consciencioso Sr. Barão Eschwege, em Minas Gerais, achou que a mortalidade dos brancos era de 2,83% e a dos mulatos livres 2,75%; portanto, os mestiços eram mais resistentes do que os brancos, presumidamente puros.

(6) Distinto campeão da eugenia no Brasil, escreveu: "O cruzamento do brasileiro com o alemão dá belos tipos na primeira geração e, se cuidados especiais não são tomados, a descendência enfraquece gradativamente... – o autor desta opinião tinha feito observação em uma colônia onde os tais "descendentes degenerados" eram apenas descendentes doentes, infetados de ancilostomíase. (Roquete Pinto).

(7) "O teutão, localizado no Brasil, prospera ou declina em função do meio físico ou da vida social nas mesmas condições que o branco de origem européia meridional, o preto e o índio."

gra, porque lhe faltam saber e educação elementar para do benefício tirar resultado compensador.

A preguiça desoladora, a falta de iniciativa, a displicência, o desinteresse pela coisa pública e pelos próprios negócios, pela saúde e pela educação da prole e muita vez uma completa abulia são conseqüências fatais deste terrível estado de morbidez que atualmente abate o país até os subúrbios das suas grandes cidades.⁸

(8) A tristeza do Brasil não é fato generalizado, recrudescer ou declinar, anular-se, dentro de certas zonas, em função do meio e da vida social. Há regiões de habitantes mais melancólicos do que outros, como há lugares de gente alegre, mesmo fora do âmbito ruidoso das cidades saneadas.

Apesar de ser corrente que o nordestino é macambúzio, temo-lo antes como alegre e assim nos autoriza julgá-lo o contato que com ele temos tido de cerca de 30 anos ininterruptamente.

É certo que os filhos da terra das secas oferecem duras fisionomias em concordância com o estado freqüente de perturbações clínicas característico desta parte do Brasil.

Durante as calamidades, máxime quando estas tomam proporções assustadoras e a fome abate o ânimo forte das populações campestres, o povo mostra um fácies geral de melancolia, perceptível à primeira vista. Fora disto, noutra qualquer situação, mesmo das mais difíceis e revoltas, é o nordestino gente alegre, brincalhona, curiosa, atilada e dinâmica.

Sendo proverbial a salubridade dos sertões, poucos são os enfermos.

Durante a estação pluviosa, na lida das boiadas náticas ou no amanhã rudo das plantações, os bandos alegres cantam ou conversam animada e continuamente, dando expansão ao espírito, agora livre de preocupações sérias.

Quando vem a colheita, começam os sambas animados, as danças e as festas. Mas, mesmo nos anos normais, quando tudo corre bem, percebem-se duas fases distintas: uma de intensa e ruidosa alegria, comunicativa e boa; outra que poderíamos dizer de melancolia, embora o termo não exprima fielmente o estado de alma que se define quando, no fim do verão, os depósitos de víveres escasseiam, a temperatura do ar se eleva acima de 30^o centígrados, a secura do ambiente torna-se excessiva e angustiosa e cai abaixo de 52 a umidade relativa e ainda não há certeza das circunstâncias clínicas da próxima estação.

Mas, essa depressão moral, como por encanto, desaparece às primeiras manifestações pluviais do período úmido que já se anunciara com o fuzilar longínquo dos relâmpagos no Piauí. Então uma alegria incontida se propaga rapidamente pelos vales e pelas serras, dominando a população em peso que parece tomada de verdadeira euforia. Esse estado, que se pode dizer agudo, passa com a nova

lida diuturna que começa rija e animada mal as primeiras chavas molham o solo ressequido. Porém, do semblante do sertanejo, como de todas as suas manifestações, irradia um ar de alegria e de satisfação que observamos com prazer.

No interior do Brasil Central, percebe-se que os habitantes das serras frias, das montanhas sombrias, dos sítios segregados e menos comunicativos, menos expansivos e menos alegres do que os que vivem nas planícies, nas várzeas dos rios, nos planaltos lavados abundantemente pela luz solar.

Poder-se-ia supor que a dificuldade de comunicação, o hábito inveterado de abraçar-se dos ventos frios e incômodos, a penumbra da mata possam influir depressivamente na alma dos montanhesees, contrariando numa certa medida a natural tendência à socialidade, motivo eficiente de prazer.

Os que vivem no descampado e das baixas eminências dominam largos horizontes, recebendo luz abundante e duradoura, os habitantes das campinas ou das amplas clareiras, várzeas e coroas que margeiam os rios são estimulados a uma socialidade maior que, além do mais, o meio torna cômoda, facilitando as comunicações, o intercâmbio de mercadorias e de idéias, as reuniões e as festas, ordinariamente mais freqüentes. Talvez por isso tenham os campesinos fisionomia mais aberta e modos mais desembaraçados; evidentemente são mais alegres do que aqueles.

Estas observações se fazem facilmente em Minas Gerais, porém mesmo no Nordeste podem ser verificadas, embora o contraste aqui se desbaste numa proporção que deve ser a mesma entre o meio serrano e o meio sertanejo. A atenuação desse contraste explica decerto porque, nesta região, as relações entre os habitantes das serras e os dos sertões são muito mais freqüentes e as interpenetrações se fazem em maior escala, tornando o estudo comparativo mais delicado.

Quanto vimos dizendo sobre a melancolia e a alegria dos habitantes das alturas sombrias e a dos planaltos e descampados só se aplica nos casos de regiões salubres, isentas das endemias que flagelam certas zonas. Nesse caso não há que distinguir; uma real profunda tristeza nivela serranos e sertanejos doentes desoladoramente. Nas circunstâncias normais, aquela melancolia dos filhos das alturas é toda relativa e nada tem de mórbida. Em se apresentando oportunidades fáceis, vemo-los alegres, divertirem-se animadamente, donde termos como não constitucional esse estado de alma, mas como efeito apenas de ocasional circunstância de meio.

Concluindo, julgamos que no Brasil só há tristeza sob o império despótico da fome e das moléstias.

Nos lugares naturalmente sadios, nas cidades higienizadas não se conhece nenhum abatimento coletivo do espírito; a alegria torna-se geral e irradia de todas as manifestações sociais.

Para mostrar que tão degradante quadro fisionômico do Brasil provém da falta de higiene rural, basta observar que nos tempos coloniais a tristeza era apanágio das cidades costeiras. As descrições do Rio, da Bahia, do Recife, que o *Retrato do Brasil* estampa, segundo o testemunho dos viajantes que as visitaram no começo do século passado, têm bastante eloquência e dão suficiente idéia do que era a higiene urbana naquele tempo.

O estado sanitário pode-se aferir pelo da Capital Federal antes da extinção da febre amarela, fato recentíssimo.

Hoje, as cidades gozam de relativa higiene, e tanto bastou para que tomassem logo aspecto diferente, festivo e alegre, movimentado e de conforto. Uma atividade nunca vista anima a população ávida de trabalho e movimento, sequiosa de luz e divertimentos. Os viajantes estrangeiros que, agora, as visitam lhes tecem rasgados elogios.

Contraste desolante com o esplendor das cidades litorâneas formam os campos e os sertões descuidados, os estabelecimentos rurais, as fazendas de criar em geral abandonadas à lei da natureza, em razões infestadas; as suas populações anêmicas, mal nutridas, desalentadas, mal-trapilhas, mal-abrigadas, viciadas, não parecem formadas do mesmo estalão das que vivem nos grandes centros urbanos.

Aqui, com a luz e a saúde retornou a alegria que desertou da gleba. Lá, com as moléstias chegou a melancolia que não encontra abrigo seguro onde há higiene.

O brasileiro é um genuíno produto do cruzamento das raças distanciadas e fortes, mas cuja missão resultou eugenésica. Tanto nos basta para termos uma grande fé no futuro da nacionalidade, cuja atividade política e econômica se desenvolve nas terras ferazes do Brasil.

(*Retrato do Brasil, Pequenos Retoques*, Fortaleza, Ceará, 1930, págs. 89-104).

Parece-nos ainda conveniente uma última observação. Na análise destas organizações da afetividade coletiva; importa estar prevenido sobre o aspecto multi-forme delas. Nas sociedades, como entre os indivíduos, as manifestações de alegria ou de melancolia são diferentes, poliformes; variam com certas circunstâncias ainda não bem determinadas, ligadas provavelmente às condições étnicas e de ambiência físico-social.

PAULO DA SILVA PRADO (1869-1943). Nasceu em São Paulo, onde estudou, vindo a publicar, em 1925, Paulística, obra que lhe confirmou o mérito de ensaísta e investigador da nossa história social. Defendeu, na primeira linha, o movimento modernista. Sobre o pessimismo sociológico que se insinua em seus trabalhos, Tristão de Ataíde, Agripino Grieco e Humberto de Campos teceram apreciações discordantes.

Obras: Paulística, Monteiro Lobato, S. Paulo, 1925; 2ª edição, aumentada, Rio, 1934; Retrato do Brasil, S. Paulo, 1928; 5ª edição, São Paulo, 1944.

.....

Vida familiar e cidadina

Desde os tempos primeiros, observa Capistrano, a família brasileira teve como sustentáculo uma tripeça imutável: pai soturno, mulher submissa, filhos aterrados. Nesse ambiente se desenvolvia a tristeza do mameluco, do mazombo, do reinol, abafado na atmosfera pesada da colônia. O português transplantado só pensava na pátria de além-mar: o Brasil era um degredo ou um purgatório. Frei Vicente do Salvador, nos primeiros anos seiscentistas, queixava-se de que os povoadores "não só os que de lá vieram, mas ainda os que cá nasceram usam da terra não como senhores mas como usufrutuários, só para a desfrutarem e a deixarem destruída". Com essa mentalidade, o povoamento se fazia de ádvenas de passagem, que se consideravam vítimas da sorte ou do exílio, irritados ou estupificados, vivendo uma vida vazia e monótona. O mestiço, já acostumado à contingência do sertão, do perigo, do clima, limitava o esforço à ganância de enriquecimento fácil, ou à poligamia desenfreada, sem nenhuma outra simpatia humana mais elevada. Nada tão seco e árido como um documento dessas épocas. Em nenhum se encontra o informe, ou o desabafo, que abre uma clareira para a visão do ente de carne e osso que nascia, lutava e morria no solo indiferente. Dois grandes fenômenos, apenas, em séculos pare-

cem indicar o alvorecer de algum sentimento nacional: a luta contra o invasor holandês e a expansão geográfica do movimento de gado e das bandeiras. No primeiro, considerações materiais sobrepujavam os vislumbres de revolta nativista, desde a intervenção dos judeus e cristãos-novos na origem da luta até os planos encobertos de João Fernandes Vieira. No fenômeno do bandeirismo tudo nos demonstra que a preocupação única do sertanista era a aquisição de riqueza, o desenvolvimento de seu negócio em escravos enquanto não aflorava o metal, e quando este surgiu, com ele feneceram as bandeiras. Não se lhe encontra o mínimo apego à pobre piratingana donde partia. Uns voltavam pela atração instintiva do ninho, mais tarde outros se afazendavam em terras longínquas, nos latifúndios pastoris do sertão, ou junto às minas que os tinham atraído e fixado. Do amor ao torrão natal, nem uma única palavra, nem um só gesto. No século da independência norte-americana, e antes da sua proclamação, ainda não havia o americano, mas havia os virginianos, os *rhode islanders*, os carolinianos, pertencentes às respectivas províncias. Washington quando se referia à Virgínia dizia sempre: "a minha pátria". Nunca se soube que Fernão Dias Pais dissesse da Capitania de São Vicente: "a minha terra". Era um simples súdito do rei de Portugal, sem nome que o classificasse geograficamente. Nem mesmo o brasileiro existia nesse período inicial. Vinha-lhe o nome da labuta do pau-brasil, como é carvoeiro o lenhador que produz carvão de madeira.

Ao findar o século XVIII e nos primeiros anos do século seguinte, já tínhamos chegado a um dos pontos culminantes do nosso desenvolvimento histórico. O país ia separar-se da mãe-pátria. Ainda não se formara a nação; apenas a sociedade, como simples aglomeração de moléculas humanas. Começava, no entanto, a se afirmar a consciência geográfica, que fixava e delimitava o território. Examinemos as condições em que se ia constituir o laço social determinando o crescimento, os movimentos e o agrupamento das populações.

Por essa época, nos centros marítimos, de Pernambuco para o norte, diversos tipos étnicos contribuía para a formação contínua do brasileiro que iria surgir, já em 1817, nas lutas da emancipação política. Havia os europeus, os brancos já nascidos no Brasil, os mulatos de todas as nuances, os mamelucos cruzados do branco e do índio em todas as

suas variedades, os índios domesticados que eram os caboclos do Norte, os índios ainda selvagens que eram os tapuias, crioulos da colônia, os africanos forros ou escravos, e finalmente, os mestiços, classe inumerável dos que mediavam entre os índios e os negros. No amálgama de todas essas cores e caracteres se instituía na evolução da raça o reino da mestiçagem.

Os brancos nascidos no Brasil vinham das velhas famílias da aristocracia rural; diziam-se alguns descendentes dos primitivos donatários, tinham grande orgulho nessas ascendências e pregavam com algum ridículo a própria importância. Eram os proprietários dos grandes engenhos onde a vida lhes corria quieta e indolente. Fato comum era a bastardia que a escravidão desenvolvia; para corrigi-lo, funcionava freqüentemente a roda dos enjeitados que inspiravam à população um carinho quase supersticioso.

O mulato desprezava o mameluco; pretendia pertencer à classe dos brancos e vangloriava-se em não ter parentes índios. Sentia a sua inferioridade em relação ao branco, desde que este lhe era superior em riqueza; chegava a se humilhar diante de outros mulatos mais ricos ou de melhor condição social. Podia entrar para as ordens sacras e ser magistrado: bastava-lhe um atestado de sangue limpo, mesmo que a aparência desmentisse o certificado. Koster – de quem extraímos estes dados – narra o caso de um preto a quem perguntou se certo capitão-mor era mulato.¹ "Era, porém já não é", foi a resposta, acrescentando a filosofia do negro velho: "Pois um capitão-mor pode ser mulato?" Os regimentos de milicianos chamados regimentos de mulatos tinham oficiais e praças de todos os matizes, recusando-se porém o alimento aos brancos. O coronel de um desses regimentos do Recife foi a Lisboa e de lá voltou com a ordem de Cristo. Não eram raros os casamentos entre brancos e mulatos, sobretudo entre europeus e mulheres de cor que possuísem algum dote. Brasileiros, ricos ou de alto nascimento, repeliam em regra essas alianças, desde que o sangue mestiço fosse muito visível, acrescenta Koster, com malícia. Mamelucos, havia mais no sertão pernambucano. Eram mais belos do que os mulatos, sobretudo as mul-

(1) Henry Koster. *Travels in Brasil*, 1816.

heres. Na independência do caráter, na repugnância pela adulação ao branco, mostravam a nobreza da ascendência livre dos dois lados. O índio domesticado era, em geral, com as suas virtudes conhecidas, o sertanejo, corajoso, sincero, generoso, hospitaleiro – o tipo clássico da caatinga do Nordeste. O índio selvagem aparecia longe do litoral, nas proximidades do Maranhão. O resto, era o negro africano ou crioulo. Proliferando em todas as variedades do cruzamento, só o negro puro, forro, tinha o orgulho humilde da sua raça: "negro, sim, porém direito", diziam. Os crioulos possuíam os seus regimentos exclusivos em que oficiais e soldados eram todos pretos. Eram os Henriques, conservando no nome a tradição de Henrique Dias, dos tempos da invasão flamenga. O negro cativo era a base de nosso sistema econômico, agrícola e industrial e como que em represália aos horrores da escravidão, perturbou e envenenou a formação da nacionalidade, não tanto pela mescla de seu sangue como pelo relaxamento dos costumes e pela dissolução do caráter social, de conseqüências ainda incalculáveis.

De todos centros marítimos da colônia foi, porém, Recife o menos influenciado pelo mestiço. Além das tradições do seu núcleo aristocrático, uma numerosa colônia européia, em que sobressaíam os ingleses, conservava-lhe o aspecto metropolitano, lembrando outras épocas de riqueza e civilização. Ao se aproximar o viajante das terras baixas e dos coqueiros do Recife e das colinas de Olinda, a paisagem produzia-lhe uma agradável impressão, com a casaria branca das chácaras em meio dos laranjais verde-escuro. Só ao desembarcar, no calor do meio-dia, tinha a surpresa das ruas cheias de negros, dando à cidade uma aparência sombria e tristonha. Frequentemente, animava-as a chegada dos navios negreiros da costa de África, exibindo em plena rua o espetáculo asqueroso da venda de escravos. Homens e mulheres, em completa promiscuidade, seminus, se estendiam pelas calçadas ou se acocoravam no chão, indiferentes, mastigando pedaços de cana.² De longe se sentia o cheiro acre dessa multidão africana, em geral coberta de pústulas repugnantes. Só ao cair da tarde apareciam nas ruas, a passeio, as famílias. Santo Antônio do Recife, a cidade central, tinha ruas largas e

(2) L. F. Tollenare. "Notas Dominicais".

casas grandes, com lojas no rés-do-chão. Pelas janelas das casas baixas surpreendia-se a intimidade da vida caseira, com mulheres quase nuas, deitadas pelas esteiras das salas e alcovas.

Koster impressionou-se pela opulência e importância da cidade. Pernambuco exportava sobretudo algodão para a Inglaterra e açúcar para Portugal. Atribuiu o seu progresso e bem-estar ao governo do Capitão-General Caetano Pinto de Miranda Montenegro, que julgava administrador prudente e firme. Numa festa elegante a que assistiu o viajante inglês, no arrabalde do Poço da Panela, em meio das danças e alegria das moças apareceu o capitão-mor, amável, prazenteiro. A sua presença, porém, fez calar as risadas, e o baile continuou solene, num murmúrio de respeito. A Koster escaparam, no entanto, os sintomas de efervescência naturista, que vieram explodir mais tarde na revolução de 1817. O governo de Caetano Pinto terminou aí vergonhosamente pela fuga do capitão-general.

Ao sul, outros centros sociais eram, pela assistência das altas autoridades administrativas, a Bahia e o Rio. Mais do que no Norte, nelas dominava o mal da escravidão.

Na primeira, numa população de 80.000 almas, só uma terça parte era de brancos e índios; o resto compunha-se de negros e mulatos. A cidade, sob o sol radioso dos trópicos, era um horrível monturo que devia empestar até o mar alto, como a Lisboa de Byron. Pela escarpa abrupta coleavam 38 ladeiras, ruas e vielas, estreitíssimas, por onde dificilmente passava uma sege. Casas agaioladas de quatro e cinco andares, em geral do século XVII, forradas de urupema, ensobravam e abafavam as ruas com os longos beirais e as saliências das rótulas, uma delas se chamava Rua Direita da Preguiça, como um epigrama. Nos três mercados da cidade, as negras vendiam peixe, carne moqueada, baleia no tempo da pesca, e uma infindável coleção de carurus, vatapás, mingaus, pamonhas, acaçás, acarajés, abacás, arroz-de-coco, feijão-de-coco e as infinitas qualidades de quitutes baianos, alguns dos quais, dizia o cronista, "ótimos pelo asseio para tomar para vomitórios". Junto aos mercados, em casinhas pequeníssimas e sombrias, moravam as quitadeiras. Nas noites de calor úmido, dos pantanais que de um lado cercavam a cidade, subia um formidável coaxar de enormes batráquios erguendo um alarido de cães de fila. Nas fontes de água impura havia diariamente brigas de

negros que aí liquidavam à ponta de faca rusgas por causa da apanha do líquido ou questões de interesse e amor com a polícia e com os galés que concorriam aos chafarizes.

A vida dissoluta do africano e do mestiço invadia a melhor sociedade. Tudo se fazia nesse abandono desleixado e corrompido que é a praga da escravidão. O traje ordinário das mulheres, no interior das casas, era uma simples saia por cima de uma camisa, em geral da mais transparente musselina, muito ornamentada e bordada. Muito larga no pescoço, ao menor movimento caía de um dos ombros, ou mesmo dos dois, descobrindo sem pudor os seios.³

Nas grandes famílias patricias um dos luxos consistia no séquito de pretas e mulatas que cercavam as senhoras brancas quando saíam para as procissões. Quinze ou vinte escravas acompanhavam as sinhás-moças, vestidas de ricas saias de cetim, camisas de cambraia ou cassa finíssima, cobertas de jóias de ouro, cordões, pulseiras, colares, braceletes e balangandãs. O bando percorria, então, o labirinto de becos, travessas e ruelas, requebrado e guizalhante como um cordão carnavalesco.

O mal, porém, roía mais fundo. Os escravos eram terríveis elementos de corrupção no seio das famílias. As negras e mulatas viviam na prática de todos os vícios. Desde criança⁴ – diz Vilhena – começavam a corromper os senhores moços e meninas dando-lhes as primeiras lições de libertinagem. Os mulatinhos e crias eram perniciosísimos. Transformavam as casas, segundo a expressão consagrada e justa, em verdadeiros antros de depravação. Muitos senhores, por mero desleixo, conservavam nas moradias da cidade dezenas e dezenas de mulatos e negros, em completa ociosidade, pelo simples fato de aí terem nascido. Da promiscuidade surgia toda a sorte de abusos e crimes. Senhores amasiavam-se com escravas, desprezando as esposas legítimas, e em proveito da descendência bastarda; outros não casavam, agarrados ao vício de alguma harpia que os seqüestrava, ciumenta e degradante, por uma vida toda; eclesiásticos constituíam famílias com negras e mu-

(3) Thomas Lindley. *Voyage ou Brésil*, trad. francesa, Paris, 1806.

(4) Luís dos Santos Vilhena. *Cartas de Vilhena: Notícias Metropolitanas e Brasileiras*, 1802.

latas, com inúmeros filhos a quem deixavam em herança as mais belas propriedades da terra. Os escravos velhos e doentes porém, jogavam-nos à rua, para mendigarem o sustento. A escravidão, enfim, com todos os seus horrores.

O Rio por essa época pouco se diferenciava da Bahia. Um testemunho inteligente (de 1808) nos dá o quadro vivo da cidade e do ambiente social, à chegada do Príncipe Regente⁵. A presença da Corte, antiquada, pobre, desmazelada, imprimia aos diferentes aspectos da vida fluminense o tom caricatural, que por tão longos anos caracterizou o cerimonial monárquico no Brasil.

A primeira impressão que teve Luccock foi de que o Rio era, "uma das mais imundas associações de homens debaixo dos céus". Rango, viajante alemão que aqui esteve em 1819, notou logo ao desembarcar o cheiro penetrante, adocicado, que exalavam as ruas cheias de negros carregando fardos, no calor intenso.

A cidade limitava-se à área baixa e pantanosa que encravavam os morros do Castelo, Santo Antônio e São Bento, seguindo-se pela rua dos Barbonos, Guarda Velha, São Joaquim e Valongo. Além, e imediatamente, começava a mata. Da Glória a Botafogo ia-se por um trilho de animais, e a alta vegetação encobria no trajeto a vista do mar. No campo de São Cristovão caçava-se e era fácil perder-se o caminho. Na parte habitada, em cerca de 4.000 casas, residia uma população de cerca de 60.000 almas, ou de 43.000 refere outro viajante⁶, e deles 40.000 eram negros. Ruas estreitas e em geral em linha reta, calçada de granito, correndo pelo meio a sarjeta das águas, à noite, mal as alumiam as lamparinas dos oratórios e nichos. Nas lojas predominavam os boticários e os droguistas. Pelas ruas circulava uma pitoresca mescla de transeuntes, sobressaindo os meirinhos, curvando-se e tirando os sujeitos chapéus de bico, sebosos, de tope preto. Ao lado de um carro de bois, chiando, passava uma cadeirinha de senhora rodeada de uma multidão de mendigos andrajosos, entre os quais não era raro ver-se algum oficial de milícias, também de mão estendida. Às vezes passavam estranhas figuras de escravos de máscara de ferro, com que os puniam do vício

(5) John Luccock. *Notes on Rio de Janeiro, etc.*; 1820.

(6) Andrew Grant. *History of Brazil*, 1859.

da embriaguez. De toda essa mistura de cores, de línguas, de trajes, subia no ar vibrante de sol uma alta vozeria acompanhando as contínuas salvas dos fortes da baía ou o foguetório das festas de igreja, quase diárias. Subitamente, um reboliço: ajoelhavam-se todos. Era a carruagem real, balançando-se nas correias, puxada por duas mulas de arreios remendados, guiados por um lacaio de libré gasta e desbotada. Dentro, o sorriso boquiaberto, de adenoidiano, do Príncipe Regente. Nas horas quentes, esvaziava-se a rua: só negros passavam. Luccock tinha a impressão de estar numa cidade da África. A proporção dos brancos para a gente de cor era de 1 para 9, avaliava Rango⁷.

O aspecto da gente era desagradável. O clima quente, a falta de asseio, a carne de porco, produziam terríveis doenças de pele; nas mulheres, a reclusão nas alcovas, sem ar, empalidecia rapidamente o rosto mais encantador do mundo: aos dezoito anos atingiam a uma maturidade completa, precursora de uma excessiva corpulência com que aos trinta se transformavam em velhas enrugadas.

Na vida social notavam alguns traços peculiares que o viajante atribui à dissolução dos costumes. Poucos se preocupavam com os mais comezinhos princípios da verdade, da propriedade particular ou das virtudes domésticas. A vida de um homem pouco valia: por um patacão, um capanga se incumbia do desaparecimento de qualquer desafeto. Nem mesmo – observa o inglês – se recorria a essa sombra da virtude que é a hipocrisia. É essa, acrescenta, a impressão geral que se tem; as exceções existiam, respeitáveis, como em toda parte, mas, em geral era grande a proporção de caracteres duvidosos, com visível predisposição para o mal. Escolas públicas não haviam, nem qualquer outro estabelecimento para a instrução das crianças. Estas aprendiam a ler nas lojas dos pais, com os caixeiros que a invasão francesa fizera emigrar de Portugal. Nos colégios eclesiásticos pouco mais se ensinava aos que se dedicavam à carreira clerical. Como alimento espiritual, para toda a população, apenas dois ou três vendedores de alfarrabios possuíam algumas obras obsoletas de teologia ou medicina. Dois detalhes bem ingleses terminavam esse quadro. Não havia em toda a cidade uma só escova de

(7) L. von Rango. *Tagebuch meiner Reisen*, 1819-1820.

dentes: limpavam-nos com os dedos. E tomava-se rapé em abundância, para não sentir o cheiro da cidade.

Isolada no seu altiplano, defendida do contágio europeu pelo Caminho do Mar, a cidade de São Paulo, ainda por essa época, vegetava na indigência de lugarejo provinciano e serrano. A mineração bandeirante tira-lhe o melhor do sangue com a emigração dos elementos sadios da capitania; a estúpida administração portuguesa do século XVIII viera em seguida abafar e suprimir o que restava nas populações da antiga fortaleza e independência. Foi quando os paulistas se barbarizaram de uma vez, informava um governador. Dispersos, escondidos pelas roças, procurando a solidão no seu amuo característico, viviam de canjica, pinhão e içá torrado. "Se alguém – dizia um relatório oficial – fazendo viagem encontrava por acaso um deles, ou lhe foge ou fica tão assustado e preocupado que nem o chapéu lhe tira e se lhe diz a mínima palavra desconfia e "mata logo".

A vida acanhada, porém, não escapava à dissolução geral dos costumes, que se generalizara, por toda a colônia. Um ofício do bispo do Rio de Janeiro, de 20 de fevereiro de 1761, dirigido ao Conde de Oeiras, já levanta um pouco do véu que encobria os escândalos da Paulicéia. No colégio de São Paulo havia "mestres dissolutíssimos em concubinação com discípulos" e cita o bispo o padre Manuel dos Santos que vivia com o estudante Antônio José, depois clérigo também, e o padre Inácio Ribeiro com o músico Inacinho, e Pedro de Vasconcelos com Joaquim Veloso, etc. Por ciúmes brigaram publicamente o padre Manuel dos Santos com o franciscano Frei Manuel de São Boaventura, e o padre Pedro Barreiros com o corista Vito de Madureira. Nessas cenas disputavam-se os favores da célebre mulata Maria Putiu, amante do Padre Martins. Em Santos, em Paranaguá, fatos idênticos se repetiam. Se por essas bandas aparecesse um visitador do Santo Ofício, as "confissões de São Paulo" seriam de certo tão curiosas como as da Bahia e Pernambuco.

Três séculos tinham trazido o país a essa situação lamentável. A colônia, ao iniciar-se o século de sua Independência, era um corpo amorfo, de mera vida vegetativa, mantendo-se apenas pelos laços tênues da língua e do culto.

População sem nome, exausta pela verminose, pelo impaludismo e pela sífilis, tocando dois ou três quilômetros quadrados a cada indivíduo, sem nenhum ou pouco apego ao solo nutridor; país pobre sem o auxílio humano, ou arruinado pela exploração apressada, tumultuária e incompetente de suas riquezas minerais: cultura agrícola e pastoril limitada e atrasada, não suspeitando das formidáveis possibilidades das suas águas, das suas matas, dos seus campos e praias; povoadores mestiçados, sumindo-se o índio diante do europeu e do negro, para a tirania nos centros litorâneos do mulato e da mulata; clima amolecedor de energias, próprio para a "vida de balanço"; hipertrofia do patriotismo indolente que se contentava em admirar as belezas naturais, "as mais extraordinárias do mundo", como se fossem obras do homem; ao lado de um entusiasmo fácil, denegrimiento desanimado e estéril:

*"São desgraças do Brasil:
Um patriotismo fofo,
Leis com parolas, preguiça,
Ferrugem, formiga e mofo;"*

indigência intelectual e artística completa, em atraso secular, reflexo apagado da decadência da mãe-pátria; facilidade de decorar e loquacidade derramada, simulando cultura; vida social nula porque não havia sociedade, com as mulheres reclusas como mouras ou turcas; vida monótona e submissa, sem os encantos que a poetizam, no pavor constante dos recrutamentos forçados: esforço individual logo exausto pela ausência ou pela morte e, como observa Capistrano, manifestações coletivas sempre passageiras, certamente pela falta de cooperação tão própria do antepassado indígena; disseminadas pelos sertões, de norte a sul, virtudes ancestrais; simplicidade lenta na coragem, resignação na humildade, homens sóbrios e desinteressados, doçura das mulheres.

Martius, em 1818, registra numa página das suas viagens, a impressão que lhe produziram na Bahia as festas do Nosso Senhor do Bonfim e as procissões da capital. Era, numa mescla fantástica, a exibição de todos os estados sociais e de todas as raças. Confrarias das mais variadas cores – beneditinos, franciscanos, augustinhos, carmelitas descalços e calçados, frades mendicantes de Jerusalém, capuchinhos, freiras – rivalizando na magnificência dos vestuários, bandeiras e insígnias, tropas de linha portuguesas, de aspecto marcial, e pacatas milícias

locais; a gravidade e unção dos padres europeus, como que estáticos no esplendor da velha Igreja Romana, em meio da algazarra de negros meio pagãos e de trêfegos mulatos. Espetáculo único – exclama o grande cientista, – resumindo séculos e irrealizável mesmo em Londres ou Paris, e em que se viam, num desfile de mágica, representantes de todas as épocas, de todas as partes do mundo, de todos os sentimentos, a história inteira da evolução humana, nas suas mais altas ambições, nas suas mais acirradas, nos pontos culminantes de suas paixões e de suas resistências.

Ebulição formidável do cadinho no qual se preparava a formação de um homem novo surgindo para os triunfos de seu destino, ou para uma desilusão e um desastre na realização de sua finalidade histórica e geográfica.

(Retrato do Brasil. São Paulo: 1928. págs. 128-151.)

ALCEU AMOROSO LIMA (1893-1983). Nasceu no Rio de Janeiro, onde fez seus estudos de humanidades; bacharelou-se pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais. Sob o pseudônimo de Tristão de Ataíde, desde 1922 escreve críticas literárias, sociológicas e filosóficas. Trabalhador infatigável, é atualmente autor de extensa, variada e valiosa obra, que abrange diferentes domínios da atividade especulativa e crítica. Após a morte de Jackson de Figueiredo, assumiu a liderança da Ação Católica, desenvolvendo, desde então, nas considerações sociais e políticas, a doutrina social da Igreja.

Obras: Introdução à Economia Moderna, 2ª ed., São Paulo, 1933; Estudos, 5 séries, 1922-1923; Contra-revolução espiritual, Rio, 1932; Política, 4ª ed., Rio, 1956; Debates pedagógicos, Rio, 1931; Economia pré-política, Rio, 1932; Introdução ao Direito Moderno, Rio, 1933; O Problema da Burguesia, Rio, 1932; Preparação à Sociologia, Rio, 1931; De Pio VI a Pio IX, Rio, 1929; Idade, Sexo e Tempo, 8ª ed., Rio, 1956; No limiar da Idade Nova, Rio, 1935; Pela Reforma Social, Rio, 1933; O Existencialismo e outros Mitos do nosso tempo, 2ª ed., 1956.

.....

*Formação do Brasil:
explicações do naturalismo sociológico*

O

naturalismo sociológico, que vem de Tobias Barreto ao Sr. Azevedo Amaral, parece que vai começando realmente a encontrar diante de si um movimento sério de reação antinaturista.

É o que se depreende, entre outros prenúncios, do último livro do Sr. Batista Pereira.¹

Este pequeno volume, de pouco mais de 100 páginas, é uma síntese da História do Brasil, reintegrada nos seus verdadeiros valores, depois da onda que os vinha sistematicamente invertendo.

Antes de estudar os termos dessa síntese, entretanto, desejo externar meu espanto ao vê-la publicada sem referência explícita ao seu objetivo evidente: prefaciá-la a nova edição, recentemente feita pelos mesmos editores deste volume, da obra *O Papa e o Concílio*, para a qual Rui Barbosa, em sua mocidade, escreve a um prefácio famoso, a pedido da Maçonaria brasileira, pela voz de Saldanha Marinho.

Como se depreende de vários passos deste volume, constitui ele um prefácio àquele prefácio. Eis como se exprime, por exemplo a pág. 34 o autor:

(1) *A Formação Espiritual do Brasil*. São Paulo, 1930.

"Relampejar num sulco passageiro sobre alguns picos da nossa história subjetiva e desaparecer. A mais não visa o modesto esforço a que me abalanço pela estreita obrigação de chegar ao período histórico em que o prefácio do *Papa e o Concílio* apareceu, de explicar-lhe as influências e a significação e de mostrar, com a independência que Deus me deu, quanto aberrra da verdadeira tradição nacional" (*sic*).

Sendo escritas, portanto, para acompanhar a reedição daquele malfadado prefácio de Rui Barbosa (por ele próprio repudiado, quando a reflexão da madureza sucedeu às inexperiência dos primeiros anos de mocidade) não se compreende que não tenha sido incluído no volume do *Papa e o Concílio*. Esta obra é explorada freqüentemente, no interior do Brasil sobretudo para que o nome de Rui Barbosa venha a prestigiar a propaganda de seitas as mais aberrantes de nossa tradição e de nossa natureza. O prefácio de Batista Pereira – que é a maior autoridade existente sobre Rui, com quem privou intimamente por longos anos e sobre quem está preparando uma obra de largo fôlego – o prefácio de Batista Pereira vem pôr os pontos nos is. Vem explicar-nos que o prefácio de Rui, aí *Papa e o Concílio*, de Janus – "é a mais fraca, a mais tumultuária e a menos bem redigida das suas obras... Por isso mesmo o Rui da madureza envergonha-se dessa obra de Rui, da juventude" (*sic*).

Tudo isso é muito bom que se saiba, pela pena do mais autorizado dos intérpretes de Rui Barbosa. Tudo isso é indispensável para orientar o leitor incauto e desapaixonado, que tome do *Papa e o Concílio* para procurar nele o pensamento de Rui Barbosa sobre esses problemas.

E por isso mesmo é tanto mais de estranhar que o prefácio do Sr. Batista Pereira apareça desentranhado do corpo do livro de Rui Barbosa, agora reeditado, e que vai correr mundo como expressão do seu pensamento.

De quem é a culpa dessa edição à parte? Do autor, que não quis ver a sua obra figurar apenas como um simples prefácio? Ou mais provavelmente do editor, procurando evitar que o público se informasse do valor nulo dessa obra de modalidade de Rui Barbosa, escrita a *pedido* e por ele próprio repudiada?

De quem quer que seja a culpa dessa edição em separado – o fato é lamentável. E exige que se denuncie claramente qual a finalidade

precisa deste volume do Sr. Batista Pereira. Como ainda que se advirta a todos os adquirentes da nova edição do *Papa e o Concílio*, que este volume do Sr. Batista Pereira é um segundo prefácio indispensável à compreensão do de Rui Barbosa, que passou a vida a comprar os remanescentes da primeira edição a fim de impedir a propagação dos seus próprios erros de mocidade.

Feita esta advertência, devo acrescentar que este pequeno volume do Sr. Batista Pereira é uma obra profundamente expressiva não só em sua própria evolução intelectual, mas na de toda uma geração.

Vindo daquele período de vago ecletismo cultural que sucedeu aqui à evolução naturalista de Tobias Barreto e Sílvio Romero, veio o Sr. Batista Pereira reconstruindo como muitos de sua geração, que é a nossa por assim dizer, todas as bases de sua vida interior.

Este livro é *quase*, uma profissão de fé. "Confesso o Deus de meus pais e de minha raça e quero dormir tranqüilo no seu seio", (pág. 25) escreve o seu autor numa frase que soa como aquelas declarações testamentárias de outorga, quando o demônio da pura utilidade não tinha ainda expurgado de seu sopro de espiritualidade esses documentos graves da vida do homem. E ao longo dessas páginas, ora ardentes como um látego, ora serenas como um rio, e em que subsistem apenas poucos traços de retórica enfática, ele volta ao tema dessa volta a Deus a cada golpe de vista sobre a evolução de nossa história pátria.

Disse que este livro é quase uma profissão de fé. Sim, o próprio autor acrescenta: "Receio que por instinto." E eu, por meu lado, receio que por um nacionalismo excessivamente racional. Pois diz mais adiante o autor: "Neste período climatérico o maior baluarte do estado é a religião. A volta às nossas tradições mais profundas de catolicismo constitui pois no Brasil uma urgente necessidade, que deve ser a preocupação dos nossos estadistas." (Pág. 25)

Pode ser que seja essa a concepção fascista da religião, mas não é, sem dúvida alguma, a concepção verdadeira. Pode ser que deva ser esta a preocupação dos nossos futuros estadistas –, mas não é a que possa contentar numa consciência sincera. O caminho que resta a fazer ao Sr. Batista Pereira ainda é, porventura, grande, até desfazer-se totalmente de todos esses andaimes com que vai reconstruindo a sua catedral interior desmoronada.

Para nós, porém, o que importa é contemplar o espetáculo magnífico dessa reconstrução em marcha. Assistir a esse redescobrimto de todas as verdades fundamentais e cristãs de nossa formação, por um espírito partido do puro racionalismo subjetivista. Ver como a observação histórica mais científica, mais objetiva, pode levar um homem de boa-fé a renegar de suas negações e a escrever convictamente: "Cheguei à religião." Mas por intermédio da ciência." (Pág. 25).

A restauração da importância do elemento espiritual na evolução dos povos e, no caso do Brasil, seu justo valor mas também as deformações consideráveis que sofreu –, eis o tema central deste volume.

"Na sua essência a religião pertence à teologia. Mas nas suas conseqüências tão visíveis como a das sementeiras nas messes, emancipa-se da metafísica, para subordinar-se à sociologia. À sociologia, sim. A religião é o sistema sensório-motor das agremiações humanas. Tem de ser, quer queira quer não a cegueira das prevenções anti-religiosas, objeto precípua da sociologia." (Pág. 26)

Quanto caminho andado! Há vinte ou trinta anos quem escrevesse aqui (digo *aqui*, porque na Europa, já nos fins do século passado, a tirania de Comte e Spencer estava em franca decadência e a sociologia espiritualista conquistava o seu posto de vanguarda), quem escrevesse por aqui essas coisas seria tachado pelo menos de ignorante.

Hoje em dia, somos nós a sorrir daqueles que ainda criam ostras no ancoradouro de Augusto Comte, como aquele honestíssimo "engenheiro civil" que há dias, em uma carta a um dos nossos diários, escrevia com toda a compunção, que para ser sociólogo, hoje em dia, era condição, primordial acreditar no "quadro das dezoito funções cerebrais" imaginado por Augusto Comte. Assim como quem dissesse que para ser historiador era preciso subscrever a opinião de Michelet sobre a Idade Média ou de Buckle sobre o Brasil.

O Sr. Batista Pereira, pela simples observação dos fenômenos históricos e pela reflexão pessoal, conseguiu vencer todos os seus próprios preconceitos materialistas, chegando a formular os seguintes postulados sobre os quais constrói o seu sólido arcabouço da "formação espiritual" brasileira:

"É um axioma biológico que o sistema sensório-motor predomina sobre o sistema vegetativo.

"A religião é o sistema sensório-motor das sociedades.

"O estudo da consciência física deve preceder ao do meio físico.

"O fenômeno religioso é o fenômeno espiritual por excelência" (pág. 23).

Não é sem grandes restrições que os aceito, entretanto.

Serão realmente exato o primeiro destes postulados?

Não o creio.

As ciências experimentais, como a biologia, não podem aceitar, *como axioma*, uma *hipótese* como a que apresenta o autor.

É um erro, além disso, tornar os postulados filosóficos *dependentes* de postulados biológicos, sob pena de inversão de todos os valores e supressão da autonomia do espírito.

De qualquer modo, não parece ser uma hipótese biológica unânime a afirmação de que "o sistema sensório-motor predomina sobre o sistema vegetativo". Deixando aos biologistas o juízo a respeito dessa divisão, devo lembrar que entre os psicólogos modernos não se encontra essa oposição entre sistema sensório-motor e sistema vegetativo e sim, por exemplo, entre sistema neurovegetativo e sistema endócrino (op. G. Dumas e outros, *Traité de Psychologie*, vol. II, pág. 1101. Alcan: 1923), acentuando biologicamente a importância crescente das glândulas de secreção interna, isto é, do sistema endócrino, pois como afirma o mesmo Dumas: "Todo mundo reconhece, hoje, que há correlações funcionais subtraídas (*sic*) à ação do sistema nervoso, correlação de natureza química, correlação humorais". (*ib.* pág. 1115).

E mesmo os mais modernos psicólogos, *não mecanicistas*, reconhecem que o estudo do sistema endócrino – "sob o ponto de vista da psicologia abre horizontes novos" (G. Dwelshauvers, *Traité de Psychologie*, pág. 220. Payot. 1928).

Ora, não há menção do sistema glandular no *axioma biológico* do Sr. Batista Pereira, o que mostra desde logo a sua insuficiência como base de um raciocínio qualquer.

Quanto ao segundo termo do silogismo, que "a religião é o sistema sensório-motor das sociedades", é uma simples comparação e não pode servir de apoio.

O silogismo, portanto, não tem rigor lógico e não pode tornar racionalmente exigível a conclusão de que "o estudo da consciência psíquica deve preceder ao do meio físico".

Realmente, nada vejo de necessário cronologicamente nessa precedência. Antes pelo contrário. No estudo de uma sociedade, como no de um fato qualquer, deve-se partir do concreto ao abstrato, do físico ao psíquico. É o caminho mais seguro, mesmo nas ciências especulativas em que se parte de alguns princípios gerais acessíveis facilmente ao senso comum.

De outro modo, escaparemos dos sofismas do materialismo para cairmos nos do idealismo, o que não é progresso algum.

Restaria ainda a considerar o outro postulado, de que a religião nas suas conseqüências é "o objeto precípua da sociologia", (pág. 26) ao passo que "na sua essência pertence à teologia".

Em primeiro lugar é à teologia propriamente dita, ciência da ordem sobrenatural, que pertence o estudo da religião natural.

E depois, não creio que se possa fazer da religião, na sociedade, o objeto precípua da sociologia. Esta, *como ciência*, não pode limitar apenas o seu objeto ao fato religioso e sim o estende ao fato social em toda a sua generalidade. É a filosofia social que nos vai permitir reintegrar a subordinação dos valores sociais aos valores morais, base de toda restauração dos direitos do espírito, no estudo da formação histórica das nações.

Parece-me, portanto, que na parte teórica de suas considerações terá o A. necessidade de pensar de novo as suas proposições para ver se podem ou não ser apresentadas de um modo possivelmente mais rigoroso.

* * *

Quanto à aplicação desses postulados, cujo espírito é perfeitamente justo aliás, aí é que todo o vigor dialético do autor se desenvolve, traçando-nos uma síntese forte da História do Brasil e do

fenômeno brasileiro, em geral, dissipando preconceitos inveterados e dando-nos uma visão real do que somos e devemos ser.

Ratio brasilitatis é o título do primeiro trecho do livro, e em todas as suas páginas de observação ou de síntese histórica, o que se sente é o desejo de procurar a nossa unidade física, aquilo que já somos em essência. E foi nessa pesquisa de nossa alma que o Sr. Batista Pereira, partindo do puro agnosticismo e submetendo a nossa História a um estudo rigorosamente objetivo, pôde chegar a esta corajosa conclusão, diante da qual têm esbarrado os preconceitos naturalistas de muitos historiadores nossos: "O catolicismo moldou os nossos antepassados e o seu influxo ainda sobrevive mesmo no inconsciente dos seus mais irreduzíveis negadores. É nesse *subtractum* moral, trazido pelos primeiros colonos, acendrado pelos primeiros jesuítas, combatido pelo pombalismo, pelo enciclopedismo e pelo ateísmo, mas sempre dominante, graças à sua preservação especialmente no interior do país, pela força da inércia e pelo respeito à tradição, que reside a mola das nossas ações e a explicação da nossa vida" (Pág. 16)

E termina esse primeiro capítulo dizendo magnificamente: "Tenhamos orgulho do que fomos e do que somos. Saibamos que Religião é a grande fonte da vida interior, origem de todas as outras" (Pág. 22).

Palavras de ouro, que todos os nossos historiadores deviam gravar no pórtico de seus estudos.

* * *

Começa a sua síntese pelo período pré-colombiano da nossa História. E com razão o vê, não apenas nas selvas como alguns neoindianistas exasperados de jacobinismo americano, nem apenas a fria concatenação de fatos históricos lusitanos. Vai ao espírito à Europa medieval e renascentista, para compreender as origens e sua projeção americana, integrando-nos assim na grande corrente humana de que somos realmente uma irradiação. Repele "a calúnia da Idade Média", que os nossos primários ainda ruminam, mostra a ação deletérica de Lutero, que ainda não há muitos anos nos era apresentada como padrão de sadio nacionalismo e que o Sr. Batista Pereira nos aponta como "sistematizador do individualismo", de cujo falso evangelismo – "irrompeu a tromba de materialismo, que até hoje está devastando o mundo." (Pág. 49)

Essas páginas sobre Lutero seriam particularmente úteis que figurassem realmente no mesmo volume do *Papa e o Concílio*, e talvez por isso mesmo, é que lhe foram subtraídas... pois vêm apresentar o luteranismo a uma luz que esclarece muitos pontos obscuros de nossa História, que o ecletismo indiferente de muitos historiadores não consegue fazer ressaltar.

Estudados depois os elementos iniciais de nossa raça em formação, o luso, o índio, o negro, sempre com pontos de vista interessantes e próprios – passo a ressaltar a importância fundamental que tiveram os jesuítas na nossa formação e o desastre que foi a pombalização de nossa vida espiritual. Pombal foi o grande traidor das raízes tradicionais da cultura luso-brasileira. Foi ele quem desvirtuou a nossa evolução histórica. Foi ele quem envenenou as fontes da nossa vida espiritual, corrompendo de enciclopedismos o ensino em Coimbra e contaminando o espírito brasileiro por meio de "um clero quase todo céptico e regalista" (pág. 109). As anomalias de nossa vida religiosa, que são um dos elementos mais perniciosos para a saúde moral dos nossos homens e para a afirmação da própria nacionalidade, deveriam sobretudo dessa fonte: o confucionismo pombalino que se extravasou no confucionismo brasileiro.

Na "questão dos bispos", tem ainda o Sr. Batista Pereira páginas de uma grande lucidez histórica: – "O governo imperial mostrou-se nesse episódio completamente abaixo dos interesses nacionais." (pág. 117)

E termina o seu golpe de vista poderoso, acentuando mais uma vez o resultado de toda a sua obra de historiador:

"Ao terminar desta sùmula, lanço os olhos em torno de mim e nada vejo de estável e fixo no espírito brasileiro senão o fundo ancestral da formação católica... Enfraquecê-lo, diminuí-lo, renegá-lo é enfraquecer, diminuir e renegar a alma coletiva." (pág. 121)

Eis a lição desse resumo magistral de toda a nossa História, que levou um homem de boa-fé, como o seu autor, a verificar pela observação despreconcebida quanto ela vem sendo desvirtuada em sua estrutura e em suas grandes linhas gerais.

(*Estudos*, 5ª série, Rio. 1933, págs., 231-240).

JOSÉ PEREIRA DA GRAÇA ARANHA (1868-1931).

Nasceu em São Luís, Maranhão, onde fez seus primeiros estudos, ingressando, aos 18 anos, na Faculdade de Direito do Recife. Recebeu influência de Tobias Barreto, que, por aquela época, combatia vigorosamente a mentalidade escolástica, manipulando, como disse o próprio Graça, as três alavancas: do transformismo, do determinismo e do modismo. Tentou, depois de formado, exercer a advocacia. Foi juiz municipal em Porto do Cachoeiro (Espírito Santo), em seguida, funcionário do Ministério das Relações Exteriores; secretário de Joaquim Nabuco em missões em Roma e Londres, quando se debateram os litígios das Guianas francesa e inglesa. Ocupou os cargos de embaixador na Suécia, de ministro plenipotenciário na Holanda e na França. Na Academia Brasileira de Letras, tomou como patrono Tobias Barreto. Em 1914, defendeu a entrada do Brasil na guerra contra a Alemanha.

Sua estréia, em 1902, com o romance Canaã, deu-lhe a liderança da intelectualidade moça. Sua combatividade pelos ideais estéticos de renovação colocou-o à vanguarda do Movimento Modernista, em 1925. Na querela com os antigos, afastou-se da Academia. Em 1931, a morte vem paralisá-lo em plena atividade criadora.

Obras: Canaã, Rio, 1902; Malazarte, Paris, 1911; Estética da Vida, Rio, 1920; O Espírito Moderno, Rio, 1925; A Viagem maravilhosa, Rio, 1929; O meu próprio romance, Rio, 1931.

.....

O pessimismo brasileiro

U

m povo que não exprime uma cultura é como se não existisse. Que somos nós? Todo o nosso trabalho social tem sido até agora a indistinta obra material, comum a todos os povos nivelados pela uniformidade da imitação ocidental, obra de plágio, sem caráter, que não sai do nosso sangue e do nosso pensamento. Não somos uma nação de senhores, de homens de guerra ou de estadistas, e muito menos de filósofos, de artistas ou santos. O nosso momento é ainda noturno.

A História da Civilização no Brasil se poderia escrever em quatro linhas, tão simples, tão insignificante tem sido a sua contribuição na luminosa história do espírito humano. Poderíamos reduzir todo o esforço da cultura no imenso território em que acampamos, a três fatos essenciais: o "descobrimento" que despertou a cobiça européia e foi acidente do qual resultou a fusão das raças que povoaram primitivamente o país; a fundação da nacionalidade sob o trabalho escravo, e a transformação dessa base econômica para dar lugar ao estabelecimento do trabalho livre, desenvolvido pela imigração dos povos europeus, de que resultará a modificação dos fundamentos da nacionalidade constituída. Três únicos grandes sucessos históricos que interessam à humanidade: descobrimento, independência nacional, abolição da escravatura. Como para toda a América, simples destino econômico, terras de produção

material, de trabalho e de riquezas. Mas ainda assim, nessas mesmas linhas geométricas dessa história de um país se pode perceber o movimento singular da civilização, que se apresenta como o resumo, a recapitulação vaga, esbatida, de toda a história universal. Seria a verificação daquela imaginária lei da História, já engenhosamente ideada e formulada no pensamento brasileiro, pela qual se explicaria a evolução política dos povos, a evolução dos organismos sociais à semelhança da evolução dos organismos naturais e dos corpos astronômicos. Por um processo de ontogênese, a evolução social repete, recapitula, a filogênese universal. De fato, aparentemente, a civilização no Brasil repete de um modo singular em rápidos movimentos as grandes fases políticas da civilização humana. Como esta foi teocrática no seu começo, assim fora a primeira organização social brasileira, apesar do grau superior de civilização da metrópole naquele momento. Nesse primeiro período colonial, os homens representativos da História do Brasil são os bispos, os padres jesuítas. Quando, em seguida, a fase social repetiu a época militar das civilizações históricas, os homens representativos, os chefes da organização política brasileira foram os donatários de capitanias, os capitães-mores, os vice-reis soldados. Afinal, no Império e na República, ela se tornou burguesa e democrática, como toda a humanidade depois da formação anglo-saxônica dos Estados Unidos e da Revolução Francesa.

Esse trabalho de recapitulação não acrescentou uma fórmula nova ao patrimônio universal. Foi uma evolução apagada, longínqua, e o ritmo da evolução é tanto mais lento quanto é acelerado o movimento dos outros povos. Parece que o maciço geológico fica entorpecido nas brumas do mistério e as almas se paralisam no esplendor da luz. No entanto, desde o início, os trabalhos dos descobridores obedeceram àquela vontade de criar, àquele instinto de conquistar, de se alastrar e organizar, que é a lei de constância de Portugal. Os territórios da América foram a perpétua miragem européia; mas, enquanto ingleses, espanhóis e holandeses aí fizeram incursões de traficantes, Portugal, vencendo a resistência de uma terra que não se entregava facilmente, e num momento de indústria ainda não aparelhada, realizou uma consciente obra de estado. O país foi descoberto, varado, estudado, conquistado por militares e funcionários, uma nação política foi fundada.

Os vestígios dessa organização são os alicerces do estado brasileiro. Ainda hoje, quando se debatem os direitos dos povos que sucederam nos territórios americanos às nações européias, os títulos do domínio português são títulos de ordem pública, atos jurídicos que testemunham o funcionamento de uma organização política. A esses títulos da conquista e do domínio dos capitães-mores e vice-reis, os outros países opõem incertos roteiros de negociantes, vagos traços da passagem de forasteiros nômades, vestígios de precários estabelecimentos comerciais independentes entre si e sem ligação com o governo das metrópoles.

Naturalmente, dentro de tal organização político-militar se devia formar um estado aristocrático. O Brasil nas suas origens é uma nação de senhores e escravos. No instante da Independência, uma elite de homens brancos governa o país, e foram esses aristocratas os criadores da nacionalidade. Jamais o homem brasileiro foi tão senhor e tão grande como na aurora da sua pátria. Um espírito de mocidade o conduzia.

Para o valor-homem o grande momento da História foi a Renascença. A personalidade humana nesse ardente e fecundo instante expandiu-se vivaz e livre, não conheceu limites à curiosidade da inteligência, não refreou as paixões, e tudo foi um deslumbramento de forças intelectuais e sensuais que refez o mundo e renovou a sensibilidade. A Renascença do Brasil foi a época da Independência. O homem único, o homem universal apareceu como fugitivo clarão na vida do Brasil. Os homens não foram somente os condutores do movimento, Pedro I, José Bonifácio ou José Clemente. Foi uma vasta floração da personalidade humana, revelada na luta política da independência nacional, que tornou ousado o caráter. O exemplo da revolta do Príncipe, que se fez Imperador, deu o contágio da independência a todos. Foi uma insurreição geral dos espíritos, que insuflou o sentimento nacionalista e repeliu a vassalagem de Portugal, purificando-se de todo o cosmopolitismo. Nesse maravilhoso instante da nossa História havia o orgulho de se sentir o homem novo de uma pátria nova. O nacionalismo no alegre nascer da pátria foi a afirmação da vontade brasileira. Nesse tempo, a incandescência nacionalista não temia os compromissos despertados pela necessidade de povoar o solo, pelo destino econômico do país, que exige a colaboração estrangeira. O homem brasileiro naquele alvorecer nativo tinha a fulgurante ilusão de se

gastar a si mesmo. Depois começou a diminuir. E a História do Brasil deixa de ser a elaboração da elite para ser traçada pelo movimento das massas.

O Segundo Império foi a reação do espírito democrático, que acabou vencendo a aristocracia para instituir a República. No Brasil, o espírito democrático, além de ser o reflexo de toda a evolução social do Ocidente, também foi o resultado da fusão das raças. O sentimento da igualdade, que se encontra na raiz da democracia, já se vinha afirmando no Brasil desde a época colonial pelo influxo do cristianismo e pelo prestígio da Revolução Francesa. O cristianismo trazido pelos missionários, sobretudo jesuítas, tratou de redimir o indígena. A sua grande obra foi a libertação dos índios do senhorio europeu e a incorporação deles à nação. O movimento criado para a liberdade dos indígenas, o sentimento de independência indomável que se lhes atribuía, cristalizaram-se numa idéia coletiva, a da nobreza do selvagem, dono e antigo possuidor da velha terra brasileira, e nessa idealização se corporizou a primeira revolta dos mestiços contra os brancos dominadores do país. Daí uma literatura indiana exaltada, que forma a base nacional do romantismo brasileiro. A Revolução Francesa veio acentuar ainda mais esse sentimento da igualdade entre os homens. O cruzamento das raças foi afinal o fator decisivo da nossa democracia, em que sem preconceitos, e numa larga tolerância, encontra a sua natural expressão política um povo de origens opostas.

A República no Brasil foi a consequência desse sentimento de igualdade, e só se tornou possível quando o Exército deixou de ser governado pela elite aristocrática e foi inteiramente democratizado pela fusão das raças, que determinou a revolta militar. A república foi também a reação provinciana contra a unidade nacional realizada pelo Império, e o pacto em que se firmou essa desforra do espírito particularista e igualitário das províncias é a Constituição federativa.

O pensamento, função cerebral, é a expressão do indivíduo e da raça. No Brasil o pensamento é mestiço. O governo, a elite que realiza esse pensamento coletivo, deve ser fatalmente na mesma expressão racial ou não será representativo da nacionalidade. Os antigos brancos ficaram estranhos ao país, o equilíbrio entre eles e a nação, que os seus

antepassados fundaram, rompeu-se. Hoje têm alma de emigrados na própria pátria. Mas o equilíbrio tornado pelo cruzamento das raças, de que resultou o tipo predominante do Brasil atual, também vai se romper pela vaga sempre crescente da imigração. O conflito será grave. A sub-raça, que é a sentinela da nação, é ainda forte. O imigrante tem que esperar para se medir com o atual dominador do país.

A luta virá fatalmente se o homem branco não for absorvido pela raça mestiça e o cruzamento das espécies não se mantiver como a solução inconsciente e salutar do equilíbrio da civilização no Brasil.

Nesse feixe de forças democráticas, que é a nação brasileira, não há mais lugar para uma elite aristocrática que, pelas suas aspirações, tradições e crença, mantenha o patriciado político, cuja finalidade seria a monarquia constitucional. Era fatal que de tão grande tumulto de raças, de aspirações, de culturas disparadas, desarmônica progressão interna, brotasse o governo forte de um ditador. O governo presidencial é a imagem do governo despótico e da tirania clássica. O governo parlamentar é o governo de classes, e corresponde ao arbitramento, no Direito Público, no Direito Privado e no Direito Internacional. Os parlamentos, compostos de representantes com o poder de resolver, são os árbitros, legisladores e juizes.

É preciso examinar a formação histórica dos dois governos para se compreender bem o que eles são. O Parlamento foi instituído na Inglaterra, onde teve origem, quando os barões e os comuns venceram o rei e impuseram a assembléia dos seus representantes para governar em colaboração com o monarca. O governo dos presidentes, criado na democracia americana, foi o prolongamento do governo de mandato e de concentração estabelecido no regime colonial. Foi necessária a continuação em vez da substituição.

Não foi levemente que o Brasil adotou como governo da república o regime presidencial. O regime parlamentar é que foi absurdo e ilógico. Logo que o Brasil se constituiu em nação, era necessário e fatal que o seu governo fosse despótico e militar. O Brasil que, já vimos, havia sido uma teocracia militar, para ser depois francamente, com os capitães-mores e os vice-reis, uma organização militar, devia ter no seu imperador o chefe militar absoluto. Mas, por uma inversão histórica, esse poder absoluto, combatido pelos militares e pela reação das provín-

cias, levava à federação e não à unidade. O poder absoluto do imperador teve de abdicar e sucedeu-lhe o regime parlamentar. Ainda assim, esse governo imposto precipitadamente foi mantido pela aristocracia, composta de senhores, de famílias e classes.

A República foi em primeiro lugar o triunfo completo da democracia. A aristocracia estava morta no Brasil com a Abolição e o desenvolvimento do cruzamento das raças. Em segundo lugar, foi um retrocesso. Foi a volta ao período da Independência, e caracterizou-se pela reação das províncias sob um governo militar. Houve um cataclisma, um nivelamento absoluto, as classes foram dominadas por uma só classe, a militar. Nessas condições, como manter-se o regime parlamentar, governo de árbitros, governo de classes, quando não havia mais necessidade de equilíbrio, de arbitramento, de representação de outras classes?

Para haver regime parlamentar seria preciso que a preponderância exclusiva da classe militar diminuísse e desse lugar ao aparecimento de outras classes organizadas dentro da democracia, classes fundadas, organicamente, ou sobre a riqueza ou sobre o trabalho, em vez dessa vaga aglomeração de gentes acampadas passageiramente no território do país, vivendo na mais profunda ignorância, que não se pode representar, nem exige o equilíbrio e o arbitramento político. O governo presidencial é o expoente dessa democracia. Não porque seja o governo do bom tirano, mas porque, com todos os seus defeitos, é o governo da força, da concentração do poder, o governo absoluto que se apóia no regime militar e realiza a estabilidade nacional.

(A *Estética da Vida*, Rio – Paris, s/d, págs. 165/175.)

AFONSO HENRIQUES DE LIMA BARRETO (1881-1922). *Natural do Rio, teve infância atribulada, lar pobre, mãe enferma, cuja morte lhe causou impressão indelével. O pai, tipógrafo, consegue matricular o filho no Liceu Popular Niteroiense, freqüentado pelos filhos de famílias abastadas. Aos 14 anos, prestou os primeiros exames de preparatórios no Ginásio Nacional, crisma republicana do antigo Imperial Colégio de Pedro II, fundado por Itaboraí. Em 1897, concluía os estudos de Humanidades e entrava, no ano seguinte, para a Escola Politécnica, cujo 2º ano não realizou, com matérias dependentes no 1º.*

Sua freqüência às aulas era irregular -- e a literatura já o absorvia mais do que as disciplinas que devia estudar no curso. A condição humilde e sensibilidade exagerada suscitaram-lhe espírito de revolta, que se ia espelhando nos seus escritos. O espetáculo da mediocridade festejada, soerguida pela fortuna, dava-lhe pessimismo -- e aguçava-lhe a pena em mordacidade e vigor. Seus livros são finas críticas sociais, incidindo sobre o jornalismo, o compadrio político, a literatice sofisticada, o burocrata, o político, as mazelas nacionais. É nosso maior romancista social -- disse Antônio Torres. Não teve ambiente receptivo, a verve revoltada não lhe permitiu acomodação social. Devastado pelo álcool, morreu miseravelmente. Não lhe bastava escrever contra os donos da vida -- anotou seu biógrafo Assis Barbosa. Na sua decadência física, como que timbrava contra a sociedade burguesa.

Obras: Recordações do Escrivão Isaías Caminha, Lisboa, 1900; Triste Fim de Policarpo Quaresma, Rio, 1915; Numa e a Ninfa, Rio, 1915; Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá, São Paulo, 1919; Aventuras do Dr. Bogoloff, Rio, 1912; Histórias e Sonhos, Rio, 1920; Os Bruzundangas, Rio, 1922; Marginália, São Paulo, 1953; Diário Íntimo, São Paulo, 1953; Clara dos Anjos, São Paulo, 1950; Feiras e Mafuás, São Paulo, 1953. Os quatro últimos editados recentemente graças a Assis Barbosa. As obras completas, lançadas em 19 volumes, contêm mais inéditos e colaboração esparsa.

.....

Rezas e orações

A

oração, à reza, não só nas freguesias afastadas, mas mesmo nas centrais, o povo atribui poderes superiores e miraculosos de várias aplicações. Há as que são destinadas a fins de cura, há as que se empregam em conjuração de moléstias, há outras para a proteção contra "feitiços e coisas-feitas" de qualquer origem, tendo como fito perturbar a felicidade da nossa existência.

É corrente, e não sei como explicá-la, a frase: Você anda caipora; precisa ir aos "barbadinhos" ou rezar nos "barbadinhos".

Os "barbadinhos", como toda a gente sabe, são os capuchinhos italianos, cujo convento é no morro do Castelo; detentores, atualmente, da igreja mais antiga da cidade, onde está o túmulo de Estácio de Sá e no cunhal da qual existe o marco quinhentista da fundação da cidade, com as quinas do velho reino lusitano.

Os "barbadinhos do Castelo" entram sempre em tudo que se alude a benzeduras, e uma das suas missas, nas primeiras horas da manhã, creio que a primeira sexta-feira do mês, é tida entre os supersticiosos como possuindo a virtude de afastar o azar, o caiporismo, etc. Nunca a ela fui, mas muitos que lá foram me contam que tem uma freqüência segura de jogadores de todas as classes, de raparigas de vida

airada e outros devotos do acaso, que vivem acorrentados aos seus caprichos.

Outra missa muito curiosa é a chamada das "arrepentidas". Não sei em que dias é assim chamada, que se diz na igreja da Cruz dos Militares; mas as mulheres da cidade a freqüentam, para lavar-se de culpas e pecados peculiares a seu sexo.

Não é unicamente, porém, com o auxílio da missa – portanto do sacerdote católico – que a oração, na crença da nossa gente, exerce poderes maravilhosos e extraordinários sobre a causa da nossa vida e da nossa consciência.

Muitas vezes, o povo prescinde do sacerdote unguído regularmente e escolhe um outro que ele mesmo sagra e consagra. É o "rezador" ou "rezadeira", que se encontram, sobretudo, nas freguesias rurais.

Os homens são quase todos de idade; mas as mulheres, não. A religião católica não quis sacerdotisas nas suas cerimônias, mas as antigas não passavam sem elas e a crença geral e popular é que as feiticeiras, médiuns femininos, rezadeiras são mais poderosas que o homem no seu comércio com a divindade e com o mistério. Nas tricas galantes mesmo, em que se maranham raparigas e senhoras, moças e velhas, de todas as condições, muito pouca fé têm os amantes e namorados nos hierofantes, nos feiticeiros machos. Todas as esperanças daqueles e daquelas que o amor abraça é na cartomante.

Há a cartomante quase licenciada que anuncia nas gazetas, mas há também as particulares, em ruas sombrias e pouco transitadas, que são procuradas pelas informações de boca em boca, por aqueles que querem vaticínios certos de vida amorosa.

Passeando nos subúrbios, já ouvi o seguinte diálogo, entre duas pequenas ou garotas, como chamam hoje os namoradores profissionais:

- "Ele" volta, Hadjina. Volta – "ela" disse!
- Qual! fez a outra lacrimajante.
- Volta, sim! O que é preciso é você rezar a oração.

Nunca me foi dado ler uma oração destas, distribuídas pelas cartomantes-feiticeiras, professores-cartomantes-feiticeiros, que há por aí e vivem com favor dos seus poderes sobre-humanos de unir corações

e fazer toda a sorte de felicidade. Os que anunciam nos periódicos não me merecem interesse. São cínicos demais e os seus anúncios, de extrema publicidade, desafiando a polícia, são a mais segura demonstração do seu charlatanismo explorador.

Vejam só este, aparecido em um dos nossos jornais, há algum tempo:

"MISTÉRIOS DA VIDA – O PROFESSOR BAÇU – Desvio das correntes adversas que surgem na vida – Ide-vos casar? Quereis vos casar? Tendes dificuldades de obter noivo ou de realizar vosso enlace? Não sois feliz com o casamento? – Procurai o Professor Baçu. Ele vos fará um trabalho rápido e perfeito para que nesta reunião reinem A PAZ – A CONCÓRDIA – A FELICIDADE! Ele é o único que possui os MIMOS NUPCIAIS, verdadeiras relíquias, preparadas com as pedras "Natal", o que atrairá para vós a fortuna, a fartura e os ensejos de feliz ventura. Também possui as fórmulas em líquidos e sólidos, usadas pelas mais formosas mulheres da celeste Jerusalém. Faz todo e qualquer trabalho, mesmo a distância, de pesquisas e investigações para a descoberta de fatos de caráter mais ou menos íntimos, obtendo reconciliações, aproximações de pessoas afastadas e realizações de qualquer negócio considerado irrealizável. Combate todos os males físicos e morais e todos os malefícios. Horóscopos, diagnósticos e prognósticos.

"NOTA – Aos que sofrem, peço nome, idade, dia de nascimento e sintomas, acompanhado de envelope selado ao Capitão José Leão. Peçam prospectos. Reside com sua família na RUA SÃO CLEMENTE, nº 183, Botafogo, Rio de Janeiro."

Leram? Há tanto cinismo e tanta desfaçatez que aquilo que um mago anunciante nos fornecer em "breve", em amuleto, oração ou quer que seja, não pode merecer um pingote de atenção. A credulidade humana, porém, não tem fundo; e a insistência com que este e outros apregoam, com a mais luxuosa publicidade, os seus poderes e as suas virtudes excepcionais, mostra bem que a clientela não lhes falta, apesar das perseguições da polícia.

Na roça carioca, como ia eu dizendo, os "benzedores" e "rezadeiras" não são desse quilate. Têm fé no seu mister e a sua sinceridade comunica essa fé aos outros.

Rezam tudo. Mas as suas especialidades são para curar certas moléstias particulares às senhoras: "cobreiros", erisipelas e dores vagabundas e sem explicação.

As "rezadeiras" são ajudadas por facas, anéis e outros objetos de metal, com os quais, fazendo sucessivas cruzes ou outros sinais cabalísticos sobre os pontos afetados do corpo do paciente, acompanham o balbuciar da oração adequada. Chamam a isso "cortar" a dor ou a moléstia. Benzem ou rezam também as casas, aspergindo os cantos com uma certa água "rezada", aspersão que se faz com o auxílio de um ramo de alecrim ou arruda.

Benzem outrossim as plantações; e pessoa digna de fé, que teve uma fazendola, há alguns anos, pelas bandas de Guaratiba, contou-me um caso a que já aludi no meu *Polícarpo Quaresma*.

Tendo dada as lagartas em uma sua plantação de feijão, ameaçando mesmo matá-la de todo, desesperado consentiu ele que chamassem uma "rezadeira", famosa, pela eficácia dos seus exorcismos, em toda a localidade. Ela veio e colocou cruzes de graveto nas bordas da plantação, deixando na "cabeceira" uma abertura maior, pôs-se nos "pés" e começou a rezar. Disse-me a pessoa que lagartas se foram enfileirando militarmente e saindo processionalmente pela abertura, entre as cruzes que havia na "cabeceira".

É morta a pessoa que me contou, era muito digna de fé, sendo doutor em medicina; e muitas vezes narrou-me esse surpreendente espetáculo, como tendo visto com os seus próprios olhos.

Horácio, há entre o Céu e a Terra...

Essa usurpação de atributos sacerdotais por particulares é feita, ou era, em larga escala.

Quando meu pai foi para a ilha do Governador, exercendo um pequeno emprego nas Colônias de Alienados, recentemente fundadas pelo governo republicano, isto em 1890, a ilha não era o Petrópolis de quinta classe que o meu amigo Pio Dutra está fazendo ou dela já fez.

Vivendo, por assim dizer, isolada do Rio de Janeiro, quase sem comunicações diárias com o centro urbano, abandonada pelos seus grandes proprietários, devido à decadência de suas culturas perseguidas atrozmente pela saúva, estava toda ela entregue a moradores pobres,

apanhadores de suas frutas semi-silvestres, como caju, lenhadores e carvoeiros, pescadores e alguns roceiros portugueses, que tenazmente se batiam contra a implacável formiga, fazendo roças de aipins, de batatas-doces, de quiabos, de abóboras, de melancias e até de melões. Essa espécie de "enclave" que era a ilha do Governador naquele tempo, profundamente rural e pobre, aqui pertinho da capital do Brasil, foi que me deu uma reduzida visão de roça e de hábitos e costumes roceiros. Cheguei a ver lá cavalladas – que pobres cavalladas! – na esplanada de frente à ilha da Freguesia, próximo da venda do Joaquim, pintor, agente do Correio, tendo como adestrados disputadores das sortes, próprias ao divertimento, o "Minhoto", o Jorge Martins e outros.

A ilha não tinha vigário e o culto da população aos santos de sua fé era feito por intermédio de certos capelães rústicos, isto é, "rezadores" ingênuos e ignorantes, que diante de toscos oratórios, acompanhados pela assistência, entoavam nas cabanas ladainhas e outras orações. Do lugar em que morávamos, eu e a minha família, no Galeão, ainda me lembro do nome do respectivo capelão: – o Apolinário. Que fim terá levado?

Essa forte crença na oração, na reza, que buscamos como alívio para as nossas dores morais e como uma súplica à divindade para que intervenha na nossa vida, favorecendo-nos nos nossos propósitos, toma este ou aquele aspecto bárbaro e tosco, aqui e ali, mas é sempre tocante e penetrante por isso mesmo. Ela não abandona a nossa gente humilde na sua obscura luta contra a miséria, contra a política e contra a moléstia; e, intimamente, pediu auxílio ao Correio, para mais eficazmente agir no perímetro urbano da nossa cidade.

No artigo anterior, citei esse fato de distribuir, por intermédio do carteiro, orações escritas que devem ser lidas um certo número de vezes e enviadas a outras pessoas amigas, em número determinado.

Não a tinha encontrado, entre os meus papéis. Encontrei-a, porém, e aqui a dou tal e qual, sem nada mudar ou omitir.

Conforme a recebi, no Ano de Graça de 1913, transcrevo abaixo:

"Oração S. Jesus Cristo Senhor Nosso. Jesus Cristo rogamos a vós por nossos pecados e vosso sangue derramado na Cruz por

nós. Senhor Jesus Cristo, rogamos a Deus que se contemple de compaixão e misericórdia e perdoai-nos por Vossa Mãe Santíssima, hoje e sempre eternamente por todos os séculos dos séculos. Amém. Quem tiver esta oração deve distribuir durante nove dias a nove pessoas cada dia um e no fim dos nove dias terá uma alegria em sua casa. Em Jesus a bem dizer que quem não fizer caso desta oração sofrerá um castigo, grave perda em família. Esta oração foi enviada pelo Bispo, Rio, 1º de janeiro de 1913."

Aos leitores que têm fé, eu peço que sigam as prescrições que essa oração recomenda. Não as segui porque, infelizmente, muito infelizmente mesmo, confesso que não creio, apesar da minha vaga e imponderável religiosidade.

(*Marginália*, São Paulo, Rio, 1953, págs. 297-304, transcrito de *Hoje*, Rio, 3-4-1919).

.....

CAPÍTULO IV

*Caminhos na Terra e
na História*

PEDRO CALMON MONIZ DE BITTENCOURT (1902-1985). Nasceu em 1902, na cidade de Amargosa, Bahia. Iniciou o curso jurídico em Salvador, concluindo-o no Rio de Janeiro, para onde veio em 1922, convidado a secretariar a Comissão Promotora dos Congressos do Cinquentenário da Independência. Datam de 1933 seus livros sobre Pedro I, Gomes Carneiro e Marquês de Abrantes. Dois anos depois aparece o 1º tomo de sua História Social do Brasil. Em 1934, após concurso, torna-se livre-docente de Direito Público Constitucional da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, passando a catedrático em 1938. Diretor daquela unidade, vice-reitor da Universidade do Brasil, ascende a Reitor em 1948. Durante mais de três lustros presta à Universidade Federal do Rio de Janeiro os mais assinalados serviços. Deputado federal (1935), ministro da Educação (1950-1951), membro da Academia Brasileira de Letras, Doutor honoris causa de várias universidades estrangeiras, participante de comissões intelectuais e diplomáticas no estrangeiro, orador de notáveis qualidades, é, hoje, um dos nomes de maior projeção na cultura brasileira.

Obras principais: O Marquês de Abrantes (1933), O Rei Cavaleiro (1948), o Rei do Brasil (1953), O Rei Fidalgo (1955), Vida e Amores de Castro Alves (1947), História Social do Brasil (3 vols), História Diplomática do Brasil, História do Brasil (7 vols), Curso de Direito Constitucional Brasileiro (1937), História das Idéias Políticas (1954), etc.

.....

Coronéis e barões

A ordem monárquica aproveita sagazmente os elementos estruturais da ordem antiga: o Império não destruiu a colônia; emancipou-a, sem a desfigurar. Apoiou-se, como ela, ao grande senhor territorial.

O trono é pródigo em titular os proprietários rurais. Não poderia limitar-se a reconhecer os históricos títulos portugueses, nem aceitar o critério, absurdo em colônia de povoamento, de uma nobreza de sangue, cujos pergaminhos atestassem séculos de cavalaria. Cuidou de honrar a casta dos latifundiários, a sua indústria, o seu *latifundium*; e não somente lhes deu brasão d'armas, como a efetividade de um comando civil.

A GUARDA NACIONAL

A "Guarda Nacional" consagra a autoridade política da classe proprietária. O Império liberal não distribuía castelos e cartas de suserania; porém concedia patentes de milícias e a jurisdição que continham. Era um poder: o de convocar moradores, fazer o recrutamento, manter a ordem, cobrar certas prestações de serviços coletivos, o poder de hierarquia, que, a um tempo, satisfazia a vaidade, obrigava a disciplina e confirmava a fidelidade às instituições, do "oficial superior". O baronato elevava-o até à corte; a patente impunha-o à clientela rude. Na ci-

dade, prevalecia o fidalgo; no campo, o coronel da Guarda Nacional. Generalizar-se-ia hábito de chamar "coronel" ao fazendeiro, exatamente como na época anterior era "morgado" o senhor-de-engenho. Não podendo a coroa socorrer-se de uma engrenagem militar como outrora, quando o nobre e o guerreiro se confundiam, engendrou uma ordem de cavaleiros, fictícia, burocrática, meramente administrativa; porém cujo símbolo, a espada, e cujo espírito, a guerra, dalgum modo supriam a ausência, na América, das condições que possibilitam os organismos sociais cerrados.

As milícias coloniais, cuja origem está nos regimentos dos primeiros donatários de capitânias, transformou-se, em 1831, na Guarda Nacional.

D. Pedro I conservou, enquanto pôde, um Exército forte, bem apetrechado, mesmo exemplar, segundo o depoimento de Boesche, no seu livro *Quadros alternados*. Mas a Abdicação restituiu o país às próprias forças, de desagregação, de reorganização. A Regência, de tendências liberais, em espírito republicana, ajustou, naquela fase, o aparelho militar às necessidades públicas. O seu interesse era obviar a dissolução da pátria, mediante o enérgico, geral concurso dos homens de autoridade moral, que fariam a polícia nas suas "zonas de influência". Evidentemente sem essa mobilização das elites brasileiras a unidade do Império e o advento de D. Pedro II não sobreviveriam à crise vasta, em tempos de vibrante e dispersiva reação ideológica contra os princípios da Constituição monárquica. O Segundo Reinado teve o cuidado de receber a corporação da Guarda Nacional como um legado do bom senso brasileiro. Deu-lhe extrema importância. Uniformizou-a, regulamentou-a, assegurou-lhe privilégios consideráveis e elevou o rendimento, que provinha das patentes, à categoria de uma das principais receitas do orçamento nacional. Em 1872 havia, segundo os relatórios do governo, 741.712 guardas nacionais, com 274 comandos superiores...¹

A prolongada paz interna, entre 1842 e 1889, em boa parte resultou desse sistema de conciliação, entre uma nobreza agrícola e pacífica e as necessidades do policiamento rural.

(1) Oliveira Viana, *Populações Meridionais do Brasil*, 3ª ed., p. 216.

Dai também o caráter especial de que se reveste, em 1850 ou 60, a distribuição das "influências", pela superfície do Império. O Exército de linha é exíguo, a polícia provincial é urbana, somente a Guarda Nacional por toda parte mantém a sua vigilância, encarnando a autoridade patriarcal do fazendeiro, confirmando-a, tornando rigorosamente natural a subordinação das populações, que continuavam a viver à roda do senhor feudal², neto e imagem do capitão-mor das ordenanças, do século XVIII³, que o Marquês de Pombal destacara para todas as vilas do Brasil (418). Era isso a descentralização do governo, nas suas mais extensas conseqüências. Haveria de projetar-se mais tarde, nas duas características da nossa evolução política, segundo a escola de Le Play: espírito de grupo, instabilidade de poderes públicos...⁴

A Guerra do Paraguai provou as vantagens do sistema: aparentemente desarmado o Império, na modéstia dos seus efetivos militares (13 mil soldados, enquanto a vizinha República podia ter em armas 80 mil) contava, à disposição, a enorme reserva de sua Guarda Nacional: esta, lhe valeu pontualmente. Pelo quadro estatístico de João Nogueira Jaguaribe, mobilizara então o Império 91.218 homens. Destes, 31.193 eram *guardas nacionais designados*⁵. Os "Voluntários da Pátria", em número ainda maior, a eles se equiparavam: eram guardas nacionais para a emergência, da luta estrangeira.

A decadência da instituição coincide com a profunda alteração das atividades rurais, o aumento do poder do estado, em prejuízo da independência do grande proprietário, o progresso material, que lhe quebrou o sortilégio do isolamento e da influência, na transformação precipitada dos costumes. Em 1868, Saraiva resumia a regeneração política em três reformas: extinção do sistema de recrutamento, substituição da Guarda Nacional pela reserva do Exército, independência da Justiça...⁶. Quando a patente da Guarda Nacional não significou mais do

(2) Urbino Viana, *Bandeiras e Sertanistas Baianos*, p. 96, São Paulo, 1935.

(3) Varnhagem, *História do Brasil*, 3ª ed., integral, IV, 305. O historiador já comparava aos capitães-mores os novos comandantes da Guarda Nacional, *ibid.*, p. 323.

(4) Vid. Edmond Demolins, *La Science sociale depuis F. Le Play*, p. 100 not. Paris, 1904.

(5) Vd. Tasso Fragoso, *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*, v. 239, Rio 1934.

que um prêmio honorífico, sem se referir à autoridade, de que investia o titular; quando se tornou meramente graciosa, e por fim, na prodigalidade com a que concederam os últimos governos da Monarquia e os primeiros da República, decorativa e inútil; quando perdeu o sentido, ou o conteúdo, territorial e político, que tivera inicialmente – uma verdadeira revolução social se havia consumado.

Nisso o Império foi coerente.

Acabou intimamente ligado à sorte da Guarda Nacional. Um dos motivos de mais fremente irritação do Exército contra o Gabinete do Visconde de Ouro Preto seria o boato nervoso de que preparava a dissolução das Forças Armadas regulares⁷, substituídas pela Guarda Nacional, ou pela milícia, como em 6 de abril de 1831 sugeria o Major Lima e Silva a D. Pedro I – simples atoarda, não correspondia à verdade. Mas extremou, na propaganda revolucionária, a atitude militar, de solidariedade entre os jovens oficiais, contra a vaga ameaça do licenciamento do Exército, em proveito da milícia civil.

OS TITULARES

Iniciara D. João VI o costume de titular os grandes proprietários, as notabilidades brasileiras, fora das velhas regras, a que no reino obedeceram os reis, seus avós, para a concessão das cartas de nobreza.

Explicamos alhures a política do príncipe, quando, exilado no Brasil, sem esperança de logo tornar a Portugal e querendo fundar o novo Império, se viu na necessidade de apoiar a coroa a uma classe, ainda inexistente, de "grandes" da monarquia, de condes e barões vinculados à sua sorte, e a ele obrigados⁸.

(6) Rui Barbosa, discurso de 27 de junho de 1878, *Anais da Assembléia Provincial da Bahia*, 1878, p. 16.

(7) Vd. Manifesto de Ouro Preto, Tenerife, 9 de dezembro de 1889, in Afonso Celso, *Visconde de Ouro Preto*, p. 285, Porto Alegre, 1935. Surda, natural rivalidade, havia entre as duas milícias, e seria disso um índice o incidente de Frias Vilar, na Bahia, em 1875. (Silva Campos, *Tradições Baianas*, p. 108), quando um batalhão de linha rompeu outro, de "patriotas", que festejavam o 2 de Julho.

(8) Pedro Calmon, *O Rei do Brasil*, p. 150, Rio, 1935.

Napoleão fizera isso mesmo, comentara Chateaubriand: "c'était toujours légalité masquée en baron, comte ou duc"...

D. Pedro I, e, em escala muito maior, D. Pedro II, desenvolveram esse costume, fundado na própria natureza do governo monárquico.

O primeiro proprietário rural, galardoado com um título pelo Império, foi o morgado da Torre: Barão da Torre de Garcia d'Ávila. Ato contínuo, os principais colaboradores da Independência ganharam análogas dignidades, arbitrariamente conferidas e sem atinência com o domínio territorial: Visconde de Cachoeira, Marquês de Paranaguá, Marquês de Maceió... Nomes de províncias, de cidade, vilas, rios, vastas regiões geográficas, adornam, ao acaso, esses títulos, puramente honoríficos (*Marquesa de Santos*, *Duquesa de Goiás*, *Barão do Rio da Prata*, *Visconde de Niterói*, *Conde de Porto Alegre*, *Barão do Rio de Contas*, *Visconde de Jequitinhonha*, etc.), alegorias, vazias de sentido político, reclamadas pela ornamentação social do trono. Melhor utilizados foram os topônimos das respectivas propriedades, para os ricos lavradores agraciados com a mercê nobiliárquica, os nomes de batalhas, para generais, ou dos sítios do seu nascimento, ou influência partidária, para os homens políticos. Graças a este critério, houve Visconde de Pati de Alferes, Visconde de Suaçuna, Baronesa de São Mateus, Conde de Passé, Barão da Vila Barra..., ou então Duque de Caxias, Barões de Taquari, da Passagem, de Serro Largo...; e finalmente, Barão de Estância, Barão de Alagoas, Visconde de Guarapuava, Visconde de Nacar, Visconde de Ouro Preto, Visconde de Itaboraí, Barão de Vassouras.

D. Pedro II estabeleceu certas normas para a concessão dos títulos. Aos estadistas do reinado anterior, e conselheiros de estado, envelhecidos no serviço público, fez marqueses, viscondes, aos presidentes do Supremo Tribunal de Justiça; aos mais distintos comandantes da Guarda Nacional, barões. Só foram duques os príncipes de sangue: abriu honrosa, única exceção, para o Marquês de Caxias, ao regressar vitorioso, do Paraguai. Os títulos acompanhavam-se ou não de "grandezas", o que distinguia os titulares homens de estado, e os de merecimento vulgar, dos demais. Deviam manifestar a renda, essencial ao decoro de sua nobreza. Porque os títulos não importavam em vantagens materiais, porém exigiam adequado tratamento: só poderiam usá-los, portanto, os que

estivessem em condições de viver à "lei de nobreza". Qualificavam, nas classes sociais, os potentados: poucos comerciantes (Mauá, Meriti, Itamarati, Bonfim...); na sua maioria, os fazendeiros; e políticos, militares, professores, mesmo homens de letras (Araguaia, Taunay, Porto Seguro, Paranapiacaba, Santo Ângelo...) – os expoentes, os notáveis.

Muitos homens públicos não aceitaram semelhantes honrarias. Os irmãos Andradas, no princípio, o Marechal Deodoro, no fim da Monarquia, preferiram continuar usando seus nomes de batismo. O agraciado, porém, não mais voltava aos antigos patronímicos. Foi impotente a República, com sua reação jacobina, para extinguir os títulos, que não reconhecia, mas respeitava. O Barão de Lucena serviu, como principal ministro, ao Presidente Deodoro. Uma feita chamou alguém pelo nome (Afonso Celso) ao altivo Visconde de Ouro Preto. Este emendou: Visconde... O outro desculpou-se: não tivera intenção de ofender. Ao que replicou o estadista: Nem lhe permitiria! Conta-se que o Barão do Rio Branco deixou de publicar os seus relatórios, de ministro das Relações Exteriores, desde que, na *Imprensa Nacional*, lhe substituíram uma vez o nome, por J.J. da Silva Paranhos Júnior⁹. Morreu Barão: o maior da sua categoria, em toda a América conhecido, "el barón"...

Significavam um prêmio, conferido pelo monarca. A outra recompensa, estimada e disputada, era a comenda: da Rosa (criada por D. Pedro I, em 1829, em homenagem à Imperatriz Amélia), para toda a ordem de merecimentos; de Cristo e do Cruzeiro, para a Justiça, os intelectuais, os homens de estado; de Aviz, somente para os militares, e cuja concessão se incluía nos respectivos regulamentos. Durante as suas viagens, por exemplo, o Imperador costumava retribuir com um título nobiliárquico ou uma comenda os obséquios que lhe faziam: era uma alta prova de reconhecimento pessoal. Por isso, à notícia das imperiais excursões se seguia, copiosa, a das graças: assim no Rio Grande do Sul, em 1845, na Bahia e em Pernambuco, em 59, na Província do Rio, em Minas Gerais, em São Paulo. Proprietário que o hospedasse, presidente da Câmara Municipal, comissões de homenagens, e mais, os senhores que libertavam famílias de escravos em intenção daqueles regozijos, capitalistas que promoviam iniciativas úteis, filantropos que davam pin-

(9) Rodrigo Otávio, *Minhas Memórias dos Outros*, 2ª Série.

gues escolas para a Santa Casa, esmerando-se em imitar a munificência de D. Pedro II – dele recebiam a Ordem da Rosa ou o baronato. A mesma distinção, da comenda, se destinava ao pintor que, na sua exposição de telas, granjeava notoriedade; aos músicos e atores Carlos Gomes, João Caetano, aos literatos. Quintino Bocaiúva, republicano, recusou a Venera da Rosa, que merecera como autor dramático. Enfeitava o trono as letras, com esses galardões. Estimulava principalmente – no campo da generosidade particular – a beneficência: chamou-lhes, por isso, um ministro, de "imposto da vaidade". Os ricos negociantes viam resplandecer no peito a cobiçada condecoração, se zelavam por certos interesses sociais: um hospital, um asilo, uma obra pia. Testemunham, em parte, essa orientação, do governo, de ligar uma presunção nobiliárquica à benemerência dos argentários, as grandes construções que no período imperial se concluíram, das Casas de Misericórdia, em todas as capitais de província, e nas cidades importantes do Brasil. Para isso, não poupava o Imperador o "bolsinho" de sua economias. Não se sabe tivesse ele jamais acumulado, de um para outro ano, os saldos de dotação. Gastava-a quanto lhe sobejasse dos gastos obrigados, com os óbolos. E tão numerosos foram, que teve o governo provisório, depois da queda do Império, de transformar em pensionistas do tesouro os pobres, sustentados por D. Pedro II. Que os outros fizessem assim... O papel – cumprido rigorosamente – era de incentivar, indicar, ser o modelo, "mais do que um rei, um exemplo", na frase de Alencar,¹⁰ remunerar com os prêmios honoríficos. E prodigalizou-os: nessa liberalidade (aproveitada habilmente pela política, em benefício dos seus chefes eleitorais, de seus sustentáculos municipais, dos grãos-senhores do interior) quebrava a rigidez, destruía o caráter de privilégio e de seleta minoria da nobreza, reconhecida ou criada pelo Império: mas adaptava-o às condições sociais do país, lhe transformava o condão, de apartar e afidalgar os homens, num fecundo instrumento de valorização de condutas, de fixação de atitudes, de distinção e utilização de forças construtivas.

(*História Social do Brasil*, 2º tomo, "Espírito da Sociedade Colonial",
Brasília, São Paulo, 1937, pág. 285-295).

(10) *Cartas*, de Erasmo; e Visconde de Taunay, *Reminiscências*, p. 100.

MANUEL DIEGUES JUNIOR (1912-1991). Alagoano. Antropólogo. Membro do Conselho Federal de Cultura, diretor do Centro Latino-Americano de Pesquisas Sociais.

Obras: Regiões Culturais do Brasil, Etnias e Cultura no Brasil, Bangüê das Alagoas.

.....

A paisagem social das Alagoas

A rigor não se conheceram, nas Alagoas, aqueles aspectos de esplendor social que tanto caracterizam a vida dos engenhos e dos senhores-de-engenho em Pernambuco e mesmo no Recôncavo Baiano. As tradições dos bangüês alagoanos são mais modestas. Não há memória das sedas, dos damascos, dos dourados, das pratas que tanto se fixaram na retina do padre Cardim.

É do padre Cardim a referência: além dos banquetes de extraordinárias iguarias, os senhores-de-engenho agasalhavam os padres visitantes em leitos de damasco carmezim, franjados de ouro, e ricas rochas da Índia. É certo que tudo isso não seduziu o padre; e o visitador dos S. J. usou mesmo a sua rede, demonstrando quanto lhe havia agradado o hábito indígena.

Não quer isto dizer que nas Alagoas a vida de engenho fosse de pobreza ou sem beleza social; havia também tradições de fidalguia, de acolhida, de vida social com o seu relativo esplendor. O que dessa tradição mais recente ainda chegou aos nossos dias – a do comendador e depois senador do Império, Jacinto Pais de Mendonça, com as recepções ao Imperador e aos presidentes da província – bem deixa ver o que havia de beleza e de encantador nos bangüês alagoanos.

É bem possível que as referências gerais dos cronistas coloniais abrangessem engenhos alagoanos; inclusive estes no território pernambucano, as notícias sobre os engenhos da capitania se estenderiam aos das Alagoas. Infelizmente, não chegaram à nossa época, relativas aos tempos coloniais, tradições sociais dos engenhos das Alagoas. As que se guardaram, datam do Império.

Não há esconder, entretanto, que elas deveriam existir, mesmo como reflexo da vida dos bangüês pernambucanos. E isto porque o bangüê é o elemento mais expressivo da paisagem social das Alagoas. Nele se congregava a vida social. E mesmo quando a luta entre o meio rural e o urbano deu vantagens a este, não decaiu a importância e prestígio do engenho. Núcleo político e núcleo demográfico, ele o era também social, já pelo modo como se fizera a organização social, já porque dele é que saíam os chamados homens bons da terra: os proprietários rurais.

É no bangüê que assenta a formação da família alagoana. Esta nasce do engenho e no engenho; no engenho se desenvolve, amplia-se a engenhos vizinhos, dilata sua influência aos meios rurais. Saem dos engenhos, dos velhos bangüês de almanjarra, os troncos da genealogia alagoana. Qualquer núcleo demográfico que se constituiu encontra no bangüê a sua base.

O senhor de engenho é a grande figura da paisagem humana das Alagoas. Não é só o homem que preside às lautas mesas de almoço ou de janta na casa-grande; nem que fomenta o crescimento da população servindo-se das escravas, das mucamas, das servas da casa. Também nele se centraliza a organização da família.

É a família que preside a vida social da região alagoana. Preside na casa-grande, com seus alpendres acolhedores, com suas mesas fartas e cheias, com suas redes espalhadas pelos pilares; preside também na capela através das cerimônias religiosas: os batizados, os casamentos, os mês-de-maio, os enterros, as missas dominicais. Gira em torno da família – das famílias de engenho – não só a organização social das Alagoas como também a existência de toda a população demográfica do bangüê e de suas vizinhanças.

Cedo se desdobrava a família do senhor-de-engenho, multiplicando-se, pelo casamento, e passando a outros engenhos. O

casamento em geral fazia-se cedo. Aos 13, aos 14, às vezes menos do que isso, aos 10, aos 11 anos, casava-se a iaiazinha. Ora com o filho de outro senhor-de-engenho, também agricultor como o pai; no século XIX tornou-se mais comum o filho doutor: bacharel ou médico, principalmente o bacharel, filho de senhor-de-engenho, já com a carreira política traçada no dia em que entrava na faculdade.

Daí é que nascem os entrelaçamentos das famílias. Numa mesma região, como por exemplo, na do norte alagoano, vão cruzando-se Vanderlei com Barros Pimentel, Uchoa com Mendonça, Mendonça com Vanderlei, Cavalcanti com Albuquerque, Lins com Acióli; na do centro litorâneo, através das margens do Mundaú, se ampliam os Calheiros, os Gomes de Melo, os Rosas e, mais tarde, num gesto de nativismo, as novas famílias com nomes da terra: Pitanga, Oiticica, Cajueiro. Nas outras regiões açucareiras do estado é ainda o mesmo que se verifica.

Há assim como que casamentos endógamos nas regiões da cana-de-açúcar. Além da endogamia nas famílias, ainda essa endogamia da região. Da região da cana-de-açúcar. É neste fato que se encontram as diversas uniões matrimoniais numa mesma família ou entre famílias vizinhas do senhor-de-engenho.

Tal fato nasce, aliás, do próprio povoamento quando se cruzam os Lins e os Barros Pimentel, descendentes de Cristóvão Lins, o colonizador, com os de Rodrigo de Barros Pimentel, de um ou de outro com os de Gaspar van der Ley, com os de João Batista Acióli, com os de Filipe Cavalcanti; isto no norte é o que também se verifica existir nas outras áreas açucareiras das Alagoas. Encontramos Barros Pimentel nos engenhos da margem da lagoa Manguaba como encontramos Lins nas ribeiras do Mundaú.

Gira em derredor do engenho, da casa-grande do engenho, a constituição da família alagoana, que evolui ainda através dos engenhos. E quando invade as cidades, formando as zonas urbanas, é como um derramamento do bangüê; é expandindo os canaviais, a casa de moenda, a casa de purgar, o engenho. As cidades da região açucareira são, na verdade, um prolongamento do engenho. Hoje, talvez, mais da usina.

É no senhor-de-engenho que se centraliza a atividade do bangüê. Atividade social e atividade política; às vezes também atividade

demográfica. Preside aos atos religiosos e às festas profanas. É chefe da família e de toda a gente que vive do bangüê. Todos o ouvem e o acatam. É também o chefe político, o nativista, o patriota.

Do nativismo arraigado nas famílias alagoanas surgem as mudanças de nomes de senhor-de-engenho, adotando sobrenomes que digam respeito a assuntos regionais. Filipe da Cunha Lima Júnior, por exemplo, adota o nome de Mataraca, anunciando que daquela data em diante passará a chamar-se Filipe da Cunha Mataraca¹. É também o caso da família Leite Rodrigues, talvez o mais notável nas Alagoas. Aí por volta de 1831 os irmãos Rodrigues deliberaram, numa reunião patriótica, acrescentar ao nome da família um sobrenome cívico-regional. Surgem, então, Oiticica, Pitanga, Gejuíba.

É o que narra Leite e Oiticica, filho do primeiro Oiticica nativista: os irmãos Manuel, José e Antônio Rodrigues Leite deliberaram tomar um nome regional e passaram a ser Manuel Rodrigues Leite Oiticica, José Rodrigues Leite Pitanga e Antônio Rodrigues Leite Gejuíba, respectivamente². Todos os três sobrenomes incorporaram-se à descendência, espalhada em engenhos ou propriedades rurais do vale do Mundaú, de Anadia, das vizinhanças, e tiveram sua grande expressão na figura erudita e ilustre do senador da República Dr. Francisco de Paula Leite e Oiticica, financista, cronista, orador, que como bom Leite Rodrigues, num dos seus assomos de dignidade e de altivez, deixou de ser ministro da Fazenda para manter, no Senado, seus pontos de vista doutrinários em matéria financeira.

Os filhos de Manuel Vieira Dantas, senhor-do-engenho Sinimbu, receberam igualmente nomes regionais: João Lins Vieira incorporou Cansação de Sinimbu, com que se tornaria conhecido na vida pública do Império: senador, ministro de estado, chefe do gabinete; Inácio de Barros Vieira suplementou-se com Cajueiro; Manuel Duarte Ferreira acrescentou Ferro. Várias outras famílias fizeram o mesmo, dando a seus filhos ou tomando para si próprios nomes nativistas.

(1) in *Diário das Alagoas*, de 15 de julho de 1858.

(2) "Memorial Biográfico do Comendador Leite Pitanga" in *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano*, vol. VI, nº 2.

Imbuzeiro, Jatobá, Gitaí, Cipó, além dos já citados, foram nomes regionais adotados por famílias alagoanas. Nomes que se incorporaram à vida social das Alagoas; nomes que constituíram grandes e ilustres famílias alagoanas. Nos meados do século XIX, a paisagem rural das Alagoas estava colorida de nomes regionais como senhores-de-engenho: os Oiticica, os Gejuiba, os Pitanga, os Ferro, os Maçaranduba, os Imbuzeiro, os Cansação, os Sicupira, os Cajueiro.

Todo este nativismo nasceu de movimento político, de lutas partidárias feridas na então província. E eram os engenhos os centros de maior efervescência política. Deles saíam os chefes; saíam também tropas armadas: moradores, escravos, índios, ao mando do senhor-de-engenho.

Grande figura a este respeito foi o comendador José Rodrigues Leite Pitanga, personalidade que vemos envolvida em vários movimentos da história alagoana, através de sua longa e atribulada existência. Ora chefe de rebelião, ora pacificador, foi também diretor-geral dos índios da província; de sua figura nos deu um perfil de corpo inteiro, que é também uma larga paisagem da vida alagoana em grande extensão do século XIX, o seu sobrinho e genro, o Sr. Leite e Oiticica, no memorial biográfico que lhe dedicou e a que já tivemos oportunidade de referir.

Quase nenhuma repercussão teve no seio dos engenhos alagoanos o movimento pernambucano de 1710, quando Bernardo Vieira de Melo proclamou a República. Luta entre os senhores-de-engenho e os mascates, entre a aristocracia da terra e os portugueses comerciantes, é de estranhar não encontrasse maior eco nas Alagoas. O que parece é que não houve nenhuma campanha preparatória entre os alagoanos.

Do que ficou em subsídios informativos sobre aquele movimento – desprezando assim o aspecto de partidarismo que tomou cada narrador ou historiador da luta – sabe-se que nas Alagoas houve reboliço, pequeno embora. O capitão-mor José de Barros Pimentel largou-se de Porto Calvo para o Recife, mas voltou à sua freguesia por serem julgados desnecessários seus serviços ali, serviços que foram preferidos prestasse-os na sua região, evitando que os moradores desta se levantassem.

Nas Alagoas, apareceu Cristóvão Pais à busca de adesões. Neste sentido propôs aos oficiais da Câmara das Alagoas e a seu capitão-mor Sebastião Dias Maneli – o mesmo que com Bernardo Vieira de Melo havia participado da destruição dos Palmares – adesão à causa. Das Alagoas, talvez levando insucesso, seguiu para o rio de São Francisco, onde, da mesma forma, sua missão não encontrou solidariedade³.

Coube a um capitão-mor alagoano, o já citado José de Barros Pimentel, missão pouco honrosa: a de prender o sargento-mor Bernardo Vieira de Melo, que a ele se apresentou. Bernardo foi levado para a fortaleza do Brum, e daí transferido para o cárcere do Limoeiro, em Lisboa, onde veio a falecer.

Em 1817 a revolução republicana de Pernambuco encontrou numa senhora-de-engenho o seu mais forte esteio nas Alagoas: D. Ana Lins. D. Ana Lins, mulher de Manuel Vieira Dantas e mãe do futuro Visconde de Sinimbu, fez do seu engenho Sinimbu o grande centro de combate às forças régias. A cavalo, de engenho em engenho, vencendo léguas sem desânimo, animou os receosos e convenceu os descrentes; angariou adeptos e aos escravos prometeu alforria para que pegassem em armas como homens livres, lembra a respeito Craveiro Costa⁴.

Vencida a resistência republicana pela atividade reacionária do Conde dos Arcos, e nas Alagoas, em particular, pela reação do Ouvidor Batalha, não perdeu a senhora do Sinimbu sua crença republicana. Nem ela, nem o marido. Não arrefeceu seu idealismo diante da reação surgida. E em 1824, ao lado do marido, vemo-la ainda à frente dos rebeldes alagoanos.

Vieira Dantas concentrou-se em São Miguel, onde combateu violentamente, vindo, entretanto, a ser preso, juntamente com seu filho Frederico. No engenho, D. Ana Lins levantou barracas da mais feroz resistência, concentrando os últimos fiéis à revolução.

Na casa-grande do Sinimbu, que Craveiro Costa chamou de "essa trincheira da República", combateram os últimos rebeldes até ter-

(3) "Narração Histórica das Calamidades de Pernambuco", etc., escrita por um anônimo, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. LIII, 2ª parte.

(4) *O Visconde de Sinimbu*, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1937.

minar a pólvora e acabar-se o chumbo. A senhora-do-engenho dirige a resistência; assiste ao incêndio dos seus canaviais e das casas dos moradores, pelas tropas legais. Nada, porém, lhe quebrava a fibra.

Quando as forças da legalidade entraram na casa-grande já não havia homens na última trincheira da República em Alagoas. D. Ana Lins garantiu a evasão de sua gente e enfrentou a prisão. Prisão a que foi acompanhada, por pedido seu, de seu filho João, então nos seus 14 anos. Mãe e filho foram recolhidos à cadeia da Capital.

Mais tarde, anistiados os rebeldes e libertada a senhora do Sinimbu, é ainda D. Ana Lins quem assume o encargo de restaurar a sua propriedade. A heróica senhora-de-engenho enfrentou árduas dificuldades, com a escravaria fugida, os canaviais arrasados, o gado disperso, as casas queimadas. Quando, porém, o marido regressou ao lar, livre pela fuga da cadeia do Recife e pela anistia concedida, já encontrou o Sinimbu em fase de plena restauração, reingressando na sua importância de antes.

Ainda em 1826 estava D. Ana Lins na faina de restaurar sua propriedade. Em fins daquele ano o marido continuava ausente da província; referência por ela feita, em dezembro de 1826, ao promover a justificação judicial para reaver seu escravo Joaquim, do Gentio da Costa, "que se ausentou fugitivamente de seu poder naquele dito Engenho" – o engenho Sinimbu – "e fora preso e arrematado pelo Juízo de Ausentes, na Cidade de Sergipe de El-Rei". Na citada justificação⁵, a justificante se apresenta como administradora dos seus escravos e engenho, referindo ao "seu ausente marido" em mais de uma ocasião.

Mas não foram somente as revoluções de 1817 e 1824 que envolveram senhores-de-engenho. A rigor mesmo, foram elas as que menos atraíram os proprietários rurais. Raros os Vieira Dantas; muito mais raras ainda as D. Ana Lins. Muito embora não tenha sido estranha, nos dois movimentos, a participação de senhores-de-engenho.

A política que partia dos centros rurais, os engenhos de açúcar, era baseada no prestígio que os senhores davam à coroa; primeiro, à coroa lusa, e contentavam-se com o controle das câmaras

(5) MS da coleção Bonifácio Silveira, publicado na seção "Patrimônio histórico", da *Gazeta de Alagoas*.

municipais, dos postos representativos; depois, à coroa brasileira quando recebiam representações mais altas – as deputações provinciais ou gerais, a senatoria do Império, as comendas, os títulos de grandeza; e mantinham-se como esteio da situação política nacional. Mesmo as lutas partidárias entre conservadores e liberais não perturbaram o ritmo dessa orientação; de pleno apoio à coroa, de segurança das instituições monárquicas.

(*O Bangüê nas Alagoas*, Instituto do Açúcar e do Alcool, Rio de Janeiro 1949, págs. 163-170).

CARLOS STUDART FILHO (1896) -- Nasceu em Fortaleza, onde fez os estudos de humanidades, concluindo-os na Suíça. Doutorou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1918). Mediante concurso, ingressou no corpo de saúde do Exército. Em 1928, entrou para o magistério militar, exercendo a cátedra no Colégio Militar do Ceará, na Escola Preparatória de Cadetes de São Paulo e de Fortaleza. Membro da Academia Cearense de Letras e do Instituto do Ceará, do qual é presidente, membro honorário do Instituto Histórico Brasileiro.

Obras: Uso dos metais na América pré-histórica (1924) – Estudos de história seiscentista (1958) – Fundamentos Geográficos e Históricos do Estado do Maranhão (1959) – As famílias Studart e Pereira (1960) – Os Aborígenes no Ceará (1965) – Páginas de história e pré-história (1966) – A Revolução de 1817 no Ceará e outros estudos (1961).

.....

Aspectos da colonização nordestina

A

fase de repulsa ao alienígena, segue-se – depois da vinda de Maurício de Nassau a Pernambuco com seu séquito de técnicos, comerciantes, sábios, artistas e aventureiros e da derrota de Bagnuoli – outra de plena aceitação, por parte dos moradores, de sua presença, como um estado de coisas que julgavam sem remédio.

Tal fase de compreensão recíproca, verdadeiramente já se esboçaria muito antes, quando estes, percebendo "que era duvidosa, por improficua, a conveniência de hostilizar as autoridades flamengas em proveito dos portugueses, muito mais despóticos e cruéis, haviam aceitado o comércio com os holandeses, que sabiam bem intencionados".

Diante das larguezas de um príncipe generoso, liberal e culto e, por isso mesmo, geralmente admirado e querido, estabeleceu-se um como que compromisso tácito de mútua colaboração entre vencidos e vencedores".

Muito fizeram, então, ambas as partes para aliviar o peso da fatalidade que, sob a forma de guerra, de saques e de morticínio, se abatera sobre as populações urbanas e rurais do Nordeste.

Envidam-se mesmo intensos esforços para reconstruir a vida pública e administrativa nas zonas ocupadas e soerguer a produção

agrícola, o que só se tornaria possível graças a um entendimento mais ou menos perfeito entre batavos e luso-brasileiros.

Assim, conheceu o Nordeste a era de relativo esplendor cultural e renascimento econômico que os entusiastas de Nassau não se cansam de enaltecer.

A Companhia das Índias Ocidentais auferia então lucros estonteantes em consequência do monopólio do açúcar, da madeira e dos escravos, e o próprio Governo da metrópole portuguesa já se conformara em parte com a existência de um Brasil não-lusitano.

Em 1640, quando Portugal retomava a soberania usurpada por Castela durante 60 anos e D. João IV governava em Lisboa, a corte, os conselheiros e a camarilha do trono, não deseja, observa Carlos Maul, mais guerra e julga cômodo entregar de uma vez Pernambuco à Holanda toda poderosa. O Brasil parece-lhe grande demais e não faria mal dividi-lo.

Mas não apenas áulicos e familiares do soberano, senão também os homens mais sábios e prudentes da metrópole fazem-se paladinos dessa infeliz idéia de renúncia. Até o grande Vieira, no *Papel Forte*, alegando interesse de maior vulto, a defendeu com o brilho e o ardor de seu inextinguível talento de escritor e diplomata.

É verdade que alguns elementos mais rijos e animosos, tocados já pelo espírito nacionalista e entre os quais figurariam sempre representantes dos três grupos étnicos que hoje integram a grande massa da população brasileira, continuavam irredutíveis nos seus propósitos de não dar tréguas ao invasor. A maioria, porém, dos habitantes da Colônia, não se sentindo presa dessa exaltação patriótica, pensava e agia de maneira bem diversa, feliz por se ver livre de lutas, canseiras e sobressaltos. Semelhante estado d'alma teve, como se sabe, a gravíssima consequência de debilitar por tal modo a resistência luso-brasileira que ela se tornou praticamente nua por largos períodos de tempo.

Na fase histórica apontada, ter-se-iam os pernambucanos abalçado a realizar as longas diligências necessárias à abertura do caminho de penetração que os levaria ao interior cearense?

Opinamos ainda uma vez negativa e o fazemos baseados nos mesmos argumentos e considerações invocados acima para responder, também pela negativa, a questões semelhantes, formuladas em

relação a supostas fugas de moradores da Paraíba para o Ceará, e que são perfeitamente válidas para o caso agora em debate. Recordemos, por outro lado, que as condições de segurança reinantes nas terras avasaladas pelos flamengos, em virtude da política conciliatória de Nassau, dera ao povo bem-estar e prosperidade econômica. Ora, isso não poderia gerar nele anseios de deslocamentos rumo a horizontes incertos, por entre silvícolas, que, tendo-se aliado ao invasor, lhe eram, portanto, declaradamente infensos.

Objetar-se-á, talvez, que foi, em grande parte, durante os anos de paz que os colonos, radicados nas nossas bordas oceânicas, empreenderam dilatar para as cabeceiras dos rios os seus latifúndios criadores; e, assim, bem poderiam muitos deles ter, no período áureo do domínio neerlandês, saído a reconhecer a retroterra nordestina. O exame, todavia, das escassas indicações existentes nos arquivos acerca das condições em que se fez a expansão pernambucana, parece desautorizar semelhante raciocínio. As tendências expansionistas das gentes de Pernambuco foram, nos primeiros dias, de um lado, no sentido de alcançar o São Francisco e, do outro, de perlongar os caminhos praiiros na conquista dos sertões de fora. Tais fatos nos levam naturalmente a pensar, como a maioria dos autores, aliás, que a penetração do Nordeste, feita por pernambucanos, só ocorreu muito depois da paz entre Portugal e Holanda, quando a capitania já estava, em grande parte, refeita dos agravos da guerra.

Com a viagem do Príncipe de Nassau para a Europa, os antagonistas entre os dois grupos de novo rebentam e se agravam. Inicia-se entre eles uma nova era de contínuas e acirradas hostilidades da qual não participa, como é natural, o enxame de judeus amoldáveis e cristãos-novos de há muito radicados na terra ou recém-chegados do Reino.

Transmudando-se o clima de justiça, moderação e tolerância, por culpa dos novos dirigentes neerlandeses, ávidos e inábeis, no de intransigência e abuso do poder, estabeleceu-se, desde logo, em Pernambuco, a desordem espiritual que, a seguir, alastra a Colônia. Por todas as partes ocorrem choques de interesses irreconciliáveis e subversões sociais, atritos cujos germes estavam contidos no fanatismo religioso comum a ambos os partidos e nos exclusivismos de raça.

A animadversão contra os intrusos – mal sofreada já nos últimos tempos do governo de Nassau –, dia a dia mais se exarcerbando,

culmina, por fim, na revolta armada de 24 de junho de 1645, a cruenta tragédia que se arrastou por quase um decênio ininterrupto, aniquilando as melhores realizações de cem anos de cultura.

Com esse levante, anota o autor do "Diário ou Breve Discurso acerca da Rebelião dos Portugueses no Brasil" (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* nº 32-1887), "entra tudo em desordem e confusão"; abre-se também o ciclo de decadência do predomínio batavo em plagas brasileiras, ciclo que só se fecharia definitivamente com a assinatura do convênio de 1654, ratificado, depois, em Haia, no correr de 1661.

Está claro que, numa região talada pelas operações de uma campanha militar longa e cruenta, a pobreza, a fome e o desânimo poderiam ter determinado a mudança voluntária de muitos de seus habitantes para sítios menos castigados. Todavia, sem meios materiais adequados, ninguém se sentiria, no momento, tentado a enfrentar o largo sertão, desconhecido e inçado de indígenas de variada filiação tribal, para nele situar fazendas curraleiras.

Nenhum indivíduo ou grupo familiar, exceção feita daqueles que integravam a grande massa dos *independentes*, poderia então dispor dos recursos bélicos e materiais indispensáveis ao temerário empreendimento que era o transferir-se alguém da costa do mar para as terras do Oeste, ainda indevassado.

Ora, aos *independentes* moviam sentimentos bem diversos dos que, ordinariamente, costumam excitar no homem o desejo de fuga.

Em tão trágicos momentos, o estímulo era a guerra e todas as energias estavam concentradas na realização da obra ingente e benemérita de repelir um invasor que a todos os títulos se tornara odioso.

Os que, por covardia, comodismo ou tibieza, fossem capazes de desertar à causa brasileira, esses não haveriam também de possuir a coragem bastante para arrostar as asperezas da hinterlândia e seus perigos, alguns, porventura, maiores e mais prementes.

(*Estudos de História Seiscentista*,
Coleção Histórica e Cultural, Fortaleza, 1959, págs. 34-38).

AFRÂNIO COUTINHO (1911). Nasceu em Salvador, Bahia. Diplomou-se em Medicina. Iniciou a carreira literária em 1932, publicando, três anos depois, notável estudo sobre a Filosofia de Machado de Assis. Estagiou nos Estados Unidos, onde, na Universidade de Colúmbia, foi aluno de Maritain. Professor de Literatura Brasileira na Faculdade de Letras e na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membro da Academia Brasileira de Letras.

Obras: Introdução à Literatura no Brasil (1959), A Tradição Afortunada (1968), editou a Obra Crítica de Araripe Júnior, entre outros livros de grandes valores crítico e literário.

.....

A tradição afortunada

1

O pensamento crítico do século XIX, no Brasil, avulta de importância e significação se o encararmos, como se tentou nestas páginas, na sua unidade, de que ressalta, singularmente, uma linha de coerência interna em torno da idéia de nacionalidade.

Pela constância e volume, pela qualidade e quantidade, essa idéia constitui o seu núcleo dinamizador.

A busca da nacionalidade literária; o esforço de definir o caráter brasileiro que teria a literatura no país; o encontro da ou das fórmulas para exprimir o colorido peculiar que ele assumiu; eis o centro das preocupações dos críticos, teóricos e historiadores literários a partir de 1830.

No trabalho de criação, consolidação e apuramento conceitual empenharam-se primeiro o romantismo e depois o realismo, através de seus lídimos representantes. De um a outro movimento, entretanto, não há divergência quanto a esse tema, ao contrário há identificação entre os dois no encontro dessa fórmula nativa, que constitui o "sonho brasileiro" de todos os tempos.

Assim, o pensamento crítico do século XIX em busca da nacionalidade literária forma o embasamento de teoria da moderna literatura brasileira.

Graças a ele, argamassando o sentimento da natureza americana, a cor local, os assuntos históricos e populares, os costumes tradicionais, os hábitos da sociedade, as tradições folclóricas, adquiriu a literatura brasileira a sua fisionomia definitiva, logrando assim e, em consequência, penetrar no século XX em sua fase de completa maturidade.

Origem e formação sob a égide do barroco, nos três primeiros séculos; autonomia no período arcádico-romântico; maturidade na época modernista são as etapas de desenvolvimento da literatura brasileira.

Ao impulso do instinto nacional, a feição literária brasileira delineou-se nítida e definitiva, com, além do mais, aquele "sentimento íntimo", aquela impregnação interior, que a torna distinta e característica.

Da idéia de nacionalidade, embasamento doutrinário, erigiu-se conscientemente o poder criador, à mercê do qual a produção em prosa e verso, em lirismo e narrativa, foi crescendo a partir de Anchieta, adquirindo mais força e qualidade, até atingir a grande florescência contemporânea.

2. O exame nestas páginas procedido desse relevante problema da historiografia literária brasileira, através das teorias dos diversos críticos e pensadores literários do século XIX, estudo este que é um capítulo de história das idéias literárias, conduz-nos à convicção de que na evolução da literatura brasileira não houve duas etapas, uma correspondente à fase colonial, outra ao período nacional, da história política.

Da consideração do assunto, ressalta a noção de desenvolvimento contínuo da consciência literária no sentido da nacionalização, em consonância aliás com o próprio evoluer da consciência nacional. Não parece ter havido linhas paralelas de desenvolvimento nacionalizante, uma política e outra literária, mas sim o crescimento progressivo, ininterrupto, da consciência nacional em todo o povo, o que se traduziria no plano político igualmente que no literário.

O processo de desenvolvimento desse ideal nacional foi lento e complexo:

A consciência brasileira é o resultado da estratificação de consciências – a consciência nativista (na época colonial), a consciência revolucionária (na época da independência), a consciência regional, a

consciência nacional, dentro das quais várias subconsciências se desenvolveram e concorreram para o todo, como a consciência bandeirante, a consciência do humanismo racial, etc. Na produção dessa argamassa atuaram diversos fatores – religiosos, políticos, étnicos, culturais, econômicos, os quais surgiram e operaram desde os primeiros tempos, no sentido de constituir algo novo, diferente do padrão europeu para aqui transplantado. Não foi, portanto, somente na fase arcádico-romântica que se produziu a "formação" dessa consciência e, conseqüentemente, dessa literatura. Aí ocorreu apenas a autonomia dessa mentalidade nova que se vinha "formando". E, embora a literatura não "vivesse" como sistema coletivo, ela já "existia" antes disso, situação, aliás, que ainda persistia até bem pouco, o que levou Tristão de Ataíde àquela fórmula famosa e justa de que "a literatura brasileira existe, mas não vive"¹.

Esse sentimento exprimiu-se a princípio pelo nativismo e depois sob a forma de nacionalismo.

Tendo isso em vista, é-nos fácil conceber a unidade da literatura brasileira, em sua evolução histórica. Não há dois períodos – um colonial, outro nacional, como lucidamente salientou Mário de Andrade, a propósito da história da literatura brasileira do escritor português José Osório de Oliveira:

"A literatura de uma civilização importada como a do Brasil só tem um período real. Que é o da conquista do seu caráter específico, daquele caráter em que ela é original, daquilo enfim em que ela representa uma contribuição indissolivelmente nacional à história da inteligência humana"².

Afirma ainda Mário de Andrade que: mutações de sensibilidade histórica, transformações estilísticas e ideológicas de escolas, não importam nada enquanto essa literatura não adquire um caráter psicológico próprio, original e fatal (*op. cit.*, pág. 144).

É a aquisição desse "estilo de vida nacional ou social" na expressão de José Osório de Oliveira, ou caráter psicológico, como quer

(1) Afrânio Coutinho, *Conceito de Literatura Brasileira*, págs. 62-3.

(2) Mário de Andrade, *O Empalhador de Passarinho*. São Paulo, Martins, s.d. (artigo de 3-XII-1939), pág. 144.

Mário de Andrade, que forma o eixo do pensamento brasileiro. Declara ainda José Osório de Oliveira, um dos poucos portugueses a compreender devidamente o problema:

"Dissemos que era o estilo de vida social o mais importante fator da literatura brasileira, e o mesmo podíamos dizer das outras literaturas americanas. [...] No Brasil, como em todos os países novos, para a literatura européia, foi preciso que os escritores preferissem inspirar-se ou obedecer, não à cultura literária, que era estrangeira, mas à cultura no sentido antropológico ou sociológico da palavra, isto é, aquilo que caracteriza o povo brasileiro. [...] Mais do que a natureza, influiu na psicologia da população brasileira a terra modificada pelos homens. Mais do que as raças: portuguesa, americana ou africana, influiu na formação do Brasil o estilo de vida que essas raças, dotaram ou a que foram sujeitas, com o seu conseqüente caldeamento. E esse estilo de vida próprio, brasileiro, é que é fator principal da literatura no Brasil."

É interessante que apareça a um português assim tão claramente o fenômeno da diferenciação brasileira, muito embora, como assinala Mário de Andrade, sem aceitá-lo em escritores como Gregório de Matos, em quem Mário enxerga com razão o mesmo caráter brasileiro que nos poetas românticos, Gonçalves Dias e Castro Alves. De qualquer modo, observa Mário a sua argúcia em "salientar a caracterização brasileira introduzida em nossa época pela modinha", fato, aliás, também apontado por Oliveira Lima, Araripe Júnior e outros.

A evolução desse caráter nacional pode ser acompanhada em toda a história da evolução literária brasileira, não se tendo realizado por saltos, nem por movimentos ou épocas antagônicas ou descontínuas.

3. O processo de diferenciação literária, como está dito acima, foi sendo efetivado graças a grandes estilos estáticos, cuja sucessão constitui as etapas ascensionais em buscar da auto-expressão literária. Esses estilos foram o barroco, o arcádico, o neoclássico, o romântico, o realista, etc., os quais realizaram a integração progressiva da idéia nacional. Nada significa haja sido de importação, desde que todos passaram por um processo de adaptação ao meio brasileiro, como o Aleijadinho teve que adaptar às condições da pedra-sabão os critérios artísticos do barroco.

As exigências da nova realidade provocaram um ajustamento dos estilos artísticos, a estes foram criando os recursos para captar e assimilar as novas condições e peculiaridades, assumindo então uma feição de traços diferenciados. O barroco brasileiro é um barroco diferente em muitos aspectos, e um Gregório de Matos em quem, como assinalou Mário de Andrade, "se concretiza literariamente pela primeira vez" "o costume tradicional de maldar do que é nosso, em comparação do que é estranho", é por isso, e em muitos outros aspectos, um brasileiro típico, a despeito da forma barroca em que se exprimiu.

Assim, não foi a influência européia, pela concepção da vida e pelo estilo estético, suficiente para deter a onda genuína de nativismo, mercê do qual a literatura brasileira, desde os primeiros tempos, viveu a luta pela conquista da auto-expressão e da diferenciação. As formas literárias, os gêneros, foram-se diferenciando da tradição européia, à custa dessa adaptação à nova realidade, ao novo estado de espírito, ao novo estilo de vida social e nacional. Psicologia, desejos, esperanças, ideais, sensibilidade, estado de espírito, linguagem, tudo o que o homem novo aqui nascido encontrou desde que, como disse Ortega y Gasset, o primeiro europeu pôs o pé no continente novo, "obnubilando" brasiliicamente a sua ideologia européia, tudo o que ele desenvolveu em sua psique, em seu comportamento, em seus costumes, em suas relações com homens, animais e vegetais novos, foi encontrando guarida na literatura, na música, na dança, no canto, nas lendas.

Foi a criação de uma tradição nova, e houve momentos em que essa tradição se foi tornando consciente, e foi atuando na ficção, no lirismo, no drama, no ensaio, não só na estrutura mas também na temática desses tipos, imprimindo-lhes um feito peculiar, distinto.³

4. O aumento progressivo da componência nacional na literatura foi sendo evidenciado por intermédio de várias formas, algumas das quais definitivamente incorporadas às letras brasileiras. Por elas é que o instinto de nacionalidade procurou afirmar-se, tornando-se cada vez mais consciente.

(3) Ver sobre o assunto: Afrânio Coutinho, *Introdução à Literatura no Brasil*, Rio de Janeiro, Livraria São José, 1959, págs. 36-45; F. Diez Medina, "El Problema de una Literatura Nacional". *Cuadernos Americanos*, marzo-abril, 1953.

Em primeiro lugar, o amor ao torrão natal, mormente depois das lutas contra os holandeses, gerando um sentimento de orgulho, muito embora ainda identificado com a Monarquia portuguesa, num espírito de subserviência e subordinação que levaria os colonos a reconhecer os direitos da Coroa, mesmo depois de por ela abandonados a si mesmos na luta pela libertação, na qual o maior papel coube ao brasileiro André Vidal de Negreiros.

Ao amor do torrão foi se acrescentando paulatinamente o sentimento da natureza, o amor das coisas da terra, da paisagem, da flora, da fauna, do clima. Aí começa a literatura a tomar conhecimento do que cerca o homem, surgem os "cantos genetliacos", as "ilhas de maré", os "diálogos das grandezas", os tratados da cultura e opulência do país, evidentemente com endereço propagandístico para a Europa, mas também, já refletindo o orgulho "nacional" pelo que a terra possuía e oferecia ao colonizador e seu primeiro habitante. É uma literatura de ufanismo e exaltação, em que a comparação com as coisas européias também já se vislumbra, para crescer como uma das mais fortes tradições de nossa cultura, a culminar na "Canção do Exílio" de Gonçalves Dias.

Não é justo afirmar-se que o sentimento da natureza inexistia antes dos árcades e românticos. Evidentemente, a noção de natureza tal como a entenderam eles não é a mesma que antes, e este é um fato que prevalece para toda a cultura ocidental.

Anteriormente ao século XVIII, dificilmente poderíamos encontrar um poeta que se referisse à paisagem, senão exteriormente, de dentro para fora. É uma natureza que atraía pelo pitoresco, pelas coisas que tem a mostrar, e, quando Botelho de Oliveira ou Itaparica a pintam, é para pôr à mostra e fazer valer as suas belezas e vantagens.

Para o romântico, a natureza é lugar de refúgio, sonho, meditação. Identifica-se com ela, transfere-lhe o seu estado de alma, procura uma correspondência entre o seu sentimento e a paisagem. Ama-a pelo que ela pode fornecer-lhe de estímulo, consolo, refrigério. Exalta-se com verdadeiro sentimento de adoração religiosa e mística. Não seria possível ouvir de um poeta barroco uma afirmação como esta de Sales Torres Homem, em 1836, a propósito dos *Suspiros Poéticos e Saudades* de

Gonçalves de Magalhães: "A simplicidade das cenas da natureza que tão tocantes relações oferecem com as misérias do nosso coração".

Como, pois, censurar os poetas coloniais, como fizeram os românticos, por não incorporarem a natureza americana, tal como eles o faziam? Eles a pintaram, sem dúvida, embora à sua maneira, em conformidade com os cânones estéticos do estilo a que se filiavam.

Demais disso, havia o peso, da educação e da imitação européia, que impunham a natureza de importação. O classicismo, o neoclassicismo e o arcadismo veicularam para o Brasil o dever de imitar e copiar a natureza européia, idealizada em toda a sorte de "parnasos" e de envolta com a mitologia greco-romana.

Só o romantismo é que desencadeou no Brasil uma querela de antigos e modernos, graças à qual se romperiam os laços com a mitologia e a natureza arcádica e pastoril.

Portanto, é um erro de perspectiva crítica e histórica exigir que uma época estética se exprima seguindo os cânones de outra mais moderna. Não é possível exigir do passado que pense e sinta de acordo com os estilos posteriores. Não é leal julgar uma época passada à luz dos padrões estéticos presentes, transferindo para ela o nosso critério de gosto e de realização artística.

Não era só entre os brasileiros da Colônia que falecia uma maior afinidade com a natureza na literatura. Também na Europa, o sentimento da natureza na literatura foi um dado pré-romântico, quando aos poucos, ao longo do século XVII, ele a dominou. Como exigir que uma literatura em formação, pobre, sem amplitude de atuação, isolada, influenciada pela portuguesa, não repetisse os cânones europeus?

Com o amor ao torrão e à paisagem, com a reação em sua defesa contra o pirata e o invasor, germinaram-se o orgulho nacional e o sentimento de propriedade, e deles o nativismo. A energia nativista medrou em toda a Colônia, de Pernambuco à Bahia e a São Paulo, diferenciando fortemente o Brasil, a ponto de levar Fernão Cardim a afirmar, em 1590, que "este Brasil é já outro Portugal".

(*A Tradição Afortunada*, Coleção Documentos Brasileiros, Livraria José Olímpio, São Paulo, 1968, págs. 159-166).

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES (1913-1987). Bacharelou-se em Direito na Universidade do Rio de Janeiro. Professor de História Diplomática no Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores e diretor do Arquivo Nacional (1958-1964). Lecionou História do Brasil no semestre do outono de 1963 a 1964 na Universidade do Texas. Membro do corpo consultivo da Revista História do México, dos Cahiers d'Histoire Mondiale (Unesco, Paris) e do Historical Abstracto (Munique, Alemanha). Participante de vários congressos internacionais de História. Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Membro da Academia Brasileira de Letras.

Obras: Teoria da História do Brasil, 2 vols. (1957) – Notícia de Varia História (1951) – Brasil, Período Colonial, México (1953) – Brasil e África, 2 vols. (1954) – Aspirações Nacionais (1963) – Historiografia del Brasil (1963) – Conciliação e Reforma no Brasil (1965) – História e Vida (1966) etc.

.....

Unidade nacional

Mais importantes e mais vitais do que a ocupação efetiva são a defesa e a manutenção da unidade nacional. Este foi o grande tema da nossa história, e não a divisão que, remediada depois, foi o das colônias norte-americanas, e, irremediada, o da América Espanhola¹. Ao findar o período colonial, o Brasil era apenas uma unidade geográfica. Era a divergência, o particularismo; o centro ficava além-mar. O estabelecimento da Corte no Rio de Janeiro começou a favorecer a aproximação das capitanias e a estabelecer, de certo modo, a unidade do país. O supremo desafio enfrentado pela Independência foi o de criar uma consciência nacional e formar a unidade pátria, mesmo diante das enormes disparidades econômicas e sociais das várias regiões. Devemos ao triunfo dos poderes local e provincial a unidade da nação. A função asseguradora da unidade nacional, que o Rio começou a exercer desde 1808, não foi, como disse Oliveira Viana, um *fiat* histórico. Foi "uma conquista lenta, com uma evolução sua, própria, cheia de lances que o brilho da majestade real obscurece, mas que a análise histórica eviden-

(1) Pontes de Miranda; "Preliminares para a Revisão Constitucional", in *À margem da História*, Rio de Janeiro, 1924, 182.

cia".² Por isso, Capistrano de Abreu escreveu que se não foi aqui [no Rio] que primeiro se concebeu a idéia de uma nação, aqui pelo menos se realizou este sonho que bem perto esteve de esvair-se em sono³. Além disso, coube ao Rio de Janeiro contribuir economicamente, e sozinho, para a unidade nacional.⁴

Nem o governo-geral na Bahia nem o vice-reinado no Rio de Janeiro conseguiram dar caráter orgânico às várias unidades territoriais, diferenciadas, separadas e vivendo sua vida autônoma. Nem um nem outro centralizou-as e formou uma unidade político-administrativa. O exercício do governo de Lisboa, a distância e o comando administrativo subordinado ao Conselho Ultramarino mantinham as divisões, necessárias à subjugação do continente brasileiro. A unidade do Brasil inicia-se às vésperas da Independência, quando o Rio de Janeiro começa a exercer sua função de centro político diretor da vontade nacional.

O espectro do separatismo irrompeu em várias oportunidades, mas foi logo se desfazendo, como foi sendo derrotado o próprio provincialismo. Somente com a Maioridade realizou-se totalmente a aspiração de unidade. De 1840 a 1889, quando a Monarquia caiu, apenas duas vezes, em 1842 e 1848, tivemos sérias perturbações da ordem. Restabelecida a paz no Rio Grande do Sul em 1845, depois de 10 anos de lutas, a Maioridade, como um parapeito, resguardou a nação e evitou que se fizesse em pedaços a unidade nacional. A idéia de unidade, que vive em nós, e de nós depende, é um produto da nossa história comum e da crença no nosso futuro, também comum.

EQUILÍBRIO NACIONAL E REGIONALISMOS

Se a unidade foi um ato criador da Independência, e especialmente do Império, promovido no Rio, é certo que não éramos um todo orgânico, mas, antes, um conjunto de várias regiões ou seções

(2) *Populações Meridionais do Brasil*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 3ª edição, 1933, 326.

(3) *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, Sociedade Capistrano de Abreu, Rio de Janeiro, 1930, 118.

(4) Vide carta de D. Pedro a D. João VI, de 17 de julho de 1821, in Barão de São Clemente (Clemente José dos Santos): *Documentos para a História das Cortes Gerais da Nação Portuguesa*, Lisboa, 1833-1899, 1ª vol., 244.

econômicas que viviam sua vida própria. Observando-as, Martius foi o primeiro a sugerir, em 1843, que se escrevessem histórias regionais. Desde aí se vêm mostrando as distinções que separam os grupos regionais e pleiteando a defesa dos seus interesses, abafados pela centralização política imperial. Alguns historiadores, como Handelmann, João Ribeiro e Capistrano de Abreu, atentaram para o estudo de certas condições geográficas de tradições históricas, de peculiaridades étnicas e de determinados interesses econômicos que separam regiões ou seções econômicas. Grande parte da luta política doutrinária no Império, tão bem caracterizada na obra de Tavares Bastos, consiste em defender a província, como região, contra a centralização. A compreensão do desenvolvimento brasileiro exige que se notem as semelhanças e diferenças básicas que unificam regiões ou agrupam seções. Não exprime a realidade falar em dois Brasis, um arcaico e outro novo, ou um desenvolvido e outro subdesenvolvido⁵, pois, na verdade, há vários Brasis, tantas quantas suas regiões específicas ou suas seções econômicas como sugeriu o professor Leslie Lipson.^{5-A}

Neste sentido somos um império, uma federação de seções, uma unidade de regiões, embora subsista o conceito de que há zonas desenvolvidas e zonas subdesenvolvidas, ou arcaicas e novas, com áreas metropolitanas e áreas coloniais, separadas por etapas diferentes de desenvolvimento histórico. Nunca houve uma evolução uniforme de desenvolvimento, nem o poder nacional foi arrebatado por uma só província ou estado. Fatores históricos, geográficos e econômicos conspiraram contra as igualdades regionais, como conspiram contra as igualdades humanas. E assim como o poder mundial é transitório, também é transitória a força dos estados no poder nacional.

A nossa história mostra as variedades do predomínio regional, ligada a força política à econômica. O próprio Capistrano de Abreu escreveu que "se quiséssemos designar cada século da nossa história por um epíteto aproximado, caberia o de pernambucano ao

(5) *Le Brésil, Structure Sociale et Institutions Politiques*, Paris, 1953. Tradução brasileira, revista, *Os Dois Brasis*, INEP, Ministério da Educação e Cultura, 1959.

(5-A) "Government in Contemporary Brazil", in *Canadian Journal of Economics and Political Science*, Maio, 1954, 189.

XVI, o de baiano-paulista ao XVII, o de mineiro ao XVIII, como o de fluminense ao que em breve terminará". Mas felizmente não foram assim tão simplistas as hegemonias regionais. De modo geral pode-se dizer que a fase colonial foi de predomínio do Nordeste, excetuada a curta etapa mineira, e São Paulo, no século XVIII, sofreu um verdadeiro cataclismo que o travou até os meados do século XIX. Ainda no começo do século XIX, eram o Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Maranhão as capitanias que mais floresciam⁶ e, durante o Império, todas as quatro continuaram a fornecer os grandes valores da liderança nacional e a maior arrecadação aos cofres da União.^{6-A} Lentamente, com a plantação de café, que dera substância, no Império, ao Rio de Janeiro, com a imigração e as estradas de ferro, São Paulo começa a preponderar. Em 1874, André Rebouças considerava predestinada a Província de São Paulo, "a Pensilvânia do Brasil", "a mais ousada e a mais ativa das províncias do Império", pois apresenta o exemplo, novo neste país, de construir com capitais seus cinco caminhos de ferro ao mesmo tempo. Seu progressivo desenvolvimento não tinha igual em todo o Império.⁷ Desde 1853 aparecem as reclamações nordestinas contra o desatendimento do governo central às suas reivindicações, e já se diz, na Câmara, que o Norte e o Nordeste estão sendo sufocados.

Na República, ao lado de São Paulo, de Minas e do Distrito Federal⁸, aparece o Rio Grande do Sul, que vê sua posição reforçada com o movimento de 1930. A maior estranheza é que Minas Gerais, a única província, desde o Império, que mantém inquebrantável sua força política, reforçada na República, não totalmente obscurecida depois de 1930 como a de São Paulo, nem sempre tenha dado à União con-

(6) "Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí", RIHGB, T. LXII, 2ª parte, 104.

(6-A) *Relatório do Ministério da Fazenda*, Rio de Janeiro, 1859, 47, 49 e 50. Vide Discurso de Carneiro Leão, in *Anais da Câmara dos Deputados*, 2 de agosto de 1831, Rio de Janeiro, 1878, t. II. Pernambuco era considerado, ainda em 1855, uma província rica. In *Correio do Brasil*, 23 de abril de 1855.

(7) *Garantia de Juros. Estudo para Sua Aplicação às Empresas de Utilidade Pública no Brasil*, Rio de Janeiro, 1874, 2, 3 e 23.

(8) Ocupava o primeiro lugar na expansão industrial, Cf. Mensagem de Nilo Peçanha ao Congresso, in *Anais da Câmara dos Deputados*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1910, 458.

tribuição econômica equivalente ao seu predomínio político. Se é verdade que o poder nacional não pertenceu sempre ao Sul e que nem todas as províncias gozaram sempre do mesmo prestígio, é indiscutível que o comando político nacional sempre contou com a colaboração mineira. Sem o apoio de Minas, nunca teve êxito movimento algum e sua expulsão significa o malogro.

O fato é que o poder nacional não pertenceu sempre a uma só província nem todas elas gozaram sempre do mesmo prestígio em nossa história. Acusou-se muito o Império de ter agravado, com a centralização, este problema, e Tavares Bastos foi dos que mais batalharam para mostrar que a coesão dependia da liberdade seccional. Mas a República, com a política dos estados ou dos grupos de estados, abafou ou adiou o desenvolvimento das regiões e das seções.

(*Aspirações Nacionais*, 3ª edição, Fulgor, São Paulo, 1965, págs. 92-96).

*SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA (1902-1982).
Paulista. Membro da Academia Brasileira de Letras. Professor de História do
Brasil da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. Foi Diretor do
Museu Paulista.*

Obras: Raízes do Brasil (1937), Monções, etc.

.....

Estruturação social do Brasil

Toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora das cidades. Esse fato é do mais vivo interesse para quem queira compreender um estado de coisas, que em seus aspectos essenciais prevaleceu até o final da monarquia ou, mais precisamente, até a abolição da escravidão. 1888 é o marco divisório entre duas épocas – o instante talvez mais decisivo em toda a nossa evolução de povo. A partir desse momento, a vida brasileira desloca-se nitidamente de um pólo a outro, com a transição para a "urbanocracia", que só daí em diante se impõe completamente.

É curioso observar que todos os demais estados americanos tiveram desses momentos decisivos, que se assinalam pelo começo da predominância dos grandes centros urbanos, e que podem ser designados com datas fixas. Na Argentina, por exemplo, 1852 – o ano da batalha de Cáceres e da queda de Rosas – marca para Buenos Aires, praticamente, o fim da era colonial. É a partir desse ano que se inicia na metrópole platina um surto demográfico extraordinário e vertiginoso, durante o qual nela se centralizam, aos poucos, todas as energias da República. Sua população, de setenta e seis mil almas, eleva-se ao dobro uma década mais tarde. Em 1875, sobe a duzentos e trinta mil habitan-

tes; em 1887, é de quatrocentos e trinta e sete mil, e em 1904, de novecentos e setenta e nove mil.

No caso dos Estados Unidos já é mais arriscado fixar-se uma data precisa correspondente, dada a extrema desuniformidade na vida econômica das diversas regiões que compõem o país. Ainda assim, o sentido modernizador parece definir-se, ao menos na Nova Inglaterra, logo após a guerra de 1812, com a inauguração do grande comércio ultramarino. Pouco antes disso, Nova Iorque tinha principiado a realizar o seu "destino manifesto", elaborando um vasto plano para a evolução futura da cidade. Os organizadores desse plano obedeceram ao mal disfarçado empenho de favorecer o aumento do tráfego e do valor dos bens raízes. O resultado foi o previsto e, em pouco tempo, tinha início uma verdadeira febre de especulações que já prenunciavam a *Empire-City* dos nossos dias.¹

Entretanto, para o Brasil, a data de 1888 tem uma transcendência singular e incomparável. Durante os primeiros anos da colônia, toda a vida do país concentrava-se decididamente no domínio rural: a cidade era virtualmente, senão de fato, uma simples dependência deste. Com algum exagero poderíamos dizer que essa situação não mudou até o penúltimo decênio do século passado. No Império eram ainda fazendeiros e filhos de fazendeiros, educados nas profissões liberais, os que monopolizavam a política, elegendo-se e fazendo eleger seus candidatos, dominando os parlamentos, os ministérios e, em geral, as posições de comando e de responsabilidade, e fundando nesse incontestável domínio a estabilidade das instituições. A essa gente, que por natureza deveria ser conservadora e retrógrada, coube mesmo empreender os maiores movimentos liberais que já se operaram, na história do Brasil, e isso desde os nossos primeiros tempos. Por outro lado, bem antes de se firmar o predomínio decisivo das cidades, com a vitória final do esforço abolicionista, nunca se cessou de estimular a introdução em larga escala, no país, dos traços de civilização material mais caracteristicamente urbanos, sem que isso lhe afetasse em absoluto a estrutura moral e sem que fosse arruinado o predomínio da casta dos senhores

(1) Ver o artigo de Lewis Mumford intitulado "The City" no volume *Civilization in the United States: An inquiry by Thirty Americans*, N. & Y. Harcourt, Brace & Co. 1922.

rurais. Assim é que já em 1851 tinha início o movimento regular de constituição das sociedades anônimas; pela mesma época funda-se o Banco do Brasil, transformado logo depois em banco de emissão (1851 e 1854); inaugura-se a primeira linha de telégrafos na cidade do Rio, seguida logo de outras em vários pontos do país (1852) e a primeira estrada de ferro (1854), também acompanhada de várias outras. Nessa série de episódios, conforme demonstra um estudioso, já se continham em germen os elementos de todo o desenvolvimento material ulterior do Brasil, resumidos nos seguintes princípios:

1. aparelhamento das forças de trabalho e produção;
2. organização do crédito, circulação e emprego de capitais, expressos em moeda;
3. transmissão rápida e fácil de idéias e notícias, no sentido de abreviar e multiplicar as transações;
4. estabelecimento de meios de transporte rápido entre as praças comerciais do litoral e as fontes de produção do interior, promovendo, assim, a circulação dos produtos, o abastecimento regular do consumo interno e o incitamento ao comércio exterior, com a exportação dos excedentes desse consumo.²

Nunca, talvez, nem sequer depois de inaugurado o régimen republicano, fomos envolvidos, em tão breve período, por uma febre de progressos materiais como a que registrou nesses anos de 1851 a 1854. Apenas não se pode dizer que o país estivesse amadurecido para grandes empreendimentos de ordem econômica que lhe alterassem profundamente a fisionomia. Eles não encontrariam facilmente, em nosso temperamento e em nossos costumes, um ambiente adequado, não obstante toda a boa vontade de certas elites. Uma resistência importante, com que não poderiam deixar de contar os homens empreendedores da época, seria, além da nossa formação econômica, fundada em grande parte no trabalho escravo, o espírito retrógrado que dominava a organização de nossos serviços públicos. Com o declínio da velha agricultura e

(2) Ramalho Ortigão – "Surto de cooperativismo – Bancos – Navegação – Viação Férrea – Telégrafos elétricos"; artigo publicado no tomo especial da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* do ano de 1925, consagrado à biografia de D. Pedro II. V. pág. 289.

com a lenta formação de uma burguesia urbana é que se desenvolveu, com caráter próprio, o nosso aparelhamento burocrático. As funções públicas constituíram, desde muito cedo, aliás, o apanágio quase exclusivo da mesma casta de homens a que pertenceram os nossos proprietários rurais. Alimentavam, com freqüência, a mesma digna ociosidade, que tanto singularizou esses senhores-de-engenho, de quem dissera Antonil que os escravos eram suas mãos e pés. A constituição de uma burocracia numerosa e próspera, comportando postos cuja remuneração e cuja importância social estavam, muitas vezes, – quase sempre – na razão inversa do trabalho que lhes correspondia, impunha-se como o expediente próprio para assegurar um bem-estar relativo a parte considerável da população que, do contrário, se veria condenada a uma irremediável ruína. E quando não o assegurasse, valeria, ao menos, pelo efeito compensador que garante a um indivíduo maltratado pela sorte a possibilidade de se conceber não somente como cidadão do "maior e mais rico país do mundo" mas, sobretudo, como peça necessária de seu mecanismo administrativo, como parte do estado, de um "nós" poderoso e respeitável. Essa é a origem verdadeira de certo patriotismo ingênuo e contente de si que, ainda hoje, vemos florescer entre nós. Patriotismo negativo, feito de ressentimento, não se recomendava certamente como elemento ativo e construtor, e tampouco se recomendava, sob algum aspecto, o espírito da "casa-grande", estereotipado por centenas de anos de vida rural, e transportado, bruscamente, de corpo e alma, para as cidades. A morosidade e deficiência de nossos serviços públicos tornou-se proverbial desde velhos tempos. Num país que, durante a maior parte de sua existência, foi uma terra de senhores e de escravos, sem comércio que não estivesse em mãos de estrangeiros, seria impossível pretender contar com uma burguesia urbana numerosa e apta a esses serviços, que pudesse facilitar outra situação.

Tais condições tornam-se mais compreensíveis quando se tenha em conta que, entre nós, como aliás ocorre em todos os demais países de história colonial recente, quase não existiram formas de vida social intermediárias das propriedades agrícolas para os centros urbanos. A estabilidade do domínio rural esteve sempre, no Brasil, em função da produtividade do solo. E assim, a distinção entre a cidade e o domínio agrário é, entre nós, como, de um modo geral, em toda a América, o

verdadeiro equivalente da distinção clássica e tipicamente européia entre a cidade e a aldeia³. A absorção da população rural pelas cidades tendeu, por esse motivo, em nosso país, a contrariar o processo verificado nos centros do Velho Mundo e mesmo da América do Norte, de migrações progressivas e a curta distância (lei de Ravenstein).

(*Raízes do Brasil*, Liv. José Olímpio, Rio, 1ª ed., 1936, págs. 43-49).

(3) A noção dessa equivalência impõe-se em todo exame atento da realidade social brasileira no passado e no presente. Ela evitaria os erros de muitos estudiosos, que pretendem aplicar, sem revisão, certos conceitos da ciência social européia às nossas condições peculiares. Um sociólogo alemão moderno, Leopoldo von Wiese, depois de observar, com razão, em um interessante estudo sobre as sedes de população rural, que o *farm* é mais característico da América que a aldeia, propõe, como correspondente na Alemanha da *Rural Sociology* norte-americana, proveniente do influxo dos problemas prementes da economia agrária nos Estados Unidos, o que chama Sociologia de Aldeia, ou *Dorfsoziologie*. Veja-se no *Handwörterbuch der Soziologie*, de Alfred Vierkandt, Ferdinand Enke Verlag, Stuttgart, 1931, à pág. 522, o artigo de von Wiese intitulado "Ländliche Siedlungen".

PEREGRINO JÚNIOR (1898-1983). Rio Grande do Norte. Médico. Membro da Academia Brasileira de Letras e do Conselho Federal de Cultura.

Algumas Obras: Puçanga (1929), A Mata Submersa (1960), Panorama Cultural da Amazônia (1960).

.....

Fisionomia geográfica e social da Amazônia

A Amazônia, ocupando todo o extremo norte do Brasil, com 4.989.641 quilômetros quadrados (mais de nove vezes o tamanho da França!), compreende três Estados – o Pará, o Amazonas e o Acre – e três territórios – Amapá, Guaporé (Rondônia) e Rio Branco (Roraima). A planície total da Amazônia tem dimensões espantosas: cerca de 7.000.000 de quilômetros quadrados, estendendo-se desde os contrafortes do planalto central até as encostas da cordilheira dos Andes e as montanhas das Guianas, incluindo terras da Venezuela, da Colômbia, da Bolívia, do Equador e do Peru. Sendo o lugar do universo onde se deu o encontro dramático das águas e das florestas, é, no entanto, o maior, o mais triste deserto do mundo. Possui, segundo o censo de 1960, apenas 5.363.308 habitantes, e a sua densidade demográfica é 1,1 por quilômetro quadrado! Contudo, as estimativas oficiais para 1967 deram-lhe 6.795.811 habitantes. Ou melhor: 1,4 habitante por quilômetro quadrado. A Amazônia, ocupando 58,9% do território brasileiro (o Amazonas é o maior Estado do Brasil), é um mundo ermo e abandonado. Os seus imensos rios (o Amazonas, o Solimões, o rio Negro, o Tocantins, o Tapajós, o Araguaia, o Madeira, o Xingu, para só citar os maiores) marcam e diferenciam zonas muito

variadas, identificadas todas por um caráter comum: o domínio da água e da mata.¹

A fisionomia geográfica da Amazônia não é tão uniforme como em geral se pensa; é rica e múltipla. Os geógrafos brasileiros dividem-na em três zonas: a boreal serrana, a central e a das grandes matas do sudoeste. Mas o Conselho Nacional de Geografia modificou tal divisão: encosta guianense, planície amazônica, encosta setentrional do planalto brasileiro e planície litorânea, de acordo com suas características climáticas e geomorfológicas. Contudo, para os que vêm de longe a Amazônia, ela é a grande planície, que tem três níveis diferentes: a planície de inundação, com suas várzeas e igapós, as terras firmes e, cobrindo, tudo isso, o lençol verde da floresta tropical.

Já vi de perto essas verdes solidões amazônicas: primeiro, navegando-lhe os rios, furos e igapós, em gaiolas e montarias; depois, sobrevoando de avião a floresta imensa, apenas interrompida, na sua compacta, interminável densidade, pela lâmina larga e reluzente dos grandes rios sem fim... E da minha convivência íntima com a terra e a gente da Amazônia, recolhi a convicção de que aquelas desmedidas extensões verdes, que a um tempo nos encantam e esmagam, se multiplicam e dividem em zonas muito variadas: a das florestas e grandes rios paludiais permanentemente alagadas (a mata atolada na água), (o Amazonas – com 6.200km, de extensão, dos quais 5.200 navegáveis, vomitando no mar 120.000 metros cúbicos de água por segundo!), produzindo madeira e borracha; a do Baixo-Amazonas, com suas várzeas periodicamente inundadas, criando gado, produzindo borracha, frutas e mandioca; a das altas florestas enxutas do Tocantins, produzindo castanha-do-pará (a estrada Belém–Brasília trouxe-nos uma surpresa: a planície nessa região é uma sucessão de colinas e grotões que a mata fechada encobre e disfarça); a do Salgado, nas vizinhanças do mar, produzindo amendoim, arroz, algodão, cana, pimenta, milho e mandioca; a

(1) Há, porém, uma Amazônia geográfica e uma política. Esta foi ampliada, por decreto do Governo (1955), e incorporou parte dos Estados de Mato Grosso e Goiás, o que representa uma área total de 5.030.109 km², com 3.549.389 habitantes. A densidade demográfica aumentou assim de 0,52 habitantes para 0,70 por km².

de Marajó, tão variada e alegre, com sua criação de gado, seus rebanhos de búfalos bravios e bois domésticos (bois de sela e de carga!), sua copiosa pesca, sua lavoura generosa. Ultimamente os geólogos brasileiros descobriram na Amazônia ricas minas de ouro, diamante, ferro e carvão de pedra e o Amapá explora, há vários anos, imensas jazidas de manganês. Mas tudo isto, há 50 anos, na era do esplendor do ouro negro (antes da surpresa do Ceilão), só produzia borracha – e nadava em dinheiro. Belém e Manaus eram cidades suntuosas, com teatros como o Teatro da Paz e o Teatro Amazonas – cabarés de luxo, grandes hotéis, grandes museus, grandes avenidas, grandes igrejas – e os seringueiros lavando mulheres em banho de champanhe francês! Que frenética prosperidade, que delírio perdulário de prazer! Gilberto Amado conta nas suas memórias o espetáculo de uma orgia de seringueiros em Paris: bebendo champanhe, dançando, cantando com mulheres lindas, num frenesi selvagem de bárbaros em férias! E em Belém acendia-se charuto com cédulas de 500 mil-réis. Belém – ligada pelos navios esplêndidos da Booth Line à Europa, em viagens tranqüilas e confortáveis de 8 dias apenas! – era uma cidade altamente civilizada, possuindo os melhores hotéis e os melhores restaurantes, os mais alegres *nightclubs* e os mais belos cinemas e casas de espetáculos, com suas estradas arborizadas de copadas mangueiras, seu Largo da Pólvora, seu Grande Hotel, seu bosque municipal (uma floresta dentro da cidade), seu magnífico Teatro da Paz, seus esplêndidos jornais (a *Província do Pará* e a *Folha do Norte*) que eram dos melhores do Brasil, aglutinando nas suas redações homens ilustres do Norte, do Nordeste e do Sul!

Conheci Belém e Manaus nos primeiros tempos de sua decadência, quando ainda guardavam os restos coloridos do esplendor dos dias de ouro – e eram ainda cidades lindas, cultas, alegres, civilizadas, ouvindo Tita Ruffo e aplaudindo Ana Pavlova antes do Rio; hospedando Carlos Gomes e Medeiros e Albuquerque, grandes artistas e grandes escritores, publicando revistas literárias como *Éfemeris* e *Atena*, das mais belas que o Brasil ainda conheceu; com serviços urbanos (luz, água e transportes) modelares, com palácios e igrejas suntuosos, decorados por De Angelis...

Em suma, o remanescente de uma prosperidade morta, de uma civilização extinta – uma espécie de ruína pomposa e ilustre de uma época de incomparável esplendor material e cultural.

Contudo, o que era fundamental na vida amazônica não morreu: a paisagem de águas fundas e densas matas, a literatura ad-

mirável, as expressões espirituais de gosto e de arte, os resíduos mais típicos e duráveis de uma civilização que se instalou em plena floresta tropical, nas vizinhanças da linha equatorial.

A VOLTA DO MUNDO...

Pensando em Flaubert ("Voyager do être un travail sérieux"), digo como Raul Bopp: a maior volta do mundo que eu dei foi na Amazônia. E haverá mundo maior que aquele? Estranho mundo inverossímil de espantos, de surpresas e assombrações. Quem por lá se perdeu um dia, tem fatalmente coisas para contar. Isso explica a copiosa e variada literatura que existe hoje sobre a Terra Verde. Alguns filhos da Amazônia (Raimundo Morais, Alfredo Ladislau, Nuno Vieira), como donos legítimos do assunto, torceram o nariz, com mal dissimulado azedume, aos adventícios que estudaram e descreveram a sua planície.

– Barlaventistas! era como os denominavam, pejorativamente, no Pará.

Em corajoso prefácio da primeira edição de *Terra de Icamiba*, o Sr. Nuno Vieira responsabilizou aliás Euclides da Cunha por todos os disparates que têm sido escritos "sobre o vale" pelos escritores que, "imitando-lhe a maneira, mas sem a consciência profissional, que o amparava nos maiores arroubos da imaginação, chegaram a inventar o período 'pós-quartenário' para a ainda mal conhecida geologia da planície amazônica".

E acrescentou: "Literatos, quantos a espiem pelas escotilhas de navios ligeiros, com a preocupação de fazer obra de ciência, não a verão jamais. Para bem vê-la e bem compreendê-la é questão de querer descer ao chão e escutar com amor os corações subterrâneos."

Essa atitude nasce talvez do excessivo zelo que caracteriza o "bairrismo" da gente da planície, que eu bem compreendo e justifico. Recordando uma frase feliz de Graça Aranha, penso muitas vezes que a suprema beleza da terra amazônica deslumbra o homem nascido no seu mistério, enfeitiçado pelo seu quebranto, e que nesse amor físico do homem e da terra reside o segredo do bairrismo amazônico, que "tem o sabor capitoso de uma união voluptuosa".

IMAGINAÇÃO DO HOMEM DA AMAZÔNIA

A imaginação do homem, na Amazônia, é uma diátese geográfica. A terra amazônica – o "suporte rígido" de Ratzel –, traçando

o destino dos seus habitantes com cega brutalidade, marca fundamentalmente a sensibilidade do homem. Para compreendê-la é essencial conhecer o ambiente em que ele nasceu. As suas qualidades e defeitos decorrem da sua própria geografia. O caráter do homem amazônico é a saturação de suas íntimas necessidades: comprimido entre duas infinitas melancolias – a do rio e a da floresta –, ele se contrai sobre si mesmo, para fugir nas asas afoitas da imaginação. Por todos os lados, a monotonia dos mesmos horizontes fechados, resvalando no corte verde da linha indolente e rasa dos cenários. A terra se repete indefinidamente no colorido das matas que enterram as raízes nos pântanos coagulados; nas águas fundas de óleo negro e pesado; nos barrancos moles e desbeçados, que o rio lambe, carrega e destrói incessantemente, na sua marcha viscosa e tarda de cobra-grande sem pressa. Sob a sombra das florestas mal-assombradas, onde dormem os duendes do terror cósmico, ele não vê o céu, e a luz das estrelas não se reflete na água triste dos igapós; os pés se atolam na lama podre, os olhos se apagam na densa escuridão da mata sem termos...

Há, pois, uma fatalidade geográfica que conduz o homem da Amazônia – seja o índio, o caboclo ou o cearense – ao mistério dos mitos e à poesia das lendas. A natureza, ali, é que desencadeia a vocação lírica e mística, pelo medo, pela beleza e pelo mistério. A magia telúrica do cenário excita a imaginação, levando o homem à evasão da música e da poesia. Daí também a importância que tem tido até hoje a paisagem em toda a literatura regional da Amazônia. Na literatura amazônica, desde Euclides e Alberto Rangel até Alfredo Ladislau e Raimundo Morais, a paisagem foi sempre o personagem central. Mesmo porque a terra, na sua trágica fome, devora tudo. O sortilégio cósmico da natureza, o feitiço misterioso da floresta fascinam e assombram, atraem e afastam ao mesmo tempo, e o homem-intruso dela se aproxima encantado, mas desconfiado... Como o rio e a sua história, na frase euclidiana, tudo ali é desordenado, incompleto. Nada, por isso, convida à permanência, à fixação e à estabilidade. O caboclo e o cearense são a base humana da população amazônica. Foi a grande seca de 1877 que atirou nos seringais amazônicos as primeiras grandes levas de cearenses (nome genérico de norte-rio-grandenses, paraibanos, alagoanos, cearenses, pernambucanos), embora os primeiros lá tenham chegado em 1855. O po-

voador nordestino, entretanto, além de outros, tem sido até hoje na Amazônia um marginal. Não se fixa. Não se detém. Não se adapta. Não se identifica. Não chega em geral a aceitar e compreender a terra. É sempre instável, provisório, interino, sem residência permanente. Entre o homem e a terra o que há, ali, como observa o autor do *Ciclo do Outo Negro*, é nada mais do que um pacto de interesse. Só o caboclo – dono da terra – sente e ama a melancólica beleza da mesopotâmia. Por isso só ele ali permanece, fatalista e resignado, no abandono e na solidão das matas sem fim, dos rios sem fundo, das distâncias sem termo. Mas quem luta com a terra, quem a toma de assalto, e procura domá-la pela violência, para desvirginá-la, é o desbravador nordestino, que com a audácia das suas mãos aventureiras construiu a epopéia da borracha... A exploração da Amazônia sempre foi predatória. Uma economia destrutiva: o caucheiro destruiu as árvores para tirar-lhes o leite; o seringueiro esgota a seringueira para colher a borracha; o madeireiro destrói florestas inteiras para aproveitar algumas madeiras de lei; o lavrador queima e esteriliza a mata para fazer um pequeno roçado de mandioca. Como diz Araújo Lima, a Amazônia é uma terra fraudada e saqueada. Primitivamente salubre, tornou-se depois poluída e perigosa.

Foi o homem que levou para ela a malária, a sífilis, o beribéri. Antes fértil e generosa, está-se tornando estéril e devastada e pobre, pela ação predatória do homem. Ao nordestino – que para lá foi com João Gabriel de Carvalho Melo em 1855 e que a seca de 1877 deslocou definitivamente em grandes massas de retirantes – o caboclo abandonou a dura tarefa de assaltar as seringueiras e colher a borracha; eles se reservaram o ofício plácido e triste de pescar tartarugas, peixe-boi e pirarucu – numa economia de movimento e de trabalho –, na monotonia resignada de uma vida sem ambições, sem perspectivas. O Sr. Andrade Queirós, aliás, fixando o duelo dramático que ali se travou entre o homem e a terra, encarou o problema de um ângulo novo e singular. "Que fez o homem na Amazônia? Invadiu-a brutalmente, carregando às pressas o que lhe brilhou aos olhos como um valor venal e se pôs de largo, quando não o devoraram os dragões, guardas dos tesouros, em vez de ficar para produzir, para repor pelo trabalho o que a cobiça demolidora levou, sem deixar a semente que renova. E a terra parece ter consciência dessa injustiça e paga com o mal o mal que recebe. A

rapidez com que a natureza amazônica apaga os vestígios da passagem do homem parece movida pelo ódio, ódio que dá impetuosidades incriveis à seiva para fazer crescer a floresta aos arrancos, entupindo as clareiras que o machado abriu, como a esconder cicatrizes vergonhosas."

É a justiça da terra. É o ódio com que a terra paga o desamor do homem... Contudo, é lícito não subestimar o homem que enfrenta e procura domar aquele solo agressivo e triste, cuja paisagem, empapada de água, abafada de sombra, traiçoeira e agressiva, é um permanente convite ao visitante para que se retire, para que não perturbe a sua solidão telúrica... Entretanto, o intruso, com a obstinação do amante infeliz mas apaixonado, embora maltratando-a, malferindo-a, não a esquece, não a apaga da memória nem da saudade... Para ver bem e bem compreender o drama da Amazônia devemos aceitar, pois, o enternecido conselho de Nuno Vieira: descer ao chão e escutar com amor os corações subterrâneos... E não esquecer sobretudo uma frase famosa do poeta da *Cobra Norato*: "O Brasil é uma dádiva do rio Amazonas".

(*Três Ensaios*, Livraria São José, Rio, 1969, págs. 87-95.)

ARTUR CÉSAR FERREIRA REIS (1906). Nasceu em Manaus. Iniciou o curso jurídico em Belém (Pará), continuou-o em Manaus e, transferindo-se para o Rio, concluiu-o, bacharelando-se, em 1927, pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade do Rio de Janeiro. No magistério, ocupa cátedras de História do Brasil, História do Direito Pátrio, História da Civilização, enquanto produz notáveis obras sobre a história amazonense, realizando pesquisas de relevo internacional. Deve sua orientação nos estudos históricos, ainda na juventude, ao grande Mestre Capistrano de Abreu, que o influenciou nos primeiros passos de estudioso. Foi governador do Amazonas (1964-1967), logo após a Revolução, presidente do Conselho Federal de Cultura desde 1968, onde foi reconduzido.

Obras principais: História de Manaus (1931), A Política de Portugal no Vale do Amazonas (1939), Síntese da História do Pará (1942), Estadistas Portugueses na Amazônia (1948), A Amazônia e a Coíça Internacional (1968), etc.

.....

O processo de incorporação da Amazônia

O

processo de conquista ou de incorporação da Amazônia ao império ultramarino português não diferiu do que experimentara com êxito em outras partes do mundo. Em conseqüência, além da ação da autoridade civil e militar, da empresa econômica do colono, houve também a interferência permanente, profunda e cheia de sucesso dos missionários, que catequizavam, organizando as sociedades indígenas sob novas normas, e procurando destribilizá-las, assim amoldando-as para um sistema de vida que lhes surgia como uma revolução.

Começou essa conquista no ano de 1616, mês de janeiro, quando Francisco Caldeira de Castelo Branco lançou os fundamentos do primeiro núcleo militar-urbano, o Presépio e Belém. E prosseguiu, pelos anos adiante, em meio aos obstáculos apresentados pela natureza regional, ou criadas pela hostilidade de concorrentes europeus e de grupos indígenas que ofereceram oposição à permanência de Portugal. Prosseguiu, com o mais absoluto sucesso, permitindo, dois séculos decorridos, a existência de uma base física imensa, em que se promovia intensa atividade social, econômica, política e espiritual. Toda uma admirável página de trabalho fora realizada. A agressividade ambiente não constituíra uma força negativa suficientemente forte que tivesse, de

qualquer forma, perturbado, retardado ou impedido aquele esforço de rendimento tão palpável. Os portugueses, no seu destino histórico de criar uma nova humanidade, fundindo-se com as multidões nativas, ou de integrar-se nos espaços tropicais, estavam, mais uma vez, demonstrando a permanência de todas aquelas qualidades, que se não haviam perdido com o passar dos tempos e as mudanças de técnicas, de concepções de vida, de comportamentos sociais e políticos. A Amazônia, apesar de toda a sua estrutura indígena, era uma grande província de Portugal, destacada do Brasil, a que se não vinculara ainda. Era uma província de Portugal por todo o trabalho de imposição das características fundamentais do grande povo na sua obra de expansão, características tão bem indicadas por Mendes Correia, Jorge Dias, Gilberto Freire e Sérgio Buarque de Holanda. E mais admirável, se considerarmos que obra de tamanhas proporções esteve a cargo de um contingente quantitativamente sem expressão, contingente que não dispôs ao seu lado, para criar riquezas, da multidão africana, como sucedeu no Nordeste, e por isso valeu-se da multidão local, com que soube entender-se, dando nascimento a uma sociedade mais condicionada aos rigores locais e às particularidades da natureza amazônica, tão distinta das que assinalavam as outras regiões que eles haviam descoberto, revelado e possuído.

Embora marcado pelo sucesso, o esforço português na Amazônia teve pela frente dificuldades que só foram vencidas pela constância, pela tenacidade, pela execução de uma política intensiva. Foi o caso, por exemplo, do uso da língua, trazida do Reino.

Quando os portugueses atingiram a Amazônia, iniciando-lhe a conquista, encontraram a região ocupada por infindades de grupos indígenas que se distribuíam ao longo da calha central do rio Amazonas e pelas margens dos afluentes que compõem a grande bacia hidrográfica.

Esses grupos indígenas apresentavam índices culturais os mais variados. Identificados com o meio, sabiam, por isso, utilizá-lo, o que lhes assegurava a permanência e o domínio integral da floresta, das águas e das outras sociedades animais que viviam na floresta e nas águas. Não falavam uma língua única. Ao contrário, os dialetos em que se exprimiam eram também os mais variados. Antônio Vieira, que estava na região na fase da expansão, em contato com tais grupos de primitivos, referindo-se a eles, na multiplicidade de aspectos que ofereciam, assi-

nalou que compunham uma verdadeira "babel". A variedade dos falares era tal que lhe dera aquela impressão, imediatista, que, na realidade, não estava muito distante da verdade.

Não vamos aqui, no entanto, examinar em minúcias o que seria essa "babel". Não se fez ainda um levantamento seguro dos falares dos primitivos regionais. O que se pode e deve registrar agora, e é o suficiente, é que muitos desses falares foram objetos da atenção dos religiosos que vieram fazer a Amazônia, operando sobre a multidão gentílica, para trazê-la ao regaço da autoridade e à soberania política de Portugal. Vocabulários e gramáticas foram organizadas no decorrer dos contatos culturais havidos entre eles. Poucos, é certo, mas nem por tal desprezíveis no balanço, que se impõe, do que representou a contribuição dos religiosos na Amazônia para a constatação menos empírica do que distinguia culturalmente os grupos indígenas locais com que se defrontavam.

Na execução de seus projetos políticos naturais de dominação efetiva, os portugueses deviam cuidar da incorporação das sociedades indígenas não apenas pelos novos hábitos, pelas novas atitudes, pelo novo comportamento, mas, também, pelo uso do idioma que traziam consigo e lhes marcava a maior distinção no quadro cultural da Ibéria. Esse uso, pelo trato direto com os indígenas e pelo ensino a ser ministrado nas escolas que montassem e a que comparecessem não apenas os filhos dos colonos mas, igualmente, a criangada indígena.

Sucedo, porém, que não houve escolas em porção bastante para a realização da empresa de mudança cultural. E no trato com os indígenas, o que ocorreu foi justamente o contrário: o colono português aprendeu-lhe os falares, que lhes serviam no comércio dos interesses recíprocos. É esse o depoimento dos cronistas, dos viajantes e das autoridades. O conflito entre o português, idioma, com as línguas e dialetos de emprego diário das populações primitivas, amazônicas, era evidente. O sucesso maior coube, porém, a estes, que puderam impor-se, o que era profundamente perigoso aos projetos políticos de domínio dos portugueses. E em que proporções e resultados atuavam os religiosos?

A Companhia de Jesus, que teve sobre seus ombros a maior empresa de catequese no grande vale, enfrentando o problema, teria desservido àquele objetivo de política cultural dos portugueses. E isso por-

que não teria ensinado, ao gentio em suas mãos, o idioma nacional de Portugal. Essa a acusação que lhe foi feita e de que se defendem. Vejamos os textos das acusações e das defesas, fundamentais para o conhecimento do problema, na gravidade por que ele se apresentava. A primeira acusação datou de 1729, quando Paulo da Silva Nunes, como procurador dos moradores do Maranhão, dirigiu-se a S. Majestade reclamando contra a ação daqueles missionários. Disse na oportunidade:

"Esquecendo-se do argumento espiritual dos índios das missões, de sorte que devendo ensinar-lhes a língua portuguesa e alguns a ler para perceberem com mais clareza a doutrina evangélica, e se fazerem mais tratáveis e melhores vassallos de Vossa Majestade, os conservam so com a língua, a que chamam geral naquele Estado, que difere muito pouco da bruta linguagem, com que saem dos sertões, no que os imitam também os moradores, que não podem obrigá-los a aprender a língua portuguesa, sem especial ordem de Vossa Majestade; porque sem ela lhes fugirão para as missões, donde os missionários os conservam sem quererem restituí-los a seus amos, cuja desordem não podem remediar os governadores, nem os mais ministros de Vossa Majestade, pela ampla jurisdição, que têm os missionários e os seus prelados, não só nos índios das missões mas também nos dos moradores."

Na defesa, o cargo do padre Jacinto de Carvalho, visitador geral das missões do extremo norte, e datado de 19 de dezembro de 1729, alegou-se:

"Queixa-se neste ponto o procurador Paulo da Silva que os missionários esquecidos do bem espiritual dos índios, que lhes não ensinam a língua portuguesa: (melhor diria se pudesse dizer com verdade) que os missionários esquecidos do bem espiritual dos índios lhes não aprendiam a sua língua, mas queixar-se que se esquecem do bem espiritual, porque lhes não ensinam a língua portuguesa, confesso que não penetro a razão desta queixa; somente se quer dizer que os padres se esquecem do bem espiritual dos índios porque lhes não ensinam a doutrina cristã, como fazem os poucos brancos do Pará, que lhes ensinam, e alguns certos missionários, de sorte que falando uns e outros, com os índios, pela sua língua, lhes ensinam as orações e doutrina pelo português que eles não sabem, nem entendem; e isto é muito louvável entre todos, principalmente entre os que não sabem a língua dos índios e como assim os que não sabem, como ainda os que a sabem, nenhum deles sabe as orações pela língua dos índios, posto que as podiam saber e ensinar pelo catecismo que a Companhia tem feito imprimir, estranham assim os governadores, como os moradores, que os padres os não ensinam pela língua portuguesa, pelos não quererem ensinar a falar português: como se fora o mesmo, saber ajudar à missa em latim, que saber falar e entender o latim.

"O que mais é, e o que mais estranham, é não quererem os religiosos da Companhia batizar alguns índios dos portugueses, e sabendo muito bem as orações e doutrina pelo português, se lhes perguntam que coisa é batismo, quem é Deus, quem é Nosso Senhor Jesus Cristo, não sabem responder, mas se os religiosos da Companhia os não batizam não faltam outros sacerdotes, que intrepidamente, e sem escrúpulo os batizam.

"O maior cuidado dos religiosos da Companhia é aprender a língua dos índios com quem hão de tratar, e a quem hão de ensinar os mistérios da nossa santa fé, e pouco ou nenhum cuidado põem já hoje em lhes ensinar a língua portuguesa. A razão de estudarem com todo o cuidado a língua dos índios, é porque esta é a sua primeira obrigação, para haverem de os ensinar a confessar. "Quanto peres (diz o Padre José da Costa, de *Procuranda Indorum salute lib*, 6 cap. 13) *disidirectur linguoe Indorum peritioe, hocmaxime loco apparet cum nec poeni tuntiam crimina aguoscera, nec salutanter providere, nise língua, ministeio possit.*" Ensinam os índios, sem os índios entenderem o que se lhes ensina, que cousa é senão estarem ensinando papagaios a falar: que cousa é senão como diz S. Paulo, estar falando ao vento. "Ita et vos per linguam nisi manifestum sermonem de deritis quoe modo scioeturid quod dicitur? eritis enim in aire loquentes." *Ad Corinth* 1º, cap. 14, n. 9". Por isso Cristo não mandou pregar os apóstolos às gentes, senão depois de lhes dar o dom de línguas, e por este dom dava S. Paulo muitas graças a Deus, porque sem ele nenhum fruto nas almas colheria do seu zelo, e dos seus trabalhos. "Gratias ago Deo neo quod omnium vestrum lingua loquor." *Ibi* n. 18 e de quanta obrigação seja nos missionários saber a língua dos índios, se pode ver em Frei João Batista in advert. Confest, Indos apud Solorz, de Indior, guber, no lib 3º, cap. 15, n. 82, onde diz, Tam suscipients doctrinas sine hac peritia lingoe Indorum, quom nominantes, moraliter peccare, nec absolvi posse, vel super hac obligatione, nec a Papa dispensari quia pertine adjusdivinum, et naturale in dannum animarum."

MOISÉS VELINHO (1901-1980). Nascido em Santa Maria, Rio Grande do Sul. Bacharelou-se na Universidade Federal do RGS. Promotor de Justiça em Caxias do Sul e Jaguarão. Inspetor de Ensino, e após, deputado à Assembleia Constituinte do Estado (1935-37). Membro do Instituto Histórico e Geográfico do RGS. Ministro do Tribunal de Contas do Estado. Membro do Conselho Federal de Cultura. Jornalista e crítico, autor de brilhantes ensaios nos domínios da literatura e da história.

Obras: Letras da Província, Liv. do Globo, Porto Alegre, 1944, 2ª ed. 1960; "Eça de Queirós e o Espírito de Rebeldia", in Centenário de Eça de Queirós, Edição Dois Mundos, Lisboa, Rio, 1945; The Conquest and Settlement, A. Knopf, Inc. New York, 1968; Recortes do Velho Mundo, Liv. Sulina, Porto Alegre, no prelo; Capitania d'El-Rei, Editora Globo, Porto Alegre, 1964.

.....

A inquieta fronteira do Rio Grande

A integração geográfica do Rio Grande do Sul só se consumou nos primeiros anos do século passado. Antes disso, tínhamos a oeste os Sete Povos, domínio espanhol sob a alçada de Buenos Aires, sendo que a larga faixa fronteira da Campanha constituía uma área indivisa – terra-de-ninguém, largo compáscuo de caçadores de couro – onde escaramuçavam desde muito as vanguardas luso-brasileiras e castelhanas. Nos descampados cisplatinos como aí, pois tudo eram as mesmas campinas em que erravam as mesmas manadas sem dono, operavam os campeadores na faina do courama – índios e gaúchos de procedência vária, predadores espanhóis e portugueses.

Essa população bárbara ou semibárbara, flutuante, sem destino, assaltava impunemente os rebanhos alçados, e disso vivia. Ali, como nas terras convizinhas, ela crescera em número e ganhara novos estímulos sob a instigação do contrabando. O bandoleirismo de seus hábitos era agressivamente infenso a qualquer tipo de associação ainda que o mais rudimentar. Como se viu depois, só se acomodaria em arremedos de organização miliciana debaixo da tirania caudilhesca, que, mesmo sob a caricatura de governo, não passaria de um truculento sistema de pilhagem e de crimes.

Mas a apropriação progressiva de grande parte dessa área litigiosa pelos luso-brasileiros não teve como consequência a incorporação indiscriminada da inquieta massa de aventureiros e malfeitores que a infestavam. À proporção que o Continente crescia em direção ao sul pela ação das armas, ia-se consolidando a conquista mediante a larga concessão de sesmarias e sua ocupação imediata¹. A urgência política dessas medidas era espontaneamente secundada, de parte dos povoadores, por uma verdadeira fome de terras. A sedução da planície refeita de gado contagiou meio mundo. Diz Oliveira Viana que, quando os paulistas se desiludiram das minas de ouro, já esgotadas, atiraram-se com sofreguidão para os rebanhos de extremadura meridional. O êxodo foi impressionante. "Pequenos centros urbanos e já progressivos do platô paranaense, por exemplo, decaíram e definharam, empobrecidos pela migração de sua melhor gente para as campanhas do sul"². Indivíduos que tinham prestado serviços, comandantes militares, paisanos, oficiais menores, soldados e até sacerdotes, todos queriam a sua parte na divisão das novas terras conquistadas, e as sesmarias iam sendo concedidas sem maiores formalidades, às vezes com precipitação e atropelo.

Estabeleciam-se desse modo, pela sôfrega sementeira de estâncias, pela ação dos acampamentos, que freqüentemente se transformavam em centros de gravitação social, as bases de um regime de estabilidade pouco propício ao livre jogo da anarquia campeira. Modificava-se rapidamente o clima de informes a respeito de agitações em que ia

-
- (1) Gen. Borges Fortes. *Rio Grande de São Pedro*, Bibl. Militar, Gráficos Bloch, Rio, 1941. Páginas 95, 101. "A preamar da guerra, arrastando o povo em armas, deixava no seu recuo, com destroços, em mais alguns pedaços de terreno integrados no território, novas sesmarias como recompensa de serviços." (Rubens de Barcelos, *ob. cit.*, 27). "Depois de recuperado o Rio Grande e estabelecida a paz com os espanhóis, a população da campanha tomou grande incremento com os soldados que pediam baixa de serviço e fixavam-se em sesmarias concedidas pelo governo. Chegou então ao auge a febre pela posse de estâncias no interior. As sesmarias concedidas multiplicavam-se assombrosa e desordenadamente. Em breve todos os habitantes quiseram ser estancieiros. A capitania foi retalhada em propriedades extensas." (Alcides Lima. *História Popular do Rio Grande do Sul*, Liv. do Globo, Porto Alegre, 1935, 99).
- (2) Oliveira Viana. *Populações Meridionais do Brasil*, Liv. José Olímpio Editora, Rio, 1952. II. Pág. 100.

vicejar, mais adiante, e fora das nossas fronteiras a planta monstruosa do caudilhismo. Os que não suportavam a disciplina das tropas ou a rotina das estâncias, esses, que seriam a maioria da massa nômade que antes cruzava e recruzava livremente a região, agora malvistas e hostilizadas, iam acoitar-se entre as hordas que assolavam a área cisplatina. Ali, tudo convidava à plenitude e ao abuso. Fora do escasso raio civilizador alcançado por Montevidéu, nenhum obstáculo à expansão licenciosa de seus obscuros instintos de rebeldia.

Estendida a linha de separação, não apenas entre duas soberanias, mas entre dois estágios sociais e políticos ainda então bastante desnivelados³, continuariam os velhos atritos provocados pela caça aos rebanhos. Os golpes eram vibrados de uma e outra parte, numa reciprocidade intensa e bravia. Uma diferença, porém: os campeadores rio-grandenses, ao contrário dos nossos vizinhos orientais, que então desconheciam até os rudimentos mais primitivos de organização social, já se apresentavam em nome de móveis bem definidos: o constante serviço do rei e os interesses da estância a que se achavam agregados.

O certo é que do nosso lado observava-se uma vigilante prevenção contra elementos perturbadores. Já em 1788, a correspondência do Vice-Rei D. Luís de Vasconcelos⁴ nos dá notícia de sete espanhóis entregues ao governo de Montevidéu por terem sido apanhados com furtos e contrabando na campanha do Rio Grande. Crimes se perpetravam, sem dúvida, mas a polícia estava sempre a postos para a repressão. Nesse sentido o viajante inglês John Luccock, que esteve no Rio Grande de 1808 a 1813, presta um depoimento digno de atenção. Conta ele que, tendo sido praticado um roubo, e havendo os ladrões fugido para o campo, foram encaçados pelos "oficiais de justiça" em todas as direções, num raio de cin-

(3) Ouçamos o depoimento do Gen. Tomás de Iriarte, que, então no posto de coronel, fez parte do exército de Alvear quando da invasão do Rio Grande em 1827, em transcrição de De Paranhos Antunes no artigo intitulado "O Saque de Bagé". Falando de Bagé, diz o memorialista: "...em nossa companhia não se encontram povoações tão bem providas dos objetos que fazem cômoda a vida do campo, e é porque na província do Rio Grande a população vive melhor que nestes países. A este respeito nos levam uma vantagem de cem anos; a cultura está muito mais adiantada."

(4) Arquivo Nacional. *Publicações* VI Imprensa Nacional, Rio 1907, pág 335.

qüenta milhas. Ao cabo de nove dias eram eles capturados. "Mais uma prova – conclui o viajante – de que, sob as vistas de uma polícia ativa e vigilante, um deserto extenso, embora, era mais inseguro valhacouto de criminosos do que uma cidade populosa."⁵

No que se referia à proteção dos rebanhos, isto era tarefa quase sempre de alçada particular, pois no improviso dos assaltos cada um só podia contar consigo mesmo e seu pequeno clã. Não sem motivo, grande parte dos estancieiros eram, àquele tempo, chefes militares ou oficiais de milícias. E mesmo os que não o eram, viam-se, a cada passo, na contingência de assumir, sob a pressão das circunstâncias, o comando de operações de defesa ou de ataque. Todo o fronteiro era ao mesmo tempo pastor e soldado, desde o peão até o sesmeiro. Vem daí a nossa vocação de comando e aquele "culto da autoridade" que Oliveira Viana atribui ao gaúcho, talvez carregando um pouco no grau das palavras. "Para aquela população de pastores inquietos e belicosos – diz o sociólogo – o poder público se tornou, com os seus funcionários, seus generais, suas tropas, durante um século, uma condição de vida, uma garantia de tranqüilidade e de paz; em suma: um órgão indispensável à sobrevivência do corpo social daquele grupo distante."⁶

Infensos às condições de vida que se iam estabelecendo na área rio-grandense, era natural que índios e bandoleiros que nela procuravam introduzir-se, não se sentissem à vontade, e logo refluissem, por bem ou por mal para seu meio de eleição. Ali, fora da lei, a repassar-se na desordem campeira, coziavam o triste barro de que sairia, no seu desgarrar tenebroso, o caudilho.

A despeito de toda vigilância, deve ter havido infiltrações num que outro ponto do território rio-grandense, em virtude da extrema rarefação da comunidade pastoril. Mas essas infiltrações, por escassas e esporádicas, nunca puderam comprometer as condições de vida que os nossos pioneiros faziam vingar nas terras conquistadas. Aqui se há de reconhecer a função civilizadora da estância, dentro das vicissitudes do tempo e do meio. Augusto Meyer afirmou, num de seus magníficos ensaios, ter sido a concessão de sesmarias o critério menos indicado, no

(5) Arquivo Nacional. *Publicações VII*, Imprensa Nacional, Rio, 1907, pág. 335.

(6) John Luccock. *Aspectos Sul-Rio-Grandenses* (Trad. de Néelson de Melo e Sousa). Record, Rio, 1935, pág. 26.

caso rio-grandense, para o povoamento e a exploração da terra⁷. Pensamos exatamente o contrário. A divisão em sesmarias das áreas conquistadas impôs-se, então, como uma providência imperiosa. Sua adoção descobre mesmo o senso realístico da política colonial portuguesa. Que outro regime se poderia conciliar com a extensão do território, a escassez de povoadores, a dispersão dos rebanhos, as necessidades da defesa? Que destino teve, na emergência, o ensaio da pequena agricultura com os açorianos? Já seus filhos, senão em parte eles mesmos, não se deixariam confinar nas suas chácaras: vencidos pela sedução econômica do campo, também eles acompanhariam a nossa grande marcha para o oeste e sudeste, sempre em busca de mais terras e mais gado⁸. Do ponto de vista social, econômico, político e militar, a propriedade latifundiária respondeu às exigências de um capítulo decisivo da nossa formação. Se hoje o latifúndio se apresenta como um fator de deterioração social, isto não é motivo para desconhecermos o importante papel histórico que desempenhou no povoamento e consolidação da conquista.

Pode-se dizer que os avanços militares carregavam os povoadores à ilharga dos comboios. Ou eram componentes da própria tropa que se faziam estancieiros sem com isso perderem sua condição de soldados. Milicianos aliás eram quase todos os homens válidos da capitania. A convocação podia soar a cada momento e eles tinham que estar sempre atentos ao primeiro rebate. Assim seria ao longo de cem anos de tensão, contados hora por hora. Por isso mesmo, nesta extremadura tão exposta às intempéries da História, o real serviço das armas primava sobre quaisquer outras atividades, interesses ou compromissos.

(7) Oliveira Viana – *Ob. cit.* pág. 260.

Augusto Meyer. *Prasa dos Pagos*, Livraria São José, Rio, 1960, pág. 26.

(8) "O abuso das concessões de sesmarias à mão larga e a grande abundância de gado em estado selvagem, espalhado por todo o território da capitania, imprimiam então um novo rumo à atividade do povo, desviando-o da lavoura para a vida fácil dos campos de criação, os quais lhe proporcionavam, com pouco trabalho, resultados remuneradores". Florência de Abreu – "Aspectos do Desenvolvimento Econômico e Financeiro do Rio Grande do Sul", em *Comemorações em Honra do Cent. da Independ. do Brasil*, Ofic. Gráf. da Federação, Porto Alegre, 1922, pág. 67.

As disposições colonizadoras que madrugaram em Silva Pais ao instalar Rio Grande, e depois em Gomes Freire quando da incorporação das terras limitadas a oeste pelo Jacuí, haviam de repetir-se ao longo da conquista: a apropriação de novas áreas e sua ocupação civil se apresentavam como operações complementares.

À proporção que a fronteira progredia, e as lides pastoris passavam do regime anárquico do assalto aos rebanhos silvestres para a disciplina incipiente das estâncias, era natural que fossem desbordando para o sul os antigos habitantes, gente rebelde e sem paradeiro, refratária por instinto à ação de presença dos modestos padrões de estabilidade social que se iam plantando e multiplicando sob a alçada portuguesa. Bandoleiros que ficassem por trás das novas raias da conquista, ou por elas se insinuassem, formando bolsões errantes, tendiam a desagregar-se, ora bandeando a fronteira, ora se deixando eventualmente absorver. Lindolfo Color, que escreveu um livro substancial sobre a Guerra dos Farrapos, acentua bem o que há de menos verdadeiro nas costumeiras invocações ao nomadismo rio-grandense: "O falado nomadismo dos gaúchos brasileiros – diz ele – tem, assim, um sentido muito relativo. Eles são nômades em relação aos habitantes dos núcleos urbanos, mas representam na gênese das populações meridionais o primeiro e decisivo elemento de fixação social, de civilização no deserto."⁹ Aliás, não é de hoje a nossa observação de que as leis do nomadismo tiveram aqui um império mais curto do que vulgarmente se presume."¹⁰

O elemento nômade – aventureiros mais ou menos apátridas – era visto entre nós com muita prevenção, e a necessidade de expurgar dessa "peste de gente" a faixa litigiosa vinha sendo sentida desde muito. Já em 1780, com efeito, Sebastião Francisco Betâmio, responsável pela clássica invectiva contra os guadérios, reclamava medidas capazes de impedir a permanência, na fronteira, de "homens que não sejam conhecidos por quietos, sossegados e sem inclinação a se enriquecerem por meio de arreadas."¹¹ Isto foi antes da grande investida luso-brasileira contra a Campanha

(9) Lindolfo Color – *Garibaldi e a Guerra dos Farrapos*, 2ª Edição (Col. Província, Vol. 14), Ed. Globo, 1958, pág.117.

(10) Moisés Velinho – *Letras da Província*, Liv. do Globo, Porto Alegre, 1944, pág. 28.

(11) "Notícia Particular do Continente do Rio Grande do Sul", em *Rev. do Inst. Hist. e Geog. do Brasil*, Tomo XVI págs. 187-242.

quando quase a metade do atual território rio-grandense ainda pertencia nominalmente à Espanha. Depois de 1801, a preamar de povoadores rumou em leque para as divisas que afinal vingaram, ocupando as terras da Campanha e das Missões sob a proteção das tropas e milícias. Daí por diante, tornara-se insustentável a situação dos simples preadores de gado. Tinha passado o seu tempo. De qualquer forma, já não podiam operar na área rio-grandense como turbas autônomas, atiradas a si mesmas, produto de obscuras tensões territoriais.

Dessas tensões se alimentou o drama que sacudiu e ensangüentou por tanto tempo os cenários platinos. Se é verdade que os fundadores do Rio Grande sofreram duramente a contigüidade desse drama, também é certo que jamais o tiveram dentro de seus muros. Outro foi o conteúdo, outro o sentido das nossas lutas.

(Capitania d'El-Rei, Coleção Província Editora Globo, Porto Alegre, 1964, págs. 190-199).

JÁDER MOREIRA DE CARVALHO (1901). Nascido em Quixadá (Ceará). Fez os estudos de humanidades no Liceu. Bacharel pela Faculdade de Direito do Ceará. Militou no jornalismo, onde se destacou pela sua atitude corajosa e combativa, a par de grande talento polemista e literário. Em 1947, fundou e dirigiu o Diário do Povo, defendendo programa de conquistas democráticas. Assumiu a cátedra de Sociologia, no Liceu do Ceará, após concurso. Foi assessor jurídico do Conselho de Assistência Técnica dos Municípios. Membro do Instituto do Nordeste, da Academia Cearense de Letras. Romancista, poeta sociólogo, ensaísta, e dotado de estilo vivo, plástico, penetrante.

Obras -- Romances: Classe Média (1937), Doutor Geraldo (1937), A Criança vive (1945), Eu quero o Sol (1946), Aldeota (1960), Sua Majestade o Juiz (1965). No domínio da sociologia, O Problema Demográfico (1930), O Índio Brasileiro (1930), O Povo Sem Terra (1935), Poesia: O Canto Novo da Raça (1928), Terra de Ninguém (1931), Água da Fonte (1968).

.....

O padre e a cidade mística

P

Pe. Cícero, como todo homem de vida mais ou menos longa, teve infância, juventude e velhice, fases da vida humana claramente assinalada de características, inclinações e fatos correspondentes a cada época. Indago: Cícero Romão foi um menino normal? Na velhice mostrou o comportamento do ancião mudado e vencido pela idade?

Na história do Pe. Cícero (notem: falo em história e não em simples biografia), o menino é quase um desconhecido além dos muros da família. Da vida do adolescente não restavam lembranças capazes de definir uma personalidade. No homem já em vias de amadurecimento é que principia a história do Patriarca de Juazeiro: no começo, o sacerdote mais ou menos inquieto, extremamente dedicado ao seu pequeno rebanho, logo seguido do líder religioso que, no final de uma existência enigmática, se transforma em chefe político, numa área caracterizada feudal sob qualquer aspecto: a ínsula caririense, com uma geografia humana, uma cultura e uma economia próprias de ilha verde, molhada e de costumes sociais e políticos cristalizados e perpetuados em pleno Nordeste seco – região sempre em mudança, pela presença cíclica de calamidades climáticas, as quais deslocam o homem, matam a lavoura, destroem o gado, em intervalo de medidas quase idênticas no tempo, com o esquecimento natural de tradição, de hábitos, de cultura.

Por que jamais se desceu à meninice de Cícero Romão? Por que não se procurou anexar às excentricidades mais conhecidas da sua vida de seminarista outras singularidades somente sabidas da família e das pessoas mais íntimas? Creio que o fato a isto se deve: o religioso respeito à vida do sacerdote, do clérigo em geral, numa terra onde, apesar disso, essa figura tão constante e tão indestrutível no quadro social das cidades e vilas anônimas do sertão, foi até certo ponto prejudicada pela vida irregular e sacrílega de padres mulherengos, politiqueiros e fazedores de filhos citados até por viajantes estrangeiros, que muito surpreenderam da nossa gente, nos anos que se seguiram ao da Independência. Não somente mulherengos, politiqueiros e fazedores de filhos: também irrequietos, revolucionários, republicanos em pleno fastígio da monarquia absoluta. E até burlescos, astuciosos e traquinas, como esse Pe. Verdeixa, tão bem fotografado pelo cronista inimitável que foi João Brígido.

Cícero Romão tem o marco precisamente histórico da sua vida na incipiente Juazeiro, povoação de origem igual à de centenas de outras nascidas no interior do Brasil: a capela, a casa-grande, algum comércio e água corrente – riacho ou rio. Amigo dos paroquianos – uma centena, se tanto – desvelava-se em cuidados e conselhos. Pastor de almas, desce, contudo, ao fundo da existência humilde de famílias anônimas e rudes. Segue, passo a passo, as ovelhas do rebanho. Erige-se aos poucos a fama de bom, de caridoso, de conselheiro. É pastor e pai. Mas em breve esse paternalismo, em conversas, em notícias, transpõe as fronteiras do burgo insignificante. O sacerdote começa a crescer aos olhos inocentes de sertanejos iletrados e desassistidos dos governos, ou seja, aos olhos de toda uma gente, sob o ponto de vista psicológico, de extrema e reconhecida incapacidade de abstração, carente de remédio, carente do pão cotidiano, vegetando numa vasta zona de meteorologia claudicante, terra agressiva na sua caatinga, de agricultura e pastoreio primitivos, sempre de olhos voltados para um céu escampo, profundo e azul, de onde, em cada início de ano, se espera com ânsia e medo – ou a vida ou a morte.

Paralelo ao crescimento do prestígio do padre, prestígio esse já de fundo positivamente místico, avultava a povoação onde o vigário, numa solicitude e numa vigilância que não cansavam, como pai aconsel-

hava e, ainda como pai, descia à aplicação de leves castigos físicos. No aglomerado humano que já começava a exibir o aspecto devoto de certos agrupamentos religiosos, em que é fértil o Brasil (Canudos, redutos do Contestado, Juazeiro, Caldeirão), medraram, com a exaltação da fé e ainda para mais exaltá-la as beatas. E, conseqüência lógica do ambiente místico, marcado pela ignorância com todas as cores do fanatismo, aparecem os milagres. Maria de Araújo, em êxtase, transforma a hóstia consagrada em sangue – o sangue de Jesus. E, em Juazeiro e adjacências acredita-se cegamente no milagre. Por astúcia ou já sofrendo a ação do meio místico criado com a sua cumplicidade, o Padre Cícero não nega o milagre. Médicos o atestam. Por medo ou convencimento – não se sabe. Aflora, então, uma crise na Santa Sé. Cícero é suspenso de ordens. Mas, nesse tempo, já se vê irremediavelmente conquistado pela fama. Conversa. Finge ceder. Finge obediência. Porém, no fundo da sua alma, o chefe religioso em franca ascensão permanece de pé. Quando se pensa que o padre transige, ele apenas se curva, para que a onda passe sem molestá-lo. Enquanto isso, Juazeiro avoluma-se vertiginosamente: a notícia dos milagres ganhara os sertões.

A cidade do Pe. Cícero não teve vida política tranqüila. Encravada em distrito do município de Crato, assistiu, por longos anos, aos atritos, aos choques, à discordância entre a autoridade municipal e a autoridade do líder religioso – autoridade a que Cícero Romão jamais renunciou, clara ou aparentemente, mesmo nos momentos mais dramáticos, mais incertos e perigosos da luta um dia deflagrada entre ele e o bispo D. Joaquim. Esses atritos, agravados com a criação da Diocese do Crato, por sua natureza local (ou regional) não repercutiram profundamente na vida religiosa do estado. Mas aí começa, penso eu, o aprendizado, a experiência política do sacerdote desligado da Igreja. Essa experiência toma corpo, vai-se aprofundando ao contato assíduo do Patriarca com os senhores feudais que dominavam o vale: os coronéis, os "chefes políticos", homens atrabiliários, com o seu poder firmado em sítios e fazendas, no cangaço permanente e na cumplicidade do Império e da República. Esses latifundiários (no sentido sociológico, isto é, pelo sistema de economia e pelo regime social reinante nos seus feudos) chegaram a reconhecer publicamente a chefia política do padre rebelde, mas erigiam capelas nas suas propriedades agrícolas e pastoris, ouviam

missa com devoção na sede dos seus respectivos municípios, confessavam-se e comungavam como cristãos obedientes, fazendo vista grossa às incompatibilidades entre Cícero e D. Joaquim, ignorando a mansa e humilde, porém efetiva, desobediência do sacerdote à Santa Sé.

Mais tarde, insuflado e armado pelo Governo Federal, o Padre Cícero se rebela contra o presidente Franco Rabelo. E, nessa oportunidade, não é ele o simples aprendiz de política, assinalado nas suas atividades fora âmbito religioso pelo embaraço da inexperiência. Isso prova que a fisionomia política de Juazeiro, vista sob o ângulo das antigas, dos conflitos do politiquismo sertanejo, não foi toda ela criada por Floro Bartolomeu, baiano astuto, tido universalmente como o dono absoluto da vontade do Pe. Cícero. Com efeito o prestígio pessoal daquele aventureiro constitui um dos traços autenticamente históricos da meca cearense. Mas não acredito que o líder religioso, consciente do enorme prestígio do seu nome nos sertões do Nordeste e vizinhanças e, por isso mesmo, naturalmente forte na sua personalidade meio mística, às vezes meio patológica, quase sempre normal, fosse abdicar totalmente dessa personalidade, em favor de um estranho, também cegamente obedecido dos romeiros, não apenas pela ferocidade das medidas de repressão sistemática a furtos e roubos, como também – e isso é bem lógico – pela estreita amizade que sempre ligou o médico baiano ao Patriarca. Por mero comodismo, ou estratégia, é que Cícero Romão chegava a omitir-se nas questões e fatos fora da órbita puramente espiritual.

Juazeiro, pela mão do presidente da República, derrubou o governo Franco Rabelo. Mas o que se viu concretamente foram as legiões de jagunços de Cícero Romão. E nesse instante histórico, a figura que se projeta no cenário cearense – e por que não dizer brasileiro? – não é de modo algum a de um aprendiz, marcada pela timidez da inexperiência: a figura é a do chefe consumado, completo. Como prova, e das mais convincentes, dessa chefia, lembro os telegramas aflitos que as autoridades cearense transmitiram ao sacerdote em armas, pedindo – pedindo é o termo exato – o retorno da romeirada ao Cariri.

Em suma: no Pe. Cícero, o líder religioso, com raízes visíveis no milagreiro dos primeiros tempos, é o traço fundamental da sua gritante personalidade. A ambição – aliás, desmedida a ambição desse líder no alargamento e aprofundamento da sua liderança – levou o

Pe. Cícero, embora sob disfarce, a lutar pela chefia política. E é nessa ocasião que o Patriarca se realiza psicologicamente de maneira total, extravasando então a sua vaidade, o seu poderio religioso e político em documentos particulares e públicos já incorporados à sua história, que é a própria história dos sertões semi-áridos, onde se engasta a pérola verde do Cariri.

(Ensaio-prefácio ao livro *Padre Cícero*, de Otacilio Anselmo, Civilização Brasileira, São Paulo, 1968.)

LEANDRO GÓIS TOCANTINS (1924). Nasceu em Belém do Pará, profundo conhecedor do vale amazônico, onde viveu infância e adolescência. Curso ginasial, em Belém. Ciclo colegial no Colégio Pedro II, no Rio. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Diplomado em Jornalismo pela Faculdade de Filosofia da UFRJ. Procurador da Caixa Econômica Federal do Estado do Rio. Desempenhou vários cargos em comissão e exerceu com relevo diversas atividades do plano cultural.

Obras: O Rio Comanda a Vida (uma interpretação da Amazônia), 3ª edição 1968; Amazônia, Natureza, Homem e Tempo, Rio, 1961; Formação Histórica do Acre, 3 vols. Rio, 1961, (prêmio Joaquim Nabuco de História Social da Academia Brasileira de Letras); Santa Maria de Belém do Grão-Pará (Instantes e Evocações da Cidade), Rio, 1963; Brasil: Alguns Valores Essenciais, Governo do Amazonas, 1966; Euclides da Cunha e o Paraíso Perdido, Rio, 1968; Tradição, Cultura e Modernidade, Rio (no prelo). Além de numerosos ensaios e conferências publicados em revistas.

.....

O mundo que a borracha criou

Foram os ingleses que arrebatarem aos brasileiros o domínio mundial na produção da borracha, transplantando da Amazônia para as suas colônias no Oriente a *Hevea brasiliensis*. O episódio, quase anônimo, passado entre a hospitalidade franca e descuidada que os brasileiros costumam dispensar às pessoas de nações amigas, é um exemplo, uma lição que jamais se deve desprezar, alertando os homens públicos para duas faculdades importantes no espírito de quem governa: a previdência e o amparo técnico e econômico aos recursos naturais.

O brasileiro, infelizmente, no caso da borracha não teve a inspirá-lo nenhuma delas. A benesse da seringueira nativa da Amazônia não foi preservada nem desenvolvida racionalmente, nem antevista a concorrência fatal, ocasionando a ruína financeira que ainda hoje a região sofre as conseqüências. Para ilustrar a cautela e prudência com que agem outros povos, encontra-se no próprio arsenal da política inglesa uma parábola que deve servir se exemplo. Ford conseguiu à custa de muitos esforços importar sessenta pequeninos pés de seringueiras do Oriente, destinados a experimentos botânicos nas suas antigas plantações do rio Tapajós. Quando tentou renovar a iniciativa, os ingleses negaram-se a conceder licença, proibindo rigorosamente a emigração de suas plântulas.

Deu-se em 1873 o episódio inicial da história da imigração da *Hevea brasiliensis*, quando o diretor do Jardim Botânico de Kew, em Londres, de nome Joseph Hooker, recomendou ao India Office que adquirisse no Estado do Pará os germes da seringueira. O súdito James Collins foi encarregado do serviço, e sir Clement Markham, por sua vez, enviava do Pará, mais ou menos na mesma época, relativa quantidade de sementes. Plantadas em Kew, transferiram-se, já em mudas, para o Jardim Botânico de Calcutá, onde, afinal, não se aclimataram.

Outro inglês, Henry Wickham, radicado em Santarém, enviou de Boim, localidade situada na margem esquerda do Rio Tapajós, para Kew, em 1876, mais de 7.000 sementes de *Hevea* que, tratadas na estufa, germinaram satisfatoriamente. As plantinhas foram logo transferidas para os Jardins Botânicos de Peradenya e Heneratgoda, na ilha do Ceilão.

De Londres, o India Office despachava Robert Gross ao Pará em busca de plantas, retornando à Inglaterra com centenas de arbustos, de lá transportados para Cingapura.

Depois dessa constância e celeridade em rapinar o ouro negro na terra-máter, os ingleses pacientemente votaram-se a experiências e métodos de aclimação e enxertia. Os primeiros resultados foram desfavoráveis, mas a perseverança e o engenho naturais da raça anglo-saxã acabaram por vencer as resistências da planta, notabilizando-se nesse esforço vitorioso o diretor do Jardim Botânico de Cingapura, Henry Ridley. Em 1881 as seringueiras frutificaram pela primeira vez nessa cidade, e no ano de 1883 o mesmo ocorreu em Heneratgoda.

O sucesso animou a expandir as plantações em caráter industrial por toda a península malaia e na ilha de Bornéu. Em Java e Sumatra iniciaram-se, também, culturas em larga escala.

Nestas poucas palavras contam-se as origens da derrocada financeira da Amazônia, urdida às vistas negligentes dos funcionários da Alfândega de Belém, que visaram os papéis aduaneiros, permitindo a exportação de sementes e plantas, e diante da indiferença dos governos e dos coronéis da indústria extrativa, estes voltados para os lucros das transações, sem se aperceberem de que era mister uma economia menos destrutiva e organizada em método de corte e cultura, uma associativa

em torno de propósitos técnicos, a fim de amparar e fortalecer a indústria, antepondo-se à futura e séria competição asiática.

Mas, o governo nada fez, e os proprietários de seringais persuadiam-se de que a borracha do Oriente jamais suplantaria a quantidade da natural amazônica. Depois que o botânico Jacques Huber, do Museu Paraense, esteve em viagem de estudos na Ásia e declarou em seu relatório ao governo do estado que a borracha do Ceilão, Malásia, Sumatra e Java era igual à brasileira, é que verdadeiramente se iniciou o alarme e a reação. Interessante é frisar que Huber observou nas vastíssimas plantações visitadas uma única espécie de *Hevea*, a *Brasiliensis*, a melhor e conhecida como "seringueira verdadeira", ausentes por completo as outras *guianensis*, *collina*, *benthamiana* etc.

Demasiado tarde compreenderam a realidade, já entrevista nem só pela palavra dos estudiosos como no positivo indício econômico: a cotação do produto que em 1910 atingira a maior alta verificada até à data: 15\$000 o quilo (só o Pará exportou nesse ano a quantia de 66.826:899\$000), logo em 1911 baixava para 8\$000 e descia a 3\$000 em 1918, porque os seringais cultivados no Oriente começaram a produzir eficientemente, oferecendo preços mais reduzidos.

O rebate tardio alastrou-se por todo o Brasil. O governo federal, presidido pelo Marechal Hermes da Fonseca, tentou executar um plano elaborado pelo Ministro da Agricultura, Pedro de Toledo. Urgia a salvação da indústria extrativa, cuja estabilidade era de transcendente importância para todo o país, que se beneficiava das divisas que provinham da exportação da borracha.

Denominaram o plano de "Defesa da Borracha". Instituído por lei de 5 de janeiro de 1912, seus propósitos imediatos eram aumentar a produção pelo plantio racional de seringais, inovar os métodos de corte e fabrico, diminuir o custo da mão-de-obra, barateando muitos gêneros alimentícios que seriam cultivados na própria zona extratora, reduzindo os impostos de exportação, vinda de imigrantes chineses, estabelecimento de fábricas locais para o consumo da goma elástica, e outros pontos correlatos.

Constava ainda do projeto criar estações experimentais, hotéis de imigrantes, construção de estradas de ferro nos vales de alguns rios, prêmios aos plantadores de *Hevea* e outras tantas iniciativas

avançadas, fruto da inquietação e do pânico em que se encontravam os homens daquele tempo.

Porém, os maus fados da política, conduzida nos limites estreitos do localismo e do interesse pessoal, veio prejudicar a execução do plano, já demais grandioso, modificando a estrutura primitiva para incluir outras regiões que não eram produtoras da *Hevea*, justificadas pelas árvores das maniçobas e mangabeiras, quando era conhecido que pouco pesava na balança financeira aquela pequena produção gumífera de qualidade inferior à amazônica e de reduzido consumo externo.

Reformaram, discutiram, emendaram e aumentaram o plano da "Defesa da Borracha", que afinal se tornou inexecutível e onerosíssimo. Postergaram realizações úteis e de alcance imediato a favor de outras para satisfazer interesses particulares. Afora medidas dispersas e a instalação de um escritório superintendente distante do lugar a ser beneficiado, em plena capital da República, nada mais foi feito até liquidar-se o plano por medida de economia preconizada pelo próprio Ministério da Agricultura.

Em 1900, as plantações no Oriente forneciam aos mercados mundiais apenas quatro toneladas de borracha, e trinta anos depois alcançavam a respeitável tonelagem de 800.000, enquanto na Amazônia a exportação decrescia para 14.000.

Historicamente, o ciclo da borracha principiou em 1870, ao aumentar a sua procura no estrangeiro depois que, em 1842, Charles Nelson Goodyear, nos Estados Unidos, e Thomas Hancock, na Inglaterra, descobriram e aperfeiçoaram o processo de vulcanização, abrindo novas e múltiplas aplicações práticas para a goma elástica.

A grande seca nordestina de 1877 impeliu no rumo da Amazônia um dos maiores movimentos demográficos registrados no Brasil, continuando o afluxo humano nos anos seguintes, sob a sedução das vantagens da indústria que formava uma nova sociedade no deserto verde dos seringais.

(*O Rio Comanda a Vida*, Gráfica Record Editora, Rio, 1968, (páginas 229-233))

MIGUEL REALE (1910). Nasceu em São Bento do Sapucaí (São Paulo), bacharelando-se em Direito em 1934. Após concurso em 1941, assumiu a cátedra de Filosofia e Direito da Universidade de São Paulo. Foi duas vezes Secretário da Justiça naquele Estado e Reitor da Universidade paulista. É autor de muitas obras de filosofia jurídica e política. Fundador do Instituto Brasileiro de Filosofia (1949), à frente do qual promoveu congressos nacionais e internacionais, dirigindo série de edições de caráter especializado. Em 1951 começou a editar a Revista Brasileira de Filosofia, cujos volumes, contando com a melhor colaboração do país e dos mais altos nomes do pensamento filosófico mundial, já se aproximam de 90. Membro da Comissão incumbida de elaborar o novo Projeto do Código Civil Brasileiro.

Obras: O Estado Moderno, 3ª edição, 1936; Formação da Política Brasileira, 1935; O Capitalismo Internacional, 1935; Atualidades de um Mundo Antigo, 1936; Fundamento do Direito, 1940; Teoria do Direito e do Estado, 2ª edição, 1960; Filosofia do Direito, 5ª edição, 1969; Horizontes do Direito e da História, 1956; Pluralismo e Liberdade, 1963; Teoria Tridimensional do Direito, 1968.

.....

*Basta um relancear de
olhos ao mapa do Brasil*

Basta um relancear de olhos ao mapa do Brasil para afirmar-se em nosso espírito a lição indeclinável deste imperativo de conduta: encontrar distâncias, não apenas geográficas, mas históricas; alargar as fronteiras da civilização até que elas se confundam com as fronteiras da pátria; fazer com que coincidam os dois Brasis ou vários Brasis que se justapõem ou se confrontam na horizontalidade descontínua do território nacional.

O homem brasileiro está diante do dever de multiplicar-se para poder emparelhar-se com a terra e dominá-la, aceitando-lhe tanto as primícias como os rudes desafios, pois o primeiro dever de um povo é manter-se à altura do patrimônio territorial que Deus lhe destinou, plasmando formas de vida em contato imediato com as peculiaridades de suas circunstâncias.

Diante da tragédia paradoxal que nos oferece um território imenso, dotado de "espaço vital" gigantesco, mas onde se agitam populações torturadas pela fome, torna-se manifesto o imperativo da socialização do progresso, a fim de que este não continue sendo o monopólio de uma minoria afortunada, nem a característica privativa das glebas do litoral. Eis aí um dado inamovível que deita raízes profundas na con-

sciência nacional, condicionando toda a política de desenvolvimento, a qual, por isso mesmo, não pode ser convertida em bandeira de estatização totalitária, modelada ao sabor de ideologias incompatíveis com o nosso ser histórico.

Se não quisermos perder o senso da realidade, devemos sempre lembrar que, do ponto de vista da produção das riquezas, estamos ainda em plena fase de desbravamento, de necessário "bandeirismo" econômico. A evocação da epopéia das bandeiras é feita entre nós tão freqüentemente e tão fora de propósito, que não será demais esclarecer o meu paralelo. As "entradas" e as "bandeiras" representaram, como é sabido, uma afirmação individualista, marcada pelo poder de arrojada iniciativa de alguns brasileiros, atraídos pelos mistérios da terra, pelo aguilhão da cobiça e por uma incontida exigência ética de domínio sobre a natureza. O sertão, sonhado como um repositório de tesouros incalculáveis, era um desafio. Os rios como o Tietê, rolando suas águas para o interior, um exemplo e um estímulo. E foi assim que o paulista cresceu, multiplicou-se, tentando emparelhar-se com a natureza bravia. Alargaram-se, desse modo, as fronteiras nacionais, e, à luz de jornadas heróicas, balizaram-se os contornos de nossa pátria.

Vivemos quase que no âmbito daquelas mesmas divisas que o rude homem seiscentista talhou segundo a própria imagem, o estalão de sua personalidade e de sua energia. Apenas, aqui e ali um complemento de fronteiras que a clarividência de Rio Branco consolidou. Nem há necessidade, por certo, de outras terras, de sonhos trágicos na febre do espaço vital, porque o nosso espaço vital não é geográfico: é sociológico, é político, é ético, é cultural. Em verdade, dentro do espaço geográfico abrangido pela soberania brasileira, vive, quando não vegeta, uma população rarefeita e angustiada. Entre o foco da cultura litorânea e o descampado social do *hinterland*, esparrama-se a gama dos mais desconformes estágios decrescentes de civilização, desde a cultura universalizante de um analista sutil da Guanabara, até o ímpeto primitivo de um índio do Araguaia. É sinal, pois, que os bandeirantes não tiveram até agora completada a sua obra. Um pessimista, fazendo um confronto entre as lanças e os bacamartes da era colonial e os poderosos instrumentos técnicos de nossa época, talvez seja levado a pensar em degenerescência racial, em perda do sentido vital da conquista. Outros lem-

brarão, porventura, a frase amarga de Miguel Couto apresentando o Brasil como um vastíssimo hospital. Não faltam, no entanto, provas de que os antigos valores subsistem no âmago de nossas reservas populares, de tal sorte que o entusiasmo quase delirante suscitado pela fundação de Brasília talvez se explique parcialmente à luz de forças históricas bruscamente trazidas à flor da autoconsciência nacional pelo impacto da política desenvolvimentista.

Não tem sentido, porém, afirmar-se que devemos viver "de costas voltadas para o mar", agravando ainda mais a perda do "sentido atlântico" de nossa economia e de nossa cultura. Nada mais absurdo do que estabelecer uma alternativa entre o grande mar e o sertão, quando, na realidade, ambos são elementos essenciais e co-implicantes de nosso complexo desenvolvimento histórico.

Na época imperial houve mais viva consciência de nosso destino oceânico, e já é tempo de capacitarmo-nos de que o Atlântico pode ser visto pacificamente como *mare nostrum* da cultura luso-brasileira, e que seria erro imperdoável o abandono de nossas costas, de nossos portos e enseadas, componentes primordiais de nossa projeção universal e elementos decisivos no desenvolvimento de nosso "mercado interno", cujo valor deve ser posto no centro de todos os planejamentos tendentes a atualizar ao máximo as nossas possibilidades nos domínios econômicos.

Brasília abriu, sem dúvida, novo ciclo de bandeirismo, e, por isso, pelo arrojo e a aventura do empreendimento, não pode ser compreendida por homens de outras plagas, afeitos a diversas categorias de evolução histórica, sem saltos bruscos e iniciativas de intensa carga afetiva; nem pelos que entre nós são figuras paradas no tempo. Urge fixar o sentido do novo surto pioneiro e atualizá-lo segundo os parâmetros científicos e tecnológicos de nossa época.

Na história das bandeiras o que mais impressiona é o valor culminante das individualidades audazes. O bandeirante quase não dispunha de armas e de utensílios. Afrontava o sertão como um predestinado, improvisando soluções no momento das dificuldades, dos tropeços, dos perigos. Se fizermos abstração desse sentido "missioneiro", contentando-nos com os estalões amarelos da cobiça com que jogam os intérpretes marxistas dos fatos históricos, não compreender-

mos o feito das bandeiras dobrando a linha das Tordesilhas. Na realidade, a terra tornou-se pequena ao ritmo de seus passos, fecundada de lavouras e de povoados, aliando-se as razões econômicas aos impulsos da fé e do império.

Cabe-nos, agora, percorrer as mesmas estradas, com o mesmo antigo entusiasmo e confiança, mas servidos pela técnica moderna, com tratores e motoniveladores, com automóveis e caminhões, locomotivas e aeronaves, combinado o valor da iniciativa individual com a supervisão organizadora e propulsora do estado, pois seria bem ilusório continuar pensando em termos de "bandeirismo empírico", fundado apenas nos valores da audácia e da intuição, numa época em que a ciência e a economia se implicam e se polarizam, exigindo que a técnica seja posta a serviço do homem. Por outro lado, está comprovada não só a inviabilidade de qualquer política econômica divorciada da visão de conjunto dos problemas internos e internacionais, como também a existência em nosso país de um vasto campo de atividades econômicas que reclamam o imediato "pioneirismo" estatal, por carecerem de natural atrativo para o dinamismo criador dos interesses privados.

Nessa ordem de idéias, infensas, como se vê, às soluções unilaterais do individualismo do estatismo – quando o vulto da tarefa exige a complementariedade e a funcionalidade contínuas das atividades particulares e públicas –, mister é que o estado não se subordine a esquemas apriorísticos ou a "planejamentos congelados", mas se desdobre em soluções ajustáveis às múltiplas situações culturais e históricas brasileiras. A disseminação do progresso deve começar, assim, pela descentralização diversificada e multifocal dos serviços públicos, para que Brasília não se transforme numa torre solitária de comando. A interiorização da capital põe o problema de um federalismo plástico e plurivalente, de maneira que, sem embargo do sistema federativo tradicional, de cunho marcadamente jurídico, a ação do governo nacional possa se discriminar e projetar-se através de unidades regionais, permitindo a realização de obras insuscetíveis de enquadramento segundo as perspectivas isoladas e às vezes contrastantes dos estados-membros.

Em nenhum país é tão gritante, como no nosso, o erro de se traçarem planos uniformes e rígidos para serem aplicados, por compreensão, a regiões tão diversas do ponto de vista geoeconômico e cul-

tural, pois a nossa terra, como já advertia João Ribeiro, se diversifica em múltiplas linhas e em muitos pontos¹. Por não se ter atendido a essa lei de *integração diversificada*, vive o nosso país dominado por esquemas abstratos, amarrado à lei de simetria que subordina regiões diversas a normas aprioristicamente concebidas e talmudicamente interpretadas.

Imensas são as áreas ainda à espera do ato fecundante do homem ou de uma política mais chegada às urgências dos valores do trabalho². Há ainda regiões que não conhecem o branco civilizado; outras que de longe em longe recebem, como visita amorável de aves benfazejas, a palavra de um missionário. Nem sequer em extensão vencemos a terra. Que dizer, então, das limitações de nosso predomínio sobre a natureza em intensidade e racionalidade?

Se limitarmos o nosso exame ao Estado de São Paulo, onde o índice cultural se mostra mais alto, fácil será demonstrar que mal rompemos a barreira do subdesenvolvimento. Se realizarmos os milagres das culturas cafeeira, algodoeira e canavieira, e soubermos assimilar celereamente os valores da tecnologia industrial, realizando os maiores empreendimentos coletivos da gente brasileira após o bandeirismo, plantando fazendas e cidades no recuo do sertão – se já demos provas de que a terra não nos amedronta com as suas léguas de descampado, bastaria percorrer as zonas do litoral ou estabelecer um confronto entre os índices de bem-estar das camadas de populações que se adensam nas grandes cidades, para dever-se reconhecer o déficit imenso a ser coberto.

(1) Sobre esse princípio v. Miguel Reale, *Teoria do Direito e do Estado*, 2ª ed., cit., I Parte.

(2) Nesse sentido bastará considerar o que se passa no Estado de São Paulo, onde há cerca de 350.000 proprietários de terra, 2.700 dos quais detêm cerca de 11% das áreas cultiváveis. Embora a "reforma agrária" não possa ser reduzida a um programa simplista de fragmentação da terra – pois as extensões das glebas têm significado relativo, dependente da localização das terras, de sua qualidade, do tipo de cultura ou da atividade econômica mais adequada, etc. – os números aqui lembrados – especialmente por tratar-se da mais industrializada das unidades da Federação –, revelam a necessidade de afrontar-se o "problema agrário" no Brasil como um urgente problema de caráter social e humano, através de um "planejamento integrado" que atenda, ao mesmo tempo, aos aspectos correlatos do crédito a longo prazo, à mecanização e à assistência tecnológica, aos valores educacionais, etc., valendo-nos das estruturas cooperativistas como instrumentos capazes de potenciar as iniciativas privadas.

É por esses motivos que disse, há pouco, sem qualquer esforço de retórica, que, do ponto de vista da produção econômica, ainda nos encontramos em pleno *bandeirismo desbravador*, de sorte que não é por mera coincidência, mas por essencial correlação entre os fenômenos, que a primeira verdade a ser proclamada é a de que nossa obra humanística de soerguimento social ficaria irremediavelmente comprometida se se estancassem a iniciativa individual e a confiança na livre empresa, isto é, se optássemos pela economia *dirigida* pelo Estado, se nos iludissemos com a *totalidade compacta* a que é o mito da economia burocratizada dos comunistas e seus sequazes.

.....
CAPÍTULO V

O Ensino e as Elites

CELSO FERREIRA DA CUNHA (1917-1989). Nascido em Teófilo Otoni (Minas Gerais), fez seus estudos ginasiais no Ginásio Anglo-Brasileiro, no Rio. Bacharel em Direito pela Faculdade Nacional de Direito e Licenciado e Doutor em Letras pela Faculdade Nacional de Filosofia. Catedrático em Língua Portuguesa do Colégio Pedro II e da Faculdade Nacional de Filosofia. Lecionou na Sorbonne (1952-1955), foi Gastprofessor na Universidade de Colônia. Foi Diretor da Biblioteca Nacional. Membro do Conselho Federal de Educação, da Academia Brasileira de Filosofia, da Societé Linguistique de Paris, da Societé des Études Latines etc. Medievalista eminente, consagrou-se aos problemas de crítica textual.

Obras: O Cancioneiro de Joan Zorro (1949), O Cancioneiro de Martin Codax (1956), Estudos de Poética Trovadoresca (1961), Língua e Verso (1968), Manual de Português (da 1ª a 6ª séries ginasiais), Uma Política do Idioma (1967), Língua Portuguesa e Realidade Brasileira (1968), etc.

.....

Servilismo e nacionalismo lingüístico
— *o terrorismo purista*

N

ão há dúvida de que toda língua culta, em particular quando escrita, é tradicional e, de certa maneira, uma língua especial. Se, no entanto, ela perde o contato com a língua viva, se não se renova com as criações do falar corrente, de que deve ser uma normalização ou uma estilização, sofre em seu funcionamento, estratifica-se. E a estratificação é a morte letárgica de um idioma.

Esta a situação em que nos encontrávamos, às vésperas da Independência: as inflexíveis normas gramaticais obedecidas passivamente pelos letrados da Colônia tinham conseguido manter unificada a língua culta, mas pelo artificialismo de tal unificação, haviam aumentado, muito além do natural e do admissível, a distância entre as duas formas de linguagem, a transmitida e a adquirida, que praticamente deixaram de comunicar-se.

Entramos, assim, no século XIX com um vácuo enorme entre a língua escrita e a língua falada. A luta por diminuí-lo vai confundir-se, nos espíritos mais lúcidos, com a própria luta pela formação de uma literatura verdadeiramente brasileira (pois que entendida como harmoniosa conciliação de temática e forma expressional), e só chegará a bom termo, em nossos dias, com as atitudes radicais do modernismo.

Conquistada a autonomia política, começaram a aparecer os primeiros sintomas de mudança desse estado de coisas. Classes sociais, até então emparedadas, tiveram oportunidade nova com a vulgarização do ensino e, principalmente, com o desenvolvimento da imprensa. Os reflexos desses fatos na aeração da língua foram logo previstos por José Bonifácio, que, em 1825, assim se manifestava sobre a legitimidade da criação vocabular: "Ousem pois os futuros engenhos [*sic*] brasileiros, agora que se abre nova época no vasto e nascente Império do Brasil à língua portuguesa, dar este nobre exemplo; e fico que, apesar de franzirem o beijo puristas acanhados, chegará o Português, já belo e rico agora, a rivalizar em ardimento e concisão com a língua latina, de que traz a origem."¹

Uma estatística, organizada por Roger Bastide, põe em evidência os efeitos dessa alteração do panorama cultural.

Examinando a origem dos escritores brasileiros e a situação econômica de seus pais, o distinto sociólogo francês apresenta-nos este eloqüente quadro relativo ao período colonial:

Saídos das classes superiores.... 86,3%.

Médias6,9%

Inferiores6,8%

E é digno de nota, acrescenta, "que esta contribuição das classes inferiores não aparece senão na segunda metade do século XVIII, na época em que se prepararia a independência, pelo menos intelectual, do Brasil"².

Comparando essas percentagens às do século XIX – e atendo-se ao campo da poesia –, Bastide mostra-nos como a cultura das classes médias e inferiores subiu em menos de oitenta anos, apesar da escravidão que, até 1888, marginalizou parte substancial da população humilde.

(1) *Poesias*, edição fac-similar da príncipe, de 1825, Rio de Janeiro, 1942, págs. 114-115.

(2) *A Poesia Afro-brasileira*, São Paulo, 1943, pág. 139.

O índice das classes superiores baixa de 86,3% a 36,8%; o das classes médias sobe de 6,9% para 26,4%; e o das classes inferiores passa de 6,8 a 36,8%³.

Para esse acesso vertiginoso à literatura das camadas inferiores da sociedade contribuíram decisivamente as novas condições criadas pela independência política, mas contribuiu também poderosamente o Romantismo, com a valorização estética do nacional e do popular. O ideal nacionalista e democrático do movimento não poderia deixar, por outro lado, de refletir-se na forma de expressá-lo – a língua.

"La Langue était l'Etat d'avant quatre-vingt-neuf;

Les mots, bien ou mal nés, vivaient parqués en castes", dissera Victor Hugo⁴ do francês pré-romântico. E era assim por toda parte, e – pelas razões já aduzidas – mais se acentuava no Brasil. Cumpria aos românticos liberar a língua como a Revolução Francesa liberara os homens.

Mas não devemos exagerar a profundidade de tais inovações. Tanto em França como no Brasil os românticos foram mais ousados na teoria do que na prática. O próprio Alencar, que, imprudentemente, chegou a falar em "língua brasileira" e a teorizar sobre o assunto, não pretendia, na realidade, criar uma língua literária. O que ele preconizava era somente uma elasticidade maior da expressão, a legitimação dos termos tipicamente brasileiros, uma sintaxe mais livre, ou melhor dizendo, menos sujeita às normas severas do português europeu.

Releiamos estes passos de *O Nosso Cancioneiro*:

"Uns certos profundísimos filólogos negam-nos a nós brasileiros o direito de legislar sobre a língua que falamos. Parece que os cânones desse idioma ficaram de uma vez decretados em algum concílio celebrado aí pelo século XV.

"Nós, os escritores nacionais, se quisermos ser entendidos de nosso povo, havemos de falar-lhe em sua língua, com os termos ou locuções que ele entende, e que lhes traduz os usos e sentimentos.

(3) *Ibid.*, *ibid.*

(4) *Contemplations*, VII.

"Não é somente no vocabulário, mas também na sintaxe da língua, que o nosso povo exerce o seu inauférível direito de imprimir o cunho de sua individualidade, abasileirando o instrumento das idéias.

"Se nós, os brasileiros, escrevêssemos livros no mesmo estilo e com o mesmo sabor dos melhores que nos envia Portugal, não passaríamos de uns autores emprestados; renegariamos nossa pátria, e não só ela como a nossa natureza, que é o berço dessa pátria."⁵

Não era outro o pensamento de Gonçalves Dias, ao escrever em 1854:

"A minha opinião é que ainda, sem o querer, havemos de modificar altamente o português.

"Vês tu o nosso Macedo? O seu merecimento não é ser clássico, mas ser brasileiro; e ele não seria tão estimado, tão popular, se andasse alambicando frases que os pouco conhecedores da língua mal compreenderiam a sopapo de dicionário. O que o simples bom senso diz é que não repreende de leve num povo o que geralmente agrada a todos" ...⁶

Também lhe parecia que os brasileiros tinham "o direito de aumentar e enriquecer a língua portuguesa e de acomodá-la às suas necessidades", fosse no campo do léxico, fosse no da sintaxe, pois reconhecia que, "para dizer o que hoje se passa, para explicar a idéia do século, os sentimentos desta civilização, será preciso dar novo jeito à frase antiga".⁷

Machado de Assis, o compreensivo e sereno leitor dos clássicos, não pensava diferentemente. Em magistral artigo, publicado em

(5) *O Nosso Cancioneiro*, ed. de Manuel Esteves e M. Cavalcanti Proença, Rio de Janeiro, 1962, págs. 22, 23 e 60. Leia-se ainda este passo: "Não se junte a possante individualidade de um povo jovem a expandir-se no influxo da civilização, com as teias de umas regrinhas mofentas" (*Obra cit.*, pág. 23).

(6) Carta ao Dr. Pedro Nunes Leal, in *Estante Clássica da Revista de Língua Portuguesa*, VII, 1921, pág. 131.

(7) *Ibid.*, *ibid.* Nesta carta que é um documento de alta importância lingüística e literária, Gonçalves Dias afirma ainda que "a nossa língua é riquíssima, mas até a sua idade de ouro; daí por diante não acompanhou os progressos do século, nem mesmo os desta nação [Portugal], de modo que há dificuldade suma, se temos a mania de parecer clássicos (no sentido luso da palavra), há muitas vezes impossibilidade absoluta em se exprimirem coisas que aliás são vulgares" (*Obra cit.*, pág. 129).

1873, quando ia acesa a polêmica de Alencar com os detratores de sua obra ponderava:

"Não há dúvida que as línguas se aumentam e alteram com o tempo e as necessidades dos usos e costumes. Querer que a nossa pare no século de quinhentos, é um erro igual ao de afirmar que a sua transplantação para a América não lhe inseriu riquezas novas. A este respeito a influência do povo é decisiva. Há, portanto, certos modos de dizer, locuções novas, que de força entram no domínio do estilo e ganham direito de cidade."⁸

Mas nenhuma dessas afirmações, nem outras mais contundentes, de Alencar, foram feitas com o intuito de convencer-nos da necessidade de uma "língua brasileira", empregando-se a palavra "língua" no seu significado próprio.

A bem dizer, toda a questão da "língua brasileira" se resume, ainda hoje, na luta contra as regras inflexíveis dos puristas, dos gramáticos retrógrados, sempre contrários a inovações e defensores de um desarticulado sistema idiomático, simples mosaico de formas e construções colhidas em épocas diversas do passado literário. É, em suma, um ato de rebeldia contra uma ordem arbitrariamente estabelecida, uma tentativa de libertação elementar não só do artista, impedido de escolher seus meios expressivos, mas do falante e do escritor comum, obrigado a não participar da cultura ambiente por lhe negarem a utilização das formas lingüísticas exigidas pela vida cotidiana. É precisamente por ser uma atitude de rebeldia contra o opressivo contorno social, mais um espírito do que uma realidade, é que a tese da "língua brasileira" nunca pôde ser formulada como um corpo de doutrina coerente. O próprio Mário de Andrade, chefe incontestado do Movimento Modernista de 1922, não conseguiu jamais compor a *Gramatiquinha da Fala Brasileira*, que nos prometera. É de presumir, é quase certo – poderíamos adiantar – haver ele desistido do projeto⁹ por não ter encontrado na sua obra, nem na de

(8) *Obra completa*, ed. Aguilar, III, 1959, pág. 822.

(9) Em carta ao professor Sousa da Silveira, só publicada em 1964, Mário de Andrade assim se exprimia com relação à *Gramatiquinha*: "Este livro, do qual nunca escrevi nenhuma página, eu nunca jamais tive intenção de escrever. É certo que tomei muita nota, fiz muita ficha, a respeito da língua, e de processos que me pareciam mais nacionais de traduzir o pensamento em linguagem, mas é só. Eu anunciava o livro, apenas para indicar a todos que o que estava tentando não era

seus companheiros, os elementos indispensáveis para provar a existência de um sistema lingüístico diferente do do português europeu, o que, a rigor, justificaria uma língua brasileira. Mas nos apressamos em esclarecer que, se o Movimento de 1922 não nos deu – nem nos podia dar – uma "língua brasileira", ele incitou os nossos escritores a concederem primazia absoluta aos temas essencialmente brasileiros, com suas formas culturais próprias, e a enunciarem de maneira adequada esses temas, ou seja, a preferirem sempre palavras e construções vivas do português do Brasil a outras, mortas frias, armazenadas nos dicionários e nos compêndios gramaticais. Utilização particular de algumas das múltiplas possibilidades da língua, escolha das formas afetivas mais ajustadas ao gosto e ao pensamento de cada um, ao meio em que vive e ao ideal artístico desse meio, formas por vezes estranhas, mas legítimas, obedientes a normas que correspondem ao que se deve dizer dos puristas, porém ao que tradicionalmente se diz num domínio da comunidade idiomática – normas que podem conviver harmonicamente, dentro da língua portuguesa, com outras normas, peculiares a distintos ambientes sociais, culturais ou regionais.¹⁰

E o resultado está ao alcance de nossos olhos, no verdadeiro Século de Ouro que vamos vivendo, com uma literatura singular entre as literaturas contemporâneas pela originalidade de seus temas, de suas preocupações, de suas conscientes e ousadas explorações estilísticas dentro deste Eldorado que é o nosso idioma, onde ainda há muita riqueza intocada para ser um dia pesquisada e exibida¹¹.

tentado assim ao até das recordações, mas uma coisa séria, sistemática, e bem pensada. Nem isso valeu aliás amigos íntimos imaginavam que eu estava orgulhosamente querendo... inventar a língua do Brasil" (*in Revista do Livro*, nº 26, pág. 130).

- (10) Angel Rosenblat, *Lengua y cultura de Venezuela*, Universidad Central de Venezuela, s/d. (1953?), pág. 28: *El castellano de Españã y el castellano de América. Unidad y diferenciación*, Caracas, 1962, pág. 27.
- (11) Citado por Angel Rosenblat, *lengua y cultura de Venezuela*, pág. 16. Em seu *Diccionario Indo-Hispano Venezuelano-Español*, Carmona contrapunha o uso venezuelano ao espanhol, considerando o primeiro "palavra corrompida", e o segundo "palavra castiza". Em português a forma *puritano* antecedeu à *purista* como designativo de escritor "que não faz uso senão de palavras castiças, e que afeta isso, não se servindo nunca das estrangeiras" (Morais, que na 2ª edição do *Diccionario* (1813) averba as duas formas, esclarecendo, no entanto, que purista "é mais fácil, e usual").

GUSTAVO CORÇÃO (1886-1978). Nasceu no Rio de Janeiro, em 1896, formando-se em Engenharia. Um dos seus mestres, o eminente matemático Amoroso Costa, despertou-lhe o gosto pela filosofia das ciências. Dedicando-se por profissão aos serviços de telecomunicações desenvolvia, simultaneamente, sua incoercível vocação literária da leitura dos grandes estilistas da língua portuguesa. Dotado de fino espírito filosófico aliado a vigoroso espiritualismo cristão, colocou-se, com seu primeiro livro: *A Descoberta do Outro*, na posição de líder do pensamento religioso, no meio dos melhores escritores nacionais. A obra assinala sua conversão integral ao catolicismo. Jornalista militante, destaca-se por sua atitude corajosa, de límpida honestidade intelectual e moral no combate às idéias antidemocráticas, dando-nos páginas de grande valor ético e estilístico.

Obras principais: *A descoberta do outro* – *As fronteiras da técnica* – *Lições de abismo* – *Dez anos crônicas* – *Tempo e contratempo* – *Duas cidades, dois amores*, 2 vols. – *Três alqueires e uma vaca* – *Claro-escuro* – *O desconcerto do mundo*, etc.

.....

Mosaico

T

empos atrás escrevi um artigo onde estranhava que existissem contrabaixistas e calceteiros. A bizarria do primeiro ofício estava na dificuldade de conciliar a gravidade e a rotundidade do instrumento com a verde quadra da vida em que se logra adquirir a precisão e a agilidade dos dedilhados. Não conseguia imaginar como pudesse um moço, no ardor dos anos, apaixonar-se pelo provector instrumento que sempre fica no fundo da orquestra a dar pausados conselhos às flautas e aos violinos. O segundo ofício me espantava simplesmente por sua intrínseca e literal dureza.

Tive depois cabal solução dos dois enigmas. Assim como há velhos que pela vida afora são flautas incorrigíveis, vi também moços de incurável e precocíssima gravidade. E o que se vê no mundo, vê-se também nas orquestras. Quanto ao mister de lavrar pedras, a solução do caso me foi dada por um preto velho que durante quarenta anos as lavrara por gosto. A raiz da equação era o amor que, como todos sabemos, espalha incongruidades pelo mundo.

Mas o ofício que ontem estive analisando numa esquina da Rua da Carioca não se enquadrava em explicação lírica nem racional. Não se justificava pelos proventos nem deixava entrever vislumbre por onde se pudesse suspeitar uma chama de amor.

Era um camelô. Vendia canetas a vinte cruzeiros. Estive por ali, meia hora, em observação, e não vi efetuar-se uma só compra. De que viveria o homem? O fluxo de gente passava por ele como as águas de um rio apenas de leve se encrespam em torno de um caniço. Como deve ser dura, do ângulo do camelô, a indiferença das multidões! Em vão ele agitava no ar uma de suas amostras com gestos de pregador inspirado. Em vão anunciava que o preço era menos da metade do que pediam as lojas. Em vão argumentava com a subida geral de preços e com a perspectiva de um amargo arrependimento.

Um velho, tímido e instável, acercou-se da bandeja e pôs-se a farejar o artigo. O camelô, alvoroçado, explicou-lhe confidencialmente que o preço era tão baixo por se tratar de um contrabando. O velho ia examinar, e talvez comprar, quando foi empurrado por um turbilhão de estudantes. O empurrão rompeu o tênue desejo e o velho prosseguiu sua trajetória de hesitações e veleidades. Passei duas horas depois. Lá estava o homem. Vendera uma única caneta, e eu fiz o cálculo, venderia quatro em oito horas de berros e gesticulações. Tirando o preço da mercadoria e os nove fora de um possível intermediário como se explicaria a roupa e a gordura do camelô.

– É muito simples, esclareceu-me mais tarde uma pessoa dotada de senso prático, o homem é funcionário da Prefeitura...

* * *

Tudo tem sua razão de ser. No domingo passado, contei a história de um general vizinho meu que mandou vir um caminhão da limpeza pública para apanhar seu lixo, deixando nas portas das outras casas, amontoados e fedorentos, os lixos menos ilustres. Contaram-me depois que houve o mesmo na Rua Almirante Salgado: um enorme caminhão subiu a rua, durante doze dias esquecida pelo serviço de limpeza urbana, e veio delicadamente colher duas latas misteriosamente assinaladas. Tratava-se, pelo que depois me informaram, de lixo de duas famílias bem vistas no Catete, e eu concluo que está aparecendo uma nova aristocracia que, em vez de basear-se no sangue, se fundamenta no lixo.

* * *

Aliás, o que acaba com o Brasil são as aristocracias. Nenhum regime monárquico as possui como esta nossa república. Até pouco tempo eu tinha a idéia ingênua de pensar que os serviços públicos não chegariam nunca a uma extrema miséria porque os ricos e poderosos seriam arrastados no mesmo flagelo. Sempre foi costume comparar o estado a uma nau onde correm os mesmos riscos os dirigentes e dirigidos e é por isso que no ritual do sacramento da ordem o pontífice diz ao clero e ao povo antes de iniciar a ordenação dos diáconos: "Caríssimos irmãos, já que os motivos de segurança e temor são os mesmos para o comandante de um navio, como para seus passageiros, devem ser de igual valor as opiniões daqueles cuja causa é a mesma."

Parece que devemos abandonar a metáfora, ou então teremos de imaginar um esquisito navio onde naufragam uns enquanto outros se banqueteam. Aliás, depois da leitura do artigo que Fernando Carneiro publicou na *Tribuna da Imprensa*, e que merecia ser estampado em todos os jornais deste pobre navio, torna-se patente que devemos reformar os conceitos de "boa família" e "bom nome", porque "Os bem-nascidos" (assim se intitula o artigo) estão revelando avidez de proveitos maior do que os das recentes e improvisadas aristocracias. E é por isso que fiquei acabrunhado, outro dia, quando um chofer, a propósito de um desses aproveitadores, respondeu-me com desânimo: "Ora, são todos iguais..."

Não senhor. O país anda mal justamente porque há uns que são diferentes, e que são muito piores.

* * *

E é por isso também que fiquei triste ao ler numa carta de D. Helder Câmara a Carlos Lacerda aquela passagem onde diz que fraude e corrupção existem em todos os partidos. Mas não no mesmo grau nem com as mesmas características! Esse modo de dizer, que tende a generalizar e a igualar, me parece inadequado e injusto. É possível que um inquérito rigoroso realizado no interior do Brasil viesse a revelar muitas fraudes eleitorais praticadas por membros da UDN, do PL, ou do PDC. Mas o que se tornou público e notório, sem necessidade de inquéritos e estatísticas, é que foram os homens daqueles partidos que pleitearam, medidas de purificação do pleito e que foram homens do PSD que resistiram obstinadamente, tenazmente, a essas medidas.

Foram também os homens daqueles partidos que se bateram pela declaração de bens dos candidatos, e foram os do PSD que resistiram e que transformaram as declarações em documentos indecifráveis.

Diga-se que todos são pecadores, que temos muitas razões de queixas dos udenistas e dos libertadores, mas daí a dizer uma coisa que insinua que são todos iguais vai um abismo: o abismo que separa um mísero homem honesto de um desses aristocratas do momento. Não, amigo chofer. Não, D. Helder Câmara. O Brasil está dessorando misérias não porque sejam todos iguais mas porque alguns pretendem ser diferentes e conseguem.

Abril, 1956.

ANÍSIO SPÍNOLA TEIXEIRA (1900-1971). Nasceu em Caitité (Bahia), bacharelando-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Especializando-se em Pedagogia, diplomou-se em Educação pelo Teachers College da Columbia University de Nova Iorque. Foi diretor-geral de Instrução Pública e professor de Filosofia da Educação da Escola Normal da Bahia. Posteriormente, como diretor-geral da Educação, no Distrito Federal, e professor de Filosofia da Educação, na Escola de Professores do Instituto de Educação, deu início, após a Revolução de 30, a grande movimento educacional, criando a Universidade do Distrito Federal, ativo núcleo de estudiosos dos problemas pedagógicos nacionais, durante alguns anos. Presidiu a Associação Brasileira de Educação, sendo um dos signatários do "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova", em 1931.

Obras: Aspectos Americanos de Educação, Bahia, 1928; Vida e Educação: Introdução sobre a Pedagogia de J. Dewey (precedendo a tradução de dois trabalhos deste filósofo americano), São Paulo, 1929; Educação Progressiva: Uma introdução à Filosofia da Educação, São Paulo, 1932; Em Marcha para a Democracia: à margem dos Estados Unidos, Rio de Janeiro, 1934; Educação Pública – sua organização e administração, Rio de Janeiro, 1935; Educação para a Democracia: Introdução à administração de um sistema escolar, Rio de Janeiro, 1936; A Universidade e a Liberdade Humana, Rio de Janeiro, 1954; A Educação e a Crise Brasileira, São Paulo, 1956.

.....

*A administração pública
brasileira e a educação*

Não é nenhuma novidade afirmar que uma das tendências de nossa época, com o progresso das comunicações e das técnicas, é o crescimento das organizações humanas, não só no sentido da área territorial sob seu alcance, como no da densidade de sua força unificante e uniformizante. Toda a indústria moderna é uma ilustração, quase diria assustadora, dessa tendência. As críticas ao gigantismo americano se fazem sempre à luz desses aspectos standardizantes da técnica, excessivamente mecânica, dos tempos atuais.

Essa tendência à grande organização da indústria e à uniformização dos seus produtos decorre do caráter mecânico da produção e da conseqüente facilidade de se produzirem, em massa, antes produtos standardizados do que produtos diferenciados. A destruição da produção local e da variedade dos produtos é, assim, mais o *resultado* da produção industrial e mecanizada, do que objeto deliberadamente pretendido e procurado. Se fosse possível idêntica eficiência industrial com fabricação diversificada e em pequena escala, não creio que alguém se opusesse à idéia, que, aliás, não me parece impossível, pois nada há na

ciência que impeça o desenvolvimento de uma tecnologia para pequenas organizações, em oposição à atual, para produção em massa.

A minha observação, contudo, restringe-se, nos limites da argumentação que desejo aqui desenvolver, ao aspecto de serem a centralização e a estandardização industrial mais uma consequência dos atuais métodos da produção moderna em massa, do que uma aspiração ou um ideal. Busca-se produzir mais e com a maior eficiência possível e para isto se organiza a produção em série e em larga escala, com o máximo de planificação, mecanização, divisão do trabalho, uniformização das operações e uniformização de produtos.

A "produção" fundada, assim, em planos uniformes e na repetição indefinida das mesmas fases operatórias faz-se algo de quase automático, reduzindo-se ao mínimo a participação individual do operário e exaltando-se ao máximo a contribuição central no sentido de planejamento e decisão. Toda a organização industrial funciona, então, como um organismo, com as funções centrais de deliberação e as funções automáticas de execução.

A velha e pretendida analogia de "organização" com "organismo" ganhou, assim, em face dos métodos modernos de produção, um novo rigor, tornando menos evidente a não menos velha "falácia do administrador", que consiste exatamente nessa propensão a crer naquela falsa analogia e julgar a organização um organismo, como ser biológico, com existência própria, necessidades próprias e até interesses próprios.

A transferência desse espírito, até certo ponto compreensível ou explicável nas puras organizações industriais, para as organizações políticas e de serviços públicos só em parte pode ser feita. Quando a transferência se generaliza, temos nada mais nada menos que totalitarismo.

Ocorre, porém, que o estado, independente da tendência moderna de centralização e concentração do poder da organização da indústria, já possuía a tendência à centralização.

O estado, como organização, busca a centralização como forma de exercício do seu domínio – não para produzir, mas para controlar. A sua eficácia consiste em conter e subordinar, sendo, assim, centralizador por essência e natureza. As técnicas modernas de comuni-

cação e transportes, portanto, se fizeram logo instrumentos preciosos de sua ação fiscal, policial e militar, tornando possíveis, afinal, os grandes maciços políticos, entre os quais tende o mundo, hoje, a dividir-se.

A centralização de poder nos estados seria a conseqüência da sua própria natureza expansionista como organizações do poder – poder político. A concentração de poder na produção industrial seria, principalmente, um resultado da aplicação de métodos uniformes e mecânicos de produção. Os dois fenômenos são diversos, embora, tanto em um quanto em outro caso, se registre a mesma subordinação do indivíduo à organização, com perda conseqüente de independência e liberdade individual, tanto na organização do "estado", quanto na produção moderna, seja esta, ao meu ver, do tipo capitalista ou do tipo socialista.

Ambas as tendências, hoje facilitadas pelas técnicas modernas, seja a do estado ao poder absoluto, seja a da produção industrial moderna à concentração, – que acaba por se tornar uma outra forma de poder – não são tendências pacificamente aceitas, mas, pelo contrário, tendências contra as quais vem lutando o homem, infatigavelmente, na busca de uma organização do estado e do trabalho em que se conciliem as suas necessidades, de *segurança* – estado e de *eficiência* – trabalho, com as necessidades de certa independência e liberdade individual, lhe parecem, talvez, ainda mais que as primeiras, imprescindíveis ao seu bem-estar e felicidade.

Nesse sentido, pelo menos desde 1776 (Revolução Americana) e 1789 (Revolução Francesa), vem-se tentando a organização de um estado, que afinal viemos a chamar de democrático, em que o indivíduo conserve um mínimo de independência pessoal e, na parte em que se sinta subordinado, *participe*, de algum modo, do poder a que esteja sujeito, intervindo em sua constituição e podendo ainda recorrer dos seus atos, mediante mecanismos indiretos e complicados, mas susceptíveis de razoável eficácia.

Tais propósitos, dos mais caros ao espírito humano, opõem-se às tendências do estado para aumentar o seu poder sobre o indivíduo e à do trabalho em se organizar de modo a transformar o homem em engrenagem de máquina corrigindo e moderando estas últimas tendências, quando se tornam inevitáveis, ou, cancelando-as, simplesmente, quando supérfluas ou impertinentes.

Os próprios termos que estou a usar revelam que tais tendências não são algo que se encontra na natureza das coisas, mas outros tantos propósitos, corporificados em pessoas ou grupos de pessoas, que usam vontade e força para impor limitações e uniformidades ao comportamento humano. O estado, no fim de contas, são os seus funcionários, que, embora divididos em organizações aparentemente impessoais de poder – Legislativo, Executivo e Judiciário – têm uma vontade coletiva e inconsciente tendente à concentração e centralização do poder. E o trabalho são as empresas industriais, que também têm a sua propensão natural à expansão, com as conseqüentes limitações à independência individual não só dos seus operários, como dos seus próprios clientes.

Do outro lado, opostos ao estado e às organizações de produção, temos a vontade dos indivíduos, organizada em partidos políticos ou em associações, sindicatos e uniões, nem sempre lúcidos e eficazes em sua luta contra as tendências expansionistas e absolutistas das duas primeiras forças referidas – estatal e industrial – muito melhor organizadas.

Tais considerações visam mostrar quanto é legítimo e necessário examinar-se a tendência à racionalização mecânica da vida moderna, que, longe de constituir-se em algo sempre e indiscriminadamente benéfico ou implacavelmente inevitável, é uma tendência a se admitir com reservas, a moderar sempre que inevitável e a combater sempre que supérflua ou pedantesca, ou grosseiramente contraproducente.

Outra não é a tarefa da democracia, que, constituindo, historicamente, a luta do homem pela organização de um estado em que fique salvaguardada a sua relativa independência individual, passou a ser também a sua luta por uma organização do trabalho, em que não se veja transformado em engrenagem pura e simples de uma máquina econômica.

A feição mais sutil por que se insinua a tendência totalitária do progresso material moderno está no convite que tal progresso, à primeira vista, parecer fazer à organização em massa, ou em grande escala, fundada na divisão do trabalho e especialização de funções. Tomado, com efeito, o progresso técnico como simples arsenal de meios para o tamanho da organização, desde que se dividam e uniformizem as funções e se especializem as pessoas para essas funções, está

aberto o caminho para o gigantismo organizativo moderno, com a consequente *impessoalidade* da organização e concentração irresponsável de poder no pequeno grupo de dominantes e mandantes do vértice da pirâmide.

A tirania e irresponsabilidade desse tipo de organização é a mais perfeita das que o homem logrou criar, em sua história, até hoje. Porque não é tirânico apenas o grupo central, dotado de capacidade de decisão, mas cada um dos indivíduos componentes da organização, que, agindo como peça de máquina, tem a implacabilidade e a irredutibilidade do dente da engrenagem.

Os tempos modernos, em face disto, estão assistindo uma fase de absolutismo, que excede tudo que se experimentou em relação ao poder absoluto de reis e sacerdotes, o que não deixa de estar suscitando certas atitudes irônicas de saudade ou mesmo de volta ao regime de poder pessoal. Afinal, um tirano pessoal é melhor do que um tirano gelidamente impessoal..

A democracia, como regime *do homem para o homem*, importa em evitar tais *organizações* monstruosas, aberrantes da dignidade humana, sejam elas do estado ou do trabalho, ou só permiti-las quando não ponham em perigo essa imprescritível qualidade de respeito pelo indivíduo, que é a marca de toda saudável *organização humana*.

Em relação ao estado, os remédios democráticos são os da difusão e a distribuição do poder por organizações distritais, municipais, provinciais e nacionais ou federais, em ordens sucessivas, autônomas, de atribuições, de modo que a centralização total acaso inevitável fique reduzida em seu alcance somente às funções mais gerais do estado soberano, em rigor, às relações com outros estados, à segurança e à defesa. Na parte em que o estado assume funções que lhe são privativas – a democracia recomenda um pluralismo institucional, que impeça toda centralização perniciosa ao princípio fundamental de respeito da organização pela pessoa humana. Difusão, pela extrema distribuição, do poder propriamente do estado e pluralização competitiva das organizações outras que prestem serviços ou rejam, de qualquer modo, direto ou indireto, a vida humana, são os dois modos pelos quais a democracia luta contra a tendência totalitária na utilização dos novos meios de controle e produção obtidos pelos progressos técnicos modernos.

Ora, é essa luta democrática que se interrompeu, entre nós, em 1937 e que, retomada nominalmente em 1945, está longe de haver feito o que já devia ter realizado.

Embora não se possa considerar que o país, mesmo no período em que passou pela coqueluche fascista, tenha sido integralmente totalitário, o espírito das leis do chamado Estado Novo foi o da mais extrema centralização, uniformização e mecanização da administração pública. Jogando com as aparências modernas da tendência concentracionista do poder que, de começo, sucintamente focalizamos, e falando um jargão pseudocientífico de "racionalização de serviços", o Estado Novo elaborou um conjunto das leis centralizadoras e uniformizadoras na organização política, jurídica e administrativa do país, como, talvez, não tenhamos tido nem sequer na Colônia. E não somente no plano federal. A fúria uniformizante e centralizante estendeu-se aos estados e aos municípios, como se fazer tudo do mesmo modo, de forma mecânica e estandardizada, sem respeito às circunstâncias nem às pessoas, fosse o último estágio do progresso.

Uniformizaram-se e unificaram-se governos, impostos, orçamentos, quadros, estatutos de pessoal, repartições e serviços, sem consideração de lugar, nem de tempo, nem de circunstâncias, nem de pessoas. Procedeu-se, além disto, à centralização dos serviços de pessoal e material de todos os governos, desde o federal, e os estaduais até os municípios, destruindo-se, de um jacto, todas as independências e diferenciações e criando-se monolitos burocráticos tão gigantescos quanto inoperantes.

Essa tremenda reforma administrativa decorreu e foi acompanhada de uma série de leis uniformes para todo o país, sobre todos os assuntos, sem excetuar quaisquer setores especializados – nem mesmo a educação, em cujo campo ou domínio se decretaram "leis orgânicas" a respeito de todos os ramos e níveis de ensino, com incríveis detalhes de matérias ou disciplinas, currículos e programas, quiçá até horários.

São os resultados dessa centralização e uniformização, antes que tudo profundamente antidemocráticas, que iremos analisar em alguns dos seus aspectos, e muito especialmente em suas conseqüências sobre a educação nacional.

Mas, vamos, primeiro, à administração geral, pois, centralizada como ficou esta, os seus efeitos são omnímodos e invadem todos os serviços públicos, inclusive a educação. Com fundamento numa distinção perfeitamente óbvia entre serviços de meios e serviços de fins, ou serviços auxiliares e serviços executivos, como melhor se poderiam chamar, praticou-se a monstruosidade de se centralizarem os serviços de meios, sob o pretexto de que estes podem ser estandardizados e concentrados, à maneira de serviços industriais, para maior economia e eficiência da máquina do estado. Deste modo, transformou-se todo o governo federal em um "organismo" único, em rigor uma única repartição, cujo diretor-geral seria o Presidente da República; o diretor do DASP – o seu superassistente; os ministros – meros diretores de serviços; os chamados diretores – apenas chefes de seção. Nesse monólito federal, a linha de comando real, era Presidente – diretor do DASP – diretores dos departamentos de administração – diretor do orçamento – diretor do material – diretor de pessoal, isto é, os detentores dos "meios", os quais a despeito de sua tremenda importância, deveriam atuar *automaticamente*, como atuam nos organismos biológicos, os seus órgãos viscerais em oposição aos voluntários, que seriam os órgãos dos "fins". Como, porém, "organização" não é "organismo", os detentores dos "meios" ficaram efetivamente com a força, o poder, e os dos "fins", com a velezade e a impotência. O grande gigante todo-poderoso da organização imensa ficou com os músculos para um lado e o cérebro para outro. Em torno da linha de músculos – os meios – passaram a agitar-se ministros e diretores, supostos cérebros da organização, ganhando ou perdendo poder conforme o maior ou menor "prestígio", ou a maior ou menor habilidade. O ministro da Fazenda, na sua função de detentor também dos meios, era o único que se aproximava um pouco do poder autônomo da grande linha de força das funções que, por ironia, se chamavam "adjetivas".

Durante oito anos viveu o país nesta paradoxal anarquia, provocada pela centralização das funções-meios e conseqüente competição dos que detinham as funções-fins, junto aos que detinham funções-meios, para conquistarem um lugar ao sol, nos grandes e extraordinários planos unificados e formais da nova administração "científica" do país. Todo o período transcorreu nesse pandemônio, em que, como era natural, se algo se fazia era quando alguns detentores dos

"meios" se metiam a ter "fins" e a realizá-los por conta própria, ou a "proteger" alguns dos detentores dos "fins" para realizar o que os "meios" quisessem ou julgassem bom. Daí os "grandes projetos" do Departamento de Administração do Serviço Público, repartição evidentemente de "meios" na sistemática "racionalizadora", e que passou a ser o próprio governo federal.

A imobilização da administração federal, em face dessa divisão e separação entre fins e meios e da centralização dos serviços de meios, transformou-se em fato de observação quotidiana.

Por certo que não é impossível a centralização dos serviços de meios, sendo até aconselhável senão necessária; mas, em organizações de tamanho suficientemente razoável, nas quais o comando central fique com alguém que tenha poder eficaz sobre os fins e sobre os meios, pondo estes *efetivamente* a serviço daqueles.

Sempre, porém, que a organização for demasiado grande para esse controle efetivo pelo comando unificador, ter-se-á de desdobrar a organização, ou de sofrer as conseqüências de ver os serviços centrais de meios tomarem, subversivamente, o controle efetivo de toda a organização.

E foi isso o que se deu entre nós. Com efeito, os centralizados serviços de meios, na administração federal, estariam, teoricamente, sob o comando do Presidente da República, por meio do DASP e do ministro da Fazenda, e dos demais ministros estes por seus diretores de administração. Mas, como nenhuma das onze autoridades governamentais (presidente e ministros) pode ser realmente *administradora*, pois suas funções políticas as absorvem precipuamente, a máquina dos "meios" entra a operar por si e a ser governada somente pela sua força de inércia, sem comando geral unificador nem propulsão interna, sem sinergia nem unidade com os órgãos-fins, o que transforma toda a sua força em uma força cega e irresponsável, acessível somente às pressões externas e igualmente irresponsáveis da corrupção, do "prestígio" ou do "jeito".

A "racionalização" dos serviços gerou, assim, uma anarquia fundamental, de alcance muito superior à possível anarquia dos múltiplos órgãos semi-autônomos e completos, do período *histórico* e empírico da administração brasileira.

Não foi porém a anarquia e imobilização dos serviços públicos o pior mal do equívoco "racionalizante" da administração pública brasileira. A corrupção generalizada e a irresponsabilidade a que foi arrastado o funcionário parecem-me males muito maiores.

Quando falo em corrupção e irresponsabilidade não me estou referindo a faltas pessoais dos funcionários, mas a condições gerais que determinam, salvo exceção, atitudes generalizadas de corrupção e irresponsabilidade. Qualquer exemplo pode demonstrar o que desejo dizer. Imaginemos uma simples fila de protocolo. Os protocolos, como se sabe, foram todos centralizados. Ali, na fila, estou submetido a uma autoridade que, na medida em que o objeto do meu pedido ou de minha necessidade for mais remota ou distante do conhecimento real do funcionário de que estou a depender, o que se dá sempre que esse funcionário estiver em um serviço centralizado de meios, no caso o protocolo central da Fazenda, por exemplo, nessa medida estou a depender de sua *boa vontade*. Essa *boa vontade* é algo que se move independente do seu sentimento de dever. Tal fato gera imediatamente uma situação que considero de corrupção ou irresponsabilidade. O meu direito passa a não ser *exigível*. O funcionário tem outros casos a tratar. Não vejo eu quanta gente está a depender dele! E então, só a *sorte*, o "*agrado*" que consegui suscitar ou o meu "prestígio" podem ajudar-me. Tal situação é uma situação corrupta de minha parte e irresponsável da parte do funcionário. Não se corrige por conselho, nem pelo aperfeiçoamento moral de nenhuma das partes, mas, pela *redução* da distância entre o trabalho do funcionário e o *centro*, onde a operação total esteja sendo considerada, redução que se dá sempre que houver desconcentração dos serviços e organização dos mesmos em blocos, tão autônomos e completos quanto possível.

Há que evitar as organizações excessivamente grandes e, sobretudo, as linhas centralizadas de serviços, na realidade, auxiliares, e que, centralizados, se transformam em serviços em que os meios passam a valer como fins em si mesmos, acabando por obstruir todas as atividades reais ou "substantivas", operando-se a pior das subversões que é a supremacia dos meios sobre os fins, com a conseqüência ainda mais grave de criar a irresponsabilidade dos funcionários dos serviços auxiliares, pois estes, não tendo consciência da subversão gerada pelos fatos,

embora negada pela lei, não se sentem, efetivamente, responsáveis pelas conseqüências perturbadoras, mais do sistema do que deles próprios.

A irresponsabilidade, mesmo no caso de haver consciência da situação criada, não pode ser corrigida por nenhum dispositivo do sistema, pois o único encontro das linhas dos meios com a linha dos fins seria naqueles onze comandantes centrais do sistema – Presidente da República – diretor do DASP – ministros – todos tão distantes, que se pode considerar, com algum exagero, um encontro no infinito. Mas, se o encontro efetivamente se desse, em todos os casos de conflitos entre os meios e os fins, então, os onze comandantes (ministros) nada mais teriam a fazer do que resolver os problemas dessas linhas de meios, perdendo-se nos problemas processuais de material e pessoal da administração, não para criar a eficiência administrativa, e sim para se ocuparem de sua parte formal, centralizada de tal sorte que todas as suas horas seriam poucas para fazer marchar a infinita e atravancada linha de montagem.

Todos sabemos, aliás, que é isto que se dá com o pouco que acaba por chegar ao comando central e que as nossas supremas autoridades, nem com doze horas de trabalho diário, conseguem pôr em dia o número de processos de pessoal e material, que acabam por lhes chegar às mãos, em cada dia, nessa incrível e monstruosa linha de montagem, sem direção nem comando, que são os serviços centralizados de meios na administração da República, compreendendo o pessoal, o orçamento e o material.

Por isto mesmo, já de muito deixou de ser intenção de presidente de república ou de ministro ter qualquer programa sistemático de trabalho (e já não digo de governo) ou pretender pôr a máquina sob seu comando ao menos em condições de operação eficaz, o que seria a sua mínima obrigação, uma vez que a lei os faz gerentes, efetivamente gerentes, dessa imensa máquina única em que se transformou o governo federal.

Rebaixados, com efeito, presidente e ministros a simples administradores e lhes sendo impossível a administração efetiva, dado seus outros encargos políticos e sociais e a grandeza incontrolável do maciço administrativo assim criado, entra a máquina burocrática imensa a operar, como já disse, pela força da inércia e pelas pressões externas das

partes e dos interesses, e os administradores, no caso, o presidente e os ministros, a arranjar "programas extraordinários", cada um escolhendo duas ou três coisas a que possam prestar atenção e para as quais têm de usar todo seu poder e prestígio (às vezes, com que sacrifício!) a fim de ver se as levam por diante.

Só as grandes organizações dos chamados serviços adjetivos e de meios – o Ministério da Fazenda, o DASP, os serviços de orçamento, de pessoal e de material (parte formal) – escapam, entre nós, ao tremendo sentimento de frustração que permeia toda a administração pública. É que tais serviços-meios, a despeito de sua fantástica ineficiência, quando funcionam dão tal satisfação e quando não funcionam inspiram tal receio e respeito às partes deles dependentes, que constituem para seus funcionários fontes de pura, rara e larga fruição de poder. Seus funcionários são, em geral, gente inflada, pelas circunstâncias, quando não por tendências pessoais, de imenso senso de importância, dispondo, por conseguinte, de certa condição, vulgar e elementar, é certo, mas muito significativa para se considerarem felizes: o poder de fazer o mal ou o bem, como verdadeiros deuses.

E aí está uma das fortes razões psicológicas do triunfo do sistema. A outra é a feliz irresponsabilidade em que acabam por cair também os especialistas, os verdadeiros técnicos a cujo cargo se acham os *fin*s. Como pouco ou nada podem fazer, é infinita a complacência de toda gente para com estes pobres-diabos, sobretudo quando, por alguma arte, não arranjam algo de independente a realizar ou não se insinuam na aparelhagem dos *meios*, obtendo que qualquer coisa venha também a depender deles. Nada se lhes pede e se se conservam quietos, podem também levar vida muito agradável. São amados por tão pouco poderem, assim como são temidos e respeitados os homens dos "meios".

Nisso é que deu a moderníssima "racionalização" dos serviços empreendida no Estado Novo. Há, porém, um pouco mais. A algum observador menos atilado poderia parecer que, afinal, isto é o que se está passando em todo o mundo. E me oporiam as grandes organizações maciças do nazismo, do fascismo, do comunismo, ou, mesmo, do governo americano – a do Pentágono, por exemplo, a cujo cargo está toda a defesa do "mundo ocidental".

A peculiaridade da grande organização monolítica brasileira – a do nosso governo federal, que estamos a focalizar em contraste com qualquer dos exemplos monstruosos que nos oferece o mundo nesse reino das macroorganizações, consiste na força de inércia ou na feição estática da organização brasileira. Os demais macroorganismos são instituições dinâmicas, com uma tremenda força de propulsão e pontos sensibílimos de consciência. Se algo funcionar errado, a máquina toda se quebra, qualquer deslealdade é punida violentamente e o centro está animado de extrema excitabilidade para acompanhar o próprio dinamismo da organização total. Reclamações funcionam, todo um sistema de controle e supercontroles percorre o organismo do monstro, que é frio no sentido nietzschiano, mas vivo, tremendamente vivo.

Coube ao nosso país criar organizações semelhantes, mas totalmente desprovidas de sensibilidade, não frias e duras, porém, mornas e sorumbáticas, quase diria mortas, deixando que se processe nas juntas da grande maquinaria sacudida apenas pelas pressões externas, uma multidão de pequenos processos operatórios independentes, com que alguns com a habilidade ou jeito, conseguem o que seria impossível, mesmo em pequenas organizações nucleares e autônomas. O prestígio, a relação pessoal e o "jeito" são os manipuladores solertes do monstro, que, fora disto, é frio sem ser cruel, tardo sem impertinência, obstrutivo sem insolência, deprimido e deprimente sem consciência ao menos disto.

É esse amaciamento brasileiro das condições brutais da organização absurda, junto com aqueles privilégios psicológicos já apontados, sobretudo o do novo senso de importância criado para os funcionários dos serviços de "meios", que faz com que tudo isso funcione, sai ano e entra ano, como algo não só normal, como até esplêndido. Só alguns marginais, excessivamente impertinentes, é que ainda se irritam e criticam...

Para se ter idéia do estado espiritual, digamos, assim, da burocracia brasileira, da sua euforia, do seu êxito, do seu *status* social, basta observar as posses dos altos funcionários, sejam ministros, ou diretores de serviços de "meios" ou de serviços autárquicos. A acomodação com a organização é tão extraordinária que constitui para mim uma das maiores provas da virtuosidade brasileira, que sabe de tudo perceber as vantagens e passar a dançar de acordo com a música...

Não ficaram, porém, a centralização e uniformização dos serviços públicos brasileiros e a divisão das funções de meios e de fins limitadas apenas ao governo federal, que, no fim de contas, não prestando às populações brasileiras nenhum serviço essencial direto, salvo o da segurança e da defesa, podia sofrer tal gigantismo esterilizante e fatal. O mesmo espírito, durante o período do Estado Novo, penetrou os estados e os municípios. O DASP multiplicou-se em DSP estaduais e até municipais e a nova "ciência da administração" impregnou toda a ação dos estados com o caráter formalístico da ação federal, dividindo e separando fins e meios, uniformizando e centralizando estes últimos e provocando, por toda parte, a mesma ineficiência e imobilização dos serviços públicos.

A crítica esboçada à organização monolítica do governo federal pode estender-se aos governos estaduais, onde também se processou a mesma hipertrofia e centralização dos serviços de meios, com a perda da eficiência dos serviços de fins, e a redução das funções dos governantes aos trabalhos de direção formal do pessoal e do material ("meios"). A situação nos estados ainda se tornou mais grave, dada a natureza dos serviços essenciais que lhe serão precipuamente afetos, como os da saúde, da educação e até mesmo serviços urbanos. Em alguns casos, nos municípios atingidos pelo espírito "científico" da administração, o desastre atingiu caráter catastrófico, como é o da administração municipal do Rio de Janeiro (DF), um dos maiores exemplos de teratologia administrativa talvez existentes em todo o mundo.

(A Educação e a Crise Brasileira, S. Paulo, 1956, págs. 100-113).

JÚLIO DE MATOS IBIAPINA (1890-1947). Nasceu em Aquirás (Ceará), fez os estudos secundários no Liceu do Ceará, ingressando na Faculdade de Direito. Sob influência do positivismo, não continuou o curso, embora sua mentalidade avessa a ortodoxias o afastasse da orientação religiosa de Teixeira Mendes, que conheceu e sempre admirou. Possuindo grande cultura filológica, especializou-se no ensino de inglês, alemão e francês, tornando-se, em 1922, catedrático do Colégio Militar do Ceará, depois de brilhante concurso. Sua qualité maitresse era a de jornalista, a que se dedicou desde os vinte anos de idade, quando assumiu, no governo Benjamim Barroso, a direção do Diário do Estado. Em 1924, fundou O Ceará, que se tornou o jornal mais combativo e popular do Nordeste, grande veículo da difusão dos ideais revolucionários de 1930.

Dotado de altas qualidades intelectuais e morais, Ibiapina exerceu verdadeiro magistério jornalístico até pouco depois de 1930. Estilo nítido e vivo, extremamente claro, sempre lógico e objetivo, moveu memoráveis campanhas, que marcaram novas direções à imprensa. Transferindo-se em 1931 para o Rio, dedicou-se a escrever livros didáticos, que alcançaram larga divulgação no país. Ao falecer, ia em meio a confecção de monumental Dicionário Inglês-Português, a que prestavam concurso alguns especialistas, inclusive sua esposa, D. Mercedes Albano Ibiapina.

Obras Principais: From facts to Grammar (3 vols.), Porto Alegre, 1938; English Easily Mastered, Porto Alegre, 1939; First Steps, Porto Alegre, 1943; La Grammaire para la langue, Porto Alegre, 1940; Lecture Expliquée, Porto Alegre, 1942; Sintaxe Alemã, tese, 1922; O Brasil de Ontem e o de Hoje, Rio, 1940.

.....

Os males do ensino secundário

A

NÃO CULPEMOS
SOMENTE A MOCIDADE

causa da falência do ensino reside – proclamam-no quase todos os educadores – no desinteresse da juventude, não corrigidos por uma fiscalização consciente por parte dos pais. Estes só uma preocupação revelam – o êxito nos exames no fim do ano, a fim de não verem sobrecarregado o seu orçamento doméstico.

Será justo, porém, atribuir só a esta causa os males do regime educacional em vigor?

Cremos que não. E é o que pretendemos tornar patente nas linhas que se seguem.

A CURIOSIDADE INFANTIL
E O ENSINO PRIMÁRIO

É sabido de todo educador que o espírito de curiosidade da infância e da juventude é irrefreável. A sua ânsia de saber é sem limites.

Isso se verifica, a todo momento, nas escolas primárias, onde as nossas abnegadas educadoras freqüentemente se encontram em dificuldades para atender ao exame de perguntas que lhes são dirigidas a pretexto de tudo.

Porque as professoras primárias – pelo menos as dos grandes centros – recebem cuidadosa orientação pedagógica, porque compreendem a psicologia infantil e executam programas que atendem às

solicitações da alma das crianças, as nossas escolas primárias preenchem completamente os seus fins, estabelecendo-se entre educadores e educandos, uma afinidade tão íntima que, sem exagero, pode-se afirmar que, em matéria de ensino primário, os estabelecimentos oficiais pouco deixam a desejar.

As crianças vão às escolas com prazer e nutrem por suas educadoras afeição muito espontânea.

Nesta capital e nos grandes núcleos de população do país, já se pode dizer que a escola é, de fato, "risonha e franca".

Longe, muito longe, está o tempo em que a escola era oficina de tortura do corpo e da alma juvenis.

Por que se operou essa miraculosa transformação?

Simplesmente porque a professora ensina às crianças o que está à altura do nível intelectual das mesmas e por processos baseados no conhecimento da alma infantil.

Quem conhece o funcionamento dos nossos grupos escolares, o entusiasmo das crianças pela vida da escola, a colaboração mútua de professores e alunos, vê revigorada a sua confiança no povo brasileiro.

A CRISE DO ENSINO SECUNDÁRIO

Transplantado para a escola secundária, esse mesmo *stock* humano se transforma como por encanto. Indivíduos ávidos de saber, dóceis à disciplina, entusiastas da vida escolar, amigos dos mestres, tornam-se, gradualmente, decoradores sistemáticos, rebeldes à disciplina, "gazeteiros" desambientados dentro da escola, vendo, por parte dos seus professores, meros repetidores de lições sem vida, mercenários que fazem do seu nobre mister simples ganha-pão, ou almas desiludidas ante a ineficácia dos seus esforços.

Por que essa mudança brusca?

É evidente que, por ela, não devemos culpar os alunos. Estes, na sua maioria, passam para as escolas secundárias com a mesma ânsia de aprender, com um ardente entusiasmo pela vida nova que vão enfrentar.

É o ambiente que os transforma. É o que se ensina, e, sobretudo, a maneira por que se ensina, que, aos poucos, cria a mentalidade nova, inadequada ao meio, constringida pela disciplina a uma ordem de coisas que não con-

sulta às suas inclinações. Uns, de personalidade mais forte, revoltam-se, e, de choque em choque com os professores, acabam por criar uma situação insustentável, daí resultando as freqüentes transferências, à procura de ambiente em que a desarmonia não seja tão intolerável. Outros, espíritos dóceis, acostumados à obediência por temperamento ou por educação, conseguem, por um esforço supremo, cumprir os seus deveres à risca, entulhando a memória de conhecimentos que não entram pela porta da razão e que, por isso somente, são conservados até o dia dos exames.

Outros ainda, de educação doméstica imperfeita, sem um forte lastro de princípios morais, entregam-se aos expedientes desonestos da cola, do pistolão e a outros processos que repugnam à maioria. Por suas vitórias aparentes, conseguem contaminar o espírito dos indecisos e levar o desânimo aos caracteres bem formados.

Essa é, nos traços mais gerais, a situação da mocidade nos estabelecimentos de ensino secundário. As exceções, tanto no que diz respeito aos indivíduos como em relação aos estabelecimentos, são tão raras que podem e devem ser desprezadas em um estudo sobre a matéria.

CAUSAS DA DEFICIÊNCIA DO ENSINO SECUNDÁRIO

As causas desse deplorável estado de coisas, dessa mudança brusca entre o ambiente das escolas primárias e o dos cursos secundários estão em tudo, menos no material humano constituído pelos educandos. Estes têm, naturalmente, as suas falhas, mas a missão do educador é justamente corrigi-las.

É preciso, pois, procurar alhures os motivos da falência do ensino que todos proclamam, desde o aluno ao chefe do estado, passando pelos professores e pais de família.

Dois fatos têm concorrido preponderantemente para estabelecer a confusão nos espíritos e perpetuar uma situação que se agrava a cada nova reforma.

Um é a orientação dos reformadores. Desde a Monarquia, a preocupação dos que se têm dedicado a esses assuntos é transportar para o meio brasileiro as idéias em voga nos centros cultos do Universo. Cada teoria nova, agitada na Europa, ou na América, encontra entre nossos estadistas entusiastas ardorosos. Procura-se, então, transpor

para o meio brasileiro as reformas que ali se fazem. O resultado é que, transplantada para outro clima, a reforma torna-se inviável e serve apenas para aumentar os erros anteriores.

Não se legisla para o Brasil tendo em conta as nossas realidades, mas transformando-se em campo de experiências de teorias às vezes já fracassadas nos países de origem.

Outro fator causa de constantes erros é a vaidade dos professores, quando são chamados a colaborar com os governos. Não admitem – *et pour cause* – que a responsabilidade por tudo está nos poderes públicos e neles próprios. Preferem ver as raízes do mal na orientação da mocidade, desviada pelos esportes, desinteressada das atividades do espírito, etc. E, baseados nesse falso pressuposto, esgotam o recurso do que, muito propriamente, poder-se-á denominar de providências policiais – elevação de média mínima necessária à aprovação, aumento do número de exames, que hoje tomam 20% da atividade dos professores e outras medidas inspiradas no mesmo critério.

PROBLEMAS QUE EXIGEM SOLUÇÃO

Entre os fatores que concorrem para que o ensino secundário continue a não corresponder aos seus objetivos, podemos destacar os seguintes:

a) *Falta de seleção do professorado.* Para quase todas as atividades nos diversos departamentos estatais está adotado, rigorosamente, o critério dos concursos. Até para serventes das repartições públicas exige-se prova de competência. O magistério, na sua grande maioria, sempre conseguiu escapar a essa demonstração de capacidade. Se isso se dava nos estabelecimentos oficiais, não é de surpreender que, nos institutos particulares, predominasse apenas o interesse pecuniário. Na escolha do pessoal, os diretores de ginásios deixam-se guiar, em regra, pelo critério do salário mínimo. Quem alugar os seus serviços mais barato será o alvo das preferências dos industriais do ensino.

b) *Regulamentação irracional do trabalho escolar.* O horário das aulas e a organização das turmas não obedecem a nenhum critério pedagógico. Em muitos colégios, o número de alunos de cada turma é tão elevado que se pode provar ser fisicamente impossível o comparecimento de todos nas salas que lhes são destinadas. Só esse fato torna

inatingível o objeto visado pelos professores, por mais competentes e dedicados que sejam eles no cumprimento dos seus deveres.

c) *A irracionalidade dos programas.* Esse é o ponto capital. Daí advêm as conseqüências mais alarmantes, não só para a eficiência do ensino como – o que é mais grave – para a salvaguarda do futuro da nacionalidade.

A VERDADEIRA MISSÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO

A simples denominação de "fundamental" dada ao ensino secundário está a indicar que, nessa etapa da educação, deve-se ensinar ao aluno apenas aquilo que é essencial à vida de todos. O programa a ser executado deve consistir no mínimo indispensável a todos os que se destinam às chamadas profissões liberais. Rigorosamente, os ginásios deveriam ministrar os conhecimentos imprescindíveis aos indivíduos de todas as classes, em um país como o nosso, onde, só após a Revolução de 30, a necessidade do ensino profissional está sendo objeto do carinho dos poderes públicos. Os nossos proletários, dos campos e das cidades, acham-se, porém, ainda em um nível social tão baixo que lhes não é lícito aspirarem para os seus filhos ao acesso aos estabelecimentos secundários.

O ginásio tem de ser, pois, uma etapa a percorrer pelos que se destinam às profissões liberais.

Acontece, porém, que muitos dos que ingressam nos ginásios são forçados, por motivos vários, que seria longo enumerar, a abandonar os estudos no fim do curso.

É, pois, do interesse do estado que esses jovens aprendam, mas aprendam bem, somente aquilo que lhes é indispensável em qualquer profissão que venham a abraçar, e, ao mesmo tempo, adquiram – o que é mais importante, sob o ponto de vista do interesse geral – a mentalidade de verdadeiros patriotas, cômnicos dos seus deveres para com a nação, confiantes nos seus elevados destinos.

Obedecerão os programas a essa finalidade?

Examinemo-los, mesmo superficialmente, e chegaremos à conclusão de que precisam ser expurgados de tudo que é inútil ao objetivo a ser alcançado. Há exagero de detalhes em muitas matérias, deficiência em outras e algumas novas precisam ser introduzidas.

Vejamos:

O ENSINO DE LATIM

Começemos pelo latim.

Não acreditamos que, em fins da primeira metade do século XX, ainda haja alguém que advogue a obrigatoriedade do latim no ensino fundamental, a não ser por motivo de vaidade ou para valorizar os seus conhecimentos, que não teriam aplicação senão no magistério.

Já em 1922, por ocasião de uma tentativa de reforma, afirmávamos pelo *Correio da Manhã*:

"Não é lícito que continuemos eternamente jungidos às idéias dos nossos antepassados da Idade Média. Naquela época era o utilitarismo que impunha o ensino do latim, língua dos cientistas, dos filósofos, dos padres. Era, então, único instrumento de aquisição de conhecimentos. Hoje, porém, o latim é, mesmo para a maioria dos que se destinam às profissões liberais, tão desnecessário como o grego ou sânscrito, relegado a uma elite diminuta que se dedica a estudos de glotologia."

Mesmo admitindo-se, sob certos aspectos, a sua vantagem, o estudo do latim não é aconselhável a jovens que não conhecem ainda a sua própria língua.

Além disso, todos os professores sabem que o ensino do latim entre nós seria uma pilhéria, se não tivesse efeitos desmoralizadores sobre a mentalidade dos estudantes e não concorresse para o desprestígio dos próprios professores, obrigados a fingir que ensinam, a fingir que examinam, a fingir que não percebem nos processos por que os alunos burlam as exigências governamentais.

Entre nós, as traduções das passagens indicadas para exame são, em regra, aprendidas de cor, sem nenhuma compreensão do texto quando não são coladas aos olhos benevolentes dos professores.

Tenhamos, pois, a coragem de enfrentar a realidade e confessar honestamente que o latim é não só inútil como prejudicial, no curso secundário, e que a sua extinção se impõe por todos os motivos. Dedicemos ao estudo de disciplinas mais úteis o tempo que lhe é reservado.

O ENSINO DE GEOGRAFIA

No ensino de geografia há duas falhas que precisam ser corrigidas – a exagerada amplitude do programa e a pouca relevância que aí se dá ao estudo do Brasil.

Nas duzentas e tantas lições distribuídas pelos cinco anos do curso, nem 20% são destinadas ao conhecimento da nossa terra, ao passo que nelas se abrangem os detalhes mais insignificantes sobre a geografia dos países estrangeiros. Tem-se a impressão de que todo estudante brasileiro se destina à profissão de piloto em mares longínquos ou à de *globe-trotter*.

Ora, o simples bom senso está a indicar que, nestes estudos, o interesse do estado e do indivíduo é que os mesmos visem sobretudo ao conhecimento da pátria, isto é, do meio em que todos terão de agir.

O ensino de geografia, por outro lado, deve servir de oportunidade para se inocular no espírito juvenil o amor à terra brasileira pelo conhecimento das suas formidáveis riquezas aproveitadas e potenciais. Os conhecimentos sobre o resto do mundo devem ser ministrados sempre em estudos comparativos com o que é nosso. Se temos que ensinar aos jovens os principais rios da Terra, devemos partir do Amazonas ou do São Francisco e estabelecer paralelos. Esse processo além de mais de acordo com os princípios da Pedagogia – porque é mais próprio a despertar e manter a atenção geral – serve para alicerçar, no espírito juvenil, o orgulho pela sua pátria, que é tida sempre como o ponto de convergência dos interesses da classe. O Brasil deve ser a finalidade de todo esse ensino, o resto do mundo será estudado sempre tendo o nosso país como termo de comparação.

Não nos devemos esquecer de que assim agem todos os preocupados em formar cidadãos para as suas pátrias e não indivíduos deslocados do seu ambiente, interessados nos problemas do mundo antes de entender os da sua gleba. Não será talvez, exagero, afirmar que 50% dos membros da Academia de Letras da França não serão capazes de localizar as principais capitais da América Latina, enquanto dos nossos jovens se exige o conhecimento da profundidade do mar nas costas do Japão e dos nomes das principais ilhas do arquipélago das Filipinas!

Imaginando-se mesmo que todo esse vasto acervo de conhecimentos geográficos pudesse ser retido de memória, ainda assim a sua utilidade seria muito discutível. O que se verifica, porém, é que, no

dia seguinte ao exame, o aluno começa a esquecer tudo o que aprendeu, ficando no seu espírito apenas a impressão dolorosa das torturas a que foi submetido, durante o ano, para conservar nomes rebarbativos, de pronúncia estropiada, de que talvez em toda sua vida nunca mais ouça falar.

No entanto, que excelentes oportunidades oferece o ensino da geografia para educação da mocidade, em um país como o nosso, em que tudo é grande, tudo pode ser aproveitado como fonte de entusiasmo! Tome-se por exemplo o estudo das nossas quedas-d'água, da sua potencialidade aproveitável para criação de grandes núcleos industriais, para o barateamento dos transportes e da luz e para todos os progressos daí decorrentes. O conhecimento do que, neste sentido, se tem feito em outros meios, inocularia no espírito dos jovens uma confiança ilimitada nos destinos do Brasil, criando uma mística patriótica sem a qual nada é lícito esperar de um povo.

O ENSINO DA HISTÓRIA

O estudo da História, tão útil quando visa incutir na alma da mocidade a noção de progresso, de marcha contínua para a frente, através de todas as lutas humanas, continua a constituir uma colcha de retalhos, sem unidade, em que os principais acontecimentos surgem sem conexão uns com os outros, e em que as personalidades secundárias aparecem muitas vezes decidindo os destinos dos povos.

Para que se tenha uma idéia da ação desnacionalizante do nosso ensino de História, basta que citemos alguns exemplos.

Ao passo que no programa em vigor figura um ponto sobre as comunidades religiosas dos mormons, não há uma só lição dedicada à colaboração dos jesuítas na formação da nacionalidade brasileira.

Enquanto se dedica uma lição sobre *mounds, cliff, dwellings, shell mounds, etc.*, quase nada há sobre os empolgantes movimentos revolucionários de 1817 e 1824, em que tantos heróis, genuinamente brasileiros, tombaram em defesa da Independência do Brasil e dos princípios republicanos, legando aos pósteros exemplos incomparáveis de sacrifício e correção moral jamais ultrapassados em toda história pátria!

Logo no primeiro ano do curso, alunos apenas saídos da escola primária são obrigados ao estudo de assuntos como estes, con-

stantes do programa: "Açoca e o budismo"; "a comuna de 1871"; "a revolução russa e sua repercussão!".

Poderá um professor, por mais genial, fazer com que uma criança de onze anos compreenda a finalidade da comuna francesa de 1871 e muito menos da revolução russa? E, mesmo que pudesse, que vantagens ofereceriam tais noções no cérebro de um jovem que não tem idéias formadas nem sobre as instituições ao alcance de sua observação?

Seria longa a lista de lições que versam assuntos não só fora das possibilidades mentais da juventude como prejudiciais à sua formação intelectual, por criarem noções erradas que se refletirão sobre a maneira de julgar os acontecimentos contemporâneos.

Entre muitos extravagantes do programa de História, citamos os seguintes que dispensam comentários:

"A unidade grega: religião do *polis* e religião agrária. A mística: orfismo. A evolução do Direito: o *edictum perpetuum*.

"Política econômica: fisiocratas e mercantilistas. O colbertismo e o sistema da *law*.

"O desenvolvimento econômico e a formação da Constituição na Inglaterra.

"O sacro império romano germânico, sua estrutura econômica, social e política. Império papado. Sistemas de Oto, Henrique II, Henrique IV e Gregório VII. A época dos Hohenstaufen."

Basta essa ligeira amostra para que ressalte evidente a inutilidade de tais estudos.

As cenas que se observam nos lares – não já de burgueses intelectualmente apoucados, mas de doutores, altos funcionários públicos, ministros de estado e dos altos tribunais – podem ser descritas assim.

Os jovens, como é natural, a toda hora, estão a fazer consultas aos pais sobre o objeto de seus estudos. E verificam, logo às primeiras investidas, que os mesmos não estão, muitas vezes, em condições de orientá-los, porque ignoram os assuntos. E a conclusão que se impõe ao espírito dos moços é que se os seus pais desconhecem aquelas matérias e triunfaram na vida ocupando lugares de destaque, aqueles conhecimentos não são necessários. Pais e filhos

são unânimes nesse modo de sentir. Daí a falta de colaboração dos chefes da família com os professores e a conseqüente anarquia geral reinante.

O ENSINO DE LÍNGUAS

Outro ponto que está a merecer as vistas dos responsáveis pelo ensino é o que se refere à obrigatoriedade do conhecimento de línguas vivas estrangeiras.

É assunto ao abrigo de qualquer discussão que a nova orientação impressa pelo Colégio Pedro II ao ensino de línguas não dá resultado prático senão em turmas reduzidíssimas, de 15 alunos no máximo. E essa condição não é observada na grande maioria dos colégios particulares e oficiais. Conseqüência disso é que os alunos nem aprendem a falar, que é o objetivo principal do novo método, nem aprendem a traduzir, que era a finalidade do antigo. Na situação atual não há solução para esse problema e isso por motivos financeiros e pela dificuldade de encontrar professores que conheçam praticamente a língua que ensinam. A redução das turmas do número compatível com as exigências do método direto forçaria os colégios a considerável aumento de despesas e criaria situações quase insuperáveis na organização dos horários.

A solução, a única, consiste em restringir o ensino a uma só língua viva, tornando facultativo o das outras.

Dada a circunstância de falarmos uma língua ainda pouco conhecida no mundo, torna-se justificável o estudo de um idioma estrangeiro que sirva de chave à aquisição da cultura universal. Não quer dizer isso, porém, que nos eduquemos como se todos nós nos destinássemos a ser políglotas.

Que cada brasileiro, nos ginásios, estude apenas uma língua estrangeira, mas de modo a poder dela se servir com desembaraço. Isso é preferível a estudar várias e não aprender nenhuma, como acontece atualmente.

Sob o ponto de vista da formação da mentalidade da juventude nacional, isso já é uma concessão, pois, na realidade, não há nenhuma vantagem em que se forcem todos os brasileiros, na idade em que freqüentam os ginásios a dedicar grande parte de seu tempo à aquisição de conhecimentos que, na vida prática, talvez não sejam de utilidade.

Aos que se destinam às profissões liberais e ao comércio será sempre possível essa aprendizagem nos cursos que sucedem ao ginasial.

Esse ligeiro exame é suficiente para tornar insofismável a inutilidade de certos conhecimentos que se exigem da mocidade, com prejuízo de outros mais importantes, tanto sob o ponto de vista individual como à luz de um nacionalismo sadio.

A ORIENTAÇÃO RACIONAL E NACIONALISTA DO ENSINO

Enquanto se reprovam alunos por não terem de memória os afluentes do Nilo ou os nomes dos vulcões do Japão, por não saberem traduzir Shakespeare – que milhões de ingleses nunca leram – por não conhecerem os processos coloniais das "reducciones, repartimentos e encomiendas" ou a organização religiosa dos mormons, consente-se que passem eles pelos bancos ginasiais sem terem conhecimento das nossas mais veneráveis tradições, dos traços gerais das grandes individualidades da nossa História, no terreno político, militar e cultural, das nossas insuperáveis riquezas naturais e das infinitas possibilidades daí resultantes.

À luz desse critério, os organizadores dos programas dos ginásios, antes de iniciarem os seus trabalhos, devem sempre se fazer as seguintes perguntas:

a) Estão esses conhecimentos à altura do desenvolvimento mental dos educandos?

b) São eles indispensáveis à maioria dos brasileiros, quaisquer que sejam as carreiras que venham a abraçar?

c) Para a sua conveniente assimilação estão sendo empregados os métodos aconselhados pela ciência pedagógica?

Se estas respostas não forem afirmativas, não estaremos cumprindo os nossos deveres para com a mocidade, não estaremos preparando o futuro da nacionalidade brasileira.

(Artigo na revista *Unidade*, Rio, 1940).

FRANCISCO CAMPOS (1891-1968). Nasceu na cidade de Ouro Preto, ainda capital do Estado de Minas Gerais, onde fez os estudos ginasiais e bacharelou-se na Faculdade de Direito de Minas Gerais, em 1914. Pouco depois, tornou-se professor catedrático, distinguindo-se, na sua geração, por sua inteligência e profunda cultura jurídica e sociológica. Exercendo advocacia desde cedo, redigiu pareceres notáveis, coligidos em volumes considerados de grande valia pelos especialistas.

No cargo de ministro da Educação, após a revolução de 30, realizou reformas de grandes conseqüências no ensino secundário e superior do país. Anteriormente, já renovara os quadros educacionais da sua terra natal, revelando-se a par dos ideais pedagógicos dos centros mais adiantados do mundo. À sua extraordinária capacidade de trabalho se atribui, em 1937, a elaboração e redação da Carta constitucional, proclamada com o golpe de estado de 10 de novembro. Influenciado pelas filosofias instintivas dominantes, teorizou que "o processo político será tanto mais eficaz quanto ininteligível", que daria, em resultado, a germinação mística das violências como técnica de comando social.

Obras: Direito Constitucional, 2 vols. Rio, 1956; O Estado Nacional, 3ª edição, Rio, 1941; Educação e Cultura, 2ª edição, Rio, 1941; Pareceres, 1ª série, Rio, 1934; Pareceres, 2ª série, Rio, 1936.

.....

Reforma do ensino

A parte central e substancial da reforma está porém, no regime didático e nas disposições relativas ao corpo docente.

Os nossos planos de estudo ou o quadro das disciplinas, cujo ensino é ministrado nos nossos institutos de instrução, não pode ser, em geral, mais completo. Se nele há vícios e defeitos serão exatamente os do excesso: disciplinas ou cadeiras em grande número, criadas em todas as reformas e algumas delas destituídas quase de objeto ou sem nenhum valor educativo.

Os planos de estudo têm, porém, uma importância subordinada ou secundária. O que importa, antes de tudo, é o professor e o regime didático.

As lacunas no ensino brasileiro são exatamente relativas ao corpo docente e ao regime escolar. Quanto ao corpo docente, já mostrei as providências tomadas em relação ao do ensino secundário, cujo recrutamento se passará a fazer entre os licenciados pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras. Enquanto, porém, não funcionar a faculdade, o projeto de organização da Universidade do Rio de Janeiro prescreve a criação de cursos de férias destinados ao aperfeiçoamento dos atuais professores de ginásios.

Quanto aos professores dos cursos de ensino superior, a reforma prevê providências de manifesta utilidade.

Ninguém desconhece os vícios, já de sobejo assinalados, dos atuais processos de escolha do nosso professorado superior. O concurso de provas, contra cuja doação, como critério exclusivo, se levantam sérias e fundadas objeções, sofre do vício fundamental e básico, de por ele não serem de ajuizamento seguro as qualidades mais essenciais ao professor. A reforma altera, de modo profundo e radical, o sistema de recrutamento do corpo docente. O concurso de provas será precedido de um concurso de títulos ou, antes, de provas pré-constituídas da capacidade do candidato. Até aqui o sistema de seleção se tem limitado ao conjunto de provas constituídas *ad hoc*, a saber com o propósito certo e imediato e na oportunidade precisa do concurso.

Não são examinadas provas anteriores, isto é, constituídas desinteressadamente, sem propósito utilitário imediato, provas estas que, de modo mais acentuado e vigoroso, destacam as tendências, a vocação, a capacidade e a personalidade do candidato. Além disto, confiava-se à congregação o exclusivo julgamento do concurso, desprezando a velha advertência de não confiar exageradamente no critério e no sentimento de responsabilidade de assembléias numerosas, inclinadas a decidir, ainda que constituídas de homens ilustres e eminentes, por interesses ou motivos de ordem precária e ocasional.

Na reforma procurou-se obviar a esses defeitos capitais do atual sistema de concursos, instituindo uma comissão examinadora de cinco especialistas, três dos quais serão obrigatoriamente estranhos à congregação, por forma a atender à exigência de serem os especialistas apreciados por especialistas, o que se não dá no sistema atual, em que os examinadores são destacados da própria congregação, ainda que esta não conte no seu seio com o número necessário de professores especializados na matéria. Além disto, como medida de segurança contra o julgamento por maiorias ocasionais, orientadas, como tem acontecido, por influências e motivos estranhos ao interesse do ensino, a congregação não classificará candidatos, limitando-se a aprovar ou rejeitar o parecer da comissão, o qual, quando unânime, não poderá ser recusado senão por dois terços de votos. Não bastavam, porém, essas providências. O direito à vitaliciedade, adquirido desde o primeiro provimento na

cadeira colocava os professores bons e os maus professores no mesmo pé de igualdade quanto aos privilégios inerentes à cátedra. A reforma estabeleceu que a primeira nomeação far-se-á por um período de dez anos, após o qual terá o professor de oferecer novas provas de capacidade, dentre as quais avultarão, certamente, as por ele dadas pelos seus trabalhos e pela sua dedicação ao ensino durante o período inicial. Só então, novamente julgado pela comissão, é que se investirá da cátedra por título vitalício. A vitaliciedade será, assim a conquista não de algumas horas de provas, muitas vezes favorecidas pelo acaso, mas o resultado de dez anos de acurados esforços e trabalhos, de cujo julgamento participará a opinião universitária, já esclarecida pelo conhecimento pessoal do professor e inteiramente familiarizada com os seus méritos científicos e as suas aptidões didáticas.

Não podia ser, como se vê, mais rigoroso o sistema de garantias, engenhado no propósito de assegurar, de modo mais completo, a seleção do corpo docente para o ensino superior.

Não é bastante, porém, escolher bem o professor. Será necessário acompanhar-lhe o ensino e criar um sistema de estímulos reais, capazes de incentivá-lo a dar toda a medida dos seus méritos. Ao conselho técnico e administrativo cumpre acompanhar solicitamente os cursos, de maneira a verificar se são ministrados com eficiência, propondo as medidas necessárias ao melhoramento do ensino, quando este se revelar ineficiente ou lacunoso. Entre os estímulos mais eficazes, porém, nenhum sobreexcede ao da concorrência. A concorrência é o maior dos incentivos no aperfeiçoamento humano. Há de sê-lo logicamente, no ensino. A reforma não a esqueceu entre as medidas destinadas a manter elevado o nível didático nos institutos de ensino superior. Outra organização foi dada à livre docência, de maneira a aproveitar, de modo completo, esta utilíssima reserva didática, até hoje ainda não mobilizada, como notável coeficiente que se destina a ser, no progressivo aperfeiçoamento do nosso aparelhamento de ensino. A reforma mobilizou-a, colocando-a em forma de serviço, ampliando-lhe a ação nos estabelecimentos de ensino, equiparando-a, quando em função, à cátedra, já agora a única rodeada de prerrogativas e vantagens. Entre a livre docência e as cadeiras não haverá, quando em jogo os interesses do ensino, distinções de substância e natureza: colocadas no mesmo plano, equi-

paradas nas regalias didáticas, tendo à sua disposição o mesmo equipamento e a mesma aparelhagem, que não pertencem à cátedra, mas à escola e ao ensino.

De outro lado, os mandatos universitários, conferidos a institutos altamente especializados, constituirão os estabelecimentos de ensino superior no dever de se não manterem distantes das seguras exigências da instrução científica, acrescentando-se, assim, à concorrência instituída pela docência livre mais um novo estímulo, dos mais úteis e eficazes.

Completando as providências já enumeradas, o regime didático sofreu profunda e radical transformação. Todas as cautelas foram tomadas para que o ensino seja ministrado pelos processos mais adequados e mais eficazes: banidas ou reduzidas ao mínimo as preleções e conferências, multiplicados os trabalhos práticos, as demonstrações e as ilustrações, de maneira que o aluno aprenda observando, fazendo e praticando.

O antiquado sistema de exame final, como única e exclusiva prova anual, estúpido, desonesto e degradante sistema intelectual e moral de apuração de conhecimento, tão propício à improvisação e à fraude, ao triunfo fácil e deseducativo, de qualidades muitas vezes secundárias e subalternas, péssimos, ainda, do ponto de vista da educação porque, incutindo na juventude uma falsa noção do sistema de prêmios e recompensas que funciona na vida fora da escola, em que a vitória exige fundamentos mais sólidos e *tests* mais demorados e exigentes, o sistema de exames foi profundamente transformado. O exame final não é a prova única. Haverá, durante o ano, provas parciais, notas em trabalhos práticos, arguições, debates. Para chegar ao exame final o aluno terá atravessado todas essas provas intermediárias, de maneira que a prova de fim de ano apresenta outras garantias à seriedade do julgamento do que as tão precárias que atualmente oferece, as quais se cifram, no maior número de casos, à felicidade do sorteio e à tolerância dos examinadores, que fundam a sua displicência no fato de ser serôdia, extemporânea e inaplicável, como remédio, a reprovação.

Não será, como se vê, por desconhecimento dos defeitos e lacunas reais do nosso sistema de ensino, nem por ausência de rigorosas medidas de prevenção e de garantia, se com essas radicais transfor-

mações, e apesar delas, continuar o nosso ensino a sofrer dos males e dos vícios que atualmente tanto o degradam e inferiorizam.

DIREITO

O curso de bacharelado foi organizado atendendo a que ele se destina à finalidade de ordem puramente profissional, isto é, que o seu objetivo é a formação de práticos do direito.

O curso de direito foi desdobrado em dois: um de bacharelado e outro de doutorado.

Da sua seriação foram, portanto, excluídas todas as cadeiras que, por sua ficção puramente doutrinária ou cultural, constituem antes disciplina de aperfeiçoamento ou de alta cultura do que matérias básicas e fundamentais a uma boa e sólida formação profissional.

A Filosofia do Direito foi substituída pela Introdução à Ciência do Direito, colocada no primeiro ano como indispensável propedêutica ao ensino dos diversos ramos de direito. Como na medicina, a propedêutica médica precede às cadeiras de clínica, fornecendo as noções básicas e gerais indispensáveis à compreensão dos sistemas jurídicos, de que ela analisa e decompõe as categorias fundamentais. A Economia Política passou a ser colocada no primeiro ano, pela intuitiva consideração de que a ordem jurídica é, em grande parte ou na sua porção maior e mais importante, expressão e revestimento da ordem econômica. As relações econômicas constituindo, como constituem, quase todo o conteúdo ou matéria do direito, o fato econômico passa a ser um pressuposto necessário do fato jurídico. O estudo da economia deve, pois, preceder ao estudo do direito, o da ordem econômica ao da ordem jurídica, sendo, como são, as categorias jurídicas as formas de disciplina e de ordenação da matéria econômica em sistemas de relações sancionadas pelo direito.

Colocadas, assim, no primeiro ano a Introdução à Ciência do Direito e a Economia Política, o espírito recebe a ação preparatória imprescindível para abordar o estudo do direito positivo, de que ambas constituem pressupostos necessários e indispensáveis.

Foi suprimida do curso de bacharelado a cadeira de Direito Romano. Aliás, esta supressão constitui novidade apenas na lei. É antes uma confissão do que uma ação. Efetivamente não sei se na prática

houve jamais no Brasil estudo de Direito Romano nas nossas faculdades. O que nelas se ensinava, com o nome de Direito Romano, eram noções gerais de Direito. Como estas noções eram acompanhadas, a título de ilustração, de citações do *Corpus Juris*, passava como de Direito Romano um curso que, real e efetivamente, era de enciclopédia ou de propedêutica jurídica. A reforma limitou-se, portanto, a consagrar na lei uma situação de fato.

Além disto, o Direito Romano constitui antes matéria de um curso de alta cultura jurídica do que de finalidade profissional. Não seria justo, pois, que quando a duração do curso se revela insuficiente para um estudo satisfatório do direito moderno, cujo conhecimento se torna dia a dia mais difícil, graças ao movimento de transformação que se opera no seu seio e às múltiplas diferenciações que tem sofrido o tronco jurídico primitivo, dividindo-se em novos ramos e categorias cujo número avulta, cada dia, com os novos processos de organização e de polarização dos interesses, não seria justo que tempo já de si tão escasso se desfalcasse de um período destinado ao estudo de instituições caducas que, ao invés de constituírem objeto de direito positivo, são antes matéria de arqueologia jurídica.

Os resíduos úteis do Direito Romano, isto é, os seus elementos vivos ou que sobrevivem no direito moderno, podem ser convenientemente estudados no Direito Civil, no capítulo das fontes e a propósito da explanação dos diversos institutos.

Isto não implica recusar, de modo completo, qualquer mérito ao estudo do Direito Romano. Particularmente do ponto de vista da técnica jurídica o seu estudo será de grande interesse porque nele, como em todas as obras primitivas e rudimentares, se deixam ver a nu os artificios e processos simbólicos, pelos quais o espírito humano constrói os conceitos e as categorias jurídicas. Deste ponto de vista, "como razão escrita", na expressão de Leibnitz, será o estudo do Direito Romano um rico subsídio para os que pretendem estudar a fundo os processos e as formas simbólicas de cuja análise resultará o conhecimento da lógica jurídica. Assim, o Direito Romano, na sua parte útil, fica reduzido à história técnica do direito e constituirá objeto de um curso de alta cultura jurídica, no qual predominem, sobre os interesses pelo estudo de direito positivo, os mais raros e menos urgentes,

do estudo especulativo e filosófico dos processos de construção e de ordenação técnica do material do direito.

No curso de doutorado, por esses motivos, isto é, por se tratar de um curso de alta cultura jurídica, passou o Direito Romano a figurar, não, porém, como estudo da regulamentação dos seus institutos jurídicos, mas da sua história interna e da sua evolução em confronto com as legislações modernas.

No curso do bacharelado haverá, assim, mais tempo a ser dedicado ao estudo do direito positivo, ao qual o Direito Romano poucos subsídios úteis oferece, tanto se transformou, na idade contemporânea, a fisionomia da ordem jurídica. Em face dela, ainda as partes consideradas mais vivas do Direito Romano fazem papel de resíduos quase arqueológicos. Basta notar que o que Van Wetter estima ser a "parte viva" do Direito Romano (as obrigações), Kemtze, "figura predileta da sua jurisprudência", Polaco, "aquela em que mais fulgura a sabedoria dos seus juristas", e Saleiles, "a obra-prima do direito quiritário", é, exatamente, no direito moderno, a que sofre as mais radicais e profundas alterações, apresentando uma fisionomia inteiramente mudada e insuscetível de ser reconhecida ou identificada pelos romanos, se com ela confrontados.

Imagine-se por aí o que será do regime da propriedade quiritária e da organização da família romana.

Suprima-se, igualmente, a cadeira do Direito Privado Internacional por falta de motivos que justifiquem a sua existência, como disciplina autônoma, em curso profissional de direito. O seu objeto é a aplicação das mesmas regras jurídicas de que tratam as outras cadeiras de direito; o que lhe dá caráter particular é o fato de que se ocupa da aplicação das regras jurídicas de acordo com princípios. Ora, esses princípios podem e devem ser estudados de modo geral no Direito Privado, passando a constituir a cadeira de Direito Privado Internacional matéria de especialização e, assim, mais bem colocada no curso de doutorado.

Tornou-se assim, possível acrescer um novo estudo do Direito Civil, lacuna esta que de há muito se vem fazendo sentir. No tempo que lhe é atualmente destinado, o estudo do Direito Civil não chega a abranger o dos institutos vigentes. Fica, comumente, sacrificado o estudo dos contratos em espécie, o do Direito de Família e das Sucessões. Haverá com o acréscimo de mais um ano de Direito Civil largueza e oportunidade de es-

tudá-lo de maneira mais abrangente, compreendendo, assim, não só o estudo dos institutos vigentes, como o tão interessante das transformações que presentemente se operam, com freqüência cada vez mais crescente, nos seus conceitos e formas clássicas.

O curso de doutorado se distribui naturalmente, em três grandes divisões: a do Direito Privado, a do Direito Público Constitucional e a do Direito Penal e Ciências Criminológicas.

(Educação e Cultura, 2ª ed., Rio, 1941, págs., 69-77).

FERNANDO DE AZEVEDO (1894-1974). Nasceu em Minas Gerais, bacharelando-se em direito pela Faculdade de São Paulo. Sua preparação humanística levou-o, de início, à literatura clássica, publicando obras de grande repercussão entre os especialistas. E, entretanto, no campo das ciências sociais e na pedagogia, iria produzir trabalhos que lhe asseguram posto relevante entre grandes educadores do país.

Foi professor de Sociologia no Instituto Caetano de Campos, mais tarde denominado Instituto de Educação da Universidade de São Paulo. Desde 1938, é catedrático dessa matéria na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. De 1927 a 1930, dirigiu a Instrução Pública do Distrito Federal, orientando um movimento de reforma de profundo alcance. Em 1930, ocupou ainda os cargos de diretor da Instrução Pública de S. Paulo, diretor do Instituto de Educação, até 1938, diretor da Faculdade de Ciências e Letras (1941-1947), secretário de Educação do Estado de S. Paulo (1947).

Obras principais: Da Educação Física, S. Paulo, 1920; Antinous, S. Paulo, 1920; No Tempo de Petrônio, S. Paulo, 1923; Jardins de Salústio, S. Paulo, 1924; O segredo da Renascença e outras conferências, S. Paulo, 1925; Páginas Latinas, S. Paulo, 1927; Princípios de Sociologia, S. Paulo, 1939; Sociologia Educacional, S. Paulo, 1940; A Educação e seus Problemas, S. Paulo, 1940; A Educação Pública em S. Paulo, 1926; in A Reconstrução Educacional no Brasil; "Manifesto dos pioneiros de Educação", S. Paulo, 1932; Seguindo meu caminho, S. Paulo, 1950; Um trem marcha para o Oeste, S. Paulo 1952; A Cultura Brasileira, S. Paulo, 1943.

.....

A escola e a universidade

O

ra, assentada a finalidade da educação e definidos os meios de ação ou processos de que necessita o indivíduo para o seu desenvolvimento integral, ficam fixados os princípios científicos sobre os quais se pode apoiar solidamente um sistema de educação. A aplicação desses princípios importa, como se vê, uma radical transformação da educação pública em todos os seus graus, tanto à luz do novo conceito de educação, como à vista das necessidades nacionais. No plano de reconstrução educacional, de que se esboçam aqui apenas as suas grandes linhas gerais, procuramos, antes de tudo, corrigir o erro capital que apresenta o atual sistema (se é que se pode chamar sistema), caracterizado pela falta de continuidade e articulação do ensino, em seus diversos graus, como se não fossem etapas de um mesmo processo, e cada um dos quais deve ter o seu "fim particular", próprio, dentro da "unidade do fim geral da educação" e dos princípios e métodos comuns a todos os graus e instituições educativas. De fato, o divórcio entre as entidades que mantêm o ensino primário e profissional e as que mantêm o ensino secundário e superior vai concorrendo insensivelmente, como já observou um dos signatários deste manifesto, "para que se estabeleçam no Brasil dois sistemas escolares paralelos, fechados em compartimentos

estanques e incomunicáveis, diferentes nos seus objetivos culturais e sociais, e, por isto mesmo, instrumentos de estratificação social".

A escola primária que se estende sobre as instituições das escolas maternas e dos jardins de infância e constitui o problema fundamental das democracias, deve, pois, articular-se rigorosamente com a educação secundária unificada, que lhe sucede, em terceiro plano, para abrir acesso às escolas ou institutos superiores de especialização profissional ou de altos estudos. Ao espírito novo que já se apoderou do ensino primário não se poderia, porém, subtrair a escola secundária, em que se apresentam, colocadas no mesmo nível, a educação chamada "profissional" (de preferência manual ou mecânica) e a educação humanística ou científica (de preponderância intelectual), sobre uma base comum de três anos. A escola secundária deixará de ser assim a velha escola de um "grupo social", destinada a adaptar todas as inteligências a uma forma rígida de educação, para ser um aparelho flexível e vivo, organizado para ministrar a cultura geral e satisfazer às necessidades práticas de adaptação à variedade dos grupos sociais. É o mesmo princípio que faz alargar o campo educativo das universidades, em que, ao lado das escolas destinadas ao preparo para as profissões chamadas "liberais", se devem introduzir, no sistema, as escolas de cultura especializada, para as profissões industriais e mercantis, propulsoras de nossa riqueza econômica e industrial. Mas esse princípio, dilatando o campo das universidades, para adaptá-las à variedade e às necessidades dos grupos sociais, tão longe está de lhes restringir a função cultural que tende a elevar constantemente as escolas de formação profissional, achegando-as às suas próprias fontes de renovação e agrupando-as em torno dos grandes núcleos de criação livre, de pesquisa científica e de cultura desinteressada.

A instrução pública não tem sido, entre nós, na justa observação de Alberto Torres, senão de um "sistema de canais de êxodo da mocidade do campo para as cidades e da produção para o parasitismo". É preciso, para reagir contra esses males, já tão lucidamente apontados, pôr em via de solução o problema educacional das massas rurais e do elemento trabalhador da cidade e dos centros industriais, já pela extensão da escola do trabalho educativo e da escola do trabalho profissional, baseada no exercício normal do trabalho em cooperação, já pela adaptação crescente dessas escolas (primária e secundária profissional) às ne-

cessidades regionais e às profissões e indústrias dominantes no meio. A nova política educacional rompendo de um lado contra a formação excessivamente literária de nossa cultura, para lhe dar um caráter científico e técnico, e contra esse espírito de desintegração da escola, em relação ao meio social, impõe reformas profundas, orientadas no sentido da produção e procura reforçar, por todos os meios, a intenção e o valor social da escola, sem negar a arte, a literatura e os valores culturais. A arte e a literatura têm efetivamente uma significação social, profunda e múltipla; a aproximação dos homens, a sua organização em uma coletividade unânime, a difusão de tais ou quais idéias sociais, de uma maneira "imaginada", e, portanto, eficaz, a extensão do raio visual do homem e o valor moral e educativo conferem certamente à arte uma enorme importância social. Mas se à medida que a riqueza do homem aumenta, o alimento ocupa um lugar cada vez mais fraco, os produtores intelectuais não passam para o primeiro plano senão quando as sociedades se organizam em sólidas bases econômicas.

* * *

Nessa superficialidade de cultura, fácil e apressada, de autodidatas, cujas opiniões se mantêm prisioneiras de sistemas ou se matizam das tonalidades das mais variadas doutrinas, se tem de buscar as causas profundas da estreiteza e da flutuação dos espíritos e da indisciplina mental, quase anárquica, que revelamos em face de todos os problemas. Nem a primeira geração nascida com a República, no seu esforço heróico para adquirir a posse de si mesma, elevando-se acima de seu meio, conseguiu libertar-se de todos os males educativos de que se viciou a sua formação. A organização de universidades é, pois, tanto mais necessária e urgente quanto mais pensarmos que só com essas instituições, a que cabe criar e difundir ideais políticos, sociais, morais e estéticos, é que podemos obter esse intensivo espírito comum, nas aspirações, nos ideais e nas lutas esse "estado de ânimo nacional", capaz de dar força, eficácia e coerência à ação dos homens, sejam quais forem as divergências que possam estabelecer entre eles a diversidade de ponto de vista na solução dos problemas brasileiros. É a universidade, no conjunto de suas instituições de alta cultura, prepostas ao estudo científico dos grandes problemas nacionais, que nos dará os meios de combater a facilidade de tudo admitir; o cepticismo de nada escolher nem julgar; a

falta de crítica, por falta de espírito de síntese; a indiferença ou a neutralidade no terreno das idéias; a ignorância "da mais humana de todas as operações intelectuais, que é a de tomar partido", e a tendência e o espírito fácil de substituir os princípios (ainda que provisórios) pelo paradoxo e pelo humor, esses recursos desesperados.

(Reconstrução Educacional do Brasil, S. Paulo, 1932).

RUI BARBOSA (1849-1923). Nasceu em Salvador (Bahia), cursou o Ginásio Baiano, dirigido pelo Dr. Abílio César Borges, Barão de Macaúbas, e ali pronunciou o primeiro discurso. Em 1866, matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife. Transferiu-se, em 1868, para São Paulo, onde se bacharelou em direito. Já então crescia sua fama de estudioso e sua cultura despertava a admiração dos colegas. Foi, por toda a longa vida, um trabalhador metódico, acumulando soma enorme de conhecimentos literários, filológicos, históricos, políticos e jurídicos, postos à prova nas suas lides forenses, nos trabalhos parlamentares, na imprensa. Até 1880, dirigiu o Diário de Bahia, órgão do Partido Liberal, chefiado por Dantas. Em 1877, foi eleito deputado provinciano, depois deputado geral, participando das campanhas abolicionistas, que já o empolgavam, na capital do Império. No Diário de Notícias, fez a maior pregação cívica do moralismo político, escrevendo acerbas críticas ao regime. Advogou ardentemente a Federação, razão por que foi considerado republicano. Como ministro do Governo Provisório, sagrou-se o principal organizador da Constituição de 1891. Seu amor à liberdade levou-o a malquistar-se com certos núcleos militaristas, que julgava hostis às instituições nascentes. Requerendo habeas corpus para presos e perseguidos políticos do florianismo, acabou exilando-se para Buenos Aires e, a seguir, para a Europa, onde permaneceu quase dois anos. Ao regressar, continuou a pregação das idéias liberais, na tribuna forense, na parlamentar e na imprensa. Representou, na Câmara e no Senado, seu estado natal, pregou o movimento civilista como candidato à Presidência da República. Fiel ao ideal de democracia e de justiça, firmou renome internacional em Haia, em 1907, como advogado das pequenas nações.

Obras: Reforma do Ensino Secundário e Superior, Rio, 1882; O Marquês de Pombal, Rio, 1882; Reforma do Ensino Primário, Rio, 1883; Cartas da Inglaterra, Rio, 1896; Discursos e Conferências, Porto, 1907; Cartas Políticas e Literárias, Bahia, 1919; Queda do Império, 2 vols., Rio, 1921; Elogios Acadêmicos, Rio, 1924; O Papa e o Concílio, Rio, 1877, 2ª ed. 1930; Réplica.

.....

Faculdades de direito

O

decreto de 19 de abril criou, nestas faculdades, uma cadeira de Medicina Legal, uma de Direito das Gentes, uma de Diplomacia e História dos Tratados, uma de Ciência das Finanças e Contabilidade do Estado, uma de Higiene Pública; deu duas (em vez de uma cadeira, que correspondia a cada um desses estudos) ao Direito Criminal, ao Direito Comercial, ao Direito Administrativo, e, a par da cadeira teórica, que existia, de Praxe Civil, Comercial e Penal, criou outra de Prática do Processo nesses três ramos.

Como não suprimiu disciplina alguma do antigo programa, elevou, portanto, de onze a vinte o número de cadeiras.

Estamos, pela maior parte, de acordo com essas disposições; mas algumas há que nos não parecem admissíveis.

Que o Direito Criminal, o Direito Comercial e o Direito Administrativo exijam duas cadeiras cada um é indispensável. Lecionadas por um só catedrático no espaço de um ano, ou não permitirão ao professor, por consciencioso e hábil que seja, vencer mais que meio caminho, ou, se o lente conceber a veleidade de percorrer todo o assunto, não poderá ser senão pela rama, sem a mínima solidez, deixando apenas no espírito do aluno superficialidades, rudimentos, sombras, reminiscências, incapazes de aproveitar-lhe seriamente nos estudos

e trabalhos da carreira a que se propõe. É o que hoje sucede, e ao que cumpre pôr termo.

Abundamos, pois, na maneira de ver do decreto de 1879, quando ao acrescentamento dessas três cadeiras; e não menos estamos com ele quando institui a aula prática da Praxe, a que até hoje se limita esse ensino.

A comissão adere igualmente à discriminação da cadeira de Diplomacia e História dos Tratados, disciplina confundida até hoje no Direito das Gentes; aplaude a criação da cadeira de Medicina Legal; e vê a mais incontrovertível necessidade na introdução em nossos cursos jurídicos da Ciência das Finanças e Contabilidade do Estado. Cada uma destas inovações cremos que calará profundamente no âmbito público, e vem satisfazer uma antiga aspiração dos homens abalizados nessas especialidades.

Começamos, porém, a dissidiar no tocante à cadeira de Higiene Pública, inovada também pelo decreto, cadeira cuja supressão aconselhamos no plano da reforma. Sem dúvida é considerável a importância da Higiene, que não seríamos capazes de depreciar, e que só ignorantes desconhecerão. Mas a questão aqui é outra. A questão consiste em saber até que ponto cabe essa disciplina nos cursos jurídicos e sociais, e se requer, no seio dos estabelecimentos superiores dessa categoria, lugar especial e independente. Temos para nós que não. Duas faces oferece a Higiene, sem dúvida interiormente vinculadas por um nexó incontestável, mas que olham cada uma para uma ordem diversa de estudos: a Higiene como disciplina propriamente médica, que investiga o estado normal e anormal da saúde pública, inquirindo os meios científicos de preservar o primeiro e corrigir o segundo; a Higiene no seu aspecto propriamente administrativo, isto é, a que, recebendo da ciência a lição dos males, dos preservativos e dos remédios, prepara a organização prática, os agentes sociais, para a aplicação dos corretivos e dos preventivos à cura e prevenção desses males. Considerada pelo primeiro modo, é nas faculdades médicas que a Higiene tem o seu assento natural; considerada sob o segundo, pertence especialmente aos cursos jurídicos e sociais, mas entrando, sem violência, nem sobrecarga, no ensino da Ciência da Administração e do Direito Administrativo.

Eis o fundamento da redução, que, nesse ponto, operamos.

Outrossim, não admite o substitutivo como cadeira especial o Direito Eclesiástico, que, sem utilidade real, sem verdadeiro caráter de necessidade, pesaria indevidamente no curso jurídico, em detrimento de estudos que importava adicionar-lhe, ou desenvolver-lhe.

A Bélgica, nas universidades do estado, não conhece o Direito Eclesiástico ou Canônico. É matéria de que não há vestígio nos programas de Liège e Gand¹. A Holanda tampouco admite nas suas, em Leide, em Utrecht, em Groningue, em Amsterdã, essa disciplina². E, enretanto bem que a Igreja, ali, não esteja aliada ao Estado, há relações oficiais dos vários cultos para com ele. A França, que subsidia várias confissões, e está ligada a Roma por uma concordata, cheia de vastas e complicadas questões, que ocupam, naquele país, a estadistas e jurisconsultos, não acolheu o ensino do Direito Eclesiástico em nenhuma das suas faculdades de Direito. Debalde o procurareis na de Toulouse, na de Rennes, na de Poitiers, na de Nancy, na de Lyon, na de Grenoble, na de Donais, na de Dijon, na de Caen, na de Aix, na de Bordéus, na de Paris³. E, fato expressivo, até no Instituto Católico de Paris o curso de direito não tem cadeira alguma destinada ao estudo dos cânones.

Que motivo peculiar ao Brasil existe então, para que não possamos, sem o inconveniente que alguns verão nesta reforma, eliminar do curso de direito os cânones da Igreja? Para que hajamos de respeitar o estudo da jurisprudência eclesiástica como elemento essencial ao curso de direito? Será porque a Igreja já tenha entre nós uma existência constitucional, e esteja encravada nas instituições do estado? Mas a parte dos cânones que toca ao padroado, à posição da hierarquia católico-romana para com os poderes que representam a soberania nacional, o jus, enfim, do estado *circa sacra*, o conhecimento das leis, dos princípios, dos compromissos que regem essas relações da nacionalidade com a Igreja, pertence ao estudo do Direito Político, à cadeira de Constituição. Será porque o jurisconsulto, especialmente entre os povos lati-

(1) *Situat. de L'enseign. supér. donné aux frais de l'Etat*. Rapp. trienn., par M. Delcourt, ministre de Pintérieur. Bruxelles, 1878. Págs. 28, 37, 40, 52, 59-60, 319, 323, 328-9.

(2) Maucice Vernes: *Op. cit.*, págs. 474-6, 484. (Notas de R. Barbosa).

(3) *Statist. de l'enseign. supér.* Paris, Imprim. Nation MDCCCLXXVIII. Págs. 225, 228, 230, 232, 234, 236, 238.

nos, tenha de tropeçar freqüentemente em restos de instituições eclesiásticas, incorporadas nos códigos modernos? Porque o Direito Canônico deixasse profundos e indeléveis vestígios no Direito Civil? Mas é às cadeiras de Direito Civil e à de História do Direito nacional que incumbe o estudo desses vestígios, a apreciação dessas origens, a indicação desses momentos, até onde a ação dessa antiga influência ainda for perceptível na legislação secular que hoje nos rege. O mais servirá para formar eruditos, para enriquecer o quadro do ensino nos cursos teológicos, eclesiásticos, ou históricos; mas para preparar magistrados, advogados, administradores, nos estabelecimentos leigos, é uma superfluidade.

O substitutivo também não aceita a cadeira de Direito Natural.

Em vez dela, propõe a de Sociologia.

O pensamento da comissão, em todo o seu trabalho, está em substituir a ideologia, isto é, o culto da abstração, da frase e da hipótese, pelos resultados da investigação experimental, do método científico.

Os programas dos cursos de direito em França não falam em Direito Natural. Na Bélgica, na Holanda, na Alemanha, na Áustria, encontramos de ordinário a *filosofia do direito*, ou a *enciclopédia do direito*, indicações que não exprimem propriamente o mesmo gênero de estudos.

Como quer que seja, porém, o fim do *direito natural*, qual entre nós se entende, e professa, é fixar os direitos e deveres exigíveis, que do estado social presentemente resultam para as criaturas da nossa espécie reunidas em sociedade. Esses deveres e esses direitos têm por delimitação recíproca uma fórmula corrente, tanto menos contestada, quanto se presta a qualquer sentido, e se dobra a todas as teorias: a da *justa eficiência*, isto é, a da ação legítima dos indivíduos, pessoal ou coletivamente considerados, uns para com os outros. Sem o bem entendido respeito dessa lei é impossível a agregação racional e progressista das multidões humanas.

De onde se nos revela, porém, essa lei, essa fórmula civilizadora? Quer o *direito natural* que do seio da *natureza*; mas não da natureza que a ciência estuda com a precisão dos seus cálculos e os austeros processos do seu método: sim, de uma que a escolástica engenha de idéias *a priori*, e assenta em deduções sutis, eloqüentes,

mas inverificáveis. Cientificamente, porém, isto é, averiguavelmente, a noção dos deveres individuais e sociais, assim como a dos direitos sociais e individuais não se extraem desses puros entes de razão; sim, dos dados científicos e mesológicos das influências do tempo e da seleção, dessas leis que só o método histórico, severamente empregado, será capaz de firmar. Esse princípio da progressão social, que Comte enunciou, é a determinante de todos os deveres pelo único meio de aferição de que a ciência dispõe: o da relação visível das coisas; o da observação real dos fatos; o da sucessão natural das causas e efeitos. Eis a base da Sociologia; enquanto o Direito Natural se procura firmar numa *natureza*, que a História não descobre em época nenhuma, em nenhum ajuntamento de criaturas pensantes.

Ao Direito Natural, pois, que é a Metafísica, antepomos a Sociologia, ainda não rigorosamente científica, é certo, na maior parte dos seus resultados, mas científica nos seus processos, nos seus institutos, na sua influência sobre o desenvolvimento da inteligência humana e a orientação dos estudos superiores.

Para essa cadeira, assim como para as demais compreendidas no curso de Ciências Sociais, deixamos livre a nomeação, que poderá recair sobre os homens eminentes em cada matéria, ainda que não graduados em faculdade alguma. É absurdo, a respeito de disciplinas como a Sociologia, o Direito Constitucional e o das Gentes, a Diplomacia, a Economia Política e a Ciência da Administração, estreitar o direito de escolha no círculo dos diplomas conferidos pelas academias. Há, tem havido, e pode haver, fora desse grêmio homens de superiores talentos e alta preexcelência nesses assuntos. E imolá-los, em dano da instrução, ao preconceito que assegura aos bacharéis e doutores o monopólio dessas posições, é não compreender o fim e os interesses do ensino. A nossa regra é escolher o professor onde o houver mais capaz: não entre privilegiados, mas entre os mais proficientes.

Por esta mesma razão estamos persuadidos de que para a cadeira de Medicina Legal, nas faculdades de Direito, o governo acertará em preferir um médico de mérito preeminente e conhecimentos práticos, reais, experimentados nessa matéria, a um jurista que tenha aprendido nos livros, entre as paredes do seu gabinete.

A teoria da Medicina Legal, no curso jurídico, há de ser acompanhada de trabalhos demonstrativos, para cuja compreensão o lente achará habilitados os alunos, cuja matrícula pressupõe a aprovação em Ciências Físicas e Naturais, elementos de Anatomia e Fisiologia.

Dividimos em duas a cadeira de Economia Política. Reservando uma para a grande especialidade que abrange as questões de *crédito, moeda e banco*, assunto imenso, que, em um curso desenvolvido e completo de Economia Política, tal qual pede o caráter das faculdades de direito, carece de lugar seu, onde esse ensino se aprofunde. É tal hoje o valor destes estudos que, na Alemanha, até em cursos técnicos como os das escolas de engenharia (*Ingernieurschule*) e maquinistas (*Maschinenbauschule*), deparareis o ensino especial de moeda e bancos (*weber Geld und Banken*)."⁴

Parece-nos, outrossim, inevitável uma cadeira de História do Direito Nacional, matéria de primeira ordem, que contém, por assim dizer, a história das origens, dos monumentos e da evolução das instituições do país. É curso que encontramos estabelecido em quase todas as faculdades de direito bem organizadas.

Segundo o plano de substitutivo, com as modificações a que submetemos o do decreto, ficou em vinte, tal qual neste, o número das cadeiras em cada faculdade.

Para especializar a função dos substitutos, da mesma sorte como se procedeu com as faculdades de medicina, meio único de colher deles o proveito necessário, de os preparar para as cadeiras, a que naturalmente aspiram, e, até, de lhes permitir adquirirem a competência precisa para substituir os catedráticos, tivemos que elevar de seis (tantos são hoje) a dez o número dos substitutos. Esta medida é imprescindível.

Não é, porém, desse lado unicamente que cresce no substitutivo o valor da instituição dos substitutos. Até hoje o seu papel é meramente de substituição: tem por fim preencher a cadeira na ausência do titular. O nosso plano obriga-os, além desse dever, ao de auxiliar, e

(4) *Lectiionsplan des Polytechnicums zu Carlsruhe für das Wintersemester 1878-1879.*

desenvolver, continuamente o curso geral, mediante cursos de especialidades, professados, acessória e complementarmente, em todo o correr do ano letivo. Assim se lhes consigna uma tarefa, benfazeja, a um tempo, para eles e para os alunos, de atividade permanente e constante influência no ensino.

Deixando livre a freqüência nestas faculdades, abrimos exceção para as duas aulas de caráter especialmente prático: a de Praxe e a de Medicina Legal, onde fazemos obrigatória a assiduidade. Quer nestas, quer nas outras, porém, dá-se ao professor o direito de chamar à lição. O aluno que não frequenta a aula, assume uma responsabilidade, da qual deve habituar-se à idéia de se desempenhar com firmeza. Cumpre-lhe compreender que essa posição obriga a estudos mais fortes, sujeitando-o a mais severidade nas provas finais, ocasião única em que a faculdade lhe pode experimentar o talento e a instrução, adquirida fora dos cursos oficiais. Privar, porém, o lente de comunicar-se com o aluno assíduo, de acompanhar-lhe o desenvolvimento, de observar-lhe a aplicação, de formar gradualmente a respeito do seu mérito um juízo fundado em reiteradas verificações, é, da parte da lei, antes opressão que liberdade.

Mas, admitindo as lições, abolimos as sabatinas. Esta idéia parece-nos digna de menção legislativa. Se o fim das sabatinas é recapitular as lições semanais, não há mestre hábil que não tenha nas lições quotidianas o meio de fazer gradual e diariamente essa recapitulação. As sabatinas, porém, não encerram esse caráter, essa utilidade. São puros exercícios de argúcia, de sutileza escolástica, para os quais o aluno não cogita em se preparar senão engenhando "perguntas de algibeira", forjando sofismas pueris, esmerando-se no que academicamente se chama "arranjar objeções"; sendo a preocupação do argüente e do defendente brilharem antes pela agudeza na invenção de dificuldades, do que pelo préstimo, pela profundidade, pela segurança dos conhecimentos adquiridos. Ora, sacrificar a essa ginástica de espartezas verdadeiramente infantis, como há de reconhecer quem quer que tenha passado pelas faculdades de direito, o precioso tempo de um dia de lição por semana, de 30 ou 40 lições por ano, é imperdoável e criminoso desperdício, incompatível com as intenções de uma reforma séria, inimiga de abusos.

Acreditando não ser do barateamento, da facilitação da multiplicação crescente dos diplomas de doutor que advirão ao país os bens esperados da reorganização do ensino, a comissão entendeu manter esse título numa altura acessível a poucos, não o permitindo senão aos que sustentarem tese, depois de vencerem ambos os cursos: o de Ciências Jurídicas e o de Ciências Sociais.

*(Reforma do Ensino Secundário e Superior,
Obras Completas de Ruy Barbosa, Rio, 1942, págs. 101-110).*

AURELIANO CÂNDIDO TAVARES BASTOS (1839-1875). Nasceu em Alagoas, bacharelando-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1861, elegendo-se, no ano seguinte, deputado por sua província natal. Participando da liga, coligação de liberais e conservadores, reelegeu-se, fez críticas tenazes ao ministério conservador em 1868. Esteve em missão especial no Rio da Prata, como secretário. É o grande paladino das idéias liberais do Segundo Reinado, batendo-se pela reforma eleitoral, pela descentralização política e administrativa, pela abolição, pelas franquias municipais, em obras que revelam um superior descortino. Evidenciava, nos seus últimos escritos, visível inclinação para os ideais republicanos, conforme ele próprio anunciou, embora não se filiasse àquela corrente orientada por Teófilo Otoni e outros grandes líderes do manifesto de 1870. Morreu em Nice, onde fora a tratamento de saúde, em plena mocidade e vigor da sua força intelectual e tanto ainda poderia produzir no terreno da sociologia política.

Obras: *A Província*, 2^a ed., Rio, 1870; *Cartas do Solitário*, 1^a ed., Rio, 1862; *O Vale do Amazonas*, Rio, 1866; *Males do Presente e Esperanças do Futuro*, Rio, póstumo, 1939.

.....

Descentralização e ensino

Q

ue a atualidade das províncias do Império é péssima, mostra-o a descrença que lavra por todas elas. Onde outrora havia uma esperança, há somente hoje uma decepção.

Com efeito, estude-se bem o desenvolvimento moral do povo de cada uma dessas grandes regiões. Reconhece-se algum progresso, mas sem dúvida diminuto em relação ao tempo decorrido. E uma coisa o explica. O derramamento da instrução elementar e o dos conhecimentos úteis marcam a medida do progresso de um povo. Mas essas noções fundamentais constituem porventura uma necessidade e um alimento do espírito das nossas classes inferiores, e, particularmente, dos habitantes do campo e dos sertões?

Não me respondam com estatísticas falsas de interessados. Eu mesmo já assisti em uma vila do interior, a dez léguas de distância da capital, ao exame de uma menina de escola, notei admirado que ainda não lia corretamente, não obstante declarar a própria professora que essa discípula contava já seis anos de estudo. As escolas primárias, em verdade, não são confiadas a indivíduos de habilitação. Criam-se desses estabelecimentos para sinecuras de agentes eleitorais ou de suas mulheres. Para isso decretam-se anualmente outros, e cresce a despesa.

Como *sinecura*, os salários que geralmente pagam ao magistério não são mediocres; mas, para atrair pessoas de mérito ao exercício desse cargo, parecem realmente irrisórios. Pois um moço, no Amazonas, ou no Paraná, ou em Goiás, que saiba ler, escrever, aritmética, doutrina, elementos de geografia e gramática nacional, prestar-se-á a ensinar meninos por 400\$ anuais? Decerto que não. Vai aprender latim e formar-se em direito, ou procura logo um emprego público e certa ordem, ou, finalmente, é escolhido delegado de polícia, eleito vereador, nomeado membro da assembléia, etc.

Entretanto, sendo essa a realidade, que remédio lhe têm oposto os presidentes? Nenhum. O verdadeiro era reduzir o número de cadeiras, remunerar muito bem as que ficasse, destituir todos os mestres inábeis e contratar professores nacionais ou estrangeiros, da província ou fora dela, clérigos ou leigos, para reger as poucas escolas subsistentes. Essas escolas, situadas nas cidades e vilas mais crescidas, dotadas todas de uma *school-house*, isto é, um pequeno edificio circular, decente, acomodado às leis da acústica, em anfiteatro, e com os repartimentos necessários; essas escolas normais seriam a fonte abundante de onde sairiam meninos bem-educados e ilustrados, que, dentro de pouco tempo, se derramariam pelos campos e pelo interior, facilitando a seus habitantes a aquisição de bons professores. É este o sistema adotado nos estados da União Americana. O que atualmente praticamos é, como tudo entre nós, uma simples aparência para iludir os olhos do povo. Desde que essa idéia entrasse nos planos administrativos dos governos, preocupados aliás com os meios de corromper as câmaras e de ganhar as eleições; desde que ele a recomendasse eficazmente a seus delegados, operar-se-ia no Brasil a mais salutar das revoluções.

Mas a instrução primária obtida nas escolas não é ainda em si mesma outra coisa mais que um instrumento: e a que se deve logo aplicar este instrumento? À aquisição de conhecimentos úteis, às ciências positivas, à física, à química, à mecânica, às matemáticas, e, depois, à economia política. Estes são os alimentos substanciais do espírito do povo no grande século em que vivemos. Em vez disto, porém, as províncias subvencionam alguns mestres de latim, de retórica e poética, matérias cuja utilidade prática ainda não pude descobrir, e cujo resultado

palpável é a perda para os moços dos quatro ou cinco anos mais preciosos da idade.

Vós, meu amigo, tão lido na história do progresso do mundo, vós percebeis que eu estou colocado no ângulo oposto ao dos nossos governadores no que respeita à instrução pública. Em vez de profundar a questão; em vez de estudar os exemplos da Alemanha, da Inglaterra e dos Estados Unidos; em vez de se esforçarem no governo, e fora dele, como filantropos, como homens sinceros e crentes, pela reforma dos estudos, eles consomem o seu tempo queixando-se inutilmente da ignorância e depravação geral dos costumes dos nossos mancebos. Ah! isto é bem verdade; mas o mal vem de baixo, está na raiz. Não será criando uma universidade na Corte, centralizando nela o ensino superior, como se pretende, que se há de instaurar uma nova era. Se há dinheiro para organizar uma universidade, sem extinguir as faculdades das províncias, façam-no; mas aproveitem a oportunidade para diminuir o pessoal existente e aumentar os ordenados. Fiquem certos, porém, de que isso em todo o caso não extingue o vício.

O ato adicional descentralizou a instrução primária e secundária; mas isto não é embaraço para uma reforma séria como a indicada acima, desde que o governo imperial abandone os seus hábitos herdados de indolência e aparência e inspire energia e seriedade aos seus delegados, que desenvolvam nas províncias, de acordo com as respectivas assembléias, um sistema de reformas eficazes. Entretanto, a que se tem limitado neste assunto a atividade dos governos? A criar diretorias e inspeções das escolas e a expedir regulamentos. Pois acreditam que estas formalidades servem para alguma coisa? Podem os tais diretores e inspetores, com os seus regulamentos e os seus ofícios, mapas e relatórios, produzir aquilo, cuja falta é a razão de tudo – aquilo que resolveria todas as dificuldades, isto é, o professor ilustrado e aplicado? É para esse ponto primordial, é para esta base, que deve convergir a atenção dos governos e dos homens que se interessam pelo progresso do país. Se querem fazer alguma coisa séria, comecem por aí.

Mas, ao contrário, sob o pretexto de animar o ensino público, é moda andar examinando às carreiras meninos de escola e estudantes de Latim. Remédio certamente heróico!

Adquiri bons professores, convidai para isso o próprio estrangeiro, estabeleci graus de ensino e classes de cadeiras, abri canais legítimos às aspirações dos bons mestres da instrução primária à secundária e desta à superior, e tereis empreendida uma reforma radical. Não acrediteis, porém, que na expedição de regulamentos, na criação de inspetores, na mesma existência de escolas normais, onde haverá tudo menos professores capazes, consiste o remédio.

Dai ao menino da cidade e do campo a chave da ciência e da atividade, a instrução elementar completa: dai-lhe depois as noções das ciências físicas; livrai-o dos mestres pedantes de latim e retórica, e o jovem será um cidadão útil à pátria, um industrioso, um empresário, um maquinista, como é o inglês, como é o norte-americano, como é o alemão; será um homem livre e independente, e não um desprezível solicitador de empregos públicos, um vadio, um elemento de desordem.

Entre a fisionomia viva e animada de um povo assim constituído, e a face triste e descarnada do nosso povo semibárbaro das províncias, que diferença enorme, meu amigo!

Não pode ser mais antipático ao estrangeiro do que o atraso moral de nossa população. Sem os emigrantes da Alemanha e da Grã-Bratânia, nunca o Brasil progredirá; é preciso que o sangue puro das raças do norte venha desenvolver e recomeçar a nossa raça degeneradora. Mas, entretanto, quantas vezes encontrais de mor parte das províncias uma família de estrangeiros? Eles desembarcam, observam e passam. Não há fixá-los em uma terra sem costumes e sem luzes.

Perdoai-me se tomei os ares de quem disserta, e desviei-me alguma coisa do assunto. Vou chegar à conclusão. Tracei um esboço do desenvolvimento moral de nossas províncias. Procurei esse desenvolvimento no ensino elementar e secundário; mostrei que apenas o possuímos nominalmente, e tentei descrever o quadro de uma reforma fundamental. Se a atualidade, portanto, é péssima; se o remédio é tão evidente, como seria eficaz; porque motivo não cuidam o governo e os presidentes de aplicá-los já e já, com energia e perserverança? Por quê? Responda o eco triste dos nossos pesares. Porque uma reforma séria supõe estudos especiais no reformador; e, em regra, o estudo e os conhecimentos não levam ninguém às presidências e ao ministério. Para aí chegar, é preciso, na maioria dos casos, não exceder de uma certa

mediocridade e possuir qualidades que sejam de proveito para o adiantamento dos homens públicos e não para o bem da sociedade. Os ministros não ousam tocar nos mais leves abusos. Hão de propor e realizar reformas que ofendem interesses de poderosos? Para empregos dessa natureza, é preciso reconhecer-se com força própria, ter convicção de si mesmo, e não se arrepear de nada. Mas esses moços que devem sua fortuna a lembranças do Sr. Conselheiro Fulano, ou ao patrocínio do Sr. Marquês de Tal, podem sentir-se com ânimo para alguma coisa? Não quero dizer que devam ir administrar as províncias os velhos, isto é, os homens do prejuízo. Mas, ao menos, não remetam da Corte rapazes que somente se tenham distinguido nas palestras de salão e pela freqüência nos divertimentos.

Permiti que trate agora de outra face do assunto, o progresso material das províncias.

Se o Brasil é, antes de tudo, um país agrícola (e não marítimo¹, como se repete aí por mera convenção, desde um escrito do Bispo Azeredo Coutinho), se os centros produtores, isto é, os cantões habitados, se acham a grande distância entre si e do litoral, é evidente que a maior necessidade pública, a mais grave de todas, consiste em vias de comunicação. Ora, eu pergunto: Há um sistema de estradas nas províncias? Abrir caminhos para o interior sem possuir primeiro cartas topográficas é fazer um serviço imporante a esmo; às cegas. Pois bem, com exceção do Rio de Janeiro, nenhuma província possui cartas dignas de fé. A conseqüência é que não se constroem estradas; fazem-se, a arbítrio de cada presidente, pequenas seções de caminho. As assembléias provinciais, movidas pelas potências de campanário, vão decretando, uma após outra, um sem-número de pontes e estradas, que nunca passam de pontilhões e picadas abertas em um verão, para ficarem destruídas, e até invadidas pelo mato no verão seguinte. Os presidentes de seis meses, bem moços, vão cedendo às pretensões já autorizadas, empreendem simultaneamente essa multidão de serviços, e retiram-se logo, deixando tudo por acabar, senão por começar.

Se eles fossem homens de experiência e dedicados no seu dever, estudavam um plano de estradas, em vista da carta da província,

(1) Vede as cartas da terceira série sobre este assunto. 29 – Série III – Vol. 1^o

subordinado à direção das vias férreas, e começavam pelas mais importantes. A pouco e pouco far-se-ia muito. Mas o essencial seria concentrar os minguados recursos da província nas obras em mão; as outras viriam depois. Ao mesmo tempo, seria preciso ter um certo número de bons engenheiros, ingleses ou americanos, incumbidos das cartas topográficas e da superintendência do serviço; e, igualmente, um número de operários hábeis, também estrangeiros, para a execução. Nas províncias em que houvesse pessoas habilitadas, seria muito mais vantajoso contratar a empreitada das obras. O que disse das estradas, afirmo dos canais, da abertura e limpeza dos rios.

Ora, o contrário é o que geralmente acontece nas províncias². Em primeiro lugar, certos presidentes entendem que é melhor fazer um palácio para a assembléia, nas capitais, do que abrir um pequeno raio de estrada no interior: porque o edifício salta aos olhos de todos e nele se inscreve o nome do ilustre governador. Algumas pessoas me dizem que este é o sistema adotado no Norte. No Sul, aonde as capitais não contêm as maiores influências das províncias, a prática é diametralmente oposta. Cada vila e cada município, cada capela e cada fazenda, quer o seu caminho vicinal, à custa de toda a província, e administrado por tal ou tal protegido. Para ocorrer a tantas pretensões, as assembléias subdividem a receita por uma infinidade de pequenas obras. Repetido todos os anos, a ainda melhor aplicado pelos presidentes, este processo da pulverização dos orçamentos equivale a deitar dinheiro fora. Ao cabo de algum tempo, a província observa que tem contribuído com milhares de contos de réis para as obras públicas e não possui uma estrada.

A aflição, que esse estado de coisa produz, recresce quando se ajunta o espetáculo desesperador de déficits que se acumulam graças à imprevidência na decretação de novos serviços. Por outro lado, digamolo de passagem, é também certo que dos impostos que constituem a renda geral do Império, devia uma parte ser adjudicada ao serviço municipal e provincial. A deficiência dos recursos pecuniários das províncias foi reconhecida pelo governo imperial no último relatório do minis-

(2) O Presidente de São Paulo em 1855, o Sr. Saraiva, empreendera a reforma que fica indicada.

tro do Império; e grande serviço prestará a comissão mista de ambas as câmaras, ultimamente eleita, estudando o meio de resolver a dificuldade, porque é preciso confessar que sofrem dois impostos, o provincial e o geral, mercadorias que dificilmente podem suportar um deles. Aliviar o contribuinte, diminuir os gastos de fiscalização tornando-os comuns em estações comuns, subvencionar melhor as províncias, é um objeto digno das mais sérias meditações. Não toco nisto senão para provar que ainda jazem no estado embrionário os mais interessantes problemas da administração provincial.

Parece-me têm mostrado que o desenvolvimento material das províncias não é mais importante que o seu progresso moral. Se a esse quadro triste reunirmos o da inanição das câmaras municipais, e a lembrança do espírito político e mesquinho que domina nas assembleias, nada resta para caracterizar a paralisia, o entorpecimento e a miséria de nossas províncias, para quem foi pródiga a natureza física somente. Mas, a quem se deve essa paralisia e essa miséria?

Digam o que quiserem os homens de espírito fraco, os dissimuladores, os cortesãos: eu, o desconhecido, o solitário, eu digo hoje, como sempre, que tudo isso se deve, e em grande parte, ao governo central.

– Como? Por quê? exclama a turba enorme dos mentirosos oficiais.

– Como? eu me explico.

Aquele que for sinceramente amigo do seu país e desejar vê-lo um dia livre e independente, há de começar confessando que, dada a raça a que pertencemos, somente governos sábios e honestos podem regenerar o Brasil. E é por isto justamente que se não deve dar quartel a presidentes e ministros ignorantes e corrompidos. Isto posto, a primeira necessidade do país é possuir uma administração real, verdadeira, estável, produtiva e tradicional. Não baste para ser ministro ter semcerimônia suficiente para passar e repassar todas as forças caudinas da política; não baste, igualmente, para dirigir províncias, saber assinar o nome e cometer quanta cobardia exigem as potências a quem se vai comissionado. A prática seguida é, com efeitos, desesperadora. O governo parece querer, em cada nomeação, ludibriar das queixas e das lamentações das províncias. A primeira condição para que as adminis-

trações sejam produtivas, sejam reais, é que haja em seus atos um pensamento seguido, uma idéia principal, uma tradição. Era assim que os mesmos reis de Portugal marcavam um prazo, de ordinário três anos, aos governadores e ouvidores que nos enviava. Hoje, porém, de seis em seis meses uma província conta novo presidente!

Se ao menos todos os administradores possuíssem prática e bons desejos! Até as presidências já se dão a pessoas que precisam tratar de sua saúde. Não resta dúvida alguma de que as escolhas de presidente têm sido péssimas. Dizia-se em maio que certos senhores da Corte pretendiam pagar com presidências os serviços que nas últimas eleições lhes prestaram alguns moços, qualificados logo com as menções honrosas do estilo.

Nas províncias o desgosto é profundo; e é talvez por isso que muitas pessoas considerariam um grande progresso facultar-se às assembleias respectivas a eleição periódica dos presidentes, como determinava o ato adicional a respeito dos substitutos daqueles altos funcionários. Haverá, porém, uma reforma razoável e constitucional que produza o efeito desejado? É o que parece manifesto ao vosso amigo, o

SOLITÁRIO

(*Carta do Solitário*, 3ª ed., S. Paulo, págs. 63-73).

.....
CAPÍTULO VI

A Tese Republicana

TOBIAS DO REGO MONTEIRO (1866-1952). Dedicando-se ao estudo do passado, foi um probo e atento historiador da evolução política do Brasil. Acompanhando o Presidente eleito Campos Sales, em sua viagem à Europa, em 1898, publicou, no Jornal do Comércio, depoimentos que, em 1928, foram enfeixados em livro, precedido de cuidadosa exposição histórica. "Tobias Monteiro -- diz Honório Rodrigues -- pertence ainda àquela corrente que julga apenas o fato político. Não lhe interessam a organização social, a estrutura econômica, a vida intelectual do Brasil do século XIX".

Obras: Cartas sem título, Rio; Pesquisas e Depoimentos para a História, Francisco Alves, Rio, 1913; O Presidente Campos Sales na Europa, Rio, 1928; História do Império, 1^o vol.; A Elaboração da Independência, 2^o e 3^o vols.; O Primeiro Reinado, Briguiet, 1939; Funcionários e Doutores, Francisco Alves, Rio.

.....

Quinze de Novembro

“**V**

A CONSPIRAÇÃO

ela já." Dizia simplesmente assim um telegrama de São Paulo, com a assinatura de Campos Sales e recebido em Campinas pelo Sr. Francisco Glicério, poucos dias antes da Proclamação da República.

O telegrama ia encontrar o destinatário no seu escritório de advogado, uma hora mais ou menos antes da partida do trem. Num momento ele entreviu que alguma coisa grave teria ocorrido em política. Os republicanos paulistas andavam alvoroçados e já chegavam a São Paulo informações de Aristides Lobo acerca do rumo que as coisas iam levando no Rio.

Sem tempo para chegar a casa, que era afastada da cidade, o Sr. Glicério pediu pelo telefone roupa para oito dias e anunciou à esposa uma viagem de interesse profissional, talvez a Barra Mansa, querendo justificar com esta hipótese a marcha em direção ao Rio. O trem partia para São Paulo.

Poucas horas de distância separam as duas cidades. Por maiores que fossem os seus sonhos e ambições, aquele homem, perdido em conjecturas, não poderia prever, apesar da sua audácia, o papel decisivo que os acontecimentos lhe reservavam num futuro tão próximo. No estreito círculo do seu partido já o consideravam chefe. Outros teriam maior nome, maior cultura, mais eloquência, mais recursos para

garantir-lhes a independência; nenhum, porém, o excedia em atividade, em tato, em aptidão para organizar o partido. Da mais modesta situação pessoal, "rábula da roça", como o chamavam para deprimi-lo, elevara-se até ser considerado a maior influência eleitoral do seu distrito e chegara à Assembleia Provincial numa patrulha de correlegionários. Quando a propaganda aumentou e as esperanças pareceram mais vivazes, pensou em distender o olhar, ver alguma coisa além do campanário e verificar por si se as forças que poderiam existir mais longe, no ponto em que a resistência poderia ser decisiva, eram ou não animadoras para o bom exito da república, cuja proclamação constituiu o sonho de tantos visionários. Foi então ao Rio da Prata e viu todo o Sul, principalmente o Rio Grande.

A irritação militar tinha chegado ao extremo durante o Ministério Ouro Preto e os homens de ação do partido não hesitavam em aumentá-la, aprofundando por todos os meios as dissensões entre o governo e os oficiais, certo de que só daí a república poderia surgir depressa e segura. O Sr. Glicério era desses; formara entre os "homens práticos", que aceitavam todas as soluções para o triunfo. Mas quando o trem se afastava daquelas terras onduladas, cobertas de cafezais, deixando para longe a casa, o escritório do rábula, a intriga eleitoral, o jornalzinho de propaganda, mal imaginava ele que o triunfo estava tão perto, que um novo campo de ação se ia abrir ao seu talento e à sua audácia e que em poucos anos chegaria a dispor sozinho do mando supremo, enfeixando nas mãos, embora nas dobras de uma criação artificial, todas as forças políticas da república, o Governo, o Congresso, os governadores de estado, que um dia o deveriam abandonar de chofre, deixando-o imerso na mais profunda desilusão, mas certamente esclarecido quanto ao valor das influências falazes do novo regime, que tantas vezes cegam os homens.

Quinze anos depois¹, com a cabeça toda branca, do novo teatro onde os acontecimentos o trouxeram, os seus olhos podem voltar para esse passado vizinho, com a tranqüilidade de uma testemunha, e outra vez afundar até essa tarde de incertezas e pressentimentos, em que o trem vinha de Campinas, deixando as terras onduladas e os cafezais já despojados de fruto.

(1) Foi em 1904 que ouvimos o Sr. Glicério.

Realmente o senador de hoje, conservador, defensor da Constituição e da ordem pública, contou-nos as peripécias em que se envolveu desde a tarde em que chegou a São Paulo. Aí o aguardavam Campos Sales e o Sr. Bernardino de Campos, que o puseram ao corrente das notícias mandadas por Aristides Lobo. A noite passou-se na confecção de um código de letras para as comunicações que se iam estabelecer e em combinações acerca do que seria preciso fazer em São Paulo, se houvesse no Rio o movimento esperado.

Campos Sales tinha na maior conta o valor de Américo Brasiliense, a quem considerava uma espécie de pontífice entre os republicanos paulistas. Foi idéia sua que devia ser ele o governador do estado, e assim ficou combinado, bem como que seria substituído por Prudente de Moraes se falhasse, como falhou, a sua aquiescência. Quando Campos Sales lhe foi falar, Américo Brasiliense achou que era loucura o que se estava tramando.²

(2) Recebida a carta de Aristides Lobo, sem perda de tempo Campos Sales reuniu os seus correlegionários de maior responsabilidade e pô-los ao corrente de tudo, entendendo que deviam designar desde logo o homem que devesse assumir o governo de São Paulo, uma vez que fosse proclamada a República. No seu entender o escolhido devia ser A. Brasiliense. A proposta foi combatida por considerarem alguns quase inócua a ação do indicado, naquele momento da propaganda. Campos Sales insistiu, mostrando que a moderação de Américo teria a vantagem de tranqüilizar os adversários quanto aos intuitos dos republicanos, interessados em assegurar-lhes todas as garantias. A proposta foi aprovada e o proponente encarregado de comunicar a indicação ao escolhido. Mas Américo nem deu tempo a Campos Sales de bem referir-lhe o que estava ocorrendo; declarou em nada acreditar e não confiar no testemunho de ninguém. Na reunião que se seguiu com os outros republicados, Campos Sales ocultou essas circunstâncias e declarou simplesmente que não era possível contar com aquele correlegionário para o posto que lhe tinha sido designado. Propôs, em substituição, Prudente de Moraes, que se achava em Piracicaba e foi unanimemente aceito. No dia 15 de novembro, quando chegaram as primeiras notícias do Rio e muita gente enchia as ruas dando vivas, à República, Campos Sales convidou a Prudente para irem juntos à casa de Américo. Foram, mas Américo não lhes apareceu, como não apareceu a ninguém até o dia 17, quando partiu para o Rio Campos Sales, que assim nos narrou essas ocorrências. Isso explica talvez porque, ao contrário de todos os republicanos paulistas em evidência, Américo não representou nenhum papel até a Constituinte, vindo apenas a aparecer como governador de São

No dia seguinte, cedo, o Sr. Glicério deixava São Paulo e à noite estava no Rio, onde Joaquim Pernambuco o aguardava na estação da estrada de ferro. Evitando maior conversa, Pernambuco indicou-lhe a meia-voz um carro de praça e deu-lhe o endereço de Aristides Lobo, na Rua Senador Vergueiro, esquina da Travessa Cruz Lima, onde era esperado.

Aristides comunicou-lhe o trabalho feito e avisou-o de que a 10 ou 11, de noite, devia ir com ele a uma conferência decisiva com o Marechal Deodoro, em casa deste, no Campo de Santana. À hora marcada chegou o Sr. Glicério. Lá estavam Quintino Bocaiúva, Aristides Lobo, Benjamim Constant, Sólon, Cantuária e o Sr. Rui Barbosa. Iniciou-se a conversa. Benjamim Constant fora autorizado a 9, no Clube Militar, pelos camaradas com quem contava, a decidir qual a solução que os acontecimentos deveriam ter. Deodoro hesitava e havia muito tempo que o conciliábulo prosseguia sem que ele proferisse a palavra definitiva, se encabeçaria ou não o movimento para proclamar a República. Na sua opinião a questão era simplesmente militar e bastava ao Exército derubar o Ministério.

Devia haver uma grande fé no valor daquele homem, considerado assim o árbitro da situação, para ser disputada com tal insistência, naquele momento, a cooperação da sua espada. Parecia que só ele poderia conduzir à vitória; que ele era antes uma bandeira, um sinal de triunfo, que um homem para ir combater. Atirado num sofá, envolto num "chambre", sem poder vestir-se, o peito arfava nas ânsias de uma dispnéia horrível, que às vezes o privava de falar. Aquela vida poderia fugir de repente ou, pelo menos, aquele braço tremer por instantes, incapaz de comandar; dir-se-ia, porém, que enquanto luzisse aquele olhar e aquele perfil dominador passasse ante os soldados, correria nas fileiras o frêmito de uma sedução irresistível e ninguém deixaria de segui-lo.

Mais que outrem, Benjamim Constant assim pensava. Por maior que fosse a sua confiança nos elementos agremiados, sentia que o golpe era incerto; era preciso uma grande audácia e sobretudo um

Paulo, após a demissão do Governo Provisório e por ocasião do golpe de estado de 23 de novembro.

grande prestígio diante da tropa para arcar contra sessenta e sete anos de tradições monárquicas e quase cinqüenta anos de Reinado. Por maior que fosse entre os oficiais a irritação contra o Ministério, por menos fortes que parecessem as probabilidades da sucessão dinástica, conferida a uma Princesa, contudo ele calculava quanto custaria decidir todo o Exército e toda a Marinha a se entregarem inteiramente ao comando de um chefe revoltado. Se fosse impossível evitar a luta, hipótese que entrava muito nos cálculos, a capacidade e a influência do comandante subiriam de ponto. Benjamim Constant tinha muito bom senso, estava acostumado a raciocinar e era fundamentalmente calmo. Por maior que fosse no momento a sua exaltação revolucionária, ele não se podia enganar quanto ao conhecimento dos homens e avaliava na medida justa o valor decisivo dos predicados que só em Deodoro julgava encontrar; bem sabia que não bastava agitar, reunir em torno do seu nome devoções e esperanças, encarar princípios, representar idéias. Naquele instante era indispensável uma espada numa mão acostumada a comandar e vencer. Benjamim Constant não desesperava. Embora a palavra não lhe fosse habitualmente viva, teve de repente um verdadeiro rasgo de eloqüência, exortando Deodoro e concitando-o a proclamar a República. Quando ele se calou, disse o Marechal pausadamente: "Eu queria acompanhar o caixão do Imperador, que está velho e a quem respeito muito". Depois acrescentou, passando e repassando o dorso de uma mão contra a palma da outra: "Ele assim o quer, façamos a República. Benjamim e eu cuidaremos da ação militar; o Sr. Quintino e os seus amigos organizem o resto."

Todos entreviram um sinal de vitória e já então se começou a falar de governo novo, como se ela fosse certa. Deodoro interveio para declarar: "Eu quero ser Ministro da Guerra, seja Benjamim o chefe do governo." Este foi o primeiro a protestar e com ele todos os companheiros; a ninguém, se não ao marechal, cabia aquele posto. Deodoro insistia: "Não; seja então o Senhor Quintino." Nova recusa, igualmente formal. Por fim era tão grande a insistência e tão calorosa a unanimidade, que Deodoro aceitou o papel que lhe destinavam.

É curioso que só então tenha surgido a preocupação de uma dificuldade séria, de um perigo talvez. Benjamim Constant mostrou-se apreensivo quanto à posição de Floriano Peixoto, que, por seu cargo e

influência como militar, poderia constituir grave resistência. "Não há dificuldade", atalhou Deodoro; "nas questões militares, sempre que abordei Floriano, ele declarou-me logo que não se meteria em coisa alguma para derrubar ministérios. Uma vez, porém, pegando com dois dedos no botão da farda, acrescentou: "Seu Manuel, a Monarquia é inimiga disto; se for para derrubá-la estarei pronto." "Já vêm os senhores", concluiu Deodoro, "que quem falava assim há de acompanhar-nos." Combinou-se então que Benjamim Constant procuraria entender-se com Floriano Peixoto e fazê-lo vir conversar com Deodoro.

Era urgente, porém, tratar de escolher a oportunidade da ação, o dia conveniente ao deferimento do golpe. A 20 devia abrir-se a assembléia-geral no Paço do Senado, onde se tinham de reunir a família imperial, o Ministério e os representantes da nação. Planejou-se que nesse dia as tropas rebeldes cercariam o Senado, prendendo a família imperial e o Ministério. Era o principal; o resto viria depois.

No dia seguinte, em casa de Aristides Lobo, reuniam-se este, Bocaiúva e o Sr. Glicério para organizar o governo. As pastas ficaram distribuídas como depois aconteceu, menos a da Marinha. Aristides Lobo e Bocaiúva entendiam que o Sr. Glicério devia ser o ministro da Agricultura. Foi diante da sua recusa, baseada em que era indispensável contemplar um rio-grandense, que os seus companheiros o dispensaram. Ele lembrava o Sr. Demétrio Ribeiro, enquanto os outros indicavam Júlio de Castilhos ou o Sr. Assis Brasil. Predominou o nome do Sr. Demétrio, que o Sr. Glicério conhecera no Rio Grande, apontado *primus inter pares* sem discrepância de opiniões.

Nesta ocasião lembraram-se todos com grande saudade de Francisco Belisário, cuja preciosa cooperação tinham como certo obter. Interrogado quanto aos fundamentos desse conceito acerca do finado estadista, referiu-nos o Sr. Glicério que, desde 1888, tinha a segurança desse auxílio. Seu irmão, Jorge de Miranda, já falecido, estava nessa época numa estação de águas, onde encontrara F. Belisário e o bispo de São Paulo, D. Lino, de ambos sendo amigo. D. Lino, que era republicano, preveniu a Jorge de Miranda que Belisário "era dos nossos". Não tardou que se entendessem e Jorge de Miranda ouvisse do senador do Império as mais categóricas declarações. Nada mais o prendia à Coroa a

não ser a sua dedicação pessoal a Paulino de Sousa, seu primo e chefe político; esperava, porém, vencer as delicadezas dessa situação e "caminhar para a República"³.

Nessa reunião em casa de Aristides Lobo tratou-se da situação especial de Silva Jardim, cujas desavenças com Quintino Bocaiúva se tinham tornado públicas. Ficou deliberado que nada lhe seria comunicado, devendo porém o Sr. Glicério avisar o Sr. Sampaio Ferraz, escolhido para futuro chefe de Polícia e íntimo amigo do ardente propagandista. "E Silva Jardim?", inquiriu o Senhor Sampaio Ferraz. O Sr. Glicério informou-o do que tinha sido resolvido; mas tão grande foi a insistência do seu amigo que acabou deixando-lhe a responsabilidade exclusiva de comunicar à união o que acabava de ouvir. O Sr. Sampaio Ferraz, por fim, guardou o segredo e só na manhã de 15 de novembro, pela boca do Dr. Hilário de Gouveia, que era seu vizinho e voltava cedo da cidade, soube Silva Jardim do que se estava passando.

– Mas por que essa reserva com um homem que tanto fizera pela propaganda republicana?

– As divergências de Jardim com Quintino eram muito vivas – respondeu o Sr. Glicério –, e a sua cooperação poderia trazer dificuldades à organização que projetamos; ademais, ele era muito impetuoso e receávamos que o seu próprio ardor fosse inconveniente, num momento em que eram precisos união e espírito conciliador.

Enfim, a 15 de novembro tudo concorreu para o triunfo; mas à tardinha ainda muitos republicanos andavam inquietos, na ausência de um ato positivo que proclamasse a República. De boca em boca

(3) O Ministério Sete de Junho tratou de agradar de modo especial a Francisco Belisário. Disse-nos o Visconde de Ouro Preto que não desconfiava que ele tivesse inclinações republicanas; desconfiaria antes de Paulino de Sousa. Procurara distinguir Belisário, porque era este o conservador que mais temia. Foi assim que logo nos primeiros dias de julho o nomeou conselheiro de estado, cargo que ele aceitou, e em carta de 20 de setembro convidou-o para uma missão especial a Montevidéu com o fim de negociar com a República do Uruguai uma convenção "que pusesse cobro ao grande contrabando na fronteira e obtivesse redução de direitos para vários gêneros da nossa produção, mediante concessões razoáveis". A nomeação só não se efetuou por que Belisário faleceu quase subitamente no dia 24. Tudo isso parece mostrar que ele já se tinha reconciliado com a Monarquia.

passavam confidências, receios de uma desilusão. Dizia-se que depois do fato consumado os chefes do movimento militar tinham encarado a gravidade da situação e hesitavam em arcar com as responsabilidades de uma subversão no regime. A manifestação da Câmara Municipal nada valeria se fosse essa a realidade. Nessas condições o Sr. Glicério, que continuava na Rua do Ouvidor, foi reunindo os que apareciam e todos daí partindo à frente de muita gente dirigiam-se à casa de Deodoro. Lembra-se o Sr. Glicério que entre os seus amigos iam os Srs. Alberto Torres e J. A. Magalhães Castro. Foi este quem falou em nome dos presentes, diante de Benjamim Constant, que aparecera à janela. Era intuito dos republicanos provocar declarações e a resposta de Benjamim vinha justificar as apreensões que eles nutriam. Este não fez nenhuma afirmação categórica e chegou a declarar que o novo governo consultaria um tempo a nação para que esta decidisse dos seus destinos.⁴

Logo à noite, porém, o Sr. Glicério estava tranqüilo acerca dos resultados da jornada. No Instituto dos Cegos, de que Benjamim era diretor, reuniram-se então os maiores do dia e começaram a ser expedidos os atos preliminares de organização. Coube-lhe ir com o Sr. Rodolfo de Abreu levar ao Marechal Deodoro os primeiros decretos para assinar. Lembra-se que ao ler o que nomeava o ministro da Agricultura, Deodoro perguntou: "Quem é este?" O Sr. Glicério explicou, exaltando a proeminência do Sr. Demétrio entre os correligionários do Rio Grande.

(4) Esse depoimento está de acordo com o do Visconde de Ouro Preto, o qual declara que quando o General Deodoro lhe falou no quartel-general anunciou que "ia levar ao Imperador a lista dos novos ministros". Não há dúvida, porém, que desde algum tempo o espírito de Deodoro se estava inclinando para a República. Em carta que escreveu ao Sr. Lucena, durante o Ministério Cotegipe, dizia ele que recusara a candidatura senatorial pela Corte, que lhe fora proposta por Q. Bocaiúva, porque não queria emprestar o seu nome para lema de combate contra a Monarquia, pois era sustentador do Trono; acrescentava entretanto, já recear que um dia pudesse chegar a todos os extremos, até à República e principalmente até à Abolição, pois o Governo não devia empregar o Exército, como estava fazendo, em caçar escravos fugidos. Outro conspirador, de procedência monárquica, que algum tempo antes de 15 de novembro também já se voltava para a República, era o Sr. Rui Barbosa. Em carta escrita ao Senador Dantas a 2 de maio de 1889, escrevia ele: "Da República disto apenas uma linha. Já disse a V. Ex^a que só a sua amizade me tem detido."

"Lá só conheci Castilhos, Assis Brasil e Ramiro; mas vá lá", concluiu o marechal.

Nesse momento o triunfador do dia continuava arfando, dispnéico. Ainda hoje, referindo a essas peripécias, o Sr. Glicério lembra como uma maravilha a energia desse organismo, minado por uma doença tão funda e reerguendo-se de súbito para uma ação tão prolongada e agitada. Na tarde de 14, bem se recorda, ia com Aristides Lobo pelo Largo de São Francisco, quando viu Benjamim Constant descer de um bonde. Estava desolado; um grande abatimento no semblante revelava a perturbação do seu espírito. "Venho da casa de Deodoro", disse ele. "Creio que ele não amanhece, e se ele morrer a revolução está gorada. Os senhores são civis, podem salvar-se; nós, militares, arrostaremos as conseqüências das nossas responsabilidades." Despediram-se contristados, e Aristides Lobo e o Sr. Glicério foram dormir a bom recato.

De manhã, o moribundo da véspera, aos olhos do Sr. Glicério, parecia um redivivo.

(Pesquisa e depoimento para a História, Rio, 1913, págs. 199-213.)

IVÃ MONTEIRO DE BARROS LINS (1904-1975). Nasceu em Belo Horizonte (Minas Gerais), formando-se, em 1930, na Faculdade Nacional de Medicina. Membro da Academia Brasileira de Letras e sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Inteligência devotada ao estudo dos problemas sociais, embebido da doutrina positivista, sua já alentada produção literária revela extraordinário conhecimento humanístico, no domínio da Sociologia, da História e da Filosofia. Realizou vários cursos sobre o positivismo brasileiro, sobre Descartes, sobre as instituições medievais, sobre Lope de Vega, despertando intensa curiosidade no público estudioso. Um destes cursos de conferências, em 1938, provocou larga manifestação dos meios intelectuais, que se solidarizam com Ivã Lins em nome da liberdade de pensamento, contra a intolerância sectária, que pretendia cassar-lhe a palavra. Ocupa o cargo de ministro do Tribunal de Contas da República. Atesta seu infatigável labor humanístico sua última obra sobre o grande jesuíta Antônio Vieira, erguido como adversário do Santo Ofício.

Obras: O Crime, o criminoso e a responsabilidade penal, Rio, 1933; Introdução ao Estudo da Filosofia, 3ª ed., Rio, 1954; Lope de Vega, Rio, 1935; Benjamim Constant, Rio, 1936; Um aspecto inédito da obra de Martins Fontes, São Paulo, 1938; O Humanismo e o plano nacional de Educação, Rio, 1938; Três abolicionistas esquecidos, Rio, 1938; Tomás Morus e a Utopia, Rio, 1938; Ruiz de Alarcón, Rio, 1940; A Idade Média, a Cavalaria e as Cruzadas, 2ª ed., Rio, 1944; Descartes: época, vida e obra, Rio, 1940; A Cultura e o momento internacional, Rio, 1943; Gonçalves de Magalhães, Rio, 1943; Aspectos do Padre Antônio Vieira, Rio, 1956; História do Positivismo no Brasil, 1960.

.....

*Benjamim Constant,
o Imperador e a Abolição*

Foi em novembro de 1873 que Benjamim concorreu para o lugar de repetidor do curso superior da Escola Militar, tendo sido essa a primeira vez em que solenemente afirmou, de público, sua adesão ao positivismo.

Antes de iniciar as provas orais, declarou na verdade aceitar a doutrina de Augusto Comte, pela qual pautaria suas lições, consultando, pois, à Mesa se esta circunstância não o incompatibilizava para o lugar a que se propunha.

Estava presente o Imperador, e, a um gesto dele, a Mesa respondeu que podia realizar as provas.

Dados os dotes intrínsecos de que era dotado: sua simpatia, a retidão moral de sua vida e sua forte inteligência, além de invejável ilustração, alicerçada nessa inabalável rocha, que é a obra de Augusto Comte – "essa estupenda catedral de idéias", no dizer de Tarde, ou, na imagem feliz de Agliberto Xavier, "esse Niágara, jorradado do bico de uma pena" – adquiriu Benjamim, no seio de nossa mocidade militar, um prestígio como, até hoje, nenhum mestre logrou idêntico no Brasil.

O APÓSTOLO

Da Escola Militar da Praia Vermelha, sede de longo e fecundo apostolado de ciência, brandura e civismo, o seu incomparável prestígio se irradiou pela tropa, de cuja oficialidade era essa escola o viveiro.

Em 9 de junho de 1888, havendo sido graduado em tenente-coronel, recebeu dos discípulos da Escola Militar a mais comovedora das manifestações.

Na casa onde costumava mudar o traje civil, encontrou, presos aos punhos da farda, os galões do novo posto, e, bem assim, um *bonet* correspondente à sua nova categoria militar.

Ao chegar à escola, desde o portão até à sala de aulas, achando-se esta inteiramente florida, passou entre alas de alunos, num total de seiscentos, que o cobriam de pétalas de rosas.

E ao deixá-la, teve de tomar o escaler do comandante, tripulado pelos próprios discípulos.

Foi, então, que, pilheriando, lhes disse: "Quem sabe se um dia, em vez de simples escaler, teremos de tripular, juntos, a própria nau do estado?"

Como coroamento dessas homenagens, recebeu, ricamente encadernado e com expressiva dedicatória, um exemplar da última obra de Augusto Comte: *Síntese Subjetiva*, ou *Tratado de Filosofia Matemática*.

FIBRA MORAL

Há um incidente, na carreira de Benjamim, como professor, que caracteriza bem sua fibra moral, convindo, pois, ser recordado.

Sete vezes, como vimos, entrara em concurso para a cadeira de Matemática, sendo sempre classificado em 1^o lugar.

Uma lei de 1875 fora posta em vigor na Escola de Medicina suprimindo os concursos para lentes catedráticos e dando aos substitutos, que o fossem por concurso, o direito de passarem a catedráticos, por simples antiguidade.

Lei idêntica, relativa à Escola Militar foi, no mesmo ano, aprovada pela Câmara em 3^o turno e enviada ao Senado, onde se achava, quando vagou o lugar de catedrático a que tinha direito Benjamim, como lente substituto.

Já pela lei em apreço, já pelas provas cabais, que dera em público, e, por sete vezes, achava Benjamim que sua nomeação para catedrático, sem novo concurso, era mesmo uma reparação, que lhe devia o Governo por tantas preterições que sofrera. Entre estas, figura honrosíssima proposta de efetivação duas vezes apresentada pela congregação da escola politécnica, e apoiada pelo visconde do rio branco, então seu diretor, proposta que, apesar da justiça de que se revestia, foi, entretanto, rejeitada em proveito de um freqüentador do Paço.

Eis o que, a respeito, escreveu o próprio Benjamim em famosa carta a João Alfredo, então ministro do Império:

"Fechada, para mim, a Escola Politécnica, suprimido o Instituto Comercial, devo resignar-me à posição precária de repetidor da Escola Militar, sem esperança de acesso a lente catedrático. Eis a que situação cheguei no magistério, depois de tantas lutas e tantos desgostos. Tendo consagrado quase toda a minha vida ao estudo e ao ensino, foi esse o mirrado fruto que colhi. Conto por milhares os meus discípulos; muitos deles são hoje, uns, lentes catedráticos, outros, substitutos nas diversas faculdades do Império (na Escola de Medicina, na de Direito de São Paulo, na de Marinha, na Politécnica e na Militar). – Muitos são hoje oficiais superiores do Exército e da Marinha, como, por exemplo, o Coronel Tibúrcio, os Tenentes-Coronéis Floriano Peixoto, Mallet e Jerônimo Jardim, diretor das Obras Públicas, todos de patente superior à minha."

CAPRICHOS IMPERIAIS

Uma vez vago o cargo de catedrático da Escola Militar, a que tinha incontestemente direito Benjamim, embirrou, porém, o Imperador em pô-lo em concurso.

Todas as vezes em que Sua Majestade se encontrava com Benjamim insistia para que concorresse, ao que ele sempre respondia negativamente.

Por fim, já irritado com o capricho imperial, perguntou Benjamim a Pedro II, que lhe dizia ser o concurso pura formalidade, se Sua Majestade o nomearia, caso, afinal, se resolvesse a concorrer.

Respondendo o Imperador, prontamente, que *sim*, retrucou-lhe Benjamim: "Pois andaria muito mal Vossa Majestade, porque aquiescendo eu afinal, do que lhe tenho dito e redito, teria dado péssima prova

de caráter, que me inibiria de poder bem-cumprir os elevados deveres do professorado."

É ainda ao provimento de catedrático da Escola Militar que se refere o seguinte episódio narrado por Benjamim a Teixeira Mendes:

"O Imperador dirigiu-se a Benjamim na Escola Militar dizendo-lhe: – Tenho um presente para o Senhor; é um trabalho sobre quantidades negativas, que o autor me remeteu; já li e não gostei, mas quero ouvir sua opinião. Benjamim agradeceu, e o Imperador acrescentou: – Sei que o Senhor já escreveu a esse respeito; porque não escreve alguma coisa? Benjamim respondeu que desejava escrever, mas que lhe faltavam tempo e estímulos, que neste país ninguém precisa saber a matéria de que é professor.

"A estas palavras o Imperador corou e perguntou com vivacidade: – E os concursos? Pois não são sempre escolhidos os que mais revelam? – Os concursos só têm servido para afastar os que sabem e atrair os incompetentes. – Mas então que tem a dizer da última nomeação? (a de Samuel Castrioto de Sousa Coutinho, nomeado substituto do Pedro II, em 27 de dezembro de 1879). – É uma nomeação que honra o Governo. Mas quantas aponta Vossa Majestade como essa? – E quantas em contrário aponta o Senhor? Já sofreu alguma injustiça? – Eu já disse a Vossa Majestade que jamais ousaria ocupar-lhe a atenção com a minha pessoa; mas, já que me pergunta, direi."

"Narrou, então, Benjamim as injustiças que sofrera e a cada uma perguntava o Imperador: Quem era o ministro? Quem fez a nomeação? E ouvia sempre esta resposta: Foi Vossa Majestade – Afinal, quando Benjamim falou na última, que foi a supressão da cadeira de Matemática do Instituto Comercial, por ele regida havia dezesseis anos, e, o que é mais, obtida em concurso, sem que, entretanto, houvesse lei alguma autorizando essa supressão, o Imperador respondeu:

– Isto é gravíssimo, vou examinar. E despediu-se."

Escusado é dizer que o provimento de Benjamim, como catedrático da Escola Militar, se fez, de acordo com o ponto de vista dele, sem novo concurso, mas só em 23 de março de 1889!

Entretanto, desde 1886, as inépcias do Governo Imperial impeliram-no a envolver-se nos acontecimentos políticos.

É que esse governo, como tantos outros, longe de tomar a si a direção do nosso povo, deixava-se, ao revés, levar pela espontânea evolução dele.

O PROBLEMA SERVIL E JOSÉ BONIFÁCIO

Assim foi, entre outras, na questão abolicionista.

Embora desde 1823

"... o grande Andrada, esse arquiteto ousado

Que amassa um povo na robusta mão",

houvesse concebido, para propô-lo à primeira Constituinte brasileira, magistral projeto extinguido o tráfico dentro de 4 a 5 anos, e abolindo, gradualmente, a escravidão, dentro de 33 anos, o Governo Imperial só tomou medidas a esse respeito compelido pelo estrangeiro ou pelo próprio povo.

Por uma convenção firmada com a Inglaterra em 1826 e ratificada em 1827, comprometeu-se o Brasil a abolir o tráfico a partir de 1831, como, de fato, uma lei de Feijó, com a data de 7 de novembro desse ano, o declarou extinto.

Não teve, entretanto, execução essa lei, importando-se, clandestinamente, de 1831 a 1841, mais de 200.000 escravos.

Essa era ainda a situação em 1845, quando a Grã-Bretanha expediu o célebre *Bill Aberdeen*, em que formulava a regra humilhante para a soberania brasileira de sujeitar os nossos navios à vista e busca dos cruzeiros britânicos e subsequente julgamento dos contrabandistas por tribunal inglês, tal qual o fizera, antes, com os navios negreiros de Portugal, segundo o *Bill Palmerston*.

Apesar disto, porém, nenhuma providência tomou o Governo Imperial contra o tráfico, importando-se, de 1846 a 1849, segundo estatística do Foreign Office, 220.000 africanos, ou seja 55.000 por ano.

Foi só apelando para o brio do Parlamento nacional diante da situação vexatória criada, para o Brasil, pelo *Bill Aberdeen*, que conseguiu Eusébio de Queirós, em 1850, a lei pela qual se extinguiu enfim o tráfico, vinte e três anos depois da data em que teria sido abolido, se o

projeto de José Bonifácio houvesse sido posto em prática no momento em que foi concebido, isto é, em 1823.

EXTINÇÃO DO TRÁFICO

Até 1856, por culpa do Governo imperial, mereceu, pois, o Brasil, plenamente, a dura exprobação do poeta, de vez que, só então, se suprimiu, de fato, o tráfico:

"Existe um povo que a bandeira empresta
Para cobrir tanta infâmia e covardia!
E deixa-a transformar-se nessa festa
Em manto impuro de bacante fria!

.....
Auriverde pendão de minha terra,
Que a brisa do Brasil beija e balança,
Estandarte que à luz do sol encerra
As promessas divinas da esperança...
Tu que, da liberdade após a guerra,
Foste hasteado dos heróis na lança,
Antes te houvessem roto na batalha,
Que servires a um povo de mortalha!

ABOLICIONISMO DO "MAGNÂNIMO"

Extinto, em 1856, o tráfico – primeira fonte de escravidão – restava a outra: o ventre escravo.

Entretanto, só em 1871 conseguiu o Visconde do Rio Branco a Lei do Ventre Livre, e, tal o descaso do Imperador pelo problema servil que só nesse ano foram libertados os escravos da nação, dados em usufruto à Coroa, embora recebesse esta régios emolumentos: 800 contos anuais, só para o Imperador, tendo cada um dos membros da família imperial subsídios à parte.

E ainda há quem, falseando a nossa história, pretenda fazer do Magnânimo um abolicionista!¹

(1) Eis o que, sobre o propalado abolicionismo de Pedro II, diz um autor insuspeito, Joaquim Nabuco:

"Um único problema, social e portanto individual para quem representa a sociedade como ele foi imposto à atenção do monarca brasileiro – o de governar sobre um país sem escravos. O que se lhe pedia é o que o mundo tem pedido ao sultão da Turquia, ao vice-rei do Egito, ao imperador de Marrocos, ao régulo de Zanzibar. Desde 1840 ele não teve outra missão, não foi chamado a outra tarefa e, no entanto, Sr. Presidente, o indiferentismo do Imperador não podia ser

Legalmente podia a escravidão ter sido considerada inexistente no Brasil no próprio ano em que decretada a emancipação dos nascituros.

É que a lei de 7 de novembro de 1831 considerava livres todos os africanos importados a partir dessa data.

Foi o que evidenciou, em 1861, em notável obra sobre a Abolição, o publicista francês Cochin, cuja lição repetiu, em 1869, Rui Barbosa em famoso discurso proferido no Clube Radical Paulistano: "A emancipação é muito mais fácil em nosso país do que em todos aqueles onde se tem efetuado até hoje, porque uma porção imensa da propriedade servil existente entre nós, além de ilegítima, como toda a escravidão, é também ilegal, em virtude da lei de novembro de 1831, e do regulamento respectivo, que declararam expressamente – 'são livres todos os africanos importados daquela data em diante' – onde se conclui que o Governo tem a obrigação de verificar escrupulosamente os títulos dos senhores, e proceder na forma do decreto sobre a escravatura introduzida pelo contrabando."

Apesar disto, porém, mesmo depois da Lei do Ventre Livre, o tráfico interior não respeitava as relações domésticas: vendia-se a mulher em separado do marido e vice-versa; vendiam-se os filhos menores sem as mães e os pais sem os filhos, tudo ao bel-prazer dos senhores.

A SANTÍSSIMA E INDIVISÍVEL TRINDADE

No exterior, não se pejava o Governo imperial de prevalecer-se da situação difícil dos governos vizinhos a fim de lhes extorquir convenções aviltantes.

Tal foi, entre outras, a que assinou, em 1851, com o Uruguai, em nome da *Santíssima e Indivisível Trindade* (note-se bem), convenção em que a Banda Oriental se comprometia a devolver-nos os escravos que ali se refugiassem!

O tão decantado abolicionismo do Magnânimo levou, pois, até 1856 para extinguir o tráfico e só o fez sob a enérgica pressão da Inglaterra; até 1871 para libertar os escravos da nação dados em usufruto à Coroa e até 1885 para suprimir a taxa de libertação.

maior." (Joaquim Nabuco, *O erro do Imperador*, pág. 14).

O silêncio das *Falas do Trono* sobre o problema servil foi completo até 1876, ano em que se viu a vaidade imperial incitada pela mensagem que lhe dirigiu a Junta Francesa de Emancipação.

Parece incrível, pois, que, contando com a ignorância do povo relativamente aos nossos fatos históricos, haja quem ouse exaltar o abolicionismo imperial, atribuindo aos Braganças o sacrifício do trono nas aras da redenção nacional, quando esta, pelo projeto de José Bonifácio, se teria realizado, sem abalos, em 1856!

ERROS POLÍTICOS DO IMPERADOR

Ora, foi exatamente a série de erros políticos do Imperador, mantendo indefinidamente a escravidão, e deixando que o movimento abolicionista se fizesse à sua revelia, que motivou, em 1886, a questão militar, na qual se viu envolvido Benjamim, convencendo-o, dentro em breve, da necessidade de proclamar a República.²

- (2) Em novembro de 1886, a propósito da morte de José Bonifácio, o Moço, escreveu Benjamim à *Gazeta da Tarde* as seguintes palavras sobre a Abolição: "Não há, a meu ver, cruzada mais nobre, que mais desperte interesse à causa da Humanidade, e, portanto, a todos os homens de espírito e de coração, que essa em que se procura arrancar ao cativo arbitrário e degradante mais de um milhão de infelizes, sem Lar, sem Pátria e sem Família, em um século em que o movimento geral humano se traduz felizmente, de modo cada vez mais enérgico e bem acentuado, no sentido da progressiva elevação moral de nossa espécie." Pouco tempo antes, um artigo abolicionista, publicado no Rio Grande do Sul, motivara a primeira questão militar. Era seu autor bravo e íntegro soldado, o Tenente-Coronel Sena Madureira. O Ministério, presidido por Cotegipe, era francamente escravista, e, republicando ao artigo de Sena Madureira através de violento discurso do Deputado Franco de Sá, não tardou em receber forte réplica daquele militar. Mandou, então, Cotegipe censurá-lo por indisciplina, o que motivou a solidariedade de vários oficiais da região, entre os quais Deodoro, presidente da Província. No Rio, presidida por Benjamim, fez, em outubro de 1886, uma reunião de oficiais do Exército e da Armada na qual se declararam solidários com seus camaradas gaúchos. Em fevereiro de 1887, já estando Deodoro de regresso, proferiu Benjamim, no Clube Militar, o belo discurso em que condena o caudilhismo, sustentando a necessidade de subordinação da espada ao poder civil. Em consequência dessa reunião e da atitude de Deodoro, o Governo, embora com a "dignidade arranhada", no dizer de Cotegipe, fez cancelar as repreensões

Para evidenciá-lo, recapitulemos nossa situação política a partir de 1870.

Depois da guerra do Paraguai, desencadeada pela tortuosa política imperial relativamente às repúblicas platinas³ as solicitudes para com o Exército e a Marinha passaram a preponderar no Governo, já que o Príncipe consorte tivera a glória, bem triste aliás, de chefiar o desfecho dessa guerra, ou ser "o capitão-do-mato em caça a López", como, em carta ao próprio D. Pedro II, disse, indignada, a Princesa Isabel.⁴

sofridas pelos oficiais envolvidos no caso.

Em outubro de 1887 propôs Benjamim adotasse o Clube Militar, como divisa, a Abolição, e, a partir desse dia, estava esta feita de fato, limitando-se a Lei Áurea a tornar patente uma situação implícita desde a representação de Deodoro à Princesa Isabel, donde as significativas palavras de João Alfredo citadas no texto. (*Nota de Ivã Lins.*)

- (3) Sobre a tortuosa política imperial no Prata, onde, na frase do Visconde do Rio Branco, o Imperador queria tudo resolver à valentona, veja-se a irretorquível documentação apresentada a respeito por Teixeira Mendes no *Esboço Biográfico de Benjamim Constant*.
- (4) Sendo, em geral, mui pouco conhecida, parece-me útil registrar aqui a carta da Princesa Isabel a Pedro II sobre a ida do Conde D'Eu para a guerra do Paraguai, em substituição a Caxias:

"Meu querido papai – Gaston chegou há três horas, com a notícia de que papai estava com um desejo vivíssimo de que ele fosse para a guerra. Pois será possível que papai, que ama tanto a Constituição, queira impor sua vontade aos ministros, ou que estes sejam bastante fracos de caráter para que um dia digam branco e outro preto! Teriam eles unanimemente e ao mesmo tempo mudado de parecer, como papai? (Por que não convidam o seu [*sic*] Caxias para voltar para lá? Ele já está melhor e os médicos lhe recomendaram os ares de Montevideú.) Pois será Gaston que sem mais nem menos vá já para a guerra, só porque houve boatos de sublevação de rio-grandenses? E é papai que acredita logo nisso, quando tantas vezes recusa crer o que se lhe está asseverando?

"Lembro-me, papai, que na cascata da Tijuca, há três anos, papai me disse que a paixão, é cega. Que a sua paixão pelos negócios da guerra não o torne cego!

"Além disso, papai quer matar o meu Gaston: Feijó recomendou-lhe muito que não apanhasse muito sol, nem chuva, nem sereno; e como evitar-se isso quando se está na guerra? Caxias não pode ficar lá porque tem uns ataques de cabeça que podem-se curar, e além disso poderia ficar em Montevideú onde se dá bem, e seria o meu Gaston que iria apanhar por lá uma doença do peito, que muito raras vezes se curam? A falta do meu bom Gaston seria muito mais prejudicial para o Brasil do que a de

Apesar, porém, dos antecedentes monarquistas dos generais de maior prestígio, como Caxias e o Marquês da Gávea, não conseguiu o Conde d'Eu angariar as simpatias, quer do Exército, quer do povo.

A REPÚBLICA LEGAL EM 1835

Por outro lado, nunca haviam sido profundas, no país, as raízes da Monarquia, bastando lembrar que, em 1835, Ferreira Franca apresentou ao Parlamento o seguinte projeto de lei, que só caiu por sete votos, tendo tido 37 a favor e 44 contra, numa assembléia de 81 membros:

"A Assembléia Legislativa decreta:

Art. 1^o – O governo do Brasil cessará de ser patrimônio de uma família.

Art. 2^o – O atual Imperador e suas augustas irmãs cederão seu privilégio e receberão, de uma vez, um subsídio para completarem sua educação e principiarem seu estabelecimento.

Art. 3^o – A nação será governada por um chefe eleito, de dois em dois anos, no dia 7 de setembro, à maioria de votos dos cidadãos eleitos do Brasil.

Caxias – e agora que há cólera em Montevidéu! O que papai saberá é que, se Gaston for para Assunção, para lá também irei com a minha Rosa, que comparilha bem minhas dores. Irei até o fim do mundo com o meu Gaston.

"Papai talvez faça idéia do que estou sofrendo, e por isso perdoe-me se disse alguma inconveniência; queime a carta, mas conserve bem no seu espírito o que lhe digo. Preciso desafogar-me e só chorando não posso fazê-lo. Espero em Deus que o meu Gaston ainda não irá. Pode talvez a guerra estar acabada até que venha a resposta de Paranhos. Podem vir outras coisas.

"Meu Deus! Meu Deus! Não sei verdadeiramente como veio essa decisão súbita, quando *agora só o que se tem que fazer é o papel do capitão-do-mato atrás do López*. Pois para dirigir de Assunção (*papai mesmo me disse que não era o papel de Caxias o de ir ele mesmo atrás de López*) basta outra pessoa. Os rio-grandenses constituem pequena parte do Exército.

Adeus, papai, perdoe-me."

(Carta de Petrópolis, 22 de fevereiro de 1869, existente no arquivo da família imperial e publicada, pelo Sr. Heitor Lira, no *Jornal do Comércio* de 16 de setembro de 1934. Grifos desta transcrição).

Paço da Câmara dos Deputados, 16 de maio de 1835 – Antônio Ferreira França".

Ora, se em 1835 esse projeto somente deixou de ser lei por uma maioria de sete votos apenas, não é de espantar que a indiferença pela Monarquia, senão mesmo o republicanismo ganhasse, dia a dia, o espírito da mocidade, sobretudo das escolas do Exército.

(Benjamim Constant, Rio, 1936, págs. 41-55).

RAIMUNDO TEIXEIRA MENDES (1855-1927). Nasceu em Caxias (Maranhão), realizando seus primeiros estudos até 1867 na capital da província. No ano seguinte, matriculou-se em colégio de jesuítas, no Rio, e, a seguir, no Internato Pedro II, onde fez o curso secundário. Recusou o título de bacharel em letras porqu e seus princípios não lhe permitiam fazer, de joelhos e com a mão no Evangelho, o juramento de fidelidade a S. M. o Imperador e à instituição monárquica. em 1874, matriculou-se na escola Central, mais tarde Escola Politécnica, travando conhecimento com Benjamim Constant e com o positivismo, a religião da humanidade conquistaria para sempre o grande espírito de Teixeira Mendes, tornando-se, com Miguel Lemos, os dois mais devotados apóstolos no Brasil. Ao lado de alguns mais fundariam, em 1976, a sociedade que, pouco depois, se transformaria na Igreja e Apostolado Positivista do Brasil. Rompendo relação com Laffitte, os chefes da Igreja brasileira acusaram-no de corromper a doutrina. Teixeira Mendes volta e m 1877, à Europa, a tratamento de saúde. Voltaria outras vezes por motivos religiosos. Casou, de acordo com o rito positivista, com D. Ernestina Tôres de Carvalho, negando-lhe o bispo do Rio a autorização católica.

Pela primeira vez, ministrou, na Escola Normal, em 1882 e 83, curso público e gratuito sobre a filosofia de Augusto Comte. Daí em diante, não esmorecerá sua ação apostólica. Desempenhou, ao lado de Benjamim Constant, importante papel na propaganda dos ideais republicanos, irmanados com o positivismo, principalmente na juventude militar. Em todos os acontecimentos políticos, sempre a Igreja Positivista deu seu pronunciamento, através de Teixeira Mendes e Miguel Lemos, em numerosas publicações e artigos, manifestando-se pela abolição a escravatura, contra a comemoração das datas da guerra do Paraguai e de outras guerras, pela secutização dos cemitérios, pela separação da Igreja do Estado, pela liberdade de profissão, contra a participação no conflito mundial de 1914-18, etc.

Obras: A questão do nativismo, Rio, 1886; La philosophie chimique daprès Aug. Comte, Rio, 1887; A liberdade e a vacinação obrigatória, Rio, 1888; A incorporação do proletariado, Rio, 1869; Benjamim Constant, 2 vols., Rio, 1892; O Ano sem par, Rio, 1902; Hino ao Amor, Rio, 1895; A Política, posittiva e a Grande naturalização, Rio 1889 (em colaboração com Miguel Lemos); A Epopéia africana no Brasil, 1888 (em colaboração); O Culto católico, Rio 1903.

.....

*Benjamim e a
Proclamação da República*

Antes de proceguir na narrativa dos acontecimentos, cumpre-nos melhor assinalar a correção de nossa atitude. Como dissemos, nós fomos alheios ao levante; não o aconselhamos e nem o aconselharíamos, se houvésssemos sido previamente consultados. Depois do fato consumado, muitos têm julgado que a nossa conduta devia ter sido outra; isto é, que nos cumpria ter opinado pelo que se fez. Nenhuma apreciação, porém, pode ser mais superficial.

Com efeito, por mais crítica que fosse a situação do Império, estava garantida a plena liberdade de exposição; e liberdade de associação só era violada nas assembleias políticas com tendências mais ou menos subversivas. Apesar de seu caráter reacionário, o Ministério ia ser forçado a dar-nos a liberdade de culto público, o casamento civil e a secularização de cemitérios. O conjunto dessas medidas patentearia o esgotamento político e moral da Igreja oficial, e faria surgir o problema de sua separação do estado. Por outro lado, a liberdade do ensino não tardaria a impor a extinção dos privilégios acadêmicos, de fato eliminados pelos costumes populares. Quanto à descentralização administrativa, era ela inadiável. A agitação republicana e indisciplina incorrigível da força pública, dados os manejos da política imperial, manteriam o

governo do ex-monarca em contínuo sobressalto, e o forçariam a proclamar a República, servindo-se talvez desse mesmo Parlamento que fora eleito para esmagá-la. Já a Abolição fôra feita por uma Câmara escravista. Essa evolução consumiria por ventura alguns anos; mas era inevitável, fossem quais fossem as tortuosidades retrógradas da ditadura monárquica.

Para acelerar semelhante desfecho bastava que a influência social e moral do Apostolado Positivista crescesse. Ora, todos podem calcular o grau de prestígio a que não teríamos atingido se Benjamim Constant em vez de operar o movimento de II de Frederico (15 de novembro) viesse trazer-nos o apoio decidido de todos os que entusiasticamente o seguiam. Em vez de uma admirável revolução militar ter-se-ia operado uma surpreendente evolução pacífica, pela transformação voluntária da ditadura imperial em ditadura republicana, sob a pressão de uma forte opinião pública.

No dia seguinte não estaríamos a braços com a as exigências de um Exército revoltado, e nem o governo assaltado com o receio de subversões na ordem pública. Aceitando um programa de reformas orgânicas elaborado pelo maior pensador da humanidade, o governo chamaria a si o proletariado mediante medidas que tendessem a incorporar na sociedade diretamente os que se acham ao serviço do estado, e indiretamente a messe geral. A agitação militar perdendo todos os pretextos honrosos não contaria com a simpatias revolucionárias, uq e de fato constituíam a sua força; e seria fácil a transformação do Exército em simples música cívica.

Nós, pois não poderíamos de modo algum contribuir para uma insurreição que, no máximo, só era capaz de dar-nos os frutos da pacífica evolução que acabamos de descrever, e que seria inevitavelmente acompanhada, como tem sido, de graves inconvenientes. Se os chefes do movimento nos tivessem vindo falar a tempo, lhes teríamos repetido o que dissemos ao campeão imperialista do abolicionismo no nosso opúsculo *A propósito da agitação republicana*:

"V. Ex^a, a nosso ver, como *todos os patriotas, não tem outra conduta a adotar senão a que seguimos*. Para nós o problema social consiste numa geração profunda das opiniões e dos costumes; e antes dessa regeneração só se poderá estabelecer um *governo provisório*. As condições

desse governo acham-se mencionadas em um opúsculo sobre a *ditadura republicana* escrito pelo nosso eminente confrade Jorge Lagarrigue..."

Mas se o Governo era surdo aos nossos patrióticos avisos, não maior atenção nos pesavam os chefes republicanos. Entre estes, os patriotas se deixavam seduzir pela quimérica esperança de produtos remédios para os males que afligiam a nossa sociedade. Os outros coibavam o poder para a satisfação de suas ambições pessoais. Era, portanto, inevitável a luta. Nós a prevíamos, como o evidenciam os textos que transcrevemos; mas o nosso posto não era ao lado de nenhum dos combatentes: era em meio deles procurando chamá-los ao cumprimento de seus deveres, com os débeis recursos de que dispúnhamos. Foi o que inabalavelmente fizemos.

* * *

Dada, porém, a explosão militar a nossa situação mudava. Não tínhamos que discutir mais a origem da tempestade revolucionária em que a contragosto nos achávamos engolfados. Só nos corria o dever de encarar o passado e o futuro com a tranqüilidade compatível com as angústias patrióticas de um presente ameaçador, e haurir nessa contemplação suprema, segundo os ensinamentos de nosso Mestre, os conselhos que pudessem moderar ou utilizar a trena crise. Os nossos votos não podiam ser então pelo triunfo sinistramente ominoso de um governo que tramava a ruína da nação e cuja persistência seria apenas o preâmbulo de sanguinolentas lutas. As nossas aspirações haviam forçosamente de concentrar-se na vitória daqueles que então representavam as mais enérgicas tradições pátrias e os mais sagrados interesses do porvir. E uma vez coroadas essas aspirações pelo sucesso, e pelo modo mais glorioso de que jamais a história deu o exemplo, só nos cumpria prestar ao governo que surgira o nosso decidido e desinteressado apoio, procurando determiná-lo a adotar a norma de conduta que para o presente assinala a política científica. O tempo que tem decorrido depois dessa memorável data, se tem servido para atestar a perfeita coerência de mais de dez, anos de apostolado, tem especialmente realçado a firmeza com que havemos cumprido tão melindroso programa.

Se tal conduta era a única que se oferecia aos discípulos fiéis de Augusto Comte, àqueles que desde 93 (1881) envidam todos os esforços para convencer aos seus concidadãos da necessidade de subordi-

nar a questão política ao problema religioso, mais devia impor-se ela ao conjunto dos outros patriotas brasileiros à vista da ausência de verdadeiras condições monárquicas entre nós. Os cidadãos, sobretudo, que por qualquer título estivessem ligados aos fautores da insurreição, tinham estrito dever de prestar-lhes inteiro apoio, esquecendo-se dos dissentimentos secundários para só lembrarem-se do objetivo principal, que era a salvação da pátria. Os mais vitais interesses da sociedade, como o sincero zelo pela glória que haviam tomado a si uma iniciativa tão perigosa, não consentiam naquela solene quadra o menor retraimento para entregar-se a divagações críticas sugeridas pelo orgulho ou a vaidade, quando era indispensável determinar os chefes da revolta a agirem ou impedir que eles atuassem retrógrada e anarquicamente. A exortação religiosa, a intervenção cívica, a solicitude doméstica, a influência da amizade, tudo devia convergir para amparar homens que se tornavam alvo das mais ousadas esperanças, do mais confiante entusiasmo, mas também das mais acerbas censuras.

* * *

Pondo-se à testa do movimento insurrecional Benjamin Constante praticou um rasgo de corajoso civismo, porque não possuía as nossas convicções. A sua vida não lhe permitiria assimilar a Religião da Humanidade, pelas circunstâncias que expusemos. Não podia depositar em nós a indispensável confiança para seguir os nossos conselhos. Nem conhecia a situação do país para olhar para o nosso futuro com a segurança com que nós o encarávamos. Ele só via o presente convulsionado e a pátria solicitada em direções encontradas, pelas forças progressistas e retrógradas peculiares à revolução moderna. Na suprema direção se lhe antolhavam um Governo que na sua frase, *pretendia fazer do cadáver moral da nação o pedestal de sua triste glória*. Em torno de si via a sedição militar degradando a classe a que se ufanava de pertencer, tornando aqueles que deviam ser as sentinelas da dignidade pátria em ignóbeis executores de mesquinhas paixões.

Diante desse quadro os seus sentimentos mais nobres se sublevaram. Esqueceu-se dos seus; evocou as sombras dos grandes libertadores do Ocidente, os vultos venerandos de Cromwell, Danton, Washington, Bolívar...; mediu as suas forças; sentiu pesar sobre os seus ombros uma responsabilidade tremenda. O insuficiente conhecimento do positivismo

não permitiu-lhe ver a diferença entre o passado e o presente; entre as épocas em que os Cromwell, Danton, Washington, Bolívar, Toussaint... só podiam inspirar-se nos seus sentimentos, e hoje que o seu egrégio Mestre fundara a política científica. Pelo contrário, no seu entender era preciso acelerar a regeneração varrendo do solo nacional as instituições que serviam de tropeço à inauguração de um governo positivo. As suas apreensões patrióticas sobre o desfecho da luta, as angústias que o assaltavam ao pensar nos horrores da guerra fratricida, se lhe afiguravam porventura assomos de pusilanimidade. Cerrou pois a alma a todos os arrependimentos; encarou a redenção da pátria e a glória por vir da humanidade. Engolfou-se inteiro na contemplação dessa visão encantadora que arrancara a Condorcet, em meio das apreensões de uma sentença de morte, estas comoventes palavras:

"E quanto esse quadro da espécie humana libertada de todas as suas cadeias, subtraída ao império do acaso, como ao dos inimigos dos seus progressos, e caminhando com passo firme na senda da verdade, da virtude e da felicidade, apresenta ao filósofo um espetáculo que o consola dos erros, dos crimes, das injustiças que ainda mancham a Terra e das quais é muitas vezes vítimas? É na contemplação desse quadro que ele recebe o prêmio de seus esforços em prol do progresso da razão em defesa da liberdade. Ele ousa então ligá-los à eterna cadeia dos destinos humanos; e aí que acha a verdadeira recompensa da virtude, o prazer de ter feito um bem duradouro, que a fatalidade não destruirá mais por uma compensação funesta, determinando a volta dos preconceitos e da escravidão. Esta contemplação é para ele um asilo onde a lembrança dos seus perseguidores não pode segui-lo; onde, vivendo pelo pensamento com o homem restabelecido nos direitos como na dignidade de sua natureza, esquece aquele que se deixa atormentar pela avidez, o temos ou a inveja; e lá que ele existe verdadeiramente com os seus semelhantes, em um Eliseu que sua razão criou para si, que seu amor pela humanidade embeleza com os puros gozos".¹

Benjamim Constant sentiu todas as fascinações dessa recompensa imortal e foi *cumprir o seu dever*, caminhando sem vacilar para o triunfo ou o martírio, conforme ou dispusesse a Fatalidade; e encontrou

(1) *Esboço de um Quadro Histórico dos Progressos do Espírito Humano.*

a ambos no mesmo dia. A sua abnegação pelo mando lhe fizera conceber o plano de eliminar a Monarquia e entregar o governo àqueles a quem supunha animados de sinceros preocupações patrióticas e mais aptos para o trato dos negócios públicos. Recusou o supremo comando que lhe era oferecido com instância. Teve, porém, de resignar-se a assumir um posto no qual sentia-se deslocado, e onde o seu nobre civismo lhe impôs as mais cruéis decepções.

* * *

O dia II de Frederico (15 de novembro) foi passado em uma ansiedade patriótica indescritível. Os nossos amigos filiados ao partido asseguravam-nos que a República havia sido proclamada e salva até pela artilharia no campo da revolta. Mas os fautores do movimento não faziam aparecer nenhum manifesto expondo os seus intuitos. Esperamos até à noite. Passavam de 10 horas quando o nosso amigo Aníbal Falcão, que ficara de comunicar-nos o que se decidisse, veio anunciar-nos o êxito da manifestação que ele promovera na Câmara Municipal com o concurso do Vereador José do Patrocínio. Nada havia de definitivo. O nosso receio era que se tentasse restaurar uma autoridade a que a rebelião triunfante acabava de tirar o insignificante prestígio que ainda tinha na véspera. A primeira condição de um governo é ter forças; e o Império, há muito sitiado pelos militares, acabava de ser completamente desautorado por ele. No dia seguinte pela manhã vimos que força felizmente conjurado o perigo: estava fundada a República Federativa Brasileira.

Resolvêramos no dia II de Frederico (15 de novembro) dirigir uma mensagem ao governo revolucionário, e assentamos em transmiti-la ao chefe do mesmo governo por intermédio do Benjamin Constant, a fim de patentear que todas as nossas divergências desapareciam diante dos interesses da Pátria e da Humanidade. Esperávamos apenas pelo manifesto da insurreição. Estávamos nestas disposições quando fomos procurados pelo nosso amigo, Dr. José E. Teixeira de Sousa, que nos disse estar Benjamin Constant desejoso por saber da nossa opinião sobre os acontecimentos que se acabavam de dar. Regozijando-nos com essa coincidência de nossas disposições com as do glorioso Fundador da República. À vista da proclamação do Governo Provisório, emprazamos para o dia seguinte, que era domingo católico, a

entrega solene de nossa mensagem. Nesse ínterim o Governo Provisório providenciava com uma generosidade cavalheiresca acerca da retirada da ex-família imperial. Saíra ela barra fora² quando, à hora habitual da nossa conferência, fizemos a leitura da mensagem aos cidadãos que tinham vindo assistir à nossa prédica, e os convidamos a acompanhar-nos ao Quartel-General, onde devia fazer-se a entrega do aludido documento. Para aí dirigirmo-nos com o nosso estandarte e seguidos por um considerável número de cidadãos simpáticos à nossa causa.

Benjamim Constant recebeu-nos com a mais tocante efusão. Ao saber que o Apostolado Positivista queria falar-lhe, encaminhou-se para a sala, procurando-nos entre a multidão com olhares ansiosos: e a sua fisionomia irradiou-se quando avistou o estandarte regenerador. Narrou-nos quantos fizera pela pátria e a humanidade; pintou-se nos comovidíssimos os esforços que teve de exercer sobre si para resignar-se a expor a sorte de sua família aos azares de uma revolução. Chegara a pedir aos seus que não lhe maldissem a memória. Aludiu com extrema gratidão aos compromissos de completo devotamento de seus discípulos e camaradas, documentos que conservava como preciosas relíquias para legar à sua família. Resolvera-se a tentar semelhante golpes porque não via outro meio de salvar o Brasil da degradação moral a que o votara o Governo imperial. Descreveu-nos a sua digna atitude ante o último ministro Monarquia, a quem exprobo de não hesitar em fazer do *cadáver*

(2) A História Pátria deve registrar o seguinte episódio:

No momento em que o Tenente-Coronel Mallet esforçava-se por convencer ao ex-Monarca que devia embarcar, apresentou-se ao ex-Barão de Jaceguai, travando-se entre ele e o Imperador deposto o seguinte diálogo:

"Não vou, dizia este (o ex-Monarca). Não sou nenhum fugido; retirar-me-ei do Brasil, porém de dia.

V. M., disse o barão: o embarque de dia daria azo a manifestações...

E são muito naturais, porque o povo gosta de mim.

De certo, mas ao Governo incumbiria o dever de reprimi-las. V. M. embarcava do mesmo modo; correria sangue; poderia morrer alguém da família imperial.

O Sr. convenceu-me, – foi a resposta do Sr. D. Pedro II. E continuou:

Reinei cinquenta anos e consumi-os em carregar maus Governos. Já estou cansado. Tudo isto foi uma surpresa para mim. Não sabia de nada. Vou-me embora de noite como se fugisse. Tudo isso porque essa gente perdeu a cabeça. Só eu conservo boa a minha cabeça branca. E quero que se saiba disto que estou lhe dizendo".

moral de um povo inteiro o pedestal de sua glória. E interrompendo-lhe o ministro que um dia lhe faria justiça, -- *estou lhe fazendo agora,* respondeu Benjamim Constant, *e mais severa ainda há de lhe fazer a História.* Disse-nos que muitas vezes lamentara, no meio de suas preocupações patrióticas, que as nossas divergências o tivessem privado de nossa colaboração. As lágrimas marejavam-lhe os olhos fatigados pelas longas noites de insônia; e os acentos enérgicos de sua voz eram interrompidos pela emoção que o dominava. Tinha a satisfação de uma consciência que desempenhou um grandioso dever, sem os assomos de um orgulho triunfante. Era verdadeiramente nobre na sua incruenta vitória. Terminando o seu longo discurso, proferido no meio de uma multidão que encheia a sala e o acotovelava, Benjamim Constant declarou que a *República não podia encontrar melhores luzes do que a Religião que se resume na fórmula: – O Amor por princípio, e a Ordem por base: o Progresso por fim; –* nem melhores guias do que nós, a quem se referiu em termos excessivamente elogiosos.

Na nossa mensagem propúnhamos que o Governo Provisório adotasse a divisa *Ordem e Progresso*, conforme as indicações de Augusto Comte, por ser essa divisa o resumo da política republicana. Por último abraçamo-nos com cívico transporte, que bem traduziu a fusão de nossas almas em uma completa reconciliação jurada das aras da pátria que renascia.

Nessa mesma data recebia Benjamim Constant um entusiástico manifesto firmado pelos seus discípulos.

* * *

Dias grandes que foram esses! ... Nem a Abolição provocara tão profundas emoções nas almas patrióticas. O Império acabava de desaparecer sem deixar rancores nem saudades; a preocupação do futuro e o regozijo do presente permitiam apenas deplorar que não houvesse raiado mais cedo a redentora autora!... Nem um pretexto veio perturbar a concórdia republicana. O ex-Barão de Jaceguai dizia-nos alguns dias depois que na sua visita à família imperial presa no Paço da cidade, a simpática e benemérita Princesa D. Isabel se admirava do isolamento em que os deixavam: -- "V. A. engana-se, tornou-lhe aquele cidadão, pensando que no Brasil havia monarquistas; havia pessoas amigas de V. A. e da família imperial; pessoas convencidas de que a Monarquia ainda convinha por muito tempo ao povo brasileiro: mas monarquistas Propriamente, não." -- E essa era a realidade.

A cordial recepção que nos fizera Benjamim Constant encheu-nos de esperanças sobre o novo governo de nossa Pátria; tanto mais quanto entre os ministros figurava Demétrio Ribeiro, um filho de nossa propaganda. contávamos com a ação combinada dele e de Benjamim Constant para obter as reformas liberais, sem as quais a República não passaria de um dístico vão. Alguns moços das escolas militares, com quem nos encontramos desde os primeiros dias da revolução, nos asseguraram que ia-se decretar imediatamente a separação da Igreja do Estado. Tudo nos angurava uma fase realmente progressista para a nossa evolução pátria, e de fecundas reações para o Ocidente. É verdade que nos alarmava a presença dos democratas na constituição do Governo Provisório. Procurávamos, porém, tranquilizar-nos fazendo a hipótese mais simpática a respeito de sua subordinação ao ascendente de Benjamim Constant. O seu prestígio moral e mental era tão grande; os seus sentimentos cívicos tão manifestos, que os militares se ufanavam de tê-lo na sua classe e os paisanos apenas viam nele um cidadão fardado.

Aliás os contatos que nos primeiros dias tivemos com alguns dos membros do Governo Provisório nos induziam a formar deles o mais favorável conceito. Imaginamos que os acontecimentos capitais que se acabaram de dar primeiro a Abolição e depois a República – os tinham feito despir o *homem antigo*. Manifestavam-se me geral desiludidos do regime parlamentar, e propensos para a ditadura republicana; alguns concordavam até na abolição de todos os privilégios acadêmicos. Logo no dia seguinte à Proclamação da República, eram adotados na correspondência oficial, as fórmulas tradicionais da Revolução Francesa e da Insurreição Pernambucana de 29 (1817) partindo a iniciativa da aceitação de tal praxe do antigo chefe do partido democrático.

* * *

Nestas condições, receando que o empirismo democrático fizesse adotar para a bandeira nacional uma imitação da dos Estados unidos da América do Norte, e em obediência às indicações de Augusto Comte, resolvemos apresentar a Benjamim Constant um projeto que ele aceitou sem hesitação. O nosso intuito era evitar que se instituisse um símbolo nacional com o duplo inconveniente de fazer crer em uma filiação que não existe entre os dois povos, e de conduzir a uma imitação servil daquela república. Era preciso que não perdêssemos as nossas

tradições latinas e que o pensamento nacional se fixasse sobre a França como a nação em cujo seio se elaborou a regeneração humana, e de cuja iniciativa depende fatalmente o termo da anarquia moderna. Apresentado ao General Deodoro, disseram-nos na ocasião que ele o achara o melhor dos símbolos propostos.³

Apenas, porém, foi decretada, tornou-se a bandeira republicana alvo de críticas pueris por parte de gente que supõe que um emblema nacional é uma coisa secundária. Semelhantes críticas não teriam todavia, tomado as proporções de uma verdadeira campanha se não fossem as intrigas de alguns jornalistas clericais e "sebastianistas".⁴ Mas os discípulos de Benjamim Constant, que nos tinham vindo felicitar pela adoção da bandeira republicana, prestaram-lhe o mais decidido apoio contra tão indigna cabala. Foi assim que a divisa regeneradora ficou indelevelmente gravada no pavilhão brasileiro como o eterno programa de todos os patriotas, qualquer que seja a sua posição, – governantes ou governados.

(*Benjamim Constant*, 2ª ed., Rio, 1913, págs. 361-377).

(3) Vide os folhetos a *Bandeira Nacional*, *A Questão da Bandeira* e o *Appel Fraternel*. (Nota da 2ª edição de T. Mendes).

(4) Sabemos agora que a bandeira republicana teve também contra si as prevenções democráticas do Sr. Quintino Bocáiuva, então ministro do Exterior.

ANTÔNIO DA SILVA JARDIM (1860-1891). Nasceu em Capivari, Província do Rio de Janeiro, fazendo seus estudos no seminário e no Colégio Silva Pontes, de Niterói. Oriundo de família pobre, lutou com dificuldades. Prosseguiu na sua educação no Mosteiro de S. Bento, matriculando-se na Faculdade de Direito, em 1879. Ainda no último ano, foi nomeado professor da Escola Normal. Iniciou-se na advocacia, participando ativamente da propaganda republicana, onde se destacaria como valoroso e infatigável combatente. Em 1889, realizou peregrinação ao Norte do país, no mesmo navio que o Conde d'Eu, promovendo comícios pela República nas capitais aportadas.

Obras: A gente do Mosteiro, Rio, 1879; O General Osório, S. Paulo, 1879; Idéias de Moço, S. Paulo, 1878; Crítica de escada-abaixo, Porto, 1880; Reforma ao ensino da língua materna, Rio, 1884; A Pátria em perigo (Orleans e Braganças), Tip. da Província, 1888, Segundo opúsculo, 1888; A República no Brasil, Rio 1888; A chegada do Imperador e a partida do Império. Memórias e viagens, Lisboa, 1891.

.....

A monarquia

D

Desde o ano de 1500 até o de 1822 tivemos como monarcas, os Reis de Portugal: de 1822 até hoje os nossos imperadores.

Que fizeram os Reis?

D. Manuel encheu-nos de setenciados e de escravos. No tempo de D. Sebastião, um governador matou quase todos os tamoios, indígenas que se poderiam talvez aproveitar. Filipe II negou um título a um homem que nos traria umas minas com riquezas enormes. Filipe III não quis ajudar a João Vieira, português, a combater os holandeses que tinham-se apossado de parte do Brasil. João V enfiqeceu os que o cercavam com o ouro de Minas, enquanto nós estávamos na miséria. Maria I mandou enforcar Tiradentes por querer a independência do nosso país. D. João VI arruinou o nosso tesouro, e mandou matar os patriotas que em 1817 quiseram de novo nossa independência.

Pedro I foi traidor ao pai, D. João VI, ajudando a independência do Brasil, depois de ter prometido não fazê-la, e foi ingrato para com José Bonifácio que lhe deu o trono. Foi corrupto e déspota. Tanto fez que em 1831 houve uma revolução e teve de ir-se embora.

PEDRO II

O imperador que o Brasil tem hoje não é o que muitas pessoas pensam. Governou muito tempo, quase 50 anos, sem que ninguém o atrapalhasse, e o fato é que nada fez: a nação aí está muito mal.

Podia ter tido muito boas intenções, mas de boas intenções o Inferno está cheio, como diz o diatado, e a verdade é que no fim do seu reinado ninguém está satisfeito com o que ele nos deixa.

O pouco progresso que temos foi realizado por nossas mesmas forças: foi quase porque não podia deixar de ser.

O imperador nunca foi um *sábio*, como disseram alguns; o fato de um ou outro estrangeiro ter dito isso, nada prova: era a delicadeza para com um hóspede importante. Depois nós sabemos como as mais das vezes esses elogios são feitos. Ele não deu prova nenhuma de saber muito; nas conversas ele só é que falava, não se lhe podia fazer perguntas: – dizia o que queria e ninguém o contradizia.

O imperador não escreveu nenhum livro, não fez nenhum discurso importante, nem nenhuma invenção. Às vezes escrevia versos errados. Não reformou nada no Brasil, não meteu-se em empresas, não batalhou em guerras.

Por outro lado, pouco caso fazia das leis, e governava à sua vontade. Quando embirrava com qualquer pessoa, essa podia se julgar no seu país pior que um estrangeiro: nunca seria gente. – Fez com que as repúblicas do Prata, que cercam o Brasil, ficassem tendo ódio de nós, porque o governo andava sempre dizendo que elas eram desordeiras, e as ridicularizava, chamando-as de *republiquetas*. Meteu-nos numa guerra desastrada com o Paraguai, deixou as províncias ficarem pobres, não preparou a abolição da escravidão enganando os lavradores e os abolicionistas, maltratou os amigos, e afinal dizem que perdeu mo juízo.

Entretanto, teve bons auxiliares, mas afastava-os logo, para chamar gente que se sujeitasse a tudo que ele queria. Todos sabem que ele gostava de corromper os homens; é a triste fama que tem.

Pode ser que fosse um bom homem dentro de cada; mas não tinha capacidade política, senão para *tentear* as coisas.

Foi para Europa há dois anos mais ou menos sofrendo de moléstia gave, ficou ruim da cabeça, a princípio muito agitado, e agora consta que está caduco; tanto que quem governa de fato é sua filha.

D. ISABEL

Todos concordam que essa senhora não tem jeito para governar. Já o fato de ser mulher dificulta-lhe muito os negócios. Não tem instrução nenhuma, gosta muito de festas e é muito beata. Não é religiosa, porque a pessoa religiosa é sisuda, e a princesa *festejava* até quando o pai estava muito mal: é somente carola.

Ninguém a quer para imperatriz a não ser um ou outro interesseiro, e isso mesmo por pouco tempo. Não há quem não veja que uma senhora e uma senhora assim, não pode dirigir um país como este, muito grande, e atrapalhado com dificuldades de toda a espécie.

Se D. Isabel fosse imperatriz, quem havia de governar seria o seu marido.

O CONDE D'EU

Mas isso seria uma desgraça. O conde d'Eu é um frances enxotado da França, porque a família a que ele pertence fez muitos males àquele país. Não é uma família real, é família de *usurpadores*, príncipes que andam a tomar o lugar de outros príncipes ou dos cidadãos. Era um tenente quando arranhou esse casamento com a filha do imperador, e então ganhou importância. É um homem feio, surdo, muito atroado, veste-se mal. Fala errado, muito grosseiro, muito carola e muito aristocrata. Às vezes quer se fazer democrata, mas ofende logo às pessoas com quem conversa. É muito sovina; é público que aluga cortiços a gente pobre, e mete-se por trás da cortina em um grande número de negócios que o tem enriquecido. Depois do dinheiro a coisa de que o conde d'Eu gosta mais é da guerra: não para combater, porque não se deixa ferir, mas para subir de posto, e ganhar fama de valente. Se ele governar, teremos guerra logo; no Conselho do Imperador ele votou para que a questão das terras das Missões se decidisse por uma guerra. Os soldados não o apreciam, porque é muito cruel.

Felizmente, no Brasil não há quem goste desse homem, que, sem mais nem menos, quer ser o nosso imperador.

Algumas pessoas, muito poucas, por interesse, por medo sem motivo da República, ou por um resto de amizade à Monarquia, não querendo D. Isabel nem o Conde d'Eu para governar o Brasil, tem pensado que a coroa deve ser dada ao príncipe.

Mas não é razoável sair da lei, deixando de aceitar d. Isabel, para aceitar D. Pedro, príncipe de quem dizem ser boa pessoa, mas que não tem outro direito a ser imperador senão o ser neto e quem é. Com efeito esse moço não deu ainda prova alguma de que poderia governar bem este país, e portanto, mesmo que se quisesse que isto continuasse Monarquia, seria talvez sair do ruim para o pior, e já é tempo de acabar com esas experiências que são perigosas, e seguir o caminho de todos os outros países da América que são república, e vão indo muito bem.

De tudo isto se conclui que uma das razões pelas quais o Brasil não pode ser mais Monarquia e não haver um Príncipe que possa ser Monarca, sofrível ao menos.

(*A República no Brasil*. "Compêndio de teorias e apreciações políticas destinado à propaganda republicana." Rio, 1888).

.....

Última Fala do Trono

(Por ocasião da abertura
da 4ª Sessão da 20ª Legislatura,
em 3 de maio de 1889)

”

A

ugustos e Digníssimos Srs. Representantes da Nação”.

Animam-me esperanças, que a Pátria deposita em seus eleitos, todas as vezes que, a eles reunido, venho abrir os trabalhos legislativos.

As relações do Império com as potências estrangeiras continuam, felizmente, a ser da mais cordial amizade.

A convite das repúblicas Argentina e Oriental do Uruguai, tomou o Brasil parte no Congresso de Estados da América do Sul, que recentemente celebrou suas sessões em Montevideu para formular, sobre matérias do Direito Internacional Privado, diversos ajustes, a respeito dos quais o governo resolverá oportunamente.

O Brasil concluiu com vários Estados duas convenções, já promulgadas para a troca de documentos oficiais e de publicações científicas literárias.

A situação interna é próspera em geral: gozamos de tranquilidade. O espírito de ordem da população brasileira prevaleceu nas poucas ocasiões em que fatos isolados, de pequena gravidade, exigiram os conselhos da prudência ou a intervenção da autoridade pública.

O extraordinário rigor do verão, influido sobre causas mórbidas, que a higiene ainda não removeu, determinou o aparecimento de epidemias nesta cidade, e nas de Santos e Campinas, na Província de S. Paulo.

A prontidão dos socorros e de providências adequadas aetnuou os estragos do mal, que está extinto na capital do Império, e tende a desaparecer nas outras cidades.

Esta calamidade cresceu à seca, que infelizmente ainda aflige algumas províncias no Norte, onde parece inutilizado o trabalho agrícola, pois que deixaram de realizar-se as esperanças renascidas com as primeiras chuvas.

No empenho de debelar as causas evitáveis de enfermidades, e de suavizar os efeitos das condições climáticas das províncias assoladas pela seca, o governo tem tomado providências que o vosso patriotismo e sabedoria completarão.

Entre as exigências da instrução pública, sobressai a criação de escolas técnicas adaptadas às condições e conveniências locais; a de duas Universidades, uma ao Sul e outra ao Norte do Império, para centros de organismos científico e proveitosa emulação, donde partirá o impulso vigoroso e harmônico de que tanto carece o ensino; assim como a de faculdades de Ciências e Letras, que, apropriadas às províncias, se vinculariam ao sistema universitário, assentando tudo livre e firmemente na instrução primária e secundária.

Também vos recomendo a necessidade de atender ao desenvolvimento do culto e ensino religioso, pela criação de um bispado em cada uma das nossas províncias, em geral tão extensas, que não podem estar reunidas em poucas dioceses, sem prejuízo da ação e doutrina pastoral.

Confio que realizarei na presente sessão a reforma da administração local, no sentido de desenvolver praticamente o espírito liberal de nossas instituições.

A administração superior requer a divisão dos Ministérios, de modo que negócios de interesse geral, como os da instrução pública, possam ter mais facilmente administradores de especiais habilitações.

Espero que vos ocupareis não só dos projetos para melhorar a organização judiciária e reprimir a ociosidade, mas também da criação de tribunais correccionais.

Ainda no interesse da administração da justiça, é tempo de satisfazer a uma dupla promessa da Constituição do Império: a criação, nas províncias, de novas relações, necessárias para a comodidade dos povos; e a redação do Código Civil. A primeira idéia facilitará a interposição ou o provimento dos recursos, e os melhoramentos da organização judiciária dependentes deste fato; a segunda é reclamada pelas incertezas e imperfeições do nosso direito privado atual.

As rendas públicas continuaram a crescer o ano passado, Além das previsões do Orçamento, e o mesmo se dá no exercício corrente. O desenvolvimento do comércio e das indústrias vai atraindo capitais estrangeiros, em moeda metálica, que circula com diferença para menos em relação ao papel do estado, agora acima do valo do nosso padrão monetário.

O Tesouro Nacional, livre da avultada dívida flutuante, que veio de anteriores exercícios, tem disposto de meios mais que suficientes para as despesas internas, sem necessidade de recorrer aos expedientes de antecipação de receita, e conserva em Londres grande parte do último empréstimo, para as suas aplicações legais.

Em tais circunstâncias muito se recomendam ao vosso patriotismo instituições de crédito, que prestem recursos á maior atividade industrial, e operem a conversão do nosso meio circulante, colocando-o segura e definitivamente em bases normais.

Em virtude da emancipação civil, que decretastes na sessão transata, vai prosseguindo regularmente a substituição do trabalho, sem os abalos profundos que em toda a parte sucederam a crises desta natureza. A classe agrícola compreendeu que ficara inútil e sem valia uma propriedade, que nem era mais suscetível de posse, e inaugurou resolutamente o novo regime, do qual provirá a regeneração e o aumento das indústrias.

O governo tem auxiliado, com os meios que lhe concedestes, este movimento da transformação econômica e social.

Assim que tem posto o maior empenho em estender a rede de viação férrea, quer autorizando o prolongamento das estradas per-

tencentas ao estado, quer concedendo garantia de juros para as que podem ser construídas, em condições vantajosas, por empresas particulares.

Não têm sido menos solícitos os altos poderes do estado em auxiliar a agricultura e outras indústrias, favorecendo a corrente imigratórias, já avolumada, e em grande parte espontânea, pelos exemplos de prosperidade dos estrangeiros que procuram a nossa pátria. Ascenderam as entradas, o ano passado, ao número de 131.000 imigrantes; as dos últimos meses anunciam resultado maior.

Para fortalecer a imigração e aumentar o trabalho agrícola, importa que seja convertida em lei, como julgar vossa sabedoria, a proposta para o fim de regularizar a propriedade territorial e facilitar a aquisição e cultura das terras devolutas. Nessa ocasião resolvereis sobre a conveniência de conceder ao governo o direito de desapropriar, por utilidade pública, os terrenos marginais das estradas de ferro, que não são aproveitados pelos proprietários e podem servir para núcleos coloniais.

Cumpre-me lembrar-vos a necessidade de adiantar a discussão do Código Penal e do Processo Militar. A sub-rogação, dos antigos regulamentos de guerra por uma lei mais de acordo com a moderna ciência penal, é aspiração constante e justíssima do Exército e da Armada.

Augustos e Digníssimos Srs. Representantes da Nação.

Muito haveis feito pelo progresso e felicidade de nossa Pátria, porém muito resta ainda por fazer em uma Nação nova, de extenso território, cheio de riquezas naturais, e votada pela Providência aos mais esplêndidos destinos. Se é grande o encargo que assumis, não é menor o vosso patriotismo, e o Brasil o recomenda com a mais segura confiança.

Está aberta a sessão."

D. PEDRO II, IMPERADOR CONSTITUCIONAL E DEFENSOR PERPÉTUO DO BRASIL."

HÉLIO VIANA (1908-1972). Nascido em Belo Horizonte, Bacharel em Direito pela Universidade do Rio de Janeiro (1932), Professor catedrático da Faculdade Nacional de Filosofia após concurso, vice-presidente da Comissão de Estudo dos Textos Históricos da História do Brasil (Ministério das Relações Exteriores), tornou-se grande autoridade entre os historiadores nacionais. Foi embaixador extraordinário, em missão especial, representando o Brasil nos funerais da Rainha Elisabeth, dos belgas. Sócio benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, efetivo da Sociedade Capistrano de Abreu, correspondente do Museu Imperial, membro da Academia Portuguesa da História, de Lisboa. Membro do Conselho Federal de Cultura.

Obras: Formação Brasileira, Rio de Janeiro, 1935; Rio de Janeiro seen in a few hours e Rio de Janeiro en pocas horas, guias turísticos, em inglês e espanhol, Rio, 1938; Brasil Social, 1500/1640, Lisboa, 1940; Guia Turístico do Rio de Janeiro, Rio, 1942; Visconde de Sepetiba, Biografia, Petrópolis, 1943; Matias de Albuquerque, Biografia, Rio, 1944; Da Maioridade à Conciliação, 1840-1857; Tese de Concurso, Rio, 1945; Contribuição à História da Imprensa Brasileira, 1812/1869, Rio, 1945; Prêmio José Veríssimo, de Ensaio e Erudição, da Academia Brasileira de Letras; Estudos de História Colonial, São Paulo, 1948; História das Fronteiras do Brasil, Rio, 1948; História da Viação Brasileira, Rio, 1949; Estudos da História Imperial, São Paulo, 1950; História Administrativa e Econômica do Brasil, São Paulo, 1951; Prêmio Silva Marta, da Associação Comercial de Lisboa; seis compêndios de História do Brasil e um de História da América, para ginásios e colégios; Capistrano de Abreu, ensaio bibliográfico, Rio 1955. Premiado no concurso oficial do Centenário de nascimento do historiador. Dentro e Fora do Brasil, viagens, Rio, 1955; História Diplomática do Brasil, Rio e São Paulo, 1958; Letras Imperiais; História literária do Brasil, Rio, 1961; História da República, São Paulo, 1961; D. Pedro I e D. Pedro II; Acréscimos às suas biografias, São Paulo, 1966; D. Pedro I, Jornalista, São Paulo, 1967; Capítulos de História Luso-Brasileira, Lisboa, 1968; Vultos do Império, São Paulo, 1968; São Paulo no Arquivo de Mateus, Rio, 1969; História do Brasil, em dois volumes, São Paulo, 1961/1962. Anotadas por Hélio Viana: A Malagueta, de Luís Augusto May, 1821/1824. Coleção fac-similar de jornais antigos, Introdução, Rio, 1945; História da Independência do Brasil, de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, 3ª edição (e seguintes) revista e anotada, São Paulo, 1957. Livro que dá Razão do Estado do Brasil, 1612, de

Diogo de Campos Moreno, introdução e notas, *Recife, 1958*; Diário de 1862, de D. Pedro II, *prefácio e notas, Petrópolis, 1960*; Aparência do Rio de Janeiro, de *Gastão Cruls, 3ª edição, anotada, Rio, 1965*.

.....

Titulares do Império

... **E**mbora indiretamente, galardoou a Monarquia, com títulos de nobreza, vários de nossos importantes intelectuais, entre eles os Viscondes de Araguaia, Porto Seguro, São Leopoldo e Taunay, os Barões de Guajará, Homem de Melo, 2º de Itamaracá, Loreto, Macaúbas, Paranapiacaba (que Olavo Bilac, seu oponente em poesia, dizia de *Nunca Mais se Acaba*), Ramiz, Rio Branco, Santo Ângelo e Vila da Barra.

Fundada, entre nós, a Academia Brasileira de Letras, em 1897, a ela pertenceram os titulares do Império Visconde de Taunay, Barões Homem de Melo, de Jaceguai, Loreto, Ramiz e Rio Branco, os Conselheiros João Manuel Pereira da Silva, Lafaiete Rodrigues Pereira e Rui Barbosa.

Não quis, porém, acolher os seus membros o exilado Príncipe Imperial do Brasil, D. Luís de Orléans e Bragança, neto do Imperador e distinto escritor, vencido no pleito de admissão por um poeta hoje esquecido.

O último acadêmico portador de título do Império foi o Barão de Ramiz, que tendo sido preterido por um ministro não-escritor, em 1912, somente em 1928 consentiu em candidatar-se novamente, vindo a pertencer ao sodalício até seu falecimento, em 1938. Também

no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi o último titular do Império.

À vista do exposto, depois de vários capítulos escritos à margem da resenha dos *Titulares do Império*, do Sr. Carlos G. Rheingantz, podemos concluir que, com o excelente material humano de que dispôs, de que são exemplos os componentes de sua nobreza, pôde a nossa Monarquia cumprir a sua gloriosa finalidade de manter a unidade do Brasil, engrandecendo-o durante quase todo o século XIX, de acordo com as diretrizes e os princípios da civilização ocidental.

Em próximo capítulo veremos os titulares que do Império passaram à República, participando de sua vida política e social.

TITULARES DO IMPÉRIO NO GOVERNO PROVISÓRIO DA REPÚBLICA

A principal figura do primeiro Governo Provisório da nova República dos Estados Unidos do Brasil foi, na unânime opinião dos historiadores, um membro honorário do Conselho de Sua Majestade o Imperador D. Pedro II, o ministro da Fazenda e vice-chefe do mesmo governo, o notável advogado, veemente jornalista e ex-deputado pelo Partido Liberal – Rui Barbosa. Não era, de acordo com suas reiteradas declarações, um republicano dos desde logo denominados "históricos". Mas havia de tal modo combatido, no *Diário de Notícias*, os dois últimos ministérios da Monarquia, o conservador presidido pelo Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, e o liberal, do Visconde de Ouro Preto, que sua inclusão no primeiro governo do novo regime logo se impôs aos poucos conspiradores civis e militares que, com pequena antecedência, haviam preparado o golpe contra as instituições vigentes, ocorrido a 15 de novembro de 1889.

Como José Bonifácio em 1822, foi Rui Barbosa o principal legislador de 1890. A sua vontade forte, ao calor de seus argumentos cedia de bom grado o medíocre chefe nominal do governo, Marechal Manuel Deodoro da Fonseca. E sem a plenitude de sua aceitação eram forçados a fazer o mesmo os demais membros do verdadeiro colegiado que então dirigia o país.

Como Antônio Carlos em 1823, também ao ilustrado baiano coube rever e preparar o projeto de Constituição presidencialista que tanto seria aproveitado na Carta de 24 de fevereiro de 1891.

A falta de homogeneidade do conjunto e a ausência de qualidades políticas no Marechal Deodoro levaram o Governo Provisório a refundir-se no início de 1891, deixando-o os ministros que com poucas modificações o compunham desde o primeiro momento, inclusive o Conselheiro Rui Barbosa.

Mais uma vez, recorreu-se a experimentado político do Império, um membro da nobreza titular, o Barão de Lucena. Como se ainda estivéssemos no regime parlamentarista, a este íntimo amigo incumbiu Deodoro da organização de todo o Ministério. Conseqüentemente, só por exceção nele figuraram republicanos históricos, a maior parte sendo de adesistas da nova situação.

Difícilmente eleito o marechal para a primeira presidência da República pelo Congresso Constituinte, imediatamente o aconselhou Lucena a que o dissolvesse, por terem seus membros prorrogado os próprios mandatos. Não o conseguindo, então, agravou-se nos meses seguintes o dissídio entre os Poderes Executivo e Legislativo, até que, já sem o conselho do barão, dissolveu-o Deodoro pelo golpe de estado de 3 de novembro de 1891.

Interinamente, na ausência de Quintino Bocaiúva, respondeu pelo Ministério das Relações Exteriores o dedicado e competente diretor-geral de sua secretaria, 2º Visconde de Cabo Frio. Conta-se que, aparecendo uma ordem proibindo a continuação do uso de títulos nobiliárquicos, quando, com cuidado, para não magoá-lo, lhe comunicou o ministro a que, como a tantos outros, eficientemente assessorava, apenas com bonomia respondeu o Visconde:

– "Vai ser muito difícil, para mim, aprender a assinar novamente Joaquim Tomás do Amaral..."

NO PRIMEIRO CONGRESSO
DA REPÚBLICA

Poucos foram os políticos remanescentes do Império que, vendendo o férreo Regulamento Alvim, quiseram e conseguiram elege-se para o primeiro Congresso Constituinte da República, de 1890/1891.

Apenas um ex-presidente do Conselho de Ministros da Monarquia dele por pouco tempo participou, como do início da primeira e interrompida legislatura: o Conselheiro José Antônio Saraiva, senador pela Bahia. Cedo compreendeu, porém, que ali não era o seu lugar e renunciou ao mandato, em má hora aceito.

Ex-ministro e senador do Império, também para a primeira Constituinte republicana foi eleito o Conselheiro Antônio Prado, de São Paulo. Como também aconteceu ao ex-ministro e Deputado Conselheiro Francisco de Assis da Rosa e Silva, de Pernambuco.

Um conde comerciante e financista, o de Figueiredo, famoso banqueiro do encilhamento, elegeu-se deputado pelo novo Distrito Federal, mas no Congresso, como quase sempre fazem os homens de negócios, improvisados em legisladores, permaneceu fiel à sua divisa, *Agere, non loqui*. O mesmo aconteceu ao seu antecessor como mentor de Ministro da Fazenda, este do Visconde de Ouro Preto, aquele de Rui Barbosa – o Conselheiro Francisco de Paula Mairinque, igualmente deputado pelo ex-Município Neutro.

Dois barões do Império e um de Portugal participaram da primeira Constituinte da República. Aqueles, o baiano Barão de Vila Viçosa e o mineiro de Santa Helena, senador no regime anterior. Também constituinte pela Bahia foi o titular português, Barão de São Marcos, oficial de Marinha. Um visconde, o de Arantes, representou Minas Gerais na primeira legislatura, em 1892/1893.

NO TEMPO DE FLORIANO

Do governo do Vice-Presidente da República Marechal Floriano Peixoto, que contra a letra expressa da Constituição permanece no poder quase três anos, participaram alguns remanescentes da Monarquia: como transitórios ministros os Conselheiros Francisco de Paula Rodrigues Alves, na pasta da Fazenda, Carlos de Carvalho, na das Relações Exteriores. O título de Conselho, daquele, provinha de ter presidido a Província de São Paulo.

A Floriano se deve a nomeação do Barão do Rio Branco para defender os direitos do Brasil na questão de limites com a República da Argentina, em substituição ao falecido diplomata Barão de Aguiar d'Andrada. Conta-se que, tendo saído a já citada ordem proibindo o uso de títulos nobiliárquicos, àquele marechal dirigiu-se o ex-cônsul-geral em Liver-

pool, consultando-o a respeito e contando-lhe que, em homenagem ao pai Visconde, ao sobrenome Silva Paranhos apenas acrescentava as palavras Rio Branco. Respondeu Floriano sem tocar no assunto, começando a carta por afetuoso "Meu caro Juca", mas, tendo colocado no sobrescrito "Exmo, Sr. Barão do Rio Branco", compreendeu este que a referida ordem era, como tantas outras, para não ser cumprida...

Fora do caso do futuro chanceler não foi propícia aos titulares do Império a verdadeira ditadura da chamada sentinela da República. Se contra ele se rebelou, nas hostes federalistas do Rio Grande do Sul, o Barão de Itaqui, o famoso Joca Tavares, que com o novo regime abandonara o título, na cruel repressão oficial contra essa revolta, aliada à da Esquadra, foram irregularmente fuzilados, em Santa Catarina o veterano Marechal Barão de Batovi, e no Paraná, com requintes de perversidade, no célebre quilômetro 65 da estrada de ferro de Paranaguá a Curitiba, o Barão do Serro Azul. Da revolta da Armada foi um dos chefes o fidalgo monarquista Contra-Almirante Luís Filipe de Saldanha da Gama, descendente dos portugueses Condes da Ponte, morto em 1895, já no governo de Prudente da Moraes, no combate do Campo dos Osórios, junto à fronteira com o Uruguai.

DOS "REPUBLICANOS HISTÓRICOS"
AOS PRESIDENTES-CONSELHEIROS

Os governos dos "republicanos históricos" Prudente de Moraes e Campos Sales não contariam com muitos conselheiros do Império em postos oficiais. Como ministros, além de novamente Rodrigues Alves e Carlos de Carvalho, nas citadas pastas, Antônio Gonçalves Ferreira, na da Justiça.

O primeiro ex-ministro da Monarquia a exercer o posto máximo na República foi o Conselheiro Rosa e Silva. Vice-Presidente com Campos Sales, que substituiu quando de sua viagem à Argentina, em 1900. Também um fidalgo de sangue, D. Carlos Baltasar da Silveira, no mesmo governo por algum tempo ocupou a pasta da Marinha. Outro almirante, o Barão do Ladário, único ministro ferido por ocasião da Proclamação da República, dela foi senador, pelo Amazonas.

No exterior, nesses dois quadriênios, conseguiu o Barão do Rio Branco duas assinaladas vitórias nas questões de limites com a Argentina, em 1895, com a Guiana Francesa, em 1900.

Inaugurando-se as presidências dos Conselheiros Rodrigues Alves e Afonso Pena, este três vezes ministro, na Monarquia, em 1902 assumiu Rio Branco a pasta das Relações Exteriores, em que se manteve nos governos seguintes, de Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca, até sua morte, em 1912, caso único no Brasil. Em seu exercício prestou os assinalados serviços que todos conhecem, inclusive resolvendo, com a Bolívia e o Peru, a difícilíssima questão do Acre. A popularidade de que então gozou pode ser aquilatada com a lembrança de ter sido por essa época por todos chamado simplesmente o Barão, sendo o seu nome cogitado para a própria Presidência da República.

Outros titulares do Império fizeram parte do Congresso Nacional. Assim no Senado, como representante de Alagoas o Barão de Traipu; do Estado do Rio o médico Barão de Miracema; do Amazonas o almirante e ex-diplomata Barão de Tefé, sogro do Presidente Marechal Hermes. Dentre os conselheiros, foi senador do Império e da República, pela Província do Espírito Santo e pelo Estado de Minas, Cristiano Benedito Otôni⁴¹³.

Passados os três primeiros decênios da República, desapareceram de sua política os remanescentes do Império. O último a fazer parte do Congresso terá sido o Conselheiro Gonçalves Ferreira, de Pernambuco. Mas o derradeiro a ativamente participar da política republicana terá sido o ex-ministro e senador Conselheiro Antônio Prado, fundador do Partido Democrático, em São Paulo. A morte fez sua colheita e a novas gerações competiu levar ao fim a fase do regime terminada com a revolução de 1930⁴¹⁴.

(*Vultos do Império*, Coleção Brasileira, São Paulo, 1968, págs. 224-229).

(413) No levantamento dos Titulares e Conselheiros do Império que ocuparam cargos administrativos e legislativos na República, servimo-nos, principalmente, das úteis biografias contidas na obra de Dunschee de Abranches, *Governos e Congressos da República*, 1889 a 1917, Rio, 1918, 2 vols., *passim*.

(414) Foi este trabalho primeiramente publicado em seis folhetins do *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, 9 e 16 de junho, 21 e 28 de julho, 4 e 11 de agosto de 1961.

.....
Manifesto Republicano de 1870

É

AOS NOSSOS CONCIDADÃOS

a voz de um partido a que se alça hoje para falar ao país. E esse partido não carece demonstrar a sua legitimidade. Desde que a reforma, alteração, ou revogação da Carta outorgada em 1824, está por ela mesma prevista e autorizada, é legítima a aspiração que hoje se manifesta para buscar em melhor origem o fundamento dos inauferíveis direitos da nação.

Só à opinião nacional cumpre acolher ou repudiar essa aspiração. Não reconhecendo nós outra soberania mais de que a soberania do povo, para ela apelamos. Nenhum outro tribunal pode julgar-nos: nenhuma outra autoridade pode interpor-se entre ela e nós.

Como homens livres e essencialmente subordinados aos interesses da nossa pátria, não é nossa intenção convulsionar a sociedade em que vivemos. Nosso intuito é esclarecê-la.

Em um regime de compressão e de violência, conspirar seria o nosso direito. Mas, no regime das ficções e da corrupção em que vivemos, discutir é o nosso dever.

As armas da discussão, os instrumentos pacíficos da liberdade, a revolução moral, os amplos meios do direito, posto ao serviço de uma convicção sincera, no nosso entender, para a vitória da nossa causa, que é a causa do progresso e da grandeza da nossa pátria.

A bandeira da democracia, que abriga todos os direitos, não repele, por erros ou convicções passadas, as adesões sinceras que se lhe manifestem. A nossa obra é uma de patriotismo e não de exclusivismo, e, aceitando a participação de todo o concurso leal, repudiamos a solidariedade de todos os interesses ilegítimos.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Uma longa e dolorosa experiência há doutrinado ao povo, aos partidos e aos homens públicos em geral da nossa terra.

A imprevidência, as contradições, os erros e as usurpações governamentais, influido sobre os negócios internos e externos da nossa pátria, hão criado esta situação deplorável, em que as inteligências e os caracteres políticos parecem fatalmente obliterados por um funesto eclipse.

De todos os ângulos do país surgem as queixas, de todos os lados políticos surgem os protestos e as revelações estranhas que denunciam a existência de um vício grave, o qual põe em risco a sorte da liberdade pela completa anulação do elemento democrático.

O perigo está indicado e é manifesto. Sente-se a ação do mal e todos apontam a origem dele. E quando maior seja o empenho dos que buscam ocultar a causa na sombra de uma prerrogativa privilegiada e quase divina, tanto maior deve ser o nosso esforço para espancar essa sombra e fazer a luz sobre o mistério que nos rodeia.

As condições da luta política hão variado completamente de certo tempo a esta parte. Já não são mais os partidos regulares que pleiteiam, no terreno constitucional, as suas idéias e os seus sistemas. São todos os partidos que se sentem anulados, reduzidos à impotência e expostos ao desdém da opinião pela influência permanente de um princípio corruptor e hostil à liberdade e ao progresso de nossa pátria.

Os agentes reconhecidos pela lei fogem à censura pela alegação da força superior que os avassala. A seu turno, o elemento acusado retrai-se à sombra da responsabilidade dos agentes legais.

Em tais condições, e abandonando a questão dos nomes próprios, que é mesquinha ante a grandeza do mal que nos assoberba e ante a idéia que nos domina, apresentamo-nos nós, responsabilizando

diretamente a nossa forma de governo, ao nosso modo de administração, ao nosso sistema social e político.

Neste país, que se presume constitucional, e onde só deveriam ter ação poderes delegados, responsáveis, acontece, por defeito do sistema, que só há um poder ativo, onímodo, onipotente, perpétuo, superior à lei e à opinião e esse é justamente o poder sagrado inviolável e irresponsável.

O privilégio, em todas as suas relações com a sociedade – tal é, em síntese, a fórmula social e política do nosso país –, privilégio de religião, privilégio de raça, privilégio de sabedoria, privilégio de posição, isto é, todas as distinções arbitrárias e odiosas que criam no seio da sociedade civil e política a monstruosa superioridade de um sobre todos ou de alguns sobre muitos.

A esse desequilíbrio de forças, a essa pressão atrofiadora, deve o nosso país a sua decadência moral, a sua desorganização administrativa e as perturbações econômicas, que ameaçam devorar o futuro depois de haverem arruinado o presente.

A sociedade brasileira, após meio século de existência como coletividade nacional independente, encontra-se hoje, apesar disso, em face do problema da sua organização política, como se agora surgisse do caos colonial.

As tradições do velho regime, aliadas aos funestos preconceitos de uma escola política meticulosa e suspicaz, que só vê nas conquistas morais do progresso e da liberdade invasões perigosas, para quem cada vitória dos princípios democráticos se afigura uma usurpação criminosa, há por tal forma trabalhado o espírito nacional, confundido todas as noções do direito moderno, anarquizado todos os princípios tutelares da ordem social, transformado todas as consciências, corrompido todos os instrumentos de governo, sofismado todas as garantias da liberdade civil e política, que no momento atual têm de ser forçosamente ou a aurora da regeneração nacional ou o acaso fatal das liberdades públicas.

PROCESSO HISTÓRICO

Para bem apreciar as causas que têm concorrido para o relaxamento moral que se observa, e conhecer-se até que ponto a idéia do

direito foi desnaturada e pervertida, é necessário remontar à origem histórica da fundação do Império.

Iniciado o pensamento da emancipação do Brasil, o despotismo colonial procurou desde logo surpreender, em uma emboscada política, a revolução que surgia no horizonte da opinião. Disfarçar a forma, mantendo a realidade do sistema que se procurava abolir, tal foi o intuito da monarquia portuguesa. Para isso bastou-lhe uma ficção – substituir a pessoa, mantendo a mesma autoridade a quem faltava a legitimidade e o direito.

Nos espíritos a Independência estava feita pela influência das idéias revolucionárias do tempo e pela tradição ensangüentada dos primeiros mártires brasileiros. Nos interesses e nas relações econômicas, na legislação e na administração, estava ela também feita pela influência dos acontecimentos que forçaram a abertura dos nossos portos ao comércio dos pavilhões estrangeiros e a desligação dos funcionários aqui estabelecidos.

A democracia pura, que procurava estabelecer-se em toda a plenitude de seus princípios, em toda a santidade de suas doutrinas, sentiu-se atraída pelo consórcio falaz da realeza aventureira. Se ela triunfasse, como devera ter acontecido, resguardando ao mesmo tempo as garantias do presente e as aspirações do futuro, ficaria quebrada a perpetuidade da herança que o Rei de Portugal queria garantir à sua dinastia.

Entre a sorte do povo e a sorte da família, foram os interesses dinásticos os que sobrepujaram os interesses do Brasil. O rei de Portugal, arreando-se da soberania democrática, qualificando-a de invasora e aventureira, deu-se pressa em lecionar o filho na teoria da traição.

O voto do povo foi dispensado. A forma da aclamação fictícia à sanção da soberania nacional, e a graça de Deus, impiamente aliada à vontade astuciosa do rei, impôs com o Império o imperador que o devia substituir.

O artifício era grosseiro. Cumprira disfarçá-lo. A *unânime aclamação dos povos* carecia da corroboração nacional: a voz de uma Constituinte era reclamada pela opinião. A realeza improvisada sentia a necessidade de legitimar a sua usurpação. A Constituinte foi convocada.

A missão dessa primeira Assembléa Nacional era árdua e solene. Assomando no horizonte político, tinha mais que uma nação para constituir, tinha um réu para julgar. A luta pronunciou-se, porque era inevitável. O intuito da realza sentiu-se burlado: o que ela pretendia era um ato de subserviência. A atitude da Assembléa foi para ela uma surpresa.

Preexistindo à opinião e havendo-se constituído sem dependência do voto popular, não lhe convinha mais do que a muda sanção da sua usurpação, e nunca a livre manifestação da vontade do país.

A Constituinte foi dissolvida à mão armada, os representantes do povo dispersos, proscritos e encarcerados.

A espada vitoriosa da tirania cortou assim violentamente o único laço que a podia prender à existência nacional e envenenou a única fonte que lhe podia prestar o batismo da legitimidade.

À consciência dos réprobos chega também a iluminação do remorso; o próprio receio, se nem sempre traz o arrependimento, presta ao menos a intuição do perigo. Cumpre iludir a opinião, indignada e dolorosamente surpreendida. As idéias democráticas tinham já então bastante força para que fossem desdenhosamente preteridas. A dissimulação podia, até certo ponto, suavizar a rudeza do golpe. A força armada, já destra nas manobras do despotismo, tranqüiliza o ânimo do monarca quanto à veemência das paixões que pudessem prorromper. A carta constitucional foi outorgada. E para que ainda um simulacro de opinião lhe emprestasse a força moral de que precisa, foram os agentes do despotismo os próprios encarregados de impô-la à soberania nacional, sob a forma do juramento político.

Tal é a lei que se diz fundamental. Com ela firmou-se o Império. Mescla informe de princípios heterogêneos e de poderes que todos se anulam diante da única vontade que sobre todos impera, é ela a base da Monarquia temperada que, pela graça de Deus, nos coube em sorte.

Há 48 anos que o grande crime foi cometido; e dessa data em diante, de que se pode contar a hégira da liberdade entre nós, começou também esse trabalho longo e doloroso que tem exaurido as forças nacionais no empenho infrutuoso de conciliar os elementos con-

traditórios e inconciliáveis sobre que repousa toda a nossa organização artificial.

A revolução de 7 de abril, que pôs termo ao primeiro reinado, pela nobreza de seus intuitos, pela consciência dos males sofridos, pela experiência dos desastres, que anularam, no exterior, o prestígio da nossa pátria, e, no interior, todas as garantias civis e políticas do cidadão, estava destinada a resgatar a liberdade, a desafrontar a democracia ultrajada e a repor sobre os seus fundamentos naturais o edifício constitucional.

A legislação do período da Regência, apesar de haver sido truncada, desnaturada ou revogada, atesta ao mesmo tempo a elevação do pensamento democrático e o seu ardente zelo pela consolidação das liberdades públicas. Enquanto fora da influência da realeza, os governos se inspiram na fonte da soberania nacional, os interesses da pátria e os direitos do cidadão pareceram achar melhor garantia e resguardo.

Cidadãos eminentes, nobilíssimos caracteres, almas robustas e sinceramente devotadas à causa do país, empregaram durante esse período grandes, nobres, mas infrutíferos esforços. Se o sistema contivesse em si a força, que só a verdade empresta, se a vontade dos homens pudesse ser eficaz contra a influência dos princípios falsos, a causa do país houvera sido salva.

A ineficácia da revolução comprova-se pelo vício orgânico das instituições, deficientes para garantir a democracia e unicamente eficazes para perpetuar o prestígio e a força do poder absoluto.

A demonstração, oferece-a a própria reação efetuada de 1837 em diante.

A conspiração da maioria coincide com a obra da reação: procurou-se apagar da legislação até os últimos vestígios do elemento democrático que tentara expandir-se. A Lei de 3 de dezembro de 1841, que confiscou praticamente a liberdade individual, é o corolário da lei da interpretação do ato adicional, a qual seqüestrou a liberdade política, destruindo por um ato ordinário a deliberação do único poder constituinte que tem existido no Brasil.

Assim, pois, anulada a soberania nacional, sofismadas as gloriosas conquistas que pretenderam a revolução da independência de 1822 e a revolução da democracia em 1831, o mecanismo social e

político, sem o eixo sobre que devia girar, isto é, a vontade do povo, ficou girando em torno de um outro eixo – a vontade de um homem.

A liberdade aparente e o despotismo real, a forma dissimulando a substância, tais são os característicos da nossa organização constitucional.

O Primeiro como o Segundo Reinados são por isso semelhantes.

O SOFISMA EM AÇÃO

O último presidente do Conselho de Ministros do ex-imperador dos franceses, em carta aos seus eleitores, deixou escapar a seguinte sentença: – A perpetuidade do soberano, embora unida à responsabilidade, é uma coisa absurda; mas a perpetuidade unida à irresponsabilidade é uma coisa monstruosa.

Nesta sentença se resume o processo do nosso sistema de governo.

Por ato próprio, o fundador do Império e chefe da dinastia reinante se consagrou inviolável, sagrado e irresponsável. A infalibilidade do arbítrio pessoal substituiu assim a razão e a vontade coletiva do povo brasileiro.

Que outras condições, em diverso regime, constituem o absolutismo?

Quando não fossem bastantes estes atributos de supremacia, as faculdades de que se acha investido o soberano pela Carta outorgada em 1824 bastavam para invalidar as prerrogativas aparentes com que essa Carta simulou garantir as liberdades públicas.

O poder intruso que se constituiu chave do sistema regulador dos outros poderes, ponderador do equilíbrio constitucional, avocou a si e concentrou em suas mãos toda a ação, toda a preponderância. Nenhuma só das pretendidas garantias democráticas se encontra sem o corretivo ou a contradição que a desvirtua e nulifica.

Temos representação nacional?

Seria esta a primeira condição de um país constitucional representativo. Uma questão preliminar responde à interrogação. Não há nem pode haver representação nacional onde não há eleição livre, onde

a vontade do cidadão e a sua liberdade individual estão dependentes dos agentes imediatos do poder que dispõe da força pública.

Militarizada a nação, arregimentada ela no funcionalismo dependente, na guarda nacional pela ação do recrutamento ou pela ação da polícia, é ilusória a soberania, que só pode revelar-se sob a condição de ir sempre de acordo com a vontade do poder.

Ainda quando não prevalessem essas condições, ainda quando se presumisse a independência e a liberdade na escolha dos mandatários do povo, ainda quando ao lado do poder que impõe pela força não existisse o poder que corrompe pelo favoritismo, bastava a existência do Poder Moderador, com as faculdades que lhe dá a Carta, com o veto secundado pela dissolução, para nulificar de fato o elemento democrático.

Uma Câmara de Deputados, demissível à vontade do soberano, e um Senado vitalício, à escolha do soberano, não podem constituir de nenhum modo a legítima representação do país.

A liberdade de consciência nulificada por uma Igreja privilegiada; a liberdade econômica suprimida por uma legislação restritiva; a liberdade da imprensa subordinada à jurisdição de funcionários do governo; a liberdade de associação dependente do beneplácito do poder; a liberdade do ensino suprimida pela inspeção arbitrária do governo e pelo monopólio oficial; a liberdade individual sujeita à prisão preventiva, ao recrutamento, à disciplina da guarda nacional, privada da própria garantia do *habeas corpus* pela limitação estabelecida, tais são praticamente as condições reais do atual sistema de governo.

Um poder soberano, privativo, perpétuo e irresponsável forma, a seu nuto, o Poder Executivo, escolhendo os ministros, o Poder Legislativo, escolhendo os senadores e designando os deputados, e o Poder Judiciário, nomeando os magistrados, removendo-os, aposentando-os.

Tal é, em essência, o mecanismo político da Carta de 1824, tais são os sofismas por meio dos quais o Imperador reina, governa e administra.

Deste modo qual é a delegação nacional? Que poder a representa? Como pode ser a lei a representação da vontade do povo?

Como podem coexistir com o poder absoluto, que tudo domina, os poderes independentes de que fala a Carta?

A realidade é que, se em relação à doutrina as contradições sufocam o direito, em relação à prática só o poder pessoal impera sem contestação nem corretivo.

CONSENSO UNÂNIME

A democracia, acusam-na de intolerante, irritável, exagerada e pessimista. Suspeita aos olhos da soberania, que pretende ser divina, os seus conceitos são inquinados de malevolência e prevenção. É justo em tão melindrosa questão buscar em fontes insuspeitas as sentenças que apóiam as nossas convicções.

Para corroborá-las temos o juízo severo de homens eminentes do país, de todas as crenças e matizes políticos.

Nenhum estadista, nenhum cidadão que tenha estudado os negócios públicos, deixa de compartilhar conosco a convicção que manifestamos sobre a influência perniciosa do poder pessoal.

Todos somos concordes em reconhecer e lamentar a prostração moral a que nos arrastou o absolutismo prático sob as vestes do liberalismo aparente.

Eusébio de Queirós, monarquista extremado, chefe proeminente do Partido Conservador, foi uma vez ministro no atual Reinado, e não mais consentiu em voltar a essa posição, apesar das circunstâncias e solicitações reiteradas do seu partido.

"Neste país", dizia ele, "não se pode ser ministro duas vezes."

Firmino Silva, dando conta da morte desse distinto brasileiro, escreveu no *Correio Mercantil* de 10 de maio de 1868 as seguintes palavras:

"Inopinadamente deixou o Ministério e se retirou isoladamente; e sempre que se oferecia ocasião de assumir a governação se esquivava, *com inquietação dos que o conheciam.*

"Há convicções tão inabaláveis *que preferem o silêncio que sufoca, ao desabafo que pode pôr em perigo um princípio.*"

D. Manuel de Assis Mascarenhas, caráter severo e digno, manifestou no Senado o seu profundo desgosto pelo que observava, nos seguintes termos:

"Quando a inteligência, a virtude, os serviços são preteridos e postos de parte; quando os perversos são galardoados com empregos eminentes, pode-se afoitamente exclamar com Sêneca:

Morreram os costumes, o direito, a honra, a piedade, a fé, e aquilo que nunca volta quando se perde – o pudor."

Nabuco de Araújo, conhecido e prático no governo, disse na Câmara vitalícia por ocasião da ascensão do Gabinete de 16 de julho:

"O Poder Moderador não tem o direito de despachar ministros como despacha delegados e subdelegados de polícia.

"Por sem dúvida, vós não podeis levar a tanto a atribuição que a Constituição confere à Coroa de nomear livremente os seus ministros, não podeis ir até ao ponto de querer que nessa faculdade se envolva o direito de fazer política sem a intervenção nacional, o direito de substituir situações como lhe aprouver.

"Ora dissei-me: Não é isto uma farsa? Não é isto um verdadeiro absolutismo, no estado em que se acham as eleições no nosso país? Vede esta sorites fatal, esta sorites que acaba com a existência do sistema representativo: – O Poder Moderador pode chamar a quem quiser para organizar ministérios; esta pessoa faz a eleição porque há de fazê-la; esta eleição faz a maioria. Eis aí o sistema representativo do nosso país!"

Francisco Otaviano, quando redator do *Correio Mercantil*, por mais de uma vez, estigmatizou em termos enérgicos o poder pessoal que se ostenta e as inconveniências que de semelhante poder resultam à nação.

Saião Lobato e o mesmo Firmino Silva escreveram no *Correio Mercantil*, cuja redação estava a seu cargo, as verdades seguintes:

"Quem de longe examinar as instituições brasileiras pelos efeitos da perspectiva; quem contentar-se em observar o majestoso frontispício do tempo constitucional, suas inscrições pomposas, sua arquitetura esplêndida, há de sem dúvida exclamar – *eis aqui um povo que possui a primeira das condições do progresso e da grandeza.*

"Aquele, porém, que um dia estender o campo da observação até o interior do edifício na esperança de aí admirar a realização dos elementos de felicidade que as formas ostensivas do Governo afixavam, e o regime da liberdade tem desenvolvido em outros lugares, exclamará: *Que decepção!*"

Sob a influência do Visconde de Camaragibe, Pinto de Campos e outros monarquistas por excelência, foi publicado em Pernambuco no *Constitucional*, em 1868, o seguinte:

"O governo, a nefasta política do governo do Imperador foi quem criou este estado desesperado em que nos achamos... política de proscricção, de corrupção, de venalidade e de cinismo... um tal governo não é o da nação pela nação, é o governo do Imperador pelo Imperador... *À proporção que o poder se une nas mãos de um só, a nação se desune e divide.*"

O *Diário do Rio de Janeiro*, escrito sob as inspirações do Barão de Cotegipe, dizia no mesmo ano:

"Tudo está estremecido: a Ordem e a Liberdade. Se o presente aflige, o futuro assusta."

O mesmo *Diário*, e sob a inspiração dos mesmos homens, dizia eloqüentemente em referência às insidiosas palavras – *harmonia dos brasileiros*:

"A harmonia imposta é a paz de Varsóvia, ou a obediência dos turcos.

"Não pode haver harmonia entre oprimidos e opressores, entre usurpadores e usurpados, entre algozes e vítimas.

"Se os oprimidos suportam, chamai-os resignados.

"Se não promovem a *reivindicação chamai-os covardes*. Mas em respeito a Deus, que tudo vê, não chameis harmonia dos brasileiros o desprezo das leis, a ditadura disfarçada, a desgraça privada, o rebaixamento da dignidade nacional".

Silveira da Mota disse no Senado em 1859:

"As práticas constitucionais enfraquecem-se todos os dias; o regime representativo tem levado botes tremendos, a depravação dos sistemas é profunda.

"No país o que há somente é a forma de governo representativo: *a substância desapareceu.*

Tenteie-se esta chaga da nossa sociedade, e ver-se-á que no Brasil o regime constitucional *é uma mera formalidade*".

Ainda este ano e nessa mesma Casa do Parlamento, acrescentou ele:

"Cheguei à convicção de que o vício não está nos homens, está nas instituições"

Francisco Otaviano, Joaquim Manuel de Macedo e outros, que em 1868 dirigiam o *Diário do Povo*, publicaram um artigo editorial em que se lia o seguinte:

"São gravíssimas as circunstâncias do país.

"No exterior arrasta-se uma guerra desastrosa...

"No interior, um espetáculo miserando. Fórmulas aparentes de um governo livre, *última homenagem que a hipocrisia rende ainda* à opinião do século: as grandes instituições políticas anuladas, e a sua ação constitucional substituída por um arbítrio disfarçado."

Para nós há uma só causa capital, dominante... esta causa não é outra senão *a cega obstinação com que desde anos, ora às ocultas, ora às claras, se trabalha por extinguir os partidos legítimos sem cuja ação o sistema representativo se transforma no pior dos despotismos, no despotismo simulado.*

"Chegadas as coisas a este ponto está virada a pirâmide; o movimento parte de cima, quem governa é a Coroa..."

Em 21 de julho do mesmo ano, dizia o mesmo jornal:

"César passou o Rubicão. Começa o período da franqueza... preferimos a franqueza à dissimulação.

"Tínhamos medo do absolutismo atraído que escondia as garras no manto da Constituição, absolutismo chato, burguês, deselegante. Mas o absolutismo, que não teme a luz, não nos mete medo."

A 24 de julho de 1867 o *Diário de São Paulo*, órgão do Partido Conservador naquela província, sob a redação de João Mendes de Almeida, Antônio Prado, Duarte de Azevedo e Rodrigo Silva, sob o título "O Baixo Império", escrevia o seguinte:

"Haverá ainda quem espere alguma coisa do Sr. D. Pedro II?

Para o monarca brasileiro só há uma virtude, o servilismo!

"Para os homens independentes e sinceros, o ostracismo; para os lacaios e instrumentos de sua grande política, os títulos e as condecorações!"

José de Alencar antes de ser ministro escrevia:

"O que resta do país? O povo inerte, os partidos extintos, o Parlamento decaído!"

Depois que deixou o Ministério, e com a experiência adquirida nos Conselhos da Coroa, disse:

"Há com efeito uma causa que perturba em nosso país o desenvolvimento do sistema representativo, fazendo-nos retrogradar além dos primeiros tempos da Monarquia. Em princípio latente, conhecida apenas por aqueles que penetravam os arcanos do poder, a opinião ignorava a existência desse princípio de desorganização. Por muito tempo duvidamos do fato.

"Hoje, porém, ele está patente, o governo pessoal se ostenta a todo instante, e nos acontecimentos de cada dia. Parece que perdeu a timidez ou modéstia de outrora, quando se recitava com estudada reserva. Atualmente faz garbo de seu poder; e, se acaso a responsabilidade ministerial insiste em envolvê-lo no manto das conveniências, acha meios de romper o véu e mostrar-se a descoberto.

"Como um pólipó monstruoso, o governo pessoal invade tudo, desde as transcendentais questões da alta política até às nugas da pequena administração."

Antônio Carlos, o velho, no primeiro ano do atual reinado, na discussão da Lei de 3 de dezembro, já dizia:

"O princípio regulador de um povo livre é governar-se por si mesmo; a nova organização judiciária exclui o povo brasileiro do direito de concorrer à administração da Justiça; tudo está perdido, senhores, abdicamos da liberdade para entrarmos na senda dos povos possuídos!"

O próprio Barão de S. Lourenço teve a franqueza de dizer no Senado:

"A força e prestígio, que com tanto trabalho os partidos tinham ganho para o Governo do país, estão mortos.

"As províncias perderam a fé no GOVERNO DO IMPÉRIO".

Tal é a situação do país, tal é a opinião geral emitida no Parlamento, na Imprensa, por toda a parte.

A FEDERAÇÃO

No Brasil, antes ainda da idéia democrática, encarregou-se a natureza de estabelecer o princípio federativo. A topografia do nosso território, as zonas diversas em que ele se divide, os climas vários e as produções diferentes, as cordilheiras e as águas estavam indicando a necessidade de modelar a administração e o governo local acompanhando e respeitando as próprias divisões criadas pela natureza física e impostas pela imensa superfície do nosso território.

Foi a necessidade que demonstrou, desde a origem, a eficácia do grande princípio que embalde a força compressora do regime centralizador tem procurado contrafazer e destruir.

Enquanto colônia, nenhum receio salteava o ânimo da Monarquia portuguesa por assim repartir o poder que delegava aos vassallos diletos ou preferidos. Longe disso, era esse o meio de manter, com a metrópole, a unidade severa do mando absoluto.

As rivalidades e os conflitos que rebentavam entre os diferentes delegados do poder central, enfraquecendo-os e impedindo a solidariedade moral quanto às idéias e a solidariedade administrativa, quanto aos interesses e às forças disseminadas, eram outras tantas garantias de permanência e solidez para o princípio centralizador e despótico. A eficácia do método havia já sido comprovada, por ocasião do movimento revolucionário de 1787 denominado – *a Inconfidência*.

Nenhum interesse, portanto, tinha a Monarquia portuguesa quando homiziou-se no Brasil, para repudiar o sistema que lhe garantira, com a estrangulação dos patriotas revolucionários, a perpetuidade do seu domínio nesta parte da América. A divisão política e administrativa permaneceu, portanto, a mesma na essência, apesar da transferência da sede monárquica para as plagas brasileiras.

A Independência proclamada oficialmente em 1822 achou e respeitou a forma da divisão colonial.

A idéia democrática representada pela primeira Constituinte brasileira tentou, é certo, dar ao princípio federativo todo o desenvolvimento que ele comportava e de que carecia o país para poder mar-

char e progredir. Mas a dissolução da Assembléa Nacional, sufocando as aspirações democráticas, cerceou o princípio, desnaturou-o, e a Carta outorgada em 1824, mantendo o *status quo* da divisão territorial, ampliou a esfera da centralização pela dependência em que colocou as províncias e seus administradores do poder intruso e absorvente, chave do sistema, que abafou todos os respiradouros da liberdade, enfeudando as províncias à Corte, à sede do único poder soberano que sobreviveu à ruína da democracia.

A revolução de 7 de abril de 1831, trazendo à superfície as idéias e as aspirações sufocadas pela reação monárquica, deu novamente azo ao princípio federativo para manifestar-se e expandir-se.

A autonomia das províncias, a sua desvinculação da Corte, a livre escolha dos seus administradores, as suas garantias legislativas por meio das assembléas provinciais, o alargamento da esfera das municipalidades, essa representação resumida da família política, a livre gerência dos seus negócios, em todas as relações morais e econômicas, tais foram as condições características desse período de reorganização social, claramente formuladas ou esboçadas nos projetos e nas leis que formaram o assunto das deliberações do governo e das assembléas desse tempo.

A reação democrática não armou somente os espíritos para essa luta grandiosa.

A convicção de alguns e o desencanto de muitos, fazendo fermentar o lévedo dos ódios legados pela Monarquia que se desnacionalizara, a ação irritante do partido restaurador desafiando a cólera dos oprimidos da véspera, armou também o braço de muitos cidadãos e a revolução armada pronunciou-se em vários pontos do país sob a bandeira das franquezas provinciais.

Desde 1824 até 1848, desde a Federação do Equador até à Revolução de Pernambuco, pode-se dizer que a corrente elétrica que perpassou pelas províncias, abalando o organismo social, partiu de um só foco – o sentimento da independência local, a idéia da federação, o pensamento da autonomia provincial.

A obra da reação monárquica triunfante em todos os combates pôde, até hoje, a favor do instinto pacífico dos cidadãos, adorme-

cer o elemento democrático, embalando-o sempre com a esperança do seu próximo resgate.

Mas ainda quando, por sinais tão evidentes, não se houvesse já demonstrado a exigência das províncias quanto a esse interesse superior, a ordem de coisas que prepondera não pode deixar de provocar o estigma de todos os patriotas sinceros. A centralização, tal qual existe, representa o despotismo, dá força ao poder pessoal que avassala, estraga e corrompe os caracteres, perverte e anarquiza os espíritos, comprime a liberdade, constringe o cidadão, subordina o direito de todos ao arbítrio de um só poder, nulifica de fato a soberania nacional, mata o estímulo do progresso local, suga a riqueza peculiar das províncias, constituindo-as satélites obrigados do grande astro da Corte – centro absorvente e compressor que tudo corrompe e tudo concentra em si – na ordem moral e política, como na ordem econômica e administrativa.

O Ato Adicional, interpretando a lei de 3 de dezembro, o Conselho de Estado, criando, com o regime da tutela severa, a instância superior e os instrumentos independentes que tendem a cercear ou anular as deliberações dos parlamentos provinciais, apesar de truncados; a dependência administrativa em que foram colocadas as províncias, até para os atos mais triviais; o abuso do efetivo seqüestro dos saldos dos orçamentos provinciais para as despesas e para as obras peculiares do município neutro; a restrição imposta ao desenvolvimento dos legítimos interesses das províncias pela uniformidade obrigada, que forma o tipo da nossa absurda administração centralizadora, tudo está demonstrando que posição precária ocupa o interesse propriamente confrontado com o interesse monárquico que é, de si mesmo, a origem e a força da centralização.

Tais condições, como a História o demonstra e o exemplo dos nossos dias está patenteando, são as mais próprias para, com a enervação interior, expor a pátria às eventualidades e aos perigos da usurpação e da conquista.

O nosso estado é, em miniatura, o estado da França de Napoleão III. O desmantelamento daquele país que o mundo está presenciando com assombro não tem outra causa explicativa.

E a própria guerra exterior, que tivemos de manter por espaço de seis anos, deixou ver, com a ocupação de Mato Grosso e a in-

vasão do Rio Grande do Sul, quanto é impotente e desastroso o regime da centralização para salvaguardar a honra e a integridade nacional.

A autonomia das províncias é, pois, para nós mais do que um interesse imposto pela solidariedade dos direitos e das relações provinciais, é um princípio cardeal e solene que inscrevemos na nossa bandeira.

O regime da federação baseado, portanto, na independência recíproca das províncias, elevando-se à categoria de estados próprios, unicamente ligados pelo vínculo da mesma nacionalidade e da solidariedade dos grandes interesses da representação e da defesa exterior, é aquele que adotamos no nosso programa, como sendo o único capaz de manter a comunhão da família brasileira.

Se carecêssemos de uma fórmula para assinalar perante a consciência nacional os efeitos de um e outro regime, nós a resumiríamos assim: – *Centralização – Desmembramento. Descentralização – Unidade.*

A VERDADE DEMOCRÁTICA

Posto de parte o vício insaciável de origem da Carta de 1824, imposta pelo príncipe ao Brasil constituído sem Constituinte, vejamos o que vale a monarquia temperada, ou monarquia constitucional representativa.

Este sistema misto é uma utopia, porque é utopia ligar de modo sólido e perdurável dois elementos heterogêneos, dois poderes diversos em sua origem, antinômicos e irreconciliáveis – a monarquia hereditária e a soberania nacional, o poder pela graça de Deus, o poder pela vontade, coletiva, livre e soberana de todos os cidadãos.

O consórcio dos dois princípios é tão absurdo quanto repugnante o seu equilíbrio.

Ainda quando, como sonharam os doutores da monarquia temperada, nenhum dos dois poderes preponderasse sobre o outro, para que, caminhando paralelamente, mutuamente se auxiliassem e fiscalizassem, a consequência a tirar é que seriam iguais.

Ora, admitir a igualdade do poder divino ao humano é de impossível compreensão.

Mas admitir com o art. 12 da Carta de 1824 que todos nos poderes são delegações da nação, e aceitar o sistema misto como um sistema racional e exequível, é ultrapassar as raias do absurdo, porque é fazer preponderar o poder humano sobre o poder divino.

A questão é clara e simples.

Ou o príncipe, instrumento e órgão das leis providenciais, pela sua só origem e predestinação, deve governar os demais homens, com os predicados essenciais da inviolabilidade, da irresponsabilidade, da hereditariedade sem contraste e sem fiscalização, porque o seu poder emana da Onipotência infinitamente justa e infinitamente boa; ou a divindade nada tem que ver na vida do estado, que é uma comunidade à parte, estranha a todo interesse espiritual e então a vontade dos governados é o único poder supremo e o supremo árbitro dos governos.

Quando a teocracia asiática tinha um ungido do Senhor, ou os feudos da Média Idade aclamavam um rei, carregando-o triunfalmente depois de uma vitória, esse reconhecimento solene do direito da força era lógico; quando pelo mesmo princípio a monarquia unia-se às comunas para derrocar o feudalismo, o despotismo monárquico era lógico também. Mas depois da emancipação dos povos e da consagração da força do direito, o que é lógico é o desaparecimento de todo o princípio caduco.

A transação entre a verdade triunfante e o erro vencido, entre as conquistas da civilização e os frutos do obscurantismo, é que é inadmissível.

Atar ao carro do estado dois locomotores que se dirigem para sentidos opostos é procurar – ou a impossibilidade, se as forças propulsoras são iguais, ou a destruição de uma delas, se a outra lhe é superior.

É assim que as teorias dos sonhadores que defendem o sistema misto caem na prática.

Para que um governo seja representativo, todos os poderes devem ser delegações da nação, e não podendo haver um direito contra outro direito segundo a expressão de Bossuet, a Monarquia temperada é uma ficção sem realidade.

A soberania nacional só pode existir, só pode ser reconhecida e praticada em uma nação cujo Parlamento, eleito pela partici-

pação de todos os cidadãos, tenha a suprema direção e pronuncie a última palavra nos públicos negócios.

Desde que exista, em qualquer constituição, um elemento de coação ao princípio da liberdade democrática, a soberania nacional está violada, é uma coisa írrita e nula, incapaz dos salutareos efeitos da moderna fórmula do governo – o governo de todos por todos.

Outra condição indispensável da soberania nacional é ser inalienável e não poder delegar mais que o seu exercício. A prática do direito e não o direito em si é o objeto do mandato.

Desta verdade resulta que quando o povo cede uma parte de sua soberania, não constitui um senhor, mas um servidor, isto é um funcionário.

Ora, a consequência é que o funcionário tem de ser revogável, móvel, eletivo, criando a fórmula complementar dos estados modernos – a mobilidade nas pessoas e a perpetuidade nas funções – contra a qual se levantam nos sistemas, como o que nos rege, os princípios da hereditariedade, da inviolabilidade, da irresponsabilidade.

Associar, uma à outra, duas opiniões ciosas de suas prerrogativas, com interesses manifestamente contrários é, na frase de Gambetta, semear o germe de eternos conflitos, procurar a neutralização das forças vivas da nação, em um duelo insensato e aguardar irremediavelmente um dos dois resultados: ou que a liberdade do voto e a universalidade do direito sucumbam ante as satisfações e os desejos de um só, ou que o poder de um só desapareça diante da maioria do direito popular.

Ainda mais: a soberania nacional não pode sequer estipular sobre a sua própria alheação. Porque é a reunião, a coleção das vontades de um povo. E como as gerações se sucedem, e se substituem, fora iníquo que o contrato de hoje obrigasse de antemão a vontade da geração futura, dispondo do que não lhe pertence, e instituindo uma tutela perene que seria a primeira negação da própria soberania nacional.

A manifestação da vontade da nação de hoje pode não ser a manifestação da vontade da nação de amanhã, e daí resulta que, ante a verdade da democracia, as constituições não devem ser velhos marcos da senda política das nacionalidades, assentadas como a consagração e o símbolo de princípios imutáveis. As necessidades e os interesses de cada época têm de lhes imprimir o cunho de sua individualidade.

Se houver, pois, sinceridade ao proclamar a soberania nacional, cumprirá reconhecer sem reservas que tudo quanto ainda hoje pretende revestir-se de caráter permanente e hereditário no poder está eivado do vício da caducidade, e que o elemento monárquico não tem coexistência possível com o elemento democrático.

É assim que o princípio dinástico e a vitalicidade do Senado são duas violações flagrantes da soberania nacional, e constituem o principal defeito da Carta de 1824.

EM CONCLUSÃO

Expostos os princípios gerais que servem de base à democracia moderna, única que consulta e respeita o direito e a opinião dos povos; temos tornado conhecido o nosso pensamento.

Como o nosso intuito deve ser satisfeito pela condição da preliminar estabelecida na própria Carta outorgada, a convocação de uma Assembléia Constituinte com amplas faculdades para instaurar um novo regime é necessidade cardeal.

As reformas a que aspiramos são complexas e abrangem todo o nosso mecanismo social.

Negá-las, absolutamente, fora uma obra ímpia porque se provocaria a resistência.

Aprazá-las indefinidamente fora um artifício grosseiro e perigoso.

Fortalecidos, pois, pelo nosso direito e pela nossa consciência, apresentamo-nos, perante os nossos concidadãos, arvorando resolutamente a bandeira do Partido Republicano Federativo.

Somos da América e queremos ser americanos.

A nossa forma de governo é, em sua essência e em sua prática, antinômica e hostil ao direito e aos interesses dos estados americanos.

A permanência dessa forma tem de ser forçosamente, além da origem de opressão no interior, a fonte perpétua da hostilidade e das guerras com os povos que nos rodeiam.

Perante a Europa passamos por ser uma democracia monárquica que não inspira simpatia nem provoca adesão. Perante a América passamos por ser uma democracia monarquizada, onde o instinto e a

força do povo não podem preponderar ante o arbítrio e a onipotência do soberano.

Em tais condições pode o Brasil considerar-se um país isolado, não só no seio da América, mas no seio do mundo.

O nosso esforço dirige-se a suprimir este estado de coisas, pondo-nos em contato fraternal com todos os povos, e em solidariedade democrática com o continente de que fazemos parte.

Este manifesto foi assinado pelos Srs.:

Joaquim Saldanha Marinho, Aristides da Silveira Lobo, Cristiano Benedito Otôni, Flávio Farnese, Pedro Antônio Ferreira Viana, Lafaiete Rodrigues Pereira, Bernardino Pamplona, João de Almeida, Pedro Bandeira de Gouveia, Francisco Rangel Pestana, Henrique Limpo de Abreu, Augusto César de Miranda Azevedo, Elias Antônio Freire, Joaquim Garcia Pires de Almeida, Quintino Bocaiúva, Joaquim Maurício de Abreu, Miguel Vieira Ferreira, Pedro Rodrigues Soares de Meireles, Júlio César de Freitas Coutinho, Alfredo Moreira Pinto, Carlos Americano Freire, Jerônimo Simões, José Teixeira Leitão, João Vicente de Brito Galvão, José Maria de Albuquerque Melo, Gabriel José de Freitas, Joaquim Heliodoro Gomes, Francisco Antônio Castorino de Faria, José Caetano de Moraes e Castro, Otaviano Hudson, Luís de Sousa Araújo, João Batista Lopes, Antônio da Silva Neto, Antônio José de Oliveira Filho, Francisco Peregrino Viriato de Medeiros, Antônio de Sousa Campos, Manuel Marques da Silva Acauã, Francisco Leite de Bitencourt Sampaio, Mariano Antônio da Silva, Salvador de Mendonça, Eduardo Batista R. Franco, Manuel Benício Fontenele, Têlis José da Costa e Sousa, Paulo Emílio dos Santos Lobo, José Lopes da Silva Trovão, Antônio Paulino Limpo de Abreu, Mafedo Sodré, Alfredo Gomes Braga, Francisco C. de Brísio, Manuel Marques de Freitas, Tomé Inácio Botelho, Eduardo Carneiro de Mendonça, Júlio V. Gutierrez, Cândido Luís de Andrade, José Jorge Paranhos da Silva, Emílio Rangel Pestana e Antônio Nunes Galvão.

(In Os programas dos partidos e o 2º Império, de Américo Brasiliense, São Paulo, 1878, págs. 59-88.)

EDUARDO PAULO DA SILVA PRADO (1860-1901).

Nasceu em São Paulo, em cuja Faculdade de Direito se bacharelou em 1881. Durante toda a vida estudou os problemas históricos e políticos do Brasil, cujo passado conhecia profundamente. Seus escritos, a par de vigoroso estilo e correção, revelam a independência de seu espírito. Monarquista convicto, arrostou a hostilidade do Governo Provisório, escrevendo contra as instituições implantadas e exilando-se durante alguns anos na Europa, de onde enviou artigos de crítica. Viajou longamente pelo mundo, estudando civilizações remotas, deixando-nos livros de grande valor.

A análise que fez da expansão norte-americana, no ensaio Ilusão Americana, determinou a proibição e captura da primeira edição do livro, ainda nos pródromos da República. O autor confirmou, em prefácio à segunda edição, sua atitude em face do problema que via com paixão patriótica e em circunstâncias especiais. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico, da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico de São Paulo. Privou com Eça de Queirós, que o distinguiu particularmente, escrevendo-lhe a biografia em tons de grande amizade intelectual.

Obras principais: Viagens, Paris, 1886; Fastos da Ditadura Militar no Brasil, São Paulo, 1890; Ilusão Americana, 1ª edição, 1894, confiscada pelo Governo; 2ª edição, Paris, 1895; Bandeira Nacional, São Paulo, 1903, opúsculo; Coletâneas, 4 vols., 1904-1906.

.....

A república nascente

No mundo civilizado não há duas opiniões sobre a imoralidade clamorosa do militarismo político. Poderíamos fazer com citações de trechos, em que os escritores militares dos países cultos ensinam o que já está em todas as consciências, isto é, que o dever da obediência incondicional e a missão natural do exército vedam ao cidadão armado pela nação toda intervenção na política. Os soldados que praticaram os grandes feitos militares deste século, os alemães que realizaram a unificação de sua pátria, os ingleses que formaram o maior império de que fala a História, esses não aprenderam as sociologias do Sr. Benjamim Constant. Aprenderam, porém, na escola da lealdade e do sacrifício, o caminho da glória pelo valor e pela abnegação.

O Sr. Latino Coelho, que, aceitando a intervenção moral de um governo estrangeiro nos negócios internos de sua pátria, acolheu, agradecido, as exortações telegráficas e republicanas do Sr. Benjamim Constant, figurou por alguns dias como o diretor espiritual do militarismo brasileiro e seu embaixador em Portugal. Numa carta dirigida à imprensa, o Sr. Latino Coelho disse que o exército francês também havia tomado parte nas revoluções deste século.

Enganou-se o ilustre acadêmico. Em 1830, muitos oficiais franceses pediram sua demissão, por ocasião das célebres ordenanças,

que provocaram a revolução, e como a demissão não chegasse a tempo, esses mesmos oficiais comandaram o fogo contra os revolucionários, e a tropa só se retirou, quando recebeu ordem para isso¹. O mesmo aconteceu em 1848. Em 1852, quando Luís Napoleão deu o golpe de estado, o exército atacou as barricadas, cumprindo a ordem do eleito do povo francês, já então chefe de estado, e esta ordem o exército recebeu-a do ministro da Guerra. E todos os oficiais, e muitos eram republicanos, obedeceram. A revolução do dia 4 de setembro de 1870 foi feita pelo povo. Os restos do exército francês estavam em campanha tentando resistir aos alemães, e a força armada nada fez senão reconhecer o governo provisório aceito pela nação. O Sr. Latino Coelho, quando os mal-entendidos interesses da causa de seu partido não lhe perturbam a justiça de seu espírito, não defende o militarismo político, e, uma vez, tratando da crise política no Brasil, em 1823, o próprio Sr. Latino Coelho indignou-se contra os militares políticos: "*A crise política ameaçava com sangrentos dissídios o Brasil. Os oficiais da guarnição, no Rio de Janeiro, ousavam intervir nas questões políticas, pedindo ao imperador que refreasse a imprensa, suprimindo o Tamoio e a Sentinela, expulsasse da Assembléia José Bonifácio e seus irmãos e consortes na política.*"² O ilustre acadêmico está com a doutrina da verdadeira civilização política, qualificando de ousadia a pretensão antipatriótica dos oficiais do Rio de Janeiro, em 1823. Pouco nos importa que o político, em 1889, tenha querido exaltar o que o filósofo condenava, anos antes, em toda a calma de sua razão.

A ausência da obediência passiva no exército significará sempre, cedo ou tarde, a escravização do povo à força armada. Perdida a noção da obediência, perdida ficará também a concepção justa do destino dos exércitos, que são criados para a defesa externa e interna das sociedades, e não para dominá-las. Os povos que tiverem a desgraça de possuir um exército de políticos, onde a obediência seja ainda objeto de dúvidas e de discussões, estão fatalmente destinados a perder a liberdade. O que se poderá esperar de um país onde, num decreto do chefe do estado e de um ministro que ganharam suas posições num ato de

(1) Général A. L. Blondel – *Coup d'oeil sur les devoirs et l'esprit militaires* – Paris, 1887, pág. 24.

(2) *Elogio histórico de José Bonifácio* – Lisboa, 1877, pág. 88.

revolta, fica consignado solenemente que a obediência passiva rebaixa o caráter e avilta o moral?

A política no Brasil está hoje reduzida à arte de adular, com mais ou menos sucesso, os militares. É inútil que os brasileiros estejam alimentando ilusões pueris. Os partidos políticos, hoje, só poderão galgar o poder agarrados à cauda do cavalo de um general. As comissões nomeadas pela ditadura estudaram e tentaram redigir longos projetos de constituições republicanas; discutem os jornais se a Constituição será votada em plebiscito, decretada pelo Sr. Deodoro ou proclamada por uma Assembléia Constituinte. Diz-se que o Sr. Deodoro vai liberalmente outorgar ao Brasil uma Carta Constitucional. O primeiro imperador promulgou o projeto de Constituição, redigido pelo Conselho de Estado, a requerimento das câmaras municipais do país; a ditadura suprimiu as representações eleitas dos municípios; D. Pedro I, na Constituição de 25 de março de 1824, pouco se afastou do projeto apresentado na Constituinte, e que, sem dúvida, esta adotaria. A Constituição doada pelo Sr. Deodoro é inteiramente de sua própria autoridade, nenhum representante da nação foi ouvido. Quem garante a observância dessa lei, que pode ser desfeita por quem a fez, sem que haja possibilidade de alguém impedir, ou punir, sua violação por parte do soldado onipotente e irresponsável?

Tudo isto, pois, não passa de um bizantinismo irrisório: todo o mundo sabe que dois regimentos na rua acabam com os plebiscitos, fazem evaporar qualquer governo e desaparecer, num momento, qualquer assembléia. E para que dois regimentos saiam à rua, bastam a má vontade, a ambição, o interesse, ou o amor-próprio contrariado de meia dúzia de oficiais educados na escola da sedição e que sabem que, no dia seguinte ao de sua façanha pouco perigosa, terão honras, postos, pensões, condecorações, apoteoses, versos e retratos nos jornais. Qualquer código constitucional que os redatores da futura Constituição tiverem copiado, com mais ou menos felicidade, dos Estados Unidos, da Suíça, ou da Colômbia (este país é hoje muito imitado no Brasil, apesar de as leis colombianas, retoricamente libérrimas, não impediram a Colômbia, periodicamente, de se estorcer em anarquia a mais tirânica, ou viver entorpecida em atraso o mais completo), sejam os legisladores da

ditadura os sábios mais inspirados da História, tudo quanto fizerem será precário, todos os seus princípios serão sem prestígio, porque o povo não esquecerá tão cedo que todas as instituições podem, de um momento para outro, ser derrubadas por alguns conspiradores militares.

Muitos brasileiros têm a patriótica ilusão de que o militarismo não será na sua pátria o que tem sido na pátria de seus vizinhos. Em que se baseia esta pretensão dos brasileiros, de construírem uma exceção fenomenal, a única, a primeira na História? Dizem eles que o militarismo jamais dominará definitivamente no Brasil, porque o Brasil não é um país militar, porque o brasileiro é um povo sem predileção pelas armas.

É verdade. Mas esse desamor do brasileiro à profissão militar é justamente o que constitui sua inferioridade e faz dele um homem desarmado por hábito e incapaz de se armar para reagir; é o que o põe na desgraçada posição de nunca se poder defender contra a força armada esquecida de seus deveres. Só um povo marcial, tendo recebido uma educação física que lhe enrijasse os músculos e lhe fortalecesse a coragem, só esse povo poderia levantar-se contra a tirania e tornar-se pouco agradável a profissão de ditador e de *pronunciamientista*. O exército é um punhado de homens, dizem alguns brasileiros; o seu domínio não será duradouro. Eram também um punhado de homens os exércitos do Peru, comparados à população daquele país, o mais rico do grande império colonial espanhol. Isto, porém, não impediu que o Peru vivesse 70 anos em estado crônico de ditaduras e de *pronunciamientos*.

O verdadeiro povo brasileiro parece ter a instintiva e clara noção da desgraçada situação em que se acha. O Governo Provisório mandou dar começo, em todo o país, às operações do alistamento eleitoral e, fenômeno curioso!, a população retrai-se, os cidadãos abstêm-se e permanecem em branco as listas dos futuros eleitores. Por quê?

O povo brasileiro compreende que o direito eleitoral é uma farsa e a intervenção popular nos negócios públicos uma burla verdadeira, desde que está firmado o dogma de que o Exército e a Armada podem alterar, transformar, abolir e destruir o que a vontade nacional tiver querido e sustentado. Para que ser eleitor, quando o soldado faz o papel de árbitro supremo da nação? O que o eleitor tiver feito hoje será

amanhã talvez desfeito pelo militar. O cidadão brasileiro sabe hoje bem disso, e hesita, teme, desanima e abstém-se.³

A fraude supre, porém, esta abstenção. Os jornais noticiam que em pequenas povoações, onde o alistamento está sendo feito de sete a oito mil almas e, no entanto, apresenta número de eleitores igual ao das grandes cidades. A cidade de Juiz de Fora tem de sete a oito mil almas e, no entanto, apresenta número de eleitores igual ao de São Paulo, que tem de oitenta a cem mil habitantes.⁴

Este fato dá uma idéia do que vai ser a primeira eleição brasileira, depois da instalação do absolutismo republicano. E esta eleição será feita estando todos os direitos seqüestrados, suprimidas todas as liberdades e o país sob a degradante pressão de uma ditadura militar. Que valor moral terá a opinião nacional que for manifestada a 15 de setembro próximo?

Terá o mesmo valor das eleições celebradas no Haiti e em Guatemala, onde há militarismo, promoções em massa, plumas, galões, fraternidades, e onde, de certo, há também generais adversários da disciplina e da obediência passiva dos exércitos, como o Sr. Benjamim Constant.

Antes dessas eleições, o Sr. Benjamim Constant quis praticar mais um ato de abnegação patriótica, a seu modo. Fez declarar no *Diário Oficial* que não era candidato a nenhum cargo de eleição popular e que, se fosse eleito, recusaria. Compreende-se bem o pouco apreço em que o Sr. Ministro tem aos cargos de eleição; o Sr. Ministro prefere os cargos que espontaneamente assume pela violência, sem precisar dar sat-

(3) Citamos alguns exemplos dentre muitos:

São Paulo: "Tem sido até agora relativamente insignificante o número de cidadãos que se têm alistado para a qualificação eleitoral. É preciso reagir contra este deplorável sintoma de indiferentismo." (*Estado de S. Paulo*, de 23 de abril.)

Bahia: "Somos informados de que, por parte da população, se manifesta grande indiferença, e que muito poucos cidadãos procuram alistar-se." (*Pequeno Jornal*, de 31 de maio.)

Minas Gerais: "Notável estranheza tem causado, aqui, a indiferença pública pela qualificação eleitoral, pois até hoje não passa de cinco o número de cidadãos que têm requerido sua inclusão no alistamento." (*Renascença*, de S. João Del-Rei, de 8 de maio).

(4) *Diário do Comércio*, de 5 de maio.

isfações a quem quer que seja, cargos de que ele mesmo aumenta os ordenados e aos quais ascende por sua própria iniciativa. Demais, se o Sr. Benjamim Constant fosse eleito membro da Constituinte, algum indiscreto poderia fazer-lhe perguntas sobre os negócios de sua pasta; e o Sr. Ministro evita o campo de batalha parlamentar, com o mesmo cuidado com que evitou o campo de batalha no Paraguai. Isto de batalhas, pensa o Sr. Ministro, incluindo as batalhas faladas, não presta para nada.

* * *

Que pensa hoje a Ditadura?

O *Diário de Notícias*, jornal do Sr. Rui Barbosa, resume a situação de um modo curioso, e num estilo que é o da predileção daquele interessante financeiro:

*"Hoje, já estamos tranqüilos sobre o nosso futuro. Dobramos o cabo das tormentas e estamos nas regiões benditas, onde a face do mar só se encrespa com as brisas perfumadas, que vem das florestas virgens, onde são clássicas as hosanas à liberdade."*⁵

Toda esta literatura quer dizer que o Sr. Rui Barbosa e seus amigos andam contentes de si mesmos e seguros do futuro. Podia isto ser dito mais simplesmente. O Sr. Rui Barbosa é, porém, o homem das amplificações literárias e bancárias. Soprem, pois, as brisas perfumadas nas matas virgens, sem as quais não há liberdade, como se vê na África Central, que, sendo a região de maiores matas virgens, é, de certo, o país de mais liberdade em todo o mundo.

Mas, se as brisas chegam tão perfumadas ao nariz pouco grego do Sr. Deodoro, se a nave ditatorial sulca um mar ainda menos crespo do que a gloriosa cabeleira do bravo marechal, para que vive a ditadura a dar brados de alarma e a cercar-se de precauções, como se estivesse sempre em perigo a sua existência?

Os decretos coercivos da liberdade de imprensa estão em pleno vigor. O presidente da comissão militar oficia aos governadores dos estados pedindo-lhes remetam para o Rio de Janeiro indivíduos que disseram mal do Governo.⁶ Em tempo algum funcionaram no Brasil tribunais militares para julgar crimes de imprensa. Todas as revoltas e in-

(5) *Diário de Notícias*, de 9 de maio.

(6) *Jornal do Comércio*, de 13 de abril.

surreição do tempo da Minoridade e dos primeiros anos do reinado de D. Pedro II, uma vez reprimidas, seus autores foram julgados pelos tribunais ordinários e segundo a lei escrita. Quarenta anos depois, o Brasil, estando mais adiantado em civilização, a ditadura cria ousadamente comissões militares. No Brasil, nunca houve banido algum antes dos banidos que o Sr. Deodoro sentenciou.⁷

(7) Houve comissões militares no Brasil, em 1825, para julgarem o crime de rebelião nas Províncias de Pernambuco e Ceará. Em 1829, foram criadas comissões militares; mas o Governo, diante das reclamações do Parlamento, suprimiu-as antes que elas começassem a funcionar. É curioso ver como a imprensa do tempo julgou essas comissões militares: "*As comissões militares*" dizia a *Nova Luz Brasileira* (nº31), "*são o meio mais seguro e mais breve de espalhar o terror e sufocar os generosos sentimentos dos homens, pondo mordças nas bocas e o terror sobre os corações generosos. E que coisa é uma comissão militar, senão um ajuntamento ilegal e arbitrário, filho só da força e da usurpação dos tiranos?*" Hoje, não há Parlamento para protestar, nem existe a liberdade de imprensa que existia em 1829. É preciso não confundir algumas *deportações* de tempos antigos com os *banimentos* de hoje. O povo brasileiro, pouco educado na escola dessas violências, confundirá facilmente *banimento* com *deportação*. O Governo de Pedro I não impediu que José Bonifácio, deportado, fosse eleito deputado pela Bahia; a ditadura republicana nega aos deportados por ela os seus direitos políticos e, no seu chamado Regulamento eleitoral, declara inelegíveis os banidos e deportados, não tendo, portanto, estes meio algum de apelar para o povo da violência que lhes foi feita.

.....
CAPÍTULO VII

A Crítica Inconformista

RAIMUNDO DE FARIAS BRITO (1863-1919). Nasceu em S. Benedito (Ceará). De família humilde, graças aos esforços maternos conseguiu fazer o curso do Liceu do Ceará e ingressar na Faculdade de Direito do Recife, bacharelando-se em 1884. Regressando à sua terra, exerceu os cargos de promotor de Justiça em Viçosa e Aquirás; foi secretário de Governo na administração Caio Prado e Clarindo de Queirós. Ocupou, no Liceu, a cátedra de Grego. No Pará, onde esteve de 1902 a 1909, foi advogado e Lente de Lógica, no Liceu, e de Filosofia do Direito, na Faculdade.

Durante todo este tempo, seu espírito incessantemente se devotava aos problemas da Filosofia. Ao entrar no século XX, já era autor de obras sérias, publicadas com dificuldades financeiras. Pelo seu claro dom de expositor e historiador de idéias, estas lhe granjearam fama em todo o país. Ao aportar ao Rio, era bastante conhecido. Concorreu à cátedra de Filosofia e Lógica do Pedro II, juntamente com Euclides da Cunha, que foi nomeado. Com a morte de Euclides, tragicamente vitimado num encontro, assumiu a cátedra, publicando ainda outras obras, já obedientes a plano geral, que, infelizmente, não pôde concluir. Se bem que não tenha constituído sistema original de pensamento, impôs-se entretanto, como historiador e crítico de subido valor, dedicando nobremente sua vida às altas indagações do pensamento.

Obras: Finalidade do Mundo, 1º vol. Fortaleza, 1894; 2º vol. Fortaleza, 1899, 3º vol. Belém, subepigrafados com a denominação: Estudos de Filosofia e Teleologia naturalista"; A Base Física do Espírito, Belém, 1912; A Verdade como Regra das Ações, 1905; O Mundo Interior, Rio, 1914; sob pseudônimo de Marcos José. O Panfleto (Para começar: Homens de Letras, Jornalistas, Políticos), Rio, 1916.

.....

Panfleto

Deixando, porém, de parte da Academia com o seu ridículo e com a sua nulidade, passemos a tratar de coisa mais séria. Homem de letras – que quer dizer? A expressão está um pouco desmoralizada na forma, mas tem sempre o seu valor permanente no fundo. O que tem desmoralizado o homem de letras é, ao meu ver, o jornalismo. Este está cheio de jabutis e de cágados, transformados em homens de letras, e a fazer registros baratos de crítica, distribuindo a celebridade e a glória, como quem vende manteiga podre e rançosa em mercearia vil de português barrigudo e pândego. É de aí que vem todo o mal. Depois panelinhas se formam de elogio mútuo em que reputações se forjicam, de um para outro momento, que correm de uma a outra extremidade do país. E quando a panela se alarga e toma proporções mais consideráveis e aparecem medalhões, solenes e graves, podendo influir o governo e a política, então já não se cogita somente de glória, mas também de interesses... e de pândega. E o período das bambochatas e também dos arranjos indecorosos, dos favores aos eleitos da glória... favores feitos, quase sempre, ou melhor, invariavelmente, à custa dos dinheiros públicos... Nesse período jornalistas e homens de letras andam quase sempre ligados; mais do que isto: são como duas almas num só e mesmo corpo.

Também nossa literatura é, em certo sentido, irmã gêmea de nossa política. Uma coisa é a imagem da outra. E assim como em política as posições são tomadas de assalto; assim também em literatura a conquista da glória é por vezes violenta, e dão-se, não raro, manobras perigosas, arranjos de força, ameaçadores, tremendos. Reputações há que se fazem não só a sopapo, como ainda a revólver e à faca. Pois não é certo que, em nosso meio, ferve a intriga entre literatos? Que estes vivem a dilacerar-se, uns aos outros? Que amigos de hoje fazem-se inimigos amanhã, e levam a tal ponto os seus ódios e a sua cegueira, que terminam matando-se, uns aos outros, por questiúnculas vis de literatura banal?... Isto, quando os processos próprios para a conquista da glória não são os dos políticos que vivem, a se arrastar pelos pés dos poderosos, como é mais comum... Desta desordem, desta anarquia, deste caos de desmoramento, não podia deixar de resultar o desvirtuamento do gosto e a depravação geral do sentimento estético... É o que se vê presentemente.

Contudo é certo que temos homens de grande merecimento. Isto qualquer que seja o aspecto por que se considere a vida mental e em todas as esferas da sociedade: na política, na administração, no Congresso legislativo, na magistratura, no magistério e até na Academia, onde é de supor que já não se sintam muito bem. Temos sábios de real competência, juristas de grande saber, advogados de mérito, escritores, poetas, que seriam notáveis em qualquer país. Penso mesmo que o povo brasileiro é excepcionalmente inteligente. Além disso, original; um pouco confuso, é certo, e ainda mal consciente de si mesmo; mas isto, por ser um tanto complexa e misteriosa a nação mesma; o que explica que tão custosamente, tão demoradamente se venha formando o espírito nacional que em verdade ainda não existe. Podemos afirmar que somos um povo entusiasta, capaz de abnegações, capaz de lutas heróicas, e havemos de ser com certeza uma grande nação; a menos que os estadistas, da República, se continuarem com esta política de assaltos e traições, sem generosidade, sem consciência, sem amor e sem justiça, perdendo a visão do próprio destino, e a fé no futuro da pátria não venham a terminar reduzindo tudo isto as frangalhos. Não acredito, entretanto, que tal se dê. Penso, ao contrário, que uma orientação nova

começará, talvez dentro em pouco, a animar, entre nós, a vida pública: é que uma fé nova virá, dentro em pouco, dar vigor e energia aos nossos homens.

E aos que nos dirigem poder-se-ia dizer: Protegeí a virtude, amparai os homens de espírito, castigai os criminosos e os ladrões, expulsai das assembléias políticas, de todas as operações em que devam trabalhar a inteligência e o amor, não somente os nulos, mais ainda os intrusos e os falsários; os que só vivem para comer e só têm capacidade para cavar posições: sede intransigentes, terríveis nesta obra de saneamento moral; e escolhei os mais dignos, os mais capazes, e tudo está salvo. Não é de economias banais, de medidas incompletas, parciais, negativas, de cortes insignificantes de despesa que fazem chorar muita gente, sem entretanto, melhorar em coisa alguma a situação, e agravando-a talvez; não é de nada disto que precisamos; mas de uma providência enérgica e profunda, de um levantamento geral das energias da nação, de um soerguimento da consciência nacional, de uma regeneração em suma. Só assim poderá renascer, para esta nação abatida, a fé que salva, a fé que faz milagres. E esta há de vir. Uma coisa; sobretudo, se faz necessária: sede justos. E a propósito de justiça, sabeis qual é a causa real de todo esse abatimento horroroso a que nos achamos reduzidos, o motivo ou princípio de toda a nossa ruína, não somente moral e política, mas ainda econômica? Sabeis? É necessário que ninguém se iluda: a causa de todos os nossos males, a fonte comum de todas as nossas desgraças, eis aqui: é a falta de Justiça. A Justiça é o fim mesmo do governo, o seu objetivo próprio. Assim deve ser; e em tudo o que o governo venha a empreender fora disto, está fora do seu papel. O que o governo deve ter sempre em vista. O que tem obrigação de fazer sempre, sendo esta a sua missão própria e a única razão de ser de sua existência, o seu dever essencial e fundamental – eis aqui: é garantir a cada um o produto de seu trabalho, e assegurar, por esta forma, o equilíbrio permanente e o desenvolvimento harmônico das diferentes forças produtoras da nação. Farão isto os nossos governos? Farão isto os diretores da nossa política, os soberanos da nossa máquina social? Não. Aqui, o que se faz é, tiram de uns o que de direito lhes pertence, para dar a outros que muitas vezes nada valem. O que prevalece é o protecionismo às escâncaras, desabusado e cínico, as preferências mais odiosas e indignas.

Os lugares públicos são, em sua quase totalidade, preenchidos por concurso. Mas o que são entre nós os concursos? Uma vergonha e um escândalo, e em regra, uma simulação e uma mentira. O trabalho, e a competência, a honestidade, a virtude, tudo isto nada vale – são qualidades, em nosso país, todas estas, puramente negativas: só merece respeito para os diretores de nossa política; só tem valor para os grandes homens de nossa República – o padrinho forte. E isto, quando não se trate de preferências pessoais, muito particulares, muito egoístas e cínicas, trabalhando o grande homem, como se costuma dizer, *pro domo sua*, significa, o mais das vezes, o seguinte: os que sabem falsificar eleições, os que têm astúcia e podem fazer legisladores. Também isto não é senão um país de legisladores; mas de legisladores feitos a murro e a sopapo, e que também só sabem fazer a lei a murro e a sopapo.

Eu posso indicar aqui um exemplo obscuro das preferências odiosas, do capricho desabusado, do arbítrio e às vezes estupidez e cegueira com que se faz neste país, direção das coisas públicas e a distribuição da justiça. Digo exemplo obscuro, porque se trata de um empregado secundário, muito secundário mesmo. Mas isto prova exatamente a miséria moral dos nossos homens públicos, porque se houvesse, neste país, interesse pelo mérito, atenção para com a virtude, esse empregado ocuparia, com certeza, lugar muito mais alto. Refiro-me ao Sr. Palvino Rocha. Falo deste, porque conheço-o de perto; mas poderia lembrar aos milhares, exemplos análogos. Este homem é um modelo de honestidade e de trabalho, é a capacidade viva, a dedicação, a lealdade, a inteligência, tudo isto, ligado a uma vontade forte, sempre firme no cumprimento do dever e sempre enérgico na resolução de vencer pelo trabalho honesto, mas sem se humilhar perante os poderosos e sem se submeter às baixezas que estes impõem. Por isto mesmo nada tem feito e acaba de ser sacudido de uma repartição para outra, para lugar de categoria ainda mais baixa, por simples capricho de uma autoridade imbecil ou arbitrária... Tal é o processo comum e a norma regular de administração neste maravilhoso país.

País de impostores, odientos e cínicos, algumas vezes perversos; país de exploradores políticos; país de falsos legisladores – eis o que somos. Também as leis se fabricam aqui com a mesma facilidade, com que se fabrica manteiga ou sabão. Quase todas copiadas do es-

trangeiro, da França, da Inglaterra, da Itália, e principalmente da América do Norte, razão pela qual não se admite hoje, entre nós, não se compreende mesmo, um legislador, que não conheça muito bem o inglês. E se não são copiadas, as nossas leis, até do Japão ou da China, é porque ninguém sabe ler em língua japonesa ou chinesa. É uma falsa ciência a dos nossos legisladores, aparente, exterior, feita unicamente de erudição indigesta, sem significação e sem fundo, sem princípios, sem convicção, sem idéias; ciência de declamadores, anêmica e fofa, blasonadora e banal, sem nervo e sem verdade, sem ideal e sem norte; ciência de aleijados e míopes; ciência de estropiados mentais, à frente de todos, esse grande sofista que se chama Rui Barbosa.

É por isto que as leis em nosso país se fazem e desfazem com tanta facilidade. Tudo se reforma, tudo se modifica a todo o momento, e cada novo governo que vem, quer ter, em todos os ramos da administração, um sistema todo novo de leis. De modo que não há nenhuma tradição regular, nenhuma norma segura, nenhum princípio certo, em matéria de administração e de governo. Competências reais, experimentadas e práticas, dificilmente se poderão formar neste mecanismo instável. A Justiça deve ser, por assim dizer, um hábito, um hábito tradicional, tendo suas raízes na História, mesmo no mais longínquo da História, de modo a não poder jamais ser arrancado da consciência dos povos. Aqui os governos que, em regra, não cogitam de justiça, e às vezes nem sequer poderão dizer o que se deve entender por justiça, acreditam dar uma idéia muito alta da justiça, multiplicando as leis. É assim que temos leis aos milhares, muitas extemporâneas, extravagantes, ridículas; quase todas falsas, importadas do estrangeiro, sem nenhuma ligação com o nosso meio, sem nenhuma relação com os hábitos tradicionais e as tendências próprias da nação.

A primeira consequência que daí ressalta é que o sentimento da justiça pouco a pouco se vai apagando e, por fim, termina extinguindo-se de todo na consciência do povo. E isto é muito natural e lógico, porque se o Direito é coisa que se faz e refaz com tanta facilidade, a verdade é que isto de justiça não passa de uma palavra vã. Nem há inconveniente algum em violar a lei, porque o que é justo hoje, pode muito bem ser o injusto amanhã.

O resultado geral é a anarquia.

Mas que importa a anarquia? – poderão dizer-me. Anarquia... ora, anarquia... Não é a anarquia, em verdade, o estado atual do espírito humano?... É a Europa que é precisamente o centro da mais poderosa civilização não está, neste momento, entregue à mais tremenda das anarquias?...

Sim: a Europa está realmente entregue à mais tremenda das anarquias. Mas ali temos uma anarquia grandiosa e heróica, da qual com certeza irá sair alguma coisa nova e estranha que há de mudar a face do mundo. Aqui temos uma anarquia canalha e torpe que reduz a nossa nacionalidade a esta miséria moral que todos estamos vendo e sentido.

Não vedes como se tem tornado ineficaz, importuna às vezes, sempre seca, sempre oca, desprestigiada e nula, a palavra de nossos oradores políticos, ainda que seja a de um Rui Barbosa? É em vão que declamam; é em vão que se esforçam por defender os direitos do povo; em vão que fazem a apologia da Liberdade, da Justiça, do Patriotismo; em vão que falam na necessidade de reformas (as reformas se repetem a todo o momento inutilmente); que pregam como tantas vezes se tem visto, abertamente, escandalosamente, a revolução... É como se pregassem no deserto. Ninguém os ouve. Como se explica isto?

É que já não há mais ninguém que acredite no verbo inflamado dos políticos. A crença comum é que todos eles, chefes, subchefes, chefes, cabos eleitorais de toda a sorte, intendentos, deputados, senadores e até ministros e governadores, não passam de uma súcia de pândegos. Quando não se trate de gente mais complicada e perigosa. E a verdade é que quando um orador político nos fala em direito, justiça, economia, liberdade, legalidade, patriotismo, e quantos outros palavrões que com estes formam o tema ordinariamente debatido, a impressão que se tem é quase a mesma que se poderia experimentar ouvindo, por exemplo, uma prostituta fazendo a apologia da honra e do pudor?...

Todos sabem: o que ele tem em vista, é ajeitar-se melhor; todos sabem: o que ele quer, é colocar-se melhor na máquina do governo e da administração.

Mas isto é muito humano – poder-se-á dizer. Os políticos também precisam de cavar a vida. Realmente é assim. Mas a coisa, como se faz em nosso país, é, pelo menos, exagerada. Parece antes uma doença. Nem pode deixar de ser uma desgraça...

(*O Panfleto*, n.º 1, por Marcos José, Rio, novembro de 1916, págs. 22-27).

JOÃO DA CRUZ E SOUSA (1861-1898). Nasceu em Desterro (Santa Catarina), em condições humildes. Seus pais eram negros escravos do Marechal-de-Campo Guilherme Xavier de Sousa, que cedo os alforriou. Educado carinhosamente pelos senhores, Cruz e Sousa revelou precocemente sua alta inteligência, escrevendo as primeiras poesias antes da adolescência, segundo relata um biógrafo. No Ateneu Provincial, recebeu instrução de elevado nível, sendo discípulo de Fritz Müller, de Rosas Ribeiro e Mendes de Almeida. Este lhe ensinou latim e grego.

Em 1881, já eram mortos seus protetores e andava o poeta em excursões, como gerente de uma companhia teatral. Visitara o Rio, filiara-se ao parnasianismo, chamado então de "escola nova". Quatro anos depois, o Jornal do Comércio registrava a publicação de Tropos e Fantasias, em colaboração com Virgílio Várzea. Desde os primeiros passos, a luta pela ascensão social é dura -- e o preconceito de cor marca a sensibilidade do poeta. O trecho, que transcrevemos, é documento vivo. Não se envergonha, como Machado de Assis, de sua ascendência africana -- e a sua produção traduz-lhe certo orgulho, como reação ao status que lhe negaram e a que sua inteligência de escolar fazia jus. Com ele, afirmou-se o simbolismo, no Brasil. Morreu miseravelmente, na estação do Sítio (Minas Gerais), onde se acolhera na véspera, gravemente enfermo dos pulmões.

Obras: Tropos e fantasias, Desterro, 1885; Missal, Rio 1893; Broquéis, Rio, 1893; Evocações, Rio, 1898; Faróis, Rio, 1900; Últimos Sonetos, Paris, 1905.

.....

Egoísmos e preconceitos

"
..... **A**ssim é que eu via a arte, abrangendo todas as faculdades, absorvendo todos os sentidos, vencendo-os, subjugando-os amplamente.

Era uma força oculta, impulsiva, que ganhara já a agudeza picante, acre, de um apetite estonteante e a fascinação infernal, tóxica, de um fugitivo e deslumbrador pecado...

Assim é que eu a compreendi em toda a intimidade do meu ser, que eu a sentia em toda a minha emoção, em toda a genuína expressão do meu entendimento – e não uma espécie de iguaria agradável, saborosa, que se devesse dar ao público em doses e no grau e qualidade que ele exigisse, fosse esse público simplesmente um símbolo, um bonzo antigo, taciturno e cor de oca, uma expressão serôdia, o público A + B, cujo consenso a convenção em letras maiúsculas decretara.

Afinal, em tese, todas as idéias em arte poderiam ser antipáticas, sem preconcebimentos a agradar, o que não quereria dizer que fossem más.

No entanto, para que a arte se revelasse própria, era essencial que o temperamento se desprendesse de tudo, abrisse vãos, não ficasse nem continuativo nem restrito, dentro de vários moldes consagra-

dos que tomaram já a significação representativa de clichês oficiais e antiquados.

Quanto a mim, originalmente foi crescendo, alastrando o meu organismo, numa veemência e num ímpeto de vontade que se manifesta, num dilúvio de emoção, esse fenômeno de temperamento que com sutilezas e delicadezas de névoas alvoraes vem surgindo e formando em nós os maravilhosos encantamentos da concepção.

O desconhecido me arrebatara e surpreendera e eu fui para ele instintiva e intuitivamente arrastado, insensível então aos atritos da frivolidade, indiferente, entediado por índole diante da filáucia letrada, que não trazia a expressão viva, palpitante, da chama de uma fisionomia, de um tipo afirmativamente eleito.

Muitos diziam-se rebelados, intransigentes – mas eu via claro as *ficelles* dessa rebeldia e dessa intransigência. Rebelados, porque tiveram fome uma hora apenas, as botas rotas um dia. Intransigentes, por despeito, porque não conseguiam galgar as fúteis, para eles gloriosas, posições que os outros galgavam.

Era uma politicazinha engenhosa de medíocres, de estreitos, de tacanhos, de perfeitos imbecilizados ou cínicos, que faziam da arte um jogo capcioso, maneiroso, para arranjar relações e prestígio no meio, de jeito a não ofender, a não fazer corar o diletantismo das suas idéias. Rebeldias e intransigências em casa, sob o teto protetor, assim uma espécie de ateísmo acadêmico, muito demolidor e feroz, com ladainhas e amuletos em certa hora para livrar da trovoada e dos celestes castigos imponderáveis.

Mas, uma vez cá fora à luz crua da vida e do mundo, perante o ferro em brasa da livre análise, mostrando logo as curvaturas mais respeitosas, mais gramaticais, mais clássicas, à decrépita convenção com letras maiúsculas.

Um ou outro, pairando, no entanto, mais alto no meio, tinha manhas de raposa fina, argúcia, vivacidades satânicas, no fundo, frívolas, e que a maior parte, inteiramente oca, sem penetração, não sentia. Fechava sistematicamente os olhos para fingir não ver, para não sair dos seus cômodos pacatos de aclamado banal, fazendo esforço supremo de conservar a confusão e a complicação no meio, transformar e eston-

tear aquelas raras e adolescentes cabeças que por acaso aparecessem já com algum nebuloso segredo.

Um ou outro tinha habilidade quase mecânica de apanhar, de recolher do tempo e do espaço as idéias e os sentimentos que, estando dispersos, formavam a temperatura burguesa do meio, portanto corrente já, e de trabalhar algumas páginas, alguns livros, que por trazerem idéias e sentimentos homogêneos dos sentimentos e idéias burguesas, aqueciam, alvoroçavam, atordoavam o ar de aplausos...

Outros, ainda, adaptados às épocas, aclimados ao modo de sentir exterior; ou, ainda por mal compreendido ajeitamento, fazendo absoluta apostasia do seu sentir íntimo, próprio, iludidos em parte; ou talvez, sem vivas, entranhadas raízes de sensibilidade estética, sem a ideal radicalização de sonhos ingenuamente fecundados e quintessenciados na alma, evidenciando com flagrância, traíndo assim o fundo fútil das suas naturezas passageiras, despercebidas de certos movimentos inevitáveis da estesia, que imprimem, por fórmulas fatais, que arrancam das origens profundas, com toda a sanguinolenta verdade e por causas fugidias a toda e qualquer análise, tudo o quanto se sente e pensa de mais ou menos elevado e completo.

Mistificadores afetados de *canailerie* por tom, por modernismos falhos apanhados entre os absolutamente fracos, os pusilânimes de têmpera no fundo, e que, no entanto, tanto aparentam correção e serena força própria.

Naturezas vacilantes e mórbidas, sem a integração final, sem mesmo o equilíbrio fundamental do próprio desequilíbrio e, ainda, mais do que tudo, sem esse poder quase sobrenatural, sem esses atributos excepcionais que gravam, que assinalam de modo estranho, às chamejantes e intrínsecas obras-de-arte, o caráter imprevisto, extra-humano, do sonho.

Hábeis *viveurs*, jeitosos, sagazes, acomodaticios, afetando pessimismos mais por desequilíbrio que por fundamento, sentindo, alguns, até à saciedade, a atropelação do meio, fingindo desprezá-lo, aborrecê-lo, odiá-lo, mas mergulhando nele com frenesi, quase com delírio, mesmo com certa volúpia maligna de fluxos e de nulos que trazem num grau muito apurado a faculdade animal do instinto de conservação, a ha-

bilidade de nadadores destros e intrépidos nas ondas turvas dos cálculos e efeitos convencionais.

Tal, desse modo, um prestidigitador ágil e atilado, colhe e prende, com as miragens e truques da nigromancia, a frívola atenção passiva de um público dócil e embasbacado.

Incipientes uns, obscenamente cretinos, outros, devorados pela desoladora impotência que os torna lívidos e lhes dilacera os fígados, eu bem lhes percebo as psicologias subterrâneas, bem os vejo passar, todos, todos, todos de olhos oblíquos, numa expressão fisionômica azeda e vesga de despeito, como errantes duendes da meia-noite, verdes, escarlates, amarelos e azuis, em vão granizando e chocalhando na treva os guizos das sarcásticas risadas...

Almas tristes, afinal, que se diluem, que se acabam, num silêncio amargo, numa dolorosa desolação, murchas e doentias, na febre fatal das desorganizações, melancolicamente, melancolicamente como a decomposição de tecidos que gangrenaram, de corpos que apodreceram de um modo irremediável e não podem mais viçar e florir sobre as refulgências e sonoridades dos finíssimos ouros e cristais e safiras e rubis incendiados do Sol.

Almas lassas, debochadamente relaxadas, verdadeiras casernas onde a mais rasgada libertinagem não encontra fundo, almas que vão cultivando com cuidado delicadas infamiazinhas como áspides galantes e curiosas e que de tão baixas, de tão rasas que são nem merecem a magnificência, a majestade do Inferno!

Almas, afinal, sem as chamas misteriosas, sem as névoas, sem as sombras, sem os largos irisados resplendores do sonho – supremo redentor eterno!

Tudo um ambiente dilacerante, uma atmosfera que sufoca, um ar que aflige e dói nos olhos e asfixia a garganta como uma poeira triste, muito densa, muito turva, sob um meio-dia ardente, no atalho ermo de vila pobre por onde vai taciturnamente seguindo algum obscuro enterro de desgraçado...

Eles riem, eles riem e eu caminho e sonho tranqüilo! Pedindo a algum belo deus de estrelas e de azul, que vive em tédios aristocráticos na nuvem, que me deixe serenamente e humildemente acabar esta obra extrema de fé e de vida!

Se alguma nova ventura conheço é a ventura intensa de sentir um temperamento, tão raro me é dado sentir essa ventura. Se alguma coisa me torna justo é a chama fecundadora, o eflúvio fascinador e penetrante que se exala de um verso admirável, de uma página de evocações, legítima e sugestiva.

O que eu quero, o que eu aspiro, tudo por quanto anseio, obedecendo ao sistema arterial das minhas intuições, é a Amplidão sonhar, para sentir, para sofrer, para vagar, para dormir, para morrer, agitando, ao alto a cabeça anatematizada, como Otelo nos delírios sangrentos do Ciúme...

Agitando ainda a cabeça num derradeiro movimento de desdém augusto, como nos cismativos ocasos os desdéns soberanos do Sol que ufanamente abandona a Terra para ir talvez fecundar outros mais pobres e ignorados hemisférios...

Pensam, sentem, este, aqueles. Mas a característica que denota a seleção de uma curiosa natureza, de um ser de arte absoluto, essa, não a sinto, não a vejo, com os delicados escrúpulos e suscetibilidades de uma flagrante e real originalidade sem escolas, sem regulamentações e métodos, sem *coterie* e anais de crítica, mas com a força germinal poderosa de virginal afirmação viva.

De alto a baixo, rasgam-se os organismos, os instrumentos da autópsia psicológica penetram por tudo, sondam, perscrutam todas as células, analisam as funções mentais de todas as civilizações e raças; mas só escapa à penetração, à investigação desses positivos exames, a tendência, a índole, o temperamento artístico, fugidios sempre e sempre imprevisos, porque são casos particulares de seleção na massa imensa dos casos gerais que regem e equilibram secularmente o mundo.

Desde que o artista é um isolado, um esporádico, não adaptado ao meio, mas em completa lógica e inevitável revolta contra ele, num conflito perpétuo entre a sua natureza complexa e a natureza oposta do meio, a sensação, a emoção que experimenta é de ordem tal que foge a todas as classificações e casuísticas, a todas as argumentações que, parecendo as mais puras e as mais exaustivas do assunto, são, no entanto, sempre deficientes e falsas.

Ele é o supercivilizado dos sentidos, mas como que um supercivilizado ingênito, transbordado do meio, mesmo em virtude da sua percuciente agudeza de visão, da sua absoluta clarividência, da sua inata perfectibilidade celular, que é o germe fundamental de um temperamento profundo.

Certos espíritos de arte assinalaram-se no tempo veiculados pela hegemonia das raças, pela preponderância das civilizações, tendo porém, em toda a parte, um valor que era universalmente conhecido e celebrizado, porque, para chegar a esse grau de notoriedade, penetraram primeiro nos domínios do oficialismo e da *coterie*.

Os de estética emovente e exótica, os *gueux*, os requintados, os sublimes iluminados por um clarão fantástico, como Baudelaire, como Poe, os surpreendentes da alma, os imprevistos missionários supremos, os inflamados, devorados pelo sonho, os claridentes e evocativos, que emocionalmente sugestionam e acordam luas adormecidas de recordações e de saudades. Esses ficam imortalmente cá fora, dentre as augustas vozes apocalípticas da natureza, chorados e cantados pelas estrelas e pelos ventos!

Ah! benditos os reveladores da dor infinita! Ah! soberanos e invulneráveis aqueles que, na arte, nesse extremo requinte de volúpia, sabem transcendentalizar a dor, tirar da dor a grande significação eloqüente e não amesquinhá-la e desvirginá-la!

A verdadeira, a suprema força da arte está em caminhar firme, resoluto, inabalável, sereno através de toda a perturbação e confusão ambiental, isolado no mundo mental criado, assinalando com intensidade e eloqüência o mistério, a predestinação do temperamento.

É preciso fechar com indiferença os ouvidos aos rumores confusos e atropelantes e engolfar a alma, com ardente paixão e fé concentrada, em tudo o que se sente e pensa com sinceridade, por mais violenta, obscura ou escandalosa que essa sinceridade à primeira vista pareça, por mais longe das normas preestabelecidas que a julguem, para então assim mais elevadamente estrelar os infinitos da grande arte, da grande arte que é só, solitária, desacompanhada das turbas que chasqueiam, da matéria humana doente que convulsiona dentro das estreitezas asfixiantes do seu torvo caracol.

Até mesmo certos livros, por mais exóticos, atraentes, abstrusos, que sejam, por mais aclamados pela tropa do momento, nada podem influir, nenhuma alteração podem trazer ao sentimento geral de idéias que se constituíram sistema e que afirmam, de modo radical, mas simples, natural, por mais exagerado que se suponha, a calma justa das convicções integrais, absolutas dos que seguem impavidamente a sua linha, dos que, trazendo consigo imaginativo espírito de concepção, caminham sempre com tenacidade, serenamente, imperturbáveis aos apupos inofensivos, sem tonturas de fascinação efêmera, sentindo e conhecendo tudo, com os olhos claros levantados e sonhadores cheios de uma radiante ironia mais feita de clemência, de bondade, do que de ódio.

O artista é que fica muitas vezes sob o signo fatal ou sob a auréola funesta do ódio, quando no entanto o seu coração vem transbordando de piedade, vem soluçando de ternura, de compaixão, de misericórdia, quando ele só parece mau porque tem cóleras soberbas, tremendas indignações, ironias divinas que causam escândalos ferozes, que passam por blasfêmias negras, contra a infâmia oficial do mundo, contra o vício hipócrita, perverso, contra o postíço sentimento universal mascarado de liberdade e de justiça.

Nos países novos, nas terras ainda sem tipo ético absolutamente definido, onde o sentimento de arte é silvícola local, banalizado, deve ser espantoso, estupendo o esforço, a batalha formidável de um temperamento fatalizado pelo sangue e que traz consigo, além da condição inviável do meio, a qualidade fisiológica de pertencer, de proceder de uma raça que a ditadora ciência de hipóteses negou em absoluto para as funções do entendimento e, principalmente, do entendimento artístico da palavra escrita.

Deus meu! Por uma questão banal da química biológica do pigmento ficam alguns mais rebeldes e curiosos fósseis preocupados, a ruminar primitivas erudições, perdidos e atropelados pelas longas galerias submarinas de uma sabedoria infinita, esmagadora, irrevogável!

Mas, que importa tudo isso?! Qual é a cor da minha forma, do meu sentir? Qual é a cor da tempestade de dilacerações, que me abala? Qual a dos meus sonhos e gritos? Qual a dos meus desejos e febres?

Ah! Esta minúscula humanidade, torcida, enroscada, assaltando as almas com a ferocidade de animais bravios, de garras aguçadas e dentes rijos de carnívoro, é que não pode compreender-me.

Sim! Tu é que não podes entender-me, não podes irradiar, convulsionar-te nestes efeitos com os arcaísmos duros da tua compreensão, com a carcaça paleontológica do bom senso.

Tu é que não podes ver-me, atentar-me, sentir-me, dos limites da tua toca de primitivo, armada do bordão simbólico das convicções pré-históricas, patinhando a lama das teorias, a lama das conveniências equilibrantes, a lama sinistra, estagnada, das tuas insaciáveis luxúrias.

Tu não podes sensibilizar-te diante destes extasiantes estados de alma, diante destes deslumbramentos estesíacos, sagrados, diante das eucarísticas espiritualizações que me arrebatam.

O que tu podes, só, é agarrar com frenesi ou com ódio a minha obra dolorosa e solitária e lê-la e detestá-la e revirar-lhe as folhas, trincar-lhe as páginas, enodoar-lhe a castidade branca dos períodos, profanar-lhe o tabernáculo da linguagem, riscar, traçar, assinalar, cortar com dísticos estigmatizantes, com labéus obscenos, com golpes fundos de blasfêmia as violências da intensidade, dilacerar, enfim, toda a obra, num ímpeto cobarde de impotência ou de angústia.

Mas, para chegares a esse movimento apaixonado, dolorido, já eu antes terei, por certo – eu o sinto, eu o vejo! – te arremessado profundamente, abismantemente pelos cabelos a minha Obra e obrigado a tua atenção comatosa a acordar, a acender, a olfatar, a cheirar com febre, com delírio, com cio, cada adjetivo, cada verbo que eu faça chiar como um ferro em brasa sobre o organismo da idéia, cada vocábulo que eu tenha pensado e sentido com todas as fibras, que tenha vivido com os meus carinhos, dormido com os meus desejos, sonhado com os meus sonhos, representativos, integrais, únicos, completos, perfeitos, de uma convulsão e aspiração supremas.

Não conseguindo impressionar-te, afetar-te a bossa intelectual, quero ao menos sensacionar-te a pele, ciliciar-te, crucificar-te ao meu estilo, desnudando ao sol, pondo abertas e francas, todas as expressões, *nuances* e expansibilidades deste amargurado ser, tal como sou e sinto.

Os que vivem num completo assédio no mundo, pela condenação do pensamento, dentro de um báratro monstruoso de leis e preceitos obsoletos, de convenções radicadas, de casuísticas, trazem a necessidade inquieta e profunda de como que traduzir, por traços fundamentais, as suas faces, os seus aspectos, as suas impressionabilidades e, sobretudo, as suas causas originais, vindas fatalmente da liberdade fenomenal da natureza.

Ah! Destino grave, de certo modo funesto, dos que vieram ao mundo para, com as correntes secretas dos seus pensamentos e sentimentos, provocar convulsões subterrâneas, levantar ventos opostos de opiniões, mistificar a insipiência dos adolescentes intelectuais, a ingenuidade de certas cabeças, o bom senso dos cretinos, deixar a oscilação da fé, sobre a missão que trazem, no espírito fraco, sem consistência de crítica própria, sem impulsão original para afirmar os Obscuros que não contemporizam, os negados que não reconhecem a sanção oficial, que repelem toda a sorte de conchavos, de compadrismos interesseiros, de aplausos forjicados, por limpidez e decência e não por frivolidades de orgulhos humanos ou de despeitos tristes.

Ah! Destino grave dos que vieram ao mundo para ousadamente deflorar as púberes e cobardes inteligências com o órgão másculo, poderoso da síntese, para inocular nas estreitezas mentais o sentimento vigoroso das generalizações, para revelar uma obra bem fecundada de sangue, bem constelada de lágrimas, para, afinal, estabelecer o choque violento das almas, arremessar umas contra as outras, na sagrada, na bendita impiedade de quem traz consigo os vulcanizadores anátemas que redimem.

O que em nós outros errantes do sentimento flameja, arde e palpita, é esta ânsia infinita, esta sede santa e inquieta, que não cessa, de encontrarmos um dia uma alma que nos veja com simplicidade e clareza, que nos compreenda, que nos ame, que nos sinta.

É de encontrar essa alma assinalada pela qual viemos vindo de tão longe sonhando e andamos esperando há tanto tempo, procurando-a no silêncio do mundo, cheios de febre e de cismas, para no seio dela cairmos frementes, alvoroçados, entusiastas, como no eterno seio da luz imensa e boa que nos acolhe.

É esta bendita loucura de encontrar essa alma para desabafar ao largo da vida com ela, para respirar livre e fortemente, de pulmões satisfeitos e límpidos, toda a onda viva de vibrações e de chamas do sentimento que contivemos por tanto e tão longo tempo guardada na nossa alma, sem acharmos uma outra alma irmã à qual pudéssemos comunicar absolutamente tudo.

E quando a flor dessa alma se abre encantadora para nós, quando ela se nos revela com todos os seus sedutores e recônditos aromas, quando afinal a descobrimos um dia, não sentimos mais o peito oprimido, esmagado: uma nova torrente espiritual deriva do nosso ser e ficamos então desafogados, coração e cérebro inundados da graça de um amor, bem pagos de tudo, suficientemente recompensados de todo o transcendente sacrifício que a natureza heroicamente impôs aos nossos ombros mortais, para ver se conseguimos aqui embaixo na Terra encher, cobrir este abismo do Tédio com abismos de luz!

O mundo, chato e medíocre nos seus fundamentos, na sua essência, é uma dura fórmula geométrica. Todo aquele que lhe procura quebrar as hirtas e caturras linhas retas com o poder de um simples sentimento, desloca de tal modo elementos de ordem tão particular, de natureza tão profunda e tão séria que tudo se turba e convulsiona; e o temerário que ousou tocar na velha fórmula experimenta toda a dor imponderável que esse simples sentimento provoca.

Eu não pertenço à velha árvore genealógica das intelectualidades medidas, dos produtos anêmicos dos meios lutulentos, espécies exóticas de altas e curiosas girafas verdes e esplenéticas de algum maravilhoso e babilônico jardim de lendas...

Num impulso sonâmbulo para fora do círculo sistemático das fórmulas preestabelecidas, deixei-me pairar, em espiritual essência, em brilhos intangíveis, através dos nevados, gelados e peregrinos caminhos da Via-Láctea...

E é por isso que eu ouço, no adormecimento de certas horas, nas moles quebreiras de vagos torpores enervantes, na bruma crepuscular de certas melancolias, na contemplatividade mental de certos poentes agonizantes, uma voz ignota, que parece vir do fundo da imaginação ou do fundo mucilaginoso do mar ou dos mistérios da noite –

talvez acordes da grande lira noturna do Inferno e das harpas remotas de velhos céus esquecidos, murmurar-me:

– "Tu és dos de Cã, maligno, réprobo, anatematizado! Falas em abstrações, em formas, em espiritualidades, em requintes, em sonhos! Como se tu fosses das raças de ouro e da aurora, se viesses dos arianos, depurados por todas as civilizações, célula por célula, tecido por tecido, cristalizado o teu ser num verdadeiro cadinho de idéias, de sentimentos – direito, perfeito, das perfeições oficiais dos meios convencionalmente ilustres! Como se viesses do Oriente, rei! em galeras, dentre opulências, ou tivesses a ventura magna de ficar perdido em Tebas, desoladamente cismando através de ruínas; ou a iriada, peregrina e fidalga fantasia dos medievos, ou a lenda colorida e bizarra por haveres adormecido e sonhado sob o ritmo claro dos astros, junto às priscas margens venerandas do mar Vermelho!

"Artista! Pode lá isso ser se tu és de África, tórrida e bárbara, devorada insaciavelmente pelo deserto, tumultuando de matas bravias, arrastada, sangrando no lodo das civilizações despóticas, torvamente amamentada com o leite amargo e venenoso da angústia! A África arrebatada nos ciclones torvelinhantes das impiedades supremas, das blasfêmias absolutas, gemendo, rugindo, bramando no caos feroz, hórrido, das profundas selvas brutas, a sua formidável dilaceração humana! A África laocoôntica, alma de trevas e de chamas, fecundada no Sol e na noite, errantemente tempestuosa como a alma espiritualizada e tantálica da Rússia, gerada no degredo e na neve – pólo branco e pólo negro da dor!

"Artista?! Loucura! Loucura! Pode lá isso ser se tu vens dessa longínqua região desolada, lá do fundo exótico dessa África sugestiva, gemente, criação dolorosa e sanguinolenta de satãs rebelados, dessa flagelada África, grotesta e triste, melancólica, gênese assombrosa de gemidos, tetricamente fulminada pelo banzo mortal; dessa África dos suplicios, sobre cuja cabeça nirvanizada pelo desprezo do mundo Deus arrojou toda a peste letal e tenebrosa das maldições eternas!

"À África virgem, inviolada no sentimento, avalanche humana amassada com argilas funestas e secretas para fundir a epopéia suprema da dor do futuro, para fecundar talvez os grandes tercetos tremendos de algum novo e majestoso Dante negro!

"Dessa África que parece gerada para os divinos cinzéis das colossais e prodigiosas esculturas, para as largas e fantásticas inspirações convulsas de Doré – inspirações inflamadas, soberbas, choradas, soluçadas, bebidas nos infernos e nos céus profundos do sentimento humano.

"Dessa África cheia de solidões maravilhosas, de virgindades animais instintivas, de curiosos fenômenos de esquisita originalidade, de espasmos de desespero, gigantescamente medonha, absurdamente ululante – pesadelo de sombras macabras – visão valpurgiana de terríveis e convulsos soluços noturnos circulando na Terra e formando, com as seculares, despedaçadas agonias da sua alma renegada, uma auréola sinistra, de lágrimas e sangue, toda em torno da Terra...

"Não! Não! Não! Não transporás os pórticos milenários da vasta edificação do mundo, porque atrás de ti e adiante de ti não sei quantas gerações foram acumulando, acumulando pedra sobre pedra, pedra sobre pedra, que para aí estás agora o verdadeiro emparedado de uma raça.

"Se caminhares para a direita baterás e esbarrarás ansioso, aflito, numa parede horrendamente incomensurável de egoismos e preconceitos! Se caminhares para a esquerda, outra parede, de ciências e críticas, mais alta do que a primeira, te mergulhará profundamente no espanto! Se caminhares para a frente, ainda nova parede, feita de despeitos e impotências, tremenda, de granito, brancamente se elevará ao alto! Se caminhares, enfim, para trás, ah! ainda, uma derradeira parede, fechando tudo, fechando tudo – horrível! – parede de imbecilidade e ignorância, te deixará frio espasmo de terror absoluto...

"E, mais pedras, mais pedras se sobreporão às pedras já acumuladas, mais pedras, mais pedras... Pedras destas odiosas, caricatas e fatigantes civilizações e sociedades... Mais pedras, mais pedras! E as estranhas paredes hão de subir – longas, negras, terríficas! Hão de subir, subir, subir mudas, silenciosas, até às estrelas, deixando-te para sempre perdidamente alucinado e emparedado dentro do seu sonho..."

(Panorama do Movimento Simbolista Brasileiro, por Andrade Murici, Rio, 1952, vol. I, págs. 154-165, transcrito de Obras Completas de Cruz e Sousa, II, Prosa, Evocações, págs. 425-452).

LAFAIETE RODRIGUES PEREIRA (1834-1917). Nasceu em Queluz (Minas Gerais). Coursou a Faculdade de Direito de São Paulo, onde deixou fama de estudioso, participando, com brilho, do movimento literário. Temperamento sóbrio, desde cedo revelou qualidades de finura e equilíbrio na maneira de julgar as coisas e os homens, que o distinguiam vida afora. Aliando à elegância do estilo extensa cultura e fina verve crítica, deixou páginas admiráveis, publicadas inicialmente no Jornal do Comércio sob pseudônimo de "Labierno", e depois reunidas em livro: é uma lúcida análise da obra de Sílvio Romero, em defesa de Machado de Assis.

Exerceu cargos na magistratura, na administração e no Parlamento. Foi presidente da Província do Ceará e um dos signatários do "Manifesto Republicano", de 1870, redigido por Quintino Bocaiúva. Elegeu-se senador por sua província natal -- e no Parlamento sua influência cresceu nas camadas intelectuais. Foi conselheiro de estado, e representou o Brasil no Conselho de Arbitragem no Chile. Em todas essas posições, manifestou alta capacidade política e profissional. A República encontrou-o já retirado da vida pública.

Obras: Direito de Família, Rio, 1869; Direito das Coisas, Rio, 1877; Direito Internacional, Rio, 1900; Vindiciae, Rio, 1899.

.....

Sociologia, liberdade e sentimento

É

a sociologia uma ciência? T. Barreto sustenta que não, o Sr. Romero que sim. Sobre esta questão trava o Sr. Romero com Tobias uma luta que lembra uma dessas batalhas simuladas, a que por mero exercício se entregam os corpos de um mesmo exército.

A sociologia não é ainda uma ciência fundada, mas pode vir a sê-lo dentro de certos limites.

Os atos e fatos que fazem o objeto da sociologia são atos e fatos humanos e, por consequência, subordinados à vontade e à inteligência.

A liberdade é vária. Não está sujeita a um determinismo absoluto e fatal como os fenômenos da natureza física. É dirigida pela inteligência: sem a inteligência seria um poder cego.¹ Dentro do círculo dos motivos de deliberação que a inteligência lhe sugere, pode ele atuar antes por um do que por outro.

Pode a liberdade entrar em ação sem um motivo inspirado pela inteligência? Não, tal é o testemunho da consciência. Mas entre os motivos fornecidos pela inteligência, ela tem a faculdade de escolher antes uns do que outros. Este poder a subtrai à fatalidade do determinismo.

(1) O Padre A. Vieira, que era tão versado nas sutilezas da escolástica, já dizia: "Sem vontade, não há culpa, sem conhecimento não há vontade".

E não é só isso; a liberdade prefere não raro dentre os motivos o menos razoável. Este fato de consciência acha-se traduzido com precisão nas palavras que Ovídio põe na boca de Medéia:

... *Video meliora proboque;*
Deteriora sequor.

Os grandes poetas são também grandes psicólogos.

Por seu turno é também vária a inteligência no modo de entender e compreender. As paixões e os interesses a corrompem e lhe tiram a retidão, ou como se exprime um escritor, a *implacabilidade*. Exercem sobre ela poderosa influência a educação, o temperamento, o caráter, o meio, as circunstâncias, as idéias dominantes, as superstições do tempo. Todos estes elementos de variação refletem sobre a liberdade, porque ela não atua senão guiada pela inteligência.

Da variação da inteligência e da liberdade resultam duas grandes dificuldades: a de descobrir e formular as leis que praticamente determinam a vontade ou a liberdade, e a de prever pela aplicação dessas leis os atos e fatos humanos.

Todavia, é certo que por um estudo penetrante e por análises pacientes das causas, motivos e razões que no maior número de casos determinam o procedimento do indivíduo e da sociedade, pode-se chegar a formular as sínteses dessas causas, motivos e razões e reduzi-las a regras e máximas.

E na verdade, quais os intuits dessas investigações, tão interessantes e tão curiosas do coração e do caráter do homem, de que oferecem finos exemplares os tratados morais de Plutarco e Sêneca e modernamente os estudos de Charron e La Bruyère e de outros, senão surpreender a trama delicada e latente das causas e motivos que determinam os atos da vida do indivíduo?

Nos escritos dos grandes historiadores, como Tucídides, Tácito, Maquiavel e nas produções dos grandes poetas, como Homero, Virgílio, Horácio, Shakespeare, Molière, que de observações profundíssimas e sagacíssimas sobre os mais recônditos segredos, as mais delicadas nuances do coração humano?

E o que é a História, enquanto estuda e apura as causas, os motivos e circunstâncias que explicam o desenvolvimento dos povos, os

sucessos que lhes enchem a vida, as transformações e revoluções por que passam, senão estudos das causas e leis do fato humano?

E a própria Filosofia da História?

Estes nobres trabalhos são magníficos subsídios para a organização da ciência da sociologia.

Essa ciência, certo, pela natureza variável dos fenômenos que fazem o seu objeto, nunca terá a precisão, a segurança e a certeza das ciências físicas, mas poderá conter médias corretas que traduzam na generalidade dos casos a realidade e ministrem bons elementos para previsões seguras.

O que faz com que falhem as previsões, não é a incorreção das leis, senão a complexidade, o enredado e o obscuro das circunstâncias que cercam e envolvem as hipóteses.

O erro é da aplicação, mas nem por isso se pode negar à sociologia a possibilidade de vir a ser ciência. De igual sorte participam algumas das ciências físicas, como a meteorologia e a balística.

O Sr. Romero dá-se como autor de duas teorias acerca da liberdade.

"A liberdade", são palavras suas, "é uma *conquista da inteligência* sobre o fatalismo da natureza... A liberdade não é um predicado da vontade, é antes uma *resultante* do entendimento." Fala-nos o Sr. Romero uma língua ininteligível. A liberdade é uma faculdade, um poder, uma força inerente ao espírito, e, pois, não pode ser uma conquista, uma resultante, um produto da inteligência, o que quer que digam Spencer e outros. Faculdade e produto da faculdade são coisas essencialmente distintas. A liberdade, como dizia Leibnitz, é um poder do espírito, e não um ato, um produto.

Nem tampouco se pode confundir a inteligência com a liberdade. Certo, a liberdade não entra em atividade senão sob a direção da inteligência, mas são dois poderes distintos. A inteligência atua sempre sob o império de leis fatais, isto é, das leis lógicas, a que não pode se subtrair sem cair no erro. A liberdade, ao contrário, não está sujeita a um determinismo fatal; tem o poder de eleger entre os motivos que a inteligência lhe sugere.

Nos termos da sua segunda teoria, que ele declara melhor do que a primeira, "a liberdade não é um princípio da vontade, nem da

inteligência, é um *produto* inteiramente similar aos *sentimentos*". A emenda que o Sr. Romero oferece à sua própria teoria não presta. O sentimento é um fenômeno de consciência, e portanto, não pode ser elevado à categoria de faculdade, de poder, de força. O sentimento é ainda um fenômeno da sensibilidade: pressupõe a passividade do espírito, é uma dor, um prazer, uma emoção afetiva. Ora, a liberdade que se confunde com a vontade, sob certo aspecto, é o poder porventura o mais ativo do princípio pensante. Como, pois, pode ela ser ao mesmo tempo um sentimento ou coisa similar aos sentimentos?

Parece que o Sr. Romero perdeu até a memória da significação dos vocábulos.

Por ocasião de renhir com Tobias sobre se a sociologia é ou não uma ciência, o Sr. Romero traz à baila o terrível e célebre problema da *finalidade*.

Na vida orgânica, a finalidade está escrita em caracteres de uma significação irrecusável. Os organismos dos animais e das plantas são aparelhos evidentemente combinados para fins certos e determinados.

As partes são essenciais ao todo e o todo às partes. Há um consenso nos elementos parciais, uma dependência recíproca, que põe clara a relação de meio para fim.

No mundo inorgânico, porém, a análise não descobre uma combinação de meio para fim. Não subsiste entre o todo, um mero acervo, e as partes que o formam, dependência recíproca. As partes que se separam formam por si unidades independentes. No orgânico, a unidade é indivisível. No inorgânico, a unidade é divisível.

"D'une pierre cassée resultent des fragments qui sont des pierres entières, parce que l'unité de la pierre n'est qu'une unité d'assemblage, mais un organe divisé ne serait plus un organe, ce serait un composé sans vie."

Do exposto, que se deve deduzir?

O mecanismo na natureza física?

Kant, na crítica do juízo teleológico, submete a questão aos princípios da razão pura e da razão prática.

O entendimento, movendo-se sob o império das suas leis (categorias), descobre a causa, mas não descobre o *porquê*, o fim.

O entendimento por si só, mesmo no mundo orgânico, só poderia alcançar causas necessárias. Mas há um princípio superior, princípio de razão, o da finalidade. Para a razão tudo que existe tem um fim. Este princípio é regulador e não constitutivo do entendimento. Com a intervenção deste princípio regulador, omite-se a idéia de finalidade nos seres organizados.

No mundo inorgânico o entendimento nada adianta. Fica só em ação o princípio de razão, e não do entendimento, o princípio de *finalidade*, o qual por si só não dá o conhecimento do mundo externo.

Mas a Razão Prática resolve o problema. Tudo existe para um fim: – o bem supremo. Nesta ordem de idéias, o mecanismo do mundo inorgânico é um meio para um fim último. Tal a doutrina de Kant.

Na filosofia de Leibnitz a dificuldade se resolveria pelo princípio da *razão suficiente*. Este princípio, porém, representará, quando muito, uma necessidade lógica a que não se sabe se corresponde uma realidade objetiva.

O Sr. Romero aceita e faz sua a explicação de Hartmann.

Diz Hartmann (copiamos a tradução do Sr. Romero): "Se se considera o resultado das ações regulares de causas mecânicas como alguma coisa de ligado à essência das leis mecânicas, chega-se, é verdade, a suprimir o dualismo (de mecanismo e finalidade), porém, somente aceitando a idéia de teleologia como *parte integrante* da idéia de mecanismo, o que se reduz a reconhecer que pertence necessariamente à *essência do mecanismo* produzir ações conformes a um *plano*, isto é, ser ele mesmo teleológico... Em a natureza teleologia e o mecanismo portam-se exatamente como as idéias de alvo e de meio... No fundo ambos não são mais do que momentos de um mesmo processo lógico. A *necessidade lógica* é o princípio da *unidade* que se apresenta de um lado sob a aparência morta de causalidade das leis naturais mecânicas, e de outro sob a forma de teleologia. De uma parte a organização aparece assim como produto do mecanismo da natureza inorgânica; e de outra parte este mecanismo é um sistema da organização e da sua finalidade."

É uma explicação engenhosa, diremos mesmo profunda. Qualquer poderia aceitá-la, nunca o Sr. Romero.

Hartmann joga com a idéia de um plano na natureza, de uma ordem *necessária e universal*. Ora, a idéia de uma ordem universal e necessária é uma idéia supra-sensível, é um conceito de metafísica.

Hartmann pressupõe a finalidade como uma necessidade da razão, como se vê destas palavras: "Se o mecanismo das leis da natureza não fosse *teleológico*, não haveria nenhum mecanismo de leis, de leis, obrando de acordo, porém um *estúpido caos* de potências independentes, entrechocando-se como touros bravos."

Logo, sem o conceito da finalidade, o mecanismo da natureza seria um contra-senso. Mas contra-senso, porquê? Certamente um tal contra-senso não fere nenhuma das leis da lógica: é contra-senso porque contraria o princípio de razão de finalidade.

Hartmann não tira esse princípio da própria natureza, do mecanismo em si: invoca, pois, um princípio supra-sensível, um princípio de metafísica.

A explicação de Hartmann é, pois, puramente metafísica.

O Sr. Romero é o homem do conhecimento tão-somente sensível, e quanto ao supra-sensível professa franca e enfaticamente o *agnosticismo*.

Como, pois, aceita a resolução do problema da finalidade pela metafísica?

Na verdade, o Sr. Romero muitas vezes é a negação de si mesmo.

(*Vindiciae, O Sr. Sílvio Romero, Crítico e filósofo*,
1ª ed., Rio – São Paulo, 1899, págs. 81/93).

FRANCISCO DE SALES TORRES HOMEM, Visconde de Inhomirim (1812-1876). Nasceu no Rio de Janeiro, formando-se em medicina. Em Paris, bacharelou-se em direito. foi diretor-geral das Rendas, presidente do Banco do Brasil, duas vezes ministro da Fazenda, deputado provincial e geral, com destacada atuação política na famosa fase da Conciliação (1853, gabinete Paraná) -- "época sem fisionomia, sem emoções, sem crenças entusiásticas", segundo suas próprias palavras, de franco ataque ao Governo, no Libelo do Povo, sob o pseudônimo de "Timandro". Retratou-se, posteriormente, das tendências antimonárquicas que transluziam no famigerado panfleto, que tanta ressonância teve no meio nacional. Joaquim Nabuco referiu-se ao libelo como declamação retórica sem valor, inçada de plágios -- opinião com algum ressaibo de injustiça. Do ponto de vista ideológico, não havia grande significação em passar do Partido Conservador ao Liberal, como fizera Nabuco de Araújo ou vice-versa. Dissera Holanda Cavalcanti: "Não há nada mais parecido com um saquarema do que um luzia no poder." Tais defecções foram cometidas por políticos eminentes no Império.

Torres Homem atuou vigorosamente como parlamentar, como orador, como financista, batendo-se contra a escravidão.

Obras: Além do Libelo do Povo, publicou Questões sobre impostos (1856), replicando às instantes referências de seus inimigos, que profligavam sua adesão às instituições dinásticas.

.....

*Volta do despotismo imperial -- malogro
das esperanças da maioria -- Timandro
pinta com tintas tão vivas como verdadeiras
as conseqüências que de aí se seguirão*

Está vivamente impressa em minha lembrança a cena desse pronunciamento, metade parlamentar e imperial, metade popular, que precedeu a investidura antecipada e revolucionária do monarca no exercício de suas altas funções. José Bento Leite Ferreira de Melo, a primeira figura desta *journée de dupes*, ocupava uma das janelas do Senado, e aí abraçado com o busto do imperador exortava o povo impaciente pela demora da comissão, que se dirigira ao Paço de São Cristóvão. Parece-me estar vendo ainda aquela fisionomia móbil e ardente, em que reverberavam, como em um espelho, as nobres paixões de sua alma entusiasta e patriótica! A comissão volta; a decisão do Príncipe, que quer governar desde já, é anunciada; e José Bento, delirante de júbilo, congratula-se com todos como por uma faustosa vitória alcançada para a causa do país. Ah, desventurada vítima! Se naquele instante, iluminando-se repentinamente as trevas, que ocultam aos olhos do homem as páginas do porvir, tu visses, em seguida dessa vitória burlada pela ingratidão,

o Brasil estrebuchando sob as garras de uma facção, as liberdades públicas agrilhoadas, teus amigos lançados nas masmorras e no desterro, tua bela província entregue ao saque e à devastação; e mais longe, teu próprio cadáver ensangüentado, e prostrado em uma estrada pública pelo bacamarte da reação... o que diríeis, o que faríeis?...

Oito meses não decorriam ainda depois da ascensão do monarca, e já o governo do partido, que a efetuara, achava-se derribado, proscrito, sem causa honesta e legítima; e não obstante a expressão verdadeiramente nacional, com que em seu favor acabam de pronunciar-se as urnas eleitorais consultadas em todo o Brasil. Como em 1823, a Corte sempre a mesma, sempre surda ao ensino da experiência, tinha novamente achado na liberdade um elemento repugnante com a instituição monárquica; e no predomínio dos varões incorruptíveis da Independência, uma ameaça feita a influência da facção portuguesa, cuja cooperação se julgava precisa a fim de resguardar a Coroa dos assaltos da opinião constitucional. Mais adequados para firmar o pacto de aliança dos inimigos da liberdade com os inimigos da nacionalidade, foram chamados a servir no segundo ministério do Sr. D. Pedro II os José Clemente, os Paranaguás, os Calmon Du Pin, isto é, a mobília estragada e carcomida de seu pai, os velhos campeões do absolutismo e da recolonização, os autores odiosos da crise política e financeira, que tamanhas calamidades nos haviam causado!

Por semelhante forma, o novo reinado constituía-se solidário e continuador do antigo, riscava de nossa História o grande fato da revolução, que os devia separar e discriminar; inutilizava o tempo, os acontecimentos, o caminho andado; e restaurava o passado, não só com suas deploráveis tradições e tendências, mas até com seus homens, com seus erros e seus crimes! Não podia ser mais completa a decepção da expectativa do país, condenado assim à sorte desse enfermo do Purgatório da *Divina Comédia*, que se revolve em todos os sentidos sobre um leito ardente, e a quem a dor mais se exacerba e punge na postura em que busca o alívio:

*Simigliante quella inferma
Che non può trovar posa in su piume
Ma che con dar volta suo dolore scherma.*

O que tinha de poduzir tal política, que só de per si era um manifesto de guerra dirigido contra a opinião liberal e brasileira, e a que vieram associar-se os professores corruptos da última Regência, estava

alculado, previsto, e esperado. Os atos de incrível agressão, e inqualificável perversidade que logo se seguiram uns após outros, revoltando por sua qualidade, e intimidando pelo seu número, e que a necessidade de aterrar e levar de rastos a nação para onde ela resistia a ir, impunham ao gabinete imperial, são fatos que vivem, e viverão na memória pública acompanhados de toda a execração que inspiram e merecem. Sim, o povo brasileiro dificalmente se olvidará dessa governo, que, acobertado com o manto do imperador e secundado pela baixa servilidade e prostituição de um espectro de Parlamento, proscreveu das formas do processo judiciário garantias afiançadas ao cidadão no código fundamental do estado; e isto com o único propósito de destruir a última trincheira da liberdade, e de ter sempre alçado o machado da vingança sobre o colono de seus adversários, cuja vida e fortuna aquela reforma asiática e monstruosa deixava ao seu dispor, desse governo, que depois de sufocar as vozes da imprensa livre em todo o Império, já com processos policiais, já com ameaças e inauditas violências, condenou, suprimiu e puniu o direito de petição, que na Turquia se reputa sagrado, o primeiro direito que se ganha, o derradeiro que se perde na vida social; desse governo, que em nome do monarca recusou receber a representação da Assembléia Provincial de São Paulo com o ridículo pretexto de que seu estilo não era respeitoso, esquecendo-se de informar a Sua Majestade, que o povo tem jus a ser ouvido, embora ignore a retórica da Corte; que a ocasião não era a mais azada para melífluos cumprimentos; que nossos pais nunca sofreram tão profunda humilhação da administração colonial, a qual, se nem sempre dava aquiescência e lenitivo a seus queixumes, ao menos guardava a aparência da atecção, e não fazia delas objeto de zombaria e de ultraje; desse governo, que não satisfeito de dobrar a seus sinistros designios uma Câmara pouco difícil nas condições do seu mercado, ainda assim ousou reformar, por simples decreto administrativo, a legislação eleitoral; e subordinou ao alvitre da polícia a enunciação do voto público, conseguindo por este modo viciar a totalidade do sistema, que era obrigado a respeitar, à semelhança desses israelitas da Idade Média, que, para dar cabo dos cristãos, envenenavam a água das fontes públicas, que não podiam destruir; desse governo, que por ilimitada desconfiança de todos e de tudo, ou antes pela consci~encia da justa animadversão, que excitava, acoroçoou e estabeleceu a delação e a

espionagem, estendendo a improbidade e a infância de seus processos inquisitoriais ao escândalo de autorizar a violação diária da fé pública dos correios, a fim de rastrear nos mistérios do coração das famílias, nas confiências mais recônditas da amizade de uma ou outra palavra, que re-trincada pelos novos *Maniques** fossem prova em palácio de sonhadas conspirações; desse governo, que espavoriu e assolou nossas províncias pela ditadura de seus procônules; convertendo em instrumento político de perseguição o recrutamento exercido do modo mais bárbaro; alistando em toda a parte debaixo de seus estrandartes entres ferozes, energúmenos, a quem o Ministério anterior descontentara; soltando dos cárceres salteadores e assassinos convictos e confessos para entregar-lhes a autoridade e o comando da força pública, como no Ceará e Paraíba aconteceu, onde esbulhou-se a oposição até do direito de vier, e foi entronizada à face do sol a apolítica do punham e do trabuco; desse governo, finalmente, que depois de embriagar-se no sangue dos mineiros e paulistas, a quem uma série de insultos e requintadas atrocidades chamara às armas e à resistência, deu o sinal do saque e da pilhagem pelo horroroso decreto do confisco, e açulou sobre a propriedade privada, sobre o patrimônio inviolável das famílias a cabilda famélica, que seguia-lhe o carro de triunfo!

Todas quantas demonstrações de displicência e indignação pode uma nação culta dar ao poder, que a oprime e avilta, foram corajosamente dadas àquele governo no meio das orgias de sua prepotência. O júri, tomando a si a missão das outras instituições violentadas e emudecidas, proclamou cem vezes a santidade da revolta; e mandou sem culpa os cidadãos inscritos nas tábuas da proscricção. Em toda a parte houveram ovações, e apoteoses em nome da justiça nacional para a resistência movida ao poder faccioso e perjuro, que rasgara a Constituição e violara seus primeiros deveres. E todavia a oligarquia continuou a dominar impávida nos Conselhos da Coroa, desafiando e calcando a opinião pública, até o momento em que suscetibilidades e ciúmes de reposteiro a derrubaram e fizeram o que os clamores e interesses da nação não tinham conseguido fazer.

(*) Pina Manique, intendente-geral de polícia, às ordens de Pombal.

O 2 de fevereiro não foi um triunfo da opinião liberal; não foi uma satisfação às exigências constitucionais do Brasil; foi uma simples vindita da Corte; e a duração da nova ordem política, que daí resultava, tinha de ser circunscrita pelo tempo, que persistisse a causa sentimental e pessoal que a criara. O partido Santa Lúcia, ou porque isto não viesse ou porque entendesse, que se deve concorrer para o bem, seja qual for o motivo que o inspire, e que primeiro que tudo cumpria-lhe olhar com olhos de amor de patria para a desesperada posição do país, não hesitou em prestar sua franca cooperação a essa política, que se inaugurou dourada com as cores da liberdade. Partido magnânimo, tão sincero e crédulo, quão generoso e cavalheiro, de tudo esqueceu-se em um momento; anistiou a tirania de que acabava de ser vítima, para somente ocupar-se do futuro e da salvação do Brasil!

A princípio, pareceu-se favorecer e auxiliar sua marcha e seus trabalhos; as relações entre ele e o poder apresentavam um aspecto pacífico senão benevolente e amigável; o abraço dado na liberdade não sufocava ainda; e a harmonia entre o Ministério e a Câmara, embora aceita pela Corte antes como uma necessidade de situação do que como um direito permanente, e uma condição invariável do sistema representativo, surtiu ao menos por enquanto frutos, que ultrapassavam a medida das mais lisojonjeiras esperanças do país.

Em breve foi apagado o terrível incendio, que há tanto tempo devorava São Pedro do Sul, e firmada a concórdia nessa província, que o Imperador pôde então viajar sobre caminhos juncados de flores, naqueles mesmos lugares, onde apenas dois anos antes só encontraria os rastilhos da rebelião e os destroços sangrentos dos combates. bastou a ascendência de nossos princípios de nacionalidade, de fraternidade e conciliação, para que caíssem as armas das mãos daqueles, a quem um decênio de porfiadas lutas tantos exércitos e riquezas destruídas não puderam domar.

*Quos neque Tydides, nec Larissoeus Achilles
Non anni domnere decem, nom mille carinoe.*

Virg.

Da mesma forma e pelo mesmo meio foi restabelecida a confiança e plantada a ordem na totalidade do Império; ordem honrosa, que se librou na espontaneidade da obediência do cidadão; que harmoni-

zou-se com o livre e amplo exercício de todos os direitos, com o respeito de todas as garantias; ordem sólida, que deu ao país cinco anos de repouso e bonança, quais nunca se vira antes, e que até hoje duraria ainda se não houvesse quem se julgasse com direito de imolar a seu capricho as mais sérias conveniências de uma nação inteira.

O que sucedera em 1822 e 1831 parara de improviso o progresso incessante da crise do Tesouro, sob o benéfico influxo do partido da liberdade, repetiu-se de novo agora. Fiel às suas antecedências, ele levantou mais uma vez o paradeiro à torrente da desordem financeira, que, engrossada de ano em ano por administrações imprevidentes e negramente malversoras, ameaçava submergir a fortuna pública e particular.¹ Na sessão imperial de 1847 já o discurso da Coroa anunciava ao Corpo Legislativo e ao Brasil que as despesas públicas achavam-se enfim equilibradas como a renda, e que não havia mais déficit em nossos orçamentos.

A integridade do Império salva, as finanças salvas, a ordem recuperada e reconciliada com a liberdade; eis o tríplice resultado que o Partido Liberal pôde ostentar com nobre orgulho a seus amigos e inimigos; resultado imenso, benefício inapreciável, que só por si bastaria para chamar sobre ele as bênçãos do país agradecido e as simpatias de uma Corte, que menos indiferente fosse ao bem público.

Quanto não houvera ganho o Brasil, se a Legislatura e o Ministério tivessem podido por mais tempo caminhar acordes e desimpedidos, como nessa sessão de 1845, tão fecunda em força moral para ambos, e em que foram lançadas as bases de importantíssimos trabalhos, e proclamados os grandes princípios de reforma que teriam firmado o desenvolvido a instituição constitucional, e trazido ao povo tantos outros melhoramentos! Mas o astro esgarrado da órbita por um choque

(1) O aumento da dívida pública de 1841 a 1844 tinha sido o seguinte:

1841	4,565:000\$000 rs.
1842	17,262:000\$000 rs.
1843	12,158:000\$000 rs.
1844	<u>5,810:000\$000 rs.</u>
Total.	<u>39,795:000\$000 rs.</u>

passageiro, tendia a voltar à direção inicial, solicitado pela força atrativa de seu centro natural de gravitação. O ressentimento contra os saquaremas, único motivo que fizera amortecer na Corte suas eternas prevenções contra o progresso e a liberdade, perdia de intensidade, e por consequência declinava na mesma proporção a regularidade do sistema constitucional, e começava a desordem a introduzir-se nas relações entre os poderes do estado.

De 1845 em diante foi o corpo legislativo tratado sem a mínima consideração; gabinetes se compuseram fora da sua influência, e até sem ciência sua; o ministro incumbido de os organizar, propunha em palácio os nomes daqueles com quem lhe convinha servir de acordo com o voto parlamentar; esses nomes eram rejeitados; lembrava outros, depois outros, até que finalmente esgotada a longa lista dos ministros impossíveis, o governo pessoal compunha um amálgama de entidades heterogêneas, onde apenas um ou outro liberal era incluído, para que se não dissesse que o pensamento dominante no Parlamento havia sido desatendido.

Era isto guardar lealmente as regras, e observar as condições que prescrevem o regime representativo? O que se devia esperar de gabinetes assim formados, retalhados entre si por diversidade de opiniões, debilitados e desacreditados logo ao nascer por germes de destruição que traziam no próprio seio? Por outro lado, o que podiam as câmaras fazer de útil e de grande tendo em frente de si Ministérios, em que seus princípios não eram convenientemente representados, e que mal poderiam dar impulso, direção e sistema a seus trabalhos, navegando eles próprios a ludíbrio de todos os ventos?

Por muito tempo, a Câmara dos Deputados devorou em silêncio esta infração clamorosa das normas da Constituição que esterilizava seus esforços, e a inibia de cumprir os graves empenhos que havia contraído para com a nação. Mas ela sabia que só tinha que optar entre a sujeição à influência inconstitucional da Coroa, ou então à guerra civil, o desmoronamento do país, efeitos inevitáveis da reabilitação imediata dos apóstolos do absolutismo, com quem já se tinham feito pazes, e com quem se a ameaçava quotidianamente.

Se o Partido Liberal ama e respeita os princípios da organização política, que abraçamos, também consagra iguais sentimentos à ordem e paz pública; e não queria expô-las a medonhas contingências,

rompendo logo com o poder fátuo e desassisado, que não olharia às conseqüências de sua vingança. Cumpria-lhe no interesse do país ter prudência por si, e por quem a não tinha; cumpria-lhe de dois males preferir o menor; e dar tempo ao tempo, usando da mesma circunspeção de sua conduta, da diuturnidade de sua paciência, e dos triunfos pacíficos da razão pública, que se chegasse a aceitar francamente o governo da Constituição com todos os seus corolários.

Assim correu este período monótono da vida parlamentar até a abertura da Sessão de 1848, em que perante a Câmara dos Deputados um novo Gabinete compareceu, mosaicamente composto como os anteriores, com a diferença, porém, que uma de suas frações, preponderando pelo visível apoio de alta paragem, ameaçava arrogantemente inverter a situação política que ela laboriosamente fundara e que tomava a peito conservar.

O chefe desse Gabinete, o profundo Visconde de Macaé, luzeiro da ciência, varão eminentíssimo nas letras divinas e humanas, declarava-se arrependido de seu Ministério de 1844 e prometia agora emendar a mão, demolindo tudo quanto anteriormente fizera. Ainda bem que os sábios são sujeitos a mudar de conselho! Mas pareceu à Câmara que o douto e virtuoso fidalgo atordoado pelo despeito não se lembrava de que muitos outros atos havia em sua vida que poderiam com mais fundamento servir de matéria aos escrúpulos de sua dedicada consciência.

Desta vez a resignação da Câmara devia ter limite; o que se atacava era a bandeira mesma de sua política; o que corria perigo era a ordem de coisas, que os acontecimentos haviam justificado e legitimado, e em cuja manutenção estavam comprometidas sua fé e sua honra. Uma votação solene e hostil ao presidente do Conselho arrependido e a impressão da nova assustadora da Revolução de Paris, que naquele mesmo tempo aqui chegara, determinaram o reposteiro irritado a demitir a seu pesar o Ministério e a escolher outro menos desestimado, que provisoriamente tranqüilizasse a opinião até o termo da sessão legislativa.

A nomeação do Gabinete Paula e Sousa não era com efeito mais do que um armistício, um espaçamento da luta, que se ia travar com o partido constitucional; a Corte, vendo arder as barbas de Ugalegonte, recuava, porém não desistia de seu projeto, e antes cada vez mais suspirava pela volta de seus bons aliados, os sectários da Monarquia sem

trambolho. Mas quantas decepções e perfidias não era mister empregar para reter o Ministério no seu posto até o encerramento da assembléia, e isto quando por outro lado o reduziam à mais miserável nulidade!

Antes de dois meses já o véu da ilusão estava roto para o Primeiro-Ministro Paula e Sousa, contrariado em suas vistas, impossibilitado de obrar, e a quem só se pretendia deixar a responsabilidade do governo, sem a realidade da ação. Tarde ele reconheceu o laço armado à sua boa-fé, e tendo de balde instalado pela demissão, retirou-se a pretexto de moléstia, e foi ocultar em São Domingos profundos desgostos, deixando seus colegas entregues à traição e aos desacatos do reposteiro.

Aquilo, de que não havia ainda exemplo nas monarquias modernas, a criadagem da casa do rei ultrajar impunemente os depositários do governo da nação, estava reservado a esta triste época. Um dia era o camarista da semana que enxotava os ministros de palácio como a cães e vedava-lhes brutalmente o acesso junto à pessoa do monarca; outro dia era o médico de sua majestade, que vinha vangloriar-se em pleno Parlamento das humilhações que os vira sofrer, e cobri-los de impropérios e de escárnio. E esse camarista não teve a mínima admoestação; e esse médico foi promovido ao lugar de diretor da Escola de Medicina, sem embargo da oposição dos ministros, a quem acabava de enxovalhar publicamente! A recompensa do insulto cometido foi a satisfação que se deu às queixas dos membros de um dos poderes do estado! Faltava-nos mais este opróbrio!

Entretanto, o Gabinete manifestado, e a quem calculadamente recusavam-se as medidas necessárias para o bom desempenho de suas funções, conservava-se nessa posição anômala e vergonhosa receando, dizia-se, descobrir a Coroa nas explicações que fosse porventura obrigado a dar ao corpo legislativo sobre as causas de sua demissão. Que falta de compreensão das verdadeiras regras da monarquia representativa!

(*O Libelo do Povo*, 1ª ed., Lisboa, 1868, págs. 81-101).

JUSTINANO JOSÉ DA ROCHA (1812-1862). Embora natural do Rio, fez sua primeira educação literária no Colégio Henrique IV, em Paris. Regressando passou a freqüentar a Academia de Direito de S. Paulo, de 1828 a 1833, quando se formou, aos 21 anos de idade. Abriu banca de advogado e lecionou Latim, Francês, Geografia e História no Colégio Pedro II, e Direito das Gentes, na Escola Militar. Foi membro do Conselho Diretor da Instrução Pública primária e secundária, e deputado nas legislaturas de 1843-44 e 1850-56, por Minas Gerais. Em 1836, iniciou-se no jornalismo, publicando Atlante, a que se seguiu Cronista, até 1839. Depois, fundou Brasil, que virou até 1852.

Pode-se dizer que é o nosso primeiro ensaísta político. O trecho abaixo é do seu panfleto Ação, Reação e Transação, cuja 1ª edição é de 1855, a segunda de 1901. Sacramento Blake dá a 1ª edição como anônima, o que não é verdade.

J. J. da Rocha fez numerosas traduções, publicou compêndio de Pedagogia, de História Universal, uma biografia de Pedro I, de Bernardo Pereira de Vasconcelos, do Marquês de Baependi, etc.

.....

Caramurus,
reação monárquica e demagogia

No longo e importantíssimo período histórico que vamos perpassar, nem sempre estiveram no governo os homens da opinião *conservadora*; por muitos anos o poder foi dado aos seus adversários, aos liberais: e entretanto a obra da reação monárquica continuou, por eles próprios servida ou auxiliada. No período de 1844 a 1848 os Ministérios que se sucederam compuseram-se dos seus mais notáveis estadistas, dos seus mais dedicados aliados; todas as posições de predomínio e de influência foram por eles ocupadas; as câmaras davam-lhes quase unânime apoio; e entretanto a doutrina atualmente aceita acerca do Poder Moderador, doutrina tão repugnante aos princípios do regime parlamentar, foi por algum deles invocada, por todos sustentada e firmada no país; a grande conquista do *veto* presidencial sobre os atos das legislaturas das províncias a interpretação dos dois terços foi por um desses Ministérios estatuída.

Explicaremos esses fenômenos, como nos dias da grande luta faziam-no os partidos; apresentá-los-emos como aviltamentos dos caracteres políticos, como denúncias de falta de convicções e de pouca fé nas idéias que apregoavam? Longe de nós semelhante injustiça, que

desairaria o caráter nacional, não; chamados ao poder os homens dessas opiniões, achavam-se tolhidos pela tendência que encontravam; ainda não era o tempo das suas idéias, ainda a sociedade não sentia a justiça, a necessidade delas, e os obrigava a recuar. Deveriam ter largado o poder. Mas o poder era-lhes uma dupla garantia; já porque os livrava, a ele e aos seus co-partidários, da preponderância de homens que a cegueira das paixões políticas lhes representava como fatal, já porque pensavam assim impedir que a tendência contra a qual lutavam continuasse em novas e maiores conquistas.

Entretanto eles próprios a serviam: quando, na discussão do voto de graças, quis o Senado apresentar uma indicação de política diversa da que pelo governo era anunciada, foi por este trazida a campo a vontade imperial, como devendo pelo acatamento que infundia coibir essa indicação: quando um senador disse algumas verdades teóricas acerca da monarquia real e da pessoal, mil capítulos, se ergueram, deram-se mil interpretações às suas palavras, de modo a mover enredos absurdos no regime representativo; quando se apresentaram aos eleitores pernambucanos as candidaturas dos Srs. Chichorro e Ferreira França, não duvidaram desculpar-se desta última declarando-a imposta pelo imperador; e quando enfim foram apresentadas ao Senado as cartas imperiais desses dois senhores, quando o Senado quis discutir a validade da eleição pernambucana, afadigaram-se na lida insana de tornar odioso o Senado, apregoando que queria desatender à Coroa e cassar *cartas imperiais!*

Eram homens de opiniões liberais! criminá-los-emos? não, pois sabemos que o poder impõe necessidades, que há tendências sociais imperiosas, que os partidos têm arrastamentos irresistíveis; ora, a tendência de todas as forças, de toda a opinião corria nesse sentido; a atmosfera que a todos nos rodeava, em que todos vivíamos, era essa: estávamos em plena reação.

Firmou-se então a doutrina de que os atos do Poder Moderador não podem ser discutidos, pois são privativos da Coroa, que é sagrada e irresponsável. Estabeleceu-se que nesses atos o ministro referendador obrava como máquina passiva sem responsabilidade alguma, nem mesmo a que resulta das discussões perante o juízo da razão nacional. Embalde se dizia que não podendo ato algum ter validade sem a rubrica, a rubrica importava a responsabilidade; que devia o ministro a

bem do país examinar o ato, e se a achasse contrário aos públicos interesses, devia, por lealdade à Constituição e até por lealdade à Coroa, negar-lhe essa rubrica; embalde se dizia... "calai-vos, respondiam: o ato é da privativa atribuição do imperador, e o imperador é inviolável e sagrado; calai-vos; pois nós ministros também nos calamos; referendamos, como simples oficiais de secretaria; a nossa referenda é uma formula vã. Calai-vos".

Infelizmente no século em que vivemos a razão não cala diante de ato algum humano; tudo discute, de todo quer saber a razão, a tudo quer ver se deve louvor ou censura; e se alguém lhe não aparece de quem se queixe louvor ou a quem louve, não há dogma alguma que a faça emudecer, impor-se a si própria a lei da indiferença em negócio que importa à sua sorte.

Não bastava, para marcar a era em que estávamos, a substituição do monarca na plenitude dos direitos constitucionais do Executivo e do Moderador, na plenitude das suas prerrogativas, ao poder regencial limitado por uma democracia suspeitosa; era necessária essa extensão dada à prerrogativa extensão que, se nos dias de triunfo pode ser uma força, nos dias de adversidade pode ser a maior das calamidades!

Confundamos pois na obra da reação monárquica todos os Ministérios que de 1840 até 1851 se sucederam; todos foram instrumentos mais ou menos voluntários, mais ou menos hábeis dessa reação.

Uma exceção única poderíamos fazer. Era chegado o ano de 1848; formara-se o Ministério Paula e Sousa, mostrou ele o sincero desejo de realizar algumas reformas que pusessem termo à reação, pudessem trazer o equilíbrio; nesse sentido proferiu alguns discursos, fez aparecer no Senado alguns projetos; não teve porém a necessária força, a indispensável energia para prosseguir na sua obra. Além de que, ainda não era tempo; circunstâncias de grande momento vieram abraçá-lo, e arrastá-lo ao abismo.

Na extrema dos sustentadores do Ministério se apresentavam alguns deputados a quem os movimentos europeus comunicavam a sua vertigem: esses buscavam a popularidade, apresentando idéias de reforma mais ou menos irrealizáveis, ou rodeadas de dificuldades e de perigos, e com elas, e não menos com os meios de que, para realizá-las, lançavam mão, ainda mais dificultavam a obra do Ministério, dividiam e irri-

tavam os grupos do partido e fortificavam os seus adversários. Essa fração tendia à revolta; a revolta era o seu necessário paradeiro: ora, a autoridade estava tão forte, ela que já absorvia quase toda a força social, que não podia aceitar as imposições da revolta.

Falamos em revoltas: foi o erro lamentável do Partido Liberal nessa quadra, erro análogo ao que em quadra diversa haviam cometido os *caramurus*; desse erro aproveitou-se a tendência social a bem da autoridade, como do pensamento da restauração aproveitou-se a tendência social a bem da democracia.

O Partido Liberal não compreendeu que o campo da razão pública era o único, as armas da inteligência as únicas que lhe podiam ser salutares. Tratava de defender algumas das conquistas do período democrático; pois a defesa é tão difícil, que exija meios extraordinários e violentos, quando é sabido que: "o que está tem muita força"? A imprensa, a associação pacífica, a petição não são armas eficazes, quando há constância, e quando se confia nas próprias convicções?

O Partido Liberal não teve fé em si, nem confiança no futuro: quis tudo apressar, e tudo comprometeu; quis invocar as paixões da revolta, e teve de exagerar as suas pretensões, a fim de dar arras a essas paixões.

Hoje hão de por certo os chefes desse partido, vendo o estado a que se acha reduzido o país, lamentar as fatalidades de 1842 e de 1848!

E, de fato, a reação monárquica se havia operado nos espíritos, não tanto pela eficaz propagação das doutrinas, como pela lição prática da anarquia, pelo desejo de evitar o calamitoso porvir das ex-colônias espanholas que o patriotismo já via iminente; tudo pois quanto fosse continuar revoltas, agravava esses receios, exacerbava aquela reação. Para desarmá-la, para embaraçar-lhe o progresso era indispensável que a causa liberal com todo o esmero se depurasse de tudo quanto podia autorizar ou desculpar tais prevenções; cumpria-lhe praticamente convencer a todos de que, longe de ser incompatível com a ordem, era a liberdade a condição necessária, indeclinável dessa mesma ordem. Cumpria-lhe praticamente fazer sentir ainda aos mais timoratos que a liberdade constitucional, a liberdade que todos deviam querer, não só não era diversa da ordem, não só lhe era análoga, como até com ela

se confundia: assentava nas mesmas bases, medrava com a mesma prosperidade, definhava, morria juntamente e pelos mesmos golpes.

O trabalho da reação monárquica foi completo; onde a democracia havia posto um elemento seu, a reação colocou um elemento oposto. Depois da lei da interpretação, veio a reforma do código do processo.

O juiz municipal, o juiz de órfãos, o promotor público cessaram de ser escolhas da Câmara Municipal; foram escolhas do governo: o juiz de paz eletivo cedeu as suas atribuições policiais, e a jurisdição criminal a delegados e subdelegados, nomeados, demitidos a arbítrio do governo; o júri acusado continuamente de ineficaz para a repressão – repressão que é e será sempre ineficaz, quaisquer que sejam os tribunais a que tenha de ser cometida; pois tem suas causas na benignidade da índole brasileira –, o júri viu cerceada a sua jurisdição em um grande número de casos, e até no que lhe ficaram sujeitos deu-se ao juiz de direito a faculdade de anular a sua decisão, quando não concordasse com ela, apelando para a Relação; assim o juiz de direito e a Relação, a magistratura, enfim, exerceu sobre a instituição popular uma como inspeção e tutela.

Houve mesmo quem falasse na conveniência de alçadas especiais para os crimes que comprometem a segurança do estado; felizmente essa aspiração nunca foi reduzida a projeto, e ainda menos a lei.

Centralizou-se a ação policial, criando um chefe de polícia para a província, quando outrora o juiz de direito na sua comarca era a autoridade policial superior. Destarte desapareceu de todo a obra policial e judiciária da democracia. Seriam um mal tudo quanto se fez? Não queremos dizer tanto; queremos unicamente reconhecer onde estamos.

Todavia cumpre ver que dessa organização nasceu um monstro horrível, que ameaça toda a segurança individual, que aniquila toda a liberdade; monstro que em mil vítimas que quotidianamente persegue, não se farta, não sacia os seus instintos: A PRISÃO ARBITRÁRIA. O regime das *lettres de cachet*, que tantos clamores excitou na França de Luís XV, está de muito excedido; sobre a liberdade individual impera o capricho: não aqui, ali, em pequenos povoados, onde a tutela da opinião é fraca e quase nula a força repressora da inteligência; mas nas cidades, nas capitais, na capital do Império! A prisão arbitrária com todos os escân-

dalos das paixões mesquinhas de mil agentes prendedores, com todo o desdém pela sorte das vítimas, pelo sofrimento dos cidadãos; a prisão arbitrária contra a qual não há senão um recurso, a carta de empenho; tal foi o primeiro fruto de uma organização policial irresponsável, soberana, que só depende do governo que só ao governo dá conta de si.

Contra a prisão arbitrária havia um recurso em nossas leis, o *habeas corpus*. Esse recurso, porém, para ser salutar, exige essencialmente a independência, a ilustração, a consciência do dever da magistratura, e a magistratura cessou de oferecer tais garantias. Demais, estabeleceu-se que o *habeas corpus* não podia ser concedido senão por autoridade superior àquela em cujo nome era feita a prisão; bastou pois que o prendedor declarasse presa a sua vítima à ordem do chefe de polícia, à ordem do presidente da província, que a declarasse presa para o recrutamento, presa para a Marinha, ou ainda presa para indagações policiais; bastou qualquer dessas coarctadas, para que a prisão arbitrária zombasse do *habeas corpus*.

As necessidades das guerras intestinas em permanência trouxeram a restauração do exército de linha, constituído sobre bases mais seguras e depuradas; a marinha foi igualmente restaurada; e tanto esta como aquele compreenderam e desempenharam o seu dever na defesa da ordem pública. Não contente, porém, com os meios de enérgica ação que lhe davam, marinha e exército, a reação procurou transformar nas antigas milícias do outro regime a instituição democrática da guarda nacional. Para isso bastou-lhe arrancar a eleição e a temporariedade aos seus oficiais: o governo os nomeou; a princípio a reação os quis em completa dependência: quem os nomeava os demitia: mas depois aperfeiçoou ela a sua obra, fez vitalícias as patentes, como no exército. Ao mesmo tempo, continuado serviço de paradas, de guardas, de rondas e de destacamentos, em que os guardas ficavam provisoriamente sujeitos ao severo regime da tropa de linha, vergou-os à disciplina e à subordinação, quase que à obediência passiva do exército, sob pena de prolongadas prisões e sofrimentos: a cidade achou-se militarizada, e se todo o Império não se transformou em um quartel foi somente porque, disseminada a nossa escassa população, vastidão do território, acha mil dificuldades de subtrair-se ao mando dos superiores.

O poder estava em vias de conquista: nessas ocasiões irrita-o a menor resistência, e ele a quebra ainda quando parte de seus aliados

naturais: o poder judicial, aliado natural da autoridade, nem sempre com a desejada diligência coadjuvava a sua ação; remoções sobre remoções mostraram aos juizes de direito, e até aos municipais, que sua independência era uma quimera. Quando a lição das remoções trouxe a todos eles essa fatal convicção quando por ela impelidos os magistrados se fizeram homens políticos e vieram dominar o Parlamento, cuidaram então de livrar-se dessa sujeição: regularizam o direito de remover de modo a nunca sacrificar os interesses do removido, regularizaram o acesso às relações de modo a em parte livrarem-se do arbitrio; essas leis eram salutares por certo, e por isso a reação não podia em boa-fé aceitá-las e executá-las: de fato, vemos que está uma delas atacada com franqueza em um projeto de reforma, e a outra se acha de todo falsificada, e vale apenas com um vestígio de bem inspirada tentativa.

Uma simples medida legislativa arrancou às assembleias provinciais a designação dos vice-presidentes.

Muito mais importante contra elas foi uma interpretação relativa ao veto presidencial.

Além de desenvolver-se mais amplamente na prática a doutrina do art. 16 do Ato Adicional incluindo-se entre os atos das assembleias provinciais que os presidentes podem suspender até à decisão dos poderes gerais, não só os que são ofensivos dos direitos de outras províncias, e dos tratados feitos com potências estrangeiras, mas também os que são opostos às leis gerais e à Constituição do Império, apareceu um aviso determinando que a votação dos dois terços, necessária para ser considerado como lei um ato da Assembleia Provincial a que o presidente negasse sanção, não era simplesmente a dos dois terços dos membros presentes à sessão, porém, os dois terços da totalidade dos membros que compõem tais assembleias.

Este aviso, publicado por um ministro do período liberal, causou todavia alguma estranheza; o ministro que lhe sucedeu revogou-o declarando ficar dependente de assembleia-geral a aceitação da sua doutrina, e deixando entregue às assembleias provinciais, enquanto não aparecesse nova lei interpretativa, admiti-la ou rejeitá-la. Daí resulta, que em algumas províncias vale a doutrina, e requer-se para anular o veto a aprovação dos dois terços dos membros que compõem a assembleia, em outras bastam os dois terços dos membros presentes à sessão.

Onde porém a reação mais habilmente conseguiu os seus intentos, foi no regime eleitoral. Qual o tínhamos, dava triunfo infalível à demagogia, e não podia deixar de intimidar a nação que aspirava pela ordem, e a quem essas cenas de comícios, de vozerias, de violência não pareciam muito próprias para assegurar o triunfo da vontade nacional. Dessa convicção universal nasceu a reforma do regime de eleições; procurou-se prudentemente arredar todos os sintomas de demagogia; operações lentas, enfadonhas, matadoramente lentas, determinadas por uma lei minuciosamente casuística e embrulhadas em um sem-número de avisos explicativos, o conseguiram; não houve mais comícios, nem a força e a violência deram a lei; substituiu-se a fraude, a corrupção e a coação das autoridades. Os votantes não compareceram mais em massa, solidários, apoiando-se uns aos outros, e apresentando o aspecto do tumulto; compareceram individualmente, sob a direção, a tutela e a fiança dos seus inspetores de quarteirão, sob a vigilância dos seus superiores da Guarda Nacional.

Na eleição demagógica o governo necessariamente venceria desde que o quisesse; pois o governo é a força organizada; na eleição a qual se combinou, os inspetores de quarteirão e os oficiais da Guarda Nacional, vencem suave e naturalmente... até porque a universal convicção da infalibilidade dessa vitória arreda os esforços, antecipadamente reconhecidos ineficazes, dos que poderiam querer contrastá-la.

Tal foi a obra da reação monárquica, tão completa como havia sido a da ação democrática; uma partira do medo da suspeita contra o poder, e o aniquilara; a outra do medo da turbulência e do tumulto e à anarquia, e aniquilara a liberdade. Na sociedade brasileira organizada pela democracia, toda a força, toda a autoridade partia das freguesias, dos municípios, da eleição local do povo; câmara municipal eletiva e quatrienal; juizes municipais, de órfãos, promotores eleitos pelas câmaras; júri por elas qualificado; juizes de paz eletivos e anuais; assembleias provinciais eletivas; quase soberanas no seu poder de legislar, dominando a magistratura pela faculdade de demitir os juizes de direito, invadindo o Executivo pela nomeação dos vice-presidentes; e para proteger essa ordem de coisas nada de exército; serviam os cidadãos armados na Guarda Nacional, obedecendo a chefe de sua confiança, a deles dependentes pela necessidade da reeleição.

Na sociedade organizada pela reação a influência da localidade desapareceu; tudo partiu do governo, tudo ao governo se ligou, o governo foi tudo, e tanto que hoje não há brasileiro que mil vezes por dia não manifeste a convicção de que a sociedade está inerte, e morta, de que só o governo vive. E por isso ao governo se dirigem todos os votos, todas as aspirações e melhoramentos, o governo é por todos invocado até quando se quer, para divertimento da Capital, contratar cantoras e bailarinas!

Enquanto a obra da reação se ia realizando, os defensores da democracia não desampararam o campo. Como no período de 1831 a 1836 houve quem conservasse as idéias, as tradições, diremos até o culto do poder monárquico, quem lutasse por embaraçar as conseqüências do triunfo de 1831, houve igualmente quem se conservasse, se não em todo, ao menos em parte, fiel às idéias populares, quem por elas lutasse, e assim quisesse embaraçar as conseqüências do triunfo de 1840. Infelizmente, já o dissemos, não se contentavam esses com os recursos legítimos da tribuna, da imprensa, da associação, da petição, e por isso mais comprometeram do que serviram à causa da liberdade, obrigando muitos que a poderiam defender, a desampará-la e até a agredi-la, vendendo-a confundida com a revolta que seus instintos, como sua inteligência, repeliam.

Entretanto, essa mesma luta não foi infecunda para a ilustração nacional, para o desenvolvimento da razão pública.

Idéias foram aventadas, e tão habilmente sustentadas, que calaram em muitas convicções; expressões tão bem inspiradas que ficaram como um ferrete de ignomínia sobre alguns meios de governo e de opressões; grandes necessidades públicas foram demonstradas, a razão nacional se esclareceu. O observador que, desprevenido, confrontar as épocas, verá que em tudo e por tudo os *caramurus* de 1831 a 1836, e os liberais de 1841 a 1851 desempenharam o mesmo papel, cometeram os mesmos erros, fizeram os mesmos benefícios. O que arredava dos *caramurus* as simpatias da grande massa nacional era a restauração, o que arredou dos liberais as mesmas simpatias era o constante apelo para as armas; em um e em outro caso, revolta, sofrimento, ruína da liberdade e da ordem, e a nação queria existir, e existir livre.

Desde, porém, que a morte de D. Pedro I fez desaparecer a causa profunda dessa aversão e desse divórcio, a doutrina do partido

caramuru, aperfeiçoada pela inteligência, foi geralmente abraçada, triunfou sob a bandeira do regresso.

Assim igualmente, no dia em que, depois de tantas revoltas mal-sucedidas, uma derradeira se fez concitando todos os elementos de conflagração, e sem embargo de tudo, sucumbiu, entrou em todos os espíritos a convicção da improficuidade da turbulência; as paixões refrearam o seu ardor, puseram silêncio às suas exigências, retiraram as suas ameaças; então cessou naturalmente a aversão e o divórcio, e sob o prego do progresso conservador apareceu a época da transação.

A preponderância exclusiva da ação correrá seus destinos, e desaparecerá.

A preponderância exclusiva da reação lhe sucedera, ia correndo os seus destinos.

Cumpriria deixar que esses destinos se completassem, que no arrefecimento das paixões, na extinção dos ódios, no resfriamento do interesse político, a reação prosseguisse, e não contente com tudo quanto havia ocupado, quisesse continuar a sua expansão até chegar ao *knut* do moscovitismo?

Não, dirão unânimes todos os brasileiros. Mas também a reação pode parar e consolidar-se nas suas conquistas; nada mais ameaçar, mas nada também ceder, acrescentaram alguns. Esses não terão examinado o painel da atualidade, nem estudado as lições da História Política do Mundo.

(*Ação, Reação, Transação*, 2ª ed., Rio, 1901, pág. 64-82).

.....

Índice Onomástico

A

Abade, João 236
Abranches, Dunshee de 724
Abreu, Antônio Paulino Limpo de 745
Abreu, Florência de 559
Abreu, Henrique Limpo de 745
Abreu, João Capistrano de 24, 443, 452, 522, 523
Abreu, Joaquim Maurício de 745
Abreu, Rodolfo de 678
Abreu e Lima (general) 287
Acauã, Manuel Marques da Silva 745
Acióli 497
Acióli, João Batista 497
Adams 190
Afonso Celso 94, 488, 490
Agassiz, Luís 52, 53, 114
Agassiz (senhora) 56, 57
Agesilau 390
Aguiar d'Andrade (barão de) 722
Alagoas (barão de) 489
Albano, Idelfonso 122
Albuquerque 497
Albuquerque, Jerônimo de 415
Aleijadinho 514
Alencar, José Martiniano de 94, 95, 115, 194, 491, 591, 737
Alfredo Ladislau 540, 541
Almeida, João de 745
Almeida, João Mendes de 736
Almeida, Joaquim Garcia Pires de 745
Alves, Francisco de Paula Rodrigues 722, 723
Alviano 149
Alvim 721
Amado, Gilberto 91, 303, 539
Amélia (imperatriz) 490
Americus 387
Ammon 126
Andradas (os) 296, 490
Andrade, Cândido Luís de 745
Andrade, Fernando Álvares de 255, 257

Andrade, Mário de 513, 514, 515, 593
Andrade Queirós 542
Angelim 338
Antônio Carlos (Andrada e Silva) 296, 342, 344, 369, 720, 737
Antônio José (estudante) 451
Aquino, Tomás de 190, 317
Araguaia (visconde de) 490, 719
Arantes (visconde de) 722
Araripe Júnior 514
Araújo, Luís de Sousa 745
Araújo, Maria de 567
Araújo Lima 542
Archer, Manuel Gomes 114
Arcos (conde dos) 300, 500
Aristóteles 163, 289
Assis Brasil 676, 679
Ataide, Tristão de 513
Ayuchu, Junín 194
Azevedo, Augusto César de Miranda 745

B

Babeuf 289
Bandeira, Pedro 327
Barbosa, Januário da Cunha 300
Barbosa, Rui 161, 196, 457, 458, 459, 488, 674, 678, 689, 719, 720, 721, 722, 754, 766
Barbosa Lima 352
Barcelos, Rubens de 556
Barreto, Abílio 60
Barreto, Luís do Rego 81
Barreto, Tobias 379, 459, 783, 786
Barreto, Vítor de Sá 360
Barros, João de 255, 257
Barros Pimentel 497
Bastide Roger 590
Batalha (ouvidor) 500
Batista (cônego) 339
Batista Caetano 153
Batista Pereira 458, 459, 460, 461, 463, 464

Batovi (barão de) 723
Belisário, Francisco 676, 677
Bergson 318
Betâncio, Sebastião Francisco 560
Bezerra, Alcides 173
Bias Fortes 60
Bilac, Olavo 117, 719
Blanco, Eduardo 194
Blondel, A. L. 750
Bluteau (abade) 196
Boaventura, Manuel de São (frei) 451
Bocaiúva, Quintino 365, 490, 674, 675, 676, 677, 702, 706, 721, 745
Bolívar 167, 168, 194, 700, 701
Bonfim 490
Bopp, Raul 540
Borges da Fonseca 286
Borges Fortes 556
Botelho, Tomé Inácio 745
Botelho de Oliveira 516
Braga, Alfredo Gomes 745
Bragança, Luís de Orléans e (D.) 719
Branco, Francisco Caldeira de Castelo 547
Brandônio 143, 149
Brasiliense, Américo 673
Brísio, Francisco L. de 745
Brito, Antônio Guedes de 180
Brunlees 53
Bryce 354
Bucle 460
Bueno, Amador 125
Burton 80

C

Cabo Frio (2º Visconde de) 721
Cabral, Pedro Álvares 263
Caçapava (barão de) – V. **Soares Andréia** (General)
Cachoeira (visconde de) 489
Cairu (visconde de) 251, 340
Cajueiro 497, 498, 499
Calado (Marechal) 343
Calderón, Francisco García 189, 190
Calheiros 497
Calmon, Pedro 488

Calmon Du Pin 792
Câmara (Intendente) 163
Câmara, Helder 599, 600
Camaragibe (Visconde de) 735
Camões, Luís de 420, 421
Campos, Antônio de Sousa 745
Campos, Antônio Pires de 136
Campos, Bernardino de 673
Campos, Joaquim Carneiro de 337, 345
Campos, Maria Reis 111
Campos Sales 671, 673, 723
Canabarro 343
Cansação 499
Cansação de Sinimbu 498
Cantuária 674
Capanema 96
Caravelas (Marquês de) – V. **Campos**, Joaquim Carneiro de
Cárdenas, Francisco de (D.) 259
Cardim, Fernão 154, 495, 517
Cardoso, Vicente Licínio 162, 166
Cardoso de Barros 255, 258
Carnavon (lorde) 81
Cameiro, Ernesto Pereira (conde) 327, 329
Cameiro, Fernando 599
Cameiro, Levi 173
Cameiro Leão 524
Carreira 89
Carvalho, Alfredo de 290, 291
Carvalho, Carlos de 722, 723
Carvalho, Jacinto de 550
Carvalho, José da Costa 57, 337, 345
Castanheira (conde de) 254
Castelnau 56, 96
Castilhos, Júlio de 676, 679
Castro, J. A. de Magalhães 678
Castro, José Caetano de Moraes e 745
Castro Alves 514
Catarina (da Rússia) 166
Cattina, Miguel Ângelo de (frei) 79
Cavalcantis (os) 284, 285, 286
Caxias (duque e marquês de) 25, 342, 344, 489, 691, 692
Cervantes 195
Chamberlain, Houston Steward 315
Charron 784

Chateaubriand 488
Chichorro (da Gama) 289, 290, 804
Chico Pedro 343
Cícero (padre) 240, 565, 566, 567, 568
Cícero Romão – V. **Cícero** (padre)
Cipó 499
Cochin 689
Coelho, Duarte – V. **Pereira**, Duarte Coelho
Coelho, Gonçalo 253
Coelho, Latino 749, 750
Coleridge 353
Collins, James 574
Colombo 195
Color, Lindolfo 560
Conte, Augusto 460, 683, 684, 699, 704, 705
Conrad, J. 147
Conselheiro, Antônio 239, 241
Constant, Benjamim 24, 96, 674, 675, 676, 678, 679, 683, 684, 685, 686, 690, 698, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 749, 752, 753, 754
Correia, Jorge de Figueiredo 255
Correia, Raimundo 60
Costa, Bento José da 81
Costa, Dante 66
Costa, José da (Padre) 551
Costa Carvalho 338
Costa Pinto 14
Cotegipe (barão de) 15, 92, 690
Coutinho, Afrânio 513, 515
Coutinho, Francisco Pereira 255, 257
Coutinho, Júlio César de Freitas 745
Coutinho, Samuel Castrioto de Sousa 686
Coutinho, Vasco Fernandes 255, 257
Couto, Miguel 581
Couto de Magalhães 181
Craveiro Costa 500
Cromwell, 700, 701
Condorcet 701
Cuervo, Rufino José 196
Cunha, Aires da 255, 257
Cunha, Euclides da 100, 122, 192, 540, 541

D

Dantas (conselheiro) 354, 355, 678

Dantas, Manuel Vieira 498, 500
Danton 700, 701
Darwin (Charles) 430
De Angelis 539
Dejean 116
Delcourt, M. 651
Demonlins, Edmond 128, 215, 487
Denis 80
Descartes 190
D'Eu (conde) 691, 692, 711
De Paranhos Antunes 557
Dias, Cícero 80, 81
Dias, Henrique 446
Dias, Jorge 548
Diderot 18, 168
Dollard 63
Dória, Franklin 56
D'Orbigny 96
Duarte (D.) 258, 259
Duarte de Azevedo 736
Dumas, G. 461
Duque-Estrada, Maria da Costa 113
Dyke, Henry van 131
Dwelshawers, G. 461

E

Eduardo VII 167
Elisson 52
Erasmus 491
Eschwege 163
Escragnolle Dória 111, 113, 114, 115, 116
Estância (barão de) 489
Esteves, Manuel 592

F

Falcão, Aníbal 702
Faria, Alberto de 164
Faria, Francisco Antônio Castorino de 745
Faria, Manuel Figueiroa de 289
Farnese, Flávio 745
Feijó, Diogo Antônio, 15, 52, 170, 338, 341, 343, 687, 691
Fernando VII 192, 193

Ferreira, Antônio Gonçalves 723
Ferreira, Manuel Duarte 498
Ferreira, Manuel Francisco dos Anjos 343, 344
Ferreira, Miguel Vieira 745
Ferreira do Amaral 81
Ferreira França 804
Ferreira Reis 56
Ferreira Viana 95, 745
Ferro 498, 499
Figueiredo (conde de) 722
Figueiredo, Antônio Pedro de 288
Figueiredo, José Bento da Cunha 291
Flaubert 24, 540
Floro Bartolomeu 568,
Fontenele, Manuel Benício 745
Fonseca, Hermes da 575, 724
Fonseca Manuel Deodoro da 490, 674, 675,
676, 678, 690, 691, 706, 720, 721, 751, 754,
755
Fragoso, Tasso 486
França, Antônio Ferreira 692, 693
França Júnior 114, 115, 116, 117
França Miranda 300
Francia, 165
Francisco Glicério 671, 672, 674, 676, 677,
678, 679
Francisco Otaviano 94, 95, 734, 736
Franco, Eduardo Batista R. 745
Franco, Tito 94, 95
Franklin, Benjamin 169, 417
Frederico 698, 702
Freire, Carlos Americano 745
Freire, Elias Antônio 745
Freire, Gilberto 56, 548
Freitas, José de 745
Freitas, Manuel Marques de 745
Freud, Sigmund 418
Frias Vilar 488
Fulton 163

G

Gallanti 162
Galvão, Antônio Nunes 745
Galvão, João Vicente de 745
Gama, Luís Filipe de Saldanha da 723

Gama, Miguel de Sacramento Lopes (Frei) 284
Gamarra (padre) 190
Gandavo, Pero de Magalhães 144, 148
Ganns, Cláudio 57
Garcia d'Ávila 177, 178, 489
Gardner 80
Garnett 52
Gaston – V. d'Eu (conde)
Gávea (marquês da) 692
Gejuiba, Antônio Rodrigues Leite 498, 499
Gitai 499
Gobat, José 332
Gobineau (Conde de) 315, 430
Goiana (visconde de) 339
Gomes, Carlos 169, 491, 539
Gomes, Heliodoro 745
Gomes de Melo 497
Gomes Freire 560
Gonçalves, Bento 341, 342, 343
Gonçalves de Magalhães 516
Gonçalves Dias 194, 514, 516, 592
Gonçalves Ferreira 724
Goodyear, Charles Nelson 576
Gottschalk 116
Gouveia, Diogo de 254
Gouveia, Hilário de 677
Gouveia, Pedro Bandeira de 745
Graça Aranha 540
Graebner 63
Grasset 68
Gregório VII 627
Gross, Robert 574
Guajará (barão de) 719
Guanabara, Alcindo 350
Gurapuava (visconde de) 489
Gutierrez, Júlio V. 745
Guyau, J. M. 322

H

Hamilton 190
Hancock, Thomas 576
Hargreaves 163
Hartmann 787,788
Hegel 24

Henrique II 627
Henrique IV 389, 627
Heráclito 316
Herculano, Alexandre 259
Hohenstaufen (os) 627
Holanda, Camilo de 325
Holanda, Sérgio Buarque de 41, 548
Holanda Cavalcanti 341
Homero 784
Honorato (presidente) 343
Hooker, Joseph 574
Horácio 784
Huaina Capac 194
Huber, Jacques 575
Hudson, Otaviano 745
Hugo, Vitor 167, 591

I

Imbuzeiro 499
Inacinho (músico) 451
Iriarte, Tomás de 557
Isabel (princesa) 671, 704, 711, 712
Itaborai (visconde de) 92, 489
Itamaracá (2º barão de) 719
Itamarati 490
Itanhaém (marquês de) 340
Itaparica 516
Itaqui (barão de) 723

J

Jaceguai (barão de) 703, 704
Jackson 171
Jacques, Cristóvão 253, 254
Jaguaribe, João Nogueira 484
Jardim, Jerônimo 685
Jatobá 499
Jefferson 167, 171, 190
João (filho de D. Ana Lins) 501
João Alfredo 685, 691
João Brigido 566
João Caetano 115, 491
João I (D.) 258, 259
João III (D.) 252, 254, 257, 258, 259, 264

João IV (D.) 506
João V (D.) 709
João VI (D.) 110, 170, 296, 340, 341, 369, 469, 590, 687, 709, 720
Joaquim (D., bispo) 567, 568
Joaquim (escravo de D. Ana Lins) 501
José (D.) 252
José Bonifácio (de Andrada e Silva) 169, 170, 296, 340, 341, 369, 469, 590, 687, 709, 720
José Bonifácio (o Moço) 690
José Clemente – V. **Pereira**, José Clemente
Juca – V. **Rio Branco** (barão do)

K

Kentze 639
Knivet 149
Koseritz, Karl von 58
Koster, Henry 445, 447

L

Laborde 116
La Bruyère 784
Lacerda, Carlos 599
Ladário (barão do) 723
Lagarigue, Jorge 699
Laguna (barão de) – V. **Lecor** (general)
Lane 53
Lapouge 430
Leal, Paulo Nunes 592
Lecor (general) 337, 345
Ledo, Joaquim Gonçalves 300
Leibnitz 316, 785, 787
Leitão, José Teixeira 745
Leite, Antônio Rodrigues 498
Leite, José Rodrigues 498
Leite, Manuel Rodrigues 498
Lélis, Carlos de 122
Lencastro, João de 178
Leonardo 168
Le Play 487
Lévy-Bruhl 63, 67
Ley, Gaspar van der 497
Lima, Alcides 556
Lima, Antônio de 325

Lima, Hermes 20
Lima, Pedro de Araújo 93, 337, 343, 345
Lima e Silva (major) 488
Lima Junior, Filipe da Cunha 498
Lincoln, Abraão 167, 169, 416
Linniers (vice-rei) 191
Lino (D., bispo) 676
Lins 497
Lins, Ana (Dona) 500, 501
Lins, Cristóvão 497
Lipson, Leslie 523
Lira, Heitor 692
Lisboa, João Francisco 156, 157, 252, 257
Lobo, Aristides 671, 673, 674, 676, 677, 679, 745
Lobo, Paulo Emílio dos Santos 745
Locke 190
Lopes, João Batista 745
López (Francisco Solano) 165, 691, 692
Loreto (barão de) 56, 719
Loria 351, 353
Luccock, John 96, 449, 557, 558
Lucena (barão de) 328, 490, 678, 721
Ludwig II 169
Luis Napoleão 750
Luis XVI 807
Lutero (Martinho) 463

M

Macaé (visconde de) 798
Maçaranduba 499
Macaúbas (barão de) 719
Macedo (Joaquim Manuel de) 115, 592, 736
Maceió (marquês de) 489
Machado, Maximiano 286
Maciel Monteiro 81
Madison Grant 315
Madureira, Vito de 451
Magé (visconde de) V. Silva, José Lima e Mairinque, Francisco de Paula 722
Malcher, Félix 338, 339
Mallet 685, 703
Malthus 170
Maneli, Sebastião Dias 500
Manuel Conceição 325

Manuel I (D.) 253, 254, 709
Maquiavel 784
Marco Aurélio 167
Maria I (dona) 252, 709,
Marinho, Joaquim Saldanha 379, 457, 745
Markham, Clement 574
Markham, Edwin 192
Martim, Francisco (de Andrada e Silva) 296, 344
Martínez, Mariana 259
Martins (padre) 451
Martins Pena 115
Martins 138, 523
Mary (dona) 327, 329
Mascarenhas, José Freire de Monteiro 178
Mascarenhas, Manuel de Assis 733
Mataraca, Filipe da Cunha 498
Matos, Gregório de 514, 515
Mauá 96, 164, 165, 168, 169, 489
Maul, Carlos 506
Maximiliano (príncipe) 80
Mc-Dougall 63
Medeiros e Albuquerque 539
Meireles, Pedro Rodrigues Soares de 745
Melo, Afonso de Albuquerque 286
Melo, Bernardo Vieira de 499, 800
Melo, João Manuel de Carvalho 542
Melo, José Bento Leite Ferreira de 791
Melo, José Maria de Albuquerque 745
Melo, Sales Torres Homem de 90, 92, 516, 719
Mendes Correia 548
Mendonça 497
Mendonça, Duque-Estrada Furtado de 113
Mendonça, Eduardo Carneiro de 745
Mendonça, Jacinto Pais de 495
Mendonça, João Capistrano de (grade) 284, 285
Mendonça, Salvador de 745
Mera, Juan 194
Meriti 490
Meyer, Augusto 558, 559
Michelet 460
Miguel Ângelo 168
Miracema (barão de) 724
Miranda, Jorge de 676

Mitre (Bartolomeu) 170
Molière 784
Montalvão 236
Monte Alegre (visconde e marquês de) – V. **Carvalho**, José da Costa
Montenegro, Caetano Pinto de Miranda 447
Montesquieu 18
Morais (dicionarista) – V. **Morais e Silva**
Morais, José de (padre) 255
Morais, Prudente de 673, 723
Morais, Raimundo de 540, 541
Morais e Silva 196
Moreau 77, 79
Moreira, Roberto 14, 16
Moreira de Azevedo 289
Mumford, Lewis 530
Muniz, Bráulio 338
Murtinho, Joaquim 101
Mutsuhito 169

N

Nabuco, Joaquim, 89, 94, 102, 161, 289, 290, 688
Nabuco de Araújo (José Tomás) 283, 287, 290, 291, 305, 734
Nacar (visconde de) 489
Napoleão 168, 191, 193, 488
Nassau (príncipe Maurício de) 506
Negreiros, André Vidal de 516
Neiva, Venâncio 328
Nina Rodrigues 420
Nóbrega, Manuel da (padre) 422
Nunes, Paulo da Silva 550
Nunes Machado 283
Nunes Viana 124
Nuno Manuel (D.) 253

O

Oeiras (conde de) – V. **Pombal** (marquês de)
Offenbach 420
Oiticica 497, 498, 499
Oiticica, Francisco de Paula Leite e 498, 499
Oiticica, Manuel Rodrigues Leite 498
Olinda (marquês) – V. **Lima**, Pedro de Araújo

Oliveira, José Osório de 513, 514
Oliveira Lima 168, 514
Oliveira Martins 252, 257
Oliveira Viana 15, 17, 109, 110, 303, 486, 521, 556, 558, 559
Olmedo 193
Oto 627
Otôni, Cristiano Benedito 724, 725
Otôni, Teófilo 55, 56, 94
Ouro Preto (visconde de) 488, 489, 490, 677, 678, 720, 722
Ovidio 784

P

Padilha, Francisco Fernandes 82
Pais, Cistóvão 499
Pais, Fernão Dias 444
Palmela (conde de) 297
Pamplona, Bernardino 745
Parachimonas 432
Paraná (marquês de) 90, 92
Paranaguá (visconde e marquês de) 94, 340, 344, 489, 792
Paranapiacaba (barão de) 490, 719
Paranhos (visconde do Rio Branco) 15, 96
Paranhos Júnior, J.J. da Silva – V. **Rio Branco** (barão do)
Passagem (barão da) 489
Passé (conde de) 489
Pati 116
Pati de Alferes (visconde de) 489
Patrocínio, José do 702
Paula Batista 291
Paula e Sousa 94, 798, 799, 805
Paulhan 127
Pavlov 322
Paplova, Ana 539
Peçanha, Nilo 524, 724
Pedro (o Grande) 166, 169
Pedro Américo 169
Pedro I (D.) 93, 469, 486, 488, 489, 490, 522, 751, 812
Pedro II (D.) 24, 25, 92, 114, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 342, 344, 486, 489, 490,

- 491, 531, 685, 688, 691, 703, 710, 712, 720,
736, 754, 792
- Peel**, Robert 162
- Peixoto**, Floriano 328, 675, 676, 685, 722
- Pena**, Afonso 723
- Pena**, Belisário 436
- Peregrino Júnior** 66
- Pereira**, Altamirano 122
- Pereira**, Antônio Leite 113
- Pereira**, Duarte Coelho 255, 257
- Pereira**, José Clemente 113, 337, 469, 792
- Pereira**, Labieno 379
- Pereira**, Lafaiete Rodrigues 719, 745
- Pérez Galdós** 192
- Pernambuco**, Joaquim 674
- Pessoa**, Epitácio 326, 327, 328, 329
- Pestana**, Emilio Rangel 745
- Pestana**, Francisco Rangel 745
- Piacenza**, Dionísio de Carli (frei) 79
- Piedade** (condessa de) 337, 345
- Pimentel**, José de Barros 499, 500
- Pimentel**, Rodrigo de Barros 497
- Pina Manique** 794
- Pinheiro Guimarães** 115
- Pinto**, Alfredo Moreira 745
- Pinto de Campos** 291, 735
- Pinto Madeira** 339
- Piso** 78
- Pitanga** 497, 498, 499
- Pitanga**, José Rodrigues Leite 498, 499
- Platão** 289, 316
- Plutarco** 784
- Polaco** 639
- Pombal** (marquês de) 451, 487, 794
- Ponte** (conde da) 723
- Pontes de Miranda** 521
- Porto**, Aurélio 58
- Porto**, Luísa Clemente da Silva 112
- Porto Seguro** (visconde de) – V. **Varnhagen**
- Portugal**, Tomás Antônio Vilanova 297
- Prado**, Antônio 722, 724, 736
- Prado**, Paulo 16, 423
- Prado Júnior**, Caio 304
- Prados** (visconde de) 406
- Procópio**, Mariano 54
- Procusto** 389
- Proença**, M. Cavalcanti 592
- Putiu**, Maria 451
- Q**
- Queirós**, Eça de 162
- Queirós**, Eusébio de 88, 89, 687, 733
- R**
- Rabelo**, Franco 568
- Rafael Tobias** 342
- Ramalho Ortigão** 531
- Ramiro** 679
- Ramiz** (barão de) 719
- Rangel**, Alberto 541
- Rango**, L. von 450
- Ratzel** 136, 540
- Reale**, Miguel 583
- Régis** 241
- Rego Barros** (os) 284
- Regras**, João das 258
- Rheingantz**, Carlos G. 720
- Ribeiro**, Bento Manuel 341, 342
- Ribeiro**, Demétrio 676, 678, 705
- Ribeiro**, Inácio 451
- Ribeiro**, João 583
- Ribeiro**, José de Araújo 341
- Ribeyrolles** 51
- Ridley**, Henry 574
- Rio Branco** (barão do) 87, 91, 490, 580, 719,
722, 723
- Rio Branco** (visconde do) 688
- Ristori** 116
- Rhodes**, Cecil 315
- Rocha Pombo** 162
- Rodrigo Otávio** 490
- Roiz**, Ana 113
- Romero**, Sílvio 151, 152, 155, 251, 459, 783,
785, 786, 787, 788
- Rosa** 691
- Rosa**, João Alves de Castro 113
- Rosas**, 291, 529
- Rosas** (os) 497
- Rosenblat**, Angel 594
- Rousseau** (Jean-Jacques) 18, 127, 289

Rubens 168
Ruffo, Tita 539

S

- Sá**, Franco de 690
Sá, Manuel Ferreira Bitencourt Aguiar e 81
Sá, Martim de 149
Sá, Salvador Correia de 149
Saião Lobato 94, 734
Saleiles 639
Salvador, Vicente do (frei) 24, 146
Sampaio, Euclides Vieira 325
Sampaio, Teodoro 182
Sampaio, Francisco Leite de Bitencourt 745
Sampaio Ferraz 677
San Martín 167
Santa Helena (barão de) 722
Santo Ângelo (barão de) 490, 719
Santos, Clemente José dos 522
Santos, Manuel dos (padre) 451
Santos Chocano 195
São Clemente (barão de) 522
São Leopoldo (visconde de) 719
São Lourenço (barão de) 737
São Marcos (barão de) 722
São Mateus (baronesa de) 489
Sapir 63
Sapucaí (visconde e marquês de) – V. **Viana**, Cândido José de Araújo
Saraiva (Conselheiro) 94, 95, 587, 721
Saraiva, Gumercindo 236
Sarasate 116
Sarmento, José Joaquim de Morais 285, 286
Sarmento 167, 169
Sassenay (marquês de) 191
Schefer (professor) 259
Scheler, Max 322
Scott, Duns 190
Sebastião (D.) 709
Sebastião Eusébio 325
Sena Madureira (tenente-coronel) 690
Sepetiba (visconde de) 54
Serro Azul (barão do) 723
Serro Largo (barão do) 489
Sertão, Domingos 178
Schakespeare 784
Sicupira 499
Silva, Firmino 733, 734
Silva, Francisco de Assis Rosa e 722, 723
Silva, Francisco Lima e 337, 338
Silva, João Manuel Pereira da 719
Silva, José Jorge Paranhos da 745
Silva, José Lima e 337, 345
Silva, Luís de Melo da 255
Silva, Mariano Antônio da 745
Silva, Rodrigo 736
Silva Campos 488
Silva Jardim 25, 677
Silva Neto, Antônio da 745
Silva Pais 560
Silva Paranhos – V. **Rio Branco** (barão do)
Silveira, Bonifácio 501
Silveira, Carlos Baltasar da 723
Silveira, Francisco Berquió da 117
Silveira, Pero de Góis da 255
Silvestre Pinheiro 298
Simões, Jerônimo 745
Sinimbu (visconde de) 500
Soares, Gabriel
Soares de Andréia (general) 337, 338, 339, 342, 345
Sodré, Mafedo 745
Sólon 674
Sousa, Antônio José de 82
Sousa, Aureliano de 54
Sousa, José E. Teixeira de 702
Sousa, Martim Afonso de 253, 254, 255, 257
Sousa, Nelson de Melo e 558
Sousa, Paulino de 676
Sousa, Pero Lopes de 255, 257
Sousa, Télis José da Costa e 745
Sousa Costa 82
Sousa da Silveira 593
Sousa Franco 90, 94
Sousa Paraiso 343
Spencer, Herbert 152, 239
Spix 96
St.-Hilaire 80, 96, 121, 127
Stephenson 163
Stoddard, Lothrop 315

Stolz, Rosina 116
Stubbs, William 153
Sturz (cônsul) 138
Suaçuna (visconde de) 489

T

Tácito 784
Tambelick 116
Taquari (barão de) 489
Taunay (visconde de) 17, 122, 490, 491, 719
Tavares, Joca 723
Tavares Bastos 96, 100, 168, 169, 307, 523, 525
Tefé (barão de) 724
Thalberg 116
Teixeira, Anísio 14, 24
Teixeira de Freitas 23
Teixeira Mendes 25, 686
Teócrito 122
Tibúrcio (coronel) 685
Timandro 90
Timon 384
Tiradentes 709
Todi, Apolônio de 179
Toledo, Pedro de 575
Tollenare 80, 446
Torre (barão da) -- V. **Garcia d'Ávila**
Torres, Alberto 17, 139, 167, 644, 678
Tourinho, Pedro de Campos 255, 257
Toussaint 701
Traipu (barão de) 724
Trovão, José Lopes da Silva 745
Tucidides 784
Turgot 353

V

Vanderlei 91, 497
Varnhagen 163, 252, 255, 487, 490, 719
Vasconcelos 15
Vasconcelos, Bernardo 25, 88, 172, 343, 344
Vasconcelos, Luís de 557
Vasconcelos, Pedro de 451
Vasconcelos Drummond 296, 300

Vassouras (barão de) 489
Veiga, Evaristo Ferreira da 88, 343
Velinho, Moisés 560
Veloso, Joaquim 451
Verdeixa (padre) 566
Vergueiro (senador) 172
Veríssimo, José 194
Vernes, Maurice 651
Vespúcio, Américo 253
Viana, Cândido José de Araújo 337, 339, 345
Viana, Urbino 487
Vieira, Antônio (padre) 149, 196, 506, 548, 783
Vieira, Carlos 173
Vieira, Inácio de Barros 498
Vieira, João 709
Vieira, João Fernandes 444
Vieira, João Lins 498
Vieira, Nuno 540
Vieira, Sabino da Rocha 343
Vierkant, Alfred 533
Vieira Dantas (os) 501
Vila da Barra (barão da) 489, 719
Vila Viçosa (barão de) 722
Vila-Nova 236
Vilela, Joaquim 291
Vilhena, Luís dos Santos 448
Vinagre, Pedro 338, 339
Virgílio 122, 784, 795
Vitória (rainha) 167

X

Xavier, Agliberto 683

W

Wagner (Richard) 169
Washington (George) 169, 171, 190, 700, 701
Watt 163
Werner 63
Wetter, Van 639
Wickham, Henry 574
Wiese, Leopoldo von 533
Wright, Ark 163